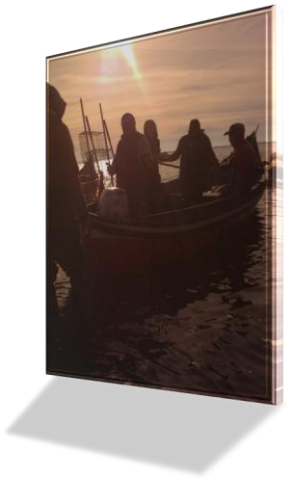
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Governança das Pescas em Portugal Continental e a Interacção entre os Grupos de Intervenientes: O Caso de Estudo da Pesca Artesanal na Murtosa



Helena Isabel Pessoa de Abreu

Trabalho de Projecto de Mestrado em Sociologia – Território Cidade e Ambiente

Orientadora: Professora Doutora Iva Miranda Pires
Co-orientadora: Doutora Maria de Fátima Borges

Março, 2012

Olha, aquela mulher e a criança que vês ali…? Que estão sentadas cá fora na rua? É que aqui é assim, sabes que há este hábito... as mulheres, no Verão, sentam-se cá fora a jogar às cartas.

Palavras de uma pescadora, enquanto me ia descrevendo o que observava.

6 de Junho de 2011, ao final da tarde, num bairro da Murtosa.

Para a menina que vimos nesse dia.

GOVERNANÇA DAS PESCAS EM PORTUGAL CONTINENTAL E A INTERACÇÃO ENTRE OS GRUPOS DE INTERVENIENTES: O CASO DE ESTUDO DA PESCA ARTESANAL NA MURTOSA

RESUMO

Palavras Passe: Governança, Pescas, Pesca Artesanal, Política Comum de Pescas, Indivíduo, Globalização, Portugal, Murtosa

Neste trabalho expõem-se algumas preocupações inerentes à tradução do conceito de governança ao longo do tempo e de como através delas se pode reflectir para uma procura das pessoas nos locais. Tomam-se como exemplo imagens de diferentes sociedades, focam-se primordialmente os finais do Século XIX e a segunda metade do Século XX até à actualidade, tentando assim perceber, numa visão de longa duração, possibilidades de futuras traduções de governança na comunidade piscatória da Murtosa, aqui tomada como caso de estudo.

O trabalho está dividido em duas partes. Na primeira, tendo como inspiração os olhares de três cientistas que têm influenciado as formas de observação do ambiente marinho e das pescas – Thomas Huxley, Harriet Hardin e Svein Jentoft, – interpretam-se os contextos vividos por estes autores. Abordam-se, em seguida, algumas definições e propósitos do conceito de governança segundo as perspectivas de cientistas de análise política e de entidades internacionais. Na segunda parte, tendo como apoio o Relatório de Sustentabilidade da Governança Portuguesa, aproxima-se o olhar da realidade nacional, tendo como base diferentes visões de autores portugueses. Percebendo diferentes períodos do tempo e do espaço em Portugal, em Aveiro e na Murtosa, problematizam-se desigualdades sociais e formas de sociedade-providência de diferentes grupos nos locais onde interagem.

ÍNDICE

i. **MOTIVAÇÕES PESSOAIS E ACADÉMICAS** 4

ii. **AGRADECIMENTOS** 5

iii. **INTRODUÇÃO** 6

PARTE I – GOVERNANÇA E PESCAS: A PROCURA DAS PESSOAS NOS LOCAIS

~ Capítulo introdutório ~ *Repensando as origens de governança* 12

Capítulo 1. Retratando moldes do conhecimento em governança **17**

1.1 Huxley e a imaginação nas ciências no final do Século XIX 17

1.2 Hardin na 2ª metade do século XX e as propostas da economia ecológica 24

1.3 Jentoft face à governabilidade na Política Comum de Pescas 26

Capítulo 2. Um olhar pela governança e a procura dos conhecimentos locais… **30**

2.1...no cenário de globalização na segunda metade do século XX 30

2.2 …no cenário de complexidade do século XXI 36

Capítulo 3. A Formação de Modelos de Governança **41**

3.1 Governança e os sistemas políticos: *Processo, modos e modelos de governança* 42

3.2 Mecanismos de governança: o actor social em espaço europeu e as pescas 48

~ Capítulo conclusivo ~ *Reflectindo a tradução política de uma imagem: os exemplos de capital social e comunidade* 55

PARTE II – SUSTENTABILIDADE DA GOVERNANÇA, DESIGUALDADES SOCIAIS E PESCAS EM PORTUGAL

~ Capítulo Introdutório ~ *A sustentabilidade da Governança em Portugal* *62*

Capítulo 4. Portugal, entre o passado como *laboratório social* e o futuro como *diagnóstico*: A procura do local em três momentos na História de Portugal **65**

4.1 A consulta às comunidades de pesca no século XIX 65

4.2 A investigação e a crítica às desigualdades sociais nos anos 50/60 70

4.3 Aspectos sociais da pesca entre a integração de Portugal na Política Comum de Pescas e o diálogo dos intervenientes nos dias de hoje 75

Capítulo 5. As coordenadas de Aveiro 84

5.1 O crescimento de Aveiro e a pesca artesanal 84

5.2 Um olhar sobre alguns serviços na cidade de Aveiro 87

Capítulo 6. *Há por aqui quem ria?* Caso de estudo da pesca artesanal na Murtosa

6.1 As *vozes do fogo* no tempo 89

6.2 Bases sociais para a interacção no espaço local 92

a) A que pesca se dedicam os pescadores da Murtosa? Os pescadores de pesca local na Murtosa 92

b) Onde têm habitado os pescadores da Murtosa? A Habitação Social e a população piscatória 93

c) Com que actividades conciliam a pesca? O turismo e outras actividades na Murtosa 94

d) Onde se localizam as estruturas de apoio à pesca? As estruturas da pesca e a formação profissional 96

e) Como se podem dirigir a estes serviços? Transportes e mobilidade da população murtoseira 97

f) Podem encontrar outras formas de associativismo na Murtosa que prefiram? O associativismo na população local 98

g) Que escolas frequentam os seus filhos? A educação na Murtosa 100

h) Com que Projectos e Serviços de Acção Social têm interagido os pescadores e as suas famílias? A protecção social na Murtosa 101

Capítulo 7. Metodologia 103

Capítulo 8. Análise e discussão das entrevistas e questionários 108

8.1 Análise e discussão das entrevistas base 108

8.2 Análise e discussão do Questionário M 111

8.3 Análise e discussão das entrevistas sobre Governança das Pescas em Portugal 112

Capítulo 9. Síntese Conclusiva 144

Bibliografia 150

ANEXOS

Anexo I Thomas Huxley i

The Battlefield of Science and the Churches ii

On Natural History, as Knowledge, Discipline, and Power iii

Agnosticism and Christianity iv

Martineau, et al. v

Anexo II Garret Hardin vii

'Extension of The Tragedy of the Commons' viii

'Living in a World of Limits' x

Anexo III Transcrição de entrevistas realizadas com os Guiões A e B xxiv

Anexo IV Transcrição de Entrevistas realizadas com o Guião C lxxvi

Anexo V Guiões das Entrevistas e do Questionário cccxxxiv

Anexo VI Transcrição das respostas ao Questionário M cccxxxix

i. MOTIVAÇÕES PESSOAIS E ACADÉMICAS

A minha motivação para esta tese parte de um conjunto de entrevistas que desenvolvi em 2010 a stakeholders portugueses que são participantes no Concelho Consultivo Regional de Pescas das Águas do Sul. A reflexão em torno destas entrevistas e o contacto que travei com estas pessoas foram os motivos mais próximos que conduziram a escolher governança como tema. Como agentes de governança, estas pessoas ajudaram-me a reflectir sobre os limites que lhe são adjacentes em termos sociais e políticos. Não tendo conhecimentos para aprofundar suficientemente a política, optei por observar as pessoas da sociedade civil.

Não houve um motivo específico para a escolha de Aveiro. A escolha surge relacionada com a Murtosa. É aí que vive a representante de Aveiro da Rede de Mulheres na Pesca, com quem travei conhecimento, a dado momento. Na altura, eu estava à procura de uma zona piscatória com uma comunidade específica de pescadores que conjugasse pescadores artesanais, mas também outros tipos de pesca. O mais importante era que existisse uma comunidade habitacional e a Murtosa revelava-se assim um bom caso de estudo. O carinho que hoje tenho por este local desenvolveu-se à medida que fui conhecendo as pessoas com quem contactei e vendo o carinho que elas revelam pelo lugar e pelos seus habitantes. Deste contacto e dos dados que recolhi a partir das entrevistas base aos dois representantes do sector da pesca artesanal de Aveiro, surgiu a minha motivação mais próxima para procurar as pessoas da Rede Social da Murtosa como entrevistados.

ii. AGRADECIMENTOS

Agradeço muito e em primeiro lugar à minha professora e orientadora Doutora Iva Miranda Pires pela confiança que depositou neste trabalho. Também em especial, agradeço à Doutora Maria de Fátima Borges que me acompanhou a tese quando eu trabalhava no Instituto de Pescas e Investigação do Mar.

Obrigada também todas as pessoas que participaram nas entrevistas e questionários para este trabalho, aos meus professores do mestrado e às pessoas com que trabalhei no instituto.

Ao longo deste trabalho, pelos incentivos carinhosos que me motivaram a determinado momento, sinto que devo um agradecimento especial à Zé, às raparigas do 'grupo da marmita', à Sílvia e – muito em especial – à Cristina do *IPIMAR.* À Cristina, ao Aníbal e, como não podia deixar de ser, à Anabela da *Mútua de Pescadores.* Também ao professor José da minha faculdade. À Maria José da assistência residencial à terceira idade. À Cristina da *REAPN*, e ao Luís da Direcção Regional. À Catarina da *LPN*. À Maria Helena e à Ana Rita de *O Pinhal*. Ao Gonçalo da *Sciaena*. E mais recentemente ao Luís, que conheci nas tertúlias de pescas e que me tem ensinado como é bom conversar com os textos que escrevemos.

Em especial agradeço também às minhas melhores amigas, a Catarina, a Bela e a Sónia, que me ajudaram também na transcrição das entrevistas.

Obrigada também a todas as pessoas da minha família, como os nossos avós Fernanda e João e com um reconhecimento muito carinhoso para a minha prima Fatinha e para o *meu* Nuno.

À memória do meu pai e do meu tio, que sorririam sempre à menina a quem dedico este trabalho.

iii. INTRODUÇÃO

Quotidianamente, na procura de algo que gostaríamos ver retratado num futuro que imaginamos próximo ou longínquo, podemos formar inúmeras imagens na nossa mente. Nelas recriamos momentos passados, locais e episódios distantes no espaço presente. Ao expressá-las, traduzimos aspirações, preocupações e receios em relação aos mais diversos aspectos, a dado momento, na nossa vida.

Começando por percorrer três imagens de governança, descobrem-se três nomes de cientistas que se podem destacar aqui, pela influência que têm tido no universo das pescas: Thomas Huxley no século XIX, Garrett Hardin nos anos sessenta do século XX e Svein Jentoft no início do presente século XXI.

Através dos seus textos, conhecem-se as suas preocupações, o que pode ajudar a elucidar sobre os seus motivos como cientistas, a perceber o porquê das suas reacções nos contextos sociais por eles vividos. Percebendo-os individualmente no contexto, conhecem-se aspectos da sociedade que, como espaços em aberto no conhecimento, podem acabar por deixar proliferar preconceitos que influenciam o universo de governança nas pescas. Conhecê-los é o primeiro passo para começar a preencher espaços.

No século XIX, dedica-se atenção à hesitação de Huxley em afirmar a esgotibilidade dos recursos marinhos na Exposição de Pescas em Londres. Se tivesse afirmado a insesgotabilidade dos mesmos, sublinharia a necessidade de uma observação global dos mesmos. Porque não o fez? Os seus escritos permitem perceber receios do cientista em relação à proximidade entre a ciência e a política, sendo esta influenciada pelo conhecimento, nos moldes em que este se desenhava. São estes moldes do conhecimento que levam o cientista à crítica. Os seus escritos, em conjunto com os escritos que leu de Comte, e com escritos de Simmel e Durkheim – os últimos, autores do século XIX –, também permitem revelar como estava patente nesse século, a procura do *facto social* como prova de *diferença artificial* a que se assistia ao observar *paisagem*. Procuravam-se motivos individuais como questões que obrigavam a rever o conhecimento sobre o conceito de moral e a distinguir a realidade da ficção, num tempo em que já se fazia sentir, desde o século XVII, a proximidade entre ciência e política.

Nos escritos de Hardin, nos anos sessenta, percebe-se o receio pela atribuição de resoluções tecnológicas, como resposta a problemas que, como este cientista entende,

seriam *problemas da população*. A atribuição de resoluções tecnológicas era habitual na comunidade científica com que convive. Em segundo lugar, o autor teme pelo poder das Nações Unidas, que vê crescer após a Segunda Guerra. Remete para um reforço do poder estatal e/ou privado, a possibilidade de resoluções sobre o problema da escassez de recursos naturais, que entende serem uma consequência do crescimento da população nos locais, principalmente onde as pessoas vivem em situações de pobreza. Mas ao longo dessa segunda metade de século, os casos de que parte para soluções que influenciam a economia, são percebidos como casos de excepção, e refutados nos estudos multidisciplinares da economia ecológica.

Em Jentoft percebem-se receios pela unidimensionalidade da imaginação científica na tradução política, no universo de pescas. Entende ser necessário rever como são traduzidos conhecimentos na Política Comum de Pescas (PCP), e escreve cinco truísmos que alertam a comunidade científica dos nossos dias para uma necessidade de tradução de conhecimentos sociais sobre as pescas. Neste autor, esta revisão obriga a novas formas de sistematização em ciência. Segundo a sua perspectiva, encontra-se actualmente uma *ausência* no conhecimento que se tem sobre o conceito de *comunidade piscatória*. Através dos seus escritos percebem-se ainda ausências que se verificam no entendimento sobre *o que é uma instituição*, levando à necessidade de se aprofundar conceitos como o de capital social e facto social, e de continuar a procurar concertar diferentes perspectivas das ciências nas pescas.

No segundo capítulo, aprofundam-se um pouco em dois contextos, o período entre o final da II Guerra Mundial e os nossos dias, deixando antever um período da humanidade em que se desenvolvem esforços para ir ao encontro dos conhecimentos locais, para que os locais consigam ter mais voz num mundo de globalização.

Após a II Guerra Mundial, a ONU já observava a humanidade. A premissa de que os riscos são proporcionais ao avanço tecnológico, é despertada na experiência de como a tecnologia se revela vã quando ignora o bem-estar humano. O mundo após esta guerra parece despertar e vê-se nele emergirem receios em torno do conceito de poder político na relação que estabelece com tecnologia e armamento. Nos anos oitenta, o neo-liberalismo faz despertar para a ausência de ética na economia cujo poder se pode rever na figura de multinacional, na emergência de novos capitalismos. Destes receios parece ter nascido o desejo de repensar a solidariedade para além das fronteiras convencionais, e nesta procura, governança parece surgir como resposta desenhando-se aqui na

linguagem das Organizações Não Governamentais como um reforço às vozes da sociedade civil, prevenindo-se também contra si própria como forma de poder global, ao fazer-se anteceder do prefixo *não*. Tendo como objectivo o bem-estar humano, o seu entendimento leva a que se pense na multiculturalidade, com base nas vozes dos locais, para se conseguir traduzir em direitos e, para tal, é necessária a humildade na ciência numa consciência de que os seus conhecimentos se vão fazendo e refazendo de linguagens que não lhe pertencem, de palavras por inventar.

Já nos nossos dias, vive-se num ambiente de complexidade em que os trabalhos são reflexão de esforços de interdisciplinaridade nas ciências, sem a qual parece tornar-se difícil perceber a multiplicidade de dimensões na observação. Estes trabalhos revelam também uma outra preocupação muito presente em escutar as vozes dos habitantes locais na realização de trabalhos científicos, assim como, na definição de qualquer sistema em política no ambiente e nas pescas.

Em seguida, procura-se perceber como se define governança, que preocupações se revelam na sua formação nos nossos dias. Percebe-se que esta procura pela representação/participação dos habitantes locais tem vindo a ser desenvolvida desde os anos noventa pelos autores que analisam os sistemas políticos tendo em vista formação modelos de governança num aprofundamento democrático das formas de governar. Sendo pensada como processo e como modo, as preocupações e receios destes autores levaram à criação de várias alternativas de modelos de governança, sobre os quais se farão breves descrições. Sem ser objectivo da tese analisar o espaço político, conduz-se para a observação de mecanismos que foram criados em espaço europeu e como conseguem traduzir actualmente a voz de diferentes actores sociais, num cenário em que a Europa se torna veículo entre o mundo global e os locais europeus.

Por último, nesta primeira parte, interpretando a tradução política de uma imagem, e reflectindo com os exemplos do conceito de capital social e de comunidade, reflecte-se para a necessidade de se traduzir pluridimensionalmente e com proximidade, as realidades sociais.

Na Parte II começa-se por observar o Diagnóstico de Governança Portuguesa. Hoje, um Diagnóstico de Governança pode observar-se como *tradição*, dando visibilidade sobre regiões e países, e Portugal não escapa a esta análise. Justificando a necessidade de visões próximas, procura-se aqui, antes de mais distanciarmo-nos das indicações da análise, para assim tentar objectivar dois ou três pontos em relação aos quais se dará

mais atenção no passado, antes de chegar ao presente. Estes pontos têm a hipótese em comum de se apresentarem como *forma especifica de sociabilidade moderna* imaginada pelo sociólogo Boaventura Sousa Santos, ao revelarem-se como formas de *providência societal*, numa interacção entre *estado-providência* e *sociedade-providência*.

A História de Portugal torna-se um laboratório onde se procuram artefactos do passado, neste caso, num primeiro momento, relativos a formas de colaboração entre governo e comunidades piscatórias no Século XIX, e que pode servir, ao expressar raízes de tempos de democracia, ser merecedor de um aprofundamento para modelos de governança. Num segundo momento, e semelhantemente merecedor de aprofundamento, uma vez que os olhares aqui são breves, no período dos anos cinquenta dá-se atenção à *procura do social* como motivo para fomentar a investigação, e nos anos sessenta, à motivação para a reflexão critica em torno das desigualdades sociais no território.

É com este cenário de fundo que Portugal integra a Comunidade Económica Europeia e a Política Comum de Pescas (PCP). Como Estado Membro, tanto o formato de regulação da pesca como a *providência societal* portuguesa são alterados. Incidindo sobre as consequências no plano social da adesão à PCP, parte-se de um olhar breve pelos aspectos sociais da pesca observados em Portugal em 2000, para identificar grupos de intervenientes da pesca num contexto de diálogo, já entendido num cenário de alargamento de responsabilidades no sector e a grupos da sociedade civil. Os casos da Plataforma de Organizações Não Governamentais na Pesca (PONG Pesca), os projectos de investigação aplicada às pescas – em que se apresentam o MARGov e o PRESPO como dois projectos que se relacionam de forma próxima com comunidades de pesca artesanal –, a Rede de Mulheres na Pesca Artesanal, e também as entidades nacionais em representação de armadores do arrasto e de produtores do cerco – a ADAPI e a ANOPCERCO – são avançados como tradução de esforços que os actores que os integram fazem na promoção do diálogo dentro e com a pesca. Formas especificas de uma sociabilidade moderna, providenciam contribuindo nas suas maneiras muito distintas para o enriquecimento de um vocabulário que se dirige às pescas, e que, talvez assim, nos permita começar a perceber como, hoje, na realidade portuguesa se vem procurando diferentes locais nas pescas. Cada um deles, ao interagir, preenche os tais espaços em branco, trazendo palavras de conhecimento sobre o sítio onde descobre o seu local.

Aproximando-nos do caso de estudo na Murtosa, os olhares sobre Aveiro permitem perceber que o seu crescimento ao longo da História, está muito associado a um despertar de interesses nacionais por motivos políticos e religiosos nos Séculos XV e em finais do século XVIII. Os seus terrenos arenosos, que desertificavam os locais e empobreciam as condições de vida das pessoas que lá viviam, levaram a modificações da paisagem natural, na procura de melhores condições de vida, e dirigindo as atenções para a barra. Mais recentemente tem-se vindo a centrar a indústria e o comércio no porto construído, sendo agora em Ílhavo. Neste ambiente, a pesca artesanal tem vindo a diminuir, e os pescadores procuram alternativas noutros trabalhos. Por outro lado, a cidade de Aveiro reúne toda uma multiplicidade de serviços no espaço presente. Não se aprofundando aqui esta análise, ela permite obter coordenadas para observar as bases sociais para a interacção com a população da Murtosa, observando a pesca artesanal como caso de estudo.

Por fim, chega-se à Murtosa. No início, como o nome indica, a Murtosa foi um lugar de *fogo morto*, onde, ao longo do tempo, a pesca artesanal na Ria se foi fazendo representar em diferentes posturas. Foi *modo de sobrevivência* por alturas do século XIII e, não se consegue aqui saber durante quanto mais tempo assim persistiu. No século XVIII, a pesca está mais relacionada com a Torreira, e parece começar a ser *arte de subsistência*. No século XIX, uma parte da população começa a fixar-se ao local, dá-se a profissionalização de alguns tipos de pesca e a Torreira torna-se local de veraneio. No século XX, se a queda da pesca longínqua a nível nacional modifica a postura nas xávegas, é principalmente a emigração o factor decisivo para a pesca com bateiras na Ria. Pela diminuição da competitividade nessa altura, fica-se com a imagem de uma Ria *livre*, num período em que a vinda de turistas servia já como complemento aos rendimentos. As interdições do ano de 1992 assemelham-se, então, para os pescadores à imagem das restrições impostas no período das grandes embarcações, de que se tinham afastado numa opção de vida individual.

Na procura de quem os vê, de quem interage com eles no local, vão-se colocando várias questões, cujas respostas devem ser capazes de traduzir onde eles vivem, que pesca procuram, que estruturas da pesca encontram, como se podem dirigir para elas, com que associações se identificam, em que escolas têm os seus filhos, que problemas enfrentam os pescadores e as suas famílias. Ainda que não se tenha conseguido sempre, as respostas são dadas através de alguns trabalhos, que hoje, por princípio, envolvem a

população local na sua elaboração. Elaborados por quem já interagia com os pescadores e familiares no local antes desta investigação e que continuam no local depois de qualquer projecto de investigação aplicada terminar, por pessoas que podem apoiar proximamente lideres locais da pesca artesanal ao terem como objectivo a pessoa, surgem aqui como primeiro diagnóstico, que permite reflectir sobre bases locais para a interacção na Murtosa.

PARTE I

GOVERNANÇA E PESCAS: A PROCURA DAS PESSOAS NOS LOCAIS

Heróis

Dizem que é um herói

Que matou sete de uma vez

Eu cá criei sete frangos

De uma galinha pedrês

Dizem que é um herói

Que arrasou uma cidade

Eu cá plantei oliveiras

Nas terras da minha herdade

Dizem que é um herói

Que dominou um oceano

Eu cá construí o esgoto

Que lá vai ter pelo cano

Dizem que é um herói

Que conquistou trinta países

Eu cá conquistei a Rosa

E somos muito felizes

Luísa Ducla Soares em

Conto Estrelas em Ti

Inerente ao conceito de democracia e relacionada com a necessidade de protecção de um *bem comum*, as sociedades sobre as quais tem sido reinventada governança, variam muito no espaço e no tempo. A origem de governança pode relacionar-se com o nascimento da democracia. Numa perspectiva ambiental tem sido largamente pensada a partir de uma imagem de 'bem comum' que a teoria ecológica dos anos sessenta associa à Europa medieval, e por isso talvez se possa conceder que se encontre aí uma proveniência. E nas pescas? Pense-se nos finais do século XIX quando se perspectivou a necessidade de uma protecção de recursos marinhos, suscitada pelo processo de industrialização.

Acreditando numa pluralidade de momentos históricos em que se poderão encontrar indícios de terem existido raízes do actual termo, não se pretende aqui uma procura exaustiva. Apenas, que ao repensar um pouco as origens, possamos, por um lado, ficar com uma imagem mais alargada de algumas limitações que, à época, estariam adjacentes à concepção de governança. Mas repensar as origens pode também ter um efeito programático de se perceber no mundo, caminhos e lugares onde se descobrem identidades individuais e formas possíveis de incentivar a interacção.

De acordo com Vasconcelos (2000, pg 302) o termo governança descobre as suas raízes mais recuadas na palavra grega 'kubernan'[1], e vem depois a encontrar a sua época no período da Idade Média sendo associada aos sistemas das pastagens comuns da Inglaterra rural, onde se envolvia uma responsabilidade local de gestão comum das terras e seus recursos públicos (WHAT, 2000, pg 15,16).

O vocábulo 'kubernan' nasceu na Antiga Grécia, no berço da democracia, que na época se caracterizava pela participação directa dos cidadãos nos actos de governança (Millon, 2010, pg 60). Governança vem com a necessidade de pôr em prática um sistema de administração de um território vasto com base nos princípios democráticos da época. Mais especificamente, no tempo de Alexandre (330 a.C.), o termo governança surge associado ao de estratégia[2], em que esta última, adquire o significado de habilidades

[1] Derivando a palavra portuguesa do francês "gouvernance", com origem na forma latina "gubernantia", vai ao encontro das suas raízes mais recuadas no grego "kubernan" (Vasconcelos, 2000, pg 302).

[2] Quando estratégia se relacionava com um*a arte de conduzir exércitos*.

empregadas para vencer um oponente e criar um sistema unificado de governança global (Camargos, 2003, pg 28). Note-se que, como este último autor refere, o termo 'estratégia' tinha já assumido na anterior época de Péricles (450 a.C.) o sentido de habilidade administrativa, afastando-se de uma conotação bélica que lhe estava associada na sua origem.

Pode admitir-se que ao longo da história, tenham havido várias formas de governança, estabelecidas entre habitantes de um local que organizavam as suas actividades de maneira mais, ou menos, informal (WHAT, 2000, pg 44). Como é referido neste mesmo relatório WHAT, os sistemas mais informais de governança, remontando um tempo histórico distante, geraram em actividades como a pesca, formas de auto-gestão locais a partir de comunidades costeiras, entidades municipais, e representantes locais que auto geriam as pescarias moderando assim a competição pelos recursos.

Hardin recorre ao período da Idade Média para escrever a 'A Tragédia dos Bens Comuns" (1968). Dando como exemplo histórico os sistemas das pastagens comuns da Inglaterra rural, nos tempos da Europa feudal, refere que a prevalência dos interesses individuais impedia a manutenção do bem comum, levando à tragédia. A não prevalência dos interesses individuais implicava uma responsabilidade local de gestão comum das terras e seus recursos públicos, remetendo para a necessidade de controlo sobre o 'bem comum'. Em seguida, pode ler-se um excerto do artigo original, obtendo assim a imagem que este autor, nos anos sessenta, nos traz em relação à Idade Média:

> *The tragedy of the commons develops in this way. Picture a pasture open to all. It is to be expected that each herdsman will try to keep as many cattle as possible on the commons. Such an arrangement may work reasonably satisfactorily for centuries because tribal wars, poaching, and disease keep the numbers of both man and beast well below the carrying capacity of the land. Finally, however, comes the day of reckoning, that is, the day when the long-desired goal of social stability becomes a reality. At this point, the inherent logic of the commons remorselessly generates tragedy* (Hardin, 1968, pg 1244).

O autor explica que num patamar em que se alcança estabilidade social, os homens passam a seguir uma lógica em que cada homem acrescenta um animal ao seu pasto para ter mais proveito individual e, para o evitar, emerge a necessidade de controlo sobre o 'bem comum' (Ibidem).

No presente, para Jentoft (2007)[3] esta visão unidimensional de uma imagem pode ocultar aspectos, quando se tenta traduzi-la para uma definição política. Citando Ostrom[4], lembra que as políticas baseadas em metáforas, – e exemplifica com a metáfora 'tragédia dos comuns' – se podem tornar prejudiciais, porque ainda que permitam observar certos aspectos de um fenómeno social, podemos tender a rendermo-nos a eles, tendo dificuldade em distinguir outros.

Quando hoje se pensa em governança na Antiguidade Clássica, sabe-se que 'ser cidadão' era algo restrito às pessoas das Cidade Estado. Seguindo Elias (1993, pg 179) a pessoa, como *individium*, não encontra nas línguas clássicas nenhum termo equivalente ao de hoje. Como Elias refere, a pertença ao clã, à tribo, ou ao Estado assumia na concepção das pessoas uma importância irrevogável (idem). Não se descobria nestas sociedades uma necessidade de observar a pessoa, *persona* como um ser autónomo, singular (pg 180). O estímulo a um *sentido de habilidade* na forma de *participação directa* como hoje é entendida excluía à época todos os que estivessem para além dos limites de uma Cidade Estado.

Hoje, Fernandes (2009, pg 30) lembra que 'existe em cada tempo, ou em cada fase da história, um tipo específico de relação entre indivíduo e sociedade'. Investigar sobre a formação e uso de termos como *individual* e *social*, *individuo* e *sociedade*, o que revelam de meios linguísticos à disposição numa sociedade pode ser útil para obter uma definição mais clara sobre a evolução social que contribuiu para o facto de se ter começado e continuado a usar esses conceitos (Elias, pg 178).

Referindo-se às sociedades medievais, Elias (pg 183) observa que havendo referência ao conceito de *individium*, não se dirigia especificamente a seres humanos. A percepção da singularidade apenas vem mais tardiamente, já nas sociedades renascentistas, associada a um acréscimo de oportunidades de ascensão social individual.

Hoje um sistema de governança é analisado tendo em conta o modelo de democracia em que assenta. Debruçando-nos sobre os actuais modelos de democracia directa,

[3] Sem paginação. Jentoft S Limits of governability: Institutional implications for fisheries and coastal governance. Marine Policy (2007), doi: 10.1016/j.marpol.2006.11.003

[4] Ostrom E. Governing the commons: the evolution of institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press; 1990.

percebemos que têm como inspiração as Cidades-Estado da Antiga Grécia (Millon, 2010, pg 60), e os modelos de democracia indirecta/representativa, são intimamente relacionados com a concepção de Estado Democrático de Direito e mais associados ao Estado Democrático Moderno, que encontra as suas origens no século XVIII: 'o resultado das lutas liberais que tinham como objectivo o fim do absolutismo e com ele o fim da ausência de limites para a actuação estatal e da ausência de liberdades e garantias individuais, foi a busca do Estado de Direito e, mais do que isso pela democracia como ideal para muitos Estados'. Como a autora refere ainda, 'no modelo democrático do século XVIII há uma evolução para uma separação de poderes e definição de direitos individuais, que no século XIX progrediu vindo aproximar-se dos modelos de democracia semi-directa que hoje conhecemos' (idem, pg 61).

Durante o período entre os finais do século XVIII e meados do século XIX, a Europa e as Américas de colonização europeia, assistem à transição do absolutismo para o liberalismo. Esta modificação na organização política traduz uma passagem em termos de princípios de legitimação 'do fundamento da soberania dinástica, da ordenação divina do direito histórico ou da coesão religiosa para um fundamento de soberania popular electivo, laicismo, sistema de separação de poderes, patriotismo' (Candeias, 2005, p. 488). De acordo com Fernandes (2009, pg 30), no Século XIX não é só a igualdade, mas a diferença, que se torna uma exigência moral. Ao longo do século XIX, nos seus fundamentos de soberania popular electivo, laicismo, sistema de separação de poderes, patriotismo a construção de novos universos linguísticos expressam movimentos e ideais sócio-políticos opostos vindo a fazer com que se evoluísse, da distinção entre o individual e o colectivo para distinção de individualismo, socialismo e colectivismo podendo esta distinção ser relacionada com o antagonismo que, nos tempos modernos, se emprega nos termos *individual* e *social* ou *indivíduo* e *sociedade* (Elias, 1993, pg 184).

Nesta altura, os processos de industrialização e os subsequentes avanços tecnológicos são o factor dominante, que fez surgir a necessidade de a comunidade científica se começar a pronunciar em relação à inesgotabilidade de recursos marinhos. Surge relacionada, a figura de Thomas Huxley, cientista que se pronunciou, nos finais do século XIX, negando a necessidade de controlo de recursos porque estes, na sua visão, seriam inesgotáveis:

> *... I believe that it may be affirmed with confidence that, in relation to our present modes of fishing, a number of the most important sea fisheries, such as the cod fishery, the herring fishery, and the mackerel fishery are inexhaustible. And I base this conviction on two grounds, first, that the multitude of these fishes is so inconceivably great that the number we catch is relatively insignificant; and, secondly, that the magnitude of the destructive agencies at work upon them is so prodigious, that the destruction effected by the fishermen cannot sensibly increase the death-rate (Vasconcelos, sem data, pg 1).*

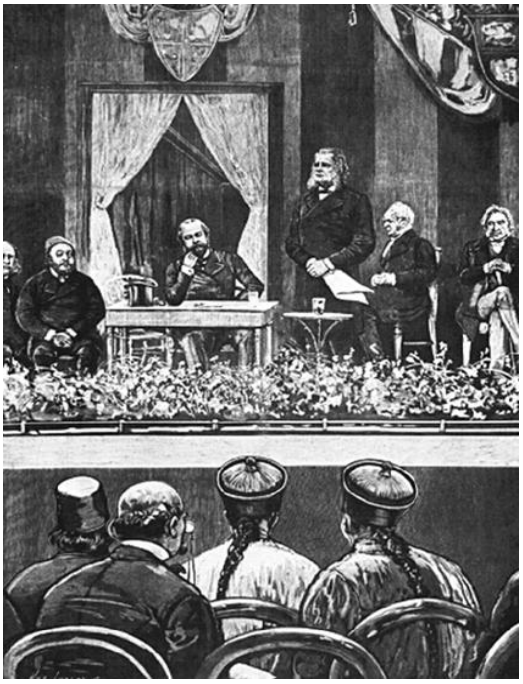
Sendo os sistemas de governança fortemente influenciados por paradigmas dominantes e assentando em regimes de direito tradicionais relacionados com as actividades a que se aplicam, a afirmação de Thomas Huxley, ao proclamar que os oceanos eram fontes inesgotáveis de recursos, veio a exercer implicações profundas na forma de organização da actividade das pescas, interferindo no campo das relações internacionais, tanto a um nível político como económico (WHAT, 2000, pg 44). Ainda que o paradigma da inesgotabilidade dos recursos só viesse a ser completamente rejeitado já no final da segunda Guerra Mundial (Ibidem), na afirmação de Baldaque da Silva expressando que 'a preservação das espécies é o primeiro problema das pescarias' em 1881 (Garrido, 2006, pg 25), ou na criação do Conselho Internacional para a Exploração do Mar (CIEM) em 1902 com o objectivo de avaliação biológica de um número determinado de espécies marinhas (Garrido, 2006, pg 29) talvez se possam encontrar leves indícios de um esforço da comunidade cientifica como alerta para a necessidade de a actividade pesqueira ser conduzida com o apoio da sua observação. Garrido (2006, pg 28) refere que o próprio Thomas Huxley ainda chegou a admitir o efeito devastador dos novos arrastões nas reservas de bacalhau do Mar do Norte.

Mas o que se deseja aqui observar é a questão colocada pela comunidade científica de então, que coloca a hipótese do risco de esgotabilidade de recursos tendo já a perspectiva de uma dimensão mais alargada, relacionando-se com o conceito de globalização que de acordo com Santos (2001, pg 43) tem, para alguns, uma longa tradição. A necessidade de uma forma de observância do ambiente marinho com uma dimensão diferente, isto é com uma amplitude mundial, e que, pela complexidade inerente ao avanço técnico, requer a observação científica, poderá talvez ter encontrado uma origem nesses finais do século XIX?

Capítulo 1. Retratando moldes do conhecimento em governança

1.1 Huxley e a imaginação nas ciências no final do Século XIX

O discurso de Thomas Huxley teve lugar em Londres no ano de 1883, durante a sessão inaugural da Exposição de Pescas. No seu discurso contraria a hipótese colocada pela comunidade científica de então, a do risco de esgotabilidade de recursos (Vasconcelos, sem data, pg 1). A hipótese colocada pela comunidade científica tem já a perspectiva de uma dimensão mais alargada, relacionando-se com um entendimento sobre globalização no século XIX como um fenómeno que contribui para um fortalecimento do poder dos Estados centrais (Santos, 2001, pg 43).



T. H. H. No discurso de abertura da Exposição das Pescas (1882). B.B.C. Hulton Hultun Picture Library

Se por um lado, nas afirmações da comunidade cientifica se pode observar esta necessidade de observação alargada, através de alguns dos escritos de Huxley podem perceber-se preocupações que autor expressava acerca das relações entre o conhecimento desenvolvido nas ciências naturais, a igreja e a decisão em política, isto é, a relação entre ciência e poder político, e por sua vez entre poder político e igreja, como poder ocidental, no século XIX.

Definindo-se a ele próprio como agnóstico, é-lhe atribuída a descoberta do conceito de agnosticismo. Através de um dos seus textos pode começar-se por se perceber que o termo se encontrava envolto numa polémica – expressa publicamente, podendo ser observado na imprensa de então[5] – entre o poder eclesiástico e a influência da teologia

[5] Veja-se imagem em Anexo I ou em "The Battlefield of Science and the Churches".

sobre o conhecimento científico[6]. No pensamento agnóstico o autor procurava a imparcialidade no suporte a proposições, baseando a sua validade, num princípio ético e intelectual que leva a que o autor indague aprofundando o conceito de conhecimento e os seus moldes na sociedade de então.

São estes moldes do conhecimento que levam o cientista a escrever sobre a História Natural como Conhecimento, Disciplina e Poder[7]. Percebendo-a como disciplina, a sua preocupação dirige-se à imparcialidade da consideração na ciência. No texto percebe-se como é essencial, para o autor, a faculdade intelectual, moral, ou ascetismo que encontra relacionada com a consciência do naturalista em perceber o conhecimento natural no sentido moderno da expressão. Isto é, como um conhecimento que deve o seu estatuto aos princípios, não apenas da ciência natural, mas de todo um conjunto de conhecimentos vindos de outras ciências em que o autor refere a Fisiologia, a Psicologia, a Geografia e a Geologia e que deveriam estar presentes na construção de uma História Natural. Convicto de que o sucesso da ciência depende mais do carácter do que da habilidade do cientista, o autor reflecte que, na ciência como poder, deve primeiro ser dada prioridade aos termos de *força-capacidade de acção e de resistência* como algo que se obtém pela ciência como disciplina capaz de treinar todas as faculdades referidas, uma vez que aquilo a que se chama a classificação natural dos seres vivos, mais do que uma mera classificação, é o resultado de um exercício prévio de grandes séries de investigação indutiva a partir de factos observados.

Por último, elegendo um terceiro pequeno texto, Huxley foca o contributo de Miss Martineau, tradutora da obra de Comte.[8] A perspectiva de Huxley é a de que a tradução da *Filosofia Positiva* de Comte, pode ser observada como indicadora do progresso na ciência a que, então, se tinha assistido nos últimos meses através da produção de trabalhos vindos dos principais departamentos e em que se lidava com as 'generalidades que em conjunto cooperam na ciência como um todo'.

---

[6] *Collected Essays* V, Agnosticism and Christianity [1899]. Veja-se texto integral em Anexo I ou aceda-se em: Agnosticism and Christianity [1899].

[7] Em *Scientific Memoirs* I. Veja-se texto integral em Anexo I ou aceda-se em: On Natural History, as Knowledge, Discipline, and Power.

[8] Veja-se texto integral em Anexo I ou aceda-se em: Martineau, et al.

Sabendo que a relevância da ciência para a política púbica tinha vindo a ser reconhecida desde o século XVII quando, em 1625, Francis Bacon alertou para a necessidade de se aprofundar o papel dos cientistas em relação à governação (Norse, 2000, pg 15), no século XIX, – e ainda no século XVIII com o início do positivismo em Comte, – a consciência da imaginação humana, que distingue os conhecimentos em relação aos conhecimentos da Idade Média, leva à crítica do sistema filosófico vigente. Saíra-se recentemente do período do iluminismo filosófico e de absolutismo político. Ora, como reflecte Clara (2011[9]) para os antigos filósofos os relatos dos viajantes medievais eram usados como as bases que constituem o sistema do filósofo. No século XVII, ao tomar forma de literatura de viagens começam a interferir directamente na área do conhecimento, da filosofia e da ciência (Ibidem). De acordo com este autor o 'discurso ficcional assim projectado não se configura como «verdade» nem como «mentira», ou configura-se modernamente como ambas, enquanto «representação da vida» simultaneamente alegórica e histórica'. Como refere ainda, no século XVII, 'abrira-se o caminho para que o conhecimento fosse olhado como ficção (Berkeley) e a Ciência, por seu turno, fosse ficcionada. Tinha sido encontrado «aquele lugar fora do mundo» (para dizer como Novalis) que haveria de transformar, e tantas vezes antecipar, o próprio mundo'.

No século XIX, as 'questões morais em torno da acção' para que Huxley alerta eram observadas pelo fundador do conceito de sociologia Emile Durkheim que escreve em 1893 As Regras do Trabalho Social. O autor reflecte assim a ciência, então: 'Mas diz-se, se a ciência prevê, ela não comanda. É verdade; ela diz-nos somente o que é necessário à vida. Mas 'supondo que o homem queira viver', como não ver que uma operação muito simples transforma imediatamente as leis que ela estabelece em normas imperativas de conduta?' Para este autor, 'sem dúvida, [a ciência] transforma-se então em arte' (2004, pg 315).

Com base em Resende (sem data, pgs 102, 103) nos escritos sociológicos deste autor, o individualismo surge como questão social, como uma denúncia às definições descontextualizadas e a-temporais de individualismo nas perspectivas da economia da

[9] Sem paginação. Em Interact Revista online de Arte cultura e tecnologia, nº 17. Disponível em: http://interact.com.pt/17/aquele-lugar-fora-do-mundo/

época. Este texto parece ter como questão de fundo uma sociedade onde as modificações do entendimento sobre moral continuam a ser influenciadas ao sabor de conhecimentos metafísicos e empoladas idealisticamente para a realidade numa sociedade que de acordo com Resende que era definida como um 'todo orgânico'. Ao procurar o facto social, procura estabelecer como método 'uma ciência da moral', propondo que a modificações no entendimento sobre moral tenham como base o experimental, o facto externo para tradução no direito (Durkheim, 2004). Neste autor, como em Huxley, ou anteriormente em Conte com o nascimento do positivismo, ainda que de formas distintas, constata-se uma procura do indivíduo, e esta procura, ao basear-se no experimental, obriga o cientista, antes de mais a observar o local. Como já anteriormente indicado, no Século XIX não é só a igualdade, mas a diferença, que se torna uma exigência moral (Fernandes, 2009, pg 32).

Para Simmel, autor do século XIX, nas sociedades observa-se um individualismo que se entende diferente do que reflecte em relação às sociedades iluministas e às sociedades renascentistas. Nesse século, estas últimas são reflectidas por Simmel, como o início de 'um período que começava a separar-se dos liames das formas comunitárias da Idade Média e em que o individuo singular não acreditava não poder representar-se a si mesmo de uma maneira bastante distinta, autónoma e característica' (Fernandes, 2009, pg 31). É sobretudo no século XVIII que o individualismo aparece associado à liberdade e à igualdade face aos constrangimentos externos. Na sua base, estava a ideia da «igualdade natural dos indivíduos». (…) «O universal abstracto torna-se valor último da personalidade». No século XIX, o individualismo surge como um «individualismo qualitativo por oposição ao individualismo numérico do século XVIII, ou da unicidade por oposição ao da singularidade» (ibidem, pg 32).

Pode perceber-se através da sua Filosofia da Paisagem (2009) também a sua preocupação pelo que nela se revela de uma diferenciação artificial: 'A individualização das formas interiores e exteriores da existência, a dissolução dos liames e dos vínculos originais em entidades autónomas diferenciadas – esta grande fórmula do mundo pós-medieval é que nos permitiu também ver a paisagem como ressaindo da natureza. (…) A natureza, que no seu ser e no seu sentido profundos nada sabe da individualidade, graças ao olhar humano que a divide e das partes constitui unidades particulares, é reorganizada para ser a individualidade respectiva que apelidamos de "paisagem"' (Pg 7).

A crítica do autor é uma reflexão em que parece surgir alguma oposição à superioridade que o poder entendia para si próprio na sua forma de conhecimento: 'Que a parte de um todo se torne um outro todo independente, que dele se emancipe e, frente ao mesmo, reivindique um direito próprio – eis, porventura, a tragédia fundamental do espírito em geral, que na época moderna chegou à sua plena consequência e estorvou em si o rumo do processo cultural. (…) Sabemos que o nosso centro está, ao mesmo tempo, fora de nós e dentro de nós, pois nós próprios e a nossa obra somos simples elementos de totalidades, que nos reclamam como unilateralidades sujeitas à divisão do trabalho – e, no entanto, queremos nisso ser algo de torneado, algo que se apoia em si mesmo, queremos criar algo de comparável' (pg 7 e 8).

As preocupações que surgiram nos escritos de Durkheim e na Filosofia da Paisagem de Simmel, podem fazer reflectir para o que Santos (2007), hoje, indica nas suas 'concepções abissais de epistemologia e legalidade' (pg 8). A base das concepções de humanidade e de dignidade humana dos humanistas dos séculos XV e XVI, quando a curiosidade do poder da igreja se revelava acerca da existência ou da inexistência de alma e a conclusão apontava para os povos selvagens como receptáculo vazio (pg 9), e as teorias do Contracto Social do século XVII, que 'eram tão importantes pelo que diziam como por aquilo que silenciavam' ao definirem a igualdade da sociedade civil nos limites das fronteiras convencionais dos conhecimentos e da legalidade dos homens metropolitanos e abandonando todos aqueles que se encontram segundo as suas próprias concepções num *estado de natureza* (pg 11).

Refere-se ainda que a consciência da diferença criada artificialmente pode ter tido uma tradução política positiva, observável no que em seguida se indica. Empregando aqui uma expressão de Bourdieu, 'por contrabando', entraria na ciência (e na política) a primeira concepção do conceito de *pobreza absoluta* tendo sido introduzido por Rowntree, no final do século XIX. Inicialmente aplicado na Inglaterra, tentava traduzir a despesa mínima necessária à manutenção da saúde meramente física (Costa, 2001, pg 16). Pode ser um indício de que alguém nas ciências económicas teve como preocupação a diferença, e que esta preocupação foi um dia essencial para que se viessem a criar e aprofundar o entendimento sobre o conceito de vulnerabilidade humana?

A recente visão de Giddens através do que imagina como uma *dimensão 'vazia' de tempo* percebe que, como se referiu anteriormente, *muitas formas de tempo vivido são*

possíveis em sociais estruturados através da separação do tempo do espaço (1994, pg 15). A visão de Coelho (sem data)[10] sobre os quotidianos da sociedade tradicional permitem perceber as situações de miséria que se prolongaram nas aldeias e nas cidades no período do Antigo Regime. Sem entrar em detalhe, refere-se aqui a distância entre uma aldeia e uma cidade. Com base no texto desta autora, ali na aldeia, as pessoas têm medo da cidade. Longe dos vagabundos que partiram e acabaram a vaguear nas ruas das cidades, as aldeias permaneceram isoladas durante o Antigo Regime, no espaço, e no conhecimento do que se passava no poder político. A alfabetização a que Giddens se refere como 'monopólio ciosamente guardado por uns poucos' nas culturas pré-modernas, prolongar-se-ia em muitos locais do mundo. A imprensa para que Giddens reflecte, encontrava como barreira o analfabetismo. De acordo com Sarmento (sem data, pg 33) a escola pública Apenas viria a ser fundada no Século XVIII. Ultrapassar os 10% de gente que lê era algo que se podia observar apenas em regiões muito específicas e delimitadas no espaço[11] (Coelho, sem data, pg 91).

Sem aprofundar mais aqui, no século XIX percebem-se, para já, indícios de uma preocupação nos autores referidos em distinguir o que é moral do que é físico, em distinguir a imaginação da realidade observável – que está na base do positivismo de Comte – na tradução da ciência e da política, da qual já há aqui indicações de estar próxima desde pelo menos o século XVII. Em distinguir entre natureza e paisagem e em que esta segunda surge como o que é artificialmente criado pelo homem na natureza. Conseguir perceber a diferença entre empolar e extrapolar na procura da diferença criada artificialmente, traduzia um contexto em que se encontra a preocupação de Huxley pela procura de *ciência como disciplina* capaz de *treinar* todas as *faculdades* referidas dando atenção aos conceitos de *força-capacidade de acção e de resistência*. A crítica à descontextualização e à a-temporalidade reflectem já para a percepção de diferentes capacidades de resistência entendidas na vulnerabilidade do ser humano, percebido num espaço, e que podem também ser pensadas também no tempo uma vida, – como a resistência de uma criança em relação à resistência de um adulto, no mesmo

[10] Fórum Sociológico nºs 1 e 2 (2ª Série), pp. 83-94.

[11] De acordo com esta autora os 10% significam um grau de exigência em que apenas se exige que se saiba assinar o nome. Estes 10% são observados em relação ao Antigo regime no seu conjunto. Apenas nas regiões mais letradas, Flandres, Holanda, Norte de França, Inglaterra e Escócia, se ultrapassam esta percentagem.

local – dando esta distinção os primeiros passos para reflexões sobre prioridades em política.

Para já e para finalizar, recorda-se que com a resposta de Thomas Huxley os anos seguintes se mantêm suportados no paradigma da inesgotabilidade de recursos. Ainda que o próprio autor se expresse mais tarde negando a sua anterior afirmação, este recuo apenas se pode criticar com base numa análise mais aprofundada da história da sua vida e do século XIX. Facto é que, tanto quanto se sabe, o problema da esgotabilidade dos recursos é adiado, só vindo a ser formalmente afirmado pela ciência na arena política internacional dos meados do século XX.

T. H. H. À conversa com a Sereia[12]

[12] A imagem foi publicada na imprensa – *Punsh*, sem data. Retirada de: http://aleph0.clarku.edu/huxley/

1.2 Hardin na 2ª metade do século XX e propostas da economia ecológica

Quando Hardin, em 1968, cria a metáfora em torno da Idade Média, influencia a economia internacional ao servir como inspiração à economia neoclássica aborda o tema com base em três modelos paradigmáticos fundamentais e complementares: a *tragedy of the commons*, ou "tragédia dos (bens) comuns", formulado em 1965 por Garrett Hardin; o dilema do prisioneiro na teoria dos jogos; e a abordagem de Ronald Coase sobre os direitos de propriedade (Lauriola, 2009, pg 5) [13].

As críticas da investigação na área das pescas em economia que lhe têm sido dirigidas são em torno da própria definição de 'commons'. Estes não são entendidos como recursos comuns, mas sim recursos em livre acesso. Para Coelho (1998, pg 8) o problema começa por ser colocado pelo artigo de Gordon (1954) sobre as pescas permanecendo nos escritos de autores reconhecidos da teoria dos direitos de propriedade para se ver reforçada por Hardin na sempre citada alegoria 'The Tragedy of the Commons'. Para a economia, como indica a perspectiva de Lauriola (2009), esta distinção tem muita relevância por dois motivos: Primeiro, porque na realidade, para recursos importantes, os commons são espaços e recursos naturais coletivos, apropriados e gerenciados por grupos definidos, segundo modalidades e regras definidas; segundo, porque é possível observar e demonstrar que, histórica e geograficamente, os commons constituem a regra, enquanto o livre acesso representa a excepção (pg5).

Com base no artigo 'A Tragédia dos Comuns' (1968), no artigo 'Extensão à A Tragédia dos Comuns' (1998)[14], e na entrevista 'Living in a World of Limits' (1997)[15] pode perceber-se que no seu discurso recorrentemente cita com casos de excepção, como aos anteriores autores reflectem. Tal como a metáfora criada em torno dos comuns, a

[13] Com base neste autor, entre as alternativas apresentadas que significam: "socialismo", mediante intervenção directa do Estado; ou privatização, mediante gestão descentralizada pelo mercado (pg 5), leva no contexto dos anos sessenta, a que se adopte o modelo Coase no mercado: 'Nesta altura o modelo de Coase, demonstrando a eficiência da solução de mercado fundada na definição de direitos de propriedade privada e em ausência de custos de transacção, faz balançar a escolha de vez em prol da privatização'.

[14]Veja-se texto integral em Anexo II ou aceda-se em: Extension of The Tragedy of the Commons

[15] Veja-se texto integral em Anexo II ou aceda-se em: Living in a World of Limits

alegoria ao barco de salvamento sobrelotado em 'Lifeboat Ethics'[16], Hardin revela a sua preocupação empolando com base em casos extremos. Com base em A Tragédia dos Comuns, pode perceber-se as motivações de que parte para a sua análise.

A comunidade científica procurava na altura soluções técnicas para os problemas da poluição que então observavam, e apelidava a classe de problemas humanos como problemas sem nenhuma solução técnica. Hardin, pegando num anterior artigo cientifico em que se alertava para o tema da 'segurança nacional num mundo nuclear', recusa a possibilidade de se encontrarem soluções técnicas para os problemas da poluição, assim como a possibilidade de qualquer táctica usada na 'teoria dos jogos' poder vir a travar esse aumento. O autor relaciona a poluição com o 'crescimento da população' e parece tentar, escrevendo o artigo, fazer pressão para que fosse colocado nessa 'classe de problemas' que a comunidade científica tinha dificuldade em definir[17].

Continuando a leitura do artigo de Hardin, a sua atenção, desenrola-se para as correntes de pensamento em torno dos direitos humanos que se vinham a desenvolver e transpor para a comunidade internacional já desde 1948, afirmando-se contra estas. No ano que antecede a publicação do artigo trinta países tinham aderido à Declaração dos Direitos Humanos afirmando que à família assiste o direito de decidir sobre si própria como unidade. Da sua critica pode retirar-se um receio do autor pelo poder que a sociedade começara a depositar nas Nações Unidas depois da Segunda Guerra. Dirige-lhe a sua critica por achar que não deve ser entendido como único recurso, e escreve, pensando na concepção de Estado de Bem-Estar, a necessidade de haver formas de controlo sobre o crescimento da população nos locais, incidindo sobre o controlo da natalidade, como forma de evitar a miséria da população cujo crescimento tem consequências comparáveis ao que acontecera um dia na Idade Média, mas agora com dimensões globais.

[16] 'Lifeboat Ethics' é um outro artigo do autor que comenta numa das respostas durante a entrevista referida. Trata-se de uma alegoria ao instinto de sobrevivência em condições extremas, com uma imagem que se passa num barco que se torna pequeno para o número de tripulantes.

[17] O crescimento da população era um tema que preocupava já várias pessoas estando associado aos inícios da Revolução Industrial pela mão de Malthus na sua teoria geométrica. Seguindo esta linha malthusiana o autor recorre ao matemático Loyd cujo trabalho desenvolvera no texto *Two Lecturers on the Checks of Population* escrito em 1832.

Já na última década do século XX, Hardin pelo prolongamento do artigo *A Tragédia dos Comuns,* ao escrever *A Extensão da Tragédia dos Comuns* (1998) e pela anteriormente citada, entrevista que concedeu, o que se consegue extrair dos seus escritos é um discurso de alerta para as dificuldades em traduzir um cenários de interdisciplinaridade e recusa a possibilidade de se conseguir modificar esses comportamentos pela via da edução. As suas preocupações, de forma geral, continuam a ser relativas à sobre população e aos limites dos recursos. As soluções apresentadas passam sempre por um reforço de controlo.

A partir dos anos setenta a economia ecológica encontra em Elinor Ostrom uma corrente de pensamento multidisciplinar que se distancia do paradigma neoclássico. Seguindo Loiola (2009, pg 8): *Para a economia ecológica de hoje trata-se de demonstrar: que, ao contrário do cenário dicotômico prospectado inicialmente, Estado ou mercado existe uma terceira via para evitar a tragédia: a gestão comunitária. Além disso, tal terceira via não é única: ela possui grande diversidade institucional interna, podendo e precisando se articular de forma flexível e adaptada à diversidade das reais situações locais, culturais e históricas.* Na sua génese a crítica formulada por Ostrom vem refutar a posição neoclássica, obrigando a reformular as controvérsias que surgem do modelo Coase ao levar em conta um universo de alternativas possíveis àquela (Ibidem).

1.3. Jentoft face à governabilidade na Política Comum de Pescas

A crítica de Jentoft (2007) relativa aos limites na governabilidade dos sistemas que gerem a actividade de pescas tem como referência a visão de Hardin (1968). Tendo como intenção perceber estes sistemas, o autor critica a unidimensionalidade da análise da imagem referida, por poder ocultar aspectos, quando se tenta traduzi-la para uma definição política.

Há dois pontos que se podem aqui reter para que se entenda esta crítica de Jentoft a Hardin no contexto da PCP. A relação com a imagem trazida por Hardin acerca da necessidade de reforço da autoridade pública no local para resolver o problema população, viria a traduzir-se na realidade europeia, em primeiro lugar, num reforço da regulação (autoridade em Hardin), mas neste caso comunitária, e fazendo-se sobre os territórios das doze milhas, – e assim também da pesca local e fluvial. Esta regulação

desenhada com base na regulação para a pesca longínqua a partir de organismos internacionais, é transposta para a PCP transformando-se como o andar dos anos no que Hadjimichael (sem data) vem a perceber como um 'fardo legal das pescas', revelando-se desadequada e criando um fosso entre o Norte e o Sul da Europa. Mas se este é o ponto de base na regulação, ele traduz a forma como a PCP se inspirou nos três paradigmas da conservação, da racionalização e o paradigma social/comunidade ao propor-se resolver um complexo conjunto de problemas (Jensen, 1999, pg 11). Eles influenciam nas prescrições políticas (Ibidem, Hegland, 2004, pgs 43 e 56) e deveriam moldá-la em equilíbrio. A assimetria que traduzem, de acordo com o segundo autor (pg 43) acabaria por expressar a amplitude de necessidades em que baseia o aconselhamento científico, levando-nos ao segundo ponto da relação com a imagem de Hardin – o problema da população. Neste caso a exploração de recursos marinhos, desenvolvida pela população de pescadores, resolver-se-ia apoiando-se na 'gestão de stocks' tornando-se esta a espinha dorsal da PCP. Gerindo stocks gere-se a população que os explora e assim seria fundada a necessidade da investigação e aconselhamento através da regulamentação num modelo de reforço da autoridade comunitária[18].

Os cinco truísmos que Jentoft criou previamente vieram estimular para a necessidade de se aprofundar a componente social na construção de sistemas em pescas. Para este autor: 'stocks de peixe saudáveis requerem comunidades de pesca saudáveis; Não são apenas os cientistas que têm conhecimento acerca de peixe e pescas, também os pescadores têm esse conhecimento; Os pescadores não pescam apenas em barcos individuais, eles também pescam em comunidades' (1994, pg 91e92)[19]. O artigo publicado nos anos noventa vem afirmar a necessidade de perceber alternativas aos sistemas e modelos existentes na gestão das pescas (pg 93), de aprofundar tradução de distintas linguagens na pesca alargando os territórios da pesca a novos grupos, como os cientistas sociais ou como os utilizadores dos recursos na sociedade civil aprofundando um diálogo entre cientistas e pescadores.

[18] A este respeito pode ler-se Syms: 'Most of the effort invested in the policy process is concerned with establishing annual TACs and securing compliance with catch quotas, minimum landing sizes, by-catch limits and closed areas. Herein lies the major cost burden of fisheries management in terms of research, implementation, enforcement and monitoring' (Syms, 2010, pg 270).

[19] Os truísmos do autor são referidos a itálico.

Para ele, como Hardin referia, de facto a sobrepesca é um problema que tem origem numa base social (pg 93). Mas o que este autor observa nas pescas é que a preconização de Hardin se transformava em realidade, mas apenas porque ao afirmá-la acabaria por influenciar a forma de pensar na política de pescas criando distâncias entre formas de conhecimento e enfraquecendo a possibilidade de as comunidades se auto regularem, apresentando-se mais como uma consequência do que como uma causa para o estado actual da gestão (pg 94).

A sua crítica desenvolve-se ainda num outro sentido que permite reflectir para o conhecimento do conceito de pobreza. Para este autor a necessidade de se aprofundar conhecimento em relação às comunidades recai na trivialidade da observação de que 'a pessoa é pobre porque pesca demasiado'. Levando à apresentação do último truísmo, o autor refere que situações há em que *se pesca* 'demasiado porque se é pobre' e neste sentido, se a gestão das pescas é uma pré-condição do desenvolvimento da comunidade, esta não é viável sem que nela se perceba o que envolve o seu desenvolvimento (pg 95).

Este texto, e ainda num outro texto seu em que a comunidade é entendida como o *Missing link da gestão de pescas* (2000), podem ser interpretados como uma critica à ausência de conhecimento em relação às práticas de partilha como sistemas culturais e sociais e consequentemente aos motivos que despoletam os conflitos locais. Esta ausência pode levar a que a política não se aperceba de consequências como uma crescente estratificação social a que a aplicação de direitos de pesca ou a atribuição de licenças pode despoletar na comunidade. Para este autor a regeneração dos veios de solidariedade no local pode ser fortalecida por uma gestão capaz de se aperceber da *complexidade* que os pescadores enfrentam no local e em que a gestão das pescas é apenas um dos problemas que se deve compreender relacionado com novas tecnologias, migrações e crescentes impactos da globalização nas comunidades (pg 54).

A preocupação do autor passa, portanto, pelo facto de estes problemas não estarem a ser tidos em conta como preocupações na gestão das pescas (idem). De um ponto de vista da tradução em político, a criação de conceitos produzidos pelas ciências sociais para a gestão das pescas pode, desta forma, preencher espaços que é necessário estudar. Mais ainda, a leitura dos escritos referidos de Jentof permite perceber que no início deste século a gestão se desenvolve ignorando o nível da comunidade sendo exclusivamente baseada em relações entre agências governamentais e utilizadores individuais (2000, pg 53). A partir de um outro texto seu, a preocupação em aprofundar as linguagens nas

pescas, algo que o autor faz a partir de uma discussão do conceito de instituição, permite perceber diferentes perspectivas sobre este último e em que as pescas são percebidas em contextos familiares, empresariais, ONGs, institutos de investigação, agências governamentais, muitas vezes reflectidas como sistemas simbólicos partilhados como a religião, a linguagem, a lei e a ciência (2004, pg 138).

Pensando então no exemplo da comunidade, como *link* entre social e político, na necessidade de conhecimento para que esta se efective como link, pode reflectir-se como uma instituição que aproxima a política dos locais ao ser entendida como uma ampliação que se faz na escala de observação, surgindo assim como link entre a família, a empresa local, a rede social local, e a rede social que a abrange, a empresa que compra. Podendo ser perspectivados de formas diferentes no universo das ciências sociais, dentro da sociologia, a comunidade pode, na visão a que o autor recorre ser percebida a partir da distinção entre funcional e interdependente (2000, pg 56 e 57). O que Jentof vem propor é que a conjugação entre uma visão funcional e interdependente, se faça mediante uma observação empírica prévia, uma vez que na realidade as comunidades de pesca exibem uma mistura entre estes modelos teóricos, e retirando desta forma a necessidade da procura do local, mediante uma sistematização que possibilite em política ir ao encontro de bases de reflexão nas populações locais.

Capítulo 2. Um olhar pela governança e a procura dos conhecimentos locais…

2.1...no cenário de globalização durante a segunda metade do século XX

A Segunda Guerra Mundial e as políticas económicas dos anos oitenta parecem ter sido dois períodos que levaram a uma reavaliação do papel do Estado, e da necessidade de participação de outros actores no panorama internacional.

A ideia da necessidade de protecção, como factor que contribui para que os indivíduos se agrupem, e como condutora da necessidade da própria criação da identidade de Estado, fez com que ao longo da história se lhe tivesse feito corresponder uma determinada legislação que prevenisse e regulasse as condutas na ordem social vigente (Ribeiro, 2004, 22 a 24). Na visão de Elias (pg 184), antes da segunda Grande Guerra o conceito de sociedade referia-se normalmente de forma implícita à forma organizacional de Estado. Mas, após a segunda Guerra Mundial, os governos de várias democracias acordaram na necessidade de serem criadas entidades, ao mesmo tempo, capazes de observar a democracia e prevenir contra a proliferação de regimes ditatoriais, mas que, não viessem elas próprias a degenerar-se numa forma de governação global ilegítima. Surgindo da premissa de formação de modos de governação global teria de ser dado ênfase a novos processos de governar que impossibilitassem conceptualmente a hipótese de criação institucional de um governo global, pelo risco que representava como eventual precedência a formas totalitárias de governação (Koholer-Kock, 1999).

Num esforço integrado, face a riscos emergentes, parecem surgir de acordo com Elias (pg 190) 'formas iniciais de uma ética mundial, nomeadamente o aumento sucessivo da identificação dos homens'. A concepção de risco que lhe está associada, pode ter conduzido à necessidade de criação novas formas de observância global, de Organizações Não Governamentais, cuja acção é focalizada, a tornar-se actores observando a definição e gestão de políticas públicas, passando a exercer um papel social junto dos órgãos de governo ou organismos internacionais (Fonseca, 2009, pg 22 e 23), necessidade essa, que vem em função de os estados-nação terem perdido o seu lugar de destaque como actores na arena política, gradualmente ocupado por uma grande variedade de novos actores sociais cujas interdependências de poder urge organizar (Koholer-Kock, 1999). Gera-se uma evolução da concepção de risco como global, que pode ser observado em Elias (1993) pela 'possibilidade técnica duma autodestruição de toda a humanidade' assente na evolução das tecnologias de armamento (pg 252) como perigo 'eminente' que ultrapassa as fronteiras nacionais, para

colocar em risco a humanidade. Esta visão de 'unidade de sobrevivência' do autor reflecte a deslocação da função dos 'estados como garantes da segurança física dos seus cidadãos' para unidades trans-estatais.

Apesar da tradição histórica que se verifica tanto na necessidade de regulação como, de acordo com autores como Tilly no fenómeno de globalização, a relação entre as duas pode ser observada como algo mais recente em termos históricos, nas palavras de Santos (2001, pg 43): 'o impacto actual da globalização na regulação estatal parece ser um fenómeno qualitativamente novo'.[20] O mesmo autor (2001, pg 31) referindo-se quanto aos processos da globalização reflectiu que a amplitude e profundidade das interacções transnacionais [das últimas três décadas] levaram a que alguns autores ao longo da década de noventa as observassem como uma ruptura em relação às anteriores formas de interacções transfronteiriças, um fenómeno novo designado por 'globalização'.

Seguindo a visão de Santos (2001, pg 43), nos anos oitenta, faz-se referência a uma nova economia mundial de onde emergem três grandes capitalismos[21], cujas transformações com intensidades desiguais, pela forma como afectam as políticas económicas nacionais, têm orientações sustentadas num consenso económico neoliberal em que, institucionalmente, se restringe drasticamente a regulação estatal da economia, se adquirem novos direitos de propriedade internacional para investidores estrangeiros, e se subordinam os estados nacionais às agências multilaterais como o Banco Mundial, o FMI e OMC. As transformações sociais fazem emergir discussões em relação ao impacto das empresas multinacionais nas formações de classe – os seus membros [grupos locais ou internacionais] partilham (…) um interesse comum de classe nas relações do poder político e do controlo social que são intrínsecas ao modo de produção capitalista – e na desigualdade a nível mundial em que crescentemente as agencias multilaterais vinham a ser reconhecer como injusto (pg 35 a 39).

[20] Diferente do impacto do contexto internacional no Estado-Nação. Quanto a este último fenómeno, o autor refere que é inerente ao sistema inter-estatal moderno e está inscrito no próprio tratado de Vestefália em 1648.

[21] O americano, o japonês, e o europeu baseado na União Europeia e nas relações desta com a Europa de Leste e o Norte da África.

De acordo com este autor, que observa dois abalos tectónicos durante os últimos sessenta anos, nos anos setenta e oitenta começou a assistir-se um fenómeno que descreve como: 'a lógica da apropriação/violência tem vindo a ganhar força em detrimento da lógica da regulação/emancipação. Numa extensão tal que o domínio da regulação/emancipação não só está a encolher, como também está a ficar contaminado internamente pela lógica da apropriação/violência' (Ibidem, pg 12). Este movimento controverso assume-se em formas de hegemonia contrariando o anterior abalo que se verificara nas lutas anti-coloniais e processos de independência das antigas colónias e transparecia como se estava a conseguir sobrepor a organização e reclamação do direito à inclusão no 'paradigma da regulação/emancipação' por parte dos povos anteriormente colonizados, contra o 'paradigma da apropriação/violência' (pg 11). A este propósito o autor refere: 'Desta feita, as linhas globais estão de novo em movimento, mas de uma forma tal que o outro lado da linha parece estar a expandir-se, enquanto este lado da linha parece estar a encolher'[22].

Com o neo-liberalismo e como resposta ao relativo fracasso das políticas de desenvolvimento dos anos 1980, a adopção do conceito de governança por agências internacionais, como o Banco Mundial ou o Fundo Monetário Internacional, fez com que passasse a ser um elemento-chave das agendas governamentais (Fonseca, 2009, pg 21). Nos anos 90, o tema da governança torna-se 'objecto de investigação científica, tanto teórica como empírica' (Rodrigues, 2010, pg 24).

A expressão governança, é recuperada no panorama político internacional, a partir de considerações trazidas, principalmente, pelo Banco Mundial, ao afirmar a necessidade de avaliar a 'capacidade governativa não apenas pelos resultados das políticas governamentais, mas pela forma como é exercido o poder' (Gonçalves, 2005, pg 1). Os incentivos por parte de Organizações Não Governamentais (ONG) entre 1992 e 1998, viriam a retomar 'governança' como uma área chave no plano internacional (ONU, Governance, Briefing Papers[23]). Enquanto os termos 'Boa Governação' e 'anti-corrupção', foram sendo promovidos pelo Banco Mundial, a Organização para a

[22] Apesar de me parecer que esta linha de pensamento se relaciona mais com o impacto internacional no Estado-Nação referido na referencia 21, faz sentido referi-la aqui no sentido em que o poder económico que se forma nos anos oitenta no neo-liberalismo como classe poder conseguir influenciar a política surgindo como travão à emancipação social referida por Santos.

[23] Disponível em: http://cyberschoolbus.un.org/briefing/governance/gvprogress.htm

Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) promoveu junto dos governos de vinte e nove países debates em torno do desenvolvimento e aperfeiçoamento das suas políticas sociais e económicas. Por seu lado, durante este período, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) dedicou metade dos seus recursos à promoção de uma 'boa governança' e 'boa gestão' de recursos públicos nos países em desenvolvimento (ONU, Governance, Briefing Papers[24]).

Pensando internacionalmente na forma de observar o exercício do poder político de uma nação na gestão dos assuntos internos (Rhodes, 1996, pg 256), Boa Governança é dimensionada pelo Fundo Monetário Internacional em: *Voz e participação* dos cidadãos na eleição dos seus governos, assim como, liberdade de expressão, associação e imprensa*; Estabilidade política e inexistência de recurso à violência; Capacidade de governação efectiva:* traduzida pela qualidade dos serviços públicos, e pela capacidade de autonomia da sociedade civil e dos seus serviços em relação às entidades políticas*; Regulamentação* criada e mantida pelo governo possibilitando políticas que incentivem e promovam o desenvolvimento do sector privado*; Vigência da lei* que se traduz na confiança que os agentes sociais depositam na formulação e aplicação das leis e regulamentos que organizam a sociedade*;* e *controlo da corrupção* (FMI[25]).

Num sentido confinante, esta revisão de papeis pode ter tido como base a necessidade observada numa visão de alguns autores no início da década de oitenta que se referiram a ela como a 'emergência de uma nova divisão internacional do trabalho' (Santos 2001, pg 35), e pode ser imaginada num mundo que 'baseia os seus modelos de conhecimento e direito tradicional e territorialmente, e onde se gera uma dicotomia, excluindo um território social por se revelar incapaz como organizador tornando-o um território do a-legal com direitos não oficialmente reconhecidos' (Santos, 2007)[26].

---

[24] Disponível em: http://cyberschoolbus.un.org/briefing/governance/gvprogress.htm

[25] Disponível em: http://info.worldbank.org/governance/wgi/resources.htm

[26] O autor dá-nos a conhecer as duas linhas que considera como principais responsáveis pela dualidade do pensamento, pelo mesmo denominado de, *abissal*, e cuja dicotomia entre o legal e o ilegal são as duas únicas formas relevantes de existência perante a lei, e, por esta razão, a distinção entre ambos é uma distinção universal: 'O conhecimento e o direito representam as manifestações mais bem conseguidas do pensamento abissal. O conhecimento moderno em que consiste a concessão à ciência moderna do monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso, em detrimento de dois conhecimentos

Neste momento, a governança a partir de identidades como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, entendidas na linha de criação da ONU com os seus respectivos programas de desenvolvimento, pode ser observado, em relação a períodos passados, como 'o último período de um muito longo processo social não planeado que, passando por muitas fases, leva de unidades sociais mais pequenas e menos diferenciadas, a unidades sociais maiores, mais diferenciadas e mais complexas' (Elias, pg 189)[27], e em relação ao futuro como uma resposta para guiar a governação globalmente, sem que tal colocasse em risco *a legitimação democrática activa*, mas cuja revisão se apresentou necessária pela amplitude de território que abrangia.[28]

A visão pluricausal de Santos defende ainda que nas últimas três décadas o fenómeno de globalização parece afastar-se do que anteriormente era interpretado como o padrão moderno ocidental de globalização – 'globalização como homogeneização e uniformização'. Santos (2001, pg 32), refere que' parece combinar a universalização e a eliminação das fronteiras nacionais, por um lado, o particularismo, a diversidade local, a identidade étnica e o regresso ao comunitarismo, por outro'. Santos, refere como o 'global que acontece localmente', e ainda como, 'é preciso fazer com que o local contra-hegemónico aconteça globalmente'. Para isso não basta prover a pequena escala em grande escala (pg 79). A teoria da tradução do autor Santos remete para que se criem condições para uma 'inteligibilidade recíproca entre as diferentes lutas locais aprofundar o que têm em comum, de modo a promover o interesse em alianças translocais e criar capacidades para que estas possam efectivamente ter lugar e prosperar'.

Santos (1997), explica a justificação de uma política progressista e emancipadora de direitos humanos com âmbito global e com legitimidade local (pg 13). A tese deste autor em relação aos direitos humanos é que, 'enquanto forem concebidos como direitos humanos universais, os direitos humanos tenderão a operar como *localismo* globalizado', tendo dificuldade em agir como 'globalização contra-hegemónica', isto é de-baixo-para-cima (pg 18), e justificando a necessidade de se reconceptualizar os direitos humanos como multiculturais (pg 19): 'O multiculturalismo, tal como eu o

---

alternativos: a filosofia e a teologia; e o direito moderno em que este lado da linha é determinado por aquilo que conta como legal ou ilegal de acordo com o direito oficial do Estado ou com o direito internacional'.

[27] O autor refere ainda: 'como as Nações Unidas e também o Banco Mundial'.

[28] Expressões a itálico retiradas de IFL, 2009.

entendo, é pré-condição de uma relação equilibrada e mutuamente potenciadora entre a competência global e a legitimidade local, que constituem dois atributos de uma política contra-hegemónica de direitos humanos no nosso tempo'. Neste sentido refere que: 'a questão da universalidade dos direitos humanos trai a universalidade do que questiona pelo modo como o questiona', uma vez que a 'universalidade é uma questão específica da cultura ocidental'.

Este mesmo autor, para quem, globalização é sempre a globalização bem sucedida de determinado *localismo* – e neste sentido deveria usar-se a palavra globalização no plural, – descobre nos conceitos de *património comum da humanidade* e *cosmopolitismo* definições de globalização de-baixo-para-cima (1997, pg 14). Estes conceitos definem dois processos que, sendo pressupostos da intensificação de interacções globais, não se tratam de *localismos* globalizados nem de globalismos localizados. Quanto à definição de *cosmopolitismo*, que encerra, entre as mais diversas actividades, as ONGs transnacionais de militância anti-capitalista, o autor refere: 'As formas predominantes de dominação não excluem aos Estados-nação, regiões, classes ou grupos sociais subordinados a oportunidade de se organizarem transnacionalmente na defesa dos interesses percebidos como comuns'. Desta forma, discursos e práticas contra-hegemónicas têm vindo a propor concepções não ocidentais de direitos humanos organizados em diálogos interculturais (pg 20 e 21), contribuindo ao mesmo tempo, para que o desejo do autor em ver realizada a 'tarefa central da política *emancipatória* em transformar a conceptualização e prática dos direitos humanos de um *localismo* globalizado num projecto cosmopolita', se tornasse mais próxima da realidade que procura numa 'política que ligue em rede línguas nativas de emancipação' (pg 30).

Num mundo global há necessidade de se criarem novas formas de observar, de prevenir de proteger, de organizar. Nas condições da modernidade os homens vivem em ambientes criados pelo industrialismo, podendo este ser visto como o eixo principal da interacção dos seres humanos com a natureza moldando-o a uma aliança entre a ciência e a tecnologia (Giddens, 1992, pg 47). Repensa-se a unidade global, a pluralidade de consequências pelas quais se tenta regular com base em conhecimento complexo, surgem no mesmo mundo em que o sentido de proximidade do indivíduo é 'tanto maior quanto o conhecimento que tem do próprio mundo' (Santos, 2007), onde entidades que conhece, e identidades em que pode não se reconhecer, sentem que a procura da justiça, da igualdade, da dignidade de 'ser igual quando a diferença o inferioriza e de ser

diferente quando a igualdade o descaracteriza' (Santos, pg 80) nunca serão modelos acabados.

2.2 …no cenário de complexidade do século XXI

A necessidade de concertação de vozes locais que Jentoft procura, pode ser entendida mediante a construção de modelos de governança, isto é, envolvendo estas populações das comunidades locais. A necessidade de uma multiplicidade de visões próximas, isto é, com conhecimento empírico e suporte teórico adaptado às realidades observadas, tem sido reflectida por muitos autores contemporâneos de Jentoft.

Jentoft insere-se numa geração de autores que têm contribuído para a reflexão nas pescas, como é possível perceber, nomeadamente através de Syms (2010)[29]. Pode começar-se por referir a necessidade de observação local que se suscita a partir da criação de um modelo como ideal-tipo em relação à criação de subtipos. A visão de Fonseca (2009) afirma que no momento em que um modelo[30] surge como: 'um tipo ideal weberiano, (...) é um construto teórico que abarca tais quesitos e permite o entendimento das potencialidades e limitações da adopção, de forma indiscriminada, de fórmulas idealizadas como essenciais para uma governança desejável' (pg 19).

O artigo deste autor é um exemplo de uma reflexão para as condicionantes que se podem encontrar ao estabelecer sistemas de legitimação e comunicação entre actores sociais e/ou políticos, mediante de deficits como os hiatos (jurisdicional participação incentivo) apontados anteriormente por (WHAT, 2000, pg 17). Pensando num risco de ambiguidade num discurso de sustentabilidade Fonseca (2009), refere que, se há casos em que os esforços são bem sucedidos, pode também haver ocorrência de casos em que cria maiores desigualdades ao promover as vozes e valores daqueles que são mais articulados e facilmente acessíveis na comunidade (pg26). Como Jentoft, Fonseca observa-o nos locais onde a presença do poder público é tímida e até mesmo inexistente (…) contradizendo o critério da ampliação da democracia participativa (pg 25). Fonseca vem também remeter para a necessidade de uma avaliação prévia da realidade observada, alertando para a necessidade de conhecimento da realidade espacial e

[29] O autor faz um breve resumo sobre o estado da arte dos trabalhos vindos das ciências sociais.

[30] O autor refere-se ao Manual de Boa Governança.

temporal a que um modelo se aplica. A aplicação uniforme do conjunto de princípios base de governança, adaptado a um país ou região, dificilmente atinge o mesmo grau de eficiência fora desse contexto original, uma vez que, referindo-se ao modelo de intervenção: 'a realidade-alvo o condiciona pelo que tem de particular nas suas características culturais, económicas, ambientais, políticas e sociais' (Ibidem).

No decorrer de vários acordos internacionais assinados pelos Estados-Membros, desde a Convenção sobre a Diversidade Biológica em 1992, e destacando aqui a Declaração da Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável em 2002, esta última, que se realizou em realizou em Joanesburgo em 2002[31], onde se observou a continuidade dos serviços em relação aos valores dos oceanos, veio considerar a 'abordagem ecossistémica como um instrumento que permite prosseguir o desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões: a protecção do ambiente, a justiça e coesão social e a prosperidade económica' (CE COM (2008) 449). No mesmo ano, a aproximação ecossistémica à gestão da pesca foi introduzida como objectivo operacional da PCP[32] (CE 2371/2002) (CE COM (2008) 449).

Usada no alcance de objectivos sociais para uma pesca mais responsável, e não constituindo um fim, em si mesma, mas um meio de aproximação que permita modificar a gestão convencional das pescas tornando-a mais integrada (FAO, 2008), tem como função específica planificar, desenvolver e gerir a pesca de forma a satisfazer as múltiplas necessidades e aspirações das sociedades, sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras tirarem proveito da ampla gama de produtos e bens proporcionados pelos ecossistemas marinhos (CE COM (2008) 449).

A abordagem ecossistémica à gestão, deve assim considerar o impacto cumulativo de diferentes sectores, considerando todo o ecossistema, incluindo humanos, de uma forma integrada, e tendo como objectivo a condição de um ecossistema saudável, produtivo e resiliente, capaz de fornecer aos humanos os serviços que querem e precisam (Rice,

[31] http://www.fao.org/docrep/meeting/004/Y2211e.htm

[32] Para além dos referidos o desenvolvimento da AEG tendo em atenção as pescas tem vindo no decorrer de: US Magnuson-Stevens Fishery Conservation and Management Act (1996); Canadian Ocean Act (1997); CBD Jakarta Mandate on Marine and Coastal Biological Diversity (1997); Australian Oceans Policy (1998); FAO Reykjavik Declaration on Responsible Fisheries in the Marine Environment (2001); Bergen Declaration on the Protection of the North Sea (2002); UN Millennium Ecosystem Assessment (2005).

2010, pg 9). Neste sentido, como pode referir-se Bianchi (2009, pg 225) ao contrário de uma concepção de 'one size fits for all', os planos de gestão desenvolvidos a partir dela têm que ser diferenciados. Bianchi (pg 225 e 238) refere que apesar de um conhecimento limitado não impedir a implementação de uma aproximação ecossistémica, quão mais limitado for esse conhecimento, mais conservativa (precaucional) se torna, sabendo que as duas maiores realidades da pesca são a incerteza (da qual parte a aproximação por precaução / precaucional) e a complexidade (aproximação ecossistémica) (FAO, 2008, pg 27).

Procura equilibrar diversos objectivos sociais, tem em conta conhecimentos e incertezas sobre componentes bióticos, abióticos e humanos dos ecossistemas e suas interacções, aplicando à pesca uma abordagem integrada, dentro de limites ecologicamente válidos, sendo que esta validade deve ser científica. Usando modelos de gestão integrada, pretende-se assim melhorar a coordenação da política e/ou a gestão de múltiplos sectores da indústria que passam a ser coordenados num contexto ecossistémico (Rice, 2010, pg 10). Baseando-se nos conhecimentos que tem da complexidade do ecossistema, a sua implementação e adaptação dos quadros institucionais e legais têm que prosseguir as linhas de boa governança, suportando-se no conhecimento da realidade ecológica, social e económica e a investigação científica, torna-se assim, necessariamente presente em qualquer processo de gestão integrada.

Relacionando-a com a crítica do sociólogo Jentoft, anteriormente apontada, quando este autor chama a atenção para os limites que se apresentam na governabilidade quando a política se detêm numa visão unidimensional, as visões de outros autores que em seguida se referem, reflectem simbolicamente para um cenário actual em que se procura conseguir traduzir uma multiplicidade aspectos percebendo a realidade como ambiente de complexidade. Neste cenário, a procura dos locais faz urgir a investigação multidisciplinar, em cuja observação no terreno vem contrariar a anterior visão trágica em relação aos intervenientes.

Os autores que revisitaram a 'Tragédia dos Comuns' formam um conjunto alargado de perspectivas pós Hardin (Guest, 2003, 611). De forma geral os autores acrescentam à necessidade de atenção aos recursos físicos ambientais, a necessidade de justificar os factores sociais culturais e ecológicos. Burke (2001, 461) lembra como a complexidade ecológica nos distancia da simples paisagem pastoral, como as mudanças biofísicas e sociais têm alterado a paisagem dos 'comuns', e como actualmente necessita de visões

que observem factores biofísicos como chuvas ácidas, efeito estufa ou ozono; que sejam capazes de reflectir como a moderna divisão do trabalho veio alterar a relação entre recursos comuns e utilizadores, e distanciar muitas pessoas da sua base ecológica de origem; entendê-los como novos tipos de problemas ambientais locais, regionais e globais, que surgem em consequência de fenómenos como a tecnologia moderna, a industrialização e o crescimento dos espaços urbanos.

A conclusão de uma necessidade de interdisciplinaridade nos estudos desenvolvidos para investigação nas pescas (Grilo, 2011, pgs 368 e 369) permite não apenas perceber como 'a complementaridade de diferentes aproximações se tornam cruciais para um conhecimento multidimensional do objecto em estudo' como podem fazer reflectir para como diferentes olhares se podem traduzir num degrade de linguagens. Por exemplo como o olhar antropológico de uma linguagem local pode enriquecer qualitativamente uma linguagem de gestão. Neste sentido, pode reflectir-se como a tradução para uma linguagem política se pode inspirar no conceito de *sociedade-providência* de Santos (1995, pg i) através de uma articulação da *providência-societal* com a *providência-estatal* original nos princípios em que assenta a última (pg ii), de uma *forma especifica de sociabilidade moderna* de que se dá conta formando-se numa constelação de padrões (pg iii).

Grilo (2011, pg 28) refere como Hardin ao apresentar como solução única o 'reforço de autoridade pública' nunca chegou a considerar como possibilidade o facto de os indivíduos de um local se poderem organizar, nunca coloca como hipótese a comunicação, fazendo com que o seu ideal de preservação de bem comum recaísse numa solução única de reforço de autoridade pública face às populações locais. Burke (2001, 461), citando Fenny et al, 1990, McCay, 1995; Ostrom, 1990, refere que estes observaram como os utilizadores surgem como principais interessados em colaborar na gestão. Silva (2006, pg 833) descobre nas posturas de vários autores visões que reagem contrariando a inevitabilidade da tragédia, quando observam como a colaboração de utilizadores de recursos é o contributo essencial na formação de instituições duradouras de gestão de recursos naturais em vários estudos empíricos.

Contrariando a 'emergência futura das cidades ecológicas como pesadelo' referida por Craveiro (1996), que mais recentemente se reflectia no ambiente das pescas como uma 'ameaça do ambientalismo galopante nas pescas' (Hannanson, 2004, op cit MEFEPO, WP3, pg 45), a ideia de governabilidade de um sistema de pescas ou costeiro que se

desenvolve a partir de uma multiplicidade de perspectivas na sua ‘complexidade, diversidade e dinâmica’ reflectidas por Chuenpagdee (2009), fez surgir como questão a necessidade de se adaptar a diferentes conhecimentos regionais a PCP na Europa.

Num continente em que se alarga o território político e económico a ritmos regionais diferenciados, entre factores de convergência da economia e as clivagens regionais da marginalidade (Pires, sem data), alerta-se para a urgência de criação de novos mecanismos de informação, participação e responsabilização colectivas (Craveiro, 1994, pg 119), vindo a perceber-se a sua necessidade de sistematização no domínio das pescas, nomeadamente sob o olhar de Moniz (2000), ao observar os cenários sombrios que se desenham pelo mundo, nas pescas.

As visões destes autores revelam-se agora como exemplos de esforços para que a linguagem da gestão seja aprofundada em relação às dimensões humanas da gestão – e na pesca onde encontram na sua base o paradigma da comunidade. O que o diferencia dos anteriores momentos históricos em relação à procura do local é que a forma de o sistematizar tem como base a necessidade de que haja presente uma critica das populações locais das instituições sendo estas entendidas na amplitude referida anteriormente por Jentoft.

Capitulo 3. A Formação de Modelos de Governança

Governança, assente em regimes de direito tradicionais e sendo influenciada por paradigmas de conhecimento relacionados com as actividades a que se aplicam, que à priori exercem implicações profundas na organização das actividades (WHAT, 2000, pg 44), despertou a atenção de vários autores para os sistemas políticos e para os problemas referentes aos sistemas sociais na sociedade de hoje.

As possibilidades de se lidar com os problemas resultantes do Crescimento do Capitalismo Avançado, – os distúrbios internacionais, ecológicos e antropológicos que o autor identifica, – são limitadas pelo sistema (Habermas, 1976, pg 41). O conhecimento acerca da escassez de recursos, assim como o conhecimento acerca dos valores e significados, são decisivos, em Habermas, para a possibilidade de predição de uma crise (idem, pg 93). Uma crise de legitimação tem como base uma crise de motivação e gera-se numa discrepância entre os motivos que o Estado declara como necessários – o sistema educacional e o sistema ocupacional – e a motivação do sistema sócio-cultural (pg, 68), isto é, das pessoas enquanto civis, condição complementada nas formas privadas de ambientes familiares-vocacionais (idem, pg 76). Neste sistema o processo de socialização toma lugar dentro de estruturas de intersubjectividade linguística que determinam uma organização do comportamento ligado a normas que requerem justificação e a sistemas interpretativos que assegurem identidade.

Neste sentido, com governança, são criados links entre o social e o político, através de modelos na pesca. As possibilidades de governança são analisadas nos sistemas políticos e esta é interpretada conceptualmente como processo que, seguindo os princípios de boa governança da Comunidade Internacional, vai decorrendo horizontal e verticalmente sistema a sistema, e que resultando de diferentes conjugações de modelos inspirados em diferentes ideais-tipo, traduzem diferentes organizações institucionais.

Sabendo que, como se refere anteriormente, *Boa Governança*, pensa internacionalmente na forma de observar o exercício do poder político de uma nação na gestão dos assuntos internos (Rhodes, 1996, pg 256), e que é dimensionada pelo Fundo Monetário Internacional em *Voz e participação; Estabilidade política e inexistência de recurso à violência; Capacidade de governação efectiva; Regulamentação; Vigência da lei**;*** e *controlo da corrupção* (FMI[33]), refere-se agora, que um processo de governança deve

[33] http://info.worldbank.org/governance/wgi/resources.htm.

decorrer de forma *inclusiva, transparente; apropriada; e permitir formas de revisão/avaliação* (Rice, 2010, pg 43).

A preocupação em avaliar a 'capacidade governativa não apenas pelos resultados das políticas governamentais, mas pela forma como é exercido o poder', leva a que, como refere (Gonçalves, 2005, pg 1) as atenções passassem das implicações 'estritamente económicas da acção estatal para uma visão mais abrangente, envolvendo as dimensões sociais e políticas da gestão pública'. Os processos de governança devem ter em conta os principais deficits dos processos políticos com que se pode ir confrontando, na aproximação que faz à realidade envolvente. Estes deficits podem ser um *hiato jurisdicional*, que se refere ao facto de os assuntos políticos terem hoje uma natureza global enquanto o processo político continua a ter uma dimensão nacional; um *hiato de participação*, ou seja, apesar de vivermos num mundo de uma pluralidade de actores, a cooperação internacional continua a incidir no âmbito intergovernamental; e um *hiato no incentivo* que alerta para o facto de na cooperação internacional haver uma preocupação por valores como justiça e igualdade, mas a cooperação parece funcionar apenas quando há uma relação clara com partidos políticos (WHAT, 1999, pg 17).

3.1 Governança e os sistemas políticos: *Processo, modos e modelos de governança*

O interesse da primeira geração de autores foi largamente suscitado pela necessidade dessa recuperação internacional que se fez do termo observada face a diferentes contextos sociais e políticos, e vindo a ser desenvolvida em vários campos de aplicação. Como refere Koholer-Kock (1999) o fenómeno globalização, ao qual não é indiferente 'governança', fez com que este fosse cuidadosamente observado nos campos de estudos das Relações Internacionais e Políticas Comparadas em relação às possibilidades de gestão deste fenómeno de globalização.

Governança como processo

Um dos primeiros autores anglo-saxónicos a discutir 'governança' descreve-a como 'uma mudança no significado de 'government', que se refere a um 'novo' processo de governar' (Rhodes, 1996, pg 652). **Governança como processo** surge de uma necessidade a que se assistia, em manter os recursos do *sector público* sob um determinado nível de controlo político, necessidade essa que leva ao que Peters refere como um 'melhoramento da capacidade dos governos em relacionar-se com outros

actores através de coligações inter organizacionais estratégicas' (Peters, 1998, pg 231 e 232).

Para este último autor, governança 'descreve um determinado tipo de troca entre estado e sociedade'. O autor, refere como Kooiman e Rhodes encontram em governança 'algo que transcende deliberadamente os limites de 'government', sendo coordenado por estruturas governamentais que orientam a relação entre púbico e privado'. Gonçalves (2009, pg5) refere que 'governança é um fenómeno mais amplo que governo; abrange as instituições governamentais, mas implica também mecanismos informais, de carácter não-governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro da sua área de actuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam às suas demandas'.

Stoker (1998, pg 18) acrescentou que 'a sua originalidade está no foco concedido aos mecanismos usados para governar pelo facto de estes não se limitarem a um recurso de autoridade ou de sanções do governo'. O conceito de governança aponta para a 'criação de uma estrutura ou de uma organização que não pode ser imposta externamente, devendo sim ser o resultado da interacção de uma multiplicidade de governação e respectivos actores que a influenciam'.

Discursando acerca de governança como uma teoria, Stoker (1998, pg 17) refere que a preocupação para que sejam criadas condições para ordenação de regras e organização da acção colectiva, que se extrai do termo governança, não é diferente do que se encontra na definição de 'government', sendo a diferença entre ambos relacionada com uma questão de **'processo'** (pg 17). Questão também sublinhada por Peters (1998, pg 232) que relacionou o entendimento de governança com a interpretação do **processo**: 'Entender governança – a sua direcção, práticas, e resultados – é amplamente uma questão de se observar e interpretar o **processo** através do qual se envolvem os grupos de actores que o influenciam sendo-lhe relativos'.

Modos de governança

Treib (2005) em *Modes of Governance*, tendo como objectivo a explicação conceptual e formas de aplicação do termo *governance* cita vários autores que se debruçaram sobre o tema. Na sua generalidade, a definição do termo entende igualmente que as autoridades estatais devem ter em conta as tradições e instituições de um país na definição das suas políticas e no exercício da sua autoridade. Subentende as formas de eleger governos, a

capacidade de uma participação efectiva, e o respeito que os actores sociais e políticos revelam pelas entidades que os governam, com base em trocas económicas e interacções sociais.

Governança pode ser observada numa **perspectiva estrutural** podendo ser de tipo auto-governança, co-governança e governança hierárquica (Kooiman, 2008, pg 8). Cada um destes modelos representa uma forma idealizada de relação entre sociedade civil e poder instituído. Numa outra concepção também a um nível estrutural, a terminologia para definir governança surge em Pierre e Peters que identificam, no seio da abordagem estrutural do conceito de governança, quatro conceitualizações distintas: hierarquias, mercados, comunidades e redes (Rodrigues, 2010, pg 25). Esta concepção mais alargada clama que, enquanto as hierarquias coordenam a acção social através de mecanismos de comando e controlo, os mercados são entendidos como ordens espontâneas que emergem a partir da auto-coordenação de actores autónomos. Comunidades/clãs, associações e redes funcionam através de uma coordenação não-hierarquica baseada na troca de recursos e/ou confiança.[34]

Na **perspectiva do actor** a interacção pode ser visualizada como participativa, colaborativa, e política ou de gestão. A este respeito refere-se o trabalho de Fox (2008)[35] que é um exemplo de uma reflexão sociológica e que pretende chamar a atenção para a necessidade de os decisores políticos melhorarem as políticas de segurança e protecção dos actores que não têm poder ou influência, propondo um modelo de governança que se revele mais adequado à realidade que observa no seu estudo.

Na **perspectiva institucional**, a forma como um regime de governança reflecte valores institucionais, isto é, como instituições gerem, que valores inspiram a gestão, pode também ser observada como uma ligação entre as duas anteriores perspectivas. Wilson (2010, pg 16, 25 e 26), seguindo uma perspectiva de 'enraizamento', propõe que se observe no horizonte as estratégias das instituições que gerem um determinado universo[36]. Começa por ilustrar um modelo de gestão institucional que resulta de um processo de *boa negociação* entre grupos de stakeholders. A interpretação desta

[34] Retirado de New Modes of Governance Project website: http://www.eu-newgov.org/public/Glossary.asp

[35] Campo de aplicação do estudo: indústria farmacêutica.

[36] Neste caso, analisam o universo das pescas (em WGFS, 2010).

perspectiva é, em seguida, baseada no processo comunicativo específico, estabelecido através de um processo de boa negociação para o qual se podem estabelecer 'mecanismos de governança' cada um com diferentes potencialidades e fraquezas que permitem analisar com alguma precisão as instituições que gerem o universo observado. Eles são a *comunicação racional* que se baseia extensivamente nos *significados partilhados* para alcançar um entendimento mútuo; *prestígio* e *influência* os dois governando as redes sociais; *dinheiro*, que governa o mercado; e *autoridade*, que governa a burocracia.

Por último, refere-se que o processo político e a forma institucional são guiados pelos objectivos (baseados nas prioridades) das **políticas públicas**. Desta forma, numa **perspectiva instrumental**, os instrumentos orientadores definem, assim, como se pretende alcançar os objectivos sociais. Estes instrumentos podem ser mais suaves – 'soft law', que se baseiam em recomendações, ou/e 'hard law', isto é directrizes e regulamentos, com formas de implementação distintas de acordo com o processo de tomada de decisão.

Modelos de governança

Um modelo de governança torna-se, pois distinto face ao ambiente político e/ou social em que se envolve, e os mecanismos a que recorre, e que dele provêm, são muito diferenciados. Governança, como todos os modelos de serviço público, deriva de uma cultura política na qual é enraizado e a sua necessidade e implementação surge nos contextos nacionais de forma diferenciada' (Peters, 1998, pg 233). Entre vários estilos de governança, destacam-se aqui as seguintes:

A ideia de governança como ***Nova Gestão Pública*** está intimamente ligada à emergência e afirmação do *New Public Management* enquanto modelo de organização e gestão do serviço público (Rodrigues, 2010, pg 25), referindo-se uma modificação dos instrumentos orientadores de que a gestão pública faz uso assentando na importância de se atribuir ao estado um papel de orientador (Rhodes, 1996, pg 655) Rodrigues (2010, pg 25) refere que este modelo 'preconiza a desconcentração da administração, a descentralização da autoridade, o reforço do controlo pela comunidade e a "estimulação da acção de todos os sectores — público, privado e voluntário — para a resolução dos problemas das suas comunidades', e que é diferente das visões de outros autores que vêm governança 'como uma resposta, uma transformação ou mesmo um modelo alternativo ao *New Public Management.* É Distinta da concepção de *Governance as the*

minimal state que adverte para o uso abusivo do conceito como disfarce para que os estados possam cortar despesas (Rhodes, 1996, pg 653) e, que por sua vez parece semelhante à definição de Gomides (2009, pg 184) de 'pública' em que esta se refere ao combate ao suborno e à corrupção de funcionários públicos; A preocupação delineia-se para, como explica Carneiro (2010), a atenção dada caso se verifique o decréscimo dos índices de confiança. Este é normalmente associado a uma menor capacidade de organização em grupos e organizações de participarem activamente nos processos de decisão política, participação essa que se procura nos novos modos de governança. Baixos níveis de participação e de reconhecimento de legitimidade no regime político e instituições públicas indicam assim que haverá um menor nível de integração num modelo de governança.

Governança Interactiva pode servir como orientação e controlo, de forma a atingir um objectivo específico. A observação da *Governança Interactiva* dá uma atenção particular às interacções entre entidades de grupos sociais com o intuito de melhor as esclarecer. A governança interactiva vem acrescentar, à perspectiva das redes horizontais, uma variedade de arranjos governativos verticais entre entidades públicas e privadas que aqui passam a ser observadas também como forma de governança (Kooiman, 2008, pg 1). A sua aplicação entende uma mudança de um 'sistema-que-governa' para um 'sistema-que-é-governado'. As componentes analíticas são, o 'sistema-para-ser-governado', o seu 'sistema de governar', e as suas 'interacções de governança' (pg 3). O trabalho de autores como Jentoft (2010) e Kooiman (2008) permitem reflectir esta análise como um modelo de governança que se relaciona mais com construções de arquétipos para sistemas de pescas em países em desenvolvimento.

Governança corporativa é o sistema pelo qual as organizações tanto privadas como públicas são dirigidas e controladas pelos princípios a que a sua gestão deve obedecer (Rhodes, 1996, pg 655) referindo assim aos métodos de gestão de empresa (Gomides, 2009, pg 184);

Governança em rede consiste em 'redes inter-organizacionais envolvidas no processo de formulação e/ou implementação duma política pública concreta' (Rodrigues, 2010, pg 29). Embora coexistindo com outros ideais-tipo em determinados sectores de intervenção política, diferencia-se pela 'visão pragmática que faz da política enquanto modo de resolução de problemas e pela importância que os sub-sistemas sociais organizados têm na definição dos processos de tomada de decisão política'. A

governança em rede pode ser observada como uma alternativa ao mercado e à hierarquia mas depreende a capacidade de auto-organização na troca de serviços entre as instituições que as constituem (Rhodes, 1996, pg 559). O papel do estado altera-se porque, aquando da tomada de decisão, a representação de identidades que anteriormente era suficiente, num sistema em rede deixa de o ser. A concessão de interesses na tomada de decisão deve respeitar uma diferenciação de identidades e o Estado deixa de ter o papel de autoridade ou mesmo de mediador para passar a adoptar o papel de entidade incentivadora[37].

A ***governança colaborativa***[38] aproxima-se de ‘‘policy network’’ no aspecto em que ambas implicam uma deliberação de actores no processo de decisão, mas em governança colaborativa há uma estratégia formal de incorporação de stakeholders, ao contrário informalidade que caracteriza a cooperação nas redes.

Esta estratégia emerge quando se verifica que a regulamentação está politizada, o sistema hierárquico convive com falhas de implementação provocando custos sociais e financeiros (pg 544). A governança colaborativa relaciona-se com a base de conhecimentos que existem no sistema e é alargada consoante os conhecimentos em que esse sistema assenta. À medida que as estruturas institucionais se tornem mais complexas e interdependentes a necessidade de colaboração aumenta. A definição passa por fóruns formais, com o objectivo concreto de se tomarem decisões baseadas em consenso (mesmo quando não é atingido na prática), que são iniciados por agências ou instituições contemplando, obrigatoriamente a participação de actores civis que se relacionam directamente no processo de decisão, não sendo estes apenas consultados. A colaboração foca-se na política e gestão públicas.

Relacionada com uma definição alargada de corporativismo, entende que este não pode restringir-se a um monopólio dos mais fortes. Ao alargarem-se os conhecimentos do sistema institucional, as instituições podem prevenir a formação de grupos elite na colaboração, uma vez que esta implica, grande parte das vezes, uma dimensão mais

[37] Com base em New Modes of Governance Project website: http://www.eu-newgov.org/public/Glossary.asp, Rodrigues (2010) e Carneiro, (2010).

[38] Exceptuando os exemplos mencionados em que se faz uma referência específica no texto, o resto da informação sobre governança colaborativa é feito a partir de Ansell (2007), referido na bibliografia no final da tese.

alargada de stakeholders. As suas condições de partida são a visibilidade do poder, os seus equilíbrios e desequilíbrios e formas de as instituições prevenirem a manipulação, uma análise de como o poder incentiva a participação, formas de antagonismo e cooperação precedentes na história. Daí parte para formas de descobrir lideranças, através da figura do 'honest broker' que se pode encontrar num mediador profissional, um líder natural/local e cujo papel pode ser mais ou menos firme consoante as assimetrias de poder e existência de incentivos numa comunidade. Descobrir lideranças é igualmente importante como forma de 'empowerment' e representação de stakeholders mais fracos.

Hahn (2006, 585) assenta o seu sucesso na *capacidade social*, observa como o conhecimento colaborativo com stakeholders locais em que se vê emergir formas de colaboração horizontal que tomam lugar a um nível municipal e sub municipal, e entre indivíduos e organizações a diferentes níveis contribuindo estas como ligações (pontes, nas palavras do autor) para a construção da confiança, colaboração, aprendizagem, identificação de interesses comuns, e resolução de conflitos.

Por último, destaca-se ainda, a relevância do desenho institucional para a legitimidade do processo de colaboração. Representa a possibilidade de os stakeholders discutirem os resultados políticos entre si, e assegura que um resultado político representa uma consenso de base alargada. Como refere Burke (2001, pg 472) a colaboração e participação voluntária requer 'habilidades de comunicação suportadas em instituições formais'.

3.2 Mecanismos de governança: o actor social em espaço europeu e as pescas

Na União Europeia, a estrutura política, tem vindo a ser considerada um caso-estudo no âmbito da governação por Koholer-Kock (1999) que se refere à UE como sendo 'governada sem ter um governo, não sendo considerada uma organização internacional ou uma federação', e por Bang (2003) que observou como a 'representação democrática estanca nas fronteiras nacionais' fazendo erguer como questão central, 'a prevalência da legitimidade democrática de representação dos actores sociais no processo de decisão'.

Na Europa os autores defendem que a governança em rede tem vindo a ganhar preponderância (Rodrigues, 2010, pg 25), podendo afirmar-se que a União Europeia (UE) estabeleceu uma forma de *governança em rede*. Tem-se assistido a uma procura de

mecanismos que possibilitassem a previsão de espaços intermédios e criando momentos para a critica na União Europeia, a representação dos actores sociais através de redes de governança na UE, indo além das formas comuns de regulação, recorrendo a mecanismos de consulta temática, podendo assim expressar-se os europeus para além das fronteiras do país em que vivem. Incidindo, menos no conteúdo, e mais na forma, as transformações dão-se ao nível da horizontalidade política[39], pretendendo melhorar continuamente a interacção entre a cidadania e o poder através da criação de novos modelos de legitimação democrática activa, e possibilitando alargar a reflexão acerca do conceito de arena em política.

A aproximação entre espaços da sociedade civil e arena política através da criação de novos lugares de interacção, em que é possibilitado aos actores interagirem habitualmente com quem governa sob novos modos de governança, pode permitir aos actores sociais alertarem para uma série de aspectos, para o que está em falta nas suas vidas. Estes excertos de Goffman (1999) permitem-nos aqui uma primeira reflexão neste sentido: 'A partir do momento que os agentes das organizações sociais de qualquer tipo, sejam do Estado ou família, podem ser persuadidos, seduzidos, intimidados ou influenciados de qualquer modo por efeitos que só acontecem através desta interacções, também aí, a ordem da interacção actua brutalmente sobre as entidades macroscópicas' (pg 211).

De forma geral, a criação de mecanismos pode ser interpretadas na procura de conceitos como o de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), conjugando a ideia de governança em rede com a de governança corporativa; na criação de livros de governança temáticos que se podem reflectir como mecanismos pró activos; ou ainda, especificamente no domínio das pescas, na formação dos Conselhos Consultivos Regionais (CCRs). Ainda que agindo de modos diferentes, a níveis diferentes, e com propósitos distintos, qualquer um deles vem preencher um espaço anteriormente vazio em que a consulta possibilita uma troca de conhecimentos. Ainda que o caso dos CCRs difira quando se pensa na capacidade de um actor em movimentar-se e aconselhar numa reunião regional, no conjunto, os modos apontados têm em comum uma larga dependência na iniciativa própria do actor social, relacionando-os mais proximamente com o ideal tipo da governança em rede apontada anteriormente, em que os Estado

[39] A partir de consulta no dicionário online da UNL FCSH.

surge como incentivador. O caso dos Livros de consulta não abrem apenas portas e estabelecem pontes entre actores sociais e política, como se tornam documentos de análise que nos permitem perceber potencialidades e fraquezas, quem, onde, quando se participa e como. Pense-se, por fim, na RSC, no que estimula à conduta ética no campo empresarial e no que este estímulo pode ter na construção de um novo paradigma na economia europeia.

De acordo com Carapinheiro (2002, pg 208), a Comunidade Económica Europeia vem na década de noventa revelar com expressividade, preocupações da política económica que conduzem à prevalência de aspectos estruturais das políticas de protecção social no que diz respeito à 'privatização das empresas produtivas do sector público, que prescindem da interferência estatal sobre as tendências nacionais de reajustamento aos processos macro económicos', e à 'predominância da selectividade sobre a universalidade na direcção tomada pela aplicação dos orçamentos residuais dos governos nacionais em políticas sociais'. Como intermediária a política económica europeia expõe as suas vulnerabilidades ao revelar uma cedência, que 'corresponde mais às necessidades da nova classe capitalista associada às empresas transnacionais do que à melhoria dos padrões de bem-estar', e leva a que o acompanhamento técnico, investigação e avaliação das várias iniciativas tomadas no domínio da reprodução social nos estados membros induzisse à fobia do excesso de intervenção do Estado permitindo o reforço das iniciativas privadas e a revitalização das iniciativas de solidariedade social, (…) territorializando-as ao nível do supra-Estado e aproximando-as das determinantes globais (pg 210 e 211).

1) Com a União Europeia, a questão da margem de manobra dos estados sociais é erguida num discurso mais próximo da construção de um Modelo Social Europeu para o emprego (ibidem). Os apelos – do presidente Delors em 1993 e do Conselho Europeu em Lisboa em 2000 aos Negócios Europeus – contra formas de exclusão social na Europa, vieram mobilizar a atenção para a necessidade de responsabilidade social das empresas. No seguimento da meta estabelecida em Lisboa, que propõe a construção de uma economia competitiva e dinâmica baseada no conceito de coesão social, potenciaram-se compromissos entre diversas companhias, desenvolvendo-se as redes

empresariais europeias[40], indo ao encontro do conceito Responsabilidade Social Corporativa (RSC), e sendo concebida como 'o conceito através da qual as companhias decidem voluntariamente contribuir para uma melhor sociedade e ambiente mais limpo' (EC DGESA, 2001, pg 5). Assiste-se ao envolvimento de Organizações Não Governamentais (ONG) autoridades locais e entidades que gerem serviços sociais[41], tendo em vista o fortalecimento da responsabilidade social das empresas, a promoção de boas práticas de formação continua, organização do trabalho, igualdade de oportunidades, inclusão social e desenvolvimento sustentável. Incentivando à qualidade e sustentabilidade da produção de bens e serviços, aplica-se às empresas europeias de pequena e média escala (PME) o conceito de RSC[42], reflectida pela Comissão da UE no Livro Branco da Governança (COM (2001) 428 final) como uma forma de contribuir significativamente para o objectivo da Comissão em 'desenvolver uma Europa entreprenurial, inovadora e transparente' (EC DGESA, 2001, pg 6).

2) O Livro Branco da Governança de 2001 refere que a Comissão, de acordo com o Tratado da Comunidade Europeia, é obrigada a consultar entidades de gestão e trabalho na preparação das suas propostas ao Concelho Europeu, especialmente no campo da política social. Estes actores sociais devem ser encorajados a participar, para que se cheguem a acordos voluntários, que subsequentemente podem vir a tornar-se leis comunitárias. O Comité Económico e Social (CES)[43], nomeadamente, deve incentivar ao desenvolvimento de relações entre sociedade civil e instituições numa mútua

[40] Como exemplo, a *Solvit*, rede especificamente destinada às empresas, em funcionamento desde 2002, com base nos centros de coordenação dos Estados-Membros que são responsáveis pelo tratamento de problemas suscitados às empresas no contexto do mercado único desde 1997 (EC RCSGE, 2003, pg 17).

[41] O envolvimento veio a concretizar-se aquando da Conferência Europeia realizada em Nice num convite a que as empresas e estas instituições se associassem, sendo esta iniciativa mais tarde acolhida pelo Conselho Europeu em Estocolmo (EC DGESA, 2001, pg 6).

[42] Que no panorama internacional vem no desenvolvimento de iniciativas desenvolvidas pela UN Global Compact (2000), ou pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), sendo que tanto no domínio internacional como na forma como se reflectem nas políticas europeias, estas iniciativas tiveram inicialmente em vista as empresas multinacionais (EC DGESA, 2001, pg 4, 5, 6).

[43] "The [Economic and Social] Committee shall consist of representatives of the various economic and social components of organised civil society, and in particular representatives of producers, farmers, carriers, workers, dealers, craftsmen, professional occupations, consumers and the general interest".

responsabilidade social.[44] Este desenvolvimento tem-se verificado já em alguns campos como no de comércio e desenvolvimento e mais recentemente nas pescas[45].

Em 2000, a Comissão Europeia identificou a reforma da governança europeia como um objectivo estratégico (CE Livro Branco, 2007, p. 3). No Livro Branco da Governança (2001) foram desenvolvidos cinco critérios para apoiar os princípios de boa governança: *abertura, participação, responsabilidade, efectividade e coerência*. Esta revisão teve como base a consciência da Comissão de que 'os cidadãos a consideram demasiado «distante», mas sobretudo de um compromisso genuíno de enriquecer o processo de deliberação política', o Livro Branco previa uma participação de base para o topo através de vários processos e intervenientes (CE RCSGE, 2003, pg 8).

Acerca dos contributos a esta consulta verificou-se um desequilíbrio na proveniência a nível geográfico, reflectindo diferenças de culturas e tradições de consulta pública, (...) diversidade na percepção da governança europeia. Assim como '(n)o prisma pelo qual as contribuições consideram a problemática da governança, seja como preocupações de legitimidade democrática, aspectos constitucionais ou institucionais, critérios de eficácia e considerações sobre a sua oportunidade política' (CE RCSGE, 2003, Pg 7). As respostas vieram ainda confirmar a necessidade de abordagens mais pró activas que não se restrinjam ao acesso a documentos e envolvendo 'autoridades nacionais e sub nacionais, bem como de um amplo conjunto de entidades terceiras de índole não governamental na concepção de políticas para tornar mais eficaz e transparente o processo de consulta e implementação de políticas', que necessita de 'um enquadramento político e regulamentar melhorado na adequação das abordagens legislativas e alternativas, como a co-regulamentação ou o método aberto de coordenação'. A escolha de instrumentos deve ter como base avaliação prévia 'de estudo das consequências económicas, ambientais e sociais, uma abordagem estruturada da obtenção e uso de conhecimentos especializados e consulta do público e dos agentes interessados, numa óptica de transparência para permitir o seu juízo público' *(*CE RCSGE, 2003, *Pg 8).*

[44] No seguimento das modificações relativas ao artigo 257 do Tratado da CE acordado em Nice.

[45] A afirmação feita no Livro Branco refere-se ao Green Paper: The future of the common fisheries policy, COM (2001) 135 final, 20.03.2001.

Intimamente relacionados com o objectivo que o Livro Branco da Governança propôs em 2001, uma consulta mais transparente na formação de políticas europeias, em que se refere os instrumentos à disposição e em que se incluem os Livros Verdes que se desenvolvem na área das pescas.

3) Num âmbito regional, em 2002, surgiram as bases legais para a criação de sete Conselhos Consultivos Regionais (CCRs) a partir do Regulamento (C) nº 2371/2002. No seguimento desta legislação foi criado em 2004 o CCR Sul, com a participação do sector português da pesca[46] (CCR Sul, 2010). Numa perspectiva política, funcionam como corpos de aconselhamento à Comissão, mas os Estados Membros também podem interferir nas resoluções de um CCR. Para além disto, os CCR podem também, por sua iniciativa, apresentar resoluções a problemas que se detectem. Por outro lado a Comissão (ou os Estados Membros) não é obrigada a seguir qualquer recomendação com diferentes proveniências (Hegland, 2010, pg 11). Os Conselhos Consultivos Regionais (CCR) (CE, 2002) constituíram-se como mecanismo, potencial espaço de interacção entre interessados, no âmbito da PCP, ao 'dar voz' às especificidades locais de modo a criar soluções específicas. Ao reunir representantes de estruturas organizativas e associativas do sector e de ONG's[47] tentam levar ao conhecimento da Comissão as realidades locais[48].

[46] Cobre a zona atlântica da ponta da Bretanha no extremo Norte, ao estreito de Gibraltar no extremo Sul assim como as regiões ultraperiféricas de Madeiras, dos Açores e das ilhas Canárias (zonas CIEM VIII, IX e X, e as divisões COPACE 34.1.1., 34.1.2, 34.2.0).

[47] Actualmente dois terços de um CCR é constituído por representantes que pertencem ao sector da pesca, isto é, pescadores, armadores, organizações de produtores, transformadores, lotas; e um terço é composto por membros representando a sociedade civil (associação de consumidores, de defesa do meio ambiente, mulheres de pescadores, pesca recreativa, etc). Para além dos membros há também a possibilidade de um número de pessoas participarem como observadores activos.

[48] Sem entrar em detalhes um CCR é, antes de mais uma assembleia-geral que se reúne uma vez por ano e designa um comité executivo com um número máximo de 24 membros. Este comité tem poder para criar grupos de trabalho especializados, criar subdivisões para tratar de questões relativas a sub-regiões ou pescarias específicas, encomendar estudos externos, reunir a assembleia geral com maior frequência, etc. Caberá às organizações e associações que pretendem participar nos CCR apresentar propostas para a composição da assembleia geral, cujos membros deverão ser aprovados pelos Estados-membros (CE, 2005, pg 5).

Para terminar, e pensando na atenção particular referida no Livro Branco de 2001 em relação à obrigatoriedade da consulta de entidades de gestão e de trabalho especialmente no campo da política social – prosseguindo o Tratado da União Europeia, – pode levar a reflectir para a desigualdade na capacidade de diversos actores através dos mecanismos estabelecidos na governança europeia. As conclusões acerca do desequilíbrio na proveniência dos resultados da consulta do Livro Branco, e de como podem traduzir diferenças de tradições e culturas de consultas públicas, ou a capacidade de participação nos Conselhos Consultivos Regionais das Pescas podem levar reflectir para como as formas e meios de governança devem ser diferenciados no território europeu (Rodrigues, 2010, pg 1) Em 2002, Carapinheiro afirmava que, de forma geral, 'a análise de modos de produção das políticas sociais vai mostrando a persistência que assume a acentuação das responsabilidades individuais e a progressiva desactivação das responsabilidades do Estado' (pg 223). Estas reflexões podem fazer surgir um novo paradigma que implica uma dinâmica complexa entre autoridade política e cidadania em processos de governança a vários níveis obrigando os governos a funcionar numa rede de interacções entre os sectores público, privado e civil (Rodrigues, 2010, pg 1).

Se, hoje, na Política Comum de Pescas está presente a ideia de governança como liame entre social e político, expressa nos links criados em modelos e adquirindo distinção no que Vasconcelos (sem data, pg 11) refere como, como um 'alargamento dos instrumentos tradicionais de consulta a um conjunto mais vasto de agentes ou actores', esta é uma perspectiva que nos pode levar a indagar o conhecimento envolvido na atribuição de responsabilidades na sociedade civil, seja sob as várias formas que a análise política se dedica ao descobrir-lhe e aprofundar-lhe a co-governança, a auto-governança. Governança ganha acção em espaços de conhecimento mutuo entre os actores políticos e os actores sociais, e se através deles se aprofunda o conceito de democracia, perde-se no desconhecimento dos motivos de ambos, mesmo entre si, ao fechar os grupos em si, ao fechar o individuo em si, no preconceito que nasce de uma ausência.

~ Capítulo conclusivo da Parte I ~ *Reflectindo a tradução política de uma imagem com os exemplos de capital social e comunidade*

> *Fiquem à superfície, é lá que os seres da profundidade vêm respirar. Fiquem aí, com a condição de a denunciarem incessantemente, com toda a lucidez, isto é, elucidando.*
>
> Henri Lefèbvre em *A linguagem e a sociedade* (1966)

Ao lermos os anteriores textos acerca de governança e sociedade nas quais tem repousado, cada um de nós poderá ter formado imagens próprias em relação aos momentos a que se referem. Jentoft (2007)[49] refere que as metáforas ou as imagens são uma representação da realidade que alguém percepciona e que quando imaginamos formamos os nossos próprios modelos mentais.

Esse momento, em que alguém percepciona, é o resultado da nossa interpretação mental face à experiência numa perspectiva da linguística, e o modelo mental traduzir-se-á, então, numa linguagem (Chomsky, 1970, pg 31). Numa outra perspectiva, Lefebvre (1966), pela *pausa* que sugere (pg 206), leva a pensar na liberdade e na atenção à pessoa: 'reduzir a linguagem a uma combinatória é considerá-la de maneira puramente matemática e não como facto social e humano, afastando por redução certos caracteres, em especial a inesgotabilidade do sentido, a indecifrabilidade da linguagem ligado à fala e à acção, que procuramos, pelo contrário definir' (pg 208, 209).

Nas nossas vidas formamos continuamente imagens mentais (Nascimento, 2009, pg 41). De acordo com este autor podem ser entendidas como precedentes de qualquer forma de conhecimento e sua expressão. Eles podem ser entendidos assim, como precedentes de qualquer forma de conhecimento e sua expressão, porque os pormenores que imagino as tornam distintas de quaisquer outras imagens que se formaram na mente de outra pessoa. Por exemplo, ao tentar descrever aqui, os anteriores momentos de governança que se elegeram, não revestiria cada uma das palavras significados atribuídos por

[49] Sem paginação. Jentoft S Limits of governability: Institutional implications for fisheries and coastal governance. Marine Policy (2007), doi: 10.1016/j.marpol.2006.11.003

referência à sociedade que experimento? Ao traduzir uma imagem, num texto ou numa pintura, expresso a minha própria identidade passada (Dubar, 1997).

Como fenómeno, a imagem pode ser entendida como algo que surge na metáfora que cada um de nós faz como 'prolongamento do real' (Nascimento, 2009, pg 41). Para este autor 'a imagem é criada pela vontade de atingir um objecto através de um outro que se lhe assemelha e o pode representar graças a essa semelhança' (Idem). Perceber a imagem como fenómeno pode então despertar para a necessidade de se conceder à 'imagem um sentido largo, definido pela sua projecção' (Ibidem). Citando Monique Sicard, recorda que, ao despoletar em quem a observa uma exigência de ser compreendida com coerência e consistência na equivalência simbólica, a imagem força a que se construam enunciados acerca dela, distintos pela plurivalência a que ela se presta uma vez que pode ser defendida sob múltiplas legitimações, e que por isso também cada imagem tem uma parte (sempre indeterminada) de inesperado e de casual[50]

Pensando nas imagens anteriores e em governança como um liame entre social e político, ergue-se aqui uma questão de o uso de uma imagem servir como base de inspiração para a construção social, ao ser transposto para uma linguagem governamental. De acordo com Jentoft (2007), seguindo o princípio da predição criativa, 'quando os homens consideram certas situações como reais, estas são reais nas suas consequências' (Thomas, cit Dubar, 1997, pg 106), a sua intenção tem um efeito programático, o esboço teórico transforma-se numa norma (*estratégia* em Dubar) para a acção social. A unidimensionalidade de visões pode levar a que, a linguagem politica gere preconceitos quanto a essa imagem. Citando Ostrom[51], Jentoft lembra que as políticas baseadas em metáforas, – e exemplifica com a metáfora representada na

[50] Monique Sicard elegeu seis características que permitem aprofundar as bases para o seu entendimento: *1) a percepção da imagem é global, imediata e irredutível na sua identidade; 2) a imagem é mutável na longa duração; 3) a imagem não produz enunciado por si mesma, mas força a que ele se construa, ao exigir que seja compreendida com coerência e consistência na equivalência simbólica; 4) uma mesma imagem pode ser recebida de modo contraditório, porque é plurivalente; 5) por isso a imagem tem múltiplas legitimações; 6) por isso também cada imagem tem uma parte (sempre indeterminada) de inesperado e de casual* (Nascimento, 2009, pg 19).

[51] Ostrom E. Governing the commons: the evolution of institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press; 1990.

tragédia dos comuns – se podem tornar prejudiciais, porque ainda que nos permitam observar certos aspectos de um fenómeno social, podemos tender a rendermo-nos a eles, tendo dificuldade em distinguir outros.

Esta *unidimensionalidade* pode levar a que, na linguagem politica se gerem preconceitos quanto a essa imagem, *ausências* de conhecimento sobre conceitos que é necessário reflectir para que se percebam as *motivações* de um indivíduo, compreender os seus *motivos* nos *momentos* de relacionamento com outras pessoas. Torna-se necessário *compreender e como se compreende* na formação de qualquer imagem política, algo que pode fazer reflectir para Goffman (1999): 'saber como é que as características particulares da interacção são transmitidas ou ligadas, articuladas ou unidas às estruturas sociais, incluindo as relações sociais' (pg 218).

Se, se pensar que perceber 'como alguém consegue expressar', 'como alguém consegue apreender' – que Bourdieu refere como 'interiorização da exterioridade' e da 'exteriorização da interioridade' – implica perceber as *estruturas*, isto é, entendê-las 'como constitutivas de um tipo particular de meio ambiente (Ibidem), para darmos razão da diversidade dentro da homegeneidade (…) é necessário que a visão do mundo de um grupo ou de uma classe suponha (…) as diferenças sistemáticas que separam as visões do mundo singulares, tomadas a partir de pontos de vista também singulares e, todavia, concertados' (pg 183). Como Bourdieu (2011) indica, perceber as *ausências*, numa linguagem permite perceber o que se está a traduzir a dado momento. Neste sentido admitir aspectos evidentes é deixá-los 'ausentes da consagração de problemas sociais universais', algo para que o autor reflecte como a *conversão do olhar*, mantendo-se separado do objecto, distanciando-se com o propósito de conseguir analisar objectivamente a realidade em ser redor (pg 35), e tomando 'para objecto o senso comum e a experiência inicial do mundo social, (…) e transportar para a ciência (…) não só a construção pré-construida deste mundo, mas também os esquemas cognitivos que estão na origem desta imagem' (pg 41, 42), nunca esquecendo que para além do *verdadeiro* e do *falso*, do *legal* e do *ilegal* permanecem 'conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses, ou indígenas do outro lado da linha' que Santos (1995, pg 5 e 6) imagina, e que continuam a desaparecer 'como conhecimentos relevantes ou comensuráveis'. Pensada assim, a proximidade da ciência em relação à política, pode criar através dos esforços de reflexão da primeira, espaços de tolerância, de compreensão, na segunda?

Pensando no exemplo de Jentoft, acerca de alternativas ou complementos do conceito de capital social, como vem referido em Grilo (2011, pg 38), o cuidado no uso deste conceito, tem entre outros motivos a 'dificuldade que se encontra em observá-lo e medi-lo, e a dificuldade de se construir através de relações externas'. No momento em que a democracia deixa de ser baseada em simples organizações eleitorais, passa a estar associada a longos processos de desenvolvimento humano, convivendo com uma enorme diversidade de formas políticas existentes, e tornando complexa a conciliação de interesses de um país com as necessidades de outro (PNUD, 1993). Neste sentido este conceito já se revelou útil quando percebido na dimensão institucional – como aquilo a que a autora se refere: 'instituições governamentais nacionais e regionais afectam fortemente o nível e o tipo de capital social disponível que permita a indivíduos perseguirem esforço de desenvolvimento a longo prazo'.

Este conceito, aqui entendido no contexto observado por Giddens (1994, pg 18), o de um impulso da vida social para fora do alcance de preceitos e práticas pré-estabelecidas, em que este faz surgir a 'reflexividade de forma mais exaustiva adquirindo, uma grande influência sobre o dinamismo das instituições', não deve deixar de ser concertado com perspectivas individualistas sobre uma instituição, pelo que a sua realidade pode revelar de particular. Giddens (pg 18, 19) afirma: 'no respeitante ao conhecimento científico social e natural, a reflexividade da modernidade acaba por desautorizar as expectativas do pensamento iluminista – embora seja produto desse mesmo pensamento. (…) A ciência depende, não da acumulação indutiva de provas, mas sim do princípio metodológico da dúvida'. Na elaboração de uma *teoria da prática*, da relação entre estruturas, hábitos e práticas, Bourdieu depreende a capacidade de superação na observação do *opus operatun* (estruturas estruturadas) ao *modus operandi* (actividade produtora da consciência), da regularidade estatística ou da estrutura algébrica ao princípio de produção dessa ordem observada (2002, pg163).

O conceito de *capital social* de Portes[52] e a perspectiva de comunitarismo de Jentoft podem ser aqui usados para reflectir sobre a forma de diagnóstico em política. Ao perceber-se que há algo que excede o conceito de civismo num diagnóstico que se faça

[52] Com base em Portes (2000) o conceito de capital social tem sido desenvolvido em análises sociológicas e em análises políticas de formas distintas. Nas segundas tem sido aplicado a escalas mais alargadas como forma de diagnóstico - como as instituições a que Jentoft se refere: marcados, sociedade civil ou/e Estados.

a partir do conceito de capital social, assiste-se no autor Portes a uma *conversão do* (seu) *olhar*. O autor distancia-se para conseguir objectivar. Se a perspectiva de comunitarismo é útil do ponto de vista da análise política, a partir do momento em que se percebe algo como não-civico, está a detectar-se uma *ausência*. Há algo que a concepção de capital social não está a conseguir alcançar na realidade social.

Capital social pode então, como reflecte Grilo, perceber-se no sentido de uma *análise institucional* (2011, pg 389) na medida em que esta se propõe observar como as instituições governamentais procuram o conceito de *sociedade-providência* em Santos (1995, pg i) na articulação entre *providência-societal* com a *providência-estatal*, (pg ii) formando uma *constelação de padrões* (pg iii).

Neste caso o refinamento teórico do conceito desenvolvido por Ostrom[53], assim como a reflexão de Grilo (2011) para a necessidade de interdisciplinaridade na percepção dos problemas que identifica no seu trabalho de terreno, e a própria necessidade de se perceber *facto social* através da perspectiva individualista apresentada em Portes (2010), preenchem conhecimentos ao conceder à política o que se pode classificar de um *dégradé* de linguagens entre conhecimentos de habitantes locais e ciência traduzindo-se numa gradual modificação da linguagem de gestão, que ao traduzir este *dégradé* se tenta adaptar *ao local*. O local é assim o que há de *pré-construído* neste mundo (Bourdieu, 2002, pg 32), o que há para além do *verdadeiro* e do *falso*, do *legal* e do *ilegal*, e no caso de uma comunidade piscatória, pode fazer reflectir para um espaço de *conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses, ou indígenas do outro lado da linha* que Santos (2007, pg 5 e 6) imagina. Há toda uma *capacidade crítica* que escapa a capital social ao procurar-se directamente um conjunto alargado de actores sociais quando ao empolar o conceito se perdem os *motivos individuais*[54]. Pode perceber-se na perda de aspectos como os seguintes.

Numa perspectiva positiva, partir do princípio que há pessoas que podem não pertencer a nenhuma associação, não porque queiram pescar ilegalmente, mas por outros motivos, assim como pessoas há que não votando, ocupam os seus tempos livres sendo voluntárias na AMI ou na GEOTA, por exemplo. São estas últimas *formas específicas da sociabilidade moderna* em Santos, e são as primeiras, um motivo para que um

[53] Em Grilo, 2011.

[54] Com base em Boltanski, Luc; Thévenout Laurent (1999)

investigador perceba a necessidade de reflectir, distanciando-se do diagnóstico para se perguntar acerca de uma fronteira entre associativismo e vontade individual. Como a concepção de associativismo se reflecte como bem-estar e segurança para o pescador e seus familiares, a segurança de um barco numa visibilidade que tem por objectivos específicos criar ou melhorar nomeadamente mecanismos de localização, para salvá-lo numa situação concreta de perigo. Mas ir além destes perceber os motivos do pescador que não pertence a uma associação, só são identificáveis no local. Sem entrar aqui em pormenor, a perspectiva individualista tendo como questão de fundo a vontade do cidadão aprofunda a democracia conhecendo o que cabe no *não* de cívico e pode complementar assim a tradução política enriquecendo a democracia ao perceber no local, – por exemplo, outras associações fora do domínio das pescas – outras bases institucionais da sociedade civil, como *identidades com que se identifica,* neste caso um pescador.

Numa dimensão negativa, a *capital social*, como um modelo (ideal-tipo) sem o complemento da visibilidade sobre o *facto social* do local, escapa-lhe a ambiguidade de um discurso individual, a própria vulnerabilidade a que o poder que o individuo tem o sujeita nas suas relações com outras pessoas desse ou de outros locais, com esta ou aquela instituição. Para tal, basta pensar que se as redes podem trazer corrupção, como se pode ler na Construção Social da Corrupção em Granovetter (2006), perceber a singularidade no poder é perceber, e dá-se um caso um pouco mais extremo, que não existe um traficante de droga, existem sempre outros que o enredam e vulnerabilizam. Neste caso, a legitimidade da governança obriga a que se aprofundem conhecimentos sobre desigualdades sociais e económicas como realidades profundas em que a pobreza é sinal de que formas genuínas de cultura foram adulteradas num local, impedindo a sua *emancipação*[55] nas dimensões sociais, económicas ou ecológicas em que se reproduziriam. São territórios onde o turismo é vazio de tradições locais, traduzindo a ausência de conhecimento no poder económico, que limita a acção política no conhecimento do que há de culturalmente característico, isto é, do que há de comum no local. São vazios que se podem perceber nos mais diferentes locais corroborando as palavras de Fernandes que refere como as *desigualdades sociais surgem por toda a parte tão gritantes,* ao aperceberem-se da velhota que dorme no chão da rua numa comunidade piscatória da Noruega, ou na redeira que desabafa como se sente a mais na

[55] Expressão de Boaventura Sousa Santos.

paisagem, quando dois turistas estrangeiros passeiam na comunidade piscatória na baía de Cascais, e são artefactos do quotidiano.

Estes vazios podem ser entendidos como nascendo de *preconceitos* na linguagem política, e podem revelar-se nos territórios das pescas em conflitos visíveis entre os mais diversos grupos em diferentes locais. Podem ser pensados entre o pescador profissional e o pescador desportivo na Murtosa quando o local é uma comunidade piscatória, como pode ser pensado noutras instituições com que se relaciona esta comunidade. Neste caso a necessidade de observação científica baseada na esgotabilidade dos recursos marinhos levou a que, com o tempo, pescadores, cientistas e políticos passassem a interagir uns com os outros, por exemplo, em projectos de investigação, e também entre si, por exemplo em ONGs. Neste sentido pode fazer sentido pensar em concertação de vozes nas linguagens das ciências e de perspectivas diferentes dentro de cada ciência, quando estas se entendem nos espaços próximos da política dirigida às pescas.

Se a interdisciplinaridade, como se referiu anteriormente, é a possibilidade de se perceber pluridimensionalmente as diversidades entre locais quando se perspectivam as aspirações do pescador no local, ela torna-se fim, em si, quando se perspectivam as aspirações individuais profissionais de cientistas de diferentes áreas. Os seus conflitos são comparáveis porque podem ter como factor comum o facto de a política não estar a conseguir escutá-los equilibradamente. Revela-se, quando se verifica em política, a *ausência* de uma capacidade de conceber a pessoa como objectivo, num espaço dedicado à reflexão sobre a pessoa e os seus desejos que deve ser preenchido em cada uma das políticas que se constroem assegurando-lhes o espaço de *social*, como espaço de inter-conhecimento.

Parte II

SUSTENTABILIDADE DA GOVERNANÇA, DESIGUALDADES SOCIAIS E PESCAS EM PORTUGAL

Ora ponha aqui o seu pezinho

Ora ponha aqui, ora ponha aqui
o seu pezinho.
Ora ponha aqui, ora ponha aqui
ao pé do meu.
E ao tirar, e ao tirar
o seu pezinho.
Ai um abraço, ai um abraço,
lhe dou eu.

Ora dizem mal, ora dizem mal
dos caçadores.
Ai por matarem, por matarem
os pardais.
Ai os teus olhos, ai os teus olhos
ó menina.
Ainda matam, ainda matam
muito mais.

Ora vamos lá, ora vamos lá
dizer adeus.
Chegou a hora, chegou a hora
de partir.
Mas ao voltar, mas ao voltar
à nossa terra.
O nosso adeus, o nosso adeus
seja a sorrir.

Grupo Coral

Em: http://www.alice-lu.org

Pensando na actual sustentabilidade da governança portuguesa, e tendo como base os Indicadores de Governança Sustentável em Portugal[1], a democracia, pode afirmar-se consolidada desde meados dos anos 80, sendo protegida em processos eleitorais livres e justos. O Presidente da República é eleito em sufrágio universal por um mandato de 5 anos, o poder legislativo é exercido pela Assembleia da República[2]. O Primeiro-Ministro é nomeado pelo Presidente da República, 'ouvidos os partidos representados na Assembleia da República tendo em conta os resultados eleitorais' (CR, artigo 187º). A Constituição, existindo desde 1976, foi criada dois anos após a queda do regime ditatorial salazarista (Carneiro, 2010, pg 8). De acordo com os dados obtidos por esta autora no seu estudo comparativo entre Portugal e o Reino Unido, o facto de a nossa democracia ser mais recente é um motivo que influencia os resultados da participação da sociedade civil e leva a modelos distintos de análise na governança.

Hoje, há liberdade no acesso à informação através da pluralidade dos *média*, tem-se assistido a um desenvolvimento das instituições públicas de forma geral, e o desempenho da lei é assegurado por um sistema judicial independente. As fragilidades portuguesas parecem surgir, na falta de confiança por parte dos portugueses nas instituições, e em particular, no sistema judicial. A falta de confiança nas instituições que, como é aconselhado pelos autores do relatório, deve ser considerada com seriedade por parte dos actores políticos, tem conduzido à lentidão do crescimento que se veio verificando na economia portuguesa. A este respeito, os dados analisados por Carneiro (2010) revelam que em Portugal se verifica em falta uma cultura de confiança, que se pode relacionar com a inexistência de uma preocupação na auto-avaliação a das respectivas performances das instituições públicas.

Como factores de fundo, numa análise mais aprofundada de governança, estes podem relacionar-se com níveis da edução em Portugal (Carneiro, 2010 e SGI, 2011). A este respeito, os Indicadores de 2011 revelam que, tendo-se assistido a várias iniciativas de estímulo a um ensino prolongado, a ensino técnico e formação profissional, e ensino de

[1] As informações são referentes a 2011 tendo sido retiradas do site SGI – Sustainable Governance Indicators 2011 em http://www.sgi-network.org/index.php?page=countries_keyfindings&country=PRT

[2] Pormenor em Constituição da república Portuguesa, artigos 164º e 165º.

adultos, assim como a um investimento consistente em I&D desde os anos 90, o acesso à educação continua a revelar um nível baixo e desigual. Com base nos dados que Carneiro observa, esta desigualdade relaciona-se mais com diferenças de graus de ensino entre gerações.

Seguindo os mesmos Indicadores de Governança Sustentável, a fragilidade da realidade portuguesa surge primordialmente nas desigualdades socioeconómicas, revelando-se esta, um dos factores de maior pressão, nos indicadores de sustentabilidade da governança em Portugal. A sociedade portuguesa, quando comparada com os outros países da OCDE, indica níveis altos de pobreza e desemprego. Entre os principais aspectos, os autores destacam que as dificuldades económicas e realidades laborais parecem afectar principalmente o universo feminino, tornando difícil a conciliação entre emprego e assistência aos filhos. Relacionam com o desemprego e crescente consumo de droga, um aumento de criminalidade, que também se tem verificado no aumento detenções.

O relatório sobre a Sustentabilidade da Governança Portuguesa pode ser entendido como um diagnóstico[3] que parte já de uma tradição e pode ser acompanhada de uma resposta de reflexão que permita perceber com mais proximidade a nossa própria história em relação a um tema em estudo. O facto de, hoje, o passado contar para a definição de políticas no futuro na formação de modelos de governança está relacionado como se viu anteriormente com uma preocupação pela forma como o poder é desenvolvido num dado país. A Boa Governança é, como também se viu anteriormente, um conceito desenvolvido na segunda metade do século XX podendo entender-se como cenário de fundo os direitos humanos universais entendidos largamente pela Organização das Nações Unidas.

[3] Tendo como inspiração a visão de Santos sobre *The Problem of the Past as Excess of Diagnosis*[3], a parte do texto em que o autor percebe diferentes exemplos em relação aos quais se parte do passado para diagnósticos da população portuguesa e em que se assiste à reiteração das *mesmas razões para explicar o presente* com base no *passado em muitos e diferentes contextos*, revelando-se assim no que chama um *excesso de diagnóstico*. Como Santos faz em relação aos diagnósticos que observa, pode-se referi-las aqui em relação ao diagnóstico da sustentabilidade da governança portuguesa, não como uma procura do que tem de *verdadeiro* ou *falso*, mas antes, no sentido de compreender o diagnóstico como algo que nos providencia, antes de mais, uma imagem *de um todo*, e também, já como sendo ele próprio uma *tradição* – em resultado de uma sociedade num determinado tempo.

Ao observá-lo com mais proximidade sobre um dado tema num momento, pode perceber-se como os actores, numa variedade de papéis comunicaram e/ou comunicam entre si, alertando para diferentes aspirações e contingências com que convivem nos seus quotidianos. Neste sentido, 'isolar a ordem da interacção fornece um meio e um motivo para examinar comparativamente diferentes sociedades, assim como para estudar historicamente a nossa' (Goffman, 1999, pg 195, 196). A forma como o passado passa a contar para o futuro dos territórios nacionais nos cenários da globalização, faz então com que se deva 'olhar com seriedade para o problema do passado em Portugal', de acordo com o mesmo autor (2009), que refere: 'nós podemos falar de Portugal num sentido alargado e de Portugal num sentido restrito' (pg 5), e embora, 'os diferentes diagnósticos desenvolvidos ao longo de quinhentos anos sejam curiosamente apropriados para a sociedade portuguesa de hoje (…) não contam a história toda' (pg 4).

Esta visão do autor sobre o cuidado com que se deve olhar para o passado, ao perceber num diagnóstico um empolamento de uma realidade que se observa num dado momento num dado local, pode servir como inspiração aqui, porque, ainda que de maneira distinta, o relatório sobre a governança portuguesa faz-se com base em indicadores. No contexto da tese, justifica-se a reflexão de uma visão próxima dos locais, algo que se se começará por fazer neste seguinte capítulo, numa perspectiva do passado em relação à criação da Comissão das Pescarias Central e suas delegações locais ao longo do século XIX, com um olhar pela investigação nas pescas nos anos cinquenta e a investigação social nas universidades nos anos sessenta. Por fim, com um olhar pelo período após a entrada na União Europeia em relação aos aspectos sociais da pesca e com uma perspectiva da actualidade nas formas de diálogo que se têm vindo a desenvolver recentemente entre os intervenientes da pesca. *Forma especifica de sociabilidade moderna* em Santos (1995, pg iii), estas formas de diálogo podem ter encontrado raízes nos momentos anteriores, colocando-se por isso a hipótese de se perceber qualquer um deles como formas de *providência societal* que, em seguida se explica.

4. Portugal, entre o passado como *laboratório* social e o futuro como *diagnóstico*: A procura do local em três momentos na História de Portugal

4.1 A consulta às comunidades de pesca no século XIX

Portugal é hoje, então, um Estado de Direito mas a sua actual democracia, sendo consolidada desde os anos oitenta, tem raízes se encontram no século XIX. De acordo com Candeias (2005, pg 488), em Portugal, a partir de meados do século XIX passa-se para um princípio de legitimidade política baseado num fundamento de 'soberania popular electivo, laicismo, sistema de separação de poderes, patriotismo'. Para este autor referir esta transição é referir o crescimento da importância que a legitimação política através de eleições terá na modernidade'. Não aprofundando aqui a parte política, mas dirigindo o nosso olhar para a sociedade civil como vem sendo a linha da tese, interessa aqui reter como se desenvolveu a colaboração entre comunidades piscatórias e Estado no século XIX porque pode-se conseguir ficar com uma imagem, ainda que breve, de raízes da que viria a ser uma 'forma específica de sociabilidade moderna' imaginada por Santos (1995, pg iii). Para este autor, Portugal como Estado-Providência 'nunca atingiu o seu pleno desenvolvimento, articulando-se com outras formas de providência societal' (ii). Ora, sabendo que esta se pode entender mediante uma concertação de vozes entre *sociedade-providência* e *Estado-Providência (ibidem)*, a criação de comissões de governo no século XIX é aqui colocada como hipótese a observar. Como é que as vozes das comunidades piscatórias foram envolvidas e que tradução se verificou a partir deste modo de solidariedade na legislação durante o século XIX?

No século XIX o processo de industrialização transformou o panorama das pescas português. As embarcações a vapor, e mais tarde, as novas técnicas de conservação de peixe, possibilitaram recolher mais alimento do mar. A partir da segunda metade do século os governos promoveram a criação de sociedades e incentivaram a indústria conserveira. Com os novos processos de captura, adoptados pelas fábricas para as respectivas frotas, as pescas intensificaram-se. A comunidade científica reagiu alertando para a necessidade de se protegerem os recursos marinhos e começaram a surgir algumas legislações proibitivas num século em que as comissões dos governos, percorrendo as comunidades marítimas, recolhiam informação acerca dos habitantes, dos seus usos e costumes. Estes trabalhos, que ao longo do século, permitiram a revisão de algumas leis, permitem também formar uma imagem sobre as vidas na pesca, e os

conflitos emergentes de processos de industrialização que atingiam a todos os portugueses, de forma desigual.

Para as pescas em Portugal, o século XIX está associado à criação da Comissão das Pescarias Central e suas delegações locais. Para além da regulação, estatísticas e pareceres sobre questões científicas, estas comissões tinham por função resolver diferendos entre armadores (Alves, sem data, pg 152) [4]. Seguindo uma prática que já estava elaborada nos países mais progressivos, 'conhecer primeiro e decidir depois', os inquéritos eram aplicados em vários domínios e é neste contexto que o Diário de Lisboa nº 109 de 13 de Maio de 1868, publica uma Portaria do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria a nomear uma Comissão com o objectivo de 'estudar o estado actual das pescarias fluviais e marítimas do continente do reino e de propor as providências que julgar mais eficazes para melhorar a indústria da pesca e a sorte dos que a exercem' (ibidem, pg 153). Para este autor: 'Nos meados do século passado, o inquérito traduz a formalização de um espírito de descoberta por parte do poder, consciente da ignorância existente sobre as realidades económicas e sociais' (Ibidem).

Em 1890, no Inquérito Sobre Pesca, Baldaque alertou para a necessidade de se salvaguardarem os recursos marinhos, fazendo referência à destruição de fundos e afastamento de espécies causadas pelas artes de arrastar dos barcos movidos a vapor (Amorim, 2001, pg 9). Portugal tentava ganhar terreno 'na lógica' da exploração industrial, seguindo uma estratégia, em larga parte decorrente da, mais tarde denominada, crise da pesca da sardinha conjugada com a evolução técnica que se verificou no arrasto (INE, 1998, pg 12).

Por um lado, em 1895 foi criada uma legislação proibitiva. Mas esta revelou-se ineficiente e espécies como a sardinha e a pescada tornaram-se mais escassas durante esse período (Amorim, 2001, pgs 9 e 10), vindo corroborar a 'falsa ilusão de abundância' que Garrido reflecte nos homens da época. Em simultâneo, nos últimos anos do século, a transição para as sociedades industriais, considerada a 'grande transformação em Portugal no domínio das pescas' (Farinha, 2004, pg, citando Moreira, 1987), é um seguimento das legislações liberais, em que se promoveu a constituição de

[4] O autor refere ainda que com elas, surge um conjunto com os trabalhos da etnografia que então descobriam 'as comunidades de pescadores como objecto de investigação, dadas as suas características de conservantismo cultural'

sociedades, assim como a introdução de novas técnicas e, em simultâneo, o fomento da indústria conserveira e diversificação de áreas comerciais (Farinha, 2004, pg 25, citando Moreira, 1987). Desta forma, as pescas em Portugal desenhavam-se seguindo uma estratégia onde floriam, as primeiras tentativas de regulação ambiental para protecção de espécies marinhas.

Como se percebe que, como afirma Amorim (2001, pg 11), apesar da aposta nas exportações de conservas portuguesas, como incentivo à economia nacional, com concessões dadas a sociedades industriais através de linhas de apoio estatal, estas acabassem por ficar com os empresários com capacidade para investir, relegando para segundo plano as ambições dos pescadores pertencentes às associações de pesca? A mesma autora refere que a deploração de recursos teve consequências diferentes na população portuguesa de pescadores.

Desde o período da expansão, as populações piscatórias vinham formando dois grupos com formas distintas de se posicionar face às pescas. No Século XVI, com a expansão ultramarina, a frota portuguesa transformou-se estruturalmente, passando a ser constituída por uma parte que se dirigia à pesca local e costeira sendo coordenada pelos mestres e armadores que formavam as companhas, e por uma parte que se dirigia à pesca empresarial constituída por armadores que reuniam bastante capital e grandes companhas levando mesmo ao surgimento de novas aldeias de pescadores (Farinha, 2004, pg 23, citando Moreira, 1987). O processo de industrialização fez com que se afastassem mais ainda. Amorim (2002[1], pg 2) reflecte que, no século XIX, estas 'sociedades, condicionadas por ritmos ecológicos (dependência de recursos móveis, sazonais e aleatórios), viveram um processo de industrialização responsável por clivagens sociais e processos migratórios (nomeadamente para o Brasil e África)'.

Os pescadores com embarcações a vapor passaram a poder pescar no Inverno, quando anteriormente o clima representava um travão natural. Ao descobrirem-se formas de vencer os mares agrestes, a pesca industrial passou a trazer também outras formas de descontentamento aos segmentos mais pobres da população marítima. De acordo com Moreira (Farinha, 2004, pg 24, citando Moreira, 1987) desde o século XVI, viviam *marginalizados* da mentalidade global, em *aglomerados costeiros de cabanas e casebres*, onde as anteriores gerações tinham descoberto abrigos em períodos de escassez no passado. Com a concorrência das embarcações a vapor que começaram a capturar as espécies ao longo de todo o ano, e com as estratégias de gestão do governo

para protecção de espécies nobres como a pescada ou da sardinha (Amorim, 2001, pg 10), os pescadores concorrem entre si. O avanço da técnica revelava assim a sua face desleal, nesse período, fazendo perder o rasto às linhas de apoio do governo a estruturas de cooperação, e tornando ineficazes as proibições criadas em torno das vulnerabilidades remanescentes.

O que pensariam estes homens das proibições na pesca? Alguns teriam sequer conhecimento delas? Na visão Ramos (2009, pg 565), nesse final do Século XIX, havia sinais de transformação em Portugal, mas esta era lenta: 'Portugal manteve-se uma sociedade de pequenas comunidades rurais, com duas cidades grandes (o Porto e Lisboa)'. Se a ruralidade persistia, a vida das 'populações adventícias' nas cidades adivinhava-se em aglomerados de 'pátios' e 'ilhas' que cresciam, para desabar em seguida, dando indicações dos caminhos da economia nos anos de 1890 (Ramos, 2009, pg 558).

Na década de trinta, com a criação da Comissão de Pescarias e respectivas secções locais e regionais, com funções consultivas de pesquisa e inspecção estabelecera-se uma rede de reconhecimento das localidades piscatórias e dos problemas socioeconómicos com que se debatiam, representando a primeira codificação sistemática do universo das pescas, em que se procura conciliar as circunstâncias específicas do mundo das pescas com as instituições sociais estabelecidas (Martins, 1997, pg 278). Citando este último autor: 'o uso e costume e os tratos alcançados entre si pelos pescadores, o recurso a homens sensatos e conhecedores, são suficientes para resolver divergências'. No seguimento de 'inúmeros requerimentos dirigidos à corte por pescadores, armadores, negociantes, conselhos locais e rendeiros de direitos de pescarias', tinha-se assistido à abolição de muitos dos códigos reguladores das relações neste universo das pescas, em 1930 (1997, pg 275). Abre-se um parêntesis para dois excertos que se justificam pelo que retratam.

Baldaque da Silva ouvindo as vozes do 'homem do mar', que Martins (1997) compôs magistralmente: 'Face a um imaginário popular, incrédulo pela falta de peixe, apesar de crente na inesgotabilidade das riquezas oceânicas, a orquestração vocal que se eleva ao longo da costa e de todos os pontos desta – carências sociais, conflitos de organização e disputas entre artes e companhas – encontra quase sempre um elemento aglutinador nas insuficiências das capturas, nas disputas locais por um espaço de pesca e nas discussões domésticas e cientificas sobre as condições de 'preservação' dos recursos' (pg 286 e

287). ‘Qual a importância atribuída ao conhecimento e percepção legais? As populações impõem o seu critério de validade …vários estudos com vista à reciprocidade da pesca nos rios Minho e Guadiana estendem-se por alguns anos. O regulamento de Agosto de 1878 é acompanhado por algumas considerações sobre os métodos seguidos e as opções tomadas. Nestas afirma-se terem sido ouvidos os principais pescadores da margem portuguesa do rio Minho …’ inquiridos, nas localidades mais importantes, os usos e costumes no exercício da pesca…’ pois ‘um regulamento que contraria os usos e os costumes estabelecidos é mal visto, é aceite com repugnância, desperta ideias de resistência, e daí nascem e se desenvolvem os conflitos…’ (pg 278)

Apesar de a nomeação de Comissões com formação universitária ao estudarem as situações locais expressarem pela primeira vez na História de Portugal uma literatura consolidada sobre a actividade pesqueira, Alves (pg 152, 153) indica que as informações que se colhem da política são com base capítulos específicos em compêndios e monografias, debates legislativos, relatórios anuais de governadores civis, inquéritos industriais, artigos de imprensa e, naturalmente, os fundos arquivísticos oficiais, sendo assim fragmentárias.

De qualquer forma, as leis de 1830, de 1843 e de 1855 podem ser artefactos onde que percebe uma linguagem em que a procura de informações nem sempre se traduz na distinção de vulnerabilidades sociais. Com o decreto de 16 de Julho de 1830, ‘passa a pagar-se apenas uma licença anual por cada barco matriculado e anulam-se os privilégios de companhias, pessoas ou confrarias sobre pescadores ou remeiros, concedendo-se a liberdade de pescar pessoalmente ou por interposta pessoa (através de sociedades) a quem o desejasse’, algo que despoletaria dificuldades nos pescadores artesanais em se adaptar à liberdade de produção nesta fase do liberalismo, uma vez que tinha uma tradição arraigada de características corporativas (Idem, pg 156). Em 1843 surge uma lei que coloca um imposto de 6% sobre as *partes ou quinhões* exceptuando apenas as *comedorias, caldeiradas restomengas e carnadas* e em 1855 surge a lei do recrutamento militar que vem anular a isenção do serviço militar que anteriormente era consagrada aos pescadores com o argumento das dificuldades que a faina da pesca acarretava (Idem, 156 e 157).

Ainda assim, os pescadores podem ter tido outras formas de protecção social estatal durante este período dos anos 30 e noutros períodos do século XIX. Seguindo Costa (2008, 191) ‘nos anos trinta a assistência foi considerada como uma das funções da

administração do Estado com os governos liberais (1834)', seguindo uma tradição política do inicio do século XIX, fase em que surgem as primeiras associações de socorros mútuos, e que nos finais do século XIX, inícios do século XX, se revelam ao criarem-se formas mais efectivas de protecção social, como um esquema de seguro social obrigatório. O mesmo autor refere que as constituições de 1822 e de 1911 adoptaram em relação à pobreza, a atitude básica de por ênfase na não-intervenção do estado.

Pequenas reflexões finais: Ao percorrer os caminhos no século XIX começa-se a perceber que, em primeiro lugar, a procura de consulta não é obrigatoriamente associada a uma tradução de melhor protecção social para a população de pescadores, e que a colaboração entre comunidades piscatórias e Estado depende de como a política consegue observar as vulnerabilidades de cada pessoa no contexto de uma economia em que a partir do final do século a inovação tecnológica tem já influencia na forma de organização da sociedade capitalista. É importante nela perceberem-se as raízes dos modos de protecção social em assistencialismo, algo que não se fará aqui. Para já, a criação destas comissões é merecedora de atenção na actualidade pela consciência que revela na necessidade de conhecimento acerca dos locais e como esforço de consulta e diálogo que revelou na época.

4.2 A investigação e a critica às desigualdades sociais nos anos 50/60

Ao perceber-se a motivação da população civil como base para um sistema político está a perceber-se, antes de mais, a sustentabilidade da democracia. Com os exemplos da investigação nas pescas durante os anos cinquenta e da investigação social nas universidades nos anos sessenta tenta-se fornecer uma imagem breve da educação como um cenário de fundo que pode ter estimulado à critica e reflexão numa fase que ainda fazia parte do período de ditadura. As reflexões sobre as questões sociais podem ter surgido, então, como solidariedade na sua forma de *providência – societal* imaginada por Santos?

À expansão das pescas industriais, consentida pela *liberdade dos mares* mediante práticas de livre acesso, baseadas nos *direitos históricos* dos estados colonizadores, – que veio acentuar a competição entre os grandes arrastões, – o panorama internacional respondeu, colocando as primeiras restrições no que respeita à pesca em alto mar, a qual

tinha uma importância de maior para Portugal pela pesca longínqua do bacalhau. Depois do período de construção de laboratórios (Farinha, 2004, pg 41, citando Ruivo, 1998) Portugal aderiu a novos organismos intergovernamentais de estudo e governo das pescarias criados no recente cenário de reformulação de pescas (Garrido, 2006, pg 45).

A aposta da construção de laboratórios, incidiu mais nas áreas da agricultura e pescas, e teve na sua origem a *procura do social* indicada por *várias figuras dominantes da cena económica portuguesa* (Farinha, 2004, pg 41, citando Ruivo, 1998). Pressionando para que se formassem condições para a investigação aplicada e desenvolvimento experimental, pretendia-se estimular a economia. Na década de cinquenta, na área das pescas, são criados o Instituto de Biologia Marítima, o Gabinete de Estudo das Pescas e a Comissão Consultiva Nacional da ICNAF[5], e constitui-se a Comissão Nacional da FAO (Garrido, 2006, pg 81). Seguindo o mesmo autor, a opção de aderir aos novos organismos intergovernamentais de governo e estudo das pescarias esteve também relacionada com a tentativa de manter controlo sobre as pescarias do bacalhau, só possível mediante a adesão aos diversos organismos e a participação em conferências internacionais sobre biologia piscatória.

Amorim, (2001, pg 12) refere que, apesar da intensa participação portuguesa no plano internacional, esta esteve sempre sujeita às orientações das grandes potências e que a nível interno, a iniciativa comercial, assim como o sistema de comercialização, estavam sujeitos ao intervencionismo estatal que, controlava o comércio interno através do tabelamento de preços e sujeitava os investimentos a aprovações oficiais prévias. A intervenção estatal na economia controlava a iniciativa empresarial limitando-lhes a integração em Planos de Fomento, e as funções associativas de pescadores ou de empresários sabendo-se que grémios de armadores e casas de pescadores eram directamente comandados pelo Estado e organizados pela Corporação da Pesca e das Conservas (Farinha, 2004, pg 27). Como nos outros países em cuja produção se destinava a abastecer o mercado interno, no caso de Portugal, o modo de conservação do bacalhau retardou a inovação do processo produtivo e travou a reconversão do navio enquanto factor de produção. Nos arrastões bacalhoeiros portugueses dos anos sessenta, por exemplo, os trabalhos de transformação do pescado a bordo em nada se distinguia do que há séculos se fazia no convés dos 'navios de linha' (Garrido, 2001, pg 101).

[5] Comissão internacional de Pescarias do Noroeste Atlântico.

No entanto, entre 1960 e 1970 as estatísticas traduziam uma melhoria das condições de vida em Portugal. Como refere Ramos (2009, pg 689), em 1965 os propagandistas do governo clamavam que 'o país, todo o país, está diferente'. Melhorara o nível de qualificações da população e o conforto das suas habitações. O consumo expandiu-se, a proporção de alojamentos com electricidade aumentou, a mortalidade infantil diminuiu e passou a haver um maior número de partos em estabelecimentos de saúde. Os rádios e televisores estavam presentes nas casas, que as pessoas vindas dos campos habitaram nas cidades (Ibidem). Mas em Portugal, nesses anos sessenta, 'a questão social' traduz-se na pergunta: onde e a quem?

A distribuição territorial da população modificara-se (Ibidem). O mesmo autor (pg 688), explica que na década de sessenta ocorreram dois grandes movimentos de população na Europa: do norte para o sul, turistas; Do sul para o norte, trabalhadores. Movimentos distintos, ambos se reflectem nas comunidades marítimas portuguesas[6]. A população marítima diminuiu consideravelmente. Continuando a ser uma população com actividade plural, deixara de conjugar a pesca com a agricultura, passando a ingressar na pequena indústria ou no turismo (Farinha, 2004, pg 27).

A população que permaneceu nos espaços rurais continuou isolada. O autor Ramos (2009, pg 688) dá o exemplo da Campanha Nacional de Educação para Adultos (1952) e de como não abrangeu os territórios agrícolas. Como constatado em 1969, pelo governador civil de Aveiro, ao percorrer as 210 freguesias do distrito até aos 'locais mínimos', 'a carência em matéria de acessos, água e luz' era flagrante. Farinha (2004, pg 27) escreve que é também nesta década que as comunidades marítimas sofrem as maiores alterações, transformando-se em bairros, mas não junto às praias. Aí, grande parte das vezes, surgiram as zonas para banhos, para o comércio e para o turismo, deixando à margem as localidades em que estas populações se inseriram.

A emigração legal e clandestina vai 'esvaziando aceleradamente todo o interior do país, conduzindo à desertificação de inúmeras zonas rurais e à transformação sensível da estrutura económica, social e demográfica do país', e levando a que ao longo da década de sessenta o tema da emigração se tornasse o 'centro de interesse de estudo' de uma das áreas de ciências sociais (Resende, sem data[2], pg 1).

[6] Devido à emigração a população residente em Portugal decresceu pela primeira vez desde o princípio do século XIX.

O autor Ramos (2009, pg 690) assinala como as assimetrias regionais levaram o sociólogo Adérito Sedas Nunes a definir Portugal em 1964: 'As assimetrias regionais fizeram então o sociólogo Adérito Sedas Nunes a definir Portugal, num estudo publicado em 1964, na revista Análise Social, como uma 'sociedade dualista'. Coexistiam no país tempos históricos diferentes: por um lado os camponeses de Trás-os-Montes, que ainda usavam arados medievais; por outro lado os operários qualificados da Lisnave, no Barreiro, com um dos maiores estaleiros navais do mundo. Mas mesmo nos centros urbanos em expansão, as fragilidades eram grandes, como revelaram as grandes cheias de Lisboa na noite de 25 de Novembro de 1967, que terão feito cerca de 450 mortos, a maior parte, nos bairros pobres dos arredores'.

O aparelho produtivo fora poupado durante a 2ª Guerra Mundial, e no período que se lhe segue a sociedade portuguesa terciariza-se, factor decorrente do fenómeno de industrialização, de emigração e do êxodo rural. Enquanto a agricultura emagrece, a indústria é empolada na injecção de mão-de-obra, o que leva a um alargamento dos estabelecimentos de ensino secundário e a uma obrigatoriedade da escolaridade de seis anos (criação do ciclo preparatório em 1964), levando por sua vez em efeito onda ao ensino superior passando Portugal de um modelo de Universidade única (Universidade de Coimbra até inícios do século XX) para as quatro universidades dos anos setenta (Amorim, 2001[2], pg 19 e 20).

Como ainda refere a mesma autora (pg 20), os trabalhos de análise social de Sedas Nunes e Miler Guerra demonstram a selectividade social na 'explosão escolar' que ocorreu na década de sessenta (acréscimo de 121% da população estudantil). Tanto numa análise que encontra razões num aumento proporcional na base liceal, mas em 57% dos casos a um aumento de universitários femininos por razões que se prendem com o acesso das filhas das classes médias, como numa que por comparação percebe que, enquanto na Inglaterra, em 1960, 27% dos estudantes eram filhos de trabalhadores manuais, em Portugal a percentagem era de 4,2%.

A possibilidade de a pessoa estudar, limitada pelo seu estatuto económico e social, assim como de esta habitar na cidade ou no campo, motiva investigadores – 'das ciências da educação, (d)as elites políticas, (ou) os técnicos e especialistas na área da educação' - que integram alguns espaços universitários, em 1969, a criticar a estratificação social vigente na educação e a introduzir 'diferentes medidas políticas, organizacionais, pedagógicas focando uma igualdade relativa nos resultados escolares e

na distribuição dos diplomados nas estruturas social e de classes' (Resende, 2005, pg 667). Como refere o mesmo autor, estas universidades eram lugares onde se reuniam 'vulgares e sábios', que testemunharam, como se percebe em Candeias, um ambiente nacional político de pensamento tradicional conservador transmitido pela postura titubeante de Salazar na educação - entre a 'alfabetização de todos, mesmo que de forma básica, e a educação das elites', entre o 'controlo social que a educação permite e a emancipação a que ela abre portas', entre a aposta (n)'o desenvolvimento económico e o medo da subversão da ordem tradicional que o domínio de uma ferramenta conceptual tão poderosa como a escrita possibilita'.

Pequenas reflexões finais: Se a alfabetização e a educação se formam num período de ditadura em que não se estimulava a critica nas pessoas (Candeias, 2005, pg 496) nos anos cinquenta e sessenta encontram-se indícios de que *várias figuras dominantes* da economia (entende-se elites) que fomentam a investigação tendo na sua origem a *procura do social* e, a mesma geração que cresce no Estado Novo, cria espaços de reflexão como debate sobre as desigualdades sociais nas universidades, contrariando o diagnóstico da passividade das elites, já contrariado por Santos (em 2009, pg 4). No contexto da tese podem ser entendido como grupos de poder que fomentam a critica na população através da educação – e usando uma expressão de Candeias (2005) – como *criação de riqueza* em Portugal. Os trabalhos desenvolvidos em investigação, passíveis de se observar como forma providência-societal entendem-se na tese como um possível cenário de fundo em que governança surge numa concepção em que as universidades são grupos de poder que podem estimular à reflexão para as questões sociais como criação de riqueza, nomeadamente, no vocabulário de diagnósticos, sejam eles sobre governança portuguesa aprofundando (ou adaptando) à realidade portuguesa indicadores sugeridos, ou, como se fará no caso de estudo, o diagnóstico social da Murtosa. Como estudos de caso, a observação de terreno pode reflectir posteriormente sobre conceitos a trabalhar no futuro, enriquecendo o vocabulário, isto é, preenchendo melhor os espaços do conhecimento locais, e enriquecendo o conhecimento sobre um local.

4.3 Os aspectos sociais da pesca entre a integração de Portugal na Política Comum de Pescas e o diálogo dos intervenientes nos dias de hoje

A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia e a sua consequente integração na Política Comum de Pesca é a segunda grande alteração institucional[7] com influência no cenário de pescas nacional (Coelho, 2000). Em Portugal, a pesca, que é em vários aspectos diferente da pesca concebida no Norte da Europa, pela grande multiplicidade de espécies que se encontram num espaço próximo da costa, concedem-lhe uma geografia característica. Como descreve Souto (1998, pg 18) citando Pequito Rebelo, Portugal é "Mediterrâneo por natureza, atlântico por posição". A semelhança entre a plataforma continental portuguesa e a mediterrânica aponta-a como um factor que contribui para a grande percentagem de embarcações de pequena pesca, uma vez que a frota teve tendência a adequar-se às características dos recursos explorados.[8] Esta caracterização, afasta a pesca portuguesa da pesca praticada no Norte da Europa, que o autor descreve como tendo extensas plataformas, mares mais ricos, com temperaturas inferiores a 12º, próprias de um complexo de águas frias, e com um menor número de espécies (Souto, 1998, pg 19).[9]

De meados de oitenta em diante, a integração na CEE obrigaria a rever o planeamento do papel da pesca na economia e à formulação do lugar social das comunidades costeiras/piscatórias, no seguimento dos seus princípios. Amorim (2001, pg 14) refere que, aquando da entrada destes países, a pesca artesanal passou a ser objecto de estudo pela Comunidade Europeia ao reconhecer-se que 'a especificidade do sector pesqueiro destes países (assim como da Grécia, anteriormente integrada), estruturalmente marcada por uma pesca mediterrânea, pouco tinha a ver com as pescarias da Europa do Norte'.

Durante os anos setenta, no cenário de pescas nacional, o predomínio a pesca artesanal fora sendo acompanhado pelo decair da frota longínqua associada ao bacalhau e nos

[7] A primeira é o estabelecimento de Zonas Económicas Exclusivas.

[8] De acordo com o autor, a pequena largura da plataforma origina que os recursos ocorram no máximo até cerca de 65 km da costa, mais frequentemente até 20/30 km. (...) Inserido num meso-complexo bio geográfico de pesca de águas temperadas quentes, limitado pelas isotérmicas médias anuais da superfície das águas entre os 12º C., a Norte, e os 20º C., a Sul. Para aprofundar esta explicação pode ler-se Les Pêches maritimes: complexes biogeographiques de production et provinces haliêutiques de T. Rass e F. Carré, 1980, que o autor Henrique Souto (1998) referencia na sua bibliografia.

[9] A pesca em Portugal dirige-se a mais de 80 espécies e na região referida no Norte a cerca de 18.

anos oitenta, a pesca em Portugal passa a ser dividida em artesanal (local e costeira), industrial e ao largo, em que esta é exclusivamente industrial. A pesca artesanal não apresenta qualquer homogeneidade, e passa a surgir nas estatísticas de pesca de 1986 sob a designação institucional de Pesca Polivalente (Ibidem).

As consequências da entrada portuguesa são observadas a dois níveis que se revelam no plano produtivo e no plano social (Coelho, 2000, pg 143). O primeiro balanço após a integração de Portugal na Política Comum de Pescas e o estabelecimento de linhas de orientação para 1993-2002, vêm revelar-se 'aspectos positivos como o surgimento do IFOP e iniciativas comunitárias de apoio ao sector – a iniciativa PESCAS, mas vem revelar aspectos menos positivos em que se destacam a falta de integração dos vários domínios, as acções dispersas e a falta de política social nas pescas (e no geral)' (Ibidem, pg 142 e 143) [10].

Sabendo que a tipologia das comunidades piscatórias em sociologia, pode ser entendida em Moniz (2000, pg 13), como sendo dependente da estrutura de emprego oferecida pela região e da gestão política e social das actividades económicas que se relacionam directa ou indirectamente com a pesca[11], o diagnóstico acerca das perspectivas de

[10] De acordo com Carapinheiro (2002, pg 208), a política social em Portugal tem obedecido a um processo prolongado que se revela muito dependente de condições políticas variáveis desde 1974, e que se revela no movimento de institucionalização e progressivo alargamento da provisão social garantida pelo Estado como direito de cidadania e no movimento de da reconceptualização do papel provedor do Estado e revalorização da iniciativa privada, ambos inscritos no contexto da normalização da democracia e da europeização da sociedade portuguesa até fim dos anos 90. Separado do anterior conceito mutualista, associado ao carácter assistencialista do Estado Novo, com a entrada na CEE fica sujeita às revisões reformadoras dos estados mais desenvolvidos da Europa desacelerando-se o esforço de construção de um sistema integrado de assistência social. Para esta autora: De forma geral, a análise de modos de produção das políticas sociais vai mostrando a persistência que assume a acentuação das responsabilidades individuais e a progressiva desactivação das responsabilidades do Estado' (pg 223).

[11] O primeiro tipo de comunidade apontado por Moniz (2000, pg 14) depreende um envolvimento dos trabalhadores em sectores de actividades económicas diferentes. Está mais presente em zonas como Matosinhos, Aveiro, Figueira da Foz, Setúbal, Sines ou Portimão. Aqui as pescas desenvolveram-se paralelamente a diversas actividades noutros sectores económicos. O tipo de comunidades, mais dependentes da pesca, delimita-se em pequenos lugares dentro de áreas urbanas, próximos de cidades costeiras de média dimensão (Moniz, 2000, pg 13). Em Portugal encontram-se, por exemplo, próximas de cidades como: Viana do Castelo, Póvoa do Varzim, Vila do Conde, Ílhavo, Peniche, Sesimbra, Olhão, Vila Real de Santo António (pg 15).

emprego nas pescas apontam para uma população de pescadores em Portugal, que é composta por uma maioria de indivíduos com baixos níveis de escolaridade, mas com elevados conhecimentos práticos transmitidos pelas gerações anteriores, mostrava sinais de envelhecimento demográfico (SIAM, 2002). Os factores para este decréscimo foram a *precariedade do emprego e das remunerações*, as *estratégias de gestão adoptadas no contexto da Política Comum de Pescas* (PCP), e uma notória *baixa estima que se verificava na actividade*, que se relacionam directamente com os factores apontados, e que no seu conjunto, viriam a alertar para numa crise profunda com graves consequências no tecido social português (SIAM, 2002).

De acordo com Moniz, de forma geral, mas em especial nas comunidades mais dependentes da pesca, as *fortes mudanças estruturais* (desemprego, factores deficitários na educação, escassez de recursos naturais) que afectam estes grupos sociais, e ainda os *conflitos de interesse no sector relacionada com estratégias industriais* dos intervenientes (armadores, OPs, aquacultura), ou o não envolvimento de sindicatos e autoridades a nível local em estratégias de definição, podem ser apontados como motivos conducentes ao desinteresse, não cumprimento (2000, pg 14 e 15).

As principais características sociais das comunidades mais relacionadas com a pesca local denotavam, em 2004 uma população predominantemente masculina e envelhecida, de nacionalidade portuguesa (raras excepções de casos de estrangeiros ilegais) com níveis de instrução particularmente baixos. Frequência elevada de ausência de contabilidade organizada e de empresas familiares de dimensão muito reduzida, com uma forte dependência dos indivíduos na unidade familiar que é proporcional aos seus baixos rendimentos e qualidade de vida. Por último, denotam falta de interesse por assuntos exteriores à comunidade (Moreira, 2004).

As embarcações pertencem normalmente a apenas um armador. A média das idades nestes indivíduos (variam entre os 42 e os 53 anos) expressa um comportamento social tipo permitindo uma análise demográfica da população. Nestas comunidades locais o pescador mostra uma tendência para trabalhar além da data de reforma dos 55 anos (DL 9/99 de 8 Janeiro), porque mesmo quando abandonam a sua embarcação mantêm-se a participar em actividades como a pesca à linha ou noutras embarcações (PECOSUDE, 2002).

Na altura, dentro do projecto MARHE foram recomendadas linhas de actuação podendo estas ser relacionadas nomeadamente com a ‘abordagem da melhoria da gestão de

recursos; apoio e orientação das actividades de I&D e de formação profissional; à intensificação das interacções entre, por um lado, as actividades de captura e transformação, às novas iniciativas que podem ser desenvolvidas em ligação com o mar, à criação e melhorias de mecanismos de diálogo' (Moniz, 2000, pg 37).

No que diz respeito ao diálogo na gestão da pesca tem-se verificado uma conjugação de esforços tendo em vista a sua melhoria. Existem em Portugal vários mecanismos de diálogo relacionando sector (OPs e Associações de pescadores e armadores), outros grupos organizados da sociedade civil (ONGs), instituições públicas (institutos de investigação e universidades) e entidades privadas (empresas).

a) No sector as únicas entidades que actualmente têm um papel de co-gestão na governança continuam a ser as Organizações de Produtores. São constituídas pelos armadores das embarcações de cerco que se dedicam à captura da sardinha, cavala e ainda carapau e verdinho, e como refere Farinha (2004, pg 48). Como entidades mediadoras na comercialização o seu papel é o de regular através de mecanismos de intervenção de mercado de que são alvo algumas das espécies de pescado capturadas pelas mesmas organizações, como as operações de retirada e de reporte, a venda de atum à indústria, a armazenagem privada ou os subsídios compensatórios para a sardinha (INE, 1996, pg 124 e 125). Através destas organizações, os armadores devem fixar regras comuns para a captura e comercialização de determinadas espécies e são incentivados a actuar para a melhoria do seu rendimento, da qualidade do produto e das condições de exercício da pesca (2004, pg 48).

As primeiras 9 organizações de produtores foram reconhecidas em 1986 após a adesão de Portugal à União Europeia, como consequência do ordenamento do sector a que então se assistiu. Em 1996, o número tinha aumentado para 16, 6 das quais na região de Lisboa e Vale do Tejo (INE, 1996, pg 115).

Como refere Farinha (2004, pg 47 e 48) as suas responsabilidades têm vindo a ser progressivamente ampliadas nas sucessivas alterações da OMC e, com a diminuição dos recursos, estas organizações começaram a ter um papel progressivamente mais activo, planeando a actividade dos seus membros de forma a assegurar a conservação dos recursos e a competitividade. A autora vê-as como uma peça fundamental para a regulação da oferta e poder negocial, permitindo o equilíbrio da produção e dos preços de venda de forma a possibilitar uma actividade do mercado sem grandes oscilações,

utilizando os mecanismos comunitários de intervenção e os apoios financeiros disponíveis.

Em 1993 foi constituída a Associação Nacional das Organizações da Pesca do Cerco (ANOPCERCO) resultante da necessidade sentida pelas OP na criação de "uma associação que pudesse assumir em termos nacionais a representação e a defesa intransigente da pesca do cerco e da sardinha". Actualmente a actividade da ANOPCERCO continua a ser o de interlocutor representativo deste sector (cerco) assegurando "a coordenação nacional e internacional da representação e defesa do sector português da pesca da sardinha" (Farinha, 2004, pg 48).

b) No caso da pesca de arrasto é representada pela Associação de Armadores da Pesca Industrial (ADAPI)[12]. Fundada em 1975, tem, actualmente como propósito representar o interesse colectivo dos armadores de pesca industrial nas várias instâncias de governação das pescas. Em 2009 a ADAPI representava 40 empresas de pesca e 77 navios (9 navios com arqueação bruta superior a 500 GT e 68 navios de pesca costeira, com arqueação inferior a 500 GT) em Portugal continental.

A ADAPI tem representação permanente no Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura, no Obsermar – Observatório de Formação e Emprego para o Mar[13], na Comissão de Acompanhamento do Fundo Europeu de Pescas / PROMAR, no Conselho Consultivo do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca e no Conselho Consultivo Regional das Águas Ocidentais Sul e no da Pesca de Larga Distância.

Com base no Relatório Anual da ADAPI verifica-se que o sector se reúne com entidades como a DGPA, podendo estes encontros ser relativos a consulta no licenciamento de navios, permuta de quotas, planos de recuperação, prevenção de riscos e protecção de ecossistemas marinhos, etc...; a Direcção do FORMAR, nomeadamente relativas à sensibilização para a importância da formação; junto do IPIMAR para consulta sobre a avaliação do estado da pescada e do lagostim e aconselhamento em projectos de investigação; com sindicatos na análise conjunta de trabalhos na pesca, com diversos partidos políticos, tanto na Assembleia da República como no Parlamento Europeu para assuntos normalmente relativos a estreitamento de colaboração ou

[12] Os dados relativos à ADAPI são retirados do Relatório Anual (2010) da associação.

[13] De acordo com o mesmo relatório, estes dois últimos órgãos estão sem actividade há vários anos.

apresentação de estruturas associativas, e ainda com a autoridade de Gestão PROMAR, Ministério do Trabalho, Administrações de alguns portos, docapesca, etc...

c) Como actores exteriores ao sector, a formação da Plataforma Portuguesa de ONGs da Pesca (PONG-Pesca)[14] foi um esforço recente mente desenvolvido (2009) aquando do *Workshop* sobre a Reforma da Política Comum das Pescas (PCP)[15]. Surge de um acordo entre os membros das ONG nacionais. Tem como missão promover a exploração sustentável dos recursos pesqueiros, em todas as suas vertentes, ecológica, social e económica, tendo em vista a preservação dos ecossistemas marinhos e o desenvolvimento das comunidades costeiras ligadas a esta actividade.

Inicialmente tinha como objectivo acompanhar e participar na reforma da Política Comum da Pesca, em curso até 2012, no entanto, este objectivo acabou por ser ampliado. Não sendo as ONGs vistas como *stakeholders* de relevo na arena nacional das pescas, esta plataforma centrou-se num objectivo adicional de se consolidar como parceiro de referência na discussão e reflexão sobre a Pesca no cenário nacional. À elaboração de uma resposta eficaz ao LV da PCP acrescenta-se assim a promoção do envolvimento da sociedade em geral (em particular, das partes interessadas); Fomentar o debate público; Promover a divulgação de informação relevante; Promover o consumo sustentável dos produtos da pesca e de aquacultura.

d) O princípio do diálogo está ainda presente em qualquer investigação que actualmente decorra nas pescas. De acordo com o Relatório Anual do INIA (2010) o desenvolvimento de projectos de para melhorar a gestão nas pescas portuguesas inclui uma dimensão de colaboração, diálogo com stakeholders. Além disso alguns destes projectos cooperam vários institutos e/ou universidades. Não aprofundando aqui as várias formas de diálogo que actualmente se desenvolvem aponto aqui dois, por dois motivos diferentes.

---

[14] Os dados relativos à PONG Pesca são retirados do site: http://pongpesca.wordpress.com/ A plataforma é actualmente constituída por um conjunto de 5 ONGs: a GEOTA Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (http://www.geota.pt); a LPN Liga para a Protecção da Natureza (http://www.lpn.pt/); a Quercus Associação Nacional de Conservação da Natureza (http://www.quercus.pt/); a SCIAENA (http://www.sciaena.org/); e a SPEA (http://www.spea.pt/).

[15] Promovido pela *Seas at Risk* (SAR), que decorreu na Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, em Lisboa, no dia 21/04/2009.

O *MARGgov*[16] é pioneiro no estímulo à participação de stakeholders na formação de um acordo social como base para uma co-gestão em AMPs (Áreas Marinhas Protegidas). De forma muito geral pode dizer-se que o seu desenvolvimento foi acompanhado de todo um processo colaborativo cuja ideia subjacente é a de fortalecer a interacção de diversos actores sociais e institucionais, e assim construir colaborativamente um *Modelo de Governância para a co-gestão do Parque Marinho Professor Luiz Saldanha (Arrábida).* Ao lançar este desafio, este projecto talvez possa ser um exemplo 'aplicável e adaptável a outras Áreas Marinhas Protegidas'.

O *MARGov* veio ao encontro de novas formas de governância para as Áreas Marinhas Protegidas, sendo estruturado em 3 componentes: Governância**;** Cidadania; e estabelecimento de uma Estrutura Dinâmico-Espacial que assegurasse um registo através de um Sistema de informação Geográfica (SIG) que suporte ao conhecimento gerado ao longo do projecto e que fique como repositório de informação/conhecimento a longo prazo. A equipa multidisciplinar de investigadores, foi estabelecendo formas de **c**apacitação de agentes 'de mudança para governação sustentável dos oceanos, pelo reforço do diálogo eco-social e reforçando a dimensão humana e social na gestão das áreas marinhas protegidas, promovendo a participação activa das comunidades locais e de outros actores chave. A identificação e análise de actores-chave, de questões/conflitos e respectivo mapeamento, estruturação e condução de Fóruns Parciais, exploração e trabalho de construção de uma identidade relacionada com o mar desenvolvimento de acções educativas e de formação com públicos específicos, propostas de acção prioritária a curto prazo e de faseamento do modelo de governância colaborativa foram alguns dos passos presentes nas fases do projecto.

O *PRESPO* (*Desenvolvimento sustentável das pescarias artesanais no Espaço Atlântico)*[17] surge num contexto nacional em que a pesca artesanal se assume de extrema importância e num contexto europeu de gradual investimento numa nova política comum que a dimensione compreensivamente. O projecto visa contribuir como 'instrumento gerador de ideias, propostas e iniciativas para o estudo e gestão das pescarias artesanais em todo o espaço da EU' para um melhoramento da 'actual política de gestão dos recursos pesqueiros explorados pela frota artesanal do Espaço Atlântico

[16] A informação acerca do projecto foi retirada de: http://margov.isegi.unl.pt/index.php?ID_DONDE=0104; http://margov.isegi.unl.pt/index.php?ID_DONDE=0102

[17] Informações retiradas do site do projecto:

através do desenvolvimento de instrumentos de gestão alternativos, de modo a promover a gestão integrada das pescarias costeiras numa perspectiva ecossistémica; Promover a organização e a sustentabilidade das pescarias costeiras, de modo a manter os postos de trabalho no sector pesqueiro, assim como nas indústrias que lhe estão associadas'. Os seus eixos de actuação são: Gestão do conhecimento e da informação; Modelos de Gestão; Diversificação sócio-económica; Optimização comercial; selectividade e rejeições ao mar. A investigação passa por quatro acções: 1) Observatórios das pescarias artesanais (OPA); 2) Caracterização da frota artesanal do Espaço Atlântico; 3) Implementação e recolha de dados; 4) Integração de dados em SIG.

e) O caso da actual *Estrela-do-mar* Rede de Mulheres da Pesca Artesanal[18] é uma associação encontra a sua origem no momento em que uma equipa de cientistas sociais da Universidade de Brest[19] contactou o Departamento de Acção Social da Mútua de Pescadores. A Mútua como interlocutor surge assim nas origens da actual rede a convite do CEDEM.

Nesta rede pretende-se incentivar a uma filosofia de trabalho baseado no diálogo entre todos os agentes envolvidos na fileira das pescas, enquanto procura colmatar lacunas e fragilidades nas associações do sector, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das pescas. O objectivo de criação da rede foi a consolidação de uma ponte de ligação e de diálogo entre investigadores, as mulheres da pesca, aquicultura e marisqueiro, e as estruturas interlocutoras, as suas organizações e os organismos da administração pública e de formação.

Desde 2002 as mulheres têm-se reunido para estudar quatro temas principais: As mulheres nas empresas; O estatuto legal das pescadoras; A construção de associações de pescadoras/mulheres na pesca; As mulheres na acção pública (Sempere, 2008, pg 19). No âmbito desta rede são desenvolvidos vários ateliers de trabalho e de discussão visando o diálogo entre vozes de várias áreas, e travando conhecimento com investigação, pesca, marisqueiro, património de forma a diagnosticar necessidades existentes e desenvolvimento de estratégias de apoio e de valorização do papel das

[18] Exceptuando os casos em que se refere bibliografia, as informações retiradas de:

[19] A iniciativa parte de uma investigadora do CEDEM – Centro de Direito e Economia do Mar (Universidade de Brest, da Bretanha Ocidental), Katia Frangoudes.

mulheres na pesca. Uma leitura de revistas editadas pela Mútua[20] e uma breve pesquisa no site permite observar que à partida, as iniciativas criadas entrecruzam as agentes da rede com outros agentes que fazem parte de projectos como a Cultura da Celebração Costeira, ou a Marleanet (formação das profissões no mar) ou com os Gabinetes de Acção Costeira como entidades interlocutoras.

Através de encontros e conferências, estas agentes levam as suas visões os seus conhecimentos, as suas histórias de vida, por exemplo, a Bruxelas ou difundi-las por Portugal, como se reflecte num conjunto de artigos breves que fala nomeadamente da Conferência das Pescadoras da Carrasqueira em Setúbal, cuja oradora Maria de Fátima Ricardo partilha o seu percurso de vida começando assim: 'Boa tarde, eu sou a Maria de Fátima Ricardo e trabalho com o meu marido na pesca, mas não sou só eu. São muitas como eu' (Pita, 2008, pg 54 a 56)[21].

A Rede é actualmente formada por seis países europeus, entre eles, Portugal, um país onde as organizações são escassas em número mas onde o género feminino tem uma presença activa no sector (Sempere, 2008, pg 19). Destaca-se também a participação da Rede nas reuniões do Concelho Consultivo Regional do Sul ao lado de outros representantes europeus da fileira das pescas, integrando o grupo de trabalho das pescas tradicionais com uma dimensão transversal a todas as actividades ligadas ao sector e à forte expressão da sua presença nessas pequenas comunidades.

[20] *Marés* Revista para os Sectores do Mar e da Economia Social Nºs 52, 53, 60 e 61.

[21] Em *Marés* Revista para os Sectores do Mar e da Economia Social, Nº 53.

Capitulo 5 As coordenadas de Aveiro

5.1 O crescimento de Aveiro e a pesca na história

Aveiro situa-se na costa ocidental portuguesa. É uma ampla bacia que se estende das proximidades de Espinho até à linha divisória das águas da bacia do Mondego (Semedo, 2002, pg 24). Antes do século XIX, os seus característicos terrenos arenosos condicionavam já a sobrevivência da população, e as marés faziam a Ria perder a ligação com o Litoral, dado o afastamento da barra (Amorim, 2008, pg 42). No século XVII, Aveiro é a imagem de uma ilha, mesmo em termos demográficos – aglomerado limitado, densidade baixa, taxa de crescimento quase imutável, atracção limitada (Amorim, 1997, pg 113).

Aveiro constituiu uma originalidade pelo facto de não ser um centro natural e em nada se coaduna com o papel político administrativo e religioso que adquiriu (Thomaz, 2008, pg 261). O mesmo autor refere que o facto de ser catapultada a uma posição cimeira no contexto das cidades médias portuguesas pode ser em grande medida devido à acção de uma burguesia comercial e industrial que para tal lhe proporcionaram as devidas condições. De facto o crescimento de Aveiro está relacionado com o século XV na sua reedificação pela mão de D. Pedro na planta de um burgo e associado à vinda da Infanta Joana para Aveiro (Semedo, 2009, pg 28). Com o Século XVIII, com a elevação a cidade em 1759, e na sua fundação como Diocese em 1774, Aveiro passa a ser cidade episcopal (Amorim, 2008, pg 217).

No século XVIII (e seguinte com o estabelecimento do porto em Ílhavo), a obstrução da barra de Aveiro, surge como o factor a destacar por Amorim (1997, pg114) pelo que a sua desobstrução poderia impedir o isolamento da população sendo a forma de transformar aquela cidade num centro atractivo, fixador de migrações internas. Antes mesmo da elevação a cidade, a resolução de criação de uma nova Instituição, a Superintendência da Barra ou o 'real da Barra', deu-lhe a primeira unidade, acima das divergências político administrativas (Amorim, 2009, 220). E podia ter subjacente o objectivo de 'criar comunicabilidade' que a autora interpreta como uma 'consciente atenção ao complexo da Ria num contexto de um complexo mais vasto que era o Reino de Portugal' (Amorim, 2009, 221). Hoje, o porto é em Ílhavo. Este porto compete com o de Leixões, Figueira da Foz e ainda com alguns portos espanhóis tendo em

consideração a área que abrange o seu *interland* (Semedo, 2009, pg 41). No olhar de Peralta (2003) a paisagem é sobretudo marcada pelas grandes instalações de indústria transformadora que coabitam com os esforçados navios que envelhecem o cais. Aí chegam os barcos de pesca costeira, os navios de pesca longínqua e assiste-se ao tráfego de mercadorias comerciais (Semedo, pg 41).

No século XIX, mais de 50% da população continuava a viver da terra e do mar (Amorim, 2008, pg 67). A pesca, de traço artesanal, começa a ganhar um envolvimento de capital comercial crescente em meados do século XVIII, reflectido-se num crescente emprego de mão-de-obra (Amorim, 2008, pg 72). No século XIX, distinguem-se já dois espaços de circulação em Aveiro: O comércio, através da Barra para portos portugueses e estrangeiros; e aquele que se fazia para as localidades à volta de Aveiro, nos portos fluviais e localidades mais interiores, os Portos Secos (Amorim, 2009, 224).

No final do século gera-se um conflito de interesses entre o comércio/produção de sal e do estrume natural, o moliço. Os custos da produção de sal eram pesados. O sal de Aveiro, ao contrário do sal produzido em Setúbal adquire uma importância regional, ritmada na *conservação da sardinha* e na *matança do porco* e ainda nas condições naturais do recuar das águas suficientemente salgadas, e no valor crescente de um outro produto essencial, o moliço (Amorim, 2009, pg 225, 226). Actualmente, a apanha do moliço, praticamente, sucumbiu como consequência da generalização da utilização dos fertilizantes químicos. Algumas salinas foram reconvertidas em pisciculturas e a pesca artesanal, também sofreu uma diminuição (Temprilho, 2008, pg 17).

Ao longo da primeira metade do século XX, as actividades comerciais acentuaram-se. Em 1936 o Relatório Porto e Ria de Aveiro – Notícia sobre o seu valor económico, evocam os recursos da Ria, os quais justificavam a necessidade de novas obras na barra e a intercessão do Governo, na configuração do porto de Aveiro. Dois aspectos considerados fundamentais que são a pesca (longínqua e local) e o sal. Contavam-se 111 locais de acostagem que dinamizavam a ria e onde o moliço continuava também a ser explorado (Amorim, 2008, 67, 68).

A Ria de Aveiro estende-se de Ovar a Mira. Ovar, Murtosa, Vagos e Mira são os seus quatro braços principais (Temprilho, 2008, pg 14). Identificadas em 1998, as duas comunidades mais importantes a actuar na Ria de Aveiro eram a Torreira e a Murtosa no Concelho da Murtosa, pelas centenas de pescadores distribuídos pelos diferentes sectores de frota e em que a utilização de bateiras surgia como uma alternativa à pesca

de largo e costeira (INE, 1998, pg 227 e 228). Mais recentemente, em 2008, foram identificados 445 proprietários de 491embarcações a operar exclusivamente na Ria de Aveiro, distribuindo-se por várias comunidades piscatórias, se encontram principalmente a morar na Torreira, Murtosa, Costa Nova, S. Jacinto, Gafanha da Encarnação e Gafanha da Nazaré[22] (Temprilho, 2008, pg 20).

De acordo com o trabalho recentemente desenvolvido por este autor, a escassez de algumas espécies sazonais e a proibição da captura de bivalves como consequência de contaminação por toxinas, são alguns dos factores que contribuem actualmente para a procura de outras actividades a tempo inteiro ou em "part time", como forma de complemento ao rendimento da pesca (2008, pg 71). Muitos destes profissionais exercem outras actividades como forma de complementar os baixos rendimentos (2008, pg 14). Os mais jovens optam por outras actividades económicas, 'o que tem conduzido ao envelhecimento da população deste sector específico, sendo mais notório nos indivíduos que vivem exclusivamente desta actividade' (2008, pg70) A maioria iniciou a profissão de pescador com idade inferior a 18 anos e a tradição familiar e o gosto e por estar inserido numa comunidade piscatória foram os factores que mais contribuíram para a escolha da profissão (2008, pg 5).

As estruturas da pesca encontram-se centradas em Ílhavo perto do porto de pesca industrial e/ou perto do porto de pesca costeira[23]. Temprilho (2008, pg 66), que encontrou então, um elevado associativismo nos pescadores artesanais[24] refere que de acordo com a população inquirida este advém 'da obrigatoriedade de serem associados para poderem efectuar contratos de venda de pescado com empresas do ramo, especialmente, centros de expedição e/ou de depuração de espécies bivalves, como o berbigão (espécie abundante na Ria de Aveiro) e a amêijoa'. À data, dos 65,20% de associados, 86,30% são da VIANAPESCA e apenas 13,70% da APARA. Sabendo que é também em Ílhavo que se encontra o centro de formação, refere-se ainda que a população observada por este autor, procura mais o curso de Arrais de Pesca Local e

[22] Mais de 50% do total.

[23] A descrição será feita com mais pormenor em *Onde se localizam as estruturas de apoio à pesca?* As estruturas da pesca e a formação profissional.

[24] 65,20% dos pescadores inquiridos pelo autor, declararam serem membros de uma associação de pescadores.

considera que os cursos realizados no âmbito da formação técnica das pescas são importantes para o desempenho da actividade.

5.2 Um olhar sobre alguns serviços na cidade de Aveiro

A cidade é o que é, como é.

Mas é, sobretudo, para cada indivíduo, a leitura que dela faz.

Énio Semedo, 2009[25]

Quem chega à cidade de Aveiro, pode ver uma paisagem que se descreve em bairros cujo estilo de construção varia (segundo a época de construção), com grandes vias de circulação. A 'Avenida' da baixa tem uma dimensão reduzida como área de serviços. Permanece o seu núcleo histórico, proliferam bairros 'dormitório' organizados à semelhança de pequenas povoações onde se procuram assegurar as necessidades elementares, como mercearia, quiosque, ou café (Semedo, 2009, pg 26).

No comércio, as grandes superfícies caracterizadas pela plurifuncionalidade associam variados espaços de restauração e de lazer nos subúrbios, e o comércio tradicional (e alguns centros comerciais de dimensão mais reduzida) encontram-se na Av. Lourenço Peixinho e Rua Direita. A indústria factor e consequência da crescente acessibilidade da região contribui para a 'melhoria das comunicações marítimas (porto), rodoviária e ferroviária assistindo-se hoje aos parques industriais na periferia, e a outras unidades como a tipográfica, a panificação ou as oficinas de bicicletas na cidade' (Idem, pg 39).

A pesca de mar e de rio, a apanha de bivalves, a cerâmica 'a louça vermelha de Aveiro', a louça fina, os têxteis e afins, os químicos e, ainda, o turismo (em que Aveiro se torna mercadoria) caracterizam a indústria no presente. O poder local das várias câmaras apostando em Aveiro convida os visitantes a ver como atracção local algumas salinas, dois ou três moliceiros que atravessam o canal no centro, a paisagem da ria, as praias, o circuito da Arte Nova e Monumentos, eventos religiosos, eventos académicos. A

[25] Salvo a referência ao ensino em Aveiro que se faz no último parágrafo, o presente texto é, simbolicamente, construído com base na visão deste autor.

afirmação de Aveiro passa ainda por uma polarização da vida religiosa em que se inscrevem as várias festividades como São Gonçalinho ou a procissão em honra de Santa Joana e por instituições – em que se pode destacar o papel da Santa Casa da Misericórdia, – cujos papeis estão associados à movimentação da vida cultural e económica (Semedo, pg 35).

Nas palavras de Thomaz (2009, pg 267), pode dizer-se que a cidade de Aveiro está razoavelmente coberta de escolas primárias estatais e particulares. Ensino pré-escolar, creches e ensino especial são pouco descritos nos textos. Apesar de ser uma região fértil agricolamente, não existe (e nunca existiu) um tipo de exploração agrícola que levasse a fazer sentir a necessidade de uma escola agrícola. Para além da Escola Secundária José Estêvão, a Escola Secundária Homem de Cristo, a Escola Secundária Dr. Mário Sacramento e a Escola Secundária Dr. Jaime Magalhães Lima, há o Centro de Formação Profissional, dependente do IEFP desenvolvendo cursos de formação em domínios técnicos e serviços, e o ainda, ao nível secundário profissional, mas particular, há por exemplo a Escola Profissional de Aveiro[26] (Thomaz, 2009, pg 263, 265 e 266). A investigação e criação artística, desde a comunicação visual, às artes dramáticas e também à música (e nesta há várias escolas particulares na cidade) podem levar-nos ao encontro do Departamento de Comunicação e Arte, presente na Universidade de Aveiro. O *campus* universitário inscreve-se como nova funcionalidade em que o ensino e a investigação têm neste espaço um conjunto de infra-estruturas (Thomaz, 268 e 270).

[26] O autor refere ainda que a recente instituição dos Concelhos Municipais de Educação e das Cartas Educativas Municipais procura garantir e acompanhar esta evolução (referindo-se ao ensino) no sentido mais correcto.

Capitulo 6 *Há por aqui quem ria?* Caso de estudo sobre a pesca artesanal na Murtosa

Na Murtosa, um concelho que se prolonga por ambas as margem da Ria de Aveiro, a pesca, como actividade que aí se desenvolve, surge frequentemente na identificação de problemas com que se debate a população concelhia, mas também, associada a iniciativas que têm como princípio envolver esta população na resolução desses problemas.

Começa-se por perceber porquê, como e por quem foi procurada a pesca na Murtosa em quatro momentos, percebendo também as actividades que lhe foram sendo próximas, para começar a perceber um esboço de uma imagem de hoje do pescador artesanal da Murtosa.

Procura-se depois perceber através das referências que se fazem a esta população, os principais problemas com que se debatem em algumas áreas, sabendo que uma grande parte dessas referências parte de acções que, por princípio, envolvem a população da Murtosa. A formação de uma imagem actual de Pesca Artesanal da Murtosa pode obrigar a uma compreensão do conceito de comunidade piscatória em que este se estende a outros intervenientes da sociedade civil concelhios, isto é, a outras instituições locais, como associações, etc. com as quais os pescadores interagem. Desta forma, o que se fará aqui é uma identificação de possíveis bases sócias locais, de entidades da sociedade civil que interagem com os pescadores residentes. Como um diagnóstico a aprofundar no terreno, – e que será aprofundado mais tarde em entrevista, – a hipótese colocada é que a interacção com estas comunidades pode fomentar-se através de estruturas da sociedade civil fora da pesca.

6.1 *As Vozes do Fogo* – Introduzindo à pesca como modo de estar na Murtosa

A população murtoseira tem-se dividido, principalmente entre os sectores primário e secundário. Só mais recentemente se encontram algumas franjas no sector terciário. Ao longo do tempo, os seus movimentos – migrações internas e externas, tendo sido baseados em motivos distintos, que se podem inscrever em como esta terra foi sendo identificada como paisagem, relacionam-se proximamente com a actividade pesca.

Tendo sido inicialmente procurada como lugar de desterro, onde subjaz a ideia de *fogo morto* que se lhe encontra na origem do nome no Século XIII, a população encontra a pesca artesanal como **modo de sobrevivência**, no mesmo período em que, ao descobrir qualidades fertilizantes nas algas e lodos da Ria, o moliço, passa também a dedicar-se à lavoura: *Foi talvez pelo ano de 1200 que se fixaram neste rincão da beira-mar algumas famílias de marnoteiros e pescadores que não tardaram a aproveitar também os recursos da terra* (RSM[1], 2006, pg25).

Já no século XVIII, as pessoas que se dedicam à pesca dirigem-se mais para a Torreira. A imagem que se gostaria de aqui reter como reflexão é a seguinte:

> *Os primeiros residentes a partir do único fogo de 1758, podem ser considerados os fundadores da Torreira e o seu povoamento foi feito inicialmente por pescadores de Ovar e Murtosa que ali chegaram no decurso do séc. XVIII ou mesmo antes, vindos por areal abaixo e se estabeleceram, com carácter temporário, durante a época da pesca da sardinha com arte de arrasto e que, seguidamente, atraíram ao local gentes de outras partes, nomeadamente pescadores, negociantes e banhistas* (ibidem, pg 28).

Nesse século, a postura face à pesca artesanal na ria parece adquirir forma como ***arte de subsistência*** a que se dedicam temporariamente no ano. Assiste-se à procura das pessoas de zonas como Ovar, mas também das zonas mais interiores da própria Murtosa, pela zona litoral da Torreira. É o lugar a que recorrem sazonalmente, uma vez que vão alternando entre pesca de mar, de ria, apanha de moliço e dedicação à lavoura. Pode encontrar como motivo principal o facto de a pesca marítima, dado o seu carácter igualmente sazonal, começar a expressar nas suas necessidades o uso de uma linguagem racional, – nas leis e na imagens figurativas da fiscalização que se começam a desenvolver em objectivo das actividades – pesca marítima na cidade e apanha de moliço no campo. Mas o que aqui se quer reter é que, durante este período, esta forma de estar da população artesanal parece afastar-se da figura de armador industrial da cidade, que se começa a relacionar com a arena politica que se desenha na cidade de Aveiro. A população artesanal, parece ficar-lhe marginal, subsistindo dos trabalhos que encontra – aqui e acolá, – seja nos portos industriais, como nas actividades que lhe trazem a ria, enquanto se vai prefigurando como *saltimbanco* para quem a subsistência inspira uma forma de arte.

Mas a importância que a Torreira já vinha adquirindo como local temporário para a pesca, parece alterar-se mais uma vez no Século XIX, quando em 1820 uma parte da população se começa a fixar ao local. Deste período em que se parece passar para uma forma de estar mais sedentária fica esta imagem:

> *…a vinda de vareiros (pescadores de Ovar) terá levado à profissionalização da pesca e à permanência de uma população fixa à povoação* (Moreirinhas, 1998, pg 74).

Esta alteração para uma fixação da população está também associada à identificação da Torreira como praia (ibidem), imagem de local de veraneio procurado pelas elites que então emergiriam nas redondezas. Percebe-se que a fixação ao local aliada à profissionalização de alguns tipos de pesca, podendo reflectir-se como possível característica distintiva na pesca entre século XVIII e XIX na Murtosa, seja merecedora de uma maior atenção pelo que pode ajudar a definir a imagem actual da pesca artesanal na Murtosa.

Os anos vinte, e as décadas sessenta e setenta do século seguinte, por seu lado, são períodos de emigração para estas populações rurais, e especificamente na Murtosa, distingue-se numa primeira fase, motivada pelo *declínio da arte da xávega na Torreira, em que os pescadores vão trabalhar para as traineiras, em Matosinhos* (Moreirinhas, 1998, pg 111), e numa segunda fase – anos sessenta e setenta – pela possível inscrição na aspiração a melhores condições de vida que se verificam a nível nacional, e em que *os pescadores da Costa Nova (Torreira) emigram para a Alemanha indo pescar no Mar do Norte, e em que os pescadores da Torreira* passam a ingressar *na pesca longínqua* (Moreirinhas, 1998, pg 112). O que aconteceu, então, aos pescadores que ficaram? Para estas comunidades murtoseiras que então, dispondo de duas estruturas *dotadas de alguma estabilidade, que funcionavam em complementaridade – as bateiras do chinchorro – rodando os homens entre os 17 e os 35 anos* (pg 222) a emigração tornou-se um factor decisivo para a pesca local tanto pela saída de pescadores que traduziria melhores condições de vida trazidas pela diminuição da competitividade, como pela vinda de turistas. A imagem de liberdade fica pela leitura da seguinte passagem:

> *Entre 74 e 92 no dizer dos pescadores 'o rio era livre'* (pg 222) *A emigração nas décadas de 60 e 70, para os pescadores da Torreira que ficaram, foi decisiva, trazendo-lhes melhorias vida, pela maior oportunidade para os que ficaram na pesca local, na medida em que*

> *diminuiu a competitividade, como pelo facto de na mesma altura a modificação de comportamentos – i é, a procura do local para férias, vir a revelar-se num aumento dos seus rendimentos* (pg 221)

No entanto, a queda da pesca longínqua a nível nacional acabaria por levar a que aumentasse o número de embarcações na apanha da amêijoa e do berbigão. As interdições do ano de 1992 *no período entre 1 de Agosto a 31 de Novembro,* impede os pescadores *de pescar na época estival em que o consumo de enguias aumenta*, (Moreirinhas, 1998, pg 29, 221). O ano de 1992 significa uma modificação na forma de se observar a ria, que anteriormente *era livre*. Para os pescadores que ficaram, estas restrições lembram-lhes as grandes embarcações das quais se tinham afastado um dia, numa opção tomada de forma individual (ibidem).

6.2 Bases sociais para a interacção no espaço local

a) A que pesca se dedicam os pescadores da Murtosa? Os pescadores de pesca local na Murtosa

De acordo com a informação cedida pela DRAP de Aveiro há actualmente 243 embarcações de pesca local cujos proprietários são pescadores residentes no concelho. Com base no trabalho de investigação de Tresmalho (2008, pg 5), em relação ao número total de embarcações que existe em Aveiro, refere-se que 'a Torreira e a Murtosa são as comunidades piscatórias que possuem maior número de embarcações de pesca licenciadas. As artes de "Tresmalho de Fundo", "Tresmalho de Deriva" e "Berbigoeira" são as que existem em maior número na Ria de Aveiro.' Como se pode observar na seguinte tabela a maioria vive na Torreira e opera exclusivamente na Ria de Aveiro.

Nª de Embarcações de Pesca Local Licenciadas para 2012, a 30/10/2011

Freguesias	**Nº de embarcações**	**Área de Operação**		
		Exclusivamente em águas oceânicas	Exclusivamente na Ria de Aveiro	Águas oceânicas e Ria de Aveiro
Murtosa	63	0	66	1
Bunheiro	30	0	28	2
Monte	9	0	9	0
Torreira	141	3	136	8
TOTAL	**253**	**3**	**239**	**11**

De acordo com informação destes serviços, estes dados referentes ao nº de embarcações de pesca local licenciadas para 2012 a 30-10-2011, 'podem ao longo do ano sofrer um ligeiro aumento'. De acordo com os mesmos serviços: 'ainda que seja impossível estimar um número concreto de pescadores que exercem esta profissão, – uma vez que, a tripulação necessária para o desempenho desta actividade neste tipo de frota está dependente das artes que estas embarcações possuem e, também, da sazonalidade das espécies, – pode estimar-se um número médio de 2 pessoas por embarcação, embora o Rol de inscritos nestas embarcações (Rol de Tripulação) possa em algumas delas ser ligeiramente superior. Além disso, 3 destas embarcações de pesca local são de arte xávega possuindo um nº médio de 10 pescadores (estas embarcações operam apenas no mar e, mais concretamente, no período entre Junho e Outubro, ou seja, no período em que as condições do mar são mais propícias ao desempenho desta actividade).'[27]

b) Onde têm habitado os pescadores da Murtosa? A Habitação Social e a população piscatória

A segunda fase da emigração que Moreinhas observa nos anos sessenta e setenta (1998, pg 112), inscreve-se num decréscimo da população murtoseira em geral, como indicam os dados de 1940 a 1970. A freguesia da Torreira, aquela em que mais se sentiu, perdeu mais de metade da sua população. Este êxodo, que levou ao abandono das actividades tradicionais em que para além da agricultura, apanha de moliço e comércio local também figuram as pescas (Carta Educativa, 2007, pg 18), pode ser relacionado com a perspectiva de Moreirinhas acerca da Murtosa, no maior interesse da população que fica pela bateira e do chinchorro, como já referido. Desde os anos setenta até 2001 vem a assistir-se a um aumento da população nas freguesias da Torreira e da Murtosa, sendo mais significativo o aumento da freguesia da Torreira e estando este crescimento associado ao aumento do número de núcleos urbanos (CM-CE, 2007, pg 18 e 19) em

[27] Um agradecimento muito especial a Luís Temprilho cujo *sorriso* se revelou no esforço que dedicou à recolha e pormenorização destes dados por freguesia, complementados pela informação cedida por e-mail que se encontra entre aspas no texto.

que o Pré-diagnósco Social da Murtosa identifica uma grande concentração de pescadores em bairros sociais (2006, pgs 60).[28]

A população que permaneceu na Murtosa nas pescas passou a habitar, predominantemente, os bairros sociais que foram sendo construídos, – que actualmente, são oito – grande parte deles inseridos na freguesia da Torreira, e ainda as duas zonas de habitação degradada nas freguesias da Murtosa e do Monte. Em 1959, por iniciativa da Junta Central da Casa dos Pescadores, é criado o Bairro de Pescadores em que mais tarde a política de alienação do parque habitacional do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social viria a permitir que grande parte dessas casas se tornassem propriedade privada em favor dos seus residentes. Na década de setenta foram construídos o Bairro Maria Augusta da Cruz Barbosa, mandado edificar pela família Barbosa em 1970, e o Bairro Social com casas pré-fabricadas, mandadas edificar pelo então Fundo de Fomento de Habitação em 1978; Além destes, há três bairros construídos pelos próprios habitantes tendo origem em loteamentos feitos pela Câmara Municipal da Murtosa a famílias necessitadas, no ano 1967 (na Rua Prof. Firmino Aresta), no ano 1970 (converge para a Rua 10 de Junho e Rua Salvadores do Nathalie) e no ano 1983 (na Rua João Carlos Vaz da Cunha). Nas últimas duas décadas foi ainda construído o Bairro Social de habitação a custos controlados da Rua 10 de Junho em 1994, e a Urbanização do Depósito da Água em 2002. Em 2006 estava ainda a decorrer um programa de autoconstrução para além de diferentes planos no âmbito do Plano Especial de Realojamento (PER). À data estavam contabilizadas 78 barracas no concelho (RSM[1], 2006, pgs 60 a 62).

c) Com que actividades conciliam a pesca? O turismo e outras actividades na Murtosa

O movimento de saída de habitantes, aliado à vinda de turistas, é um factor que se pode relacionar com o facto de a população piscatória estar hoje muito presente também no sector do turismo. Num contexto em que o sector primário continua a ter na região uma

[28] A Freguesia da Murtosa é a que possui uma zona urbana mais extensa e que corresponde à área urbana com as principais infra-estruturas administrativas, à Freguesia do Monte corresponde uma zona urbana, e a Freguesia do Bunheiro é aquela em que as áreas urbanas se encontram mais dispersas (Carta Educativa, 2007, pg 22).

importante relevância, em que, ainda que na Murtosa predominem as actividades dos sectores secundário (37%) e terciário (43%), a agricultura e a pesca têm um grande peso no emprego concelhio (19%) (CM-CE, 2007, pg 18), o sector do turismo apresenta-se como alternativa à população desempregada sazonalmente e relaciona-se aqui especialmente com a população piscatória.

A agricultura e a pesca na ria e no mar, aliadas às características de uma zona costeira (praia e ria) são considerados factores que, na actualidade, conduzem a que se verifique no concelho, uma persistência da população que se divide entra a pesca e o turismo como actividades sazonais (RSM^2, 2006, pg 60). Ao relacionar-se com uma mobilidade continuada entre duas alternativas – pesca e turismo, – à população, o turismo apresenta-se como actividade a que recorrem temporariamente (RSM^2, 2006, pg 61).

Os problemas aqui identificados referem-se quanto à pesca e ao turismo de diferentes formas. Na pesca estão relacionadas com as limitações da ria e mar como recurso natural, isto é, oscilações quanto à produção de riquezas naturais entre as épocas altas e baixas de produção das várias espécies, originando assim também uma oscilação entre o emprego e desemprego para a população que se dedica à pesca e à apanha de bivalves (RSM^2, 2006, pg 61). No turismo, estão relacionados com a exigência dos requisitos pedidos por parte das entidades empregadoras no sector turístico por parte de um conjunto de serviços que têm como objectivo corresponder às expectativas de quem procura a Murtosa (Ibidem, pg 60). Este último problema verifica-se mais concretamente na freguesia da Torreira, uma zona com potencial turístico, onde se localizam os quatro alojamentos que existem no concelho. Quer pela praia ou pela zona de ria, durante o Verão, – altura em que há maior atracção turística, e maior necessidade de empregados no comércio tradicional, – dá-se um reforço do número de ofertas de emprego, sendo estas facilmente preenchidas por qualquer pessoa em situação de desemprego, isto é, correspondendo às expectativas da população piscatória, sazonalmente desempregada (Ibidem, 60 e 61).

Acrescenta-se que o retrato empresarial do concelho mostra que num universo de 1565 empresas e 261 sociedades sedeadas, que empregavam 3 792 pessoas em 2001, 329 dessas empresas estavam ligadas à agricultura, produção animal, caça, silvicultura e

pescas (RSM[1], 2006, pgs 143) [29]. Para além disso, as empresas têm, na sua grande maioria, menos de dez empregados, como se pode ver pelo quadro seguinte:

Nº de Empresas por pessoal ao serviço

Anos de referência	Menos de 10 pessoas	10 a 45 pessoas	50 a 249 pessoas	Total
2009	1040	19	4	1121
2008	1097	21	2	1121
2007	1094	22	3	1119
2006	1080	20	2	1102

Fonte: INE.

d) Onde se localizam as estruturas de apoio à pesca? As estruturas da pesca e a formação profissional

Tradicionalmente, a população piscatória que tem sido protegida em sistemas corporativos, tem estruturas próprias[30]. À semelhança do que se passava noutros locais, na Murtosa, já existiu uma Casa dos Pescadores, que encerrou nos anos setenta. Actualmente, a orgânica de serviços que visam o sector, como a Capitania, as instalações da Delegação de Aveiro da DRAP do Centro, e o Centro de Formação FORMAR são serviços que os pescadores podem encontrar em Ílhavo.

Os cursos de formação podem, neste momento, decorrer em Ílhavo, mas também na Murtosa. Tomando como exemplo o Plano de Formação para 2012, de entre as 41 formações propostas para este ano, os cursos cujos locais da formação são nas freguesias da Torreira e da Murtosa são o de Pescador e o de Arrais de Pesca Local.[31]

[29] Não foi possível cruzar o número específico de pescadores com os anteriores números de empresas e dimensão, e número de empregados na Murtosa. Estes dados são possíveis de obter regionalmente no INE (NUTS II – Região do Baixo Vouga e parte da Região Norte) em estatísticas das empresas em que figuram actividades e serviços da pesca, mas não há informação para municípios.

[30] Existe uma associação empresarial, a SEMA, em Estarreja, que integra nos seus associados empresas dos concelhos de Sever do Vouga, entre eles, a Murtosa. No entanto, as pessoas que integram o sector das pescas não são associadas.

[31] Disponível em:http://www.for-mar.pt/for-mar/UserFiles/Downloads/Plano%20Actividades%20Núcleo%20de%20Ílhavo.pdf Ao todo a escola disponibiliza oito formações, quatro para cada um dos dois cursos, em diferentes datas. As inscrições devem no entanto ser realizadas fora de Ílhavo.

Para a população se dedica à pesca local – fluvial e marítima, a associação de pesca profissional mais próxima situa-se na zona portuária de em Ílhavo, sendo esta a APARA (Associação de Pesca Artesanal da Ria de Aveiro), recentemente, começando a funcionar como Organização de Produtores (OP).

Ainda que haja alguns pescadores de ria associados, grande parte dos pescadores aí associados dedica-se à pesca marítima local de cerco e, como OP, funciona tendo em vista, principalmente, as espécies capturadas por essa artes. A venda de berbigão e amêijoas, espécies tendencialmente capturadas pelas artes dos mariscadores da Ria de Aveiro, a que se dedicam maior parte dos pescadores da Murtosa, efectua-se na Lota da Docapesca também em Ílhavo e esta população está mais protegida pelos mecanismos de compra e venda accionados pela estrutura da OP Vianapesca, em Viana do Castelo.

e) Como se podem dirigir a estes serviços? Transportes e mobilidade da população murtoseira

De forma geral, as principais necessidades do concelho referem-se à disponibilidade de serviços municipais e intermunicipais. Para além da rede viária, a Murtosa é servida por duas carreiras municipais e tem à sua disposição, como serviço intermunicipal, a rede de transporte escolar. Além destes meios, nos últimos anos têm vindo a ser desenvolvidos vários trajectos cobertos pelas ciclo-vias dentro do concelho.

A orgânica da rede viária é caracterizada, em primeiro lugar, pelos dois itinerários principais: o IP5/A25, com uma direcção transversal à região que estabelece o enlace entre o litoral, na zona do Porto de Aveiro, no interior do País e para Espanha, assumindo-se como um dos principais eixos de ligação Este-Oeste; o IP1, ou a Auto-Estrada nº1, desempenha um papel fundamental nas ligações Norte-Sul e na articulação dos principais pólos ao longo de toda a faixa litoral (CM-CE, 2007, pg 21).

As carreiras regulares de transportes públicos entre Murtosa, Estarreja e Torreira, são da responsabilidade da empresa Auto Viação da Murtosa, Lda., e entre Torreira, S. Jacinto e Ovar, são da responsabilidade da empresa União Rodoviária do Caima, Lda (CM-CE, 2007, pg 22). Neste último estudo desenvolvido, este serviço não é suficiente para servir as necessidades de mobilidade das pessoas.

Os serviços intermunicipais com ligação na Murtosa são limitados à rede de transporte escolar, estando por isso circunscritos ao período e horários escolares (Polis, 2010, pg

81). O serviço de travessia de barco entre São Jacinto e Vera Cruz, por sua vez, foi extinto em 2006, por não haver procura. De acordo com este mesmo relatório, ainda que haja fortes ligações internas na Região Norte (Murtosa — Estarreja — Ovar) e Região Sul (Mira — Vagos — Ílhavo — Aveiro), a ligação entre estas regiões é realizada deficitariamente através de Aveiro, o principal nó da rede.

As principais ligações à envolvente próxima são assim exclusivamente rodoviárias, fazendo-se pela EN 109-5 em direcção a Estarreja, ao Caminho de Ferro (Linha do Norte), à EN 109 (Porto - Aveiro), à A1, A29 e A25/IP5 e pela EN 327, em direcção a Ovar, pelo Cordão Litoral, com ligação à EN 109, à A1 e A29 (CM-CE, 2007, pg 22).

f) Podem encontrar outras formas de associativismo na Murtosa que prefiram?

O associativismo na população local

Em 2006, estavam 21 associações contabilizadas no Concelho da Murtosa. Para além dos dois grupos com uma expressão mais representativa no desporto e na cultura, os interesses comuns que unem cada uma das entidades centram-se ainda no recreio, na preservação da natureza, na tradição, na gastronomia e na beneficência (RSM[1], 2006, pg 189). Aqui o interesse pela pesca surge de forma indirecta nestas associações estando relacionada com a respectiva perspectiva do interesse comum de cada associação.

Existem associações que reúnem vários pontos de interesses em comum, entre eles, a pesca. Para além do *Centro Recreativo Mortuense,* e da *Associação Cultural e Desportiva do Monte*, há a *Associação Cultural Bunheirense,* em cuja organização de actividades se encontram os concursos de pesca desde 1973, a *Associação Filantrópica da Torreira*[32] e a *Associação Desportiva e Recreativa das Quintas* na Torreira. Como exemplo, esta última reúne nos seus interesses, para além de futebol e música, também a pesca, possuindo salas de desporto, um campo de grandes jogos e um salão de baile, que lhes permite a prática habitual de torneios de sueca, malha, futebol, convívios e a escola de música.

Menos ligadas às pescas mas muito ligadas à paisagem da ria nas suas actividades, existem várias associações. Fazem parte das suas preocupações a conservação do

[32] Tem como actividade predominante a recolha de sangue no concelho, mas participa em várias actividades de carácter social, cultural e recreativo.

património social e cultural da Ria de Aveiro. Na Freguesia da Murtosa, a *Associação dos Amigos da Ria e do Barco Moliceiro* que se dedica à formação prática da construção naval e à defesa do ambiente e das tradições marinhas[33]; a *Confraria Gastronómica 'O Moliceiro'*, com sede na *Associação dos Amigos da Ria e do Barco Moliceiro* tem actividades autónomas desde 2005, predominantemente ligadas à defesa, divulgação e valorização da gastronomia das espécies piscícolas, cinegéticas e outras autóctones, além de que realizam também anualmente o Festival da Enguia e da Lampreia e passeios gastronómicos em Barcos Moliceiros[34]; Há ainda o *Núcleo da Fraternidade de Nuno Álvares* que tem predominantemente actividades lúdicas, de apoio a outras instituições, actividades relacionadas com a formação e o ambiente, como a limpeza da margem poente da Ria e acções de formação-orientação. Encontra-se associado à *Fraternidade de Nuno Álvares (Associação dos Antigos Escuteiros Filiados no C.N.E.) e à Associação internacional de Escuteiros e Guias.*

Por fim, mais directamente relacionada com o desporto na Ria, refere-se a Associação Náutica da Torreira com a vela e a canoagem, desde 1987. Agregada à Federação Portuguesa de Vela, à Federação Portuguesa de Canoagem, às Associações Regionais e de Classes de Vela Ligeira, as suas instalações locais permitem ainda a armazenagem e recolha das embarcações[35].

Além destas, há mais 4 associações que, tendo como gosto a música se dedicam a actividades em que se pode entender a pesca e ria como património na Murtosa. No Bunheiro, existe o *Grupo Musical Bunheirense* que iniciou as suas actividades em 1975 e onde que se leccionam aulas de música. O *Rancho Folclórico Infantil* a funcionar no salão paroquial de S. Silvestre que participa em festivais de folclore, festas e romarias, encenação e representação de artes e vivências de antigamente. À recolha de usos e

[33] Possuem sede própria, barcos, bateiras, tendo o apoio do apoio da Câmara Municipal de Aveiro, dos Bombeiros Voluntários da Murtosa, da E.B. 2/3 da Murtosa e dos Jardins da Ria. As suas infraestruturas servem também como espaço para o "Desporto Aventura"

[34] Sendo agregados é à Federação Nacional das Confrarias da Gastronomia Portuguesa, da qual são membro fundador.

[35] Existem ainda associações que representam clubes desportivos na Murtosa – a *Casa do Benfica*, o *Núcleo Sportinguista da Murtosa* e o *Sport Marítimo Mortuense* –, e na Torreira – o Clube Desportivo Torreira-Mar, o Clube Nacional de Paramotor e o Clube Desportivo Torreira-Praia, o Agrupamento 190 do Corpo Nacional de Escutas na Murtosa e a Rádio Saldita FM no Monte.

costumes dos seus antepassados e ao Folclore dedica-se ainda, desde 1979, o Rancho Folclórico *Os Camponeses da Beira-Ria* possuindo a Casa Museu Custódio Prato; Na Murtosa existe o Coro de Santa Maria da Murtosa cujas actividades – teatro, desde 2003 e canto coral, desde 2004 –, têm como sede a sala de espectáculos cedida pela Junta de Freguesia. Os ensaios decorrem na casa própria do presidente do canto coral.

g) Que escolas frequentam os seus filhos? A educação na Murtosa[36]

Ao contrário de outras franjas de população, os pescadores da Murtosa procuram as escolas da Murtosa. Na parte norte os seus filhos vão de bicicleta para a escola, algo que não acontece na Torreira, para onde normalmente vão de transportes escolares.

No concelho a educação está organizada em dois pólos[37]. Na parte sul o *Agrupamento de Escolas da Murtosa*[38] e na parte norte do concelho existe a *Escola Básica Integrada da Torreira.* O *Agrupamento das Escolas da Murtosa* tem como escola-sede a Escola Básica do Segundo e Terceiro Ciclo com Secundário Padre António Morais da Fonseca que congrega todos os Jardins de Infância da rede pública e estabelecimentos de Ensino Básico das Freguesias do Bunheiro, Monte e Murtosa (CM-CE, 2007, Pg 24). Neste momento, procede-se ao restauro e ampliação das Escolas de S. Silvestre e do Monte e aguarda-se a construção de uma nova escola sede, que se prevê no modelo de escola integrada. A *Escola Integrada*[39] *da Torreira* surgiu no ano lectivo de 2001/2002, com a construção de estrutura própria, na Freguesia da Torreira. Integrou todas as E.B.1 da Freguesia (Quintas do Norte 1 e 2, Torreira 1 e 2), os Jardins-de-infância da Torreira e das Quintas do Norte, assim como todas as crianças do 2º e 3º Ciclos da Freguesia. Funciona como uma comunidade educativa, um centro local de educação Básica, que

[36] Não se focando aqui o ensino particular, no entanto deve referir-se que as IPSS's e colégios que existem são ao nível pré-escolar.

[37] Informações retiradas dos sites correspondentes.

[38] Surge no âmbito do reordenamento da rede educativa, pelo Despacho nº13313, do Gabinete do Secretário de Estado da administração Educativa, que extinguiu o Agrupamento Horizontal da Murtosa.

[39] A finalidade de uma Escola Integrada é o cumprimento da escolaridade Básica de 9 anos, facilitadora de uma articulação entre os vários níveis de ensino, onde se pode criar uma cadeia de inter-relações de sucesso educativo.

congrega os 3 níveis de Ensino Básico (1º, 2º e 3º Ciclos), a Educação Pré-Escolar e o Ensino de Adultos.

Este conceito de escola integrada surge como facilitadora de uma "escola a tempo inteiro". Comparando-o com o conceito de "agrupamento" anteriormente referido, o conceito de escola integrada é inovador como 'abordagem de natureza pedagógica, cultural, política, profissional e administrativa' representando uma abertura de caminho à descentralização da educação na promoção de autonomia e apresentando uma 'solução por medida adaptada às condições do seu contexto' (CM-CE, 2007, pg 24). Na proposta para o actual Projecto Educativo da Escola Integrada da Torreira pode perceber-se como exemplo de um esforço, reavivar nos mais jovens, a memória das suas origens, tendo actualmente como temática central: "As Tradições Murtoseiras e as Origens da Nossa Identidade" pretendendo assim traçar linhas orientadoras do trabalho a desenvolver pela Escola Básica Integrada da Torreira no triénio 2011 – 2014 (EIT-PE, 2011, pg 3).

h) Com que Projectos e Serviços de Acção Social têm interagido os pescadores e as suas famílias? A protecção social na Murtosa

Na Murtosa foi criado o Conselho Local de Acção Social (CLAS) que reúne várias entidades cujos membros interagem com a população mortuseira enquanto coordenadores/participantes em várias acções ou projectos nacionais ou de desenvolvimento local. Há exemplos de participação de habitantes da Murtosa em Fóruns que figuram no projecto *Redes Sociais para a Inclusão,* uma vez que este projecto teve este concelho entre os seus destinatários. Nos últimos anos tem também vindo a ser desenvolvido o Projecto *4Ancoras* com sede na Santa Casa na Murtosa. Este último é, de acordo com uma das colaboradoras do projecto: 'um contracto social de desenvolvimento local. Este projecto abrange quatro áreas. A área do emprego, a área da família e comunidade, a parte do associativismo e as novas tecnologias. É um projecto que pretende abranger toda a população da Murtosa e o encontro das associações está inserido no terceiro eixo, o do associativismo'[40].

[40] Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=O-yxe5rOKbM

Nos Serviços de Acção Social, há uma procura por parte da população piscatória em relação à Santa Casa da Misericórdia e o Centro Social e Paroquial de Santa Maria da Murtosa. A este último recorrem 'com grande incidência, mulheres com idades compreendidas entre os 30 e 40 anos, desempregadas ou em situação de emprego precário (pesca na ria), com baixas habilitações académicas, com famílias numerosas com uma média de 4 a 7 filhos, e cujos maridos, na sua maioria, trabalham na construção civil ou na pesca de longo curso' (RSM[1], 2006). De resto a procura em todos os serviços está associada a situações de emprego precário e desemprego em que figuram sempre a pesca local e/ou longínqua. De forma geral, além destes há ainda o Gabinete de Acção Social do Centro Distrital Segurança Social de Aveiro – Serviço Local da Murtosa que entende nos seus serviços de intervenção a 'ajuda económica, violência doméstica, procura de respostas na área da terceira idade, assessoria técnica aos tribunais, acompanhamento de menores em risco e da medida de RSI' (RSM[1], 2006).

A pesca de ria e de longo curso surgem ainda associadas como actividades predominantes na caracterização da situação profissional/rendimentos dos agregados familiares das crianças acompanhadas pela Comissão de Protecção de Jovens e Crianças (CPJC) da Murtosa, sabendo que maior parte da totalidade dos agregados se encontra a trabalhar (40 num total de 59). Sabe-se ainda que a escolaridade da maior parte dos indivíduos que constituem os agregados é o 1.º ciclo de escolaridade (RSM[1], 2006, pg 82). De forma geral, o acompanhamento, em parte dos casos, é motivado por razões de negligência ou abandono escolar (Ibidem).

Capitulo 7 Metodologia

O trabalho de campo desenvolveu-se obedecendo ao método qualitativo com recurso a entrevistas presenciais aplicadas a informantes qualificados. Construíram-se dois guiões diferentes (Identificados à frente como Guião A e Guião B) e um modelo de questionário identificado como Questionário da Murtosa (Questionário M) construído com questões abertas. A escolha dos indivíduos foi não aleatória.

As entrevistas prosseguiram em forma Semi-Direccionada tendo-se tido em consideração os diferentes conhecimentos específicos de cada interveniente e a liberdade de cada um se manter mais, ou menos, fiel às questões apresentadas em guião. Desta forma, como se poderá perceber pela transcrição das entrevistas em anexo, há questões que os entrevistados preferiram não responder. À excepção da informação colhida do *Projecto 4Ancoras* em que a entrevista decorreu com duas representantes do projecto em simultâneo, por proposta das mesmas, todas as outras entrevistas foram realizadas com 1 entrevistado; A informação recolhida da REAPN foi um segundo caso de excepção, em que se optou por prescindir do guião previamente estipulado e dar total liberdade ao entrevistado para discursar acerca dos seus conhecimentos sobre o emprego, combate à pobreza e pescas em Aveiro.

Os Guiões A e B foram aplicados a dois representantes que são intervenientes directos na governança local tendo como intenção observar as suas dificuldades na resolução de problemas e expectativas que traduzem em projectos para o futuro. A primeira interlocutora foi escolhida por ser a representante da rede de Mulheres da Pesca Artesanal de Aveiro e porque vive na Murtosa, tendo-se travado conhecimento prévio com ela ocasionalmente, e o segundo interlocutor foi indicado pela primeira representante. São consideradas as entrevistas de base nesta análise de terreno que levou a que se procurassem os restantes entrevistados tendo em vista encontrar nas suas visões possíveis respostas para as dificuldades/projectos identificados. O Guião C de entrevista foi assim composto de questões sobre governança das pescas tendo como intenção perceber motivações para a governança de um conjunto de três grupos em que focaliza: A intervenção na pesca a partir de Portugal (Representantes do Sector, ONGs, Participantes em projectos de investigação ligado às pescas); A intervenção a partir de Aveiro (ONGs e Investigação); A intervenção da Rede Social Local na governança da Murtosa (entidades da Rede Social e Associados nas pescas e/ou de outras associações locais). O Questionário M surgiu foi aplicado presencialmente pela representante da

Rede de Mulheres da Pesca Artesanal de Aveiro. As pessoas inquiridas foram 5 habitantes do Concelho da Murtosa que são associados da pesca ou em outras associações locais com fins distintos.

A amostra foi constituída pelos informantes qualificados da sociedade civil e não é representativa. Apresentam-se em seguida a lista de informantes qualificados organizada a partir de uma divisão em dois grupos principais – entidades com interesses económicos na pesca/entidades sem interesses económicos na pesca.

NOME	**PAPEL QUE DESEMPENHA**	**BREVE DESCRIÇÃO DOS ENTREVISTADOS (FORMAÇÃO E/OU PROFISSIONAL)**	**GUIÃO, LOCAL E DATA DA ENTREVISTA**
ENTIDADES COM INTERESSES ECONÓMICOS NA PESCA			
Representantes do Sector (RS)			
1. Anabela Valente	Representante de Aveiro da Rede de Mulheres da Pesca Artesanal	Mariscadora da Ria de Aveiro e representante nos Órgãos Sociais da Mútua de Pescadores	Guião de Entrevista A Estarreja
2. Adelino Vieira	Presidente da APARA – Associação de Pesca Artesanal da ria de Aveiro	Pescador e armador da pesca marítima de cerco	Guião de Entrevista B Ílhavo
3. Francisco Portela Rosa	Presidente da Organização de Produtores Vianapesca	Vice-presidente do GT Tradicional do CCR Sul	Guião de Entrevista C Viana do Castelo 21/10/2011
4. António Shiappa Cabral	Secretário-Geral ADAPI – Associação dos Armadores das Pescas Industriais em reuniões nacionais e regionais	1º Vice-Presidente do CCR Sul e Vice-Presidente do GT Ibérico	Guião de Entrevista C Lisboa 22/10/2011
5. José Filho	Associado da VIANAPESCA e APARA	Marítimo	Questionário M Murtosa

ENTIDADES SEM INTERESSES ECONÓMICOS NA PESCA			
Como representantes de Organizações Não Governamentais (ONG)			
6. Gonçalo Carvalho	Presidente da SCIENA e coordenador da PONG Pesca	Formação em Biologia e em Sociologia, Bolseiro da FCT e Voluntário na LPN	Guião de Entrevista C Lisboa 17/10/2011
7. Catarina Grilo	Coordenadora PONG Pesca	Formação em Biologia Marinha, em Gestão e Políticas Ambientais e em Governança de Áreas Marinhas Protegidas. Participação na LPN.	Guião de Entrevista C Lisboa 21/10/2011
8. Pedro Neto	Presidente da ORBIS Cooperação e Desenvolvimento	Professor, Formação em Arqueologia e participação em Estudos de Impacte do ambiente na parte do património e em Missões em África	Guião de Entrevista C Aveiro 27/10/2011
9. Marisa Baptista	Voluntária da LPN	Participação em Estudos de Impacto nas Pescas, estudante de doutoramento em Áreas Marinhas Protegidas	Guião de Entrevista C Lisboa 25/10/2011
10. Rita Sá	Voluntária da LPN	Formação em Biologia Marinha e Pescas, em Ecologia, e estudante de doutoramento em Antropologia. Participação no projecto MARGOV.	Guião de Entrevista C Benfica Data: 28/12/2011
11. Acácio Conde	Coordenador de projectos e/ou iniciativas desenvolvidas no seio da ONG de Aveiro da Rede Europeia Anti-Pobreza REAPN	Formação em Política Social. Reformado do Centro de Emprego e Formação Profissional de Aveiro. Voluntário no Núcleo de Aveiro da REAPN.	Guião de Entrevista C Aveiro Data:
Como representantes de projectos (RP)			
12. Úrsula	Investigadora no *MARGov* -Governância Colaborativa de Áreas	Formação em Geografia Física e em Mediação	Guião de Entrevista C

Caser	Marinhas Protegidas	Clássica Participação em diversos processos de participação pública e governança.	Cascais 22/11/2011
13. Miguel Gaspar	Investigador e coordenador do projecto *PRESPO* Pesca Responsável.	Formação em Biologia Marinha e Pescas. Coordenação e colaboração em diversos projectos relacionados com pesca artesanal e a apanha.	Guião de Entrevista C Lisboa 18/12/2011
14. Manuel Coelho	Investigador do projecto MARHE Emprego e Recursos Humanos no Sistema Sócio-económico das Pescas	Formação em Economia, Professor do ISEG. Colaboração com a DGPA e participação em vários projectos. Associado do SOCIUS.	Guião de Entrevista C Lisboa 05/12/2011
15. Cristina Moço	Animadora da Rede de Mulheres na Pesca Artesanal em Portugal Continental	Directora do Departamento de Acção Social da Mutua de Pescadores, Representante da Sociedade Civil no CCR Sul e Animadora da rede de Mulheres na Pesca Artesanal.	Guião de Entrevista C Lisboa Data: 23/12/2011
16. José Carlos Mota	Investigador e/ou coordenador do projecto *Murtosa Ciclável*	Professor e investigador da Unidade de Governança e Políticas Publicas da Universidade de Aveiro.	Guião de Entrevista C Aveiro 08/11/2011
17. Ana Paula Rendeiro	Investigadora e/ou coordenadora de projectos e iniciativas no seio da Rede Social da Murtosa	Técnica Superior de Serviço Social do Gabinete de Acção Social da Câmara Municipal da Murtosa; Membro do Conselho Local de Acção Social; voluntária da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens da Murtosa.	Guião de Entrevista C Murtosa 06/12/2011
18. Manuel	Responsável pelo *Projecto Educativo da Escola Integrada da*	Formação em Teologia, actual Director da Escola	Guião de Entrevista C

Arsêncio	*Torreira 2011-1014*	Integrada da Torreira	Murtosa 14/12/2011
19. Cátia Barreto	Animadora do Projecto de Intervenção *Quatro Ancoras*	Formação em Serviço Social; Voluntária da CPCJ da Murtosa; participante em anteriores projectos de desenvolvimento local noutras zonas do país.	Guião de Entrevista C[41] Murtosa 13 de Dezembro 2011
20. Florbela	Psicóloga do Projecto *4Ancoras*	Psicóloga da Santa Casa da Misericórdia da Murtosa	
21. António Morais	Participante em iniciativas do Centro Social e Paroquial de Santa Maria da Murtosa como Membro da Rede Social Local	Formação em Direito. Actual Vice-presidente do Centro Social e Paroquial de Santa Maria da Murtosa	Guião de Entrevista C Murtosa 14/12/2011
Como Associados locais da Murtosa			
22. Ana Jenil	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Murtosa	Técnica Superior de Serviço Social	Questionário M Murtosa
23. Manuel Soares	Rancho Folclórico *Os Camponeses* *Beira – Ria*	Serralheiro	Questionário M Murtosa
24. Porfíria	*Rotary Club* da Murtosa	Bancária	Questionário M Murtosa
25. Daniel	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Murtosa	Engenheiro Civil	Questionário M Murtosa

[41] Entrevista realizada às duas representantes em simultâneo.

Capítulo 8. Análise e discussão das entrevistas e questionários

8.1 Análise e discussão das entrevistas de base

Contando os seus pontos de vista e relatando algumas de experiências de vida – mais relacionadas com o trabalho, – os dois agentes de governança que se procuraram para as primeiras entrevistas de base permitiram identificar na Murtosa 1) dificuldades/necessidades e 2) em Ideias/Projectos para o futuro. Refere-se que, a partir do momento em que são entendidas como base no trabalho de campo da tese, a identificação destas dificuldades/necessidades e destas ideias teve como finalidade ajudar a orientar a procura para representantes de outros grupos de intervenientes entrevistados na Murtosa, em Aveiro e em Portugal.

1. As dificuldades/necessidades identificadas referiram-se a:
   a) Interacção com grupos e entidades na Murtosa e em Ílhavo;
   b) Situações de precariedade/ilegalidade no trabalho relacionadas com agentes turísticos e fábricas e com a pesca em que apontam o mergulho e a apanha de isco;
   c) Informação acerca da Ria – Que relacionam com presença/ausência de formas de investigação;
   d) Identificação de pessoas que possam dar apoio a problemas de pobreza e exclusão social e de pessoas que interajam habitualmente com os pescadores dos bairros – Que relacionam com presença/ausência de formas de intervenção social e com formas de investigação social e humana nas pescas.

2. As ideias para o futuro referem-se a formas que concebem de operacionalizar dois projectos:
   a) Tendo em mente motivar a interacção entre pescadores e outras pessoas da Murtosa propôs-se que se desse continuidade à ideia de criação de um Centro de Actividades de Tempos Livres;
   b) A outra ideia avançada propõe a gestão da ria sendo dividida por zonas, permitindo esta forma de gestão a possibilidade de criar ocupações para os pescadores em épocas de defeso.

As dificuldades dos entrevistados nos seus papéis de agentes de governança podem estar na origem dos conflitos locais identificados nos seus discursos? Nesta perspectiva é deixada em aberto a necessidade de aprofundar conhecimento sobre problemas que afligem a população local e que se relacionam em vários pontos dos discursos com os tópicos apontados anteriormente.

As dificuldades na interacção com entidades nos campos da indústria e do comércio surgem nos seus discursos relacionadas com os conceitos de *desenvolvimento* e de *progresso*:

É que em prol do desenvolvimento… perdeu-se muito… Nós temos uma central de produtos tóxicos, de combustível ali ao lado. É quase em Aveiro. Dizem que não há qualquer problema… Alguns diziam que iam criar 200 postos de trabalho, neste momento têm dez.

Porque houve artes que deixaram de ser rentabilizadas derivado ao progresso. Principalmente derivado à dinamização do porto.

As suas palavras abrem para uma necessidade de se aprofundar conhecimento sobre a pesca desportiva e a apanha de casulos para isca, e ainda sobre o mergulho na ria cujas possíveis relações entre si e consequências ambientais e humanas estão presentes nas preocupações dos entrevistados:

As iscas. Sabe o que é as iscas aqui? Isso está a chegar à exaustão. E ninguém está a olhar para isso. (…) Isto envolve milhares e milhares de euros todos os dias. Não há nenhuma entidade a controlar isto. Desde a apanha até à venda desportiva ou lúdica não há ninguém que saiba o que se consome.

O problema é os riscos que estas pessoas estão a correr por falta de conhecimento e por falta de informação que pode haver. Por causa de ser uma actividade furtiva, não é? Porque há uns anos era muito, muito rentável, não é? (…) Porque é assim, porque isto chegou a um ponto… porque … a parte económica trazia problemas a muita gente. Porque aquele mergulhador vai ali, e em uma hora ganha, sei lá, 30 ou 40 euros. E eu aqui preciso de cinco horas para os ganhar, entendes?

As necessidades em relação à investigação, que é por eles percebida como uma forma de apoio ao preencher espaços em aberto no conhecimento, pode, nas suas perspectivas, ajudar a resolver conflitos:

O problema é que depois é a tal falta de apoio. E mesmo a tal falta de presença do IPIMAR. Significa que, havendo uma coisa destas, há uma proibição sem que primeiro se recolha os dados correctos. Se faça a investigação para se perceber até que ponto o casulo pode ser prejudicial. Nós vemos que sim, não é? Mas se houver um estudo. Se houver dados correctos é diferente, não é?

Contactei o IPIMAR duas ou três vezes até agora enquanto estou aqui. E há tanto trabalho aqui a fazer, que o IPIMAR podia estar a fazer. (…) Olhe, nesta causa para a iniciativa para a defesa de bivalves.

A tentativa de se perceberem elos entre a população local, – perceber com quem interagem no espaço local, – em que se colocaram os entrevistados perante entidades locais da sociedade civil deixou ainda a curiosidade de procurar perceber em entrevistas posteriores formas de incentivo a novas formas de interacção no terreno da Murtosa. Dando como exemplo o Centro Ambiental de Pardelhas um dos entrevistados refere:

Aquilo passa muito por jornadas de limpeza nas margens da ria e por iniciativas para... pelo ciclismo. Mas há uma coisa que se estão a esquecer. Não interagem. Se estamos a falar de ria estamos a falar de tudo o que a envolve. Não é? Pensando que as comunidades, que os pescadores têm que estar envolvidos neste projecto. E não. Isto acaba por ser um projecto para intelectuais. Quer dizer, acabam por ser estudantes pessoas que já têm uma formação académica diferente que se interessam por um dia de ciclismo, ou por um dia de limpeza. Que é uma vez por ano, parece que é. E pronto, há alguém que organiza estes passeios à beira rio e ficamos por aqui.

A dificuldade em estabelecer estes elos surge ainda relacionada no discurso dos entrevistados com problemas de pobreza e exclusão social no local e de descobrir mais pessoas da Murtosa que interajam habitualmente com os pescadores nos bairros abrindo espaço à necessidade de se aprofundar conhecimento sobre as formas de intervenção social no local a partir das redes locais que aí se têm vindo a estabelecer. As passagens seguintes são, neste sentido significativas:

As pessoas recorrem muito a mim e à minha irmã para os problemas que têm de resolver e não conseguem. E nós sentimos que não temos a solução nas mãos. (…) *temos situações de carência… de tudo, quer seja carência alimentar, quer seja carência de higiene, de um pouco de tudo, não é?* (…) *As pessoas procuram-me quando as coisas estão sérias. Quando têm um problema muito grave. Como uma divida à*

Segurança Social… Como quando têm um problema de ordem legal com as embarcações (…) *Nós acabamos por nos aperceber que há este ou aquele problema. Por exemplo uma divida à Segurança Social influencia completamente a vida familiar deles, das pessoas, não é?*

Porque uma grande parte da Murtosa e Torreira é comunidade piscatória, percebes? Então são vistos, um bocado como um mundo à parte, percebes? Não há ali a junção das pessoas. Das pessoas que trabalham noutras actividades, das pessoas que trabalham na pesca. As pessoas quase não se aproximam umas das outras.

Mas só tu estando envolvida no meio deles. Conquistando a confiança deles. Rindo, brincas com eles… tu tiras o mais genuíno deles. (…) *a partir do momento em que comecei a envolver mais com a rede e isto tudo, comecei mais a aperceber-me destas dificuldades e destas coisas. Se calhar comecei a aperceber-me mais do que até aí não me tinha dado conta.*

8.2 Análise e discussão do Questionário M

Partindo da análise das anteriores entrevistas procurou-se então conseguir perceber possíveis respostas a estes problemas por parte dos entrevistados com o Guião C sobre Governança das Pescas em Portugal, já referidos anteriormente. No entanto, algumas das entidades locais que se tinha como intento observar – numa procura desenvolvida a partir de uma base de listagem de associações locais – não respondiam. Colocou-se então a hipótese da necessidade do Questionário Murtosa construído com questões abertas e possibilitando uma abordagem diferente para a qual se teve como apoio no terreno de Anabela Valente, Representante da Rede de Mulheres na Pesca Artesanal de Aveiro e habitante da Murtosa, tendo sido por ela procurados e aplicados.

As respostas obtidas nos 5 questionários aplicados permitem uma primeira percepção de dois tipos de preocupações na população de associados. As questões foram colocadas acerca de que necessidades observam, como se relacionam com a pesca e o que gostariam de ver melhorar na Murtosa.

As preocupações que se centram mais especificamente na pesca e são:

a) em relação às infra-estruturas locais e legislação da pesca estando bem patentes neste entrevistado: *A regulação, em termos de amplitude das marés (na baixa-mar a ria fica seca e na preia-mar a água transborda e cobre os juncais); A drenagem da ria, pelo menos abrindo canais que permitam a navegação; Ligado com a regulação de caudais,*

como a velocidade das águas baixa, obtém-se melhores condições para a criação de algas, o que favorece o aumento do peixe; As condições de atracação das embarcações, oferecendo maiores facilidades de acesso e segurança, sobretudo em dias de temporal; Simplificação dos licenciamentos das embarcações e taxas devidas à actividade; à participação dos pescadores nas decisões da política local como se pode perceber neste entrevistado: *Juntando e sentando numa mesa quem de direito e os pescadores que conhecem verdadeiramente os problemas da ria. Entendo que é difícil, porque se foram ganhando maus hábitos ao longo dos anos, mas é possível para bem dos próprios pescadores e da sua sobrevivência*;

b) em relação a problemas de carácter social e cultural, como se pode observar pelas palavras dos dois seguintes entrevistados:

Penso que as pessoas deveriam ter mais e melhores condições de trabalho. Deveriam apostar na segurança no trabalho. Por último, considero que esta arte/cultura deveria ser mais valorizada por toda a população do concelho

A Murtosa apresenta algumas carências, todavia focalizando-nos na pesca, penso que o maior problema é de carácter social. As pessoas não têm noção de poupança, isto é, de amealhar quando a Ria assim o permite, acautelando o período do Inverno ou por vezes de proibição de recolha, nomeadamente de bivalves, por exemplo. Como a pesca na Ria tem uma base familiar estas carências ainda são mais acentuadas. A Ria como permite de alguma forma dinheiro fácil às camadas mais jovens, potencia o abandono escolar sendo pouca a percentagem de jovens pescadores que concluem o ensino secundário

8.3 Discussão e análise das entrevistas sobre Governança das Pescas em Portugal

O desejo de ver realidade local ser melhor traduzida através de governança é comum a todos os entrevistados. Governança é um conceito que se tem revelado recentemente, surgindo mais como uma questão de princípio que, para vários, parece seguir-se ao conceito de participação sendo ainda, por vezes, relacionado com uma procura de se tornar o poder político mais justo e mais eficiente. O prevalecimento da economia global e o prevalecimento da gestão à imagem da pesca industrial do Norte da Europa identificam-se como os dois receios vincadamente expressos no discurso dos entrevistados. Nas suas respostas surgem muitas vezes relacionados com a necessidade

de se conseguir conhecer as realidades das comunidades locais, para que se traduzam em política os conhecimentos da população habitante, as suas aspirações e necessidades. Este é um desejo muito premente entre eles.

Os entrevistados sentem-se limitados nas suas acções pelos mecanismos portugueses e europeus, seja na gestão das pescas, seja na investigação ou na intervenção local, podendo afirmar-se que estas pessoas percebem a sua influência mais como ocasional e limitada. A nível europeu, alguns entrevistados, proposeram revisões, principalmente em relação aos CCRs, no sentido de uma participação mais alargada e com poder mais vinculativo. A nível nacional vários entrevistados dedicam uma atenção muito especial aos GACs, importantes como mecanismos, e sobre os quais se devem redobrar as atenções pelas potencialidades que podem vir a ter e/ou que já têm em alguns casos de acordo com as suas experiências. Há ainda sugestões de criação de estruturas de cúpula na pesca e de uma organização diferente do território nacional. Na Murtosa a governança europeia é muito relacionada com cursos de formação e, tal como se percebe nos entrevistados que agem no domínio das pescas, as suas críticas dirige-se à pouca adaptabilidade, ficando ainda a sentir-se em falta uma melhor avaliação das instituições. A acção social local, revela solidão no acto de intervenção e é visível a sobrecarga – pela ausência de recursos humanos e financeiros – na Murtosa. Perceberam-se situações em a acção social está muito dependente da iniciativa da população em dirigir-se aos serviços. Nos casos em que a acção social se move aos locais, o acto de intervenção é realizado por uma pessoa isolada. Os vários agentes das redes sociais na Murtosa entrevistados estão muito isolados apesar de pertencerem a uma rede. Nomeadamente, observa-se que, no papel da técnica de serviço social da rede – em dois casos conjugado com o papel desempenhado na Comissão de Protecção de Menores – estas técnicas observam que a população piscatória as encara como a pessoa que se pode estar a aproximar delas para rever processos de apoios sociais, ou processos relativos às crianças.

Os entrevistados pensam na partilha de responsabilidades atribuindo – quase instintivamente – uma quota-parte dos encargos à sociedade civil e outra à politica. Nesta atribuição vários entrevistados nas pescas, vêm um esforço recente por parte da administração pública, seja na área da gestão ou na investigação. Houve também entrevistados que repararam no esforço desenvolvido pela pelos grupos do sector em fundamentar melhor os seus discursos. Surgem aqui como dificuldades na interacção a

inexperiência do diálogo nas instituições públicas, o uso de linguagem tecnocrática mais associada à ciência, a capacidade de mobilização e motivação por parte do poder local. Na Murtosa assiste-se a dificuldades no estabelecimento mais efectivo de partenariados, sendo mais visíveis as dificuldades relacionadas com o poder político local e a pouca autonomia da plataforma distrital da Rede Social. Em relação aos grupos que observam/representam percebem-se nos entrevistados de dentro e fora do universo das pescas, o desejo de verem o sector mais associado e as comunidades locais mais organizadas, tendo como objectivo conseguir melhorar as condições de vida locais e/ou a gestão dos recursos marinhos. O individualismo, a resistência a novas formas de organização, dificuldade em gerir o dinheiro ganho na pesca e desconfiança em relação às entidades públicas e governamentais são características muito associadas a estas populações artesanais locais, advindo daí também algumas dificuldades na interacção. Na Murtosa percebe-se ainda uma necessidade de trabalhar os conceitos de poupança e de fazer adequar melhor os cursos de formação à população. Os conflitos são muito associados à legislação, ilegalidade nas pescas ou desporto.

A atribuição de responsabilidades a mais grupos nas pescas é muito associada à formação e entrada de jovens no sector e ao sistema de educação em geral, mas percebe-se, em simultâneo, uma preocupação em várias pessoas para que se baseie também nos já existentes devendo uma acompanhar a outra. A estes processos aliaram a vinda de pescadores artesanais, comerciantes e/ou consumidores. Também foram muito associados à legitimidade da distribuição de responsabilidades pelos que têm menos capacidade em aceder a mecanismos de governança. A legitimidade da distribuição é associada à necessidade de tornar governança mais formal, de formas de mediação e capacitação e da transparência com que se desenvolvem os processos. Os riscos são, por oposição, a ilegitimidade e o desequilibro no poder nas formas de representação.

Os conhecimentos baseados em experiências dos entrevistados - seja na descrição de formas de gestão da pesca local, de projectos de mobilização e capacitação de populações locais sob várias formas, nomeadamente através experiências na área do desenvolvimento local - permitiram ainda enriquecer este trabalho trazendo contributos, que dão visibilidade sobre a dificuldade mais premente com que eles próprios se confrontam: necessidade de dar continuidade a projectos de investigação aplicada e de intervenção social nos locais, permitindo uma integração com base em conhecimentos técnicos e culturais. Entre os entrevistados, poucos conhecem a Murtosa, mas as

respostas vão no sentido de que há dificuldade em ouvir o *local*. A sua melhoria é vista com os entrevistados que tiveram/têm dele conhecimentos empíricos, nos papéis que desempenham e em que percebem possíveis melhorias através da advocacia social, emprego, formação profissional e educação.

A preocupação pela atenção a aspectos humanos na investigação é comum a todos os entrevistados. São referidos desejos de integrar a investigação e a gestão, de perceber as realidades, local a local, sob uma multiplicidade de olhares, biológico, social, económico, político ou histórico. Há ainda referências constantes à necessidade de se investir em mais conhecimento para melhorar a legislação, seja em Aveiro seja noutros locais e há referências que aconselham à necessidade de investigação para que se percebem melhor conflitos locais, formas de poder, ilegalidade, desporto e pobreza nas pescas. Aveiro é ainda relacionado com a necessidade de investigação sobre pesca longínqua, pesca local e apanha no rio. Na Murtosa, os entrevistados na rede sentem necessidade de haver mais conhecimentos específicos sobre a pesca, enquanto actividade, e ainda de trabalhos que objectivem especificamente um local, por exemplo o Bairro Social ou o Bairro dos Pescadores.

Relacionando a possibilidade de uma multiplicidade de vozes num modelo de governança com a possibilidade de a pesca artesanal sobreviver no futuro, a dependência passa pelo conhecimento que se consegue obter da pesca artesanal e de se conseguir tornar governança mais efectiva em termos de implementação. Não é possível obter uma imagem. A opinião de cada um dos entrevistados pode dividir-se entre o sim, o não e esta dependência. A sequência é a de que quando se acredita, a resposta relaciona-se mais com medidas politicas, e quando não se acredita, surge mais fundamentada em experiências locais.

Análise inferencial das entrevistas

Quanto à possibilidade de governança estar a aproximar a política europeia das necessidades por eles observadas na pesca, as respostas apontam para que através desta tenha havido uma melhoria no sentido em que possibilita discutir mais os assuntos: *há passos nesse sentido, há estruturas que no âmbito das pescas já foram criadas para envolver mais, digamos que, os stakeholders* (RS).

No entanto, a abertura da política, quando relacionada com o conceito de governança per si, é mais perceptível na teoria do que na prática: *Acho que sim, logo à partida como conceito, em termos teóricos acho que sim, agora na prática acho que é algo que ainda está em construção (…) acho que é quase um compromisso* (ONGA).

Esta abertura é mais relacionada com o conceito de participação que os entrevistados percebem anterior a governança, e que esse sim é mais traduzido na legislação: *o que eu acho que tem acontecido, é uma série de coisas que eram definidas, como a importância da participação do público, e de integrar outras opiniões agora têm a etiqueta de governança* (ONGA).

A economia global e a gestão das pescas à imagem do Norte da Europa são as duas preocupações mais latentes nas respostas dos entrevistados como condicionantes europeias/globais impeditivas de adequação da política europeia às realidades locais que observam/representam: *A política está muito distante do sector. (…) Têm-se interessado muito mais pela pesca industrial e prejudicam a nossa pesca artesanal com regulamentação que não serve (…) Porque o drama é que a legislação é pensada para o Norte. E nós não conseguimos mudar essa legislação absurda. (…) Uma regulamentação que visa que à chegada a embarcação tenha que ficar parada uma hora, visa os navios que estão muito tempo no mar. Não as pequenas embarcações, que vão ver estragarem o seu produto* (RS).

Alguns dos entrevistados que trabalham fora do domínio das pescas, revelaram também uma preocupação muito latente pelos reflexos das motivações da economia global nas políticas europeias. Em seguida um exemplo: *nós estamos a ser sujeitos a um outro nível de governança não eleita que nos é dada pelas instituições europeias, e depois há ainda um outro nível mais preocupante que é o nível supra-europeu, o nível global que é a lógica internacional e a forma como as decisões de governo e a decisões na soberania de um país não estão sequer nos níveis, nem nos eleitos, nem nos níveis não eleitos das comunidades politicas da Europa. (…) são os mercados mundo económico que é ele que dita as regras e isso do ponto de vista da governança é o mais preocupante possível, não é?* (RP).

Por outro lado, um dos entrevistados referiu que a própria colocação em prática de governança nos vários territórios europeus traz consigo também riscos de expor mais as políticas a factores externos da economia global: *Há muitas externalidades e a tendência do mercado livre, contrariamente à Mão Invisível, é empurrar para a*

vulnerabilidade. (…) Esta ideia de territorializar a política é muito engraçada mas, eu acho que é conflitual com a forma como o mercado único se desenvolve. A determinada altura nós podemos ser confrontados com multinacionais que jogam com essas regras e que destroem completamente a territorialização da PCP, como podem destruir a territorialização de qualquer política. Este é um risco (RP).

As respostas de alguns entrevistados relacionam governança e tradução das necessidades locais em política europeia a mecanismos da UE em que percebem possibilidades de inclusão de pessoas e possibilidade de trabalhar as suas competências: A *experiência que eu tenho e que tenho visto, e que tenho de alguma forma acompanhado a nível de Projectos subsidiados pela União Europeia, tem sido positivo (…) têm-se feito cursos da EU, do Fundo Social Europeu, inicialmente, e depois do CREN mais recentemente, e do POP actualmente, têm-se feito cursos para tentar formar os pais, e formar os desempregados de longa duração, têm dado algum fruto* (RSM).

Quanto à possibilidade de conseguirem ajudar a melhorar a política europeia nas pescas através dos papéis que desempenham, o entendimento de vários dos entrevistados é de que os seus contributos têm uma influência limitada. O testemunho de um dos entrevistados da RSM talvez seja o que melhor o reflecte: *Eu actuo em função daquilo que são as regras que estão pré estabelecidas, e por muito que não concorde com elas, não lhes posso fugir. Não creio que possa contribuir muito na medida em que também não há grande esforço em auscultar quem está no terreno, as medidas continuam a ser muito de cima para baixo e raramente se pergunta e se tenta trabalhar com quem está no terreno* (RSM).

Os testemunhos dos entrevistados de Organizações Não Governamentais do Ambiente vão no sentido de que o voluntariado nestas organizações foi a forma por eles encontradas de conseguir expressar-se de maneira encontrada de conseguirem de se fazer ouvir lá fora e fazer chegar cá as mensagens para cá: *…é a forma como eu mais contribuo para a melhoria da gestão das pescarias porque são organizações que mais facilmente fazem chegar as suas opiniões, ou pelo menos fazem chegar ideias de debate ao Parlamento Europeu* (ONGA)

Dentro e fora das pescas pode perceber-se que o que mobiliza de forma geral os entrevistados é uma preocupação pelos terceiros que representam, isto é, que os seus contributos sirvam para dar mais voz às pessoas que representam. Está muito presente

nos entrevistados de projectos de investigação, de formas muito distintas nos discursos de cada um deles consoante o que visam os projectos que integram. Aqui optou-se por trazer a exemplo o seguinte: *A actividade económica tem uma lógica de actor privado. Hoje em dia tem que se falar de uma outra lógica que é a de uma utilidade social do conhecimento. De ele ser útil, não para uma empresa que vai a uma universidade subcontratar conhecimento, mas uma comunidade que aprenda a usar este conhecimento. E isto significa por exemplo, ligado à Murtosa, ou ao que nós fizemos no MurtosaCiclável que foi: Como é que o conhecimento que a universidade tem sobre a Ria de Aveiro pode ser útil para aquela comunidade? A forma como nós podemos ligar o conhecimento científico com o conhecimento das tradições dos saber fazer que as comunidades e as regiões produzem* (RP).

Quanto aos aspectos que gostariam de ver melhorar na governança europeia os entrevistados referem mais expressivamente a necessidade de se perceber em política os conhecimentos das comunidades locais: *Utilizar o conhecimento das pessoas, elas sabem como querem viver e o que está mal onde e os técnicos não acreditam nisso, isto é a batalha, fazer os técnicos, os tecnocratas e os burocráticos perceberem que eles têm um grande conhecimento que é muito valioso, mas os cidadãos, os pescadores ou qualquer pessoa que utiliza um espaço tem um outro tipo de conhecimento (…) porque eles dizem que os pescadores não sabem, não têm conhecimento técnico, não podem decidir, não sabem como funciona um plano. É verdade, mas os técnicos não sabem onde o polvo já não é cinzento mas tem riscas amarelas, não sabem onde havia muita dourada e agora já não há, não sabem isto e esta articulação, este conhecimento, isto devia ser a base de qualquer projecto de governança* (RP).

A referência a mecanismos de diálogo específicos foi feita por vários entrevistados como possibilidade de melhorar a governança europeia relacionando-a muito com modificações nos CCRs. Retêm-se aqui as visões dos dois RS entrevistados: *Objectivamente concretizar, por exemplo, aquilo que está no Livro Verde, que é a regionalização, a governança nas pescas numa base regional. (…) creio que os Conselhos Consultivos Regionais, já têm uma experiência, um caminho feito, que pode ser melhorado e que pode ser alargado, a sua base, desde que se incluam nos Conselhos Consultivos Regionais, os institutos científicos e as administrações nacionais ou regionais* (RS).

Há necessidade de simplificação das licenças, da legislação, de organizar a pesca do arrasto costeiro e a pesca desportiva (…) O problema é o que vale o que dissemos. E é muitas vezes (…) Nos CCRs o poder deveria ser mais vinculativo. E o estado deveria estar presente como observador (RS).

Na Murtosa os entrevistados revelam necessidade de se adequar melhor os mecanismos de incentivo criados à população com que interagem de modo a traduzir as suas aspirações: *Aquilo que eu acho enquanto técnica, é que nem sempre aquilo que está previsto no papel reflecte aquilo que são as aspirações, e no fundo, aquilo que são as necessidades reais da população, acho que fica um bocadinho aquém* (RSM). Ou ainda: *Os miúdos são muito complicados, e nós temos trabalhos na escola, cursos de educação e formação, os chamados CEF's... (RP) os CEF's que existem são Serviço de Mesa, Electricidade e Informática. Mas lá está, nada direccionado para aquilo que eles querem e gostam* (RSM)

Sobre o que pensam acerca dos mecanismos de diálogo estabelecidos em Portugal, a maior deficiência a respeito dos actuais mecanismos passa muito pelo facto de não assegurarem a profusão de governança a outros agentes que têm mais dificuldade em fazerem ouvir-se, continuando esta a ser a preocupação mais latente no geral dos entrevistados, e que o seguinte excerto exemplifica bem: *…a discussão pública, discussão pública num Plano de Ordenamento por exemplo (…) as pessoas, ou têm capacidade para perceber como é que aquilo funciona e dar uma resposta. E nunca está ajustado às outras pessoas, às pessoas que se calhar não percebem como é que funciona, e que se calhar têm dificuldade em perceber como é que funciona, se calhar podem ter dificuldade em ler e escrever mas se calhar até têm opiniões, e têm opiniões validas, portanto acho que a maneira como está concebido não é a melhor maneira de ter uma discussão pública, uma opinião pública das coisas* (ONGA).

Apesar de entendidos como demasiado informais e casuísticos… *As reuniões ocorrem quando há factos concretos ou quando há reuniões internacionais ou quando há que alterar a legislação ou quando há uma exposição a pedir uma determinada via legislativa concreta para uma arte ou para uma zona de pesca ou para uma espécie* (RS) há em vários entrevistados a percepção de esteja a haver um esforço de envolvimento por parte da administração central portuguesa em dialogar com os agentes… *Noto que há um esforço da Administração em envolver um pouco mais os pescadores e isso reflecte-se. Estou habitualmente sentado à mesa pelo IPIMAR, com*

outros intervenientes. Há uma preocupação por parte da Administração em envolver, mas ainda é pouco (RP) e um esforço por parte destes últimos numa fundamentação do discurso… *a partir desta Reforma de 2002 nota-se que os agentes podem estar também um bocadinho… se calhar também perderam algum fôlego. Também é necessário, não é? Também só se consegue alguma coisa com acção e… mas mais… aquilo que dizem, as convicções que têm são mais fundamentadas. Porque o próprio esforço de diálogo os tornou mais estudiosos, mais atentos* (RP)

As dificuldades referidas passaram por inexperiência da função pública, e falta de organização e de fundamentação do discurso nas vozes nas estruturas locais civis e políticas. A seguinte passagem reflecte-o talvez exemplarmente: *nota-se um medo muito grande por parte da função pública para com o cidadão, porque até agora, obviamente foi assim que, reuniões à volta de planos, de governança, houve um plano apresentado, os utentes gritam muito, toda a gente tenta sobreviver a esta reunião e continua tudo na mesma.* (RP).

A nível local, especificamente na Murtosa, a respeito dos mecanismos portugueses com que os entrevistados lidam em governança, as críticas dirigem-se mais à ausência de interesse do poder municipal havendo dificuldades em estabelecer parcerias de forma mais efectiva: *a tarefa de apoio social é do Centro Social e Paroquial ou é da Santa Casa, portanto a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal: Ah, isso não é connosco, quando muitas vezes nós pedimos a colaboração não há esse espírito de colaboração (…) O presidente do CLAS é o presidente da câmara, por inerência, aquilo funciona um bocado…, no caso da Murtosa acaba por ser uma emanação do órgão político, e as coisas acabam por não funcionar, e há poucos recursos (…) é frustrante porque não há parceiros, precisamos que a rede social seja uma rede e haja uma parceria entre entidades, isto teoricamente é assim, mas na prática, pelo menos na Murtosa, não funciona, a parceria não funciona* (RSM). Houve ainda uma referência à necessidade de revisão de mecanismos de autonomia: *Nós não temos autonomia, a plataforma supra concelhia não dispõe de orçamento próprio, por isso é que eu digo, quando falo de autonomia é tudo muito limitado, nós estamos muito dependentes. Terão autonomia na função em que o município lhes quiser dar, ou seja nós temos mais dinheiro ou menos dinheiro, desenvolvemos mais acções ou menos acções, dependendo do orçamento do município* (RSM).

Os entrevistados, em geral, apresentaram ainda em simultâneo, à medida que foram respondendo, mecanismos com que, no seu entender, se pode ter em conta para melhorar o diálogo no futuro em Portugal. Houve referências ao projectos de investigação aplicada MARGov… *Um mecanismo que eu acho que foi um projecto muito interessante de diálogo, e que tem muito a ver com as pescas, e não só, foi o projecto MARGOV.* (ONGA), e depois a mecanismos relacionados com o poder local… *os GACs são algo que poderia vir a ser interessante (…) conheço algumas iniciativas, mas são muito locais e são insuficientes. Há GACs que têm é… têm trabalhos muito dispares. Há GACs que têm um trabalho muito visível e muito interessante. Que já se vê. E onde os pescadores entram de forma muito positiva. Há GACs que não se ouve falar deles. Não se percebe o que é que fazem* (ONGA) e á recriação de estruturas de cúpula e regionais em Portugal… *se houvesse a tal, digamos que, uma estrutura representativa de cúpula da pesca, então aí ela poderia ser um veículo de transmissão dos problemas ou das expectativas* (RS); *é preciso também uma gestão mais regionalizada a nível nacional, é possível dentro do país teres depois uma estratégia de defesa da tua pesca, dos teus recursos, dos teus pesqueiros e isso pode ser, na minha opinião, cada vez menos conflitual* (ARMP)

Quanto a <u>conflitos que estes mecanismos possam estar a resolver</u> nas seguintes respostas destes entrevistados percebe-se que a abertura à discussão como principio melhora as relações entre intervenientes e que a dificuldade em tornar os processos de governança verdadeiramente inclusivos é relacionada com o facto de a iniciativa para a participação estar muito dependente da sociedade civil havendo necessidade de aprofundar mecanismos formais a nível institucional de incentivo à participação: *Acho que sim, mas acho que isso normalmente tem que partir sempre da parte interessada, acho que devia ser uma coisa quase do sistema, o sistema devia fomentar que as várias partes interessadas se reunissem, discutissem. E neste caso, põe por exemplo a PONG Pesca, faz estas reuniões, por exemplo, a Comissária devia vir a Portugal e ela é que devia marcar as reuniões, porque não?* (ONGA)

O que este entrevistado focou ainda em seguida, permite observar que o facto de a iniciativa depender da sociedade civil ao tornar governança fá-la perder em legitimidade ao não se descobrir nela mecanismos que apoiem as pessoas que não tenham capacidade de tomar a iniciativa por eles próprios: *Mas a questão que me preocupa mais é a intervenção do pescador, a participação do pescador (…) A gente não pode estar a*

exigir estas coisas todas, a verdade é que ninguém os apoia, e ninguém os apoiando estamos sempre a tirar-lhes o tapete debaixo dos pés, isto é algo que me preocupa, acho que é algo que temos que repensar o modelo (ONGA).

Em resposta a esta dificuldade, a possibilidade de inverter o processo através da animação e a mediação fazem com que se dê atenção às metodologias que acompanham o diálogo de negociação em governança: *É sempre preciso animação e mediação, sempre é preciso. Os processos de negociação social são processos que exigem negociador ou um animador ou um árbitro muitas vezes, alguém vai ter que tomar aqui, até pode ser a própria associação que funciona como animador* (ARMP).

As dificuldades em torno da mediação no processo observam-se em relação à possibilidade de esta ser mais continuada, justificando-se pela existência de processos em que esta surge como capacitadora dos intervenientes: *O problema da mediação é que ela tem que ser capacitadora. Porque é mediar à luz de um objectivo. E tem que ser de futuro. (…) E esses problemas… das comunidades… nós temos tantos problemas… claro que quando me fala de comunidades criticas, os problemas são críticos. Portanto não se resolvem rapidamente. São longos. Portanto a questão da itinerância aí tem que ser algo mais permanente. Aí tem que ser, porque a itinerância não resolve problemas críticos. Resolve problemas pontuais…* (RP).

Na Murtosa, em torno do uso dos mecanismos actuais na resolução de conflitos, os problemas identificados pelos entrevistados passaram pela resistência a ideias novas por parte das instituições locais e da população murtoseira: *Nós, ligadas à área social e as restantes acções, sentimos alguma dificuldade, porque notamos que as pessoas são resistentes, os próprios serviços são resistentes a tudo o que é novo, à mudança, muitas vezes nós não queremos introduzir mudança, pelo menos inicialmente, mas até notámos muita resistência em receber, não fomos mal recebidas, mas sentimos que da parte dos serviços não havia abertura suficiente para nós também podermos trabalhar* (RSM).

A referência a conflitos e à rivalidade neste local é muitas vezes relacionada com a pesca ilegal de mergulho: Nós *aqui, com os nossos utentes, o que ouvimos, porque eles deixam escapar, não dizem directamente que fazem, até porque a maior parte deles estão ilegais, e nós percebemos, quando algum utente me fala nisso, não tenho qualquer tipo de informação sobre mergulho, não estou por dentro desses termos, mas parece-me que é uma actividade com algum risco, e que eles estão constantemente a*

correr esse risco, porque não respeitam as horas de mergulho, o oxigénio, aliás faleceu um há pouco tempo. E depois é a rivalidade entre eles (RP).

Na promoção da resolução de conflitos um dos entrevistados referiu a criação da própria escola integrada local como factor de aproximação entre habitantes de duas zonas anteriormente conflituosas… *a criação da escola nivelou as diferenças entre os da Torreira e os das Quintas, não sei se foi para bem ou se foi para mal, mas nivelou, não se nota nenhuma diferença a nível de mentalidades, nem de maneiras de ser, nem maneiras de estar, é igual. Os pais também já vão mudando, porque já são pais mais novos, em dez anos já há uma diferença, já é uma nova geração de pais* (RSM) e, numa outra entrevista foi referido o espaço físico da Santa Casa usado como sede do projecto como um local que favorece a aproximação e visibilidade dos problemas dos habitantes locais…. *acho que o projecto é importante para a comunidade, até porque, como eu dizia há bocadinho, as pessoas já nos reconhecem, não nos conhecem como CLDS ou projecto Quatro Ancoras mas conhecem-nos como casinha amarela, o espaço e procuram-nos* (…) *neste momento estamos a trabalhar muito bem, estamos a trabalhar em articulação com as instituições locais e tenho pena que não tenha sido assim logo de início, porque acho que poderia ter…, os resultados do projecto poderiam ser ainda melhores* (RP).

Quanto à possibilidade de estarem a melhorar condições nos locais que observa/representa as respostas dos intervenientes indicam contribuições distintas consoante os lugares que ocupam e papeis que desempenham nas instituições a que pertencem, observando-se aqui os principais contributos de cada grupo e em cada projecto. Far-se-á uma abordagem geral para se perceber melhorias que observam e dificuldades que sentem.

Os entrevistados de ONGAs pertencem à PONG Pesca, tendo estado relacionados com a sua própria criação. Observados em conjunto com os entrevistados das outras ONGs, estes intervenientes relacionam o seu contributo, não tanto com uma melhoria específica em determinado local, mas como um trabalho de divulgação e/ou mobilização criando pontes entre a pesca e a sociedade civil, entre a sociedade civil e o conhecimento: *Eu acho que a PONG Pesca tem feito muito de uma forma que também acho que é importante que é tem trabalhado muito na divulgação, na chamada de atenção para algumas coisas, pela primeira vez tem aproximado as pescas da sociedade civil. (…) é mais numa esfera mais nacional. Às vezes até noutros cientistas, noutras pessoas*

preocupadas com o mar, se calhar não só o cidadão comum mas outras pessoas que têm ligação ao mar começaram a perceber que havia um grupo de pessoas que estavam, interessadas e preocupadas com essas questões. Esses temas mais facilmente chegam a essas pessoas (ONGA).

Dada a diversidade de actores entrevistados percebe-se uma postura de mobilização mais direccionada para cada local em particular em um dos entrevistados: *Tem sido sobre tudo para fazer luz nas cabeças dos actores locais, dos parceiros, da importância que as pessoas têm que dar ao conhecimento efectivo do microcosmos, que é a vida de cada pessoa na comunidade, quer dizer, dos seus problemas, do diagnóstico das suas necessidades, de ter consciência colectiva, pró-activa digamos, daquilo que é o RX de cada comunidade do dia a dia, em cada município* (ONG).

Os entrevistados no sector trabalham com populações muito específicas de representados e as suas opiniões são de que conseguem melhorar as vidas das pessoas que representam directamente: *Acho que sim. O objectivo do trabalho associativo e dos gestores do sector, dos gestores do lado dos stakeholders é no sentido de melhorar essas condições, é no fundo recolher a informação que nos chega dos representados, sobre as várias realidades ou locais e depois trabalha-las, articula-las com outra informação que dispomos no plano cientifico, no plano técnico e depois transmitir isso à administração no sentido de que as realidades concretas sejam depois regulamentadas com base nessa expectativas que nos são transmitidas. Não tenho dúvidas que temos ajudado a melhorar essas condições de trabalho e as condições de vida dos agentes económicos do sector, neste caso dos armadores, que é aquilo que nós representamos* (RS).

Nas entrevistas realizadas a RPs a contribuição, de forma geral, passa pela mediação e capacitação, como foi atrás já referido e ainda pela descrição… *fizemos mil e tal inquéritos ao longo de todos os portos de pesca, isto é pesca costeira, tudo o que é pesca de rios e dentro da ria nós não fizemos inquéritos, só a quem pescava fora, e portanto o que isso nos permitiu foi, com essa informação que nós angariámos com os inquéritos foi, saber com que artes é que estavam a pescar, onde é que pescavam, que espécies é que pescavam* (RP) e identificação de lideranças locais… *durante o trabalho deste projecto FEMME, que era como se chamava o projecto, nós fizemos reuniões de porto em porto (…) As lideranças foram identificadas nessas reuniões, nós estávamos na reunião e íamos vendo quem eram as lideres positivas, tomando notas, ficámos com*

os nomes e fomos a pouco e pouco construindo uma rede de lideranças naturais em cada comunidade (ARMPA).

Foram identificadas dificuldades quanto à capacidade de providenciar uma melhoria dos locais. A necessidade de integrar os resultados obtidos no PRESPO de modo a que a gestão seja adaptada pensando no local, de investir em mais projectos com uma estrutura como a do MARGov e a de dar continuidade no local ao trabalho desenvolvido, e, no caso da Rede de Mulheres na Pesca Artesanal o dilema entre haver uma animação a tempo-inteiro na Rede e financiamento que o permita e/ou formalizar mais o modelo de governança nas mulheres da pesca artesanal:

O que é que nós temos que ver, se queremos gerir a pequena pesca, seja na Murtosa, seja em Aveiro, temos que olhar depois para as especificidades dos próprios locais, das próprias comunidades, e com base nessa especificidades, então implementar medidas de gestão que garantam…, nós o que verificámos nos inquéritos que fizemos foi, os problemas verificados no Algarve, que alguns são comuns, mas alguns são locais, não faz sentido resolver um determinado problema a nível nacional, a gestão tem que ser feita respondendo também a esses problemas locais (RP).

Haver mais projectos como este e haver uma consciência que este tipo de processo tem que ser gerido por profissionais que sabem o que fazem e não por uma instituição. Isto é um problema. Haver mais projectos, mais participação, mais entendimento, isto são processos que têm que ser geridos de maneira diferente dos processos burocráticos como nós conhecemos (RP). *Não se pode dizer: eles depois fazem isto por eles, isto é curto demais, e por isso, nós no MARGOV, por exemplo, decidimos manter contacto de alguma maneira, o financiamento acabou, mas vamos ver se em outros projectos eventualmente podemos incluir uma componente que dê algum dinheiro para continuarmos também em Sesimbra* (RP).

o meu receio é o facto desta Rede não ser animada por uma pessoa a tempo inteiro, porque eu não estou a tempo inteiro, (…) por outro lado, ligar mulheres que estão dispersas pelo país todo permanentemente implica meios de comunicação e fundos financeiros que nós não dispomos, porque temos uma entidade de acolhimento, mas não temos fundos próprios. Portanto, esta Rede poderia continuar a ser activa sem ser Associação formal se eventualmente pudesse ter uma animação a tempo-inteiro (ARMPA).

E ainda, uma dificuldade que é visível em dois entrevistados e que se relaciona com a recepção e entendimento do seu trabalho pelas instituições publicas e grupos da sociedade civil a que se dirigem: *as instituições e a comunidade científica perguntam-nos constantemente quais são os resultados e o que vai mudar agora, e nós dizemos sempre que o resultado é o diálogo, dali sai o que vocês fazem disto, nós não fazemos, nós podemos fazer chegar resultados ao Secretário de Estado, mas nós não fazemos os resultados, nós não fazemos as propostas, nós fazemos o processo. Isto é muito complicado de entenderem* (RP).

Devem-se ainda referir os contributos de entrevistados de uma ONG, de dois projectos e da RMPA, cujas experiências de melhoria no local, através de parcerias, na área do Desenvolvimento Local e na área da gestão da pesca se podem ainda acrescentar complementando mais esta reflexão tendo em vista a Murtosa. Foram referidas possibilidades de interacção diversas, nomeadamente, parcerias com associações e outras entidades locais dentro e fora das pescas. Merecedores de análises em particular pelas formas de solidariedade distinta a que se prestam, retém-se aqui apenas um exemplo por responder mais directamente às duas ideias/projectos enunciados nas entrevistas base: *a questão da Galiza era um exemplo altamente inspirador. (...) o marisqueiro passou de uma situação em que toda a gente apanhava porque era publico, levou a uma situação em que quase não havia amêijoa, (...) dez anos depois a realidade passou a ser completamente diferente, (...) passou a estar na mão do agrupamento de mariscadoras, que estava organizado na confradia, das varias confradias, toda a apanha conseguiu ser controlada, mas para que isso acontecesse houve necessidade de fazer papel pedagógico, fiscalização pedagógica, junto da população comum que ia apanhar, e as próprias mulheres fiscalizavam, havia uma fiscalização suportada pela administração da pesca (...) hoje elas é que controlam o sistema de produção, elas é que definem as regras, quando se apanha, quem apanha, quanto se apanha, que quantidade, que qualidade, que tamanho, toda a produção é pré definida, é deixada no armazém, há sanções para quem apanhar amêijoa abaixo do tamanho, são elas que colocam na lota, são elas que estipulam o preço mínimo, elas é que definem as regras do jogo, e a partir do momento em que isto aconteceu houve uma alteração completa e aquilo deixou de ser o complemento de rendimento familiar, que estas mulheres são todas mulheres de pescadores, para passar a ser uma profissão* (ARMPA).

Na área do Desenvolvimento local e do Serviço Social têm ocorrido algumas experiências que expressam melhorias nos locais e que se referem também como possibilidades em aberto pensando na realidade da Murtosa: *Aquilo que eu vejo nos municípios do interior, e porque é lá que elas existem, aquilo que eu vejo, é que o facto de existir uma Associação de Desenvolvimento Local aproxima a população da autarquia, neste sentido, porque é suposto esta Associação dar voz àquilo que são as necessidades da população, o que está em causa é o desenvolvimento local da comunidade, acaba por aproximar porque o que esta associação, à partida, faz é tentar chamar para a sua causa aquilo que são as instituições que existem no terreno, e que a única preocupação desta associação é o desenvolvimento local. Enquanto nós sabemos que o desenvolvimento da comunidade é também uma preocupação das IPSS, é também uma preocupação da autarquia, não é uma preocupação exclusiva. No caso das Associações é uma preocupação exclusiva, é o desenvolvimento que está em causa (…) É formada por pessoas da comunidade, é uma associação normalíssima como qualquer Associação de Moradores, com as pessoas se associam normalmente para outro tipo de coisas. Qualquer grupo de pessoas pode criar uma associação de desenvolvimento local* (RSM).

…para além das lideranças naturais, nestes processos quando se começa a fazer trabalho a nível de Desenvolvimento Local e do Serviço Social Comunitário também é importante identificar as Instituições que são potenciais pontos de apoio, de cooperação, que muitas vezes podem ser intermediários (…) *normalmente tudo o que tem que ver com metodologias participativas é lógico que as Entidades que estão mais habituadas a este tipo de trabalho social são essas, as IPSS's, as Misericórdias, os Departamentos de Acção Social, porque têm técnicos nessa área da especialidade que sabem e dominam as metodologias* (ARMPA).

Esta entrevistada deu exemplos vários tipos de Comissões Locais e Associações de Desenvolvimento Local passíveis de ter em conta em comparações/estudos futuros.

Na Ilha da Culatra a organização que congrega a população é a Comissão de Moradores, que está ligada à Junta de Freguesia, tem quase um papel de Associação de armadores e pescadores. Quando há reuniões da Pesca eles aparecem como representando a Culatra. E estão filiados na Federação da Pesca do Sul e vêm a reuniões à Direcção Geral das Pescas (ARMPA).

a Comissão de Luta Contra a Pobreza, que é o caso por exemplo da Instituição da Praia de Esmoriz, é o ponto de apoio ao porto de abrigo da comunidade piscatória, é a antiga Comissão local de Luta Contra a Pobreza, que quando se extinguiu esse projecto a Junta de Freguesia não deixou aquilo morrer e decidiu manter aquilo ali.(…) Tem computador, onde as pessoas se podem reunir, funciona como Delegação do Centro de Emprego, da Segurança Social (ARMPA).

também pode ser da Igreja, na Anunciada em Setúbal vê-se a força que tem, a ligação que tem à comunidade. (…) a participação associativa a nível das mulheres muitas vezes está exequível, a nível do chamado social, estão na Comissão Paroquial, são voluntárias em tal sítio, estão na Associação de Pais. (…) E por outro lado essas pessoas acabam por trazer também uma visão muito holística, porque elas têm muitos interesses, a preocupação com os filhos, a preocupação religiosa, dos maridos, há uma série de preocupações de ordem social, com a segurança dos maridos no mar, estão muito mais preocupadas com a segurança do que os homens, porque não querem ficar viúvas nem que os filhos fiquem órfãos (ARMPA).

Há neste momento nas comunidades ribeirinhas uma ou outra Associação de Desenvolvimento Local com grandes impactos e a apoiar bastante o sector. Estou-me a lembrar de uma nova que entrou na cena, que foi desafiada por causa dos coletes ali na Costa da Caparica e que está a apoiar imenso a Comunidade Piscatória, descobriram este mundo e têm ajudado imenso (ARMPA).

Na Murtosa a análise será feita de acordo com as áreas observadas pelos intervenientes locais.[42] As respostas dos entrevistados relacionam a melhoria de condições no local que observa/representa com áreas como a habitação, em que se reflecte uma melhoria possibilitada não apenas pela construção de novas casas como pela visibilidade e acompanhamento que possibilita a interacção desenvolvida no processo: *Creio que sim, não de uma forma directa mas de uma forma indirecta creio que sim (…) As 51 casas que nós temos neste momento estão todas situadas na Freguesia da Torreira e a população residente é maioritariamente pescadora (…) embora as casas, que não são obra minha naturalmente, mas todo o acompanhamento social que se faz a cada uma*

[42] Obedecendo à organização da entrevista uns aspectos serão abordados aqui e outros na questão colocada mais à frente acerca de como conseguem promover (directa ou indirectamente) um melhoramento das condições de vida na pesca, na Murtosa.

das famílias no âmbito desta entrega de alguma forma o que nós tentamos é melhorar, não só as condições de vida deles, mas também as condições psicológicas por aquilo que está ao nosso alcance (Rede Social da Murtosa).

De acordo com esta entrevistada a procura destes serviços depreende a necessidade de se perceber as pessoas individualmente, caso a caso, e subentende um esforço de reflexão sobre o entendimento que se tem sobre o conceito de pobreza: *É uma pobreza diferente. É uma questão de escolhas, passa muito por uma questão de escolhas, tem que se perceber os casos* (RSM).

Nesta área especifica a base da procura encontra como motivações principais não quererem abandonar o local onde vivem, que no caso é a Torreira, uma zona encarecida como zona turística, e ainda como um hábito de o Estado oferecer a casa, que foi sendo introduzido ao longo do tempo, fazendo com que, neste momento, se possa revelar como uma iniquidade para os habitantes locais o facto de pessoas que lhe foram sempre tão próximas terem tido direito a uma casa e sentindo assim como legitimo terem também direito a essa assistência por parte do Estado: *estão há vinte anos a viver sem condições, apesar de terem dinheiro, porque estão à espera, porque acham que a câmara é que tem obrigação de lhe dar uma casa, e esta ideia foi sendo alimentada (...) há outros casos, e não são tão poucos como isso, em que ganham muito, têm capacidade de gestão, estabelecem prioridades, mas em relação à casa têm consciência e a percepção que é a câmara que tem que lhes dar uma casa e que não são obrigados a gastar dinheiro numa casa. (...) Assumem, mesmo que tenham um Audi à porta: Eu sou pescador, sou pobre* (…) *Também há outro senão, é que eles querem comprar casa na Torreira, e se querem comprar casa na Torreira têm que pagar casa na Torreira, e a Torreira é uma zona de veraneio e as casas na Torreira são caríssimas (...) Como eles fazem declarações de IRS baixas, não conseguem facilmente aceder ao crédito* (…) *o fulano teve, eu também tenho direito. São muito poucos, aqueles que se distanciam disso. Há muitos pescadores que compraram casa, mas comparativamente são poucos, aqueles que pegam no dinheiro que ganham e vão comprar a casa.* (RSM).

Na educação[43], havendo interacção e um bom relacionamento com as escolas nota-se a necessidade de um plano conjunto entre instituições locais: *Não há um plano conjunto*

[43] Será vista em relação ás melhorias proporcionadas na Murtosa mais à frente na questão que é dirigida ao local.

em que autarquia e escolas trabalhem a par nestas situações, as escolas pedem, a autarquia disponibiliza. Ter-se assim um esforço conjunto: isto é o nosso plano, é isto que nós queremos, não, isso não há (RSM).

A promoção do associativismo tem sido feita com a criação de um *Grupo de Artesanato* e realização de feiras locais: *nós temos isso* [a criação de uma associação] *como, não assim directamente e ainda bem porque se não, não teríamos conseguido atingir o objectivo, mas era um dos pontos do terceiro eixo do projecto, apoio à auto organização dos residentes, portanto nós aqui nesta acção acabámos por criar um Grupo de Artesanato, através de algumas solicitações que tivemos, criámos um grupo de artesanato, são senhoras, cada uma sabe uma área, bordar, pintura, e então juntaram-se. (…) no associativismo só temos mesmo duas acções, a realização de duas feiras de associações que nós cumprimos, a auto organização dos residentes, o grupo de artesanato* (RSM).

Foi considerada criação de uma associação de moradores e/ou de desenvolvimento local por uma entrevistada e iniciativa entende-se tendo como prerrogativa a mobilização ser feita com apoio de habitantes ou de um líder local, e foi considerada possível através de um projecto que a vise especificamente como objectivo: *Mobilizar os moradores, mesmo, para criação de associação não sei se aqui será muito fácil, ou pelo menos nós como não somos elementos chave da comunidade para conseguir, não digo que é impossível, mas nós enquanto projecto acho que seria um pouco complicado, até porque temos uma visão muito vaga, porque não somos de cá, não conhecemos as raízes, acho que é difícil fazer esse trabalho não sendo daqui (…) Mas lá está, sendo pessoas daqui, acho que sim, acho que conseguiriam. Nós poderíamos estar envolvidas mas tendo alguma retaguarda dos tais elementos chave. (…) Alguém que a comunidade reconheça e que depois desse continuidade a esse trabalho. (…) Nós poderíamos entrar com algum apoio de logística e mesmo financeiro, porque o projecto é muito abrangente a esse nível, mas teria que ser alguém…. Ou criar-se um projecto só para isso. Envolver mesmo a comunidade, mesmo na criação do projecto* (RSM).

Outros temas abordados em que os entrevistados desenvolvem acções locais foram as Redes Sociais para a Inclusão, a terceira idade, o alcoolismo, o abandono escolar e a gravidez na adolescência, testemunhando uma multiplicidade de problemas com que se debatem no local. As dificuldades sentidas em relação à possibilidade de intervenção dirigida à terceira idade foram a solidão e a ausência de mecanismos de apoio social

adequados, sentindo-se esta última dificuldade em ajudar também em relação às mães solteiras e de apoio à vitima nomeadamente através dos papeis que desempenham na Comissão de Protecção de Menores da Murtosa:

é mais a solidão. (...) isto é uma zona muito marcada pela emigração, e há muitos idosos sozinhos, porque os filhos se foram embora e eles ficaram. Às vezes eles próprios também se foram embora mas levaram os filhos, os filhos ficaram no estrangeiro e eles regressaram já numa fase mais adiantada da vida (RSM).

É lógico que a maior parte das pessoas tem pensões muito baixas, mas de acordo com aquilo que está definido, não estão abaixo do limiar de pobreza (...) O que a lei prevê é que (...) o Complemento Solidário dá-lhes os 219€ até perfazer os 419€ (…) *depois aqui pesa o rendimento dos filhos, e se o rendimento dos filhos for muito elevado pode, eventualmente reduzir ou não se atribuir. (...) essas pessoas são aquelas que não conseguimos ajudar, porque os pensionistas têm pensões, e não há como nós conseguirmos dar mais alguma coisa para fazer face, por exemplo às despesas com medicamentos. (...) E nós sabemos que há pensionistas que têm despesas de medicamentos que levam mais de metade das pensões, e não temos como lhes atribuir um subsídio extra nem como aumentar a pensão* (RSM).

Temos situações de mães solteiras que trabalham e ganham o salário mínimo nacional, não conseguimos ajudar, no entanto têm uma renda de 150€ ou 200€, mas essas nós não conseguimos ajudar, porque o que conta para a atribuição de qualquer tipo de apoio é acima de tudo, o que se ganha e não o que se gasta. (RSM).

as coisas são de tal forma seccionadas, digamos assim, que não dá para nós fugirmos àquilo que está estabelecido. Imagine que tem uma família, pais e crianças, em que o pai é agressor, (...) O que as nossas políticas nos permitem fazer, é pegar na mãe e nos filhos desenraíza-los, faze-la perder o emprego e pô-la numa instituição de acolhimento a mulheres vitimas de violência, quando aquilo que a senhora quer é que aquele senhor deixe de interferir, quer que aquele senhor saia de casa. (...) Isto é uma situação específica, mas é isto que acontece. (...) o que conseguimos? Pô-la durante um ano numa instituição de acolhimento, perdendo tudo, os filhos perdem a escola (RSM).

É muito difícil a interacção de um sistema para o outro, e depois aqui voltamos sempre à velha historia que é as verbas disponíveis. Em termos de Acção Social acabamos por ir ter sempre ao mesmo sítio, são as verbas disponíveis. Podemos eventualmente ir ter a

outro sítio que é o número de vagas no interior de determinado serviço, porque não temos vagas que cheguem para todos os idosos, não temos vagas de creche que cheguem para todas as crianças, este tipo de coisas também acontece. Neste momento já não temos vagas na instituição de acolhimento para crianças que cheguem para todos (RSM).

As dificuldades sentidas durante o projecto *Redes para a Inclusão* foram a ausência de decisores na participação dos fóruns de inclusão e capacidade de mobilização de habitantes da Murtosa para participarem no projecto: *Em relação ao ano anti-pobreza, eu gostei muito, acho que foi muito importante pôr lá as pessoas directamente interessadas a falar, ter voz própria, de viva voz dar o seu contributo. Acho contudo que, é sempre a história, quem devia ouvir não está presente, porque normalmente quem vai a estes fóruns são os técnicos, são as pessoas que estão directamente envolvidas, mas quem de facto pode fazer a diferença, de quem depende a decisão, normalmente não está. (…) nós levámos participantes a ouvirem, a falarem não, isto porquê? Porque uma das acções era também a realização do filme e os jovens que nós tínhamos, aliás as pessoas que nós tínhamos perspectivado para ir nos dias da filmagem não puderam ir, então acabaram por ficar de fora, e depois nos fóruns deu-se prioridade às pessoas que tinham participado em tudo, naturalmente. Mas levámos pessoas nossas a assistir* (RSM).

A melhoria das condições de vida neste local encontra ainda como base o Centro Social e Paroquial cujo papel na melhoria passa por um acompanhamento e intervenção atenta a casos de pobreza detectados e por uma capacitação de vozes locais:

o Centro Social pode ter aí um papel importante, no fundo até porque normalmente as pessoas procuram o Centro Social para satisfazer necessidades económicas imediatas, até porque o Centro social tem valências, tem uma valência que é a família e a comunidade, nós recebemos da segurança social determinada verba contratualizada para suprir essas necessidades, (…) e depois vai se estabelecendo aqui uma relação entre o próprio centro e o utente, a pessoa não vem cá uma vez, até porque para se candidatar a esses apoios tem que vir várias vezes, a técnica vai a casa dele, apercebe-se da realidade e portanto… (RSM).

um exemplo, um moço que era, agora não sei se tem condições para andar à pesca, teve um acidente, ficou sem uma perna, precisava de uma prótese e não tinha dinheiro, não conseguia, e foi através do centro que hoje anda aí, porque o Centro, pelo menos anda

a pé normalmente. Eu recordo-me de pessoas assim com esse tipo de problemas, que toda a vida andaram sem próteses, pelo menos a existência do centro já permitiu, conseguiu-se que ele tivesse uma prótese, que de outra forma se calhar não conseguia, porque ia a Aveiro à acção social mas não há dinheiro para isso, e o senhor andava e não conseguia resolver o problema, portanto tenho realmente ideia que o Centro tem ajudado a melhorar um bocadinho a vida das pessoas (RSM).

Tem é que se dar voz… E a igreja nesse aspecto tem muita responsabilidade (…) Por exemplo, há estes cortes nos vencimentos, há grupos que fazem greve, aqui é precisamente o contrário: não, a greve ainda vai prejudicar mais, estejam caladinhos, aceitem o que Deus vos dá, é pouco, mas é de boa vontade. A Igreja tem muito isto, mas a Igreja, por exemplo, na América do Sul é o contrário. (…) Os padres mais novos já não têm tanto isso. Agora nem tanto, agora as igrejas modernas já são arejadas, têm janelas, mas antes não, o conceito de igreja, a igreja era quase como os castelos, a igreja era um sítio escuro, a igreja não quer que as pessoas pensem, não tenham horizontes (…) e eu isso não concordo. (…) Por acaso numa reunião aqui da Direcção, exactamente num desses boletins da CNIS, o tema era as dificuldades económicas que estamos a viver, e então dizia: nós – Comunidade Católica Cristã – temos que ser resilientes. E eu na altura pensei: o que é que isto quer dizer? E fui ver ao dicionário e lá diz resiliência: capacidade que os corpos têm à dificuldade… (RSM).

As dificuldades observadas referem-se também a uma ausência de mecanismos de apoio social adequados: *há poucos recursos (…) a Murtosa se calhar afecta para aí 1% dos recursos a funções sociais, é insuficiente. Os recursos são limitados, são escassos, mas por amor de Deus. Nós somos confrontados com situações chocantes* (RSM).

A respeito de envolver mais grupos e de ou de dar mais responsabilidade aos grupos envolvidos tendo em conta os riscos que daí podem advir, as respostas dos entrevistados indicam que de forma geral, são favoráveis a que em governança se vão ouvindo mais vozes nos processos revelando, no entanto preocupações que vão no sentido da transparência que lhe é inerente. Alguns entrevistados mostraram-se renitentes a uma atribuição de mais responsabilidades: *eu acho que o nível de responsabilidades que existem neste momento é suficiente e é o adequado. Muito mais responsabilidade também não é necessária, exactamente porque também, os riscos têm a ver sempre com aquela noção de, se houver muitos actores num processo que já é complexo, torna a*

coisa mais difícil de gerir. (…) A determinada altura esconde-se. Escondem-se os interesses económicos por traz de muita responsabilidade. (Representante de Projecto).

É interessante observar que houve alguns entrevistados que relacionaram a procura de mais vozes em governança com a vinda de mais jovens, com a educação e com a formação: *Acho que sim, acho que sim. A atribuição de competências permite melhorar a governança. Aliás acho que é por aí que temos de ir, como não sei. Hoje tenho reuniões com associações e vejo mestres mais novos, na casa dos 45, e tem que haver renovação* (RS)

É um processo que tem que se basear em novo actores, não nos actuais, ou seja pegar nos pais, nas pessoas que têm a sua vida, entre aspas, estabilizada, organizada, definida, e dizer-lhes: vocês agora devem mudar para melhor porque têm estas vantagens, eles não vão aceitar, agora pegar nos filhos e dizer: vocês estão nesta situação, mas se acontecer uma série de pressupostos vocês vão poder chegar ali, aí já vale a pena porque eles estão na fase da construção, porque quem já construiu não vai mudar, não vai mudar tão facilmente (RSM).

Há representantes de projecto que alertam para riscos relacionados a falta de capacidade de dar continuidade aos projectos de investigação aplicada e de intervenção social partilhando uma preocupação as implicações que pode ter no local: *Os riscos que isto pode trazer, nestas coisas de Acção Comunitária, de Desenvolvimento Local, eu acho que o risco maior que há é não garantir condições de que as obras que se criam, independentemente do tipo de obra que seja, possam ter continuidade, há sempre que pensar na parte da sustentabilidade, na parte económica, e acho que essa é a maior das limitações, que muitas vezes pensam-se os projectos, desenvolvem-se os projectos, há orçamento para os projectos e a partir do momento em que o projecto acaba as coisas acabam por cair porque depois ninguém quer suportar, quer a responsabilidade de continuar a desenvolver a acção em questão, ninguém quer os custos* (RSM).

Foram ainda referidos riscos relativos relacionados com a linguagem e a ética em ciência e com desequilíbrios de poder na representação revelando como preocupação a transparência nestes processos de que o seguinte excerto é um exemplo: *Outro risco, acho eu, é a comunidade científica, (…) por um lado há alguns que têm ideias muito fixas, muito à tradicional, que é o cientista que, por exemplo, o cientista que define os indicadores que devem ser utilizados para dizer que um certo ecossistema é bom ou não, e entendem por participação, ou por construção conjunta, que eles definem os*

indicadores e depois submetem, os outros dizem sim ou sopas, isto é uma coisa. Outra coisa é uma grande concorrência, uma grande concorrência que não tem nada a ver com excelência científica, que tem a ver com marcar terreno, e com não abrir para outros pensamentos (RS)

Quanto a conseguirem promover (directa ou indirectamente) um melhoramento das condições de vida na pesca na Murtosa as formas referidas pelos entrevistados em geral foram através de mecanismos de divulgação da diversidade cultural, construindo-se como discussão em relação à necessidade de observar as fragilidades da pesca artesanal: *eu nunca tinha ido àquelas coisas da Nossa Senhora dos Navegantes. Eh pá, aquilo é extraordinário, aquilo é um valor económico que não se pode perder. Aquilo começa pela cultura, começa pelo estilo de vida e aquilo vale mais do que a pesca propriamente que se faz, quer dizer… E isto, quer dizer, tem que haver uma forma qualquer de a Política de Pescas também apoiar estes estilos de vida, porque estes estilos de vida valem muito. Valem mais do que o próprio valor da produção. (…) Portanto a minha ajuda pode ser mais no sentido de chamar a atenção para este tipo de coisas nas instituições em que eu estiver, não é?* (RS).

Dá-se aqui atenção às entrevistas na Murtosa, para focar a área do emprego na Murtosa e da educação na Torreira, em que se conseguiu ficar a perceber como os agentes conseguem melhorar as condições de vida na pesca através dos seus papeis na advocacia social, como mediadores, e sob que formas de intervenção em várias áreas.

Consigo promover muito pouco, ou melhor, não tanto como desejaria. O facto de fazermos alguns trabalhos de advocacia social e também algum contacto com as populações lá na Murtosa, mais ao nível da igreja, nas paróquias, trabalhar com as pessoas e mostrar-lhes outras realidades que são muito mais desgraçadas do que a nossa conseguimos inculcar nas pessoas um sentido de responsabilidade e de dever, que temos mais possibilidades, portanto, por respeito às pessoas que não têm possibilidades nenhumas temos que fazer alguma coisa por nós (ONG).

Neste momento nós aqui, neste caso específico temos um grupo também de voluntários, em que somos as mediadoras (…) *Também somos um pouco mediadoras com as associações locais, em termos de actividades que temos feito no projecto.* (RSM)

Neste projecto as agentes desenvolvem também uma forma de intercessão entre a população de utentes e o emprego: *o Gabinete de Emprego, que acho que é fundamental*

aqui porque é uma resposta que está perto da população, aqui as pessoas que ficaram desempregadas, embora não invalida que estejam inscritas, têm que estar inscritas no Centro de Emprego, é obvio, mas nós aqui acabamos por ser um elo de ligação, podemos responder a algumas questões, algumas dúvidas, aconselhar, ajudar, muitas vezes facilitar o transporte até Aveiro onde é o Centro de Emprego mais perto (RSM)

Estas representantes do projecto observam dificuldades em relação às entidades empregadoras e à imagem que têm da população local das pescas: Depois *a questão dos filhos, muitos filhos e a ria, as pescas. Chegamos aí, torna-se complicado manterem um trabalho fixo, porque depois sempre que há marés, sempre que há apanha de amêijoa, berbigão as pessoas desaparecem porque vão para a Ria ou vão para o mar e abandonam os trabalhos. Depois acabam por ter um bocadinho aquele rótulo de que são trabalhadores que não cumprem. Isto é um dos motivos porque as empresas não os querem empregar. Em termos de gabinete de emprego é se calhar a maior dificuldade, a seguir ao transporte e às baixas qualificações, é mesmo essa questão da Ria* (RSM).

Na área da formação, continua a surgir como entrave a resistência por parte das instituições locais e a imagem que têm da população piscatória na Murtosa, e as acções que se conseguem são muito limitadas pelos mecanismos impostos limitando a população que pode usufruir desses cursos: *tentámos fazer uma turma, fomos a Aveiro ao Centro de Emprego, ao centro de formação profissional tentar ver o que é que se poderia fazer, uma candidatura a um curso para estas pessoas, seria formação para a inclusão. Engraçado, que quando chegámos, a técnica do Centro de Emprego quando ouviu Murtosa, quase que disse logo não, para aí não porque as pessoas não vão, faltam, não vão concluir a formação, é investimento perdido.* (RSM).

Na educação o entrevistado percebe uma melhoria alcançada pela escola em relação a hábitos de estudo mais incutidos, apostam actualmente em estimular a memória das raízes na Murtosa para que os alunos tenham mais suporte para ter objectivos de futuro: *A nível de projecto educativo, o grande sonho dele é mostrar aos alunos de onde é que vieram para eles perceberem onde é que estão e para onde é que querem ir, isso é fundamental, porque se não eles vão-se perder, é muito perigoso, se por um lado as gerações anteriores tinham uma ideia muito clara sobre quem eram, de onde é que tinham vindo e estavam satisfeitos, interessa que esta geração não perca de vista esse passado, mas que se perceba que é uma insatisfação e que tem que melhorar, quer pelos valores, quer pela continuidade da escolarização, quer depois por eles próprios*

que à medida que a idade for avançando a nível da juventude, estabelecerem metas atingíveis, que eles vão atingindo, e que consigam atingir, mas perceberem que vieram dali, e perceber já para onde é que vão (RSM).

os garotos quando vêm cá, agora por exemplo no Natal, vão aparecer cá uma série deles na sexta feira, que saíram de cá este ano, que saíram de cá há três meses, que estão noutras escolas, eles vêm cá e nós começamos a ouvi-los falar, e só passaram três meses, e começamos a ouvi-los falar, mas então onde é que ficou a Murtosa? Eu digo-lhes mesmo, "onde é que ficou a Murtosa? Eles olham para mim, "sim a tua Murtosa onde é que ficou? Meteste-la no bolso foi?", eles ficam a olhar para mim, "ah, já percebi, tem que ser porque senão as miúdas não nos ligam nenhuma", a própria pressão da outra comunidade leva-os a modificar, isso é bom, isso é muito bom. Não considero positivo mudar a sua maneira de ser nem a sua raiz, não é isso que eu estou a defender, agora é bom eles perceberem que têm que ter registos para cada sítio onde estão, porque eles acham, enquanto aqui estão só têm um registo e esse registo é universal (RSM).

Quanto a os mecanismos de diálogo estarem a dar voz às pessoas que vivem na Murtosa as respostas revelaram-se muito gerais, mas inclinam-se mais para que não estejam a ser ouvidos. Os entrevistados que tiveram e/ou têm experiência com a Murtosa apontam como dificuldades a capacidade de organização dos pescadores e de mobilização dos actores institucionais locais: *Não, não dão, para já os mecanismos de diálogo são escassos, e os poucos que há as pessoas fazem ouvidos de mercador, fazem orelhas moucas, não ligam, (…) quem não está directamente ligado a nenhum lugar da Administração tem alguma dificuldade em manifestar as suas opiniões, pelo menos manifestá-las* (RSM)

Eu acho que sim, que os pescadores têm espaço para serem ouvidos, agora eles não estão muito interessados em falar, só falam quando não é preciso falar muito, e quando falam também erram, deve ter-se em atenção. Aquela questão de há uns anos atrás, por causa da interdição da apanha de bivalves, que eles vieram todos dizer que estavam a morrer à fome (RSM)

Não, eu acho que há mecanismos e tem sido feito um esforço da parte da autarquia para ouvir. Claro que o esforço para ouvir implica que há vontade de falar e que as pessoas são levadas a falar (…) O que se passou com os Amigos da Ria foi… essas associações não são muito activas… o maior problema da Murtosa é que não há muitos

actores. Os actores que existem são actores muito dependentes da autarquia (…) não há gente suficiente… e depois há conflitos locais. (RP)

Quanto à investigação que gostariam de ver desenvolvida em Aveiro pode começar-se por referir as preocupações mais latentes em dois representantes do sector que desejam ver mais interacção entre grupos e um investimento superior em conhecimento:

Era aquilo que gostaria de ver desenvolvido no país. Era um maior investimento no conhecimento. Haver uma melhor relação entre os cientistas e os agentes económicos, porque há muitos barcos que podem cooperar. (…) Por exemplo, agora temos um projecto em que vamos estimular os nossos associados a terem um embarque de observadores científicos para recolha de dados. (…) É na verdade, que o IPIMAR tivesse dotado de melhores meios, barco, tem um barco a cair de podre que é o Noruega, o Capricórnio já foi abatido, fazem poucos cruzeiros (RS).

Era importante um maior envolvimento da universidade de Aveiro. Há dois ou três projectos aqui e ali, mas não está no meu entender bem apostada neste sal da ria que são os bivalves e poderia ter capacidade de reconhecimento com laboratórios ou com o IPIMAR (RS).

De forma geral, a investigação integrada partindo de comunidades de pesca local é uma preocupação latente em vários entrevistados:

estes sistemas, seja a Ria de Aveiro, seja a Ria Formosa têm que ser geridos de uma forma integrada, não podem ser geridos só a olhar para a pesca, temos que ver a poluição, temos que ver as dragagens, temos que ver o açoreamento, temos que ver todo um conjunto de actividades, o turismo, a pressão turística, a pressão urbanística, tudo isso tem que ser feito de uma forma integrada para conseguirmos gerir um sistema que nos é querido a todos (…) Imagine que desaparece um recurso, agora chega ali, e a amêijoa branca num ano desaparece, qual é a primeira tendência que nós temos? É dizer que é a pesca, sobrepesca, mas imagine que houve um foco de poluição, imagine que choveu demasiado e entrou muita água doce e de facto matou as amêijoas. Têm que ser estudados, e monitorizados de uma forma continuada, de uma forma integrada para nós conseguirmos de facto saber o que é que se passa ali, e saber como é que conseguimos gerir esses sistemas (RP).

Que se fizessem estudos com estas três valências. Biológicos, económica e social (…) E isso, portanto era o que eu gostaria de ver desenvolvido em termos de investigação,

portanto, aplicada àquela comunidade em particular, e que tivesse em conta estas três valências (ONGA).

O desconhecimento em relação às dimensões humanas por parte da investigação foi muito abordado como uma preocupação em relação à sua necessidade para melhorar as condições na pesca: *acho que faria sentido, de facto, aliar-se a investigação, não só em termos de investigação natural e biológica mas também haver uma dimensão humana, acho que faz sentido perceber até que ponto é que é possível desenvolver a actividade na Ria enquanto fonte de recurso para pescadores, enquanto fonte de recurso para a autarquia e para o comércio na área do turismo, acho que faz todo o sentido e acho que temos um recurso muito bom que está a ser esquecido* (Rede Social da Murtosa)

Expressaram-se também preocupações em relação ao conhecimento dos impactos da economia e da política nas populações da pesca e à necessidade de conhecimento histórico e cultural: *O que eu acho que falta é investigação da economia das pescas, acho que falta investigação sobre o impacto da Política Comum de Pescas em Portugal (…) Falta perceber em que medida, por exemplo, é que as regras introduzidas de gestão das pescas, que efeitos é que produziram, se tiveram o efeito que se queria ou não, se foram efeitos perversos ou não. Falta fazer uma avaliação das medidas de gestão das pescas* (ONGA).

uma das áreas interessantes tem a ver com a gestão das pescas do alto mar. E esta é uma zona que tem uma tradição muito grande de mar na pesca longínqua. Que é como é que se vão gerir as áreas que ficam para lá das duzentas milhas. São áreas de livre acesso onde em principio a Tragédia dos Comuns deve acontecer. O que é que pode ser um modelo de governação adequado que em termos internacionais. Isto é um… bom é qualquer coisa que eu acho que é importante (RP)

O estado em relação às pescas sempre foi super paternalista, isso é histórico, agora elas não querem sair do bairro social porque estão a exigir ao estado essa casa, não querem sair do bairro social porque há uma cultura de bairro que faz parte da sua vida também. Eu acho que os bairros sociais não funcionam apenas como um depósito de pessoas, acho que tem uma dinâmica cultural, sei lá, se calhar o pescador vai para o mar, a mulher vai fazer não sei o quê e os filhos ficam com a vizinha do lado (ONGA).

Em arqueologia, aqui não há investimento, e a ria é riquíssima em termos de arqueologia. É uma fonte de riqueza, e não é caça ao tesouro, apanhar as coisas para

as vender. É o potencial turístico e cultural que temos aqui e não é aproveitado. Isso é gerador de riqueza e até de lucro financeiro através do turismo, etc. mas não é aproveitado (ONG).

Nos discursos dos vários entrevistados as preocupações focaram-se também em investigação sobre questões de poder, conflitos locais, ilegalidade e desporto na pesca, e pobreza:

eu acho que sim senhor pretende dar voz a todos os intervenientes, mas depois é a tal coisa, em que medida é que depois essas vozes são incorporadas, ou são tidas em conta. E depois também há que olhar para as relações de poder. Há grupos que sendo muito menos representativos têm muito mais força e conseguem fazer valer as suas opiniões, exactamente porque têm muito mais força e se mexem muito mais, têm mais capacidade, será que é assim tão importante dar-lhes mais voz do que àqueles que não têm tanta força mas, de facto representam a maioria? (ONGA)

Pode ser um bocadinho nessa área, mesmo na questão de conflitos nas próprias famílias, na própria competição que existe entre elas, estudar um bocadinho o que pode ser feito para gerir um pouco o trabalho que é feito já por elas [psicólogas] *no terreno mas tentar ver quem são os lideres, neste caso especifico, investir nestes lideres mas para fazer um trabalho também mais de coesão grupal mais abrangente, para trabalharem todos no mesmo sentido. Não só para benefício próprio, mas também para benefício da pesca, neste caso… não sei como é que se diz… em termos profissionais* (RSM).

às vezes na pesca desportiva, em que as pessoas são um pouco intolerantes, porque pescam em canais de navegação, depois as pessoas precisam de passar com o barco ou até mesmo às vezes em regatas que há, desportivas, de vela ou qualquer coisa, em que eles têm a linha e são obrigados a tirar a linha porque é um canal de navegação, não é um sitio de pesca. E às vezes é preciso mesmo a Polícia Marítima ir à frente do pelotão (ONG)

uma investigação em termos ambientais de como pescar, não é nem mais nem menos, mas pescar melhor. (…) Há um exemplo, que é aqui na Ria muito característico, que são os apanhadores da amêijoa, que apanham a amêijoa com o escafandro, com garrafa e é proibido apanhar seres vivos com garrafa de mergulho, só é permitida a pesca por apneia, porque por mergulho é carne para canhão. Então a amêijoa era

dinheiro muito fácil e houve muita gente que começou a apanhar a amêijoa ilegalmente com garrafa de mergulho, e facilmente apanhavam dois sacos de amêijoa que vendiam para os restaurantes e por dia, a trabalhar duas horas por dia, dois mergulhos, faziam muito dinheiro. Só que foi uma apanha tão intensiva que acabou com a amêijoa na ria (ONG).

uma zona com um historial muito grande de pesca industrial, obviamente que a pesca artesanal deve ser esmagada, os interesses da pesca artesanal devem ser esmagados ali (...) a Elsa Peralta fez uma apresentação engraçada na parte do doutoramento sobre a memória em Ílhavo, e como a memória no fundo está um bocado branqueada, se calhar era interessante perceber o que é que está a ficar de fora. (…) *O que ela falava era, o museu põe a pesca do bacalhau como uma coisa muito epopeica, e ninguém fala das condições precárias e horríveis com que as pessoas vivem, era interessante perceber isso* (ONGA).

Especificamente em relação à Murtosa é visível uma necessidade por parte dos entrevistados em se perceber a realidade especificamente das pescas, ou melhor, de se perceber mais de pesca para se conseguir ajudar a melhorar as condições de vida dos bairros locais:

Por exemplo, localmente neste caso específico, como é que a Murtosa, como é que os pescadores aqui trabalham, como é que é a realidade das pescas, conhecer um bocadinho a realidade das pescas (RP)

deviam ter programas essencialmente de aconselhamento, porque eles formação não vão lá, agora de aconselhamento destes pescadores, principalmente estes mais novos que começam agora a encarar a pesca como uma profissão, ter algum tipo de aconselhamento, de métodos, de cuidados pessoais, de cuidados de saúde, essas coisas que eles às vezes ignoram. A questão da linguagem, porque isso ajuda a crescer e a encarar a profissão, levá-los a outros sítios, às vezes gasta-se menos dinheiro em pegar em vinte ou trinta pescadores e levá-los a outro país, e mostrar como é que lá estão a trabalhar, do que andar a fazer investigação sobre quantas escamas tem uma solha, ou quantas guelras tem o robalo (RSM).

A comunidade piscatória, pelo menos da Torreira, era uma óptima população para se trabalhar, por exemplo, durante dois anos só com aquela população. As mulheres que vão para a ria, mas por exemplo aquelas que ficam lá em casa, ficam em casa o dia

inteiro, as que se juntam todas à porta ao sol, acho que aquela população… teríamos trabalho, pano para mangas, mas só aquela população, dedicar de corpo e alma só àquela população (RP).

Principalmente arranjar formas de, há muita dificuldade em entrar nestas comunidades piscatórias também, há muita dificuldade. (…) aqui nos bairros, é uma comunidade fechada, é uma comunidade dentro de outra comunidade, depois eu acho que sempre que eles vêem visitas, neste caso técnicos, eles acabam por nos associar sempre a coisas negativas, nunca a nada positivo. (…) E era arranjar forma de chegar, conhecer realmente, partir do princípio, conhecer o que é que existe, começar a conhecer as pessoas para depois tentar ajudá-las nas várias áreas (RP).

As respostas dos entrevistados acerca da pluralidade de vozes no modelo relacionaram-se muito com a questão de a pesca artesanal conseguir sobreviver no actual contexto da actividade das pescas na Europa sendo aqui observadas em conjunto. Quando os entrevistados acreditam na possibilidade de sobrevivência da pesca artesanal no actual contexto europeu relacionam esta possibilidade com medidas e projectos por parte da União Europeia. Foi o caso de um RP, uma ONGA e RPs. Pode perceber-se pelo seguinte: *Acho que é muito difícil acabar com a pesca artesanal. Acho que aquilo que é uma realidade dos países do Sul da Europa com o tipo de ecossistemas e de biodiversidade que temos, com as realidades sociais que temos… acho que é muito difícil acabar. (…) A EU considera que tem sido positivo preservar as 12 milhas às embarcações nacionais, que acabam por ser apenas as embarcações de pequenas dimensões e por isso isto vai continuar. E é bom. E já agora, há só mais uma coisa que te vou dizer. Esta questão de a EU parecer querer estar a dar aos membros a preservação da pesca artesanal vem ao encontro do que eu te dizia. Antes da Proposta. Que é voltar ao que era entre propostas de dar ao Estado Membro esta responsabilidade, em vez daquele conceito de PCP macro* (ONG).

Pelas respostas em geral, pode reter-se que quando as respostas indicam que o futuro da pesca artesanal está mais condicionado fazem-no relacionando-o com uma dependência no próprio conhecimento que se vai conseguir obter da pesca artesanal (ou da pesca no geral), do que a define e que a constitui: *Uma das coisas também que a visão da UE tem em termos de gestão de recursos, fala-se muito da parte ecossistémica, mas ainda é muito feita à base da parte biológica, do recurso em si, o que nós estamos a propor para a pequena pesca é desenvolver modelos, isso assenta no tal conhecimento que é*

necessário, modelos que incorporam, não só a parte biológica, que é importante, o recurso, mas também a parte social, a parte económica, legislativa e cultural. Ou seja desenvolver modelos dinâmicos onde incorpora uma série de informação, e que nós consigamos dar essa ferramenta ao próprio sector (RP).

A possibilidade de a pesca sobreviver no futuro também surge relacionada em algumas respostas como condicionada pela possibilidade de implementar melhor governança: *Eu acho que sim, mas o problema mais grave radica naquilo que eu dizia há bocado, é que esta ideia, o tal modelo de governança que devia estar a ser implementado, dar voz às pessoas, eu parece-me, pelo menos aqui na Murtosa, eu acho que não está a ser… As pessoas têm ideia que os períodos de interdição são aleatórios, ou que é feita por prazer das pessoas, algo que podia ser ultrapassado através do diálogo. (…) Assim não, a ideia que a maior parte das pessoas têm é que isto é uma afronta, é por prazer: ah eles fecham isto é para os espanhóis depois apanharem* (RSM).

Quando os entrevistados que se inclinam mais para que a pesca artesanal venha a ter dificuldade em sobreviver no futuro baseiam as suas respostas em experiências que têm tido num dado local e/ou remetem para a necessidade de haver algum suporte que dê continuidade aos trabalhos em projecto:

tenho grandes dúvidas, tenho grandes dúvidas porque, para já, quer dizer, para já a imagem é má, ninguém dos mais novos quer ser pescador, muito menos artesanal. (…) A sensação que me dá, não é nada provado, é que o regulamento do Parque Marinho ali em Sesimbra foi feito pensando que a pesca artesanal vai desaparecer mais cedo ou mais tarde. (…) Eu acho que é difícil porque não há muito sustento institucional. Ninguém diz: Que bom, é óptimo, é um pescador artesanal. Que bom que nós temos isto, temos que preservar isto. (RP)

se não se trabalhar com esta população ela tem tendência a desaparecer, e lá está a questão da legislação, se não for repensada, se não adequada e ajustada, isto é um bocadinho aquele exemplo da ASAE, quer dizer, começam a ser exigências de tal forma, não é absurdas vá não posso dizer isso, mas são tão rigorosos que as pessoas não têm como, não conseguem, e aqui acho que acontece um bocadinho igual, portanto tem que ser repensado (RSM).

Capítulo 9. Síntese Conclusiva

Governança é o conceito de uma governação que se concretiza numa realidade em que o poder é partilhado entre os actores da comunidade política e os actores da sociedade civil. As suas práticas têm vindo a ser repensadas ao longo do tempo, revelando-se um conceito fundamentalmente histórico, uma construção social com perfil distinto em função das épocas e dos contextos de implementação.

Nos nossos dias a articulação dos conceitos de governança e globalização pode, parece, fazer-se sob duas perspectivas: a governança para a política, definindo os esforços pela regeneração do espaço político, e oposição a autocracias e a modos autoritários ou ditatoriais de governação, abuso de autoridade, corrupção ou outras formas de ilegitimidade na tradução do poder em política; a governança para a sociedade civil, que define os esforços para se induzir nos processos de decisão um sentido ascendente, a partir da base, de modo a conseguir que as tomadas de decisão exprimam as vozes das populações locais.

Percebida assim, em governança há movimentos de redistribuição de poder por aproximação ao local. Relacionada ao conceito de globalização compreende a complexidade e diversidade dos sistemas políticos, a escala e distância entre locais e regiões, a estruturação das tomadas de decisão política e económica, e as estratégias de desenvolvimento (envolvendo, por exemplo, áreas desfavorecidas, Países em Desenvolvimento).

A linguagem expressa nas decisões, influenciada por determinados grupos/elites, formaliza-se e difunde-se na sociedade como poder instituído. Estas decisões podem ser percebidas como os *localismos globalizados* de Boaventura Sousa Santos, porque são formas de expressão local que se globalizaram, fruto do poder que alcançaram na sociedade.

Entretanto, a omnipresença das tecnologias e a massificação da produção despertaram, na segunda metade do século XX, nas sociedades ocidentais, o receio pelo futuro da humanidade. Os perigos emergiriam dos desequilíbrios económicos e políticos. Como consequência, formou-se uma noção de risco relativamente ao a) ambiente e ao b) meio humano: a) possibilidade de esgotamento dos recursos numa conjuntura de concorrência comercial na economia capitalista, que está na origem das visões ambientalistas dos anos sessenta, da formação das actuais ONGAs e da governança ambiental; b) aumento

dos desequilíbrios do poder político entre nações e, portanto, dos riscos de confrontação militar (eminência de uma guerra total em ambientes de tecnologia avançada, e que se relaciona intimamente com a visão internacional de Direitos Humanos levando à recuperação do conceito de governança nos anos 90, isto é, salvaguardar a democracia na humanidade incluindo princípios em governança que a dimensionem para o bem-estar humano).

O conceito de governança adquire assim um carácter distinto nos nossos dias, que lhe é concedido pelos princípios e dimensões que se incluem na sua sistematização, fazendo com que através do seu exercício haja possibilidade de devolver aos locais o poder de decisão retirado pelo movimento de globalização. Quer dizer, concretiza a redistribuição de poder por aproximação ao local, que possibilita.

Na União Europeia a centralização dos processos de estruturação administrativa e política das pescas em Bruxelas pode ter criado um efeito de barreira relativamente à produção de leis e regulamentos: os agentes do sector das pescas não se revêem nelas, pelo contrário, têm dessas leis uma opinião e ponto de vista muito desfavorável. Devido às consequências desta forte centralização das decisões, vem-se desenvolvendo a ideia que é preciso reformular estes processos, se quisermos que as associações e organizações de classe, de escala local e regional, tenham uma presença e participação mais activa nos processos de decisão.

Desta forma, a redistribuição de poder guia-se pela visibilidade que o sistema internacional e o sistema europeu obtêm das realidades locais através de mecanismos de auscultação prévia à tomada de decisão política. Em síntese, pelo grau de participação das pessoas nas discussões públicas. No caso da Política Comum de Pescas, temos como exemplos mais directos os Livros Verdes da Pesca ou a criação dos Conselhos Consultivos Regionais de Pesca.

Os estímulos para que os profissionais da pesca e da apanha se estruturem em organizações, e em redes de relacionamento intersectorial, com legitimidade estatutária para intervirem junto das instâncias de decisão e gestão europeias, revelam as tendências recentes da Política Comum de Pesca em busca de uma aproximação ecossistémica às pescas: sistematização dos métodos de integração das escalas locais e regionais, que incluem abordagens qualitativas dos modelos de intervenção em processos democráticos nas análises do ambiente. A qualidade da implementação destes

modelos depende do aperfeiçoamento continuado das ferramentas de registo de conhecimentos qualitativos sobre as pessoas e os seus processos de socialização.

Aqui podemos pensar na relação do *pescador não associado* com as organizações de classe que representam o sector. Este é um dos desafios mais difíceis de superar nos sistemas de governança em geral, e no contexto das populações piscatórias artesanais em especial, onde as coisas se têm passado como se não houvesse voz ou necessidade de audição naquele grupo e naqueles ofícios 'que ficam para além' do *pescador artesanal/habitante* cuja representação é assegurada por um vínculo associativo. Trata-se de uma situação que inibe, no caso da Murtosa, o diálogo e a institucionalização de práticas democráticas a este nível com a população piscatória da área. Pensamos que pode estar intimamente relacionada com duas lacunas por parte da tradução da política de pescas e da política local: por um lado no que diz respeito à interpretação do conceito pesca artesanal local; por outro no que tem a ver com as dificuldades na interpretação da vontade daqueles que preferem manter-se como profissionais individuais.

De forma geral, as ciências sociais têm feito um esforço de reconhecimento da identidade de pessoas e colectivos locais, contribuindo para minorar ou desfazer as dificuldades acima referidas nos processos de interacção em governança. Encontram-se nesta linha de inquirição os estudos dedicados à *identidade local*, as reflexões acerca do *self* face à mudança, o *situacional* no *momento*, o *indivíduo* e o *eu*. Também a relação dos conhecimentos *leigos* perante a organização e a epistemologia universitária, o conhecimento formal, a *religiosidade* e a *praxis* na formação da religião e da ciência, a *identidade social no trabalho* (nas *biografias que o próprio entende legítimas na análise de si próprio face às estratégias)* são exemplos de contributos com que fomos travando conhecimento.

Em relação à noção de pesca artesanal local têm-se vindo a desenvolver esforços de reflexão que envolvem a classificação das práticas e das biografias individuais destas populações. Implícitas nos seus trabalhos e nos seus estilos de vida encontram-se as formas de cultura tradicional: modos de estar em que se escutam tempos anteriores à revolução industrial e que apontam para a necessidade de prestar maior atenção à feitura de artes e de embarcações pela habilidade manual, assim como ao valor de diversidade cultural num mundo de industrialização global.

Estas lacunas de tradução em politica dificultam a aplicação do conceito de governança nas pescas artesanais, tanto pelas características culturais que distinguem social,

económica e ecologicamente esta actividade, como pela exposição a riscos a que fica sujeito este profissional, enquanto entidade individual, no paradigma económico actual.

Tem toda a actualidade em Portugal, neste momento, investir no incentivo à legitimidade estatutária de *pescador artesanal associado*, protegendo-o assim do mercado liberal. Ou, em alternativa, criar um sistema de governança diferente para a pesca artesanal, que implique aprofundar formas de protecção de Estado de bem-estar. Revela-se, assim, a questão que acompanhou os últimos passos desta pesquisa: o modo de debater, e com que objectivos, a *participação* e/ou *representação* de *pescadores não associados* em sistemas legítimos de governança da pesca artesanal para a Murtosa.

Poderíamos levantar, para estabelecer um raciocínio, duas hipóteses sobre as dificuldades dos representantes locais: percebermo-las como preconceitos sociais face ao *pescador não associado*; ou como *vulnerabilidades* específicas dos representantes em ambientes de governança. Talvez sejam indícios de incapacidades de tradução política do paradigma *social comunitário* no sistema de pescas e no sistema de governança local. Neste caso podemos interpretar estas incapacidades como reveladoras de deficiências da Política Social no poder local.

Perante estas hipóteses propomos uma análise prévia da intervenção social local: uma reflexão crítica aprofundada do *espaço* da Acção Social no poder local na Murtosa como condição para a tradução de um modelo de governança local. Deixaremos de seguida em proposta os primeiros passos para o que pode vir a ser uma reflexão futura neste sentido.

Proposta para investigação futura

Sabendo que a Murtosa é uma circunscrição administrativa com uma realidade bastante complexa, tanto do ponto de vista do caleidoscópio territorial, quanto do ponto de vista dos perfis populacionais, começamos por pensar na implementação de ferramentas para o desenvolvimento de conhecimentos qualitativos sobre as pessoas e os seus processos de interacção.

Como observámos ao longo deste trabalho, ao representarem os seus grupos/organizações da sociedade civil, os agentes de governança interagem em espaços de actores próximos do poder político. Estes representantes desempenham um papel que nos parece ser bem caracterizado pelo conceito de *formas íntimas de poder* de

Boaventura Sousa Santos, e convivem nos seus quotidianos com constrangimentos *situacionais* e *extra situacionais*, dois conceitos definidos por Goffman ao reflectir para a necessidade de conceptualizar o espaço da interacção.

À escala local podemos perceber a medida e o valor destas *formas íntimas* de solidariedade em relação às pessoas que representam. Através deles podemos rever formas de solidariedade na aproximação de governança à política. Os exemplos que se seguem são alguns dos que nos foram trazidos durante esta pesquisa e neles percebem-se alcances muito diferentes: a implementação de tecnologias de localização para embarcações locais; novas formas de venda em lota ou directa ao público; organização da gestão da Ria pelas mariscadoras; ou – saindo âmbito das pescas mas com elas relacionadas na Murtosa – a criação de um ATL; dar continuidade ao gabinete de emprego local; a tradução para a política da definição de isca (e não isco, uma vez que é assim que os murtoseiros se expressam na sua linguagem local); a revisão de cursos profissionais dirigidos à população; ou os efeitos da poluição na Ria.

O objectivo que nos propomos é entender melhor os representantes do exercício de governança enquanto *forma íntima de poder*, e interpretar as suas dificuldades em expressar a sua solidariedade como vulnerabilidades dos próprios. Esta é uma condição para avançarmos com dois conceitos complementares: o de *espaços íntimos de poder* para a formação de vias de entrada na política, que tenham o efeito de *espaços íntimos da sociedade civil* no poder, funcionando em simultâneo como *espaços de negação e antítese do poder no próprio poder*. Em síntese, como *portas de entrada* para que a sociedade civil encontre *espaços para a pessoa* através de governança no poder local.

Tentamos assegurar que nestes *espaços de negação e antítese do poder no próprio poder* se observam os efeitos que a definição dos objectivos e medidas de cada política têm *nas pessoa*s do local, no estabelecimento de uma visão próxima do que pode estar a ser necessário traduzir. Qualquer destas formas de solidariedade afectaria – como as presentes já afectam no dia a dia – diferentemente a vida de cada pessoa no seu quotidiano ao trazer mudança ao local. O que se pretende com a criação destes espaços é que no futuro se assegure a existência de lugares para entrada do *indiscutido*, isto é, o que formalmente não se está a discutir a determinada altura.

Neste sentido, tentaremos definir estes *espaços* na Murtosa: o *espaço da pessoa* ou de *observação da pessoa*, relacionando-os com a possibilidades de os desenvolver no espaço da Acção Social, sob perspectivas integradas de observação da pessoa no

ambiente social da Murtosa, no seio da complexidade ambiental. Tentando actuar como elo de conciliação entre sociedade civil e política e contrariando, deste modo, a oposição Estado/ Sociedade Civil que se vem desenhando desde os anos oitenta com o consenso neoliberal.

Na Murtosa percebe-se a ausência de uma adopção efectiva e eficiente do papel de incentivador na Rede Social local, podendo esta ausência ser interpretada, como já se referiu anteriormente, como vulnerabilidade dos representantes de governança que a compõem. A governança em rede contém o risco de trazer desigualdades porque, nos mecanismos criados, faz depender a solidariedade da iniciativa pessoal. As nossas observações sugerem-nos, porém, que, por outro lado, esta forma de solidariedade induz uma atmosfera de respeito pela vontade das pessoas. Porque não controla. Isto é, os mecanismos de solidariedade criados não adoptam a postura de leis rígidas afastando-se do efeito da solidariedade como forma de controlo. Como *soft law* a solidariedade permanece sempre ao nível do incentivo.

Por isso é preciso investigar-se possíveis formas de organização local que estimulem uma solidariedade específica nestas comunidades.

Sendo assim, não nos é possível afirmar que algum dos modelos de governança responde por si a estas necessidades na Murtosa. Sentimos ser necessário estudar em maior profundidade os processos de socialização, ou talvez mesmo colocarmos a hipótese de criar um modelo distinto de qualquer um dos *tipos ideais* anteriormente apresentados.

Terminamos referindo que, num mundo de gestão, de sistemas de *stakeholders* e *knowledgeholders*, seria interessante um estudo de caso de uma figura que pode ser a do *marginal*: ouvindo-o podemos entender o que não estamos a saber interpretar sistemicamente. Num sistema interpretativo modificamo-nos com ele, e não a ele. Nas pescas o *marginal* é o pescador não associado, podendo dizer-nos o que a nossa política não está a conseguir compreender. Tal como para esta tese, o *marginal* pode ser o contíguo de habitantes da freguesia da Murtosa, com quem fomos falando ou de quem fomos ouvindo falar no quotidiano, mas cujos testemunhos, apesar de tão decisivos para estas linhas, não se conseguiram trazer aqui perante a metodologia adoptada. Neste momento, guardamo-los ciosamente como contra-sensos, como vozes de silêncio em imagens invisíveis da Murtosa.

Bibliografia

Alves, Jorge F. (sem data) *A pesca e os pescadores no litoral portuense em 1868*. Revista da Faculdade de Letras. 152 a 184 pp.

Amorim, Inês (1997) *Fazer e desfazer um preconceito: o da Mortalidade'excepcional' de Aveiro no século XVIII.* Centro de estudos da População e da Família. Separata da revista População e Sociedade, nº3.

Amorim, Inês (2001) Capítulo *Trabalho e Ocupações no Sector das Pescas* pp 5 a 24 em Madureira, Nuno L. (coordenador) e Amorim, Inês (organizadora) (2001) *História do Trabalho e das Ocupações,* Volume II – *As Pescas*. Celta Editores. Oeiras. 261 pp.

Amorim, Inês (2001[2]) Capitulo *Os Espaços ou O Grande Desenho*, pp 19 a 27 em *História da Universidade de Aveiro: A construção da Memória: 1973-2000.* 216p.

Amorim, Inês (2002[1]) *Mulheres, tempo e trabalho no sector das pescas no século XIX – uma proposta de estudo.* Universidade de Aveiro – 15 e 16 de Novembro de 2002: Empresas e Instituições em perspectiva histórica – XXII Encontro APHES. 20 pp.

Amorim, Inês (2008) *Porto de Aveiro: entre a terra e o mar*. Aveiro, APA Administração do porto de Aveiro

Amorim, Inês (2009) *De vila a cidade: transformações político-administrativas e dinâmicas económicas – actividade portuária e produção de sal*, em Neves, Amaro e Ferreira, Delfim B. (coordenadores) (2009) *História de Aveiro: Síntese e Perspectivas, Cap. IV*, pp 217 a 227.

Ansell, Chris; Gash, Alison (2007) *Collaborative Governance in Theory and Practice*. Journal of Public Administration Research and Theory, Nº 18. Pp 543–571.

Bang, Henrique P. (2003) *Governance as Social and Political communication*. Editado pelo autor.

Bianchi, Gabriella; Kevern L. Cochrane; Marcelo Vasconcelos (2009) *Implementing The Ecosystem Approach to Fisheries*. Pg 225 – 240. Em *Fisheries Sustainability and Development: Fifty-two authors on coexistence and development of fisheries and aquaculture in developing and developed countries*. 478 pp.

Boltanski, Luc; Thévenout Laurent (1999) *The Sociology of Critical Capacity*, European Journal of Social Theory 2 (3). Pp 359-377.

Bourdieu, Pierre (2011) Capítulos *Sobre o poder simbólico* e *Introdução a uma sociologia reflexiva* pp 3 a 56 em *O Poder Simbólico*. Edições 70, Lda. Lisboa. Pp 457.

Bourdieu, Pierre (2002) Capítulo *Estruturas Hábitus e Práticas,* pp 163 a 184 em *Esboço de uma Teoria da Prática – Precedido de três Estudos de Etnologia Cabila*. Celta Editores. Oeiras.

Burke, Bryan E. (2001) *Hardin Revisited: A Critical Look at Perception and the Logic of the Commons*, Human Ecology, Vol. 29, No. 4, pp 449 – 476.

Carapinheiro, Graça (2002) *Políticas sociais e modos de produção de globalização*, pp 206 a 225 do Capítulo *A Globalização do Risco Social* em *Risco Social e Incerteza – Pode o Estado Social Recuar Mais?* Porto, Afrontamento.

Camargos, Marcos A., Dias, Alexandre T. (2003) *Estratégia, Administração Estratégica e Estratégia Corporativa: Uma Síntese Teórica*. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, v. 10, nº 1, (sem paginação)

Candeias, António (2005) *Modernidade, educação, criação de riqueza e legitimação política nos séculos XIX e XX em Portugal*. Análise Social, vol. XL (176), 2005, 477-498.

Carneiro, Inês (2010) *Governance in Europe: what do citizens think?* Paper prepared for presentation in the panel Challenges to Multilevel Governance in the European Union' at the 60th Annual Political Studies Association Conference, 29.

CCR Sul (2010) Estatutos do Conselho. Conselho Consultivo Regional das Águas Ocidentais do Sul. Acessível em: http://www.ccr-s.eu/PT/qui_sommes_nous.asp

CE Livro Branco (2001) Comissão das Comunidades Europeias. *Governança Europeia Um Livro Branco*. COM 428 final. Bruxelas. 40p.

CE RCSGE (2003) Comissão Europeia, *Relatório da Comissão Sobre a Governança Europeia*. Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias. Luxemburgo. 45 p.

CE Comissão Europeia (2005) Revista *A Pesca na Europa – Conselhos Consultivos Regionais: A palavra aos interessados*. Publicação Nº 25.

CM-CE (2007) *Carta Educativa do Concelho da Murtosa*. **126pp.**

Chomsky, Noam (1970) *A Linguagem e a Mente* pp. 29 a 42 em Novas perspectivas linguísticas. Editôra Vozes Limitada. Petrópolis RJ. Pp 144.

Chuenpagdee, Ratana; Svein Jentoft (2009) *Governability Assessment for Fisheries and Coastal Systems: A Reality Check.* Human Ecology, nº 37, pp 109–120.

Clara, Fernando (2011) *Aquele lugar fora do mundo*. Revista online de Arte cultura e tecnologia, nº 17.

Coelho, Virgínia A. (sem data) *Do Corpo (e da Alma): Quotidianos da sociedade tradicional*. Fórum Sociológico Nº 1/2 (2ª Série) pp. 83-94.

Coelho, Manuel (2000): *Situação e perspectivas de desenvolvimento das pescas portuguesas: a Política Comum de Pescas* (páginas 123 a 149)**, em Moniz, A. B., Godinho, M. M., Kovács, I.** (Organizadores) (2000): *Pescas e Pescadores – Futuros para o Emprego e os Recursos*. Oeiras, Ed. Celta.

Costa, Rita R. N. da (2001) Capítulo *Abordagem da economia: pobreza absoluta e pobreza relativa* pp 15 a 27 em *Habilitações escolares e percursos de pobreza nos bairros degradados de Lisboa – Uma interpretação em duas biografias.* Tese de mestrado. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. 180

Costa, Alfredo B. (Coordenador); Baptista, Isabel; Perista, Pedro; Carrilho, Paula (2008) *Um Olhar sobre a Pobreza – Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal Contemporâneo*. Gradiva. Lisboa. 203 pp.

Craveiro, João L. (1994) *Ambiente urbano: desigualdades e constrangimentos na área de Lisboa*. Sociologia Problemas e Práticas, nº 15, pp 113-122.

Craveiro, João L. Paulo Machado (1996) *Sociologia do Ambiente – Objectos e Paradigmas*

Durkheim, Emile (2004) Capítulo *Emile Durkheim: A Divisão do Trabalho Social* pp. 313 a 323 em *Teorias Sociológicas – Os fundadores e os clássicos*. Edição da Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.

Dubar, Claude (1997) *Para uma teoria da identidade* pp. 103 a 118 em *A Socialização – Construção das Identidades Sociais e Profissionais*. Porto Editora, Lda.

Elias, Norbert (1993) Capitulo: *Transformações do Equilíbrio Nós – Eu*, pp178 a 258 em *A Sociedade dos Indivíduos.* Publicações Dom Quixote. Lisboa.

EC DGESA (2001) European Commission, Directorate General for Employment and Social Affairs**.** Green Paper, *Promoting a European Framework for Corporate Social Responsibility*. 26p.

EIT-PE (2011) *Projecto Educativo da Escola Integrada da Torreira, Proposta para* 2011-2014.

FAO (2008) *Human dimensions of the ecosystem approach to fisheries: an overview of the context, concepts, tools and methods*. FAO Fisheries Technical Paper 489. 165 pp.

Farinha, Sandra (2005) *Diálogos cercados: Comunicação entre produtores de pesca do cerco e IPIMAR*. Tese de Mestrado. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Área científica de Estudos Africanos. Mestrado em Desenvolvimento, diversidades locais, desafios mundiais – análise e gestão.

Fernandes, A. Teixeira (2009) Capítulo: *Individualismo e liame social* pp 25 a 44 em *Recomposição Social e Abordagens Teóricas*. Edições Afrontamento. Porto. 345pp.

Fonseca, Igor F., Bursztyn, Marcel (2009) *A Banalização da Sustentabilidade Reflexões sobre governança ambiental em escala local*. Sociedade e Estado, v. 24, nº 1, 17-46. Brasília.

Fox, N.J.; Ward, K.J. (2008) *What governs governance, and how does it evolve? The sociology of governance-in-action.* British Journal of Sociology, 59 nº 3, 519-538.

Garrido, Álvaro (2001) *O Estado Novo e a Frota Bacalhoeira – Economia e Política da Pesca à Linha*, pp 90 a 106 em Terra Nova A Epopeia do Bacalhau. Revista Oceanos, Nº 45. 175 pp.

Garrido, Álvaro (2006): *Economia e Política das Pescas Portuguesas.* Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Giddens, Anthony (1992) *As Consequências da Modernidade.* Celta Editora. Oeiras.

Giddens, Anthony (1994) Capítulo: *Os contornos da Modernidade Tardia*, pp 9 a 30 em *Modernidade e Identidade Pessoal*. Celta Editora. Oeiras.

Goffman Irving (1999), *Os Homens e os seus Momentos*, Relógio D'Água Editores. Lisboa. Pp 191 – 235.

Gomides, José E., Silva, Andreia. C. (2009) *O Surgimento da Expressão 'Governance' Governança e Governança Ambiental: Um resgate teórico*. Revista de Ciências Gerenciais, v. XIII, nº 18, 177-194.

Grilo, Catarina B. S. (2011) *Governance and Protected Marine Areas* pp 19 a 88; *Interdisciplinary*, pp 14, 15 e 368, 369 em *Governance frameworks for marine protected areas: Proposals for Mozambique, Tanzania and South Africa*. Tese de Doutoramento. Departamento de Biologia Animal da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. 419 pp.

Guest, Greg (2003) *Fishing Behavior and Decision-Making in an Ecuadorian Community: A Scaled Approach*, Human Ecology, Vol. 31, No. 4, p 611-644

Habermas Jürgen (….) Capítulos *Problems Resulting from Advanced-Capitalist Growth* pp 41- 45; *Theorems of Motivation Crisis* 75 – 90; *A Backward Glance* 92- 94; em *Legitimation Crisis.* Heinemann Educational Books Ltd. London. 186 pp. ISBN 0 435 82388 4.

Hadjimichael, Maria; Gareth Edwards-Jones; Michel J. Kaiser (sem data) *Distribution of the burden of fisheries regulations in Europe: The north/south divide*. Marine Policy Marine Policy, article in press, 8p.

Hardin, Harriet (1968) *The Tragedy of the Commons*. Science, Vol. 162. Pp 1243 a 1248.

Heglang Troels J. (2004) *The Common Fisheries Policy - caught between fish and fishermen?* MA European Studies. Department of International Affairs. Aalborg University, Denmark, pp 118.

Hegland, Troels J., Margrethe Aanesen, Claire Armstrong, Jesper Raakjær and Luc van Hoof (2010) **Capítulo** *History and Performance of the Common Fisheries Policy***,** pp 2-16 em *The Institutional Governance Setup of Fisheries Management in the South Western Waters em MEFEPO – Making the European Fisheries Ecosystem Plan Operational*. Disponível em:

INE (1998) Capitulo *Uma Abordagem Histórica*, pp 8 a 16 em *Pescas em Portugal /Portuguese Fisheries 1986-1996.* Instituto Nacional de Estatística, Direcção Geral das Pescas e Aquicultura. Lisboa. 280 pp.

Jentoft, Svein (1994*). Five Truisms of fisheries management* pp 91 a 96 em *Gestão das pescarias face a múltiplos objectivos: Estratégias para o futuro*. I Encontro Internacional de Vilamoura sobre Pescas. Ed. C. C. Monteiro. 151 pp.

Jentoft, Svein (2000*) The community: a missing link of fisheries management*. Marine Policy 24, pp 53 a 59.

Jentoft, Svein (2004*). Institutions in fisheries: what they are, what they do, and how they change*. Marine Policy 28, pp 137 a 149.

Jentoft, S. (2007) *Limits of governability: Institutional implications for fisheries and coastal governance.* Marine Policy, doi:10.1016/j.marpol.2006.11.003.

Jensen, Carsten L. (1999) *A Critical Review of the Common Fisheries Policy*. IME Working Paper 6/99. University of Southern Denmark, Esbjerg. Department of Environmental and Business Economics. 82 p.

Koholer-Kock; Eising and Koholer-Kock (1999) *The transformation of Governance in the European Union*, Routledge. London.

Kooiman, Jan; Bavink, Maarten; Chuenpagdee, Ratana; Mahon, Robin; Pullin, Roger (2008) *Interactive Governance and Governability: An Introduction*. The Journal of Transdisciplinary Environmental Studies, vol. 7, no. 1.

Lauriola, Vicenzo (2009) *Um Nobel heterodoxo e rosa-verde – Sinal de esperança?* Pp 3 a 8. Boletim da Sociedade Brasileira de Ecologia Económica Nº 21. 31 pp.

Lefébvre, Henri (1966[44]) Capitulo: *As dimensões da linguagem: Sobre a pausa e a frase* pp 206 a 218 em *A linguagem e a Sociedade.* Editora Ulisseia. Lisboa. 337pp.

Martins, Luís (1997) *Baldaque da Silva e a Identificação das Comunidades Costeiras*. Etnográfica, Vol. I (2), pp. 271 a 293.

Millon, Lara V. (2010) *Participação Popular nas Políticas Públicas Brasileiras: eficácia e Implementação*. Revista de Direito Vol 13, Nº 17, 59-71.

Moniz, A. B., Godinho, M. M., Kovács, I. (Organizadores) (2000): *Pescas e Pescadores – Futuros para o Emprego e os Recursos*. Oeiras, Ed. Celta. Pp 355.

Moreira, Diogo (2004) *Comunidades Azuis*

[44] Data da edição francesa. Não tem outra e não tem ISBN.

Moreirinhas, Luísa (1998) *Solidariedade e sobrevivência na ria de Aveiro: Os pescadores do chinchorro na Torreira.* Ed Camâra Municipal da Murtosa.

Norse, D.; Tschirley (2000) *Links between science and policy making*. Agriculture, Ecosystems and Environment, 82, pp. 15-26.

Nascimento, Aires A. (2009) *O poder da imagem: encantos, ambiguidades e valorizações.* Revista de História da Arte Nº 7. pp 17 a 41.

PECOSUDE, (2002)

Peters, Guy; Pierre, Pierre (1998) *Governance Without Government? Rethinking Public Administration.* Journal of Public Administration Research and Theory, v. 8 nº 2, 223-243.

PNAECPES (2010) Fóruns realizados no Projecto "Redes para a Inclusão" no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social – 2010. Conclusões.

Pires, Iva M. M. (....) *Alargamento da União Europeia: Como evitar também o «alargamento» das clivagens regionais?* 22p

Polis (2010) *Ria de Aveiro, Polis Litoral, Plano Estratégico de Intervenção de Requalificação e Valorização da ria de Aveiro*.

Portes, Alejandro (2000) *Capital Social: Origens e aplicações na Sociologia Contemporânea*. Sociologia, problemas e Práticas, N.º 33, pp. 133 a 158.

Ramos, Rui (coordenador); Vasconcelos e Sousa, Bernardo; Monteiro, Nuno G. (2009) III Parte *Idade Contemporânea (Séculos XIX – XXI)* pp 439 a 472 em *História de Portugal*. A Esfera dos Livros. Lisboa. 976 pp.

RSM[1] Rede Social da Murtosa (2006) *Pré-Diagnóstico Social do Concelho da Murtosa*, Conselho Local de Acção Social da Murtosa – Núcleo Executivo. 220 pp.

RSM[2] Rede Social da Murtosa (2006) *Diagnóstico Social do Concelho da Murtosa*, Conselho Local de Acção Social da Murtosa – Núcleo Executivo. 113 pp.

Resende, José M. (sem data) *Individualidade, Denúncia e Modernidade: O sentido de justiça de um professor com a identidade magoada – o caso singular de uma denúncia pública no Estado Novo*. Fórum Sociológico Nª 5/6 (2ª Série) pp. 101 a 127.

Resende, José M.; Vieira, Maria M. (Sem data[2]) *As cores da escola: Concepções de Justiça nos Discursos Sobre a Multiculturalidade na escola Portuguesa*. IV Congresso Português de Sociologia. 20pp.

Rice, Jack (2010) (Cordenador e Editor) *Knowledge Gaps and priorities for further research* pp 43 a 45 em *Science dimensions of an Ecosystem Approach to Management of Biotic Ocean Resources* (SEAMBOR). Marine Board-ESF. Final Document. 86 pp.

Rhodes, R. A. W. (1996) *The New Governance: Governing without Government*. Political Studies. XLIV, 652-667.

Ribeiro, Manuel de A. (2004) Capitulo: *A Ordem Jurídica* pp 17 a 24 em *Introdução ao Direito para as Ciências Sociais*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Técnica de Lisboa.

Rodrigues, Miguel (2010) *Governança em rede: da metáfora ao objecto de investigação*. Administração Pública Interface. 24-30.

Sarmento, Manuel J. (sem data) *A Infância e o Trabalho: A (re)construção social dos ofícios da criança*. Fórum Sociológico Nº ¾ (2ª Série) pp. 33 a 47.

Santos, Boaventura de S. (1995) *Sociedade Providência ou Autoritarismo Social?* Revista Critica de Ciências Sociais Nº 42, iiv pp.

Santos, Boaventura de S. (1997) *Para uma concepção multicultural dos direitos humanos* Revista Critica de Ciências Sociais Nº 48, 32 pp.

Santos, Boaventura de S. (2001) *Os processos de globalização* pp. 31 a 99 em *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Em. Porto, Afrontamento.

Santos, Boaventura de S. (2007) *Para Além do Pensamento Abissal: Das Linhas Globais a uma Ecologia de Saberes*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 78. 3-46

Santos, Boaventura de S. (2009) *Portugal: Tales of Being and not Being*. Portuguese Literary & Cultural Studies. Pp 1-45.

Semedo, Énio (2009) *Para uma Geografia de Aveiro*, pp 24 a 44 em Neves, Amaro; Ferreira, Delfim B. (coordenadores) (2009) *História de Aveiro: Síntese e perspectivas*.

Simmel, Georg (2009) *A Filosofia da Paisagem*. LusoSofia: press. Universidade da Beira Interior. Covilhã. Pp. 18.

Silva, Patricia Pinto; Andrew Kitts (2006) *Collaborative fisheries management in the Northeast US: Emerging initiatives and future directions*. Marine Policy, nº 30, pp 832 – 841.

Souto, Henrique (1998) *A Pesca Artesanal em Portugal*. Tese de doutoramento. Universidade Nova de Lisboa.

Sempere, Maria J.; Sousa, Rogéria (2008) *Estamos cá. Existimos. As Mulheres na Pesca nos Açores.* UMAR Açores. 184 pp.

Stoker, Gerry (1998) *Governance as theory: Five propositions*. UNESCO. Blackwell Publishers. USA

Symes, David; Hoefnagel, Ellen (2010) *Fisheries policy, research and the social sciences in Europe: Challenges for the 21stcentury*. Marine Policy 34, pp 268–275.

Thomaz, Manuel F. (2009) *Ensino, tecnologia e Ciência em Aveiro cidade: 1759-2009*, pp 261 a 273 em Neves, Amaro e Ferreira, Delfim B. (coordenadores) (2009) *História de Aveiro: Síntese e perspectivas.*

Temprilho, Luís (2008) *A pesca artesanal na Ria de Aveiro: Uma caracterização do perfil social, económico e demográfico dos seus pescadores*. MBA Mestrado. Instituto Português de Administração e Marketing. 81 pp.

Treib, Oliver; Holger, Bähr; Falkner, Gerda (2005) *Modes of Governance: A Note Towards Conceptual Clarification. European Governance Papers (EUROGOV*) nº N-05-02.

Vasconcelos, Marcelo de S. (2000) Capítulo: *A governança das pescas* pp 299 a 328 em *A Condição Humana e os Oceanos: Breviário de Meditação*. 370p.

Vasconcelos, Marcelo de S. (sem data) *Um olhar diferente para o futuro – Os oceanos e a «sustentabilidade» das pescas.* Universidade do Algarve.

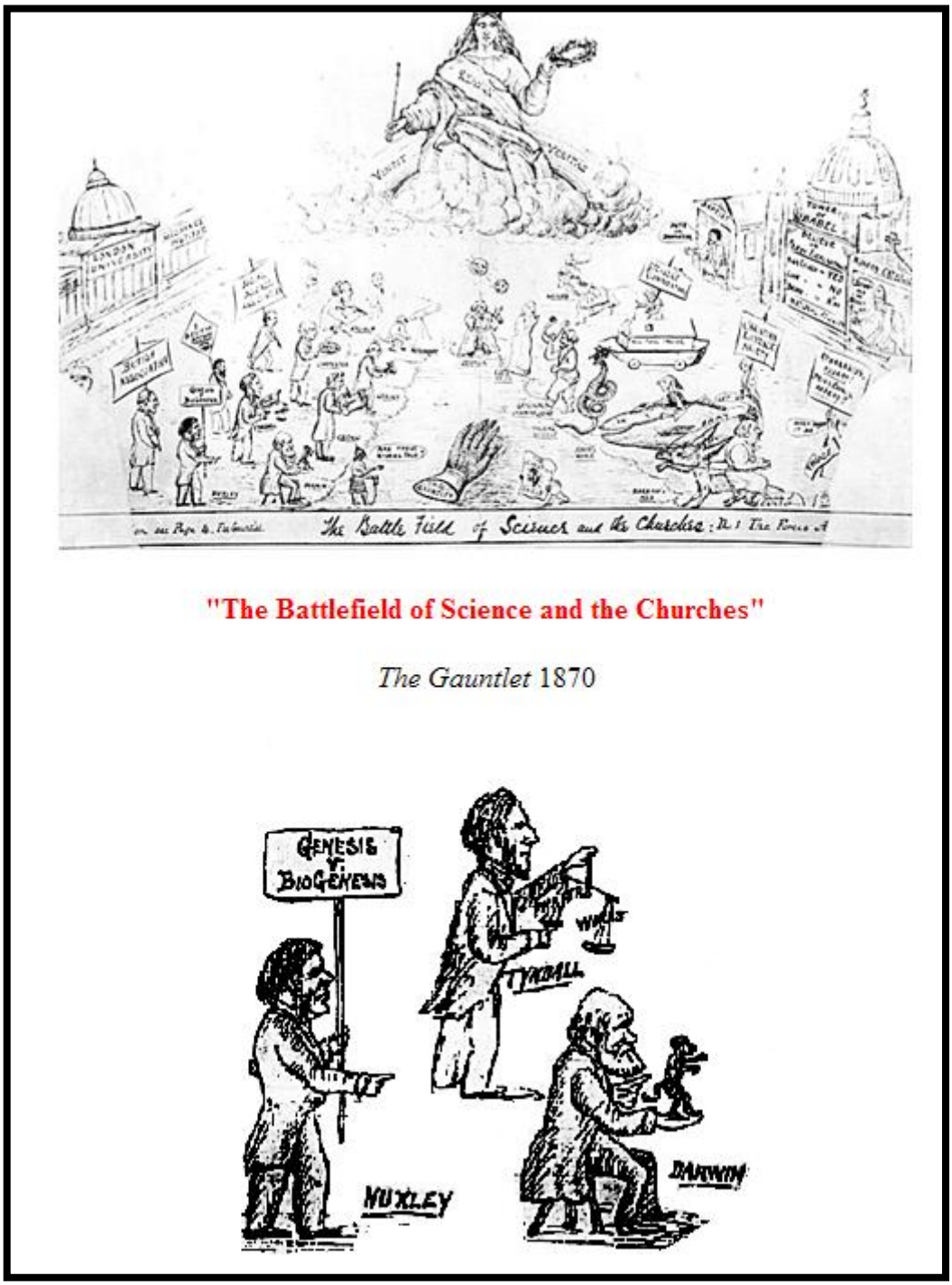
WHAT (2000) Capítulo *II: Fishing for the Future* em *The World Humanity Action Trust Report*. Londres, UK. Disponível em: http//www.what.org.uk.

Wilson, Douglas C.; Jentoft, Svein (2010) *Structure, Agency and Embeddedness: Sociological Approaches to Fisheries Management Institutions*. Report of the Working Group on Fishery Systems (WGFS) Annex 4. 14 – 28

Anexos

Anexo I

Thomas Huxley



"The Battlefield of Science and the Churches"

The Gauntlet 1870

"A batalha entre a Ciência e a Igreja"

Disponível em: "The Battlefield of Science and the Churches"

Proceedings of the Royal Institution **(1856)**
Scientific Memoirs **I**

On Natural History, as Knowledge, Discipline, and Power

To say that natural history as a science is equivalent to the assertion that it exercises the inductive and deductive faculties; but it is often forgotten that the so-called "natural classification" of living beings is, in reality, not mere classification, but the result of a great series of inductive investigations. In a "natural classification" the definitions of the classes are, in fact, the laws of living form, obtained, like all other laws, by a process of induction from observed facts.

First, let us regard Natural History as mere Knowledge.

The common conception of the aims of a naturalist of the present day does him great injustice, although it might perhaps fairly apply to one of a century and a half ago; when natural history, which began in the instinctive observation of the habits, and the study of the forms, of living beings, had hardly passed beyond the stage of more or less accurate anecdotes, and larger or smaller collections of curiosities.

By the investigation of habits, the inquirer is insensibly led into Physiology, Psychology, Geographical and Geological distribution; by the investigation of the relations of forms, he is no less necessarily impelled into systematic Zoology and Botany, into Anatomy, Development, and Morphology, or Philosophical Anatomy. Now each of these great sciences is, if followed out into all its details, the sufficient occupation of a lifetime; but in their aggregate only, are they the equivalent of the science of natural history: and the title of naturalist, in the modern sense, is deserved only by one who has mastered the principles of all.

The mathematician discovers in the universe a "Divine Geometry;" the physicist and the chemist everywhere find that the operations of nature may be expressed in terms of the human intellect; and, in like manner, among living beings, the naturalist discovers that their "vital" processes are not performed by the gift of powers and faculties entirely peculiar and irrespective of those which are met with in the physical world; but that they are built up and their parts adapted together, in a manner which forcibly reminds us of the mode in which a human artificer builds up a complex piece of mechanism, by skilfully combining the simple powers and forces of the matter around him.

As *Discipline*, impartial consideration will show that it takes no lower rank; whether we regard it as a gymnastic for the intellectual, the moral, or the *æesthetic* faculty.

To say that natural history as a science is equivalent to the assertion that it exercises the inductive and deductive faculties; but it is often forgotten that the so-called "natural classification" of living beings is, in reality, not mere classification, but the result of a great series of inductive investigations. In a "natural classification" the definitions of the classes are, in fact, the laws of living form, obtained, like all other laws, by a process of induction from observed facts.

Science, as power, indeed, showers daily blessings upon our practical life; and science, as knowledge, opens up continually new sources of intellectual delight. But neither knowing nor enjoying are the highest ends of life. Strength–capacity of action and of endurance–is the highest thing to be desired; and this is to be obtained only by careful discipline of all the faculties, by that training which the pursuit of science is, above all things, most competent to give.

Disponível em: On Natural History, as Knowledge, Discipline, and Power

Agnosticism and Christianity [1899]

Collected Essays V

Nemo ergo ex me scire quærat, quod me nescire scio, nisi forte ut nescire discat.– Augustinus, *De Civ. Dei*, xii.7.

The present discussion has arisen out of the use, which has become general in the last few years, of the terms "Agnostic" and "Agnosticism."

The people who call themselves "Agnostics" have been charged with doing so because they have not the courage to declare themselves "Infidels." It has been insinuated that they have adopted a new name in order to escape the unpleasantness which attaches to their proper denomination. To this wholly erroneous imputation, I have replied by showing that the term "Agnostic" did, as a matter of fact, arise in a manner which negatives it; and my statement has not been, and cannot be, refuted. Moreover, speaking for myself, and without impugning the right of any other person to use the term in another sense, I further say that Agnosticism is not properly described as a "negative" creed, nor indeed as a creed of any kind, except in so far as it expresses absolute faith in the validity of a principle, which is as much ethical as intellectual. This principle may be stated in various ways, but they all amount to this: that it is wrong for a man to say that he is certain of the objective truth of any proposition unless he can produce evidence which logically justifies that certainty. This is what Agnosticism asserts; and, in my opinion, it is all that is essential to Agnosticism. That which Agnostics deny and repudiate, as immoral, is the contrary doctrine, that there are propositions which men ought to believe, without logically satisfactory evidence; and that reprobation ought to attach to the profession of disbelief in such inadequately supported propositions. The justification of the Agnostic principle lies in the success which follows upon its application, whether in the field of natural, or in that of civil, history; and in the fact that, so far as these topics are concerned, no sane man thinks of denying its validity.

Still speaking for myself, I add, that though Agnosticism is not, and cannot be, a creed, except in so far as its general principle is concerned; yet that the application of that principle results in the denial of, or the suspension of judgment concerning, a number of propositions respecting which our contemporary ecclesiastical "gnostics" profess entire certainty. And, in so far as these ecclesiastical persons can be justified in their old-established custom (which many nowadays think more honoured in the breach than the observance) of using opprobrious names to those who differ from them, I fully admit their right to call me and those who think with me "Infidels"; all I have ventured to urge is that they must not expect us to speak of ourselves by that title.

The extent of the region of the uncertain, the number of the problems the investigation of which ends in a verdict of not proven, will vary according to the knowledge and the intellectual habits of the individual Agnostic. I do not very much care to speak of anything as "unknowable." What I am sure about is that there are many topics about which I know nothing; and which, so far as I can see, are out of reach of my faculties. But whether these things are knowable by any one else is exactly one of those matters which is beyond my knowledge, though I may have a tolerably strong opinion as to the probabilities of the case. Relatively to myself, I am quite sure that the region of uncertainty–the nebulous country in which words play the part of realities – is far more extensive than I could wish. Materialism and Idealism; Theism and Atheism; the doctrine of the soul and its mortality or immortality–appear in the history of philosophy like the shades of Scandinavian heroes, eternally slaying one another and eternally coming to life again in a metaphysical "Nifelheim." It is getting on for twenty-five

centuries, at least, since mankind began seriously to give their minds to these topics. Generation after generation, philosophy has been doomed to roll the stone uphill; and, just as all the world swore it was at the top, down it has rolled to the bottom again. All this is written in innumerable books; and he who will toil through them will discover that the stone is just where it was when the work began. Hume saw this; Kant saw it; since their time, more and more eyes have been cleansed of the films which prevented them from seeing it; until now the weight and number of those who refuse to be the prey of verbal mystifications has begun to tell in practical life.

It was inevitable that a conflict should arise between Agnosticism and Theology; or rather, I ought to say, between Agnosticism and Ecclesiasticism.

Disponível em: Agnosticism and Christianity [1899]

[T. H. Huxley]
***Westminster Review* 1854**

Martineau, et al.

The last few months have been unusually prolific in works dealing with the generalities both of science as a whole and of its principal departments. Among these, if we may judge by the claims of the author and the zeal of his disciples, M. Comte's "Philosophie Positive," converted, without the loss of a sentence that was worth keeping, from six wearisome volumes of indifferent French, into two of very excellent readable English, by Miss Martineau' singular skill, deserves to occupy the first place in an article which purports to indicate the progress of the sciences. We shall attempt no analysis of the book here. Indeed, as we consider that that half of it which does not come within the scope of this article – viz., the "Social Physics" – has made such progress since the "Philosophie Postive" was published, that a knowledge of the actual condition cannot be gained from M. Comte's work as it has now been several years before the world. …

Simultaneously with the publication of Miss Martineau's version of the "Philosophie Positive," Mr. G. H. Lewes has issued a volume, entitled "Comte's Philosophy of the Sciences," and consisting of a collection of papers which appeared in the *Leader*, to which he has added a resumé, not hitherto published, of the sociological sections of M. Comte's work.

Differing in scope and in extent from Miss Martineau's condensed version, Mr. Lewes's work will, we doubt not, as an exposition of the Philosophie Positive, prove more attractive to ordinary readers; indeed, if thorough comprehension of his author's meaning, combined with force and perspicuity in setting it forth, were all we had a right to require of Mr. Lewes's hands, our remarks would be simply laudatory. Unfortunately, Mr. Lewes himself debars us from taking a position in which we should be so well satisfied to remain, by telling us in his preface that,

"In order to make the volume more attractive, I have, while expounding his (Comte's) principles, brought them to bear upon the *present* state of science; accordingly, instead of the organic chemistry and physiology of 1838, the reader will find the very latest facts and ideas of 1853."

We regret to be obliged to say, that neither as regards chemistry nor physiology are those pledges redeemed. For instance, at page 55, in reference to the well-known experiment of freezing water in a red-hot crucible, we find it stated–

"Yet if you pour water into a red-hot crucible containing liquid sulphuric acid, the temperature of the water is not raised."

And a little below – "The rapid evaporation of the sulphuric acid produces cold so intense," &c.

And again, p. 56 – The method of nature, the true path of her activity, as regards sulphuric acid subjected to head, is what we call rapid evaporation;" while at page 139 the same marvellous error is repeated. Surely any philosophizing upon chemistry should be preceded by so much knowledge of that science as would prevent the philosopher from confusing suphur*ic* acid (*vulgo* oil of vitriol) one of the most fixed of liquids, with liquefied sulphur*ous* acid gas, one of the most volatile.

Disponível em: Martineau, et al.

Anexo II

Garret Hardin

Extension of The Tragedy of the Commons - by Garrett Hardin, 1998, published by The American Association for the Advancement of Science

For copyright permission, click here.

It is easy to call for interdisciplinary syntheses, but will anyone respond? Scientists know how to train the young in narrowly focused work; but how do you teach people to stitch together established specialties that perhaps should not have been separated in the first place? Early in this century the specialties of biology and chemistry were joined to form biochemistry; similarly, economics and ecology are now in the process of being combined into ecological economics.

My first attempt at interdisciplinary analysis led to an essay, "The Tragedy of the Commons." Since it first appeared in Science 25 years ago, it has been included in anthologies on ecology, environmentalism, health care, economics, population studies, law, political science, philosophy, ethics, geography, psychology, and sociology. It became required reading for a generation of students and teachers seeking to meld multiple disciplines in order to come up with better ways to live in balance with the environment.

I did not start out intending to forge an interdisciplinary link, but rather to present a retiring president's address to the Pacific division of the American Association for the Advancement of Science. But even after six revisions, each quite different from the one before, my summary of an ecologist's view of the human overpopulation problem would not crystallize. Repeatedly, I found fault with my own conclusions.

With Adam Smith's work as a model, I had assumed that the sum of separate ego-serving decisions would be the best possible one for the population as a whole. But presently I discovered that I agreed much more with William Forster Lloyd's conclusions, as given in his Oxford lectures of 1833. Citing what happened to pasturelands left open to many herds of cattle, Lloyd pointed out that, with a resource available to all, the greediest herdsmen would gain--for a while. But mutual ruin was just around the corner. As demand grew in step with population (while supply remained fixed), a time would come when the herdsmen, acting as Smithian individuals, would be trapped by their own competitive impulses. The unmanaged commons would be ruined by overgrazing; competitive individualism would be helpless to prevent the social disaster.

So must it also be, I realized, with growing human populations when there is a limit to available resources. The direct psychic gains of parenthood are offset by economic losses channeled through the whole population. It was so in Lloyd's day; it is even more so today. I rewrote the essay for what I thought would be the last time.

But in a final reading to my family and friends at a stopover on our way to the meeting in Utah, I was encouraged to modify it again. I scribbled in the changes, most notably the suggestion that the way to avoid disaster in our global world is through a frank policy of "mutual coercion, mutually agreed upon." Under conditions of scarcity, ego-centered impulses naturally impose costs on the group, and hence on all its members.

A crude example makes the point: I might like to rob banks, but I am unwilling to allow other citizens to do so. So most of us, acting together, pass laws that infringe on the individual's freedom to rob banks. For an example closer to home, think of what is happening to the freedom to make withdrawals from the oceanic bank of fishes. In 1625, the Dutch scholar Hugo Grotius said, "The extent of the ocean is in fact so great that it suffices for any possible use on the part of all peoples for drawing water, for

fishing, for sailing." Now the once unlimited resources of marine fishes have become scarce and nations are coming to limit the freedom of their fishers in the commons. From here onward, complete freedom leads to tragedy. (And still the shibboleth, "the freedom of the seas," interferes with rational judgment.)

My address was a success, and the essay was printed 6 months later, trimmed by half and, presumably, more appealing in its brevity to a wider audience. The 600 reprints were exhausted in a matter of weeks.

Its message is, I think, still true today. Individualism is cherished because it produces freedom, but the gift is conditional: The more the population exceeds the carrying capacity of the environment, the more freedoms must be given up. As cities grow, the freedom to park is restricted by the number of parking meters or fee-charging garages. Traffic is rigidly controlled. On the global scale, nations are abandoning not only the freedom of the seas, but the freedom of the atmosphere, which acts as a common sink for aerial garbage. Yet to come are many other restrictions as the world's population continues to grow.

The reality that underlies all the necessary curtailments is always the same--population growth. Yet the slightest attempt to limit this freedom is promptly denounced with cries of Elitism! Big-Brotherism! Despotism! Fascism! and the like. We are slow to mend our ways because ethicists and philosophers of the past generally did not see that numbers matter. In the language of 20th-century commentators, traditional thinking was magnificently verbal and deplorably nonnumerate.

One of today's cardinal tasks is to marry the philosopher's literate ethics with the scientist's commitment to numerate analysis. Words are important, but they often require a numerate cast. What I have realized from reading numerous criticisms of the theory of the commons is that both Lloyd and I were analyzing a subset of commons--those where "help yourself" or "feel free" attitudes prevail. This was the message European pioneers in North America thought they had been given by the land they chose to perceive as unpeopled. Even today, laws encouraging private access to public lands for mining, pasturing, and forestry perpetuate subsidies that support malfunctioning commons.

Numeracy demands that we take account of the exponential growth of living systems, while acknowledging that resources, when thoroughly understood, will prove to be definable by numbers that are relatively constant. Of course, under the impact of new science, the apparent limits of resources may be pushed back for a while; but finally what E. T. Whittaker called "impotence principles"*--for example, the laws of thermodynamics--will exert their influence on policy.

To judge from the critical literature, the weightiest mistake in my synthesizing paper was the omission of the modifying adjective "unmanaged." In correcting this omission, one can generalize the practical conclusion in this way: "A 'managed commons' describes either socialism or the privatism of free enterprise. Either one may work; either one may fail: 'The devil is in the details.' But with an unmanaged commons, you can forget about the devil: As overuse of resources reduces carrying capacity, ruin is inevitable." With this modification firmly in place, "The Tragedy of the Commons" is well tailored for further interdisciplinary syntheses.

A final word about interdisciplinary work--do not underestimate its difficulties. The more specialties we try to stitch together, the greater are our opportunities to make mistakes--and the more numerous are our willing critics. Science has been defined as a

self-correcting system. In this struggle, our primary adversary should be "the nature of things." As a matter of policy, we must not reply in kind to those critics who love to indulge in name-calling. (They are all too numerous in interdisciplinary undertakings.) But critics who, ignoring personalities, focus on the underlying nature of things are the true friends of science.

*E. T. Whittaker, From Euclid to Eddington (Dover, New York, 1958), p. 59.

Disponível em: Extension of The Tragedy of the Commons

Living in a World of Limits - An interview with noted biologist Garrett Hardin by Craig Straub, The Social Contract, Fall, 1997

Garrett Hardin is Emeritus Professor of Human Ecology at the University of California at Santa Barbara. As an educator, ecologist, and environmentalist, he has devoted much of his work to a reconsideration of the ethical implications of population-related problems. Dr. Hardin is perhaps best-known for his 1968 essay, "The Tragedy of the Commons." The Social Contract Press is reprinting some of his most important books.

Dr. Hardin was interviewed at his home in Santa Barbara on June 21, 1997, for The Social Contract by Craig Straub. Mr. Straub is an environmental scientist who is currently completing a Ph.D. in Human Ecology at The Union Institute, Cincinnati, Ohio. His dissertation involves an application of Professor Hardin's methodology outlined in his 1985 book Filters Against Folly.

THE SOCIAL CONTRACT: ***Did you have any childhood experiences which had a major influence on your life?***

GARRETT HARDIN: All the years that I was growing up, in the summer time and during vacations as well, we would go to the Hardin family farm, five miles from Butler, Missouri. So this was the one, fixed place. My own home, the home of my parents, kept moving all the time because my father kept moving from one place to another. The one stable place in my life was the farm in Missouri. After about my tenth birthday I spent all my summers there until I was about eighteen or nineteen. My work load was stepped up as I grew older. It had to be kept back somewhat because of my physical disabilities. But still, by the time I was eleven or twelve I was in charge of about 500 chickens, which I had to take care of- feed and water. And I had to kill a chicken every day for lunch.

This, I think, was a very important part of my education - learning to kill an animal. I regard this as an important part of everybody's education. I think the fashionable attitude is one of the many foolish things in this world. If you want to eat meat, somebody has to kill it I think everybody ought to have to do it, and not just once but many times. Because one of the things that I was imbued with, by this farm family, was a horror of cruelty - not of killing, but of cruelty. If you are going to kill an animal, you have to kill it instantly and as painlessly as you can. It's a disgrace to do otherwise.

Killing is part of life, you see - one of the things that has to be done. I have always had very strong emotions about this matter, very negative emotions about so many people who claim to love animals. There were people in Kansas who had cats they didn't want. They would drive out from Kansas City and when they got out to the farms, they would let the cats out and drive on, because that way they weren't killing the cat They weren't

being cruel. They thought, "It will find a good home." I'm sure that was their attitude. Well, we were on the farm. Those cats wandered onto our farm, so what do you do? Well, the dogs would kill them. They distinguished between the visitor cats and the home cats. When they saw a visitor cat... particularly when our little fox terrier saw a strange cat, boy, he'd kill it if he possibly could. And he usually could.

I realized from the very beginning that death is a necessary part of life. I learned my first basic lessons about population and carrying capacity on the farm. All my life, I have been haunted by the realization that there simply isn't room for all the life that can be generated, and the people who refuse to cut down on the excess population of anything are not being kind; they are being cruel. They are increasing the suffering in the world. So, I have a very low opinion of most so-called animal lovers who want to save every last animal.

In fact, I've asked in one of my essays, "Does God give a prize for the maximum number of human beings?" And I think this needs to be taken seriously. If we think he does, then, of course, I shouldn't keep that canary you hear singing in the other room, because that canary is eating seed that could be feeding people. Now it's true, it might require the seed from (I'm just guessing) five hundred canaries to keep a human being alive, in which case you could say that every five hundred canaries are depriving one person of life. The question is: "What sort of world do we want - a world with the maximum number of human beings, but no canaries?" I'd rather have a world with fewer people, but in which canaries are a part of the world.

THE SOCIAL CONTRACT: ***How do you define ethics?***

GARRETT HARDIN: To a biologist, so many things nowadays revolve around the insights of Darwin. He is absolutely essential in view of the world and human nature as far as biologists are concerned. A very old question which men have been aware of for centuries is to what extent is a person driven by selfish motives, (egotism), to what extent is he driven by unselfish motives (altruism), wanting to help other people.

The really original thing with Darwin was the idea of natural selection. He was excited after he realized that this explained almost everything about biology. He didn't make this as clear as he should have and for that reason it took 100 years for people to realize what he had done. The real change came about when, in recent times, in 1973, Richard Dawkins published The Selfish Gene. That was not entirely original, but Dawkins is an extremely insightful writer. He took the idea that had been circulating among biologists and other experts for the last ten years, and said: "Look everybody, here it is, this is what Darwin was talking about 100 years ago."

So what does this do for the problem of ethics? Well, if you look at an animal who fights for his life, kills another animal for food and so on, this is clearly an egotistical sort of thing to do, and you can see how this may account for a lot of an animal's behavior; it's egotistical. But if you try to have, as you say, a system to work solely on egotism - it can't be. A simple example: parenthood, particularly motherhood, in species where mothers tend their offspring. If mothers were egotistical, that would be the end of the species. A mother would eat the children one by one as they came out; she'd prosper, but there would be no species. On the other hand, at the other extreme, there are numerous examples of self-sacrifice among parents. In one species of crickets, the mother bears quite a few offspring, several dozen, I think, and then offers herself up as a meal to her offspring. They eat her up. Well, that helps the offspring get a good start in life, which is the whole point of it, but it doesn't do anything for the mother. It's a one-

time sacrifice and that's it Extreme altruism and extreme egotism: neither one can work by itself.

This is where Dawkins came in and said, "Look, here is one thing that will work if you focus, not on the individual, but on the genes of the individual, then you've got a single system that works all by itself It's egotistical and that's fine. In the case of an individual eating another individual, it's obvious how it works: the genes that tell one animal to eat another will survive. On the other hand, the mother who sacrifices herself for her own children, her genes survive, and so again the system works. It's gene egotism that works and there are many different ways it can work. I think this is at the base of all ethical questions. The question is how can the gene ensure its own survival - by what set of actions, and do we call them egotistical, or altruistic? It's always essential for the mixture to work, because neither will work by itself. So that's the subject matter of ethics: what's the balance?

THE SOCIAL CONTRACT: ***What would you say are the major influences on the development of a person's ethics?***

GARRETT HARDIN: Well, Certainly his parents. There's certainly no question about that because an animal so young is busy learning what it should do and it learns what it shouldn't. What the parent does, it does. If a parent whops it, then it knows that it shouldn't do that. Parents, first of all; its litter mates secondly; its playmate; and then decreasing influences as you get farther and farther away from home base.

THE SOCIAL CONTRACT: ***What have been the major influences on the development of your own personal ethics?***

GARRETT HARDIN: Well, it hasn't been any different from anybody else's. I've done some thinking about this lately, looking back on my own life, and I realized that every period in my life there's at least one person who was keenly interested in my welfare. I'm very lucky; this isn't true for everybody. I've always had someone very close, a teacher, my wife, friends and so on. I've never been alone.

THE SOCIAL CONTRACT: ***You've addressed the consequences of assisting poor countries with food aid. For example, in some of these countries, they've increased the population in response to food. There are some who would argue that without the supply of food you'll have malnutrition which results in the formation of new microbial strains in poor countries, which are then transmitted by the infected immigrants to a healthy US population. How do you respond to this?***

GARRETT HARDIN: I think that's mostly malarkey. I think there are many barriers, including the barrier of distance between poor countries and rich countries, and between poor people and rich people. There are dreadfully poor people in India and Africa, but for the most part, our connection with them is a delusion. They can have all sorts of diseases, and we'll never get them. Now that we know the intermediate steps in the transmission of diseases from, say, Calcutta to Cincinnati, we can interrupt that along the way with fairly simple measures, and we do have various things that make it difficult for a person who's carrying the disease to get into the country. And if we don't, we can make very severe barriers. This means, in effect, poor people may get terrible diseases and suffer great loss, and maybe that touches your heart, but just don't let it touch your mind. Don't do something foolish because you think the trouble is going to get here in spite of yourself. It won't if you use your head.

THE SOCIAL CONTRACT: ***What does one need to consider when contemplating the idea of foreign aid?***

GARRETT HARDIN: Well, I think the basic point to make here is that every unit that claims sovereignty has to accept responsibility. In other words, if the unit says we want to run our own affairs, then say, that's fine, then you have to be responsible if they go wrong. And if your people are starving to death, it's because the unit that's claimed sovereignty is at fault, and you've got to find some way - because no matter how poor the country, at the right level of population the people there can live high on the hog. You know, for instance, India has nine hundred million people now. For centuries, they had one hundred million people. If they had one hundred million people now they would be very prosperous indeed. So that's really the problem and our position should be that national sovereignty implies national responsibility.

Now, if you want to go beyond that, then you have to say, well, in the real world we sometimes have to trim our sails and there might be times when we want to intervene. Notice, I didn't say, "help," but "intervene," from the outside in the hope that we could help. But the first thing to do is to keep our language clean and always say "intervene" and never "help." Because the value of "help" remains to be proven. Intervention is provable. So we intervene. We hope we can help. History shows that most interventions don't help. I mean, most well-meant interventions don't help, and that should make us very chary of doing very much. Only in exceptional circumstances should we intervene.

Now, possibly one of those times - and this is debatable, but for the sake of argument - was in India in 1965 and 1966 when they had serious crop failures both years. And we did send ten million metric tons of grain to India each of those years. In effect we kept fifty million Indians alive who otherwise would have died. I think that's a fair historical summary. But, when President Johnson, at the end of 1966, privately gave notice to the rulers of India there would be no similar gift in 1967, I think he was behaving quite properly. In other words, this can't go on year after year. You've got to pull yourselves up by your bootstraps. And I think that was the right thing to do. In other words, when we do intervene in what's called a crisis, insist that a genuine crisis lasts only a short time. Otherwise it becomes chronic, and we're not in the business of chronic help, because that creates perpetual beggary. So, a certain amount of trimming of the sails, perhaps, should be done, but not much and always very reluctantly and in the full knowledge that you may be doing more harm than good.

Each sovereign nation should live within the limit of its resources, whatever they are - they can modify this somewhat if they have some special skills. Maybe they can make statues out of ivory that other people can't Then they can sell those things and use that money as foreign exchange for buying things they don't have. I mean Cuba can, for example, buy snow machines and create some ski runs on its little mountains, if it wants to spend the money that way. But it shouldn't expect the rest of the world to furnish the money. Iceland or Greenland, say, could put up some hot houses and use artificial illumination, grow a few palm trees and have some of their people lie under palm trees, if they really want to. But that's their decision. They shouldn't expect to be given a section of tropical beach elsewhere, just because they don't have it. In the same way, I don't think the landlocked nations should expect to be given seafood. If they can buy it with some foreign exchange, fine. But I don't see that they should have any right to it.

THE SOCIAL CONTRACT: ***You've also written an essay entitled 'Lifeboat Ethics" which describes the choices one must make in a world which is becoming overcrowded. What are the ethical implications of lifeboat ethics for those who already consider the US to be overcrowded?***

GARRETT HARDIN: Well, the simple thing to say to anybody who wants to make a sacrifice for distant people is this: "Go ahead and do it if that makes you happy, it's all right with me." But it may or may not help the distant person, because we have so many chances for sacrifices to be made, and in the end, they often do more harm than good. It's very hard to make intelligent sacrifices: we often make the situation worse by trying to help others. So if you're really concerned with distant people, your first question should be an intellectual one. "What's the argument; what's the evidence that this particular sacrifice will help them?" Most of the time it doesn't Liberals tend to think that if my heart is pure, and I make a sacrifice, it'll do some good. Conservatives seem to think there's so many ways of doing things wrong, and I have enough trouble managing my own life, what makes me think I can manage other people's lives?

The unfortunate thing about the lifeboat image is that there are really two lifeboat problems. I'm speaking now of real lifeboat situations. In the case of a lifeboat that is already loaded up to capacity, if the people on the lifeboat refuse to take on any more, they are never charged, or successfully charged, in a court of law with having done anything wrong. It's accepted that that is the nature of the situation and they don't have to take on extra passengers. However, in the case of a lifeboat which is already loaded, perhaps over capacity, and somebody starts throwing people off, that's another problem, legally. And there is a famous case of the ship John Brown off the coast in about the time of Lincoln's administration, as I recall. One of the sailors took it upon himself to throw people overboard saving they were simply overloaded and that was it He just threw people over until he got down to a number he felt there should be. They got into port and this sailor was charged with murder and convicted. The judge said that in such a case, if people volunteer to go overboard, that would be all right, but no one should take it upon himself to be the judge. Therefore this man was a murderer. There were mixed feelings about this as you can imagine. And, as I recall, after about six months, either the governor or the president - I can't remember which - pardoned him.

I think there is a general feeling that this was probably a good solution. He should have been convicted of murder, but he also should be pardoned. People have mixed feelings about this. But you see, it's a different problem when you throw overboard people who are already on board. And about that, I don't think we can say the law is really clear. There have been very few cases.

Whereas with the other lifeboat problem I think the law is quite clear. You are not compelled to commit suicide by taking more people on board. And basically what I am talking about when I use the lifeboat as an image for the national situation, I'm thinking of the case in which the lifeboat is not yet overcrowded, and I'm urging that we not overcrowd it - that we do not take on board more people.

THE SOCIAL CONTRACT: ***What is the difference between lifeboat ethics and triage?***

GARRETT HARDIN: Well, they're just two ways of looking at the same thing. They're both taking account of the fact that you have limited resources. And then the second question is, if you have limited resources, how should you dispose of them? All agriculturalists have known since long before writing was invented that the only rational way to dispose of them is to invest in the winners and throw the losers out the door. And this is what you do. Your good livestock you save; your poor livestock you have for supper. And the same way with the seed, and so on. With only a limited number of acres to grow things on and a limited time to gather grain, you're silly if you grow poor

grain. You're silly if you grow poor livestock. This idea is thousands of years old and wasn't even put into words or into a philosophy. One just knows it naturally.

Then, in the late eighteenth century, as I recall, this term "triage" was introduced. I believe it was introduced into the sorting of coffee beans. I believe that was the first place this occurred. This is a commercial enterprise with people dividing the beans into three groups: the oversize, the right size and the undersize. I think that's where the word "triage" comes in. From there it went into medicine. Under battle conditions, one of the surgeons under Napoleon introduced this system. I think he also introduced the word "triage" also. If he didn't, it was done soon after. He gave an explicit definition making the point that we have limited resources: we cannot save all these wounded men. Which ones shall we save? He said they should be divided into three groups. From Napoleon's time it went into military medicine, and nobody questioned it. However, I read an interesting survey of military medical literature and it seems that an English military man said, "Oh, we never practice triage -that's terrible." Then he proceeded to describe what they did do and it turns out they were using triage. But he was not going to use the word.

So the word "triage" from an early day has had unfortunate connotations. People don't like it, even if they practice it Many people are so dishonest Now, coming down to the present, I was appalled when I discovered in reading for the lectures I was giving at the University of Washington, Seattle, (which eventually ended up in the book Promethean Ethics) - I discovered a little paper in a philosophical journal in which the individual was explicitly coming out against triage on philosophical grounds because it isn't fair. People should be chosen fairly regardless of the consequences. So, I really should have written a short paper to send to that journal so it wouldn't be lost, but I didn't. I just wrote it up in the book and pointed out I had worked on the mathematics of this and showed how, under all plausible situations, this led to fewer people living than if you used triage. I said, "That's a curious defense that you consciously use the system that sacrifices the most life." I wouldn't have believed that anybody would have explicitly come out for that but this philosopher did (he was up in Stanford at the time). I found it incredible that a person could have such a high regard for what he called fairness that he's willing to sacrifice lives so that everybody has the same chance.

THE SOCIAL CONTRACT: ***How do you respond to Paul Ehrlich's perspective that we cannot survive on an island of affluence in an ocean of misery.***

GARRETT HARDIN: I think his statement is simply false. I think you have to look at one issue after another to see the extent to which we're bound together into one world. But as for his basic statement, "You can't live on an island of affluence in an ocean of misery," I think human beings have been living this way since Hector was a pup. Now, there is a certain amount of instability in it. Every now and then there's a revolution; and somebody invents a guillotine and a lot of heads roll, and so on. And then a new island of affluence develops, living in an ocean of misery, and life goes on. This is the way human life is. It may be that you don't like this or don't think it should be true, but in fact, it is true. And as far as the survival of civilization is concerned, I think that now we have essentially licked the diseases that took care of excess numbers of people, we should want to make it possible for this to happen because it's the only possibility for keeping civilization going. These various things we label as civilization - the art, the music, and so on - these are the offspring of affluence and can be maintained only by affluence. The people in the slums of Calcutta are not maintaining any of it, and won't and shouldn't and can't - any verb you want to use. Just can't be done. So, you can feel as bad as you want to about the fact that you're comfortable and somebody else is

uncomfortable, but I think it's very foolish to try to eliminate that aspect of life - that is, the unequal distribution of things. If you're going to eliminate unequal distribution, you should work at the other end by reducing the number of people who are living a miserable life, which means reducing the number of people who are alive in the next generation. That's the thing to work on. And don't have a bad conscience about your prosperity now.

THE SOCIAL CONTRACT: ***You have stated your position on abortion as pro-choice. When do you consider life as being human?***

GARRETT HARDIN: Whenever we all say it's human. This is a matter of definition, and we should define it so as to cause the minimum of disruption to society. One of the things we have to consider, and this has been known now for forty years, is that fifty percent of all the zygotes that are produced, human zygotes, perish without coming to birth. Fifty percent of them. But it's done at such an early stage that the woman doesn't know it. She thinks she's missed a period, and then it comes 5 or 8 or 10 days later, and she says, "I just had a late period, that's all." She's had an abortion - a spontaneous abortion - and she doesn't even know it. Once the woman knows it, when she stops to think about it, she says, "It doesn't matter, it really does not. I can't possibly have all those children that I could have if every egg survived, so this is normal." Of course, it's very easy to see with a species like rats where you have a litter started within a week after intercourse. If you count the number of little embryos that are started, you'll get a number that's twice as great as the average number in litters born. Half of the embryos degenerate during pregnancy, and only half are born. So, the general principle is this: we cannot make an ethical advance until we realize that numeracy is a part of ethics. If the number of spontaneous abortions is fifty percent, it doesn't matter. Now, if it was ninety-nine percent, then we should start being concerned. Put another way, however you assign values, the value of an early stage is only a fraction of value at a later stage, and I'll use as an example to bring that home, too. If you saw a man busy with a whole bunch of acorns in the driveway, pounding those acorns to death with a hammer, how would you feel about a public official coming along and trying to prosecute him for deforestation? People who say that all the stages are equally valuable are saying that there's no difference between an acorn and a hundred-year old oak tree. How wrong can you be? - There's a huge difference; and the same principle applies to all species of animals and plants, including humans. The value of a tiny zygote is just about zero; forget it.

THE SOCIAL CONTRACT: ***How do you respond to the church and the Right to Lifers on the accusation of murder? Can you be righteous in the eyes of God and be pro-choice?***

GARRETT HARDIN: The first thing is to be righteous in the eyes of human beings and do your library work. If you do your library work, you will discover that the Hebrew language for the Sixth Commandment is not "Thou shalt not kill." No, no, it is "Thou shalt not murder," and that's utterly different. Because the minute you say thou shalt not murder, you're acknowledging that killing is not necessarily murder. Then you have to settle on when do we want to call it murder. Killing is an objective fact, murder is an interpretation. When do we want to call killing murder? So, the idea that this is the way the Sixth Commandment goes is based on bad-scholarship. We ignore the fact that Bibles that have been produced in the Twentieth Century, almost without exception, say "Thou shalt not commit murder." The King James version mistranslated the Hebrew.

THE SOCIAL CONTRACT: ***As a biologist, how do you view the issue of birth control?***

GARRETT HARDIN: The essential part of this is that a biologist will never speak of the immense preciousness of life, or the sanctity of life, because the biologist sees no problem in "producing life" as we say (although, you don't produce it, you just pass it on). The problem is getting rid of excess life. This is a problem for every species. The problem is solved for most species by predators. Predators save a species from the problem of evolving intrinsic methods of population control. The reason we have a human population problem is because we got rid of our macro-predators about eight thousand years ago. As for the micro-predators, the disease germs, we've done a pretty good job of getting rid of those in the last two hundred years. This leaves nothing to curtail our numbers except ourselves. That's the problem.

There's no way that an animal can get rid of all its predators and avoid committing suicide as a species. All that has kept all species going has been the existence of predators, enemies. We see this in many partial ways whenever we have a pyramid - a food pyramid, as we call it - where the carnivores feed on the herbivores, and then the carnivores feed on the secondary carnivores, and so on. Finally we get to the top and find, say, a lion. Well, if you look at the populations of animals in such a pyramid - the mice down at the bottom, and maybe something a little bigger above that, and then the lions at the top - you hardly ever see a starving mouse. The mice are sleek and fat at all times. But you often see starving lions. The lions have no enemies; the mice do. And the rule in all predation is that the predators are great economizers. They want to get their food with the least effort. They look around and see which animal is lagging behind; either because it's sick or it isn't getting enough food, or something. That's the one the predator chooses. He goes after the easy meat. Predators constantly cull the prey-animals that are borderline cases. Predators are a blessing to the species they prey on. They keep the prey from becoming overpopulated

So you see, a biologist knows that there's just more life than we can manage, so he never speaks of the sanctity of life or anything of that sort. From the beginning, biologists have been with me.

THE SOCIAL CONTRACT: ***Lynn White, Jr. has suggested that the historical roots of our ecological crisis stem from Christianity. White asserts that western culture has been shaped by reading the Bible to form the hierarchical view of human beings as dominant and separate from all other creatures. To what extent, if any, can Christianity be blamed for the current immigration problems of the US?***

GARRETT HARDIN: Well, there's a large literature, you might say, on Dr. White. He made a lot of people write essays. I'm not really familiar with these, so I'll get at it a different way, and maybe not the way that most people do. If you think of the development of an adapted organ, and you think of a situation that caused that development: which one comes first? The answer is, stress has to come first, then the development. If you want somebody to do something, you have to say, "I won't give you a reward first." No. They make the appropriate action, then you give them the reward. As for "reward first, then action," one gets away with this in a family because the relationship that has developed within the family is such that it turns out you can give a child ten cents now because you expect him to go over to the neighbor's house and offer to walk the lady's dog for her, and the child will take the ten cents and go walk the dog. Reward first, then action works in a small population, but it doesn't work with large populations, and yet we constantly try to make it work. People say, well if we only

make these poor people rich enough they'll stop having so many children. This is absolutely wrong. You have to, in effect, say to them, "stop having so many children, and we will then give you a reward." In this sense, I think Christianity is responsible for a great deal of suffering in the world. Now, of course, it isn't just Christianity, most religions act this way, because most religions are simply an extension of the family. Religion developed before there was much development of science, and before there was much appreciation of the importance of numeracy - that numbers matter, that size matters. With a small group you could make a system work, when that same system will not work with a large group. Religions don't recognize that. They say, "we're going to be all one great big happy family living the way families do." It can't be done.

THE SOCIAL CONTRACT: ***You've indicated your favorite portion of the Bible is the third chapter of "Ecclesiastes." Could you elaborate on how this chapter provides biological implications toward human population?***

GARRETT HARDIN: Well, that chapter, as I recall, says there is a time to be born, there's a time to die, there is a time to kill, and all these things are seen as both good and bad. They are all part of life; this is the realism as I see it of this passage. Now "Ecclesiastes" is, in the minds of most so-called Christians, not one of their favorite books. You seldom hear it recited or referred to in churches. Instead they refer to the softhearted part of the New Testament, where it builds up the idea of reward first, then behavior. "Ecclesiastes," if it does anything at all, says "No. Behavior first, then the reward."

THE SOCIAL CONTRACT: ***Could you expand on the idea of carrying capacity?***

GARRETT HARDIN: Carrying capacity falls under the heading of the conservative principles. For the animals other than human beings, which most people just call animals, the carrying capacity causes no essential trouble, no arguments. The carrying capacity for deer of a piece of land can be determined with considerable exactitude by the experts, who can look over the situation, make measurements, and so on. They'll come up with a figure. They'll say the carrying capacity of this square mile of land is seventy-five deer, say. And maybe it's seventy, maybe it's eighty. But it's about seventy-five. Now they acknowledge that there will be differences from year to year, but by the official carrying capacity they mean the safe carrying capacity. In other words you have to allow for bad years as well as good years, and keep the number down to the bad-year level so that you have a safety factor. Just as you have the carrying capacity of a bridge, you have a safety factor there. In the same way. But with that qualification, carrying capacity is a very sharp idea with non-human animals.

When we come to human animals, aside from the safety factor consideration, we run into some other factors that cause considerable trouble. Do you have in mind that people have meat in their diet, or are they going to be on a vegetarian diet? If they're going to eat a vegetarian diet, somewhere between five and ten times as many people can live on the same piece of land, and that's quite a difference. Are people going to live a luxurious life or a very simple life? Are they going to ride around in expensive automobiles, or are they going to ride buses and trains, or walk and ride bicycles, and so on? All of those figure into the carrying capacity. In other words, the quality of life - the physical quality of life.

And the simplest way to put this is in terms of energy. This isn't the whole story but it is a very quick way to grab hold of the problem. We require 3,000 kilocalories a day per person simply to live, and nothing more. Actually, Americans, at the latest reckoning, use 211,000 kilocalories a day per person. That's the quality of our life. When you come

to countries like India or Bangladesh, they use, say, something like 30,000 to 40,000 kilocalories a day. Let's say 30,000. In other words, they use ten times as much energy as they need for food alone. But what do they use it for? Well, they use it for their clothing. They don't need as much in a tropical climate as one would in a colder one, of course. And they have some automobiles. They have some buses, and machines of various sorts, and these use up some of the energy. But they live on a much smaller energy diet than we do. So, if you ask what is the carrying capacity for any piece of real estate, you have to specify at what level of living. There is no unique answer for carrying capacity. Asking that question immediately raises the problems of value. What quality of life do you have in mind? The higher the quality of life, in the physical sense, the lower the carrying capacity, and vice versa.

THE SOCIAL CONTRACT: ***Thomas Malthus has been criticized for being wrong about the issue of human population and carrying capacity. What can be gleaned from the work of Malthus?***

GARRETT HARDIN: It is standard in certain quarters, particularly literature and sociology quarters, to decry Malthus as if this is something that has been completely disproved and all a bunch of nonsense. This is like saying that the idea that two plus two equals four is an old-fashioned idea that we've outgrown. It just isn't true.

The population situation is actually very complicated. The point is: Malthus did make mistakes. And if you look on his work as a prediction of what was going to happen in the immediate future, then, of course, he was very wrong, because he was saying that if there is any further population growth in England there would be massive poverty as a result of it. And that was not true. Before he died the population of England had increased a great deal, and there was no question but that people were wealthier than they had been before. So, what happened was exactly the opposite of what Malthus had predicted.

But that isn't really the heart of Malthus. The heart of Malthus is that there are limits to the world. Now even this assertion is under attack by certain people, such as Julian Simon, who says there are no meaningful limits. Well, there I part company with Simonians. I think there are meaningful limits and we've got to live with them.

THE SOCIAL CONTRACT: ***How is the United States addressing population control?***

GARRETT HARDIN: Oh, there's no population control in the United States at all because we don't agree we're overpopulated. Overpopulation is always someplace else. Planned Parenthood, a couple of years ago, tried very neatly to get people to see this. I think it was very good. They got out a bumper sticker that said, "Trouble parking? Support Planned Parenthood." This is good because the way in which we see the effects of overpopulation are not the classic instances of starvation. They are these other things such as no parking space. From an educational point of view, those of us who think population growth is important, we have to get people in America to see that the signs of overpopulation here are quite different from what they are in, say, Africa. And you have to interpret those signs rightly. Don't interpret the lack of parking spaces to be matter of malfeasance on the part of political leaders.

Here in Santa Barbara there has been a series of letters objecting to the fact that it's being proposed that they charge for parking down near the beach. Some people have written in to say, "I like to park there. I'm retired. I like to park there and stay all day." What the writer doesn't see is there are only so many parking spaces. What are we going to do? You've got to allocate them one way or another. If you allocate them on a first-

come/first-served basis then the early risers get the spaces and the late risers don't. Maybe that's the best system. But it's got to be allocated on some system, and that's a consequence of population growth. If we had only half as many people in Santa Barbara, we wouldn't have to raise this issue of parking meters at the beach. But people don't see the connection.

THE SOCIAL CONTRACT: ***What are the main differences between your approach to population stabilization and the Ehrlichs' approach?***

GARRETT HARDIN: Well, the Ehrlichs' approach is infected too much with this Christian, liberal fallacy - the idea that you can get what you want by being infinitely gentle with people and rewarding them in advance for appropriate behavior. I just don't think they're sufficiently hard-nosed about this. I favor Bertrand Russell's approach (in 1949) in which he said: even if we could create this one world that people dream of, it would soon shatter because the moment you have one world, it starts dividing into groups who fight with each other. But if, in fact, you think Russell is right, then stop trying always to push things in an impossible direction. Say, "well, we're going to have to continue to live with our enemies." How do we do it?

THE SOCIAL CONTRACT: ***The Ehrlichs promote the concept of living within limits, but they're soft on the restriction of immigration. Does this confuse the issue of carrying capacity and population control for the US?***

GARRETT HARDIN: It sure does. The Ehrlichs are such a good influence in many respects. It's too bad that they are apparently irretrievably hopeless on this issue. If you're going to have to have separate countries, the only way to have separate countries is by having barriers between them. Whatever you call them, there have to be barriers and the Ehrlichs don't want that, they don't want barriers, they want one big happy world. This is a common fallacy among scientists and scholars of all sorts, and I think it comes about when they're not thinking clearly enough about their own exceptional situation. The fact is, if you are a scientist, you can go to any place in the world and walk into a good laboratory and be at ease. The people there are doing the same thing you're doing back home. The same is true of musicians. This gives you a false impression of the unity of humanity. But this is true only for the scholarly community. It's not true for a politician. Think of the sort of thing we've seen in Central Europe in recent years. My gosh, just try as you will to get these people to sit down at the same table and they'd rather cut each other's throats. This is the way most people are, and scientists and scholars have to get used to it In Central Africa, there isn't a chance of having a unified country in the lifetime of anyone now living or even ten lifetimes.

THE SOCIAL CONTRACT: ***Environmental organizations promote conservation and the preservation of natural resources. However, most of these organizations will not express their position on population. Do these organizations actually do a disservice to their cause?***

GARRETT HARDIN: The environmental people consist of two groups, one of which thinks that is a very fundamental principle to follow and another group which refuses to do it. And I would just give as an example, The Sierra Club. They have had person after person write them letters, lecture them, and say, "for Cod's sake, do something about population, do something about immigration." The Sierra Club will not raise a finger. You see, it's afraid of losing members, and so what they're doing is useless because they can't possibly save the world they want, this world of natural beauty, if there's no control of population. If they won't face that, they might as well give up, go home, get drunk, because they have no purpose in life. The bigger organizations are usually the

worst because they are established and they don't want to give up their established clientele. The same thing can be said for the Audubon Society. ZPG, Inc. (Zero Population Growth) is actually a small organization, but it got started on the wrong foot, and they came out early for open immigration, open borders. Absolute insanity.

THE SOCIAL CONTRACT: ***Is that a matter of financial support do you think?***

GARRETT HARDIN: Yes, but in an indirect sense. They realize the moment they change they're going to lose immense financial support If ZPG, Inc. changed now, and said, "we're absolutely for closed borders and controlling people from coming in," they would lose ninety percent of their membership. But so what? Their membership is on the road to ruin. The Sierra Club is in the same position; likewise, the Audubon Society. They will not face facts because they don't want to lose any members.

THE SOCIAL CONTRACT: ***Some restrictionists believe that immigration has bound them to the replacement level fertility in the US of either 2.1 or 2.3 children per family. They justify having more than 2 children because immigration has infringed upon their rights to have 3 or 4 children. Their position is that by restricting immigration to the US., the replacement-level fertility would increase and allow them the freedom of having mare than 2 children they desire. Is this justified?***

GARRETT HARDIN: Sure, in terms of the argument. If they will settle for zero-growth population, and if they will restrict immigration, by arithmetic reasoning the average family size could be greater. But I think there are other reasons for restricting immigration that are more powerful. My position is that this idea of a multiethnic society is a disaster. That's what we've got in Central Europe, and in Central Africa. A multiethnic society is insanity. I think we should restrict immigration for that reason. Having done that, then we can ask, are we having enough children or not? If our population is decreasing ten percent every year, we might decide we're better off by ten percent every year. Or on the other side, we say, "we've got to stop it at some level." When that level is reached, we can offer community rewards for those who will have more than the usual number of children. This can be subject to a reward system.

THE SOCIAL CONTRACT: ***Has your essay, "The Tragedy of the Commons," been misconstrued?***

GARRETT HARDIN: Yes, yes. On some of these ideas I try to correct people over and over again, because like every subtle idea, it acts as a sort of Rorschach test and people see in it what they want to. If I had written more carefully, maybe I could have avoided that, but maybe not. If I were doing it over again I would summarize the idea more carefully somewhat along the following lines: that "in a crowded world, an unmanaged commons cannot possibly work." In the original, I did not refer to a "crowded world," but that's an essential part of it. Also the term "unmanaged" - I didn't put that in initially. That was the implication, but I didn't put it in. The omissions have caused people to misunderstand the meaning. We have people on the right sometimes thinking I'm giving a defense of the left position; people on the left think I'm defending the right position. I try to tell them I'm not defending either position.

In 1979 I finally prepared a one-page summary, together with a sort of a box in the middle where I summarized things, and then some words to go along with it in which I tried to set down exactly what I thought it meant. I pointed out that if the world is not crowded, a commons may in fact be the best method of distribution. For example, when the pioneers spread out across the United States, the most efficient way was to treat all the game in the wild as a commons, an unmanaged commons ("Just fire away") because

for a long time they couldn't do any real damage. Whereas, if they tried to set up some sort of management scheme, they would have had the cost of managing. So, in an uncrowded world a commons is fine. But as soon as it starts getting crowded, then it doesn't work because each person, seeking his own self-interest - even though he sees that the result is bad for all of them - is trapped into mistreating the commons if it is unmanaged, if the rule is "help yourself." At that point you have to have some other rule.

There are two possibilities. Either you set up a commons manager (which is what you do under socialism) or you divide up the territory and assign it to individuals for each to manage as his own (private property). That can work, too. Either system may work: privatism or socialism. They may not, but they may. There's a chance. Whereas the unmanaged commons hasn't a chance of working once the world is crowded. Everything I've said now is really implicit in the original article, but I didn't make it as clear as I should have.

THE SOCIAL CONTRACT: ***On the concept of "the tragedy of the commons," do you believe there is a danger with constantly presenting the threat of doom to people such that they become insensitive and unmotivated as to the consequences?***

GARRETT HARDIN: Oh, yes. Sure. This is a persistent danger, and I don't know what the answer to it is. It's a matter of temperamental differences no doubt built on education, that some people, defensively, simply don't want to hear unpleasant news, even if it's true news. Of course, I'm one of the people sometimes called a doomsayer, so you might ask: what's my defense? Well, I find my conclusions not gratifying, but somehow pleasing - somehow acceptable and profound, with the attraction of an idea of tragedy. This appreciation is largely missing from our society, partly because of the immense progress of science and technology and the dominance of the idea of progress. If anything goes wrong, there must be a solution to it. So we think.

We're a rather exceptional civilization in this way. The Greeks had a very keen idea of tragedy. There are many things that just can't go right. In all the stories of tragedy, the hero is told in advance what is going to happen, and then he tries to avoid his fate, switching to left and switching to right. But no matter what he does tragedy eventually hits him anyway.

This occurs among the Greeks; it occurs in the folktales of Europe, and so on. It's only in the last 200 years that the taste for that sort of story seems to have disappeared. I think we may be passing through a transition now when a new appreciation for tragedy may come back again. I'm afraid this appreciation will come back to us only after considerable pain and suffering. I would prefer to see it come back without so much suffering, in other words through just sheer intellectual understanding.

I agree with Whitehead that the idea of tragedy played an essential part in the development of science. Tragedy brings a feeling of the inevitable, a feeling that something is inescapable; and that is the idea of a scientific law. You may not like the thought of people dying because they happen to fall off the third story of a building, and they don't always die when they fall off the third story, but most of the time they do. And if not the third, the fifth. And there are some exceptional occasions -there's one occasion of a guy falling out of an airplane at 2,000 feet and living. But still, behind the confusing facts there is the inescapable law of gravity. So that's it. And Whitehead said this idea of inescapability, which is almost a religious idea, is essential to science.

That's the only way to put it.

THE SOCIAL CONTRACT: ***What will be the condition of the U£ going into the 21st century if current population trends and immigration policies continue?***

GARRETT HARDIN: In reading the trends remember what DuBois said: "Trends are not destiny." If you really read the trend correctly, you may decide to change it. You don't have to do what the trend says. But reading the trend right now we see that we're moving toward a larger society, faster growing, more diverse, more multicultural, and less peaceful. We're moving toward a stale of steady civil war between the various groups that we're encouraging to come here. I see nothing but disaster ahead for us if we continue chasing after multiculturalism.

THE SOCIAL CONTRACT: ***You're in your eighties and you've just written another book. Do you have other goals you're pursuing? How do you plan to devote your time?***

GARRETT HARDIN: Doing what I'm doing now. I have a lovely life. Right now you're here when I'm in one of my rare inactive moods. I decided I'm not going to work this summer. I've been working hard for five years and enough's enough! So I'm straightening up the study. I've got to get things in better order; but I'm just enjoying myself. My day is this: I get up at 6:30, dress, shave, make my bed, eat breakfast at 7:00, and read The Wall Street Journal, because I like the major stories. I'm not making money off it, but they have some good stories that most of the newspapers don't have. It's good journalism, in my opinion. At about a quarter of eight, I come out to the study, and I work through the morning, 8:00 to 12:00. Have lunch, then a nap, then a swim. It takes me an hour for my swim, but I don't think I'd be alive today without that swim; it's just wonderful. The rest of the day I read the paper, play cards with my wife, various things, It's really quite an easy life. I used to work an eight-hour day or more Now I work just four hours, which is appropriate for a person my age, and I wouldn't want anything better. I'm fortunate that I have enough retirement pay to be able to do this ... no debts.

THE SOCIAL CONTRACT: ***A last question: how would you like to be remembered?***

GARRETT HARDIN: I find that I'm known most widely for two things. One is my paper, "The Tragedy of the Commons." This is in the literature permanently. It's part of economics. That suits me fine. I'm proud of that. The other paper - which had as a theme the phrase which I didn't coin, but it caught people's attention - is "Lifeboat Ethics." Ours is a limited world, and we have to find out how to dispense the goodies. We have to find the method of triage when there aren't enough goodies to go around. Many people damn me as "heartless." But the world is limited.

THE SOCIAL CONTRACT: ***Well thank you. It's been a pleasure.***

End of interview.

Disponível em: Living in a World of Limits

Anexo III

Transcrição de entrevistas realizadas com os Guiões A e B

Bom dia.

Bom dia.

Gostava que me falasse um pouco do percurso pessoal. Aqui em Aveiro… ou caso não tenha nascido em Aveiro…

Sim senhor. Eu nasci na Gafanha da Encarnação. Sou filho de um mestre de pesca e de um pescador de bacalhau. Que era o … que era da família dos Palões. Uma família muito tradicional aqui em Aveiro. Muito ligada sempre à arte das pescas. O meu avô era o Arraios Palão da Costa Nobre. Eram pessoas oriundas da Torreira. Daquela zona que depois… devido à pesca e às praias melhores para trabalhar, que trabalhavam com a arte da xávega do antigamente no litoral de Aveiro, da nossa costa, aqui, afecta à Ria de Aveiro. E já era Arrais de pesca da xávega.

Chegou a ir alguma vez para a pesca longínqua com o avô do senhor?

O meu pai e eu. O meu avô que tenha conhecimento não. Nunca me ouvi histórias do meu falecido pai, e da minha mão que também já faleceu. Nunca ou vi histórias de que o meu avô… dizem que era um homem muito grande. Era um daqueles homens grandes. Os filhos também o eram. Os filhos que eu conheci do meu falecido pai. Os três irmãos. Já falecerem os três. Foram três que eu considerava três monstros da pesca do bacalhau. O João Vieira… João Palão. Palão é a alcunha de família… Chegou a se condecorado pelo antigo comandante Tenreiro. Foi a primeira linha portuguesa do bacalhau. O homem que apanhou mais bacalhau naquele ano. Sozinho.

Ele falava-lhe com saudade desse tempo?

Falava. E as histórias que ele contava… é … o meu pai morreu muito cedo. Morreu quando me fazia mais falta para mim… porque eu tinha uma relação muito…, isto assim, só para vermos as descendências e o que nos traz à pesca… … o meu falecido pai teve quatro raparigas. Ele andava na pesca do bacalhau… e antigamente eles quando vinham… tinha mais uma menina, não é? E depois nasci eu. O rapaz. Diz-se, consta que quando ele recebeu a notícia foi uma festa a bordo do barco. Do barco que ele andava. Salvo erro era o 'Maria Luísa' ou o 'Navegante' que ele andava. Ele naufragou no 'Navegante'…. Andou em vários. Quer dizer, mas foi uma festa. Porque tinha-lhe nascido um filho. Um filho homem. E então para ele foi uma loucura. E eu era a loucura do meu pai. Posso dizer que eu tive uma relação com o meu pai… como pai… tive uma relação extraterrestre. Tive uma relação fora do normal para aquela época. O meu pai era o meu colega, era o meu amigo, era o meu companheiro de trabalho, era o meu conselheiro. Era tudo. Era uma pessoa, que eu gostava de estar presente sempre com ele. E depois faleceu cedo. Teve um acidente. Passou tantos perigos no mar… cinquenta anos de vida no mar… para morrer num acidente estúpido de viação… em terra… acontece…

Que idade tinha?

Tinha 62 anos. E depois… já tinha falecido o meu… o primeiro irmão deles… que era o meu tio Luís. Foi mestre de sardinha e pescador de bacalhau. E era o maior dos irmãos… era o mais parecido, dizem, com o avô. Chamavam-no bexigoso, porque ele tinha aquela face assim… por causa das bexigas, sabe? Era um homem com quem eu gostava muito de trabalhar. Trabalhei com os três… mas era um homem fora de série. Era um homem… de uma sensibilidade… e parece que nos abraçava… assim dentro daquela…

Força dele…

Força interior tão grande. Um homem tão grande e tão débil, tão macio, tão humano a falar. Sim, era um homem excepcional. Eram os três diferentes. Todos tinham o seu perfil. O meu tio João talvez fosse o mais… o que foi primeira linha portuguesa… era o mais destemido, incisivo. Tinha a fama de também ser o mais mau deles três, o mais imperioso… gostava mais… o que ele dizia tinha que ser uma escritura. E foi o último a partir. E eu era como qualquer um dos filhos dele… nos últimos anos de vida dele… que ele foi operado três ou quatro vezes ao coração e o cardiologista dele… (telemóvel tocou)

ok, já está… diga-me então que idade tinha quando perdeu o seu pai? Porque tinha ainda a sua mãe, na família, não?

Não eu perdi o meu pai tinha eu… por volta dos trinta anos…

Custa depois com os filhos, não é? Faz muita falta…

Quer dizer… há coisas que eu… eu não quero enfrentar a perca do meu pai… como lhe disse há bocado… eu perdi um pai… um amigo, um colega de trabalho, um colega de armas, o meu braço direito. Era daquele género… vamos fazer isto… já devia estar feito… Não havia imposições nem limites e a única forma de eu conseguir superar foi… imaginar… como ainda hoje, que ele foi embora, mas continua sempre ao meu lado… portanto, o meu pai trabalhou sempre para outras empresas. Nunca foi armador, mas chegou a emprestar dinheiro de casa dele aos armadores para os barcos não pararem. As tripulações passaram sérias crises na pesca da sardinha, e ele chegou a levar dinheiro de casa dele para o pessoal… para a companha dele. Para eles não desistirem, não desanimarem, não irem embora. Foram… passaram fases muito difíceis. Depois quando se reformou… juntaram-se outra vez os três… os três irmãos.

(telemóvel tocou)

Ora, estávamos a falar… ora, foi aí… eu saí da companhia do meu pai e dos seus irmãos, porque… a minha ânsia de chegar mais longe começou a ser maior. Pronto, porque eles estavam numa fase da vida que a pesca era o modo de vida deles, mas era o entretêm do passar do tempo… porque eram homens com uma certa idade, os três. Ainda comprámos um barco de Marrocos e andámos na pesca em Marrocos. Juntos. Os três. Com a família toda metida lá dentro. Fizemos pesca em Marrocos um ano… um ano e tal… só depois quando houve aqueles no Sahara, aqueles com os espanhóis não sei o quê, aqueles mortos… deu-lhes medo. Viemos embora para a costa. E eu… foi aí a minha separação deles. Eu parti para a minha. Depois vim da tropa. Comprei um barco. Para mim sozinho, em princípio. Depois um cunhado meu quis ser meu sócio e foi. Depois tivemos esse barco seis anos. Que era 'Jéssica'. Ainda não chegava para os meus horizontes. Eu tinha ânsia de mais. Depois fui à Povoa do Varzim, comprei o das 'Oliveiras'… que deu origem a este novo.

Já era casado, na altura, portanto…

Eu casei… eu casei muito novo, na altura. Ainda não tinha 18 anos. Se fosse agora, se calhar ia preso...

Que idade é que ela tinha? Depende…

Dezoito. Ela é mais velha do que eu quatro meses. Fez os 18 primeiro que eu. Se fosse agora éramos considerados…

Desde que tivessem o acordo dos pais dela pelo menos… ☺

Sim tínhamos o acordo de ambos… e depois… eu não tinha vícios. Nem de café, nem de jogos… nem de nada. O meu vício era o desporto e era o mar. E depois nunca saía à noite. E eu gostava da minha mulher e casámos muito novos. Tivemos dois anos e meio, três amos sem ter filhos, depois… ela engravidou tivemos o primeiro filho. Ao contrário do meu pai tivemos três rapazes. Tenho de 32, 33, com diferença de 15 meses e tenho agora o mestre João que é o que nos veio substituir nas 'Oliveiras'.

Que tem que idade?

Tem 25 anos. E que veio para o mar… …depois de tirar o 12º ano com 18 anos. E ter umas notas excelentes. Mas teve um desgosto. Concorreu à Escola Naval e não entrou, porque … ele era jogador de basket… você se calhar daqui a bocado vai conhecê-lo, não sei se ele virá cá… ele era jogador de basket, era base e não consegui fazer as elevações na marinha porque tinha uma micro ruptura no ombro direito… e não o deixaram repetir mais tarde…, não o deixaram incorporar na escola naval, com os exames que ele tinha e as notas que ele tinha de 19,5 em todas as disciplinas que lhe foram impostas, mas não consegui na parte física fazer elevações…

Pois, eles na parte prática se calhar são muito rigorosos…

Exacto.

Bom também podia ser perigoso para ele… depende do que fosse fazer…

Bem, tinha uma micro ruptura. Mas aquilo era na fase para entrar. Era para ir para a escola naval. Depois mais tarde disseram que tinha que se ir por outros caminhos…

Tinha que ter conhecimentos, era?

Tinha que ter pedido a 'a, b, c, ou d'. E eu acho que as pessoas, para adquirem os seus objectivos, tem que ser pela competência delas, e não pela… e é assim que tenho pautado a minha vida. E pronto. Desculpe se nos desviámos um bocadinho do percurso…

Não, não de forma alguma… Já agora diga-me os seus filhos andaram na mesma escola, em pequenos, que o senhor?

Os meus filhos? Se andaram na mesma escola que eu… Por caricato que seja, portanto eu fiz a primária na Gafanha da Nazaré, eles fizeram a primária na Gafanha da Nazaré ainda. Porque depois o meu pai mudou-se da Gafanha da Encarnação para a Gafanha da Nazaré. Por estar mais perto do porto bacalhoeiro. Fez casa lá. E os meus filhos andaram na mesma escola que eu andei. E depois… passaram para a secundária e foram lá… andaram na mesma escola que eu andei até que… que eu fui para a escola José Afonso, de Aveiro no ciclo, que era por dois anos e depois fui para a escola. Que é agora a escola nº 2, que era as oficinas, a escola comercial e industrial de Aveiro. Que é agora a escola nº 2, que é a escola de cima. Era a escola Comercial e Industrial. Era onde se formavam os torneiros, os carpinteiros, os mecânicos… os empregados de escritório… toda a gente se formava ali. Porque era uma escola de cursos técnicos. E eu tirei lá o 4º ano de gestão e comércio, quando abandonei. Os meus filhos também lá andaram mais tarde nessa escola.

E entre o tempo em que lá andou e o tempo em que os filhos lá andaram… eu perguntei por um motivo…, acha que essas escolas estavam diferentes? Estavam melhores, estavam piores…

Estava… estavam diferentes… estavam muito diferentes… principalmente no aspecto… eu achei… havia menos autoridade, menos disciplina. Só nesse aspecto. Mas costuma-

se dizer: de casa é que vai o serviço feito. Eu acho… nesse aspecto eu acho que é a família… a mãe de todas as virtudes. Portanto, o mal, quando vai, vai de casa. Não é…, não é os professores que com mais ou menos autoridade que conseguem… para mim, na minha lógica de ver a vida. Porque eu era um aluno muito… eu posso lhe dizer que nunca peguei num livro para estudar e tirei o 4º ano de gestão e comércio. Era o segundo melhor aluno da escola. Tive trabalhos meus expostos. Que eu gostava de fazer as minhas coisas… de escrever, de fazer as minhas macacadas e tal. Tive trabalhos meus expostos na pauta, as redacções bonitas iam para a pauta, e eu gostava de ver lá as minhas. Era muito bom a francês. Era um bocadinho mais débil a matemática e física. Não era como os meus filhos, que eram bons. Só o mais velho é que era um bocadinho mais débil a matemática. Mas os outros eram bons. Principalmente agora este que é agora o mestre do barco. O João. Era muito bom a matemática e física. Para mim não. As disciplinas que eu gostava eram de História, de Português. De francês. Naquela altura o francês era obrigatório. Nunca gostei muito de Inglês. Não sei porquê. Mas não gostava de inglês. Nunca me propus a aprender inglês por isso. E o francês era obrigatório.

Sente falta de aprender agora o inglês, ou…?

Sinto, sinto. Sinto falta. Porque é uma língua que eu… porque agora não se sente tanto a falta do francês…

Eu sinto… de aprender francês nalgumas coisas…

Pois. Você veja, … eu, eu como não… sabe que eu com 14 anos… era uma criança, … eu emigrei. Eu emigrei com 14 anos. Num período que… na Alemanha ganhava-se muito dinheiro… tinha daqueles primos que agente inveja porque vêm cá todos os anos com um carro… estava na pesca na Alemanha na (local) E eles: anda e tal… e eu, como o meu vício era o mar… porque eu fiz a escola, e entre o percurso primário e o secundário quando estava no liceu, desisti no quarto ano. Desisti, porque não acabei o 5º que era o último ano. E desisti com 14 anos que era a idade que tinha na altura…

Mas… como…era muito novo…

Porque eu era muito bom aluno, eu fiz a terceira e a quarta classe num ano. Tinha facilidade em aprender. O que era é que às vezes diziam que eu estava hipnotizado. Eu, durante os minutos da aula, eu estava absorto, eu bebia aquilo que o professor dizia. E depois, eu lia muito. Era sócio da biblioteca… daquela biblioteca… a itinerante, aquela muito conhecida que vinha aqui… da Gulbenkian. Acho que era de três em três dias, vinha e eu ficava com um maço de livros. Eu gostava muito de ler. Ainda hoje gosto. De ler. E lia muitos livros de filosofia. Gostava muito da filosofia. Eu estudei quatro anos filosofia. Portanto, naquela altura tínhamos a disciplina… e eu quer dizer, gostava da disciplina e gostava daquilo que lia. E aprendia. E convivia com pessoas. No mar. A vivência com pessoas enriquece-nos. E eu, sabe que eu fugi à escola para ir para o mar. Depois ia levar caldeiras às professoras. Ia levar uma caldeirada para não me marcar falta. Engraxador… mas eu já tinha o bicho do mar, e continuo a dizer que tenho hoje na mesma…

Arrependeu-se de emigrar?

Não, porque foi uma mais valia que eu fui buscar.

Foi uma experiência diferente…

Tinha 14 anos. Veja, agora, com 14 anos, quem é o miúdo que se lança para a vida? Eu tinha uma vida boa. Em casa do meu pai nunca faltou pão. Uma vida estável… razoável.

Mas aquela ideia da Alemanha, dos carros do meu primo… a vivência dele, da maneira de ele vestir… já mais diferente da nossa aqui. Mais moderna. E fui para a Alemanha com 14 anos. E logo, eu, pronto, viram que eu era esperto. Não sei se era se não. No aeroporto, nós íamos duzentas pessoas de assalto, chamava-se assalto, naquela altura. Tirámos o passaporte de turista, e fomos… e chegámos ao aeroporto de Frankfurt e, desses duzentos, só passámos três. E eu passei, e os outros dois passaram porque eu sabia falar francês. E comecei a falar. Disse que ia para casa de família, na Alemanha, passar férias, e tal… e os alemães acreditaram naquilo que eu disse. Eu levava algum dinheiro. Não era muito, mas levava. E comunicava… estávamos no aeroporto à espera da confirmação se existia realmente alguma família na Alemanha, e existia em Guxaven. E então, passámos em Frankfurt. Fomos para Hamburgo de avião, e depois lá fomos de táxi até lá chegar. E foi a minha ida para a Alemanha. Estive cinco meses e dezoito dias. Cheguei a Portugal, no primeiro dia 1 de Maio, feriado nacional. Dia do trabalhador.

Primeiro dia? De que ano?

De 1974.

Ena, pá! Veio…

Tinha dado o 25 de Abril. O primeiro de Maio. Foi feriado nacional. E, eu, na Alemanha, o que é que vi? Tive numa escola a aprender a trabalhar nas redes. Algumas coisas, eu já sabia daqui, de aprender a trabalhar nas redes. Tirei a Cédula alemã lá. Embarquei, ainda não tinha os 15 anos. Tirei como moço. Nessa viagem fui promovido a redeiro… com 15 anos. E na segunda viagem que eu fiz fui como mestre redes. Comandar homens com o dobro da minha idade. E quando eu vim embora o Capitão… sei lá… ele chorava por mim.

Voltou… porque tinha saudades?

Não. Voltei porque… simplesmente achava que não era justo o que estavam a fazer… pois e eu também era uma criança, as saudades eram muitas. Sentia falta do pai e da mãe. Não queria estar separado deles. Fui sozinho. Depois, aconteceram uns episódios… em casa da minha tia, não era visto como um filho dela. Não havia aquele afecto que eu sentia… que eu precisava. Era difícil, eu com 15 anos. Hoje, com 15 anos só deixam trabalhar as crianças que vão para a televisão. Não consideram ser trabalho. Aquelas que os próprios pais levam para a televisão, para fazerem programas… isso não consideram trabalho. Se empregarmos alguém com 14 anos é exploração infantil…, está a perceber? Isto é muito caricato. Há coisas… quer dizer, pais que levam crianças para fazer programas de televisão à noite e seja a que horas for, não é exploração infantil, porque é na televisão. Se a gente contratar uma pessoa, que eu acho que é a idade ideal para aprender uma profissão. Que nem toda a gente nasceu só para estudar. Havia de haver sempre escolas para carpinteiros, para pedreiros, para torneiros. Nós havíamos de ter gente profissionalizada. Isso é tudo uma escola. As pessoas perdem os princípios, por aí.

Sim, ou mesmo, podem trabalhar nas férias…

Eu trabalhava nas férias. Eu com 10 anos não ia para a praia. Porque chegavam os navios, e nós como éramos pequenos éramos recrutados pelas oficinas para ir haver os tanques. Do óleo de fígado de bacalhau, do gasóleo… e éramos crianças.

Com que idade é que começou a ir para a pesca, Sr Adelino?

Eu? Eu fui para o mar a primeira vez com 2 anos de idade.

Ena, pá!

A minha mãe dava-me chucha. E foi de táxi a Viana do Castelo dar-me mama! E foi buscar-me. Porque o meu pai era doido por mim. Porque veja, a seguir a quatro raparigas nasce um rapaz. Eu era um brinquedo.

Foi a loucura completa.

Pois é, pois é. Eu era o brinquedo. E depois tive uns pais que não eram retrógrados. Eu pedi-lhes par ir para a Alemanha. 'eh pá, queres ir para a Alemanha vai' e eu fui e trabalhei com 35 graus negativos. E aguentei-me à broca. E depois… ☺ depois cheguei cá e fui trabalhar outra vez com o meu pai. Porque eu disse aos alemães: o quê? Então eu venho para aqui trabalhar. Dar o meu corpo ao manifesto e chego à terra com mais trabalho e mais horas de trabalho que aqueles e por não ter dezoito anos, por não ter a maioridade…

Ganhava menos…

Eu descontava 75% do meu ordenado na Alemanha. Ainda agora dizem que se desconta. Eu descontava 75% do meu ordenado, que esse dinheiro era meu. Mas era dinheiro que estava a ser descontado de mim para a formação de outros. Está a entender? Já naquela altura. Eu, com a minha pequena visão vi que havia uma distância, uma diferença… de dez anos entre a Alemanha e Portugal.

Mas que lá era pior…?

A Alemanha era um país em evolução. Completa. Aquilo era tudo… Eram as meninas nos bailaricos. Era tudo. Quer dizer a explosão que eu vivi na Alemanha em 74 e em 75 que depois voltei, quer dizer depois vim-me embora de vez… quer dizer aquela explosão que eu vi lá naquela juventude e aquela maneira de gastar desalmadamente era aquilo que eu considerava… e em Portugal não havia isso, havia o poupar. Actualmente, os alemães poupam. Voltaram ao antigo. E nós estamos a gastar. Aquilo que temos e o que não temos. Mesmo… veja a nossa juventude. Ouça, eu nunca recebi uma mesada. Desde pequenino. Eu com nove, dez anos, a minha mãe fazia já naquele tempo, eu apanhava camarão, ia pescar camarão, sozinho num bote aqui na Ria, e eu apanhava quarenta, cinquenta quilos de camarão. A minha mãe cozia, fornecia o Imperial, fornecia o Centenário, fornecia o Alvor, fornecia o Rossio, o Augusto. Portanto tudo zonas que ainda hoje existem. Só o Alvor é que não existe dessas que eu estou a nomear. As casas marisqueiras que gastavam muito marisco, e apanhava-se muito camarão nesta altura. Eu com oito ou dez anos apanhava camarão. Quer dizer… e eu nunca tive mesada. Agora os miúdos: pai dá-me uma mesada e tal… quer dizer, eu acho que isto aqui levou uma evolução. Só que a evolução não foi regrada porque… o dinheiro não resolve a vida às pessoas, por vezes.

Pois, depende das escolhas, não é?

Eu acho que há muito percurso de trabalho. E é isto que eu como associação me esforço por… da minha vida que começou agora, eu já tinha idealizado e planeado. Numa altura, a seu tempo eu queria fazer alguma coisa de útil, porque vejo… mas há um trabalho muito grande social para desenvolver. O problema das pessoas, continuo a dizer que não é o dinheiro. É a maneira de se ensinar as pessoas a ser, a ter e a saber se conter, quando têm o dinheiro. E esse trabalho não pode ser feito… eu estou disponível para o ajudar a fazer. Tenho batido esta tese. Já o disse em vários lados… são coisas que nos deixam ficar assim com água na boca. E são possíveis porque são desafios que nós temos que são difíceis. Isto é difícil, a gente dizer 'gostava de ver os pescadores vistos

de maneira diferente em Portugal. Nós, em Portugal, o pescador… até agora até há bem pouco tempo… agora ainda mudou pouco, o pescador era o individuo que bebia, era o individuo que não tinha instrução uma ideologia de vida normal, que era insurrecto, criado… era visto assim, era como se fosse um marginal da sociedade. Mas veja tão próximo de nós… os galegos. O pescador é visto como um doutor. Eh pá! O pescador entra num banco… num banco em Espanha com um pescador que não tinha o nível que eu já tinha atingido cá e as pessoas… eu vi como é que as pessoas são tratadas…… a diferença.

Porque é que acha que isso acontece? Acha que tem a ver com a pesca artesanal ou…

Eu digo. Eu estou na pesca por amor. Estive sempre. Eu não tinha necessidade. Não estou na pesca por imposição. Há muito aquele parecer de: as pessoas estão na pesca por imposição. Não sabem fazer mais nada, vão para a pesca. Os bons pescadores são aqueles… portanto… há os pescadores de ocasião… que vão para a pesca… e aqui a nossa Ria funciona um bocadinho com isso. É um mal socialmente interno. As empresas estão mal. Há pouco trabalho. Há falta de emprego. As pessoas vão para Ria. E o que eu digo: são pescadores de ocasião. Vêm tentar tirar na Ria o sustento das suas casas. Vem tirar dividendos à ria momentâneos à Ria.

Mas esses não ficam…

Esses não ficam. Esses tão aqui meses meia dúzia de meses, podem até estar um ano ou dois. Depende do tamanho das crises e depois vão embora. Mas os pescadores aqueles com tradição que vivem da ria…

Que são filhos de pescadores…?

Que são filhos de pescadores, que são filhos da Ria, que amam este género de vida que gostam que não sabem fazer mais nada, mas que não é não saber fazer mais nada de não ter. É de não querer. Eles estão fora da Ria um dia, fala-se de pesca, nos fazemos uma reunião fala-se de pesca, nós encontramo-nos num lado qualquer fala-se de pesca. A minha esposa diz: eu vou de férias… Eu, já corri 54 países. Andei uma fase da minha vida que andei no comércio, e também já visitei alguns países de… a primeira vez que eu fiz férias na minha vida tinha 42 anos. Quando eu tirei a primeira semana de férias da minha vida. Nunca estive de baixa, nunca estive doente, nunca estive no fundo de desemprego. Trabalho.

A sua esposa também está na pesca...?

A minha esposa é doméstica. Educou os filhos. Três filhos. Educou-os muito bem. Considero eu. É filha de uma pessoa de trabalho. É da terra.

Diz que ser doméstica devia dar salário, sabe…? Já ouvi dizer…

É verdade. É verdade. Digo-lhe uma coisa, é a profissão mais mal paga do mundo, mas eu… quando digo à minha esposa… eu digo-lhe, às vezes, assim para ela… a brincar digo-lhe assim: oh mulher, tu és a pessoa mais bem paga do mundo. Aquilo que eu ganho não chega para te pagar. E pronto. Quer dizer, casei-me cedo. Casei-me porque gostava dela. Constituímos família. Temos três filhos… maravilhosos. Nunca tivemos razão de queixa de nenhum. Até à data…

Olha, se fossem quatro, era ao contrário. Vinha agora uma menina, não é?

Mas é que o terceiro nasceu, porque nós ao fim de oito ou nove anos, fomos atrás de uma menina. Porque ela tinha feito uma promessa. Morreu uma irmã minha com quatro

anos. Que eu era muito pegado a ela. Dormia comigo. Era o mano da motorizada. Eu tinha uma … e ela gostava muito de andar comigo na motorizada. Ela, … quando ela faleceu, foi o meu escudo. Por isso, também, é que eu casei-me, mais cedo. Ela disse: Não faz mal. Eu depois, eu dou-te uma Isabelinha. Mas a Isabelinha não veio. Veio o João. E agora tenho uma Isabelinha. È a primeira Isabelinha da nova geração.

Que é a neta..?

Que é a minha neta!

Ena! Que giro…

Fez ontem 23 meses. Está linda, linda…

Quase com dois anos. Ora que idade mais gira, mais gira…

É pena não estar aqui. Está no Algarve. Passei lá agora um fim-de-semana, fomos lá passar a casa do meu filho. Passei lá agora um fim-de-semana, que é aquilo que nos dá o alento para continuar a acreditar em tudo aquilo que a gente faz. Na vida. Que é bem feito. Penso eu. Ela está um sonho. È muito simpática com toda a gente, mas ela adora-me. Ela adora-me. Gosta muito da avó e do avô. É assim… é muito simpática.

Vocês têm as gerações quase ao contrário. Tiveram três meninas e o rapaz que é o senhor Adelino e a seguir vieram três rapazes e, não tiveram um quarto filho mas vem a neta que é uma menina…

Pois, que é… as meninas e o menino, não mas já tínhamos um menino. O segundo neto… que a minha nora abortou também era um menino, e agora é que veio uma menina. Do meu filho do meio, que é o que está formado. Em Biologia Marinha e Pescas. Que está a viver no Algarve. Tirou um curso… está a trabalhar na ERA, aquele que eu já tinha lhe dito, aquele que comprou o franchising da ERA e está a trabalhar com a ERA em Almancil. E é dele, os meus netos de sangue, são dele. Tenho mais um neto que não é de sangue, mas é querido como um neto para mim. Que é o filho adoptivo do meu João. Que a esposa dele é mais velha que ele e já tinha um menino. E para mim é meu neto na mesma. Não é meu neto de sangue mas é meu neto na mesma.
E a vida é assim...

Isto… pessoalmente, … Só interrompemos … que eu falei do Oliveiras que comprei na Póvoa do Varzim. Que eu fiquei sozinho. Finalmente sós. Acabaram-se as sociedades. Fiz sociedade com a minha esposa. É a minha sócia. E fiz este barco de novo. Que eu penso, que onde o meu pai estiver, está contente com o percurso que eu fiz, porque já cheguei a fazer uma coisa que ele nunca conseguiu fazer, porque também naquela altura não eram dadas as possibilidades que eu tive… para fazer o barco que fiz, não é? Não era possível no tempo do meu pai… se calhar até era fácil, mas eles nunca enveredaram por aí, porque havia as empresas que eram as detentoras dos barcos e havia os mestres, havia os barcos que tinham os mestres. Agora não. Se não houver os mestres armadores, a pesca de cerco, praticamente, em Portugal, não existe. As empresas deixaram de investir na pesca da sardinha. Praticamente. A pesca de sardinha é feita pela pesca amadora. Dita amadora. Para mim é a pesca mais profissional do nosso país, mas… é uma pesca dita amadora. E fiz este barco novo, e as coisas não têm corrido mal graças a Deus… com uns percalços aqui, percalços ali… que nos vão fortalecendo, vão-nos dando forças para conseguir andar sempre para a frente… não é fácil.

Quantos anos tem este barco?

Este barco vai fazer 15 anos no dia 16 de Agosto de 2011. No dia 8, no dia 8 de Agosto faz 15 anos. Mas foi novo. Fui eu que construí. De raiz por mim. E pronto e é o barco que, … é a menina dos meus olhos. E agora é o meu filho que está a cuidar… porque tenho… quer dizer, não são problemas graves de vida, mas tenho… costumo dizer: tenho os meus ossos todos assassinados. Comecei muito novo. Muito novo a trabalhar. Depois, trabalhei, também, cinco anos em porões frigoríficos. Que era gelador. Na pesca em Marrocos. Andei no Santa Maria Manuela ao bacalhau. Andei na pesca de Marrocos, no rio Casto, no 'Lavadores'. Quer dizer… e andei num barco alemão, no comércio nove meses, e andei em barcos… andei na Alemanha no 'Altona'… duas viagens no 'Altona' e uma no 'Convence'. E foi assim uma vida sempre preenchida, sempre cheia… de nunca ter tempo para dormir. Posso-lhe dizer… a altura que ganhei mais dinheiro na minha vida, foi quando me casei. Tinha semanas que… de descanso… tinha duas horas. Vinha do mar, ia para o rio. Vinha do rio, ia para o mar. A minha esposa ia me levar o comer. Eu, praticamente, a casa, não vinha. Quando o meu segundo filho nasceu… eu tinha ido às enguias, que havia muitas enguias nessa altura… apanhava-se… quem sabia e quem conhecia. E eu tinha ido às enguias, mais duas pessoas… e eu cheguei, estava ela… se ela tem rebentado o saco das águas, o garoto nascia em casa. Ela é que não sabia. Eu fui levá-la… já tinha carta de condução nessa altura… eu levei-a ao hospital quando nasceu o meu segundo filho.

Era já aqui o hospital…, em Aveiro?

Era já aqui o Hospital de Aveiro. Os meus filhos nasceram os três no hospital de Aveiro.

Há quanto tempo existirá este hospital?

Olhe… os meus filhos já nasceram no novo.

Mas o senhor Adelino não…

Eu nasci, eu nasci, tenho a impressão que em Ílhavo. Não lhe posso dizer se nasci em casa, se no hospital de Ílhavo. Nunca perguntei à minha mãe. Ou foi com a parteira em casa. Não me lembro de me ouvir contar. Se perguntar a uma irmã minha, à mais velha, ela sabe. Eu não. Eu não. Sei que um meu irmão. Eu tenho um irmão mais velho que eu. Nasceu… teve muitas complicações. O meu irmão mais novo que nasceu no hospital em Aveiro. E a minha irmã que faleceu com quatro anos, também nasceu no hospital de Aveiro. A minha irmã Nice, que nasceu a seguir a mim. Também nasceu no hospital de Aveiro. Temos dois anos de diferença entre nós. Quer dizer, no hospital velho. Agora os meus filhos já nasceram no hospital novo. O meu filho mais velho tem 33 anos. Ainda não tinha estas obras que lhe fizeram agora. E foi assim. A minha vida da pesca. Sempre muito limitada, porque trabalhava muitas horas. Mas foi o que eu disse ao alemão. Se eu trabalhar em Portugal as horas que eu trabalho aqui eu chego a doutor num estante. Porque eu lá trabalho e ganho o dinheiro. Aqui trabalho e vocês ficam-me com o dinheiro. Ele não me queria deixar vir embora. Ai, vou pois. Vou-me embora e vou mesmo. Comprei o bilhete. Não disse nada a ninguém e comprei o bilhete e fui mesmo. E levei uma semana para chegar a Portugal. Vim de autocarro. Eu também, era garoto. Tinha a mania. E saí da Alemanha no dia… foi um dia em que estavam em conferência de Domingo. Era um Domingo e ao Domingo juntavam-se lá uns com os outros. Não se ia para cafés nem nada. Estava-se em casa uns dos outros a falar a jogar às cartas. Eu sei que cheguei do mar a casa da minha tia com uma mala vermelha. Vinha com a mala cheia que trazia uma garrafa de 'schnapps' para dar ao meu tio… e cheguei à terra não tinha ninguém à minha espera. Fiquei triste. Bateu-me uma saudade tão grande de casa… mas não disse nada a ninguém. Nesse dia… eu recebi à chegada do barco

trezentos marcos. Nunca mais me esqueço. E eu com esses trezentos marcos fui comprar um bilhete de camioneta. Não era nesse dia era na terça-feira. E na terça feira… às 3 da manhã… pira-te. Um autocarro velho… Agora vou contar a minha aventura… se quiser ouvir, que isto para cá foi… aconteceu um episódio… o autocarro vem pela Bélgica, por França. E parámos em Bordéus. Já tínhamos parado em Paris. Chegámos a Bordéus à noitinha. Fomos lá a um café comer uma refeição. Era de um português… Eu tinha a mania das cantigas. Tinha a mania que sabia cantar as canções de António Mourão. E estava lá um rapaz a tocar e eu comecei a cantar as canções do António Mourão. Cantei aquela do 'vem ver o milho alegre e franco…' Vira-se o português assim: Tu não vais para Portugal. Tu ficas aqui. E eu: Tu estás maluco ou quê. Tenho a mala lá no autocarro e tudo. Ah, a tua mala quando chegar à fronteira fica lá guardada. Depois embarcas quando houver outra camioneta. Veio outra e veio outra. Fiquei lá uma semana.

Ena… ficou a cantar lá?

Ainda andei a cantar ali e noutro café também de um português. Fiquei a cantar e a viver dos rendimentos… eu era um garoto…

Que aventura… Olha mas fica para a vida. Uma recordação diferente.

É, é, fica para a vida. É daquelas coisas que deixam as suas recordações lindas. E depois vim para Portugal. Passei na casa da minha namorada, que é a minha mulher hoje. Já a conhecia. Ela escrevia-me para a Alemanha. Eu escrevia com ela. Mas nunca pensávamos nas voltas que a vida ia dar. Eu conheci-a,... Fez agora... vou fazer no dia … de Julho, 10 de Julho, 35 anos de casado. E vou fazer no dia 29 de Junho, dia de São Pedro 38 anos que conheci a minha mulher. Conheci-a no bailarico de São Pedro, atrás da casa do meu pai. Por causa da prima... e eu passei na casa dela e ela estava à janela e eu vi. E eu passei mas ela não me conheceu porque eu trazia o cabelo pelos ombros.... Trazia um casaco de cabedal azul. Eu passei de mota, e ela não me conheceu, mas eu vi. Saí de lá na terça... cheguei cá a Portugal num Domingo. Da semana seguinte. Depois de uma viagem muito atribulada... Os meus pais não estavam em casa. Tinham ido à casa de um compadre deles. Mas houve alguém que me viu passar em frente ao café, que eu fui a casa da minha irmã mais velha. E alguém conheceu-me. E era o café que eu frequentava, que era o café do Calisto. Era o antigo jogador do Beira-Mar, o João Calisto. Viu-me lá alguém passar e que me conheceu... quando cheguei a casa tinha o meu grupo todo em minha casa à minha espera. Foi uma farra. Depois chegou o meu pai e a minha mão e foi... foi engraçado. E depois pesca. Novamente. Pesca. Sempre na pesca...

Mas ficou a aventura.

... Hoje não cabe na cabeça de ninguém. Mas são importantes este alicerces porque depois à primeira escorregadela... Hoje os jovens casam-se, têm os pais, dão-lhes 15, 20 mil euros, têm a boda, vão com aquele pé de meia, alguns... os que têm claro, mas têm ali o amparo... Começam os problemas. Eu sempre fiz tudo. Se tenho estes problemas nos ossos... já parti uma clavícula, tenho um... fracturado. Eu estou à espera para ser operado, para por as próteses.

Pois, não é fácil. Sai-nos do pêlo...

Sai-nos do pêlo. É isso mesmo.

Mas está há muito tempo para ser operado? Se tem dores...

Eu já disse a… que eles disseram que para por as próteses... mas eu não vou ficar mais um ano à espera... Se tenho dores?...Para ir para o barco descia com uma grua.... Mas a vida é assim.... Mas tenho uns filhos maravilhosos, uma mulher maravilhosa... e agora estou 'aqui' neste projecto que eu tenho (olhando em redor) e... mas até à data de tudo... o que me fez mais falta... foi o meu pai. Mas é assim. Vamos andar para a frente. Continuar. Nós nunca estamos sozinhos. Temos que crer nalguma coisa. Se a fé existe. Se eu tenho pescador e tenho fé, se eu creio, se eu acredito em alguma coisa sobrenatural que nos governe... em tudo o que estudei, eu aprendi que para nascer um boato tem que ter existido um acto, tem que ter uma história. Pode já ter uma transformação muito grande... mas é porque existiu qualquer coisa. Eu vivi numa casa de sete irmãos, depois seis que faleceu a minha irmã, mas vivi numa casa de sete filhos... antigamente as famílias eram pequenas colónias, eram... a família, houvesse o que houvesse era sagrada. Nada estragava a família. Se existem milagres todos os dias… só quem não os olha é que não os vê. Já tive vários milagres na minha vida e tive um que posso contar. Como é que é possível, eu de manhã recebi uma carta do banco. Quando houve o problema aqui em Aveiro das lotas, e de a lota passar de tarde para a noite e aquelas guerras. Eu sofri na pele aquilo tudo. O meu nome é que veio para a rua. Eu tinha um projecto para o meu barco. E tinha ficado com o meu barco sozinho naquele ano. E tinha feito uma obra de 24 ou 25 mil contos. E cortaram o financiamento. Tive que ir negociar um financiamento próprio e os juros estavam a vinte e tal porcento...

Desculpe, mas porque é que cortaram o financiamento...?

Cortaram. Porque o meu nome veio para a baila quando houve estas guerras do arrasto. E como eu tinha um barco decente... e nem estava metido no barulho, mas era cunhado do presidente dos armadores do arrasto. E fui metido um bocado ali nas negociações. Mas o meu papel foi sempre apaziguar, e mais não sei o quê. Mas ligaram-me porque houve aí distúrbios. E a única coisa que eu disse ao Governador Civil e ao Presidente da Câmara de Aveiro foi que não havia necessidade para ter uma reunião com pescadores, ter a reunião cercada com polícias. Eu antes de ir para a reunião dei a volta e vi. Foi só o que eu disse. Mas pronto paguei na pele... O que é certo é que me cortaram o financiamento. Mas houve um ano. Eu nunca falhei, renovei uma prestação bancária. Podia faltar dinheiro em casa para comer. Mas ao banco tinha que pagar nos prazos que era exigidos. Houve um ano que as coisas correram mal, tinha perdido muita rede. Tive que ir buscar dois mil contos de rede. Mas fiquei sem dinheiro para a prestação do banco. Bem até à data da prestação, eu vou fazer ainda algum dinheiro, e com mais algum que haja. Tenho que conseguir pagar. Mas não fiz. E fui ao... eu nunca fui de trabalhar com muitos bancos... e eu precisava de... a prestação eram 1056 contos e eu fui ao banco e telefonei ao Lúcio. Da Caixa Geral de Depósitos. Eu disse eu não consigo pagar... e não conseguia, eu tinha que pagar no dia a seguir. Cheguei a casa deitei-me. Ah, ainda fui ao Crédito Predial português à tarde, como era o banco que eu tinha o meu empréstimo da casa. Fui lá pedir mil contos. Mas não estava lá o Sr. Ressurreição que era o gerente na altura. E não havia ninguém para assinar as coisas. Só me conseguiam arranjar o dinheiro na semana a seguir. Pronto, tive um não. Para mim é considerado um não. E eu estava atrapalhado. Cheguei a casa. Eu e a minha mulher também andávamos... andávamos enervados. E eu deitei-me... deitei-me... como problema todo. Todo estoirado. Com as tensões na cabeça, não sei o quê. E eu não conseguia descansar. Eu para descansar amarrava duas almofadas na cabeça e... Ficava assim. E andava a tomar Lexotan. Tinha ido a Coimbra a um especialista e andava a tomar Lexotan. Para o cérebro parar. Porque eu deitava-me e o cérebro não parava. Quando me levantava

estava mais cansado do que quando me deitava. Eh pá e eu chego ali e digo assim para a minha mulher... olha, vou-me deitar. Algum destino há-de dar Deus. Deitei-me. Eram seis e quarto da tarde telefonam para a minha casa o Zé da drogaria... ainda era vivo. Faleceu depois disso com um cancer. O Zé telefona para a minha casa e diz assim, que não havia telemóveis. Telefone fixo. E disse assim: 'Tou? O Adelino está aí? Olha, ele traga o boletim do totoloto. E que venha cá, porque houve alguém aqui da Gafanha que viu televisão e que viu os números do totó sorteio que deu na televisão e saiu-lhe a ele. E saiu-lhe a ele. E diz a mulher assim. Oh Zé, você não estaleja a brincar com a gente porque a gente estamos a passar um dia muito difícil. Porque ele teve uma nega do banco. Que nós temos que pagar amanhã mil e tal contos, e isto está difícil. Não estejam a brincar com a gente. Quer dizer, isto... ela, na boa fé dela... Ah, não. Olhe que... ele que venha aqui que eu tenho aqui o negativo e o negativo é o dele, mas ele tem que ter o boletim. Eu fazia uma chave de cinco euros. Que era três números e mais dois... era cinco múltiplas. E eu tinha o boletim naquele dia e nem tinha visto o boletim. Mas aquilo, saiam os números naquele dia que era pelos números do registo... Os números do registo eu dava pela televisão. E a minha mulher chamou-me ao telefone. Eu vou ao telefone assim meio aturdido. Eh pá, tens o boletim do totoloto? Tenho. Onde é que está a minha carteira... Então traz e anda cá que a gente telefona para Lisboa e trata já disto. Não sei o que e mas saiu-te qualquer coisa no talão sorteio. Quer dizer eu nem liguei. Peguei no carro. A minha mulher foi comigo. E a gente foi lá. À drogaria. Aquilo era uma drogaria... fui lá ele tinha lá o boletim. Fui a Lisboa. Saiu-me 1360 contos. Descontaram-me trezentos contos, recebi 1060 contos. No outro dia estive aqui a contar ao Túrcio. Eu precisava de 1050. Fiquei com o assunto resolvido. Mas isto ao fim de quê? Eu cheguei a casa, eu caí por terra com a minha mulher. Chorava eu e chorava ela. Então isto não é um milagre? Isto para mim foi um milagre. Já não vou falar nos que passei no mar, que esses então... mas isto para mim... Contra a adversidade e tudo e mais, alguém… eu consegui superar. E a partir daí você, talvez não acredite. Foi sempre 'de hora avante'. Graças a Deus até hoje. Com... há sempre dificuldades, para aqui, para ali... mas.... Agora no percurso profissional, sinto-me realizado, porque olhe, fui pescador, fui contramestre, fui gelador, fui mestre de leme, fui mestre de baleeira, e depois fui mestre amador. Sempre defendi os meus barcos e aquilo tudo em que sempre me meti. Sempre fui considerado um bom condutor de homens. Agora nestes últimos anos tem sido no mar. Antigamente fazia pesca da Ria, esporadicamente, durante dois meses. Que era o tempo que o barco estava na reparação. Todos os anos, dois meses, tem que se preparar o barco para uma nova campanha. Fazer a vistoria, a manutenção.

Esta pesca que faz no mar é artesanal costeira...

É, é considerada a pesca artesanal costeira. Que é o que eu digo: é a pesca mais tradicional que Portugal tem. Acima dos 14/15 metros. Havia de haver distinções. Porque é uma pesca artesanal, mas é... mais profissional...

Distinções?

Acho que a pesca devia ser dividida em duas grandes fatias...

Em vez de três?

Não. A pesca devia ter-se atenção... que há a pesca oceânica costeira. Devia ser a pesca local, a pesca oceânica costeira e a pesca oceânica longínqua.

Mas já não é mais ou menos assim...?

Não. Veja. O arrasto. Mete o gasóleo... eu actualmente, gasto quase tanto de gasóleo como um arrastão. Não tanto porque eles trabalham de noite e de dia. Mas o arrasto

consegue meter gasóleo mais barato que o resto da pesca do cerco. Consegue meter o gasóleo para aí 12 ou 13 cêntimos mais barato que o resto da frota. Eu acho que não havia de haver essas diferenças, está a entender?

Sim, estou. Já percebi.

Porque o arrasto também é costeiro, está a entender? Era dar mais justiça se nos vissem nisso por igual. E depois há justiça... tem que se ver em tudo. Há a da Caixa Geral de Pensões... veja, já estamos a falar mais do aspecto do que a associação tenta fazer. Veja não é um pescador com 6, 5, 7 mil euros/ano de vendas não é justo que esse pescador seja tributado igualmente a um pescador que faz setecentos a oitocentos mil euros/ano. Não é justo. Havia de haver... um plafond de... doze mil... vamos por até vinte e cinco mil euros ano. De vendas. É a pesca local. São situações diferentes. A pesca local é uma coisa. A pesca oceânica costeira é outra. É isso que eu tenho dito em Lisboa. São realidades completamente diferentes. Completamente. Agora, esse é um trabalho que a associação esta a desenvolver. E tem vindo, com outras associações do nosso país, em igual circunstância que Aveiro. E quem é? A Ria Formosa. São duas rias que temos em Portugal. Não temos dois ecossistemas mais idênticos e com mais necessidade de serem trabalhados. Porque o que faz... faz existir nestes dois centros um maior número de comunidades piscatórias. Você não vê em Matosinhos ou até na Aforada, ou até no rio Douro não se vê as comunidades piscatórias que há aqui. Porque ali a comunidade piscatória na Aforada é só na Foz. É só na Foz praticamente. Do rio é que se vê. Porque a montante, da foz o rio não tem pesca comercial que o sustente. Agora aqui sim. Da laguna... da zona lagunar da Ria de Aveiro. A extensão dela, as propriedades dela tem pesca comercial. E tem muitas comunidades piscatórias ao longo da zona lagunar. E tem muitas comunidades piscatórias ao longo da zona lagunar. Que é essas que vivem as dificuldades. Porque... porquê? Porque é a pesca local. Porque é o parente pobre da pesca. Pobre. Não é... a gente às vezes não é o dizer... estamos a passar fome, estamos a passar privações... não é esse a transmissão dos problemas. É estudar-se os locais, os habitats das pessoas, o local, a maneira de viver das pessoas, a maneira como elas vivem, ou se entrelaçam com o meio e têm, aí têm a sua fragilidade. Aí é que eu acho que há um grande trabalho social a fazer-se. Que é para não apelidarmos os pescadores de pessoas com uma índole negativa. Acho que já chega. O pescador não tem necessidade de mendigar nada a ninguém, se lhe derem as condições, de trabalho ideais de trabalho, se criarem as infra-estruturas ideais à sua exploração e se tentar comercializar-se aquilo que eles pescam ao melhor preço. E defender as suas actividades e aquilo e o pescado das zonas que eles pescam e as qualidades do pescado. Que é aí o trabalho que esta associação está predisposta e está predestinada a fazer. E que já começámos a fazer, que a associação está formada à seis anos. Formou-se em 2006. Em OP foi em 2009. Houve uma altura em que esteve... vamos dizer pouco dinâmica. Podia ter sido mais alicerçada para o futuro. Nós, esta nova direcção que é recente como sabe, aposta em todas as actividades, em todas as situações das comunidades piscatórias da ria de Aveiro. Como disse, quando cá esteve há um tempo... não foi fácil cá chegar... mas pronto. Estamos a caminhar a fazer a caminhada nos vários sectores e nas várias zonas e nas várias dimensões da pesca da Ria de Aveiro.

Sim. Foi pena não ter gravado da última vez. Mas já lá vamos a isso. Diga-me só vocês a respeito de associados têm pescadores da ria de Aveiro...

Não o nome está certo. A associação foi formada e, em princípio, era essa a dinamização e a viragem que estava da associação. Agora temos a componente oceânica também. Eu sou o único barco de Aveiro. Eu pertencia à Propeixe. Estive associado à Propeixe... vinte e dois ou vinte e três anos. Só o ano passado quando me pediram para

me candidatar. Havia associados que queriam inovar e que queriam alguém com experiência. E aceitei. E temos feito algumas coisas já. Trouxemos o Das Oliveiras, temos o Deus Não Falta e temos o Rumo à Pesca. Temos três sapadores, três barcos que era um elo que faltava a esta casa. Porquê? Porque só por si, a parte artesanal da Ria com tal trabalho social a ser feito, só por si não tem...

Porquê?

A APARA…, nós temos de ter à volta de 200 pescadores artesanais aqui à volta. A APARA tem cerca de, temos agora cerca de 140 inscritos, a Viana pesca tem a maior fatia tem umas trezentas pessoas inscritas. Porque tem os mariscadores e os pescadores da Torreira e daquela parte norte da ria de Aveiro. Ainda tem alguns daqui? (O colega confirma.) A associação foi formada para proteger a pesca da ria de Aveiro e dar algo que de palpável a este pescadores. Porque ainda continuamos praticamente à mercê de quem chega e quer impor as suas condições e pretensões. Que é o caso das capitanias. As capitanias têm muito poder autónomo. E antigamente eu achava que os comandantes que eram postos para os locais, que eram destacados sensibilizam mais, estudavam um bocadinho o sitio onde eram colocados e não entravam tão em choque com o que se fazia na Ria de Aveiro. Portanto, isso foi-se transformando. Porque houve artes que deixaram de ser rentabilizadas derivado ao progresso. Principalmente derivado à dinamização do porto. A pesca foi sempre o elo que nunca tem defesa. A pesca até aqui tudo aquilo que se fez a pesca foi sempre marginalidade para um canto. Mesmo depois da associação formada... eu posso mostrar um sem número de diligências que foram sendo... com decisões a tomar... para nós sermos olhados de frente. Com os nossos problemas. E como pessoas que temos que as resolver. Porque é muita gente, são muitos pais de famílias a viver daqui da Ria. E é injusto nós vermos com os nossos olhos que o crescimento da pesca desportiva e da pesca lúdica inclusive está a ultrapassar o da pesca profissional e da pesca artesanal e destes nichos que a própria Comunidade europeias como os seus comissários dizem para se proteger: que é as comunidades piscatórias e os centros ribeirinhos. Para serem fomentados. Primeiro é os pescadores, depois é que podem trazer turistas. Primeiro vem os locais. Os locais, é que podem trazer turistas. Nos locais é que têm que se criar as coisas. Os turistas depois vêm apreciar. Não é o contrário. O que é que está a acontecer? Nós estamos a ver a pesca desportiva a ganhar... quer dizer pescam quando querem, o que querem e todos os dias do ano. Nós só podemos pescar alguns dias, algumas espécies, e condicionados. O pescador desportivo paga uma licença e faz uma vistoria de cinco em cinco anos à sua embarcação. O pescador da pesca comercial, faz vistorias anuais, paga impostos, e tem que viver daquilo que ganha. A pesca desportiva tem das mais variadas profissões com pessoas que têm os seus ordenados, os seus empregos é um lobby que vem praticar a pesca desportiva. Apanham o peixe ilegalmente, e a maior parte do peixe os comerciais não o podem comercializar porque está abaixo das medidas por lei. Eles apanham, vendem na restauração em todo o lado. Fazem-nos uma luta desigual e paralela. Porque nós vendemos em lota. Enquanto que eles vão vender directamente. E vendem muito abaixo dos preços de custo. … No custo real. Vendem muito abaixo. Quando o nosso produto vai para a lota e é vendido ao comerciante e ele por sua vez vai vender à restauração eles dizem: não. Estamos cheios. Porquê? Porque os pescadores utilizam a actividade e abastecem toda a restauração. Agora… nós estamos a juntarmo-nos como comunidade para resistir a isto. Eu vou só mostrar um documento. A pesca profissional esta a ser cada vez mais condicionada, cada vez mais apertada. Os pescadores profissionais passam a ser os marginais.

Pois, também acho. Realmente revolta quem trabalha…

Nós que estamos na pesca, que é a nossa vida e não temos outra. Aliás se for à capitania se for ver quantas multas há a pescadores e quantas há a desportistas náuticos ou lúdicos. Os barcos da fiscalização abordam um sujeito que está a pescar à cana. Até vêm ali 10 ou 15 ou 20 robalos que não têm a medida. Mas se for o Sr. Capitão não sei das quantas que tem a sua lancha e foi pescar ou é o Sr. oficial qualquer ou o Sr. Doutor… mas eu não estou contra nenhum deles. Mas que pesque aquilo que o pescador profissional pode apanhar. E que apanhe peixe e vá para casa comer. Mas nós temos provas aqui em Aveiro que a pesca amadora, mais valia transformar em pesca profissional se é para ser assim… porque eles capturam mais peixe do que a pesca profissional e de mais valor. E vendem-no na mesma. Porque é que não hão-de ser tributados?

Pois, nem sei o que lhe diga…

As iscos. Sabe o que é as iscas aqui?

Sei. Sim. Já me referiram também o problema… nas margens.

Isso está a chegar à exaustão. E ninguém está a olhar para isso. Por isso é que eu queria aqui o IPIMAR a trabalhar comigo. Porque depois revoltam-se é com os pescadores profissionais. Mas os usurpadores da Ria de Aveiro não são os pescadores profissionais… são os apanhadores de iscas.

Como é que o IPIMAR aqui a trabalhar poderia…?

Comercializam-se milhares de pacotes de isca, todos os dias são comercializados. Milhares de pacotes de isca. De casulo, bicha branca… tudo, tudo, tudo…

Porque é que relacionam esses casulos com a pesca desportiva?

Porque se não houver isca não há tanta gente a pescar. Há uns apanhadores de isca… eles vendem por sua vez a isca às casas de pesca e as casas vendem aos pescadores. Isto envolve milhares e milhares de euros todos os dias. E ninguém cobra nada. Zero. Não há nenhuma entidade a controlar isto. Desde a apanha até à venda desportiva ou lúdica não há ninguém que saiba o que se consome.

Já procuraram a Inspecção ou a DGPA…

Eu tenho isso escrito, tenho a denuncia que foi feita. Tenho cartas para a DGPA… Nada. Zero. Quando a Ria chegar à exaustão, quando não tiver capacidade de reposição, vão dizer que os pescadores profissionais é que pescaram demais. Eu posso mostrar-lhe o diário, o não sei o quê, que tenho aí, posso mostrar-lhe. Que em Setúbal foi proibido um tipo de casulo, aquilo é uma bicha, que estava acontecer lá o mesmo que está a acontecer aqui. Mas aqui em Aveiro é a duplicar… ou a triplicar do que acontece em Setúbal. E foi proibida a apanha durante seis meses. Houve alguém lá que teve coragem para proibir a apanha da isca durante seis meses nas margens do Sado, junto às embocaduras do Sado.

Para que tipo de pesca servem esses casulos?

É para a pesca do robalo, do…

Não eu digo se é para anzol…

Exacto. É para a pesca do anzol. … Veja. Veja. ‘ Nos termos…… informo V Excelência do seguinte: no dia… da capitania do porto de Aveiro foi elaborado… ouvidos os intervenientes com diferentes interesses e actividades que se exercem na Ria de Aveiro, tal tal…. A pesca profissional, a pesca lúdica, entre outras colidem entre si

quer no espaço, quer no tempo em que decorrem, esta entidade marítima quando elaborou o editorial … ao criar as áreas de excepção teve especial atenção em não descriminar qualquer actividade, tendo no entanto, em consideração que a actividade de pesca profissional tem o papel económico que esta representa para as comunidades piscatórias… assim no sentido de evitar qualquer descriminação e tendo em conta o principio de igualdade considerado na Constituição onde se depreende que tem que se tratar igual o que é igual… a autoridade marítima entende indeferir a pretensão referida.

Sabe o que é que foi que eu requeri? Requeri mais 15 dias de pesca. Como a época do choco está atrasada devido às condições climáticas, eu pedi mais 15 dias de pesca no local que eles proibiram.

Qual era o local, já agora?

A gente chama a zona da Meia Laranja. Era até ao dia 30 de Abril. Eu pedi até ao dia 15 de Junho. Nesse local até foi um mês e quinze dias. Porque noutros locais ele tinha-me dado até ao dia 30 de Maio. Mas aqui não deu e eu não tinha reparado. É o sistema da igualdade. Não é igualdade. Porque a senhora sai de casa para ir pescar, já tem o seu dia ganho. Ou está de férias. O pescador profissional precisa de ir buscar o sustento todos os dias.

Quando eles referem aqui o mergulho, é considerado profissional ou não é?

É apneia. Apanham tudo. Este não é com a máscara. Apanham chocos, robalos… quer dizer, à pistola. Não podem usar garrafas. Mas apanham tudo. Vêm os peixes… e for um polvo têm os ganchos, se for um robalo dão-lhe um tiro. Se for uma sapateira ou uma santola apanham com a mão. O mergulho é amador. É como a pesca lúdica à cana. Este comandante, este sistema de igualdade dele é muito caricato. Já lho disse a ele. Eu falei com ele frontalmente. Quando falei com ele no início vi ali um aliado para levar as coisas direitinhas. Se for falar com ele é nós não temos feito, nós não temos feito, nós não temos feito indefinições nenhumas. Eu tenho aí mais de uma centena de multas de processos. Só de Janeiro até agora a pescadores profissionais. E um dos trabalhos da associação. Inclusive agora fomos para tribunal com uma multa porque era inconstitucional o que eles estavam a fazer. Fomos ao advogado e havia qualquer coisa que não podia ser aplicado.

Tipo de apoios da associação…

Nós montámos loja de material a preço de fábrica, sem ter lucro, a loja, percebe? É a loja do associado. Não vendemos a público de fora. Só vendemos a associados. Apoio a feitoria de processo, que há muito, para concurso. Portanto, a falta de apoio da pequena pesca passa pelo desconhecido dos apoios que eles têm. Eles não sabem, e não concorrem porque não sabem, ou não fazem porque não sabem. Nós estamos sempre a divulgar, quando sai alguma coisa. Estamos sempre em cima do acontecimento. Temos apoio jurídico. Temos um advogado da associação que dá apoio jurídico. Estamos envolvidos nestas lutas da Segurança Social tentar resolver este novo sistema da Segurança Social que eu acho que é, para esta pequena pesca, não estou a falar para a pesca costeira oceânica. Agora para a pequena pesca, para o irmão pobre da pesca, esse… é caótico o sistema social implantado. E depois não tem nexo. Eles, próprios, não se entendem. O governo, o anterior… tivemos também reuniões com o de transição, portanto. Mas governo, Segurança Social, eles próprios não se entendem.

Explique-me isso, porque é que diz que não se entendem?

Eles mandaram-me uns faxes, nós vamos com eles ali à segurança social de Aveiro. Bate tudo na trave. Eles não sabem o que é aquilo. A Segurança Social não sabe como há-de lidar com aquilo. Eles deram-me uns faxes com umas deliberações que podiam pedir 50% de redução do montante dos 118,60 mensais. Porque é assim. Ao princípio era maridos e mulheres. Porque, isto… praticamente são famílias. Agora você veja. Só este exemplo no início. Isto foi das primeiras reuniões e foi das mais chatas e mais duras. Porque veja, se fosse o marido a pagar 118 euros por mês. A mulher a pagar mais 118 euros por mês, e o filho na mesma embarcação a pagar mais 118 euros. Se eles tiravam rendimento mensal da embarcação, 700/800 euros, se vão à Segurança Social e pagam trezentos e tal ou quase … sei lá quase quatrocentos e ficavam para se governar, para pagar rendas de casa, de gasolina… mais a gasolina não é subsidiada na pesca local. Estamos a tentar mexer nisso, mas, quer dizer, ainda não tivemos abertura nenhuma…

Pois não, não deve ser fácil conseguir…

Quer dizer… o combustível… o combustível da pesca artesanal local não tem ajudas nenhumas.

Mas não têm mesmo ajuda nenhuma?

Nenhuma. Não tem ajuda nenhuma. Pagam o combustível ao preço normal. Como é que se quer… lá está. Nós estamos com os nossos colegas da Ria Formosa… nós fizemos um memorando com as boas práticas que eram precisas para auxiliar o sector neste aspecto. Em todos estes aspectos. Com a explicação de todos estes aspectos. Nós não tivemos saída nenhuma a isso. Mandámos uma carta para o Ministério da defesa, para o Ministério do Trabalho, para a Direcção Geral… para Agricultura e Pescas. Por causa das práticas que estão a ser feitas aqui na Ria de Aveiro. Zero de resposta. Não se pode trabalhar assim. Você acredita que eu ao fim de três meses, eu já considerei pela primeira vez na minha vida, eu já considerei… eu não estou habituado a trabalhar em terra e papéis, mas não sou burro. Nunca fui. Mas considerei desistir disto tudo. Isto aqui é andar a trabalhar de manhã à noite… porque as pessoas não têm… como é que hei-de dizer… as pessoas ouvem-nos… ouvem-nos… até é bonito ouvirem-nos. Mas não nos resolvem as coisas. As pessoas, ouvir, ouvem-nos. Mas depois… nem nos resolvem os problemas, nem nos dão respostas. Não nos dão saída. É difícil, é difícil trabalhar-se assim. A gente põe em causa tudo aquilo em que acredita. A nossa força é os nossos associados. A curto prazo irei ter os associados da Vianapesca todos aqui. A Vianapesca não tem nada para dar à Ria de Aveiro.

Pois, mas como se ia pescar muito lá a cima, se calhar foram-se associando… foi por aí… não?

Não…não.

Mas se não tinham aqui… que alternativa…

Não. Foi uma causa de oportunismo. A associação formou-se. Mas não era OP. E para homologar os contratos dos mariscadores, era preciso uma OP. A Vianapesca deu o nome, fizeram os contratos e a Vianapesca homologou os contratos. Quem estava a fazer esse serviço, era aqui este nosso funcionário. Ele é que está a fazer esse serviço para a Vianapesca.

Trabalha em conjunto… organiza…

Agora faz, até ao fim deste ano. Já lhe disse que para o ano não fazes mais. Eles que contratem alguém para fazer, porque eu preciso de ti, a tempo inteiro. Ele é muito bom

funcionário. É um indivíduo que sabe muito disto. Porque já tem uma série de anos nisto.

Já cá trabalha há muito tempo…

E tenho agora outro colaborador muito bom. Este mocinho novo. Que isto é assim os meus colaboradores de escritório não são pessoas de fato e gravata. Se for preciso… ainda ontem houve aí vinte e tal barcos para descarregar, com sete máquinas. Foi complicado. Foram para ali para a luta para o meio da barafunda. Eles foram. À tarde estiveram aqui a tratar de tudo. Eu estive ausente, não pude cá estar ontem à tarde e eles estiveram a tratar de tudo. Portanto são pessoas para todo o serviço. Nós fazemos tudo, mas o que é, é que se fecham mais as portas do que se abrem as janelas. Por exemplo, eu gostava de fazer um trabalho na Ria. E disse o meu plano…

Sim como referiu da última vez…

E disse-o ao comandante. Sabe o que ele me disse? Disse-me que estivesse onde estivesse, se eu conseguisse fazer aquilo que me propunha que me vinha dar os parabéns. Mas não. Mas não me facilita a vida.

O plano, qual é… diga.

O meu plano é. Pegar nos mariscadores todos. Não. Primeiro, pedir um reconhecimento das espécies naturais da Ria de Aveiro. Berbigão, a amêijoa macho, a amêijoa boa, a amêijoa rainha. Penso que algumas começam já a rarear. E se não forem prevenidas, qualquer dia não há. Porque a Ria de Aveiro, há os pescadores que nós vimos que pescam. Depois há os pescadores furtivos, que nós não vimos a pescar. E depois temos os mergulhadores. Que trabalham com garrafas de oxigénio. E que actualmente toda a gente sabe que existem. Toda a gente sabe que é praticada a caça submarina com garrafas da Ria de Aveiro. E agora não está tão mau, porque já começa a rarear o produto. Porque nós tivemos aqui na Ria… o tempo áureo se calhar tivemos aqui mais mil e quinhentos ou dois mil mergulhadores. Todos os dias a mergulharem na ria de Aveiro. Actualmente serão setecentos ou oitocentos.

Relaciona esses mergulhadores com a Gafanha de Baixo? Perguntei aqui e ali e disseram-me isso.

A Gafanha Baixa?

Sim. Também acha isso?

Eu não. Não. Não, e não vá por aí. Se calhar há mais universitários a fazer mergulho na Ria de Aveiro que gente dessa terra. Para que conste. Que fique registado. Se calhar… os equipamentos de mergulho são caros. Os fatos. São caros. Se calhar há mais gente de um nível diferente. É mais… uns náuticos, pescadores desportistas. É mais aí. Mais nada… Que fazem cursos de mergulho que têm o seu equipamento, que estacionam o seu carro equipam-se que vão apanhar meia dúzia de quilos de amêijoa, porque já não se apanha se não quase com mergulho. Vão apanhar e vão que dá valor e que mais não sei quê. E que vendem e é toma lá dá cá. E ainda agora, estamos porque está a rarear os locais… quer dizer, foi muitos mais, muita coisa. Esgotou-se. Chegou a apanhar-se 200 e 300 quilos de amêijoa.

Sim… mas não completou a ideia. Desculpe lá. Interrompi-o.

Ah! A ideia. A ideia é o seguinte. Eu queria dividir a Ria de Aveiro por zonas. Mas primeiro queria pedir o reconhecimento das espécies… da Ria de Aveiro: o berbigão… queria pedir o reconhecimento da espécie para protecção da espécie. Depois queria

meter um projecto para defesa do recurso. Queria fazer uma paragem biológica durante três anos

Três anos?

Queria aproveitar os três anos que eles dão para fazer essa paragem. Subsidiado porque não podia pedir aos pescadores para pararem sem serem subsidiados. Deus me livre. Agora se eu lhe dissesse que se fizéssemos o mesmo com os bivalves que fizemos com a sardinha, quando a sardinha não tinha tamanho. Que se fez uma paragem biológica, que os barcos foram comparticipados. E que está isso na lei. Fazia quatro meses por ano. Maio, Junho, Julho e Agosto. E já eram os meses que diziam que não se podia comer os bivalves. E que são nestes meses que há as toxinas na água. Coincidia tudo com o que é mau. Defendia o recurso. Proibia a apanha nestes quatro meses. É as desovas.

Mas referiu as zonas. Ia fazendo isso por zonas?

Não eu fazia a paragem total. Quatro meses e tinha a Ria dividida por zonas. E nesses quatro meses recrutava… ia fazer acções junto das comunidades. Ia recrutar serviços dos pescadores e dos pescadores para novas sementeiras. Eles, próprios, semearem para eles. Nas zonas com o stock mais em risco, levar de umas zonas para outras. Fazer aquilo que os galegos fizeram. Porque o berbigão e a amêijoa desplanta-se. Tirar de umas zonas e meter noutras. Porque se tiver muito abundante ele também não desenvolve. Onde está muito abundante e pequeno. Durante esse período fazer limpezas de margens com os pescadores e os mariscadores. Fomentar cursos, a formação para as pessoas não estarem paradas durante esse tempo. E isto, tem pernas para andar. E os pescadores, as pessoas que estão nessas situações iam aderir. Porque eles souberam da toxidade na água. Eles estão parados mais de x tempo. Eles podem pedir o … rendimento compensatório… o…

Rendimento Mínimo Social?

Exacto. Agora. Se eu conseguir fazer isso. Estes apoios são, aquilo é dado à tonelada por barco. Ao dono do barco. E depois tem mais um ordenado para os tripulantes. Mas isto, cada pessoa é um processo e são feitos pela associação. Portanto, não há fugas. A associação controla. Tu fazes isto recebes, não fazes isto não recebes. Foi o que eu lhes disse a eles já. Não precisa de se andar a policiar ninguém. Porque quando os outros vêm que é bom. Todos querem. Porque estão a defender o futuro deles. Isto é um triângulo. Se, se fizer, se proteger, vamos ter em abundância. Vamos ter possibilidade de escoamento e vamos ter um local para meter. Porque isto não passa por esta casa futuramente a casa que vai gerir ali a depuradora de bivalves. Que não há gestão que a consiga manter. A que lá está agora já deve sete ou oito meses de renda. Quer dizer aquela depuradora de bivalves, nacional, que está ali, com outra funcionalidade, com a funcionalidade de distribuição do produto da Ria de Aveiro certificado, tinha pernas para andar.

Neste momento qual é a função?

É um papel de particular, do indivíduo que está lá. Por exemplo se eu quiser 200 quilo. E ele está lá. Uma experiência. O berbigão custa-me 60 cêntimos o quilo e ele leva-me a 45 cêntimos o quilo para depurar o berbigão. Enquanto que em Espanha custa 12 cêntimos o quilo depurar o berbigão.

Vocês têm que depurar aqui o berbigão.

Não. Sim quer dizer. Eu não. Porque eu não tenho interesse. Mas é só a dizer uma experiência. Ele está lá e não me faz o serviço com medo de eu ser concorrente. Eles estão lá a explorar aquilo mas aquilo está mal. E a CM já falou da intenção de nos entregar aquilo, compreende? Vamos ver o que é que vai dar.

Vocês mantêm mais relações com a CM de Ílhavo? Ou também com a da Murtosa ou de Aveiro?

Não. A CM de Ílhavo principalmente. E depois com a Murtosa. Também já temos tido reuniões com a Murtosa. Já tivemos também uma com a CM de Aveiro. Porque sabe que nós estamos ligados a este programa Polis. Nós fazemos parte do Polis, do programa de reordenamento e reabilitação da Ria de Aveiro e tivemos uma reunião agora a semana passada. Tivemos um projecto no GAC. Que também já está aprovado. Nós desde que estivemos aqui nesta casa tivemos 3 projectos aprovados. Um foi os meios de salvação.

Os coletes?

Sim. Estamos à espera de receber. Que isto já começa a ficar demorado. A associação não tem capitais próprios. Mas pronto. Os meios de salvação já estão entregues. Temos outro projecto, das dornas e empilhadores. Para conservação e melhoramento da qualidade de pescado. Que também já está assinado o contracto. Estamos à espera. E temos um projecto para um armazém que nos foi cedido. Um espaço da Docapesca. Para armazenamento do material e oficina.

Esses projectos partem da associação ou é alguém que vos contacta?

Não, não. Partem todos da associação. Temos o do GAC. Mas mais nada.

E com outras entidades? O FOR-MAR…

Mostrei como mudar um bocado o sistema de passagem de licenças para os inscritos marítimos. Acho um absurdo, uma pessoa com 27 ou 28 ou 30 anos que queira tirar uma cédula marítima tenha que estar à espera de um grupo. Ir para uma escola, o FOR-MAR. E são muitos. Você vai à Alemanha e é a empresa que dá a formação. Você quase tira a cédula marítima no dia. Só tem que saber o mínimo exigido por eles. Tem que saber nadar, tem que ter um curso de sobrevivência, e a seguir com a carta de trabalho dão-lhe a cédula marítima, junta o BI, faz o contracto com a empresa e vai para o mar. Aqui não. Querem que uma pessoa de trinta ou 40 anos vá tirar um curso e ainda tem que ficar à espera do curso.

Aparecem aqui pessoas de 40 anos, ou mais à procura de trabalho?

Continuam a aparecer. As pessoas deixaram os seus trabalhos, que querem ir para o mar. E que são pessoas válidas, são pessoas boas. Que trabalham, que respeitam. Agora o FOR-MAR, até aqui formou pessoas para não ir para o mar. Onde é que estão os jovens todos que o FOR-MAR passou as cédulas? Quantos estão no mar? 5%? Eu digo-lhe, os centros que vão mais para o mar: Povoa do Varzim e Caxias. Porque nos outros, quantos estão no mar. E gastaram centenas de milhar de euros. A reforçar a reforma de muita gente que não tinha necessidade de o ganhar, por outros que tinham necessidade. Estragaram-se muitos milhares de euros. Não posso compactuar com isso. Não posso. Tenho aqui 12 inscritos para tirar cédula marítima. Eu ofereci as instalações da APARA. E o FOR-MAR diz-me que não tem professores para vir dar as aulas.

Tem aqui o FOR-MAR? Para além de Lisboa…

Tem o FOR-MAR aqui em Ílhavo. E agora? O que é que eu faço?

Não sei. Isso é um absurdo. Não sabia que as coisas estavam tão mal com o FOR-MAR.
E o IPIMAR? Costumam falar com o IPIMAR?

O IPIMAR… mesmo directamente com o IPIMAR tive duas reuniões com a sardinha.

Correram bem? Qual foi o motivo da reunião?

Porque era importante o parecer para o IPIMAR.

Não percebi. Para dizer que perguntaram? Pode dizer à vontade… (eu percebi aparecer)

Não, não. O IPIMAR é que faz os roteiros acústicos para verem a biomassa, para verem se há abundância do recurso. Nós, os contactos que temos do IPIMAR… o que eu queria ter do IPIMAR… contactos mais assíduos, que fizesse análises mais frequentes da qualidade das águas da Ria. Eu não tenho tido relatórios nenhuns.

O que diz é que contactam quando precisam de uma informação, nas não fazem o inverso. O contacto deveria ser mais frequente, é isso?

Contactei o IPIMAR duas ou três vezes até agora enquanto estou aqui. E há tanto trabalho aqui a fazer, que o IPIMAR podia estar a fazer.

Diga-me duas ou três.

Olhe, nesta causa para a iniciativa para a defesa de bivalves.

Na divisão da Ria?

Sim. O IPIMAR podia ser fundamental se estivesse ao meu lado. Porque é muito fácil marcarmos com os pescadores da Torreira, irmos lá falar com eles. Saber qual é os problemas que há. Mas torna-se mais fácil ainda se formos lá com o Doutor não sei das quantas. Se tiver o Doutor não sei das quantas da universidade de Aveiro. E tiver mais pessoas da Murtosa, da Câmara de Ílhavo. Quer dizer, lá está o tal trabalho social associado aos projectos válidos, aos projectos úteis que temos a fazer.

CCRs. Foram recentemente criados… temos alguns representantes portugueses no CCR do Sul… temos lá a ADAPI…

Não...

Isto é muito recente. Também, por isso pergunto.

A ADAPI… Eles são o topo das associações. Nós estamos associados à ANOPCERCO.

Sim a ADAPI, funciona assim, mas só existe aquela. É diferente no arrasto. Sim, são de pesca do arrasto, não sei quê. Foi a tal que o meu cunhado foi... foi presidente. Na altura da guerra. Foi. Mas nós damo-nos bem uns com os outros. Eles fazem parte da nossa.

Sim, mas eu disse a ADAPI por acaso... A Vianapesca também é um dos representantes, e a Cristina Moço também vai a reuniões do Conselho Consultivo. A Anabela também lhe pode apresentar alguma pessoa que participe. De forma a poder trocar ideias com as pessoas que participam.

Sim, sim. Entendo. Sim. Nós temos conselhos, mas... Ainda agora tivemos uma reunião em Peniche, com Barlapescas, com Sotavento, com a Propeixe, como a Vianapesca... estivemos todos juntos, lá. Com a Anopcentro. Ainda agora tivemos uma reunião lá em Peniche.

Ora bem. Necessidades da Associação. Não os projectos e aquilo em que apoia mas as necessidades da associação.

Eu precisava só que me despachassem os meus processos o mais rápido possível... eu precisava... desde que me despachassem as coisas para eu poder trabalhar...

Há uma parte administrativa que não vê andar....?

Olhe, eu vou-lhe dizer uma coisa. Eu sou pequenino. Sempre soube dar os meus passos. E sou muito humilde. Gosto de aprender. Mas vou-lhe dizer uma coisa eu não vejo... não há... é como lhe disse há pouco... não há instituições a funcionar. As portas... fecham-se,... fecham-se portas. Quer dizer abrem-nos um postigozinho e fechem-se logo três ou quatro portas. Eu acho isso incorrecto. Isso carece de uma mentalidade, de uma instrução às pessoas que não está a actuar. Qualquer coisa não está a actuar. Nós irmos a reuniões com o ministro e com o secretário de Estado e depois virmos cá para fora, virmos no terreno e não conseguem. Vermos que as coisas são completamente anómalas àquilo que foi falado, que foi projectado. Eu falo com toda a gente, gosto de falar com toda a gente. Por vezes entusiasmo-me porque quando estamos num projecto que agente considera um projecto válido e bonito. E começamos a ter entraves daqui e de acolá, e depois isto não anda e aquilo não anda. Eu quero espaço para trabalhar. Quero que me dêem condições para eu trabalhar. Gosto, aos mes associados, com trabalho oferecer-lhes aquilo que posso conseguir. É só isso que eu queria. Tenho, tenho ideias para que a APARA cresça... ouça, nós temos aqui... este lote de armazém (em frente) está adjudicado pela Docapesca. Nós temos aqui este escritório, que parece grande, mas por causa de nós termos aqui a nossa loja, até é pequeno. Ou vai-se tornar pequeno, a curto prazo. Agora, você veja, isto é caricato. Aqueles edifícios acolá, você daqui vê. Foram feitos armazéns...

Os que têm umas janelas rectangulares em cima?

Sim. São quatro armazéns que foram feitos exclusivamente para a pesca. Exclusivamente. Para a pesca de arrasto, para a pesca de cerco, para a pesca aqui de Aveiro...e perguntaram qual era o tipo de armazém que haviam de construir. E eu disse. O primeiro é o meu, onde eu tenho o barco. Mas aplicaram, fizeram os armazéns com apoios comunitários, mais não sei o que e meteram umas rendas do outro mundo. Quando eu... eu fui ver o armazém, quando me dizem a renda eu fiquei assim... louvado seja Deus... como é que é possível? Vou meter as minhas coisas na rua e vou-vos entregar o armazém. Onde é que eu tenho capacidade para pagar trezentos e não sei quantos contos de armazém...?

Contos...!?

Contos. Contos. Pá, não tenho hipótese. E ouve alguém que me disse assim: eh, pá escreve para Lisboa. A Administração do Porto de Aveiro não pode estar a levar essas rendas dos armazéns. Eles foram feitos para a pesca.

Mas eles pertencem à Administração do Porto...?

À administração do Porto de Aveiro. E estão sub alugados à Docapesca. Escreve para Lisboa. Denuncia o problema porque eles não podem fazer isso. Eu denunciei o problema para Lisboa e eles puseram-me 50% de redução na renda. E eu calei-me... porque não havia de me ter calado.

Com quem falou a fazer a denuncia?

Com a Direcção Geral das Pescas. Porque aquilo foi feito para as pescas. E eu agora fui lá pedir um armazém daqueles para fazer o escritório. Da APARA. Não fui pedir---lhes nada de graça. Fui pedir um armazém nas mesmas condições do meu, para fazer a APARA. Um espaço bom, e tal... disseram que não tinham armazém para alugar. Não

alugaram a mais ninguém. Só... um está alugado ou não emprestado ou não sei quê... o outro está com jangadas e com coisas disto... de derrames e o último está com material... eu já lá vi lanchas e não sei o quê... da... da Administração do Porto de Aveiro. Ocupado... estão todos para a pesca... foram feitos exclusivamente para a pesca e não estão para a pesca. Não há... não há armazéns para alugar. Portanto, está a ver. Estamos aqui, estamos bem... mas...

Numa leitura do site do porto da APA dá ideia de ter havido agora um forte dinamismo... com obras e não sei quê... não acha nada disso?

Eu, sobre isso já não me quero pronunciar porque se não qualquer dia começo a levar na tarraqueta. A Administração do Porto de Aveiro é a maior usurpadora da Ria e do habitat e das espécies da Ria e daquilo que é boa prática da Ria. E chega. É a maior predadora, é a maior abusadora de tudo o que é a Ria e o seu componente atractiva... vá lá...

Mas desde sempre. Tem tido assim problemas...?

Desde sempre não. Desde que houve esse novo dinamismo que dizem. Desventrou a Ria de qualquer maneira e sem regra.

Porquê? Por causa dessa questão...

Tirou a areia que quis, de onde quiseram e como quiseram. Eram umas obras de dinamização do Porto. Disseram que iam criar duzentos postos de trabalho. Criaram sete ou oito. Ou nove ou dez. Onde é que estão os duzentos postos de trabalho? Tiraram as melhores zonas de pesca que havia na Ria de Aveiro. Tiraram-nos Esteiro Dinô. Tiraram-nos o lago dos patos. Era um lago onde proliferava as enguias, os sargos os robalos... tudo, tudo... era um lago que estava ligado á Ria que era de águas fundas e baixas, pois estava protegido das correntes. Era um lago natural. Que fazia... que fazia... havia o Jardim... o Esteiro Dinô... o dinô ia dali até à represa de pesca à Gafanha. E tinha um esteiro a acompanhá-lo. Do Jardim. E do lado... do lado norte do jardim era um lago que tinha muitos canais, muitos esteiros, muitos espaços abertos e era um lago natural que tinha umas condições de fundo que estava sempre limpo, não tinha poluição. Eram um manancial de peixe. Era as melhores zonas de pesca da Ria de Aveiro. Chamavam-lhe eles o lago da Sacor. Que era o lago dos patos. O lago da Sacor. Tiraram-nos as praias da ilha todas. As adjacentes à Sacor. Aos primeiros postos de terminal petrolífero. Entre, entre aí, esse terminal químico, que são os postos da Galp, e aqui o forte da barra. Aquilo era tudo praias de pesca. Eram cabeças de pesca... eu sei lá...

Mas, mas o que é que se alegou para fazer isso... há mais pessoas que pensem assim? O que é que a administração alegou. Há motivos para fazer, não?

Então, fizeram um terminal no sítio dessas praias. Fizeram o terminal. Não está ali? Terminal de sólidos. Terminal de químicos. Fizeram o terminal... o interior que não se pode lá pescar aquilo é áreas da APA. Proibições. Agora querem prolongar o molho norte duzentos metros para fora...

Já percebi... sim...

As pessoas, … não imagina, o que vão fazer com isso. Porque só estão a pensar no lucro imediato. Que é para conseguir meter os cargueiros a 200 metros. Com calados de 12 pés. Eles fazer... vão crescer 200 metros do molho norte. Mas você daqui a dez anos ou quinze, não há Costa Nova nem há Vagueira. A Vagueira é a primeira a cair. Porque o crescimento desmesurado do molho norte, já está a provocar os danos que está a causar.

Porque as correntes na nossa costa são predominantes de norte. É isso, é que eu não sei o que andam os nossos técnicos... eu sou como aquele senhor que ouvi agora falar... que deu uma entrevista na RTP. Não. Não SIC Notícias... Que diz que não sabe como é que deixámos chegar as contas a este ponto... o país...

Mas é um comentador, ou um ministro...?

Não. Não. Ele já foi ministro. É um... um barbinhas... já me vem o nome dele à cabeça... um senhor … já lhe digo. Eu sou como ele. É que as coisas são óbvias e estão na frente das pessoas. As pessoas não ligam. Ele disse que não sabe como é que o ministro que esteve lá no ministério das finanças... como é que deixou chegar o país ao ponto que chegou. Que teve que engolir muita coisa. Eu... eu também não sei como é que querem fazer projectos de obras, sem estar projectado o futuro. É passar por cima de muita gente. Eu ontem estava no banco e disse. Eu preciso disto. São só trezentos mil euros que eu preciso. Tenho que pagar os empilhadores e as dornas. Porque as fábricas não vivem do ar. Eu comprei, tenho que pagar. Porque se eu pedisse oito milhões e dissesse que dois milhões ficava para a gente, vocês já me tinham arranjado o dinheiro. Porque isto é a realidade na nossa terra. E disse ao das empilhadoras, desse-lhe assim: tu procura clientes terra a terra com os pés sujos. São esses que te pagam Porque se não nós não vamos a lado nenhum. Andam a adiar de dia para dia uma resposta por causa de 300 mil euros. Isto não é um problema, porque isto resolve-se. Que eu tenho que pagar. Que vou receber. Mas eu tenho que os pagar. Já tenho lá as credenciais todas. Já tenho lá tudo direitinho. Andamos a adiar de dia para dia para quê? E eu disse... disse mesmo ao director. Se eu precisasse de 8 milhões e que dois ficavam aqui para irmos passar umas férias, se calhar tinham aprovado. Mas como eu só preciso de 300 mil... isto é um problema. As pessoas quando querem trabalhar cortam-se-lhe as pernas. Ele: ah, não isso... Disse: Olhe isso é de letra. Isto para mim o que dizem já é de letra. Com eles trato-os por tu. Porque eu já sei como é que funciona... as ... as, portanto as instituições...

Há uma parte institucional, e ... é complicado...

Deixa... é complicado. É complicado. Agora, isto é assim vão crescer 200 metros no molho norte. Você se calhar daqui a dez anos não vê a Vagueira. E depois há um grave problema. Atenção... que o nosso cordão lunar... o nosso cordão... este cordão de areia... está mais lato do que a Rias. E que as Gafanhas estão abaixo do nível de água não sei quantos metros.

O que é que isso quer dizer? Quer dizer... desculpe, eu...

Se houver uma ruptura no cordão arenoso... (levantou-se e explicou) se o mar invadir, em vez de ter ali aquele cordão de areia... mas aquela areia que está ali.... se houver... Costa Nova, ... até á praia da ???. Aquela areia é mais sólida que as Gafanhas. Que as Gafanhas não existiam. As Gafanhas eram um charco de água. Começaram a ficar em seco, porque as marés começaram a a baixar. Conforma a agua foi recuando, começámos a ter aqui mais terreno em seco. Porque as Gafanhas eram areaola. Antes de ser terreno era areaola. Era praia como ali, como a que se vê 'ali'. E era uma terra onde iam deixar os leprosos. Eram as Gaferias. Por isso é que vem o nome de Gafanhas. Vinham aqui deixar. Porquê? Porque havia uma ponte para passar de Aveiro para as Gafanhas. E vinham aqui deixar os leprosos e iam-se embora. Eram aqui abandonados à sua sorte. Segundo conta a História. Agora, se aquilo for abaixo, aquilo vai tudo embora. Porque está abaixo do nível do mar, não sei quantos metros. Estas areias são mais húmidas do que a Barra. A Barra o clima é mais seco que aqui nas Gafanhas. Que as Gafanhas é o clima mais húmido que temos. Você faz um furo a um metro... de

Verão... a um metro nasce água. Eu na na minha casa, eu fiz um furo a 23 metros, não foi para tirar água. Foi para tirar água boa. Porque há... é só lodo. A 18 metros de profundidade eu trouxe berbigão vivo. Como é que é possível? São veios de água salgada que passam por baixo destes sedimentos... berbigão vivo. Não é cascas. Cascas de berbigão há sempre. Berbigão vivo. Veio na sonda. Água completamente pura, salgada. Eu tenho uma marinha, uma piscicultura. Agora está abandonada. Não é de... é uma marinha de sal... mas tenho nascentes... fica no salgado da Ria de Aveiro...

As que são turísticas? Só vi umas encostadas a Aveiro. Não há mais nenhumas, pois não?

É. Mas não são desses a minha está cá mais para traz, na ilha. Tenho uma marinha que tem nascentes de água doce que é uma maravilha. Debaixo de água salgada tem nascentes de água doce que é um espectáculo. É verdade.... Agora, á Administração do porto de Aveiro só interessa dividendos.

Tem a pior opinião possível... sim...

Sim, mas eles estão um bocado à rasca. Porque a construção civil está parada. Porque se a construção civil não tivessem afrouxado... as auto-estradas estão paradas. Auto-estradas e mais não sei quê. Se não estavam á rasca. Que já tinham vendido aquela serra toda ali. Que é a serra de Aveiro. Conhece?

Não.

Não conhece a nova serra de Aveiro? Está ali. Aquilo saiu tudo da Ria. Os milhares... não é milhares, são milhões de toneladas de areia que estão ali. Por vender. Porque no princípio... no principio... sabe o que era um cordel de camiões a sair de manhã e á noite todos os dias a chegar? Com areia... faz ideia? Aquilo nem o banco de Portugal, antigamente a fazer notas de conto... fazia tanto dinheiro como eles fizera. O que é, secou. Pronto. Há crise. Não se fazem obras públicas grandes. Não encomendas de areia. Não vêm camiões buscar areia.

Isso é muito triste, é... e... a se acabam com a Torreira... acabam a pesca artesanal...

Acabam. Dão cabo com tudo. Caíram os portos em Sâo Jacinto. Aqueles portos que havia para os barcos encostaram, caíram. Caíram em São jacinto. Há, há aí umas pedras aí que eles fizeram, estão suspensas do fundo cinco e seis metros...

Porque a ideia seja talvez incentivar mais a parte de comércio, de mercadorias.... de pesca industrial...

Exacto. Porque eles fizeram um terminal para a pesca industrial. Que ainda nunca foi utilizado... nunca foi utilizado... olhe estas minhas palavras. Nunca foi utilizado. Fizeram um investimento de milhões de euros ali. Está ali. Para mausoléu, para museu...

É onde estão os bacalhoeiros? Mas essa parte também... é novo...?

Sim. Para a pesca longínqua. Fizeram aquele terminal. Está ali, novo. Está lá. Com câmaras frigoríficas... está lá... foi feito novo, tem tudo novo, ainda não... ainda não foi estreado.

Então e os barcos de pesca longínqua, aqui, que vão para lá?

Estão lá, das empresas... é as obras que o Medina diz que não precisávamos de tantas auto-estradas de tanta linhas de caminho de ferro, de tantos aeroportos, não precisávamos de gastar tanto dinheiro mal gasto, que só faz funcionar as grandes

empresas porque têm muita maneira de dar dinheiro, porque são elas que fomentam a máquina política e a máquina não sei quê. Porque têm muito dinheiro...

Geram-se interesses...

Fazem-se as coisas mas não são para utilizar. A APA é um bocado assim. Como é que você quer que eu veja bem a APA? Eu não posso ver a APA. Faz infra-estrutura para me proibir de pescar os pescadores. Para impedir os pescadores de pescar. E depois para estarem ao abandono do tempo?...Estamos ao abandono do tempo. Estão à mercê... estão lá... feitas muito lindas...A beleza não gera... não gera dividendos. São maus investimentos. A APA só tem feito disso. Fez a Sograin. Que íamos ter 200 postos de emprego. Disse-mo ele a mim de caras numa reunião que tivemos. Tiraram os pescadores todos da marginal da Ria. Que tinham as suas embarcações nos trapichos. Que queriam aquilo tudo limpo... primeiro nós pagávamos o moirão... eles deixaram de nos cobrar o moirão... o moirão que era a atracação da embarcação. Chamava-se o moirão. Deixamos de pagar sabe para quê' para depois eles quando nos tiraram as embarcações, não termos como reclamar. Tinha ali, eu e muito a minha embarcação no canal do moireiro. Mandaram tirar tudo. E sem apelo nem agrado. Marcaram uma data e mandaram tirar. Meteram-nos para um buraco. O único sítio que estava capaz para os pescadores, meteram lá pesca desportiva e lúdica, de passeio. Fizeram uma marina para os barcos. Ali tem (apontando) uma, duas, três, quatro, são aqui cinco marinas para s lanchas. Para os barcos de recreio. Só aqui. Cinco. Tem uma aqui para os pescadores. E até na dos pescadores já tem lá barcos de recreio. Portanto, está a ver...

Pois, em vez de se chamarem mais pescadores...

Eh, pá... ... e depois...

Pois eu aqui... referia-me mais à Política Comum de Pescas...

Olhe eu fui a Bruxelas, e a Política Comum de Pescas, lá está é aquilo que eu acabei de lhe dizer há bocado. Insere-se tudo, enquadra-se tudo naquilo que nós defendemos. Isto é... nós... a Política Comum de Pescas é-nos favorável. Só que os nossos governos... não se faz aquilo que é apelidado que é vocacionado lá naquilo que se diz lá nos corredores da... lá de Bruxelas... não. Nós queremos preservar. Nós queremos sustentar. Nós queremos demarcar a nossa zona. Mas assim não se pode. Eu penso que as pessoas vêm para a Ria ou para usar a ria como lazer. Como passeio. Tudo bem. Andar de ski aquático, tudo bem. Como prazer de desporto. Náuticos. Agora usarem a Ria para vierem ter uma segunda profissão sem pagarem nada. Enquanto as outras pessoas vão lá. Trabalham lá. Vivem de lá. E não podem vender aquilo que eles vendem? Que eles fazem? Que eles apanham? Onde é que está a auto sustentabilidade das coisas?

E acha que ao longo de... do tempo, desde o início até hoje...

Pior. Sempre a aumentar as coisas. A gente pode conseguir encontrar ali 400, 500 lanchas ali … barra...

Mas isso pode estar relacionado com a legislação saída da própria Europa, ou...?

Não. Não está nada. Não, então se para os profissionais é proibido a pesca lá. Se eu apanhar um robalo com menos de 36 cm...

Ou seja, quebra a comunicação mais uma vez...? Não passa de lá para cá. No início também era assim? Lembra-se do inicio da Política Comum de Pescas... ou assim?

Não. Não, que eu andava no mar. Eu estava mais virado no mar. Agora nós sempre tivemos regras e leis.

Com ou sem Política Comum de Pescas.

Sim. Exactamente e a pesca da sardinha é uma pesca que ainda não está deliberada pela... comunidade... a pesca de sardinha está fora... ainda não há TACs nem quotas. Nós por enquanto somos auto-suficientes. Eles dizem: enquanto a pesca da sardinha não necessitar de apoios, eles também não... e está melhor em relação agora... com o reconhecimento da sardinha portuguesa.

E em relação à pesca artesanal, em relação à Política Comum, há alguma ideia alguma coisa que gostasse de avançar...

A pesca artesanal? Eh, pá a pesca artesanal tem muito trabalho a fazer. Mesmo a artesanal. A pequena pesca tem muito trabalho a desenvolver. Este, o programa Polis tem uma data de projectos e de... pronto de coisas válidas para a pesca. O que é que eu disse a eles, com tantos projectos, o dinheiro vai-se todo nos projectos. O mal é esse. Eu disse. Numa reunião eu disse. Quer dizer os projectos e a feitoria dos projectos levam o dinheiro todo. E qualquer dia... é tido em nome da pesca e para a pesca. Mas...

Mas o dinheiro fica todo no projecto...?

Mas qualquer dia não há pescadores. Foi o que eu disse. Qualquer dia quando os senhores acordarem não têm pescadores. Têm projectos, têm ideias, têm coisas feitas... algumas... mas não têm pescadores, porque ninguém vai sobreviver desta maneira. Por isso é uma das fortes apostas por que a gente se formou e que estamos aqui a lutar por alguma coisa.

Diga-me agora, não como associação, mas como habitante em Aveiro, se tem assistido a iniciativas locais para a pesca... para a pesca já disse, mas a outras actividades relacionadas com o desenvolvimento de Aveiro. Ou seja eu aqui o que quero focar mais será a... de que forma o desenvolvimento de Aveiro pode fazer desenvolver a pesca.

Sim. Sabe que fala-se de desenvolvimento de Aveiro. Fala-se Aveiro. Mas eu vou-lhe dizer... com a transição da lota para a Gafanha, nós estamos mais à mercê do desenvolvimento de Ílhavo. E aí tem-se feito muita coisa. Digo uma coisa, eu acho que... num...num composto geral acamara de Ílhavo, pelo menos a disposição da própria câmara o Sr. Bilbau Esteves, tem sido ele... pelo menos mostra vontade e ideias de fazer alguma coisa pela pesca. Claro, mas depois as pessoas guardam umas das outras e as coisas não andam para a frente. Mas acho que Aveiro, Aveiro, está afastado da pesca. Digo-lhe. Aveiro, que é a capital de distrito, os seus dirigentes máximos Câmara Municipal e mais não sei quê está de costas voltadas para a pesca. Ainda não tive um contacto sequer. Então veja. Fomos falar com o Governador Civil uma vez...

Ouvi dizer que querem acabar com...

Eu acho, eu também não sei o que é que eles fazem os lá governadores civis. Estão com polícia lá e mais não sei quê. È mais uma forma de estamos a gastar uma fortuna.

Pois é, há essa polémica, há. Diga-me por último aqui. O que pensa quando pensa no futuro dos jovens em Aveiro? Eu fiz mal esta pergunta. Arrependi-me de fazer esta pergunta. Vamos pensar aqui, em Aveiro, ou sem ser Aveiro...

...Aveiro. Sim, num todo.

Nos jovens, sim, mas no futuro...

Num todo. Olhe eu digo-lhe assim, na pesca, vai ter que haver alguém para pescar. A pesca não vai acabar. Vai sempre haver pescadores. Sempre. Que futuro é que eu vejo?

Olhe, eu gostava mais de ver os nossos jovens tirar os cursos a serem aproveitados e andarem a trabalhar... para trabalharem na pesca. Porque eu digo, a pesca até é uma arte com futuro. É uma arte que não está assim tão mal como dizem. Tem decaído, é certo. Tem decaído. Tem havido falta de protecção. Se calhar continuo a dizer má gerência. Eu não acredito que havia de haver, ao contrário daquilo que se possa falar... isto havia de começar de cima. Eu acho que havia de haver... o ministro das pescas é o ministro de Agricultura e Pescas. Até podia ser só um ministro. Mas depois eu acho que deviam por pessoas com conhecimento das coisas nos sítios certos. Haviam de por pessoas não só pela formação delas. Porque está-se a ver no estrangeiro mineiros que chegam a presidentes. E metalúrgicos que chegam a governadores. E se calhar até nem foram maus governadores. Haviam de aproveitar alguém com conhecimento fecundo. Alguém com conhecimento do que é a pesca mesmo a pesca em si e metê-lo nas pescas. A gerir as pescas. E meter alguém que percebesse dos grelos e das batatas e das cenouras, nas cenouras.

Acha que se devia dividir um bocadinho agricultura, da pesca, é isso? A pesca apaga-se na...

Exactamente. Porque a pesca não tem nada a ver com a agricultura. É que são duas coisas opostas. Agora será por antigamente os pescadores serem agricultores? Será por isso?...

Pois não... já houve fases... já se pôs na economia. Já se pôs no trabalho...? Não sei...

Pois. Eu gostava que as pescas fossem tratadas por gente das pescas. Às vezes não é o problema financeiro, só. Às vezes é o saber-se deliberar o que estamos a deliberar. E defender-se o que tem que ser defendido. E implantar, o que tiver que se implantar, e saber proibir o que tem que ser proibido. Porque nós não podemos andar assim à mercê... a gente não pode chegar a um sítio e dizer é proibido isto, ou é proibido aquilo, ou é proibido 'aquele outro'. Não pode. A gente tem que primeiro ir ao ponto da questão. Temos que ver o impacto que tem a medida que vamos tomar. Falar com as pessoas e depois deliberar. Era mais bonito. Agora, estamos a falar de jovens. Os jovens têm futuro na pesca. Dou-lhe o exemplo do meu filho. O meu filho fez o 12º Ano com médias de dezanove, com notas fabulosas. Concorreu para o sonho dele para a ideia dele, para a Marinha. Não entrou. Pediu-me para vir para o mar aos dezoito anos. E veio para o mar.

Acha que é possível no futuro virem mais pescadores jovens?

Temos... ouça, nós só não temos mais gente nova por causa desta... desta estúpida, desculpe-me a expressão... desta estúpida lei que só aos dezoito anos é que pode estar apto ao mercado de trabalho. Isso é caricato. Agora querem passar para os vinte e um. Isso é como aquele que ia ter connosco à lota velha ainda. Que tinha 34 anos, andava na universidade e andava há dez anos no quarto ano.

Acontece. Acontece...

Ele próprio dizia: o meu pai e a minha mão andam lá no terreno, pá, andam lá a se esfalfar para eu andar aqui a estudar. O chefe da tuna da universidade de Aveiro, aquele o forte, como é que ele se chamava...? Ouça se dessem oportunidade... de corrigir a burrice que fizeram... de o pescador ter que ir para a escola para tirar uma cédula. Isto é uma anomalia. Isto não se faz em lado nenhum. Em lado nenhum. Não queiram por doutores no mar a pescar. Já têm doutores a pescar nas lanchas. Não precisam de cédula marítima para ir pescar para as lanchas. Mas só se pode praticar pesca profissional, com

cédula marítima. È uma ??? da nossa República. Porque se dissessem a um doutor que para ir pescar numa lancha, ele precisava de cédula ele desistia. Então se dão facilidades para comprar uma lancha e ter uma lancha e ir para a Ria pescar...

Pois mas isso é um absurdo, mas...

Se me dão dinheiro para...

Pois essa parte revolta, mas...

Para que é que eu vou pagar inscrição marítima, a ter que pagar todos os anos, para ir pescar? Compro a lancha. E nem tiro cédula marítima nem nada. Não preciso. Inclusive, estão agora aí essas escolas e compra-se a carta de patrão de costa e não sei de quê... Vai ali, precisa de carta para andar na Ria, passam-lha. Isto é x. Vai embora. São todas as facilidades para o adverso, para que é que se há-de andar na lei? Agora se eu acredito nos jovens. Eu acredito. Mas acreditava nos jovens que pudessem ser ensinados. Para combater isto. Se não qualquer dia não há pescadores. Acontece a mesma coisa em todas as profissões no nosso país. Não há bons profissionais porquê? Porque não se lhe paga o devido valor. Eles fogem para... para outros lados. Porque é que não há bons políticos? Porque as pessoas boas não se metem na política porque a política está podre.

Não aguentam?

Não aguentam. Que for sério não se mete em coisas dessas. Que não tem estofo. Eu não disse ainda agora que há dois meses ponderei a hipótese de abandonar isto? Que gosto mais de andar no trabalho. Dá mais dor de cabeça isto.

Sr. Adelino, diga-me uma coisa...

Agora por amor de Deus, se acredito nos jovens? Acredito nos jovens na pesca. Agora aos dezoito anos a gente vai dizer a um homem feito. Pá, anda aprender a arte para vir para o mar? Pá, 18 anos agora vais para o FOR-MAR tirar um curso para tirar uma cédula. Você vai tirar um curso para ser costureira, vai... antigamente ia para ao pé da costureira, para a salinha aprender a trabalhar... Agora há uns cursos, Novas Oportunidades que para mim não é se não andar a atirar dinheiro para o tecto, e pronto, a gente sabe... Para dar aulas, põe pessoas a dar aulas que às vezes nem têm capacidade para dar aulas, que eu vi, ou que se vê. E alguém vai para costureira?

Pois eu nem sei o que lhe diga.

Agora eu acho, eu acho que os jovens têm oportunidades... Agora eu acho que a nossa política de trabalho está errada. Uma pessoa não pode ser instaurada... a fazer uma coisa aos 18 anos. Acho tarde de mais.

Não queiram por, porque nem todos têm capacidade de ir estudar... não queiram por... quem não tem capacidade de ir estudar, quem tem apetência para ser alguém... quem tem dão bons estudantes... agora quem não tem apetência havia de ter oportunidade de se integrar no mercado de trabalho. Logo após os 14 anos que eu acho a idade ideal. Aprender uma profissão, com honradez e com mérito qualquer um aprende. Dantes vê-se as pessoas a irem para aprender a fazer chapéus, taxista...

Podem ir para um curso técnico profissional...?

Mas complementa-se um curso técnico profissional com um emprego, com um emprego. Porque é que havia os moços no mar? Porque a aprendizagem era... o pescador ganhava uma parte e o moço ganhava três quintos da parte. Havia uma pequena diferença que era para o incentivar a aprender depressa para ser pescador.... porque ele não queria ganhar menos que os outros e andava ali um ano de moço, no

segundo ano: Ó mestre, já sou pescador este ano, e tal... às vezes nem andava um ano. Às vezes o próprio mestre via se ele era finório, já o passava logo a pescador. Está a perceber? Há um incentivo ao trabalho. Agora, ouça, se vier um homem, aos 18 anos é um matulão, é um rapazão, é pá, um gajo até tem vergonha de dizer é pá anda cá aprender a fazer isto. E depois não sabem fazer nada. Com 18 anos, com 20 com 21 não sabem fazer nada. Era o que nós considerávamos antigamente os aselhas. Não sabem fazer. E parece que não fica bem nós estarmos a ensinar um percurso que havia de ser feito há cinco ou seis anos atrás. Não tem valência para estar a fazer uma coisa... Vão para o FOR-MAR, vão com 14 anos, vão para lá fumar, fazer mais não sei o quê... experimentam drogas, a gente sabe lá e depois aos dezoito anos saem de lá com uma cédula. Vêm carregados de vícios, carregados de problemas para os barcos... os que vêm. Porque a maior parte deles nem vem. Vêm um dia para o mar, enjoam... Não, vou agora assim para o mar. Ando aqui enjoado. Agora acredito nos jovens. Claro que acredito nos jovens.

Olhe, esqueci-me de lhe perguntar aqui uma coisa.

Diga.

Quem são os associados...? Jovens, mulheres... bem jovens já disse. Mulheres, pescadores no mar, na Ria...

Temos. Temos todos. Jovens, mulheres, pescadores do mar e da Ria. Temos todos. Temos mariscadores, temos pescadores, temos malta nova, temos aí uma ?? de associados aí na casa de os 20, 30 anos. Temos outros mais velhos. Temos. Temos muita gente. Agora nós não conseguimos dar mais apoios, porque também não nos dão ?? para isso. Ouça, era uma das minhas batalhas, é resolver este problema das cédulas. É um gasto supérfluo para o país, está com regimes de escolas, nos regimes que estão a trabalhar. Porque praticamente todos os professores dessas escolas eram aposentados. Tanto que agora proibiram os aposentados de dar aulas e eles não têm gente para dar aulas. Vieram-me pedir para eu ser formador, para dar um curso como formador... eu não tenho vagar para isso, não me vou meter nisso. Ai aquilo é um problema, diz o Capitão. É pá, é um problema já eu sei. Agora essas escolas haviam de acabar. São milhares de euros que se gasta. Milhares. E haviam de dar oportunidade ás empresas de formar os seus quadros. Isso é que era importante. Isso é que era importante. Dar um incentivo. A empresa durante aqueles dois anos não pagavam a segurança Social, por exemplo.... e não contavam como efectivos da empresa para efeitos de IRS ou IRC, por exemplo. E as empresas contactavam as pessoas e formavam os seus quadros. Agora assim não. Assim não. Estava a dizer o que é que eu precisava para a associação? Eu tenho aqui o Acúrcio, que é o meu maior colaborador, e o Daniel. O Daniel até está a tirar um curso, é gestão, não é? (o Daniel corrigiu: É contabilidade.) Contabilidade. Estou-lhe a pagar o ordenado mínimo nacional. Que é o que eu posso pagar... também não posso... agora o que é que eu preciso. Eu, se soubesse, soubesse... eu acho que conseguimos a isenção dele um ano? (O outro senhor respondeu: sim, um ano.) Um ano. È o primeiro emprego. Que ele veio da marinha. Que foi considerado o primeiro emprego. Já não é mau. Mas quer dizer, eu se calhar vou precisar de mais um ou dois colaboradores. Mas também precisava de... quer dizer...

De apoios...

De apoios. Está a perceber. Condições para trabalhar.

Este tipo de associação surge como entidade não lucrativa?

Sim, é... é uma entidade não lucrativa.

Está bem. Vou desligar então. Acho que temos tudo, então. Vou deixá-lo ir almoçar.

Sim. Acho que temos tudo.

Duração da entrevista: 3:00

Olá. Podes começar por dizer-me como tem sido o teu percurso pessoal…

Bom… é assim… nunca pensei durante o meu crescimento vir algum dia a ser pescadora…e muito menos em envolver-me em todas estas questões que estou envolvida…foi um percurso normal, eu acho… a primária depois o ensino preparatório… e entretanto, a dada altura começo a trabalhar… em empresas… e fábricas, e olha até numa padaria. Mas se calhar a pesca estava sempre em segundo plano. Nunca pensamos, não é? Até porque os nossos pais não queriam muito. E mais …?

…O que é que querias ser quando eras pequenina?

Olha… deixa ver se me lembro… olha eu acho que foi aquela fase em que queremos ser tudo… hoje quero ser isto, amanhã aquilo, depois já mudei de ideias, entendes? Mas uma das profissões que nunca imaginaria na minha vida era ser pescadora… e gostava daquilo… até porque os pescadores já então eram vistos como pessoas extraordinariamente pobres, sem cultura nenhuma e sem desenvolvimento nenhum… pessoal ou… cultural, não é? Pronto… e como nós nessa altura ainda não temos opinião nenhuma formada acerca disso, eu… era uma coisa que eu nunca pensaria. Não é? Apesar de os meus pais serem pescadores e eu não ter vergonha nenhuma disso, não é? Mas… não pensava. E olha, hoje cá estou.

… Olha… diz-me uma coisa, tu andaste na mesma escola onde anda a tua filha…?

Não, não, não. Até porque essa escola, pelo menos a escola primária, hoje, já está fechada… Sim, já está fechada a que eu andei, já está fechada há uns bons anos, as escolas agora são um bocado mais centralizadas e … na vila. Antigamente, quase em cada localidade havia uma escola, não é? Hoje em dia já não. E depois é assim… eu morava na Torreira, na altura. Não era na Torreira mas era quase. E hoje estamos a morar aqui, portanto ela andou aqui. Aqui… em Pardelhas e depois foi para a preparatória da Murtosa.

Tu sentes-te mais ligada à Torreira?

Sim, sem dúvida. Sem dúvida. Ali (Freguesia Murtosa) é mais assim, uma fase da minha à qual ainda não me liguei muito, entendes?

Há quanto tempo saíste da Torreira para viveres na Murtosa?

Olha, eu morei 5 anos em Pardelhas, e ali (no Ribeiro) estou há 6 anos. Talvez porque as minhas raízes estão mais na Torreira, a minha infância foi lá… muito ligada à Ria porque a minha avó tem uma casa do lado da Ria, e então nós passávamos a vida lá… e os meus pais sendo pescadores, não é? Muito ligada à Ria sem duvida.

…Os teus pais são de lá também…

A minha mãe. O meu pai é do Bunheiro. Foi para lá…, emigrou para lá! Mas é mesmo de lá, acabou por fazer a vida dele lá, acabou por nunca sair. Porque sabes que há uns anos atrás os pais quando tinham um terreno, davam aos filhos, os filhos construíam a casa… aquilo era tudo muito mais prático, do que é hoje em dia. O meu avô tinha, lá possibilidade de dar isso aos meus pais e ficaram por lá, pronto.

ok… ora, incidindo no percurso profissional, com entrada na Rede de Mulheres… mas fala-me um bocadinho do percurso dos teus trabalhos antes da pesca…

Pronto, é assim. O meu primeiro trabalho foi numa padaria. Assim quase um part-time… tinha uns quinze, dezasseis anos. Não que os meus pais quisessem que eu fosse trabalhar já tão jovem. Mas eu penso que quis abrir os meus horizontes, aprender coisas

novas. Mas acho que tinha vontade de ter responsabilidade, sim acho que foi... Só que a dada altura a minha mãe teve um acidente em casa, e eu fui obrigada a quase ficar com ela em casa. E acabou por não resultar muito bem, porque a senhora foi obrigada a pôr outra pessoa lá. Uma coisa não dava para conciliar com a outra. Entretanto, depois decidi que ia trabalhar para uma fábrica. A Yazaki que era uma grande fábrica de Ovar, que empregava montes de gente e pagava bem para a época. E pronto e consegui. Consegui entrar. Estive lá dois anos. Ao fim dos dois anos a empresa teve efectivar montes de gente e depois fizeram uma escolha muito… muito doida. E depois acabaram por não escolher… não foi uma escolha muito correcta. Todos aqueles que apareceriam, eles escolhiam, outros acabavam por não aparecer. Houve muita gente injustiçada nessa altura… e eu como apanhei tendinite lá, por ficha médica fui mandada embora. Porque… Eles preferem mulheres, porque têm muito mais agilidade nas mãos e para inserir… como é que aquilo se chamava?... Para inserir os circuitos nos conectores aquilo tem que se ter muita agilidade e dedos finos. Só que o problema são os tendões porque são trabalhos muito repetitivos e então acaba por acontecer. Aconteceu a imensa gente e eu infelizmente fui apanhada um bocado por causa disso. Eles disseram: 'A tua questão é ficha médica'. Aquilo não foi assim tão grave, percebes? O problema é que só o simples facto de poder vir a dar problemas à empresa… eles mandaram-me embora, mandaram… na altura ninguém entendeu isso mas... Aconteceu a muita gente. Isso na altura aconteceu a muita gente. Infelizmente, hoje em dia, ainda acontece. Depois quando eu saí da fábrica estive durante um ano, como recepcionista, numa estalagem. E, entretanto, casei, não sei quê… engravidei dela, e depois… foi a tal história. Para eu estar em casa o tempo que precisava, havia que pôr uma pessoa na recepção. E não iam pôr uma pessoa que precisavam por dois ou três meses… ou pelo tempo que fosse. Então…: 'Olha tens que ter paciência… não sei quê, compreende a nossa situação… depois, quando tu tiveres pronta a voltar a trabalhar, nós avaliamos a tua situação. Para te dar trabalho…' Mas isto é muito bonito quando é como eles dizem, não é? E se não fosse de uma forma era doutra, eu tinha que me vir embora, não é? E eu já não tinha escolha. Tinha que vir. E quando a Cátia nasceu, tive que sair de lá.

Desculpa interromper-te… que idade tinhas?

Ora eu ia fazer vinte e dois anos quando ela nasceu. Porque sabes que é assim nós às vezes dizemos que é muito jovem. Mas eu já tinha bastante maturidade. Porque desde muito cedo, com aquela história de ter deixado a escola cedo… no turno diurno. Porque passei a estudar à noite. E gostava muito dos meus irmãos e de ter a responsabilidade de ajudar os meus pais. E olha, foi por opção minha. Porque os meus pais sempre quiseram que eu estudasse mais. Só que jovens inconsequentes. Não pensamos em mais nada. E naquela altura, ninguém precisava de mais escola, era só a escolaridade mínima obrigatória. Enfim, as pessoas dizem-me eras tão novinha, não sei quê…

Não sei… As minhas amigas tiveram filhos mais novas que eu. Tiveram todas por volta dos 24, 25, 26… Acho que eu fui a única que tive com trinta!

Pois é. Mas as pessoas acham todas: tão novinha… pronto. Mas eu acho que a altura foi a certa. Mesmo porque foi muito desejada.

Sim e quando a gente olha para elas diz sempre que a altura é certa. Às vezes penso nisso e se eu voltasse a trás era exactamente na mesma altura que era para sair exactamente a mesma…

Sim se calhar é por isso! …não mas mesmo a altura foi, porque como foi muito desejada, e … bem tu vês hoje aquela coisa linda que eu tenho lá em casa… e pronto hoje em dia… sem ela não seria igual. Todo este envolvimento que eu tenho na Rede

das Mulheres e todo o resto… sem o apoio dela não seria igual. Dá força de vontade, e o orgulho que ela tem, e depois também o interesse que ela acaba por ter com tudo isto… sei lá faz outra diferença. Há momentos em que penso em desistir e lá vem ela: Oh mamã, mas sabes que tem de ser e… olha e eu até fico orgulhosa, aquilo é muito gratificante. Portanto dizer-te mais do que isto… não sei. Depois chegou a uma certa altura em que eu fui à procura de trabalho e não havia. Foi uma fase complicada, e a minha mãe disse-me assim: mas porque é que hás-de andar à procura? Tens o trabalho em casa, não é? Vens trabalhar connosco. Só que aí, havia uma dificuldade. Eu não tinha curso de formação para poder trabalhar. E aí entrámos quase em guerra com o FOR-MAR. Era dizermos ao FOR-MAR: Então? Acordem, nós estamos aqui. Precisamos disto para trabalhar. 'Não, vocês entram para o próximo curso, e não sei quê…' E andámos assim mais de um ano nisto. Mas fui continuando a trabalhar, não era? Eu estava à espera, o FOR-MAR não dava respostas… íamos esperando, íamos trabalhando… até que vem o curso. Agora, eu já estava inscrita no FOR-MAR desde os dezasseis anos. Só que para ir para Ílhavo diariamente, e depois a minha vida profissional não tinha esse sentido, não é?... Eles na altura não me chamavam e eu também acabei por ir empurrando… Até que… isto passou-se… aí há uns seis anos, então, portanto fizemos o curso. Foi com grande sacrifício a trabalhar durante o dia e fazer curso à noite. E ter uma filha e ainda ter a casa para cuidar… eu cheguei a um ponto que era chegar a casa e dormir… e foi complicado, foi… mas valeu a pena. Por tudo aquilo que aprendi, pela troca de experiências… pelo companheirismo que tivemos… apesar de tudo foram quatro meses bem passados. Pronto, e entretanto, a dada altura, quando as coisas se começam a complicar na pesca… numa altura em que ficámos quatro meses sem trabalhar… por contaminação por toxinas, cai do céu o Tó Zé, foi mesmo assim cai do céu… quando estavam a fazer uma comunicação, que tinham chamado a comunicação social. De repente um dos pescadores conhecia o Tó Zé por ser lá do sindicato e ele apareceu lá de pára-quedas e disse-me: 'Oh miúda anda cá que precisamos de ti aqui'. E pronto e foi assim, o Tó Zé começou a envolver-me nestas coisas. E a minha irmã acabava por ser a líder desta manifestação, e o Tó Zé ligou-se muito a nós nessa altura… e aí convidou-me a ir fazer parte do sindicato. A Cristina Moço, entretanto, conheceu-me. Ele apresentou-nos e a Cristina também queria alguém para a Mútua e para a Rede das Mulheres. Até que houve um dia em que o Tó Zé disse: escolham. Preciso de uma para o sindicato e outra para a Mútua e Rede de Mulheres. A minha irmã ficou no sindicato, e eu na rede das mulheres. Daí começou a minha saga. A Cristina começou a chamar-me para tudo o que era… fui logo à Noruega, no projecto do CCC (Celebração da Cultura Costeira) … olha e foi assim, a Cristina foi-me descobrindo… se calhar achou que eu tinha algum potencial para isto… e hoje sou secretária da Rede das Mulheres. Um bocado sem me aperceber a Cristina Moço comunicou que ficava no grupo. Se perguntares ela diz que perguntou, mas não perguntou (rindo) … entretanto a Associação também precisa de ajuda, fui convidada pelo Adelino para ajudar, e olha eu acho que de repente toda a gente me convida para trabalhar…

Que bom!

Pois, às vezes… é que há muito trabalho e pouco dinheiro…

É trabalho voluntário…

Pois o problema é esse… É que nisto das pescas há muita necessidade de trabalhar de uma forma voluntária. É que nem sempre é compensado. É assim, a Mútua ajuda-me imenso, não perco rendimento quando estou a trabalhar para a Mútua. Mas porque sou dirigente (dos órgão sociais) porque isso não acontece a qualquer pessoa. E a Mútua tem

uma política em que os dirigentes não perdem rendimento quando estão a trabalhar para a Mútua. Eu não perco rendimento, e ao fim ao cabo acabo por adquirir conhecimento.

O que é que tu fazes como dirigente e na rede?

O meu papel é estar junto das comunidades e ajudar, resolver problemas. O meu papel na rede… Ainda há pouco tempo numa reunião que tivemos sobre o Marlanet, não sei se tu conheces... A rede é uma associação criada por mulheres de vários países e é defender os direitos da mulher na pesca e fazer com que o papel das mulheres seja válido, na pesca. Porque há uns anos atrás não tinham sequer salário. Ainda que, em Portugal, não sinta tanta descriminação, quanto isso. Mas há países a que fui com o Tó Zé em que todos aqueles que sabiam que eu era mariscadora ou pescadora… só faltava soltarem foguetes. Que mulher de coragem, e não sei o que mais. E eu virei-me para o Tó Zé e disse assim: estranho. Não estou habituada a isto… ' Tu sabes que aqui és vista de forma diferente. Eles não estão habituados a uma mulher pescadora. Isso é um trabalho impensável para uma mulher'. As mulheres, normalmente, estavam em terra. Faziam o trabalho de terra. Algumas delas nem salário tinham. Eram colaboradores do marido. Daí que, em Portugal, no código contributivo nós estamos um bocado em luta. Porque a mulher aqui nunca pode ser considerada um funcionário. Mas isso também tem a ver com a generalidade do código dos independentes, não é? Mas na pesca, sendo, que é uma situação diferente, tem que ser vista de uma forma diferente. Isso nunca podia ser aplicado. Mas a situação da mulher, aí … ainda continua… está aqui um entrave. Porque nós, se há alguma coisa que tivemos sempre na rede é que, em Portugal nós não temos essa descriminação, não é? Inclusive numa intervenção minha nos Açores, numa reunião do CCR acerca das mulheres da pesca ficou demonstrado bem isso. Que as mulheres às vezes até são as armadoras do barco, os maridos têm trabalhos em alto mar, ou até numa fábrica, em outras actividades… e elas são as próprias armadoras, donas do barco...

E há muitas situações dessas aqui em Aveiro?

É assim, mais se calhar na zona da Torreira e Murtosa. Em Aveiro, se calhar, tu não vês isso… na zona de Costa nova, Vagueira, Ílhavo… tu não vês isso.

… Tem a ver com ser pesca fluvial?

… É o sítio... em Ílhavo têm pesca fluvial mas é mais fácil para uma mulher procurar onde trabalhar na cidade. Quer seja numa fábrica ou noutra actividade qualquer. Mas ali as mulheres estão muito ligadas à pesca. E se calhar… olha uma mulher de um pescador sempre foi muito corajosa… digo eu, pelo menos ali naquela zona, vejo muito isso. São mulheres de fibra, são mulheres diferentes. Que nem tudo lhes dá medo, não é? Mas também eu sei que também há outras comunidades em que isso acontece. E então, algumas já optaram por ir trabalhar sozinhas, até porque, para criar os filhos e não sei quê… quando os maridos estavam no mar. Até porque, agora já é mais complicado, mas há uns anos atrás qualquer pessoa trabalhava na ria e qualquer pessoa ganhava qualquer coisa. Hoje em dia já não é tão fácil. Porque com a escassez de espécies e também por tudo o que envolve o mercado.

Ora, agora… Necessidades que sentem na ria de mulheres, como melhorar…

É assim, eu pessoalmente sinto que há uma grande discrepância em termos de opiniões. Nas mulheres da rede, é assim, é que enquanto em Portugal não há essa discriminação, e para nós, queremos mais envolvermo-nos nos problemas da pesca e tudo o que são as situações menos correctas da pesca porque temos mais facilidade em ter uma mulher como líder. Por exemplo, a minha irmã é a primeira mulher no sindicato com menos de

trinta anos. E, se calhar isso era impossível, não é? E em Portugal isso é aceitável. Eles aceitaram-na muito bem. Gostaram até da ideia. E não só, eu acho que uma mulher, aqui, é vista de uma forma diferente na pesca. Não é olhada de lado. Já em outros países… inclusive a presidente da associação da rede achou muito estranho como é que eu, sendo uma mulher divorciada, conseguia fazer face às minhas contas e pagar e ir trabalhar… porque têm sempre os maridos a apoiar. Elas estão sempre a fazer o trabalho de…, sei lá de retaguarda… podem apoiar mas nunca estão verdadeiramente no terreno…

O que notas é que há umas mulheres mais interventoras do que outras…

Acho que as expectativas de futuro são diferentes de umas para as outras. E às vezes é um bocado difícil conciliar isto. Eu, no início, quando me comecei a aperceber de quais eram os ideais destas mulheres, porque eu entrei, já a rede existia a algum tempo… eu cheguei a um ponte de dizer: eu não me identifico tão pouco com as ideias delas. Não sei o que estou aqui a fazer. Porque a minha luta não é dizer: 'Eu sou uma mulher na pesca e estou aqui'. A mim, não me importa que no livro verde das pescas se diga a palavra mulher. Importa-me mais que haja um futuro na pesca. Para mim é mais importante criar condições para se puder ter um futuro melhor na pesca. E para algumas destas mulheres a única coisa que precisam é dizer que o papel das mulheres na pesca é importante. E em Portugal isso não existe, as mulheres da pesca não são assim…

Como é que tu achas que em Portugal esse aspecto pode ser melhorado?

É assim… isso, ser melhorado, … era se calhar desenvolver projectos se calhar mais… num intercâmbio de ideias… e se calhar elas tivessem um pouco mais de abertura a estas nossas ideias e estes nossos projectos. São muito diferentes dos delas, entendes? Aí, nós conseguimos ver que há mais a questão diplomática, porque as pessoas mais ligadas à associação são pessoas mais ligadas à diplomacia, que participam da pesca… mas não estão integradas nas comunidades. E têm mais um parecer técnico do que um parecer prático. Se calhar não vão com certeza desenvolver ideias válidas.

Sim… uma vertente mais prática… mas diz-me uma coisa sentes falta de mais mulheres na rede?

Sim… mas sem dúvida nenhuma. É assim eu penso que em Aveiro, a única mulher da rede sou eu… e sinto… eu cheguei a um ponto que disse à Cristina: não posso. Porque a Cristina disse: tens que identificar mulheres. Não, eu não vou identificar mulheres para entrarem para a associação… eu vi quando tivemos o seminário de final do CCC que conseguimos reunir três encontros e um deles era acerca da rede de mulheres. Havia lá mulheres que não têm noção do que estão a fazer na rede. Se calhar não precisamos de ter os nomes na associação, mas precisam de encontrar pessoas válidas para nós podermos trabalhar na rede. Não é dizer que precisamos de um número tão grande ou se calhar precisamos de trabalhar com esses dados de forma diferente… temos que utilizar esses dados, apenas como números, mas depois no terreno com pessoas capazes e não diria tanto lideres, porque então estamos a entrar noutro campo, mas pessoas que acabem por coordenar e saber retirar de cada uma destas mulheres o seu conhecimento e a sua cultura, e não tanto dizer: venha para a associação e depois ela ficar ali sem saber o que está a fazer, entendes? Repara, não digo que estas mulheres não sejam importantes. Porque são. E muito. Mas se calhar em vez de fazer fóruns de reconhecimento em que em vinte mulheres se reconhece cinco lideres… eu não acho que têm que ser lideres. Acho que têm que… temos que aproveitar o que estas vinte mulheres sabem e ter uma pessoa a coordenar tudo o que estas mulheres sabem. Porque elas têm muito a nos ensinar. Cada uma delas, … elas, até podem não ser válidas como

líderes, como representantes da rede, mas terem outros conhecimentos que nos sejam válidos. Isto é o meu ponto de vista…

Lembro-me de dizeres em Lisboa aquilo de 'Sim, estamos cá. Existimos' mas o que mais podemos fazer? E reparei que falaste em relação aos coletes, lá em baixo, lembras-te? E também vi em Sesimbra aquela senhora dos Açores…

Sim essa senhora, … ninguém dizia do que ela era capaz … tem uma força. Sabes que no início… a questão é o que podemos fazer … Olha, sabes que a associação não era só de mulheres. Era para ter mulheres e homens. Só que eles não quiseram… Lembro-me que na primeira reunião houve um homem à porta que dizia: eu não entro aí. É melhor não entrarem!... Mas aquilo acabou por correr muito bem. No final toda a gente aplaudiu. E teve pernas para andar. As pessoas recorrem muito a mim e à minha irmã para os problemas que têm de resolver e não conseguem. E nós sentimos que não temos a solução nas mãos. Também faz parte do meu papel como dirigente da Mútua. Estar perto das comunidades, estar por dentro dos problemas. Resolver e ver aquilo que a Mútua pode resolver. Há um trabalho constante para melhorar a vida dos pescadores com novos projectos. Olha, a Mútua está sempre presente. Nunca abandona os pescadores.

Sem interferir com a privacidade… se puderes dar exemplo de alguns dos problemas…

É assim, nós temos… um problema bastante sério, neste momento, é a alteração do código contributivo; depois temos situações de carência… de tudo, quer seja carência alimentar, quer seja carência de higiene, de um pouco de tudo, não é? E depois não é só isso. Eu sinto uma necessidade muito grande de fazer com que estas comunidades evoluam culturalmente e que os jovens sigam a escola… olha independentemente de ficarem na pesca ou não… e que não vejam a pesca como… um caminho que parou ali. É… eu acho que a pesca é uma actividade como qualquer outra e é necessária, mas independentemente disso as pessoas não têm que fechar-se naquelas comunidades e viver os costumes daquelas comunidades. Depois aquilo acaba por ser uma confusão, porque, entretanto, é o que eu já te dizia, que… a evolução que há ali é o pior, entendes? As pessoas não conseguem ter uma opção diferente. Não conseguem conhecer a vida de uma forma diferente. A televisão… o dia a dia, as revistas cor-de-rosa que lêem… acaba por influenciar muito. As pessoas acabam por não desenvolver a parte cultural, a parte cerebral… que nós temos que estar sempre em constante aprendizagem. Para essas pessoas aquilo acaba por ser tudo muito natural, e acaba por destruir às vezes potencialidades enormes que as pessoas têm. Até sob o ponto de vista pessoal. Do desenvolvimento pessoal, não é? Nem diria tanto académico ou outra coisa do género. Até como desenvolvimento pessoal. E então acho que há um trabalho muito sério a ser feito de apoio a estas comunidades, para que as coisas não fiquem por aqui.

As pessoas tomam a iniciativa de te procurar para algumas coisas… disseste há bocado que te procuravam a ti e à tua irmã…

As pessoas procuram-me quando as coisas estão sérias. Quando têm um problema muito grave. Como uma divida à Segurança Social… Como quando têm um problema de ordem legal com as embarcações.

Coisas normalmente relacionadas com a pesca. De ordem familiar…?

De ordem familiar… é assim, de ordem familiar… nem tanto, nem tanto, percebes? Nós acabamos por nos aperceber que há este ou aquele problema. Por exemplo uma divida à

Segurança Social influencia completamente a vida familiar deles, das pessoas, não é? E então pronto. Ponto final.

Procuram-te tanto as mulheres como os homens? Ou procuram-te mais as mulheres falando em nome da família, do tipo passa-se isto com o meu marido…

É assim… é um pouco de tudo. Às vezes é a família… olha e às vezes até pequenos esclarecimentos. Eu, como vendo também seguros para a Mútua, há coisas que as pessoas não conseguem entender. Preencher um papel… e depois é assim, olha eu afinal tenho uma divida, e não sei quê… e lá vou eu tentar saber o porquê da divida… e acabo por ser um mediador entre a mútua e eles estando por perto, quando precisam.

Está bem. Tu acabas por ter um papel próximo de assistente social. Diz-me uma coisa: realiza-te estar na rede de mulheres?

Sim. Se com uma mulher de um pescador, ou com um pescador eu conseguir ensinar algo… e ao mesmo tempo aprender, porque tu não tens ideia as coisas que aprendemos com eles. E o conhecimento com que saímos. Olha, não sei. Se calhar, estou a ser filosófica, com isto. Porque há muita gente que só vê a parte prática desta história. Mais nada. Pão, pão, queijo, queijo. Os pescadores têm que ser trados desta forma e ponto final, e… há pessoas que lidam desta forma com eles. Aqui não há nada a aprender. Mas só tu estando envolvida no meio deles. Conquistando a confiança deles. Rindo, brincas com eles… tu tiras o mais genuíno deles.

O facto de tu seres pescadora… faz com que as pessoas se aproximem mais? No sentido de te confiar coisas mais pessoais…

Eu acho que sim. E depois é assim… há uma coisa que eu noto. Normalmente, o meu uniforme de trabalho não é igual à minha roupa do dia a dia. E há um tempo atrás fui fazer um seguro num cafezinho… olha, naquele café… dos pescadores… ao cunhado do dono do café que trabalha com ele na pesca. E eu achei engraçadíssimo, que vira-se um pescador assim para mim: oh caramba! Ninguém te conhece rapariga. Tu és completamente diferente. Eu disse. Não. A roupa é diferente mas a pessoa é igual. Pronto, e isso cria-lhes um bocado de confusão… se bem que alguns deles com a roupa que trazem do trabalho não tomam banho quando chegam a casa… alguns deles vivem assim o resto do dia e só tomam banho à noite quando vão para casa. Alguns deles não tomam mesmo, coitados e vão trabalhar assim no dia seguinte outra vez, percebes? Tudo isto… enquanto nós encontramos pessoas que já se desenvolveram em termos de higiene, há muitos ainda que… e se calhar culturalmente não se desenvolveram nada. Mas também pessoas que não mudaram esses hábitos mas que se calhar culturalmente já têm uma visão um bocadinho diferente, ainda que em termos de higiene para nós falhe ali qualquer coisa… estás a entender?... E depois é assim, eu gostava de conseguir criar gosto por novos horizontes a estes pescadores. Que no fim do dia de trabalho, em vez de irem para o tasco, que é assim mesmo que eles chamam. Ir para o tasco jogar às cartas e beber uma cervejas e no final do dia estarem completamente enfrascados e gastarem se calhar metade do ordenado ali, não é? Terem outros horizontes e se calhar interessarem-se por uma actividade… que ensinem que aprendam… então isto… há um projecto aqui na minha cabeça que envolve quer sejam crianças, quer sejam mulheres na pesca, quer sejam homens. Porque eu não penso como… por exemplo as francesas são muito feministas na rede. Ali não entram homens… percebes? Não, não é assim. Nós temos que estar em contacto directo sempre. Percebes? Nós estarmos na rede, não significa que não possamos ter um contacto com os homens: olhe se calhar pode fazer isto desta forma… daí o meu papel também com a associação (referindo-se à APARA). Uma coisa não invalida a outra, estás a perceber? É a minha forma de ver, pelo menos… e

então, queria criar infra-estruturas onde as pessoas pudessem sei lá, ler um livro, ou se calhar a contarem uma história de vida a um bando de crianças, uma mulher que fizesse ensinasse a fazer pratos típicos e depois eles fossem provar, um espaço onde as crianças e os adultos deixassem um pouco do seu contributo…

Tu quando dizes isso está a referir-te às comunidades? Porque …

Principalmente às comunidades, mas abrindo a possibilidade de outros, de interagir com outras crianças, de as pessoas virem às comunidades... porque a interacção é muito importante, não é? É… até no próprio desenvolvimento das pescas. Se nós conseguirmos em primeiro lugar desenvolver intelectualmente estes pescadores, mostrando que eles se houver alguma coisa melhor é para eles próprios e para o futuro dos filhos… porque muitos destes acabam por enveredar na pesca, não é verdade? Também devemos dizer que é válida essa prestação deles, entendes? E criarem confiança neles próprios para criarem um futuro melhor. Está a perceber? Essa mudança de mentalidades que eu tanto digo, passa também por aí. Mas isto, isto é um sonho… claro.

Relações que estabelece com Juntas…

… Se calhar mais com as associações, porque pelas directivas da Comunidade Europeia nós somos obrigados a que todos os nossos projectos, que todas as nossas ideias, que todos os nossos pedidos passem um bocado pelas associações. Os representantes são… se calhar os que têm mais capacidade de nos defender. Portanto se calhar até mais com as associações.

Mais com a APARA, ou…

Sim. Também. Porque a Vianapesca, às vezes esquece-se de aparecer aqui. Mas através das associações acabamos por trabalhar directamente com o FOR-MAR, com as câmaras, com as juntas. É um trabalho em conjunto, mas a maior parte é ligado às associações. No momento é. Mas antes… antes não. Porque antes de termos um líder nós se calhar diversificávamos um pouco os nossos contactos. E hoje em dia já não. É assim é através da APARA, que eu consigo… se precisar de fazer uma actividade é através da APARA, … no fundo é dizer é a APARA que está a promover isto. Porque tem mesmo que ser assim. Tudo tem que ter o apoio das associações, seja um projecto, seja o que for… com respeito a isso, tudo tem que ter o apoio das associações. Portanto hoje em dia é com quem temos mais relações, não é? Se um pescador vem ter comigo… há coisas que eu tento. Mas peço muito colaboração, porque tenho a ideia, de que estes problemas que nós vamos encontrando, é uma aprendizagem, quer para a associação quer para mim, não é? Porque às vezes nós não nos damos conta que existe este ou outro problema. Com isto nós vamos aprendendo. De uns problemas tiramos ideias para outros. E acaba por ser assim.

E o Centro Ambiental? Manténs relações…

O Centro Ambiental está-nos a esquecer. Está-nos a esquecer. É assim, eu acho que por parte do Adelino, o esforço já está a ser um bocadinho maior, agora. E por exemplo eu tenho alertado muito o Adelino para os espaços na beira da Ria, para os pescadores e para o desporto… há muito lixo, há muito… as pilhas que são muito prejudiciais à Ria. Mas é uma quantidade… ninguém tem a noção. O Adelino, por exemplo, não tinha noção que havia essa quantidade… mas portanto, em termos ambientais, ninguém nos procura. Até hoje ninguém nos procurou. De vez em quando havia… agora há um projecto Polis que também acaba por ter, um bocado, uma, como é que eu te vou dizer… acaba por estar ligado a associações ambientais e coisas do género, mas não da

forma como deveria, entendes? Porque ali é uma zona… a ria tem uma zona que é São Jacinto que faz parte da Câmara de Aveiro, depois Muranzel, Torreira que fica (telemóvel tocou)

…Onde é que íamos?

O centro ambiental, a forma como estão ligados aos problemas da ria e a vocês. Mas já agora diz-me. Pareceu-me que isso era mais agora, mas queres dizer que no início as coisas eram diferentes? Eram melhores…

Não. Não no início… o Centro nunca nos ligou. Também, não deixavam tanto lixo e não eram utilizadas aquelas lanternas para a pesca. De há uns anos para cá começaram a ser mais utilizadas e qualquer pessoa tem. Têm aquelas luzes pequeninas que põem nas canas… tudo isso vai ficando nas margens. Eu acho é que também há uma grande falta de consciência, por parte das pessoas que utilizam estas margens. Isso é que é cada vez mais, entendes? E depois também, a pesca desportiva que vem sendo uma actividade mais barata que se torna acessível… cada vez há mais gente, não é? Por um lado, isso é prejudicial às espécies… porque apanham espécies… demasiado pequenas. E não há limite de apanha. Eles apanham o que quiserem. E antes nem sequer tinham que ter licença. Que hoje têm que ter uma licença, mas antes nem sequer tinham que ter uma licença. De vez em quando lá anda a ASAE ou a Brigada Fiscal a fiscalizar um pouco isso. Mas é raro, entendes? Portanto… então no fim-de-semana, aquilo é impressionante. Chegam a apanhar peixe com 'este tamanho'. E isso cria mais um problema para nós. Não vamos estar a dizer… isto… é que o que é mais engraçado é que para a pesca desportiva há apoios de todo o género, e para a pesca profissional, esquece. Não há nada disso. Primeiro que consigamos um apoio levamos muito tempo e… e… mesmo que se diga assim: é guerra. É, mas é uma guerra, no fundo não é uma guerra violenta mas é uma guerra… digamos assim intelectual. É muito, muito difícil. Portanto, isso falha completamente. A parte ambiental aqui está esquecida.

Os CCR… tens algum contacto por seres da rede? Já foste a alguma reunião que estivesse relacionada, ou assim?

Sim… sei… estou incluída num projecto que é o GEPETO. Que é um projecto que nós apresentámos ao CC. E tem que ser. É um dos critérios desse projecto… deixa ver… em Aveiro acho que não há ninguém no CCR.

E com o IPIMAR?

Temos muito pouco. Muito pouco. Eu acho que devíamos ter mais. Porque esta zona de Aveiro é uma zona muito critica em que há toxinas que nos atingem. E acaba por haver outros problemas em que o IPIMAR acaba por ter que estar envolvido. Porque ao fim ao cabo são a entidade que investiga tudo. Quer sejam capturas sem tamanho… por exemplo na Ria faz-se análise ao marisco mas não se faz ao peixe. Que eu tenha ideia não se fez, não me lembro de algum peixe ser analisado…

Mas se calhar fazem à água…

É assim, fazem à água, à partida tudo bem… sim se calhar, está bem. Mas olha tendo em conta o que nós estamos a precisar na Ria para desenvolvê-la e para nós daqui a uns anos dizermos assim: temos uma ria produtiva… e não estamos a falar só em termos de espécies, estamos a falar em termos de correntes também. Se são mais ou menos propícias a algumas espécies, porque inclusive algumas das espécies de Aveiro foram-se perdendo por causa da abertura de canais comerciais. Portanto eu acho que o IPIMAR, sem dúvida devia estar mais ligado a isso. É que em prol do desenvolvimento… perdeu-

se muito… Nós temos uma central de produtos tóxicos, de combustível ali ao lado. É quase em Aveiro. Dizem que não há qualquer problema… Alguns diziam que iam criar 200 postos de trabalho, neste momento têm dez. Enfim… Tenho algum receio pelo que estão a fazer com o desenvolvimento, as dragagens da APA, porque nós temos as reservas de São Jacinto. Agora vê, não foi feita uma ponte em São Jacinto porque ia afectar o meio natural, também por causa do tráfico dos carros. Que ia afectar. Ia afectar o habitat dos animais. Tretas, a Ria devia ser para todos, não é? E, por exemplo, a Ria, de há uns anos para cá, temos flamingos na Ria. Nunca que me lembre tínhamos tido. Tem que haver uma resposta para isso. Um porquê. De que forma interferem com o habitat natural de outras espécies. Se os animais estão bem aqui. Neste mundo os animais podem ser obrigados a adaptar-se a outros ecossistemas. Olha, não sei, mas pode ter a ver com isso.

E com a Universidade de Aveiro…

Com a Universidade de Aveiro, é mais se calhar a APARA e eu vou tendo conhecimento que a Universidade de Aveiro tem vindo a desenvolver um trabalho excepcional com a Ria de Aveiro. Investigação, quer seja de toxinas… E aí já têm uns bons… quatro anos. Porque no início havia quatro meses de toxinas. E aquilo não era normal, não é? E a universidade começou a mostrar interesse também sobre as espécies. Se te for dizer exactamente quais são os projectos a ser desenvolvidos, não sei. Quem sabe mais é o Adelino e de vez em quando vai-me dando conhecimento.

Ideias e iniciativas a desenvolver. Pensando na pesca… já tens vindo a referir algumas coisas, mas…

Ora bem, eu acho que é mesmo mostrar a estes pescadores que vão poder pescar a vida toda. Quer dizer, porque há já a ideia de que não vão conseguir pescar. Então, desenvolver formas de eles criarem esta confiança e eles próprios serem os preservadores deste futuro. Tem que ser assim. As ideias, já te falei no projecto das comunidades e de interacção com outras pessoas, outras comunidades…

Podes falar-me só um bocadinho sobre a Celebração da Cultura Costeira? Eu gostava de perceber melhor…

Celebração da Cultura Costeira… Chamaram a este projecto assim porque vais descobrir o melhor que podes ter nestas comunidades na pesca. Bem quer dizer, eu não sei bem porque lhe chamaram Celebração da Cultura Costeira. Se me perguntares. É trazer para fora o melhor que a pesca tem. Utensílios, fotos antigas, historias de vida, fotos recentes. É por isso que se celebra, não é? Celebração? E é uma troca de culturas. Por exemplo, a Noruega esteve a trabalhar connosco. È um intercambio de conhecimento, de culturas. Tivemos oportunidade de ver como a pesca era diferente. Ouvimos histórias de como alguns eram pescadores e refizeram a vida de outra forma. É um pouco de cada coisa. Não só falando nas comunidades piscatórias…

O que nos leva às ideias e iniciativas para Aveiro… Portanto… incidindo…, pois, mais na Murtosa…. O que tem sido construído, por exemplo. Centros, escolas, empresas…?... Se há mais associações ou, mesmo se, ao contrário, sentes que tem piorado, por aqui.

Não, eu sei. Sem ter a ver com a pesca?... Sim, se calhar… Olha assim uma coisa em concreto. Nós tínhamos a Associação dos Amigos da Ria. Aliás tu já viste. No início aquilo era só pescadores. Também havia os amigos da ria.

Desculpa, mas não é o mesmo que o centro ambiental?

No início sim. E parece porque estão juntos. Mas é que aconteceu isso. Saiu a pesca e passou a ser só ambiental. Aquilo passa muito por jornadas de limpeza nas margens da ria e por iniciativas para... pelo ciclismo. Mas há uma coisa que se estão a esquecer. Não interagem. Se estamos a falar de ria estamos a falar de tudo o que a envolve. Não é? Pensando que as comunidades, que os pescadores têm que estar envolvidos neste projecto. E não. Isto acaba por ser um projecto para intelectuais. Quer dizer, acabam por ser estudantes pessoas que já têm uma formação académica diferente que se interessam por um dia de ciclismo, ou por um dia de limpeza. Que é uma vez por ano, parece que é. E pronto, há alguém que organiza estes passeios à beira rio e ficamos por aqui. Percebes? Daí eu achar que isto era um espaço extraordinário para conseguirmos montar ATL's. Que tem muito espaço dava para montar seis ATL's. Era um espaço que estava perdido. O Tó Zé já tinha ido nessa direcção. Os ditos seis ATL's. Só que entretanto o Tó Zé ficou doente… e perdeu-se. Ficou de lado. Valia a pena investir mais naquele espaço que era óptimo. Era necessário que os filhos dos pescadores convivessem mais com filhos de outras pessoas de outros grupos. Porque sabes que, os filhos dos pescadores, … é difícil. Os pais não têm os horários dos outros. Quando os filhos estão na escola eles estão a dormir. Quando os filhos vão para casa eles estão a trabalhar. Chamar pescadores a estar ali era ajudar a abrir estas comunidades. Porque uma grande parte da Murtosa e Torreira é comunidade piscatória, percebes? Então são vistos, um bocado como um mundo à parte, percebes? Não há ali a junção das pessoas. Das pessoas que trabalham noutras actividades, das pessoas que trabalham na pesca. As pessoas quase não se aproximam umas das outras.

Tu notavas já isso quando eras criança?

Se calhar …não me fui apercebendo muito disso na altura. Mas já havia… havia o preconceito dos filhos de doutores, dos filhos de pescadores. Embora, na escola eu não senti tanto isso, porque nós brincávamos todos juntos e os meus pais conviveram sempre muito bem com o facto de serem pescadores. Nós éramos todos miúdos, estás a entender? Eu lembro-me que havia pessoas, e mesmo hoje ainda, que acham que: caramba é uma profissão de tanto risco. Porque não escolhes outra? Acham que não é vida. Porque a actividade de pescador não é bem vista. E sabes que quando era miúdas os pescadores faziam a tropa no mar. Então iam muito jovens para o mar. Para fugirem à tropa. Consequentemente, conviviam com pessoas que já tinham vícios incorporados. Que sempre fizeram aquilo e sempre viveram daquilo. Eles, ainda estão em crescimento e acabam por adquirir esses hábitos. Não se desenvolvem intelectualmente e se calhar até… a nível nenhum. É aquilo… e aquilo mesmo, estás a perceber? E depois não só. Como eles iam para o mar e acabam por estar fechados naqueles barcos, não iam a terra. O que acontecia é que falavam só com aquelas pessoas. Eles viviam só com aquelas pessoas. Cada vez que eles vinham a casa, estavam com a família, mas era quase impossível, eles terem uma visão diferente da vida, entendes? Portanto, se calhar… eu não senti tanto mas ainda há muita gente, e eu a partir do momento em que comecei a envolver mais com a rede e isto tudo, comecei mais a aperceber-me destas dificuldades e destas coisas. Se calhar comecei a aperceber-me mais do que até aí não me tinha dado conta.

Então vamos passar aqui à política e pescas, portanto, a primeira é sobre os problemas e necessidades com que se debate a pesca actualmente. Pedia-te aqui, Anabela, se me conseguias falar destes problemas mas pensando se de alguma forma se relacionam com a política, Europa ou Portugal. Ou se a política se relaciona com eles. Isto se achas que se relacionam, claro.

Não. Acho que tem. Infelizmente tem, não é? É assim, nós neste momento estando inseridos na União Europeia é quase impossível que esta política tenha só um modelo e que todos os países tenham que se reger através dele. E depois a pesca artesanal acaba por viver também nesta PCP. As realidades são muito diferentes e é quase impossível, nós aplicarmos a PCP assim à pesca artesanal, não é? Nós em Portugal temos uma grande discrepância entre a pesca industrial, a pesca costeira e a pesca artesanal. E depois no país inteiro, tu tens zonas onde tens pesca costeira, pesca artesanal, pesca de alto mar, por exemplo em Aveiro. Tens outras zonas onde tens só pesca costeira. Há portos onde tu só tens pesca costeira e pesca artesanal não existe. Neste momento, há uma discussão entre o que é pesca artesanal. O que é pesca costeira, pesca local. Acabo por achar um bocado confuso. E é assim, em termos de legislação, gostava que fosse sendo actualizada. Isto a APARA já está a fazer. Eu li a legislação antiga e li também uma parte da legislação nova que a APARA está a preparar.

Mas não estou a perceber. O Adelino vai actualizando e vai-vos pondo a par da legislação, das informações que vai tendo através da DGPA… das directivas europeias nas pescas, certo?

Não, é que da Europa, é assim. Vem cá um senhor e está cá meia hora para ouvir falar do sector da pesca aqui. Entendes? Fui a uma reunião em Bruxelas. A senhora que nos ouviu disse-nos: olhem, só tenho vinte minutos para os ouvir. Isto é impossível. Mas é sempre. Das duas vezes que fui a Bruxelas nunca ninguém tem tempo para nós. E então o sector das pescas acaba muito por perder. Estas políticas são feitas pelas ideias deles e à revelia daquilo que os pescadores pensam. Depois é assim. Concorda, não concordam. Nós temos que nos amanhar um bocado com aquilo que é deitado cá para fora. Temos que ver que há países com uma pesca muito diferente da nossa. Mas no fim, sendo assim a EU… regendo-se todos pelas mesmas regras e sendo a pesca tão diferente… daí haver tantos problemas e tantas lacunas.

Eu sei… Diz-me uma coisa… o que dizias, há bocado, sobre pesca costeira e local. Vocês têm condições diferentes?

É assim, os da pesca costeira têm um contrato de trabalho. O desconto em lota para a Segurança Social é 10%. Só o valor agora com o código contributivo é com o armador, e anteriormente era incluído nesses 10%, e agora é pago como trabalhador independente porque o armador tem valores independentes e ponto final. E depois, imagina, se tu fazes um barco novo e vais lá meter tripulação toda a tripulação vais pagar como independente. Portanto há coisas aqui extremamente injustas. E depois, é assim tu imagina que um armador faz vendas em lotas de, sei lá… 500 euros diários. Via pagar de SS, porque o valor da SS acaba por ser encontrado através do salário. Neste momento é quase impossível que, imagina… é claro que o valor é mais alto que isto, mas imagina que ele faz 500 euros de vendas em lota da qual uma parte vai para ele, não è? Vai pagar tanto como um armador da pesca local. Que se calhar faz 100 euros de vendas em lota diárias, e desses 100 euros para a tripulação ainda vai ter que tirar 10%. A única coisa que agora mudou, é isso. Antes um pescador da pesca costeira descontava mediante o valor que ganhava. Agora não uma coisa não vai de encontro à outra. Antes havia esse cálculo, agora não há. São trabalhadores independentes e ponto final.

Vocês são obrigados a fazer um x por ano, certo? Lembro-me de me referirem que, por exemplo em relação à questão dos casulos, uma das coisas que levam a que não façam uma queixa à DGPA. É que qualquer queixa pode levar a que depois não possam pescar. Podes explicar-me isto um pouco melhor?

É assim, mesmo que vamos. Para já não há legislação para isso. Por muito que se faça, não há legislação para isso. E não se fiscaliza. Quem quer vai. Eu se quiser posso ir. A única questão é que as pessoas não podem utilizar embarcações de pesca para praticar esta actividade. É a única legislação e a única coisa que se fiscaliza. É a única situação em que a Polícia Marítima actua. É se for desta forma. O problema é que depois é a tal falta de apoio. E mesmo a tal falta de presença do IPIMAR. Significa que, havendo uma coisa destas, há uma proibição sem que primeiro se recolha os dados correctos. Se faça a investigação para se perceber até que ponto o casulo pode ser prejudicial. Nós vemos que sim, não é? Mas se houver um estudo. Se houver dados correctos é diferente, não é? E não só, o IPIMAR sendo a entidade reguladora disso pode dizer…

Anabela, mas o IPIMAR não regula. Aí, quanto a isso, dá pareceres à DGPA. Normalmente a pedido da DGPA, penso eu.

Pronto, mas é assim, pode dizer que nós aconselhamos que a apanha do casulo seja feita nesta e nesta zona, e não nesta. O IPIMAR aqui não aparece. Nós não temos qualquer apoio. O problema é que … é assim, até mesmo a nível europeu, aquilo que dizem é que sem investigação não há informação. Não há nada que tu faças… tem que envolver o IPIMAR. Tem que envolver técnicos nisso… O problema é assim. Se tu fazes um projecto, os técnicos acabam por levar uma grande fatia nestes projectos. E que muitas vezes falha. Que nós… olha, vê o projecto GEPETO. Nós não sabemos o que eles vão lá fazer mas o problema é que eles têm que estar lá no projecto. Estás a entender? Esse é que é o grande problema.

Mas portanto, o IPIMAR tem que estar ligado ao projecto…

Exactamente. Porque se não nós não podemos fazer o projecto. É uma das exigências que nos põem.

E o que é que estão a pensar desenvolver nesse projecto?

Promove uma pesca sustentável. A partir do conceito de pesca turismo, perceber que influência pode ter na pesca. Vamos fazer um Atlas das zonas, com um portal na Internet. Que este provavelmente não está… a Ria de Aveiro ia ser a zona piloto, mas com os cortes orçamentais, neste momento, provavelmente vamos ficar com o Atlas e pronto... mas também não está nada decidido… vamos ver como é.

Sim… fala-me também um pouco desse valor que têm que fazer anualmente…

Um pescador tem que fazer vendas no valor de 5000 euros. Se lhe faltar já não consegue requerer a licença no ano seguinte. A não ser que por alguma razão tenha o barco ancorado, ou tenha o barco armazenado, então aí suspende durante aquele tempo e não é obrigado a fazer qualquer tipo de venda para manter a licença. Mas um pescador, por uma questão biológica não consegue fazer essas vendas… automaticamente, se não pedirmos ao IPIMAR o documento em que por razões biológicas nós não pudemos trabalhar…

Esses períodos podem durar muito tempo?

Nós até podemos estar parados 120 dias, mas só recebemos, sempre sessenta. É assim, se nós tivermos pelo menos sessenta dias ininterruptos, temos direito a receber sessenta dias apenas E tem que ser por uma questão biológica. Nunca pode ser por defeso.

Estes quatro meses que param no Verão?

Nós não temos a certeza se são quatro meses, se são seis meses, se é no Verão… quando é. Quando apresenta toxinas que são nocivas ao consumidor temos que parar.

Mas isso acontece todos os anos?

Nesta época acontece. Uns anos numa época, noutros anos, noutra. Se calhar nos últimos anos tem sido em meses diferentes. Acabámos de ter em Novembro, Dezembro e agora…

E durante esses períodos não há legislação que vos proteja com compensações, de apoio às perdas…

É assim, esse tipo de compensação de apoio não havia em águas interiores. Não havia legislação para isso. Com as primeiras intervenções do sindicato, foi-se conseguindo isso. Tendo em conta que havia uma grande parte dos pescadores que viviam deste marisco, não é? E que precisavam mesmo de um apoio. Mas, repara, mesmo assim hoje, estas pessoas só recebem quando completarem trinta dias de intervenção. A partir daí é que podem começar a requerer o subsídio. Até aos trinta dias, tu imaginas… e o pior não é que isto tudo... É que tu reúnes esta documentação, a seguir entregas a associações. As associações são as responsáveis por fazer chegar isto à DGPA. Depois estas candidaturas ainda têm que ser analisadas. Quando houver um número mínimo de candidatura já entregues, só aí é que se começa a processar a análise destas candidaturas para ver que pessoas, é que vão ter direito, ou não. Isto chega a levar meses. Anos, até.

E o que é que vocês fazem durante esse tempo que não podem pescar?

É assim, há uns que têm outras actividades e conseguem ir vivendo, não é? Há outros que não têm nada. Que é o meu caso. Não há marisco, não se trabalha com mais nada. E como eu, durante este tempo, estas pessoas ficam sem qualquer tipo de rendimento e o fundo de compensação salarial que pode ser requerido, só pode começar a ser requerido ao fim de um mês. E imagina, até podemos estar 365 dias parados, porque só temos direito a receber sessenta. E vem quando tiver tudo em ordem para que venha. E se houver dinheiro… que essa é a parte mais engraçada.

E que dinheiro recebem?

O salário mínimo nacional. É assim, houve um ano em que eles não conseguiram dar o salário mínimo nacional, e então deram acho que 80% do salário mínimo nacional. Mas normalmente é o salário mínimo. Embora, com estas asneiras que se vão fazendo, já se vão fazendo algumas melhorias. Já há menos burocracia… nalguns casos… porque isto tudo é uma aprendizagem, não é? Mas há muito, muito a fazer. E é assim, estes pescadores, os pescadores não querem este fundo. Querem ter uma opção, entendes? Nós temos um projecto, eu e a APARA. No fundo eu posso considerar-me APARA, não é? Eles já dizem que eu faço parte da mobília… …Para que haja um defeso programado, e que também seja remunerado… remunerado, mas o que nós achamos é que as pessoas, apesar de estarem a receber um salário, também possam e devam participar em actividades na Ria que a tornem mais produtiva, ou mesmo mais limpa e que ao mesmo tempo possam participar em formações que lhes possam dar uma mais valia na pesca.

Hoje de manhã já me falaram desse projecto. Vocês já apresentaram a alguém? Isso deve ser para ser apresentado ao Eixo 4?

É, acho que sim. Em princípio será o eixo 4. Mas estes projectos levam algum tempo a ser desenvolvidos. Eu sei que a DGPA, já deu luz verde ao Adelino para seguir com o projecto. Mas já foi Há algum tempo. Como em tudo no nosso país isto leva tudo algum tempo.

Bem já me estás a dar alguns aspectos a melhorar na pesca artesanal… não, olha por acaso, não me falaste de uma coisa que já me referiram algumas vezes e é um bocado delicado. Parece ter a ver com a pesca na ria e que é ilegal. A questão do mergulho na ria…

Sim, nós há um tempo o Adelino disse-me que havia esse problema. Também eu associo isto à falta de civismo das pessoas também não só. Ao porto comercial.

Ao porto comercial? Porquê?

Porque o tráfego acaba por trazer alguns materiais poluentes que vão ficando na ria e o mercúrio… acho que há uma percentagem…

Desculpa, ouve, eu disse o 'mergulho', não é o 'mercúrio'.

Desculpa, eu percebi o mercúrio. Porque há uma percentagem que foi detectada na ria. E isso também é importante. Há mercúrio a mais na ria… e bem, é assim, mas o mergulho… o mergulho, isto é assim, no início… esta questão deve ser vista e esclarecida. Os mergulhadores de Setúbal trouxeram para a ria a prática do mergulho. Os mergulhadores de Setúbal trouxeram para aqui esta prática, porque até aí só havia uma ou outra pessoa lá muito esporadicamente é que se ouvia.

Isso foi há quanto tempo?

Se calhar… há vinte anos. Se calhar já passaram vinte anos. Eu faço as contas mais ou menos, porque a minha sobrinha tem dezasseis anos e eu lembro-me que o meu cunhado começou nessa altura. Quando ele começou, aquilo era muito engraçado e era realmente rentável, porque havia muita amêijoa na ria. Então… mas já na altura era ilegal. Não havia legislação para o mergulho na ria de Aveiro. E acho que continua a não haver e acho que nunca vai haver. Porque eles disseram: não, é ilegal, é ilegal e não pode ser, não pode ser. Pronto.

E o que é que tu achas? Tens uma opinião? Deve se ilegal…

Não. Deve ser é legal e controlado. Como qualquer outra pesca. Porque é assim, o mergulho sem dúvida nenhuma não traz qualquer tipo de prejuízo à ria… não traz. È a actividade que menos… a forma como o mergulhador apanha… não usa arrasto, não faz buracos… nada portanto, é assim, eles são os pescadores que menos prejudicam a Ria, entendes? O problema é os riscos que estas pessoas estão a correr por falta de conhecimento e por falta de informação que pode haver. Por causa de ser uma actividade furtiva, não é? Porque há uns anos era muito, muito rentável, não é? O que acontece é que qualquer mergulhador que vá para a Ria… não é … Houve um agente da brigada fiscal que um dia disse à minha mãe, e eu não sei que verdade há nisto, percebes? Mas disse à minha mãe que o oxigénio que eles levavam para debaixo de água, até era um benefício para a Ria. Que só ajudava mais ao desenvolvimento das espécies. Agora, isto não está provado… mas agora qualquer espécie de marisco, a dada altura tem que ser mexido. É quase como tu estares a limpar a terra, estares a mexer a terra. Para que ela respire, para que seja mais produtiva…

Mas porque é que não há uma regulamentação, uma supervisão?

Porque é assim, porque isto chegou a um ponto… porque … a parte económica trazia problemas a muita gente. Porque aquele mergulhador vai ali, e em uma hora ganha, sei lá, 30 ou 40 euros. E eu aqui preciso de cinco horas para os ganhar, entendes? E não tem esforço físico nenhum? Tem. Acaba por ser gente que não tem muito conhecimento, não é? E como era uma actividade muito rentável e há vinte anos atrás não havia qualquer

espécie de regulamentação… tu não fazias vendas em lota, como fazes agora, não é? As vendas que tu fazias… passavas uma facturinha, como qualquer prestação de serviço, e ponto final. Vendias na lota uma vez ou outra.

Há quanto tempo existe a lota aqui?

Se calhar há dez anos… quer dizer, a lota já existia. O que não existia era esta obrigação de fazer diariamente as vendas em lota. Podias passar num comprador qualquer que estava ao pé de ti, que tu vendias, passavas a factura. E então, sem essa obrigatoriedade, o mergulho era uma actividade extremamente rentável nesse sentido. E depois, nem a toda a gente... não está acessível. Enquanto que qualquer pessoa que tenha uma embarcação vai apanhar um quilo de berbigão. O mergulho não. È preciso saber fazê-lo. E muitas vezes, muita gente pratica-o sem ter conhecimento próprio para isso, não é? Eu acho que essa componente socio-económica acaba por fazer toda a diferença. Porque… porque estas comunidades normalmente são muito… muito críticas e também preconceituosas. Porque é que tu ganhas mais do que eu? Percebes? E então acabaram um bocado por se aliar ao facto de não haver legislação para isso para fazer sempre um bate o pé para que aquilo fosse proibido. Entretanto, o antigo presidente da associação acabou por dizer: não isto é mesmo proibido. É melhor deixar assim. E é assim eles não chateiam ninguém, não estragam nada. Percebes? A única coisa que eles podem por em risco é a sua própria vida. Porque é assim, é muito mais fácil, … se eles apanharem uma amêijoa sem tamanho, irem lá deitá-la no dia seguinte. E sabem perfeitamente que ela vai voltar a enterrar-se. O meu irmão chegou a fazer isso… do que nós. Porque, nós, automaticamente, ao escolhermos os tamanhos… de cascas, a maior parte das vezes o que acontece é que fica ali um montinho. Ele não volta a enterrar-se porque tem as cascas e está em monte. Não tem capacidade suficiente para se enterrar. Se os espalharmos, sim, mas aproveita-se… depende dos casos. Nuns casos, 70%, noutros se calhar só 10%. Conforme a situação e conforme o terreno. Também têm que ter consciência do sítio onde o vão pôr. Se facilmente ele se volta a enterrar. Pronto. È também esta componente. E eu, eu não acho que o mergulho seja prejudicial.

Achas que a legislação da pesca artesanal é pesada?

Não é pesada. Não está é adequada. Porque não foi evoluindo. Aqui, por exemplo, escolhia-se o berbigão de à mão. Um a um. Agora não. Criaram um objecto que se coloca lá o berbigão e a casca, e cai aquela quantidade. E vais mexendo e cai o pequenino e cai a casca, pronto. E depois, é assim, não havia uma legislação correcta para a apanha do berbigão. Há pouco tempo o capitão do porto de Aveiro, proibiu todas as embarcações de pesca de utilizarem estes utensílios. E porque? Tu nem imaginas a confusão que aquilo deu. Aquilo sempre foi praticado assim.

Pelo tipo de arte que era…

Porque era de arrasto…

E tudo o que era de arrasto foi proibido ou essa em especial?

Não. As artes de arrastar. É assim, os ancinhos de mão também eram proibidos.

E o que é vocês fizeram?

Nós? Essencialmente a APARA. A APARA, a DGPA disseram assim. Esta legislação não pode ser assim.

A DGPA ajudou-vos portanto?

É assim, eu sei que a APARA foi o maior promotor desta alteração. Isso foi feito. E eu vou te dizer que eu vi o fax. Eu vi o fax da DGPA. Dizendo que como foi pedido pela APARA, aquela actividade continua a ser legal e que nos próximos anos já iria aparecer na legislação…

Mas sabes que para a DGPA dizer isso à APARA tem que primeiro… é aquele tal contacto que eles têm que ter com a investigação.

Não, mas é exactamente por isso que eu te digo que o IPIMAR tem que estar mais presente. A legislação é a pique. Estive a ler e há coisas na legislação que é… dizes: o que é isto? Isto é surrealista. Isto é uma coisa assim, do século passado. E se calhar é mesmo do século passado.

Agora, iniciativas, mais na Murtosa…

Se calhar a entrada do sindicato mais activamente aqui, na ria, não é? Trouxe alguns benefícios. Trouxe alguns encontros de pesca em que se reuniu biólogos, donos de confrarias da Galiza, uma assistente social, o sindicato, o presidente da Câmara, o IPIMAR, algum representante da DGPA… pronto. Isso foi muito importante.

A respeito de renovação urbanística, a respeito de escolas

Sim, sim… se calhar há cinco seis anos a criação do Porto de Abrigo da Torreira, e depois rentabilização da praia ali ao pé do Porto de Abrigo no qual era suposto se criar um museu da pesca mas aquilo serve mais como um estaleiro naval para pesca artesanal. E acabou por ficar um bocado sem efeito. Aquilo serve apenas como parque de merendas e pouco mais… E se quiseres ir lá e visitar o artesão que lá está, vais lá e visitas…

A respeito de festas locais, de iniciativas…

Sim, por exemplo, o novo pároco, o novo padre da Freguesia acabou por ir buscar certas actividades que não se faziam na Ria. Se calhar até pequenas coisinhas que antigamente se faziam e depois foram-se perdendo, como a festa do dia do pescador. Ele participa activamente em regatas de moliceiros…

Mas essas iniciativas não partem da Câmara?

Por exemplo, para a festa, – o padroeiro é o São Paio, não é? - Mas havia uma festa que acho que era a da senhora do Bom Sucesso, acho que era. Vê lá tu que aquilo esteve parado tantos anos que não consigo saber ainda qual é. Mas é a padroeira dos pescadores ali da Torreira. Então essa festa não se fazia. Agora o pároco foi desencantar aquilo lá não sei onde… e não quer nada com a Câmara porque aquilo não é da Câmara e ponto final. Ali só entram os pescadores. Não me perguntes porquê, porque eu não sei. Eu sei que a dada altura ele disse: não, a Câmara aqui não mete o nariz, os pescadores é que angariam fundos eles é que organizam a festa e eu estou cá só quase para 'ver a bola'.

Há bocado esqueci-me de perguntar aqui… vocês têm relação com algum GAC que mantenha relações aqui com vocês aqui? Qual é o papel do GAC mais próximo…

É assim, aqui não há. Estão a ser criados para esta zona. Mas acaba por passar tudo pela associação. Mesmo requerer seja o que for a um GAC. Tem que ser através da associação. Portanto, ainda andam assim em projecto. Que eu tenha conhecimento não, mas pode haver…

Por último, em que pensa quando pensa no futuro dos jovens em Aveiro… e eu fiz mal a pergunta. Deixa-me corrigir. Em que pensas quando pensas no futuro dos jovens. Se é em Aveiro ou não, não tenho nada a ver com isso.

Não, mas estando no distrito de Aveiro é natural que pense aqui…

Se me perguntares pelo futuro da minha filha… penso que ela devia ir para… Paris, e o mais depressa possível…

Dizes tu, dizes tu…

Qual é a tua primeira imagem da tua mais velha?

Qual é a minha primeira imagem dela mais velha…? Sei lá! Uma intelectual. Quer seja na pesca ou seja lá no que for. Percebes? Porque ela tem capacidades. Há um tempo foi uma empresa lá à escola e decidiu fazer um estudo com alguns miúdos e ver potencialidades para cursos. E queriam pô-la num curso... Mas eu não deixei. Então, ela ainda é tão pequena. Já tem trabalhos para casa e actividades… então ela passa a semana toda na escola e ao Sábado ia lá levá-la. Por muito que tenham actividades de lazer, calma aí.

Ela tem tempo…

É. Ela tem tempo. Está bem que tinham actividades muito boas mas achei muito avançado. Parece que já me estão a preparar uma criança para a universidade e ainda só tem dez anos. Mas ela tem potencialidades desde sempre. Desde a pré. Para matemática, para ciências. Só que, às vezes eu pergunto: então o que gostarias mais? Já pensaste em fazer algo ligado às pescas? Não mamã. Ponto. E ela até gosta da ria, até gosta de desenvolver trabalhos na escola que tenham a ver com a ria.

Ela vai contigo para lá?

Imensas vezes. Imensas vezes. Só que ela aborrece-se. Agora é a seca. Quando era mais pequenita adorava. Eu dizia: Oh filha, caramba se vem a polícia marítima, tu já viste? Vai ser complicado. 'Não mas deixa-me ir contigo que eu ando por lá a brincar. Eu não chateio ninguém. ' Chateava sempre. Mas gora, digo-lhe assim: Tu podias vir para começares a perceber a responsabilidade que nós temos. Para veres também um pouquinho como é duro o nosso trabalho. Para aprender a dar valor à vida. 'oh, que seca. Para que é que eu hei-de ir para lá? Não quero. Fico em casa. '

Tu querias ir com os teus pais quando eras nova?

Sim, íamos muito nas férias. Fazíamos muitas asneiras. O meu irmão fazia imensas asneiras. Uma vez, a minha mãe. Ele tentou atravessar uma ribeira que era extremamente funda. A minha mãe disse não vás para aí, não atravesses. E o meu irmão foi e a minha mão só o agarrou pelos cabelos já ele ia lá ao fundo… ia morrendo… aiii. Quando não lhe dava para se zangar a atirar tudo o que tinha dentro da embarcação, fora. Era um bocado maroto, o meu irmão. Nós não demos muito trabalho, mas o meu irmão. Aquilo era uma animação. Ir com os nossos pais… olha a minha mãe fazia lá um tacho de comida… Mas ela, ela ainda não tem a noção do que quer vir a ser. Eu não era que não quisesse, não pensava nisso. Ela já tem a noção. Se ela vier a passar pelo sector das pescas que seja válido. Que seja numa coisa que lhe possa trazer um futuro… diferente. Não é que eu sinta que a pesca pode não trazer futuro. Mas sendo que ela tem estas capacidades, possa desenvolver algo mais consistente. Não tanto a actividade, em si. Mas algo mais consistente ligado à pesca. Agora, é assim, criá-la aqui em Aveiro… criá-la aqui nesta zona é um bocado complicado. È um bocado complicado. Porque

sofro um bocado com esta situação das comunidades pouco desenvolvidas, não é? Já sabes como são os miúdos na escola. Acabam por ser permeáveis a tudo o que é mau. O que é mau é mais aliciante.

Há problemas na escola onde ela anda agora?

Há. Muito insucesso escolar. Rebeldia… ainda hoje estava a conversar com o meu irmão e a minha cunhada. Vínhamos a sair do restaurante e ouvia-se um professor ali na escola, aos berros… de uma forma que não se trata ninguém assim. E o problema é que às vezes as próprias mães são piores que as crianças. Porque vão para lá e por qualquer coisa. Sabes que há o dia em que o miúdo diz que o outro é feio e lá vão elas… Mas a escola da Murtosa é extremamente problemática. Muito problemática e ninguém quer trabalhar ali.

Referes-te àquela perto da Gafanha? Por onde passámos naquele dia?

Sim, exactamente essa escola é muito problemática.

Mas a tua filha já está na preparatória, não é? Já tem dez anos…

Doze. Já fez doze. A escola é já quase em Pardelhas. Já não é na Murtosa.

Sim, mas aqui referia-me ao Concelho. E a seguir? No liceu? Continua a poder ficar na Murtosa?

Sim, neste momento, na Murtosa, em algumas disciplinas já está a funcionar o 10º, 11º e 12º. Depois há a opção de irem para Estarreja, ou alguns até para Aveiro. É mais fácil ficar em Estarreja… é mais fácil, quer dizer, de transportes, eu lembro-me que quando a minha irmã lá andava, se tinha falta de uma aula ou saía mais cedo iam os meus pais lá buscá-la, porque os horários não davam. A minha sobrinha acaba por ser um pouco também isso. Isso não está resolvido. As pessoas foram-se habituando, percebes? Muitas vezes a minha sobrinha levantava-se de madrugada para vir à escola. E só chegava a casa de noite. Independentemente do horário que tivesse.

Vai começar o liceu…?

Sim. Só que a Cátia vai ficar na Murtosa.

Aquelas disciplinas que dizem que existem…

Sim. E agora sabes que existe para os miúdos que têm insucesso escolar. Que andam dois ou três anos no mesmo ano e acabam por não ir para a segunda parte do secundário, há uns cursos que lhe dão equivalência ao 9º ano e que lhes permitem entrar no mercado de trabalho.

E esses cursos existem na Murtosa?

Sim. Alguns estão a funcionar. E é assim, para muitos miúdos daqui é a solução. Muitas vezes são casos de rebeldia… muitas vezes, sabes que é assim, (quando não tens um pai presente em casa, quando é pescador e vai para a tasca e depois chega a casa e bate na mulher… depois não há dinheiro e a mulher se calhar cinge-se muito ao trabalho doméstico e ponto final, e… aos filhos dão-lhes de comer. Ainda existe muito isso nestas comunidades. Há um desinteresse enorme para com os filhos na escola. Ou vão lá demais, que é aquela história de se for preciso até baterem no professor, como também… e então falha. Falha isso.) Eles acabam por estar dois ou três anos e a única hipótese que os professores têm é inseri-los nesses grupos. Nesses cursos…

Está bem. Posso fazer-te uma última pergunta? No ano passado fiz umas entrevistas e gostava de por curiosidade perguntar agora se tu sabes o que é a regionalização. Se já ouviste falar.

Sim, sei. Sei alguma coisa. Se nós virmos de um ponto de vista… pode se vantajoso. Porque, agora o poder está mais centralizado e acaba por haver pequenas coisas que falham. E vai ser tido em conta que a partir daí tem que mudar. Mas também deve haver dificuldades, e há coisas que temos que ver para crer. Eu só não sei até que ponto isso nos vai ser vantajoso ou nos pode prejudicar.

Como pesca artesanal, é isso?

Sim. É, como pesca artesanal. Olha eu estou um bocado em cima do muro. Quando se iniciaram as vendas em lota, toda a gente dizia que ia ser muito bom e também teve algumas desvantagens. Antigamente era melhor.

Desculpa, achas pior a venda em lota?

Acho que foi pior termos que encontrarmos postos de vendagem, os valores… mas… não sei. Os vendedores… temos que nos bater pelos preços.

Está bem. Diz-me só mais uma coisa. Tens uma opinião sobre os CCRs?

O caso dos CCRs, olha já achei bem, já achei mal. Eu nem sei. Há uma coisa que tu se calhar frequentando as reuniões acabas por perceber. Como sendo um grupo ainda grande e tendo pessoas com ideias muito diferentes. E depois não é só isso. Pode haver pessoas que vão lá com interesses próprios. Mas as ideias são várias e é bom, mas também gera confusão e não se resolve nada. Sendo grupos de trabalho tinham que ser mais eficazes. E não tanto passar e para outra reunião e outra reunião… Não sei acho que tenho que esperar mais alguns anos para conseguir perceber melhor.

Ok. Podemos parar. Obrigada.

Obrigada, eu.

Duração da entrevista: 2:04:43

Anexo IV

Transcrição de Entrevistas realizadas com o Guião C

Olá, boa tarde. Vamos começar então a entrevista. A entrevista é na ADAPI. É sobre Governança das Pescas. Vamos começar aqui pela introdução, se me poderias contar brevemente como tem sido o teu percurso profissional e como se tem relacionado com governança?

Bom, o percurso profissional começou em áreas completamente diferentes, comecei por trabalhar num escritório de um colégio particular, depois trabalhei na área turística durante 6 anos e estou no sector das pescas desde 2003. A relação, e vou me reportar mais aos aspectos desta actividade profissional recente, a relação com a governança tem a ver com o papel institucional que a ADAPI desempenha e que no fundo é uma associação representativa dos interesses empresariais das pescas, da pesca mais organizada e portanto nessa qualidade há um desempenho profissional próximo dos centros de decisão, seja nacionais, seja comunitários ou até de organismos multilaterais de gestão e portanto tentamos influenciar a boa governança do sector, dos recursos sob o ponto de vista ambiental e socioeconómico para agentes que investem neste sector com os nossos pontos de vista e, digamos que pugnando para que o ambiente envolvente ao sector permita rentabilizar os investimentos e garantir o emprego. Entendemos que é importante, ou cada vez mais importante que quem decide oiça as pessoas que estão em contacto com a realidade e que podem transmitir a sua experiência, portanto a minha relação com a governança tem muito a ver com as pessoas que decidem, com os centros de decisão.

Muito bem. Vamos pensar agora aqui na Europa. Têm sido criados vários moldes de governança dentro e fora das pescas. Esta afirmação que faço é o que está escrito em teoria, repara. Depois passamos então… Esta procura tem sido associada à necessidade de se aproximar as políticas das realidades regionais e locais mediante uma pluralidade de olhares tentando basear as políticas nos conhecimentos que as pessoas têm, em relação às realidades que observam. Pensando no papel que desempenha como agente de governança, dentro ou fora das pescas, e nas pessoas que aqui representa, por favor diga-me: governança tem ajudado a aproximar a política europeia das necessidades que observa? Sim? Não? Porquê?

Bom, a governança é um conceito ainda, acho, pouco desenvolvido, muito trabalhado nos documentos ou muito presente, mas pouco materializado na prática, naturalmente é importante definir um conceito, é importante ter noção legisladora e os cidadãos e as organizações que os representam terem noção de que a governança, no seu sentido mais lato, é precisamente aquilo que está nesta introdução, é a aproximação dos decisores, do legislador às realidades que lhe incumbem governar com a legitimidade que têm pela sua eleição ou designação para determinados cargos. Em relação à pergunta, sim há passos nesse sentido, há estruturas que no âmbito das pescas já foram criadas para envolver mais, digamos que, os stakeholders, as pessoas interessadas, seja do lado dos agentes económicos, dos trabalhadores, dos investidores e também da sociedade civil que tem interesse nesta actividade em estrutura, digamos, que são representativas desses interesses. Refiro-me concretamente aos conselhos consultivos regionais, refiro-me concretamente às reuniões que são frequentes tanto pelo plano nacional como com a Comissão Europeia. Antes de serem tomadas decisões, ou feitas propostas regulamentares. Agora há alguma desilusão, porque sentimos ainda que esse esforço de contribuição para uma melhor governação, uma melhor gestão do sector, tendo presente as especificidades das várias zonas de pesca, das várias comunidades e dos próprios recursos marinhos ainda não está totalmente traduzido no, digamos, edifício legislativo. Agora também compreendemos que são passos que se estão a dar por aproximação, há

resistências em relação a uma certa mudança de paradigma por parte dos decisores, porque havia um poder muito centralizado e que agora está mais repartido, por ventura também o cidadão e os representantes sectoriais passaram a ter uma voz que é mais audível e também se calhar têm uma expectativa muito alta em relação à capacidade de que as suas opiniões sejam tidas em conta no processo legislativo. Isso são tudo, tanto de um lado como do outro, as pessoas estão a caminhar, creio, no sentido de uma aproximação mas há desilusões da parte ainda do sector em relação à eficácia do processo.

Refere-me só uma coisa. Tu referes que é recente, ou seja tu notas essa aproximação a partir de uma determinada reforma em particular, a partir de 2002, a partir de 2003…? Já posterior a 2002…?

2002 é a consagração do regulamento da base da politica comum de pescas, da criação do Comité de Pescas e Aquicultura e dos Conselhos Consultivos Regionais e depois há um processo de constituição que demorou três, quatro anos e que se começa a ter materialidade e a ter, digamos que, o seu próprio funcionamento concreto ocorre a partir dos últimos cinco anos, portanto é a partir daí que os actores se sentem mais envolvidos e mais próximos dos legisladores, porque a Comissão Europeia de acordo com o Tratado tem a competência exclusiva para a gestão dos recursos marinhos em qualquer território comunitário. Agora, é importante que essa gestão não se faça só nos gabinetes, e que se faça num processo, digamos que, de diálogo prévio com as pessoas que representam as comunidades piscatória com os cientistas, com as ONGs, com a sociedade civil e portanto isso tem sido…

Achas que estão a ser criados alguns mecanismos…

…estão a ser de alguma forma a ser desenvolvidos através desses mecanismos. Mecanismo formal que são os Conselhos Consultivos Regionais e todo o processo de aprofundamento do dialogo que decorre através dessas estruturas.

Muito bem. Diz-me como é que o papel que desempenhas actualmente pode ajudar a melhorar a política europeia nas pescas? Pensa por exemplo nos aspectos do Livro Verde… estou eu a pensar… alguns aspectos que tu achas que tenhas conseguido contribuir. Ou nem são os aspectos, peço desculpa, eu aqui já estava a saltar para a pergunta seguinte. É o próprio Livro Verde. Se tu sentes que consegues modificá-lo através do teu papel.

Não, eu penso que nenhum actor isolado, nenhuma pessoa que trabalhe no sector isoladamente consegue modificar seja aquilo que for, tem que haver, digamos que, no âmbito destas estruturas organizadas, e uma associação também é uma estrutura organizada não é?... Que agrega interesses comuns de um conjunto de pessoas ou de um conjunto de agentes económicos, trabalhadores ou empresários, e portanto é através dessas estruturas que poderemos contribuir para o melhoramento dessa relação com os decisores, e eu acho que modestamente todos contribuímos à nossa medida para que se caminhe nesse sentido positivo. Agora muitas vezes não damos, ou não sentimos em concreto, o nosso contributo mas acho que é um contributo que se soma a muitos outros e que há um resultado final, que com mais tempo ou menos tempo, se consegue, se consegue começar a vislumbrar.

Como é que tu achas que poderia ser melhorado? Em que aspectos…?

Não, olha, maior participação, maior participação. Há muitas associações que não participam, há muitas estruturas organizadas no plano nacional e regional que têm pouca participação no contexto da governança europeia das pescas, porque ou pensam

que é o Estado que os tem que substituir, no âmbito do Concelho de Ministros ou no Parlamento Europeu e há que alargar um pouco mais os horizontes e perceber que tem que estar……

…e como seria possível consegui-lo?

É uma questão de consciência, é uma questão de compreensão.

Mas eu digo a nível politico, que mecanismos de legitimação seria possível criar, agora sim, pensando nos aspectos que se referem no Livro Verde, nesta nova Reforma da Politica de Pescas, nas propostas da Comissão Europeia, o que é que tu gostarias de ver melhorar a nível politico? No que se refere à governança e no que essa governança poderia melhorar?

Objectivamente concretizar, por exemplo, aquilo que está no Livro Verde, que é a regionalização, a governança nas pescas numa base regional. Isto o que é que significa? Significa que a Comissão Europeia, naturalmente cumprindo os Tratados, define os grandes princípios que a Política Comum de Pescas tem que atingir e depois delegar as estruturas regionais de governação, que devem incluir os estados membros, os gestores nacionais, as organizações representativas dos agentes económicos, sindicatos, associações de armadores, cientistas, associações de consumidores. Criar essas estruturas que depois adeqúem a gestão das pescas, a gestão do sector, a gestão das frotas, dos recursos em apoio da sua experiência dos seus conhecimentos e baseando no conhecimento cientifico também, e na audição das pessoas e das comunidades para que dentro de determinados prazos os objectivos e os grandes princípios sejam alcançados. Mas sem ser necessariamente de acordo com a formatação que no passado era naturalmente imposta desde Bruxelas para, neste caso, vinte e sete Estados Membros que têm pescas, não são vinte e sete mas são vinte ou vinte e dois. E portanto, a regionalização da governação das pescas faz sentido e está prevista no Livro Verde, através de que modelo? Está por discutir ainda, mas creio que os Conselhos Consultivos Regionais, já têm uma experiência, um caminho feito, que pode ser melhorado e que pode ser alargado, a sua base, desde que se incluam nos Conselhos Consultivos Regionais, os institutos científicos e as administrações nacionais ou regionais. Para que a discussão se faça sobre o mesmo chapéu, percebendo que há objectivos, há princípios comuns e princípios que são definidos no âmbito comunitário central, que têm que ser cumpridos dentro de determinados prazos, as metas terão que se pré definidas. E depois essas estruturas multi participadas adequam a gestão das pescas, das frotas e dos a recursos de forma a cumprirem esses grandes princípios e essas metas, de acordo com determinados horizontes temporais. E digamos que isso era uma delegação de competências, era uma abertura por parte da Comissão Europeia à participação e à gestão directa por parte dos actores e depois verificaria, acompanharia e auditaria o percurso e interviria se fosse caso disso ou não. Havia era que, na fase final ver os resultados e verificar se os actores regionais e as estruturas regionais de governança tinham conseguido cumprir as metas de acordo com os seus próprios modelos a a sua própria visão da sua realidade, das suas realidades. Isso era… Mas não sentimos que no regulamento de base da Política Comum de Pescas isso tenha sido previsto, pelo menos... não sentimos.

Lembro-me de ler na Síntese da Consulta – isto relaciona-se com a regionalização e com os Conselhos – se, se continua a politica direccionada para as pescas ou se se a alargam ao ambiente.

Sim, sim.

E qualquer cenário regional político ser delineado para o ambiente. Isso iria afectar a organização. Tu englobas a Política Comum de Pescas na Política Marítima Europeia e Ambiental? Tens alguma opinião em relação a isso, ou seja participas-te nesse sentido dando opinião?

Quando falo na governança das pescas não posso estar a falar de governar exclusivamente só as frotas ou os rendimentos, engloba-se aí os recursos, o ecossistema marinho no seu todo e também alguma conciliação que é preciso fazer entre outras actividades que utilizam o mar como veiculo de obtenção dos seus rendimentos. Isso tem a ver um pouco com os Planos de Ordenamento do próprio espaço marítimo, também os Descritores Ambientais para que se atinja a sustentabilidade do ecossistema de uma forma global, e as pescas são a par de outras actividades que decorrem e se desenvolvem no mar: extracção de inertes, de hidrocarbonetos, a própria marinha de comércio, os parques eólicos, energia das ondas, há uma série de múltiplos usos do mar que têm que ser integrados no âmbito dessa política marítima por forma a que todos tenham o seu espaço e que no limite à acumulação da actividade que é exercida e dos seus efeitos não degrade o ecossistema a natureza e o ambiente marinho no seu todo. Seria uma visão mais holista, mais integrada.

Em relação ao arrasto especificamente, como agente de governança, há alguma coisa que tu gostasses de ver modificado na Reforma da Política de Pescas? Alguma coisa pela qual, no geral, te tenhas debatido ultimamente, que te tenhas tido de esforçar por conseguir… em relação á forma à arte…

A arte de arrasto é uma arte como outra qualquer, que opera em zonas, é uma arte regulamentada, uma das mais regulamentadas e não tem nada de especial a focar. Porque no fundo, muitas vezes há um preconceito em dividir artes boas e artes más, não! Há é artes mal regulamentadas e o arrasto, por exemplo, é uma arte que já tem áreas onde pode operar que são áreas onde, de acordo com as pré avaliações feitas ao ecossistema e aos recursos que aí evoluem é entendido que entre os danos que pode causar e os benefícios que aporta para a comunidade através das capturas que realiza e o peixe que coloca à disposição da sociedade há um saldo positivo e portanto, o arrasto hoje não opera em zonas onde haja ecossistemas marinhos vulneráveis. Basicamente ópera em fundos arenosos ou fundos de lodo onde, até há estudos científicos que têm equacionado, não digo que tenham confirmado, mas pelo menos não colocam fora de causa, que ao revolver esses fundos, que são fundos que não são ricos, são fundos relativamente pobres, e sedimentares, liberta-se para a coluna de água um conjunto de nutrientes que são benéficos para o alimento dos peixes. O arrasto não vai operar em montes submarinos porque degrada as próprias artes, não vai operar em zonas onde haja corais ou recifes de coral ou zonas, na verdade, vulneráveis porque não tem interesse e os aparelhos ficariam danificados. E também há uma consciência por parte dos pescadores que se aquelas zonas estão vedadas a uma arte que é mais agressiva, naturalmente ninguém o nega, há que encontrar pesqueiros alternativos e as zonas onde operam são zonas normalmente arenosas, as zonas sedimentares, as zonas de lodo onde a própria revolução dos fundos é considerada por alguns estudos positiva para a libertação de nutrientes para a coluna de água onde os peixes depois também se alimentam. Não estou pessoalmente a dizer que isso acontece, há quem invista já nesse tipo de teoria.

Claro, claro deve ser investigado. Como outra qualquer coisa. Mas o que te queria perguntar é qe… tu à bocado referiste que o poder tem sido repartido. Deixou de ser tão centralizado começou a ser mais repartido. Tu tens visto nessa repartição de poder… se tens notado uma melhoria na legislação que sai em relação às

espécies que vocês capturam? Porque há bocado também referiste que há coisas em que estamos contentes mas outras em que estamos mais… mais não era infelizes… desculpa…

Sim. Desanimados. Não em relação às pescas do arrasto especificamente. Os planos de gestão plurianual são uma coisa que nós defendemos e que a Comissão Europeia tem investido na criação desses planos. São planos de médio longo prazo em que se definem metas biológicas ao mesmo tempo que se criam mecanismos para que os rendimentos da pesca no decurso da aplicação desse plano não se degradem, e portanto eu acho que, não só o arrasto como qualquer arte tem beneficiado com o maior cuidado que é dedicado aos recursos e à defesa e protecção do ecossistema, e portanto, hoje não se pesca como se pescava à trinta ou quarenta anos. Há muito mais preocupação e isso é saudável e há códigos de conduta, há códigos de conduta de responsabilidade também no âmbito das pescas e há o predomínio do conhecimento científico e das suas recomendações, e normalmente hoje o legislador ou a comissão europeia quando decide aquilo que se pode pescar fá-lo com apoio da ciência. Isso foi um grande salto em frente, ainda que nós muitas vezes sintamos que pela experiência que temos da pesca em concreto no mar, entendemos que os pareceres científicos não são consistentes e não reproduzem a realidade que nós observamos na pesca em si.

Portanto esse é um dos aspectos que deve ser melhorado….

…Investir mais no conhecimento científico, aumentar a frequência dos cruzeiros, melhorar os programas de recolha de dados para que os cientistas possam analisar os recursos, isso é um aspecto que pode ser melhorado no âmbito da governança se incluirmos, digamos…

Dar maior fiabilidade aos dados, sim…

Sim… digamos que incluir debaixo do mesmo chapéu como eu dizia, os gestores, os cientistas e os agentes económicos. É triplo hélice, hélice de três pás, digamos assim. Agentes económicos, cientistas e gestores. E, portanto, é aí que eu entendo que ainda pode melhorar.

Está bem. Passemos então aos mecanismos das pescas em Portugal. Com base – mecanismos de diálogo, seja de consulta, de colaboração, rede ou outras formas de participação que conheças – com base na experiencia que tem tido, o que pensa sobre os actuais mecanismos estabelecidos?

Bom, os mecanismos estabelecidos hoje são muito escassos e os mecanismos de diálogo, digamos assim, são basicamente os mesmos porque somos convocados pela administração da pesca ou pela tutela política ou pela tutela administrativa versus Direcção Geral das Pescas. Havia um Concelho, penso que se chamava assim, Comité Consultivo das Pescas e Aquicultura que está desactivado há bastantes anos e nunca foi reactivado não sei porquê.

Mas tu referes – no relatório da ADAPI - várias entidades com quem vocês se reúnem ao longo do ano.

Claro, claro. Agora há outros concelhos, por exemplo, o Comité de Acompanhamento do PROMAR é um deles, mas basicamente os mecanismos de escuta do sector são as reuniões que temos e são as posições autónomas que fazemos e que dirigimos à tutela para analisar, por nossa auto iniciativa, digamos assim.

O que me podes dizer sobre eles? Achas que deviam ser mais… mais eficientes…?

Não, têm que ser em função das …. Não há que fixar um calendário, já que esse Comité Consultivo das Pescas e Aquicultura que devia funcionar numa base regular não funciona… não sei porquê. Entendemos que devia ser reactivado e até talvez os seus estatutos revistos, que eu sinceramente também não os conheço. As reuniões ocorrem quando há factos concretos ou quando há reuniões internacionais ou quando há que alterar a legislação ou quando há uma exposição a pedir uma determinada medida legislativa concreta para uma arte ou para uma zona de pesca ou para uma espécie, então aí fazem-se reuniões com a direcção geral…

Ou mesmo com o IPIMAR, também.

Mesmo com o IPIMAR. Também. Mas acho que é pouco, acho que é escasso.

Mas vocês referem lá que vão ao parlamento, reúnem-se lá também com sindicatos também, partidos políticos… todas essas reuniões, pensando nelas em geral, claro que não quero perguntar a tua opinião caso a caso, mas vocês sentem que se deveriam reunir com mais entidades? Ou mais vezes com estas entidades… que deveriam ter mais resultados?

Vamos ver… A pesca para já é um dos sectores que está multi tutelado, digamos assim, há uma sobreposição de tutelas, hoje sobre um barco de pesca incide a Direcção Geral de Pescas – incide em termos regulamentares e de fiscalização, etc. –, as capitanias, o IPTM Instituto Portuário de Transportes Marítimos, a autoridade das condições de trabalho, a direcção geral de veterinária, a marinha.

Reúnem-se com eles todos?

Não nos reunimos, existem estas tutelas e basicamente as reuniões estão muito centradas e focalizadas com a Direcção Geral de Pescas ou com a Secretaria de Estado do Mar, neste caso. Pontualmente há reuniões com o IPTM e também com o IPIMAR.

Com o IPIMAR é mais de colaboração?

É mais de colaboração, exactamente. É mais associações caso a caso. Quando tem algum assunto em concreto a tratar de acordo com os seus interesses. Agora, se houvesse a tal, digamos que, uma estrutura representativa de cúpula da pesca, então aí ela poderia ser um veículo de transmissão dos problemas ou das expectativas que existem.

E num cenário de regionalização poderia ajudar a isso?

Exactamente, num cenário de regionalização teriam de se arranjar essas estruturas.

Claro. Muito bem…

Para poderem dialogar com estas múltiplas tutelas que o sector tem. Senão o que é que estamos a fazer? Está cada associação por si e tem uma reunião pontual com uma capitania, ou com o IPTM, ou com o IPIMAR como tem um problema concreto para resolver a um associado seu. Há mecanismos de diálogo muito casuísticos. Depois há aquelas reuniões…….

Pouco consistente…

Sim, muito virados para o curto prazo, para o imediato, para aquilo que os aflige no momento sem uma perspectiva mais, um horizonte mais alargado.

Cada reunião é muito isolada, é isso?

Sim.

Já agora diz-me uma coisa, vocês contactam com o FORMAR? Estou a pensar na formação do jovens, se vocês têm alguma forma de interacção que fosse possível incentivar as pessoas a vir, uma interacção nesse sentido?

Não… A mudança do FORPESCAS para o FORMAR não foi um passo positivo. O FORPESCAS tinha um conselho técnico pedagógico onde o sector estava representado, o FORMAR assumiu as responsabilidades da Escola de Pesca e Marinha de Comércio e do FORPESCAS e não criou órgãos de consulta ao sector. Nem nos convoca nem nós temos tomado essa iniciativa mas de qualquer forma acho que foi um passo atrás. Primeiro perder a Escola de Pesca e Marinha de Comércio, ainda que tenha sido para instalar um centro de investigação do Champalimaud, que é importante.

Sim, mas poderia fazer-se a escola noutro sítio, não é?

Noutro sítio. O FORMAR absorveu as duas estruturas, o FORPESCAS e a Escola de Pescas e entendemos que não tem funcionado com a proximidade necessária ao sector e poderemos melhorar aí. Há a Escola Náutica Infante D. Henrique também temos a opinião que poderia assumir toda a área formativa para as pescas, desde pescador até ao capitão que é o comandante. Naturalmente que era responsabilizada pelo comando e pela responsabilização do plano da definição dos currículos, da orientação pedagógica. Naturalmente depois com estruturas localizadas, que poderiam ser aproveitadas aquelas que existem do ex FORPESCAS, mas entendemos que……

Tu sentes falta de pescadores?

Há muita falta de mão-de-obra nas pescas, muita falta.

Estás-te a referir à longínqua?

Não, mais na costa, na longínqua não há tanto, até porque ganham mais e há mais candidatos a embarcar na pesca longínqua. Têm melhores remunerações.

Permanecem durante mais tempo? Estáveis?

Sim, é mais na costa que se sente mais dificuldade em arranjar mão-de-obra e há muita gente que, muitos jovens que, oiço dizer, que vão para a escola de pesca, neste caso para o FORMAR, tirar os cursos nas suas áreas de residência e depois recebem uma bolsa de formação estão ocupados e depois não embarcam. Ou seja, também somos da opinião que nessa área devia haver a possibilidade de as pessoas primeiro embarcarem sob a responsabilidade, naturalmente, dos tripulantes mais antigos para verificarem se gostavam da vida do mar ou não. E o investimento que se faria nelas, o investimento profissional, já era por uma opção por esse tipo de vida sem se desperdiçar dinheiro.

Ora bem… Pensa que têm… – os mecanismos – ajudado a resolver conflitos entre grupos com diferentes interesses? Se sim, de forma?

Sim. Nalgumas reuniões que existem e que são participadas por associações dos vários…….

Olha, desculpa, mas aqui pensa também nos CCRs, ou seja no sentido em que os mecanismso existentes permitam chegar…

Os CCRs no caso português nem por isso, porque as associações portuguesas inscritas têm um baixo nível de participação. Eu entendo é que as reuniões em Portugal com a Direcção Geral, que são muitas vezes reuniões, onde face a face os representantes associativos colocam ou expressam os seus pontos de vista, e naturalmente quem tem mais capacidade de persuasão, quem está mais bem preparado, também consegue influenciar mais a administração a decidir de acordo com os seus próprios pontos de

vista, e isso aí penso que está correcto, desde que a perspectiva apresentada pelo representante associativo seja legitima e sido alicerçada num estudo aprofundado das questões. E na verdade não é por ser da ADAPI, nós temos nesse aspecto uma experiência maior de trabalho e fazemos um investimento de estudo das matérias bastante mais detalhado e normalmente conseguimos defender os nossos pontos de vista de uma forma mais estruturada, não quer dizer que as outras associações pela experiência que os dirigentes também tenham, normalmente foram pescadores. Aportam a experiência concreta do mar, digamos assim. Falta-lhes depois um bocadinho de capacidade mais…

De organização?

Organização, um bocadinho mais de capacidade intelectual, de trabalho e tal…. Mas as reuniões ajudam a resolver os conflitos, sem dúvida.

Mas notas que tem havido menos conflitos ao longo destes anos ou não?

Sim, sim, sim. Eu creio que sim.

Ou que talvez os grupos estejam mais próximos graças a estas reuniões?

Também, as participações nessas reuniões também no âmbito dos Conselhos Consultivos Regionais têm levado a perceber às várias associações portuguesas, porque não há uma estrutura de cúpula, uma federação que….

Portanto as pessoas são obrigadas a interagir…

Sim, sim, sim. Exacto.

Pensa que têm (ou não) conseguido ajudar a melhorar condições nos locais onde vivem e trabalham as pessoas que observa/representa?

Sim, acho que sim. O objectivo do trabalho associativo e dos gestores do sector, dos gestores do lado dos stakeholders é no sentido de melhorar essas condições ☺, é no fundo recolher a informação que nos chega dos representados, sobre as várias realidades ou locais e depois trabalha-las, articula-las com outra informação que dispomos no plano cientifico, no plano técnico e depois transmitir isso à administração no sentido de que as realidades concretas sejam depois regulamentadas com base nessa expectativas que nos são transmitidas. Não tenho dúvidas que temos ajudado a melhorar essas condições de trabalho e as condições de vida dos agentes económicos do sector, neste caso dos armadores, que é aquilo que nós representamos. Agora, não há respostas imediatas, muitas vezes é um trabalho lento, é um trabalho de persistência de conseguirmos fazer provar que aquilo que defendemos está correcto e se adequa mais ás realidades regionais, locais cujo feedback nos é dado por pessoas que estão no mar e que estão a gerir navios, que estão a gerir pessoas a gerir recursos.

Nas várias empresas que vocês representam, tu tens notado ao longo deste tempo mais facilidade em resolver problemas em zonas específicas de Portugal ou é geral, ou…?

Não, a nossa representatividade é nacional e quando propomos determinados modelos de governação ou de gestão é sempre direccionado ao todo ao colectivo, digamos assim. Temos dois segmentos de pesca, basicamente, ou três, pesca longínqua, pesca costeira mas digamos que não, as nossas propostas são feitas de uma forma mais no âmbito nacional para que os efeitos da regulamentação ou da gestão incidam no todo nacional e não especificamente… Depois dentro do todo há, por exemplo, o arrasto de peixe, há o

arrasto de crustáceos, há as artes de palangre de superfície que também nós representamos na pesca de grandes migradores.

Achas que as condições têm melhorado mais na pesca industrial longínqua ou nessa outra mais costeira?

A pesca longínqua está melhor porque o peixe tem mais valor, também requer mais investimentos mas creio que a pesca longínqua tem…. Também reduziram a frota, a frota foi reduzida, era uma frota que tinha cinquenta navios aqui há vinte, vinte e cinco anos. Hoje estamos a falar de treze navios no Atlântico Norte e depois mais cinquenta ou sessenta em cortes de pesca e por aí. E penso que basicamente a pesca longínqua tem um rendimento relativamente superior aos rendimentos obtidos na pesca costeira. Creio que sim. Não tenho dados concretos mas….

Que mecanismos é que tu achas que seria possível criar, possibilitar a que mais pessoas de arrasto vos procurassem e se associassem a vocês?

Nós basicamente já representamos cerca de 70% das embarcações, agora há outras associações que também representam de uma forma menos ampla o sector mas…. Agora, não podemos ter o… Quer dizer… Podemos ter o objectivo de representar toda a frota de arrasto que são cerca de, neste momento, oitenta ou oitenta e cinco embarcações. Nós aqui temos cerca de sessenta, sessenta e três ou quatro mas temos vindo a alargar o nosso… Apesar de, há aqui até uma situação um pouco paradoxal, apesar da frota ter diminuído….

As embarcações do arrasto estão todas associadas?

Não faço ideia. Pode haver alguns que não tenham associação. Dessas oitenta e cinco embarcações, nós aqui representamos cerca de sessenta e três ou quatro. Costeiro, e depois temos o arrasto do largo. Mas pode haver alguns que não estejam associados.

Mas não é muito significativo, não é muito representativo?

Não, acho que não. Acho que a grande maioria este associada. Na ADAPI e depois noutras associações. No Algarve, a associação do Guadiana, que eu nem sequer conheço, mas são estruturas muito pequenas e nem sequer têm grande massa critica, penso eu. Depois há um ou outro barco em associações de pesca artesanal ou do arrasto também. Nós representamos cerca de 70% ou mais. Já tivemos uma organização de produtores do arrasto mas foi extinta, que era a OPESCA, agora não temos. Nós somos associação só de armadores.

Mas fazia sentido existir uma Organização de Produtores para o arrasto? Desculpa, isto é um parêntesis. É curiosidade minha, não tem a ver com a entrevista.

Não, não faz mal. Ele… o arrasto só existe se os armadores do arrasto entenderem formar uma Organização de Produtores para poder vender o peixe por contrato de abastecimento sem ter que ir à lota, passa só pela lota para ser controlado. Os nossos associados estão também filiados a organizações de produtores para poderem vender dentro desse sistema, sistema de contrato de abastecimento. Mas a Organização de Produtores que existia… Há dezassete ou dezoito organizações no pais todo e regiões autónomas. Os nossos associados desde que a OPESCA foi extinta inscreveram-se nessas associações, não tendo saído da ADAPI, para poderem apenas vender por contrato. Não sei se poderá fazer sentido criar uma OP só do arrasto. Porque tem uma dispersão muito grande, tínhamos que estar presentes com pessoas em cada porto e teria custos muito elevados.

Está bem, já estou a perceber. Estão protegidas por outros mecanismos mantendo-se como associados na ADAPI. Está bem, não faz sentido…

Não. Porque temos associações dispersas, tínhamos que estar presentes em cada porto… custos elevados.

Está bem vamos lá voltar … Pensa que melhorar a governança passa por dar mais responsabilidade aos actores envolvidos e/ou envolver mais grupos?

Creio que sim. Há uma relação directa, quase, é quase…

Intuitivo…?

Intuitivo. Porque melhorar a governança é governar. Para quem é que se governa? É para as pessoas e para as comunidades. Agora, ao ouvir as pessoas e ao envolve-las com sentido de responsabilidade no processo de decisão, ainda que a última palavra tenha que caber ao legislador, que, normalmente o legislador, quem é? É alguém que foi eleito politicamente e que tem a legitimidade do voto, mas naturalmente as pessoas não se devem fechar, encapsular, digamos assim nos gabinetes, devem atribuir responsabilidades aos actores, porque esse envolvimento, para além de enriquecer quem decide, o poder executivo, certamente suscita nos actores do sector uma melhor compreensão do que se pretende alcançar, com um determinado regulamento e também suscitara com certeza o seu melhor cumprimento e compreensão. E por ventura a experiência concreta, a experiência de terreno dos actores é um enriquecimento para o processo de governança. Agora, quais são os papéis? Depois há uma distinção de papéis naturalmente, a ultima palavra é do poder executivo, é do poder político. Creio que é através da criação dessas estruturas de diálogo, desses mecanismos de diálogo e de auscultação que primeiro se decide melhor, com mais conhecimento das realidades, ou nacionais ou regionais ou até comunitárias. E por outro lado ao envolver melhor os grupos eles ficam mais conscientes do seu papel e há um acréscimo de responsabilidade.

De que grupos é que sentes falta representar nas reuniões a que vais seja aqui, seja na Europa?

Por exemplo, os Conselhos Consultivos Regionais estão abertos a uma multiplicidade de grupos distintos, desde os sindicatos aos representantes dos patrões, consumidores, ONGs, pesca recreativa, redes de mulheres.

Achas que deviam deixar de ser só consultivos? Ou achas que deve haver mais responsabilidade da parte das pessoas que lá estão?

Têm que ser sempre consultivos. Não podem ser decisores, porque a decisão, como acabei de dizer, está em quem é eleito, em quem tem a legitimidade politica. O conselho é consultivo, agora o aconselhamento que é feito, se resulta de um processo elaborado de discussão interna e a recomendação do aconselhamento que é feito decorre nessa discussão interna multi participada por todos estes actores que se podem sentar nos conselhos consultivos regionais, eu acho que fazem falta os cientistas dentro dos conselhos consultivos. Naturalmente nós esperamos que o legislador aproveite alguma coisa dessa discussão e dessa proposta. E o desânimo, e o desalento que eu dizia que sentíamos ou que existe nalguns Conselhos Consultivos Regionais, é que todo o trabalho, sentimos que é desaproveitado e que a comissão ainda tem uma grande resistência a deixar-se premiar por essa discussão e por esse trabalho de proposta. É aí que se estão a dar passos de aproximação. É quebrar um pouco a resistência da comissão a aceitar as recomendações quando elas são qualificadas e por outro lado os

actores do sector que estão representados nessas estruturas, perceberem que também nem tudo o que propõem tem que se cumprir à letra e tenha que ser aceite.

Quando te referes aos cientistas, devem estar presentes… de várias árias… como?

Na minha perspectiva deviam ser membros dos Conselhos Consultivos ou devia haver uma obrigação. Seriam… cientistas do meio marinho, o que nos interessa aí são aqueles que percebem do estado dos recursos, não é? Agora… mas também investigadores da área socioeconómica, para perceber para perceber os impactos que existem em determinadas medidas em concreto sobre as comunidades e sobre a suas realidades de vida, a sua subsistência.

Bem então o melhor era levarem os moderadores também ☺

Pois, pois também. Também.

Há lá consumidores?

Organizações de consumidores, mas não aparecem muito, mas podem estar representados.

E a pesca artesanal achas que consegue estar lá?

Está, também está lá até porque a pesca artesanal representa 85 ou 90% da pesca europeia, aquela pesca de pequena escala, aquela pesca que normalmente entra todos os dias em porto e com embarcações com menos de doze metros. E está representada através das suas estruturas nacionais, sim basicamente nacionais. Em Espanha são as… as…

Confrarias.

Não, confradias. Confradias.

Lena: Ok. Confradias. …Ok… tendo em conta… Pensando em cada uma das anteriores opções, que riscos se devem ter em conta e de que responsabilidades se devem fazer acompanhar?

Mas na anterior questão ou em relação a todas as outras?

Não, em relação à anterior.

Vamos ver. Os riscos são sempre de alguma manipulação de grupos com mais poder dentro dessas estruturas e é preciso que o diálogo seja transparente e que haja árbitros. Normalmente há árbitros, há pessoas que estão investidas de certas responsabilidades dentro das estruturas de representação como os Conselhos Consultivos Regionais e eu, por exemplo, tenho a responsabilidade de presidir a um conselho e, representando a industria, preocupo-me em não beneficiar a industria de alguma forma ostensiva, digamos assim. E portanto há que arbitrar para que não haja manipulação nem predomínio excessivo de determinados grupos sobre outros. Normalmente também há posições que se são complementares tem pontos também de choque. As ONGs normalmente procuram que se pesque cada vez menos, as associações que representam a industria querem pescar sempre mais para obter maiores rendimentos e há que gerir esse conflito da melhor forma possível. Os riscos são aqueles que decorrem de alguma manipulação e de alguma falta de transparência nessa gestão. As responsabilidades, acho que isso é muito próprio do que cada organização sente que deve ser o seu compromisso e daquilo que é capaz também de contribuir para tornar as recomendações mais competentes mais qualificadas a responsabilidade que eu vejo isso como

compromisso e como envolvimento para contribuir para uma causa que deve ser comum… não é muito fácil responder a esta pergunta.

Ou seja se houver mais equidade eles tornam-se mais eficientes e conseguem trazer mais resultados?

Basicamente o conselho consultivo regional é para representar os interesses da pesca, tanto que a pesca, a industria tem dois terços dos lugares atribuídos e as ONGs um terço. Portanto aquilo são estruturas que basicamente ou maioritariamente apresentam os interesses da pesca e quando digo aqui interesses são os valores e valores no sentido lato, não estamos a dizer que sempre pescar mais, o interesse pode ser pescar menos num determinado momento. A própria pesca em si, para que no futuro consigamos ter recursos que garantam rendimento económico. Os CCRs são estruturas de representação, basicamente, dos interesses e dos valores do sector pesqueiro mas as ONGs têm participação, a pesca recreativa, os consumidores, as redes de mulheres, os sindicatos neste caso que são também representantes dos agentes económicos da pesca, a industria transformadora, os comerciantes também estão lá representados, mas basicamente são representantes dos interesses dos armadores de pesca, dos investidores. E a responsabilidade aqui resulta com certeza de um balanceamento e dum equilíbrio que se consiga obter no âmbito das recomendações que emitimos para a comissão europeia de forma a que todos os pontos de vista sejam contemplados com o peso especifico que têm. Não posso fazer uma recomendação que tenha uma visão demasiadamente ambientalista onde aquilo são estruturas de representação da pesca. A visão da sociedade civil tem que estar contemplada, tem que ser….

E pensando não agora em grupos mas entre países, por exemplo, tu achas que Portugal está bem representado?

Sim. O Conselho Consultivo Regional das Águas Sul que onde está Espanha, França e Portugal temos uma participação pelo menos paritária em termos teóricos agora em termos efectivos há associações, como eu dizia há pouco, devia comparecer mais, deviam participar mais e não o fazem porque ainda estão muito centradas na sua clientelazinha local e tal. Ainda não têm a visão de que as pescas se decidem muito fora do território nacional.

Mas também podem não ter capacidade para ir…

Têm capacidade porque os CCRs têm fundos, orçamentos para reembolsar os membros na participação, portanto não é desculpa.

Não é desculpa…? Ok, gostei dessa... Ora, a Murtosa… Como refiro em cima, o caso de estudo que estou a desenvolver na tese é na Murtosa, um concelho na zona de Aveiro. Começo assim por lhe perguntar, como agente de governança. Pergunto então se sente que consegue promover (directa ou indirectamente) um melhoramento das condições de vida na pesca, na Murtosa? Se sim, em que aspectos.

Não sinto muito directamente porque estamos a falar de uma realidade muito localizada, agora, naturalmente faz parte do todo nacional e o que se passa na Murtosa interessa-nos a nós como sendo um centro importante em termos piscatórios. Na gestão do Porto de Pesca de Aveiro os contributos que damos podem-se reflectir um pouco nessa realidade local. Mas não tenho uma consciência muito….. Porque nós também temos uma frota, os nossos associados utilizam muito, por exemplo, o Porto de Pesca Costeira de Aveiro e que também provavelmente será utilizado pelos pescadores desta zona e é na gestão desse espaço e na defesas dos interesses, uma defesa de algum equilíbrio entre

vários interesses que pode haver também aí aspectos positivos da nossa integração para esses pescadores também. Sei que são representados pela Vianapesca e pela APARA julgo eu.

Está bem. Acha que os mecanismos de diálogo que existem dão voz às pessoas que vivem na Murtosa?

Eu sinceramente não tenho conhecimento, não posso aqui dizer. Nem sequer conheço a Murtosa, nunca lá fui.

Nesse caso passemos então a o que gostaria de ver desenvolvido em termos de investigação nas pescas em Aveiro?

Era aquilo que gostaria de ver desenvolvido no país. Era um maior investimento no conhecimento. Haver uma melhor relação entre os cientistas e os agentes económicos, porque há muitos barcos que podem cooperar. Por exemplo, agora temos um projecto em que vamos estimular os nossos associados a terem um embarque de observadores científicos para recolha de dados. Aquilo que eu gostaria de ver desenvolvido em termos de investigação das pescas em Aveiro é transponível para todo o país. É na verdade, que o IPIMAR tivesse dotado de melhores meios, barco, tem um barco a cair de podre que é o Noruega, o Capricórnio já foi abatido, fazem poucos cruzeiros. Também não há investimento na recolha de dados a não ser nas lotas onde eles têm os amostradores, mas a investigação verdadeira tem que se fazer no mar, através de cruzeiros e de experiências concretas. Por isso é que vamos estimular os nossos associados aceitem levar observadores científicos numa ou noutra viagem para que eles possam recolher dados para que a investigação obtenha um conhecimento mais concreto, mais fiável, mais consistente do estado dos recursos para que possa produzir melhores pareceres. O que se aplica a Aveiro aplica-se a todo lado. Eu creio que, por exemplo, em relação a Aveiro, se tem a ver com a pesca na Ria, por ventura será mais fácil fazer a investigação. Porque é uma zona talvez mais acessível ou até para os cientistas. Não tenho muito conhecimento mas se for na ria se calhar conseguem obter uma visão mais efectiva do estado dos recursos na ria. Até porque eles fazem análises bacteriológicas por causa daqueles impedimentos que há por razões sanitárias da captura de determinadas espécies de bivalves quando as toxinas passam determinados níveis. Se calhar até é das zonas onde há um conhecimento mais apurado em termos científicos. Também é importante, cada vez mais, envolver as universidades que têm competências e capacidades na área da investigação marinha e do mar a fazerem um trabalho, e que seja uma investigação fundamentalmente também virada para a economia e para os resultados, que não seja uma investigação meramente teórica e fundamental. Que tudo o que se faça seja para aumentar o conhecimento e para que a humanidade, no sentido lato, possa tirar melhor partido da natureza sem a danificar. É esse o conceito para mim.

É esse o conceito. …Este modelo de governança, que pretende dar voz a todos os intervenientes, pode contribuir para a sustentabilidade da pesca artesanal?

A sustentabilidade da pesca artesanal depende também do estado dos recursos. Há a ideia de que a pesca artesanal é sustentável, vamos ver, há aqui um maniqueísmo de pensamento que diz que não, a pesca industrial destrói tudo e a pesca artesanal é que protege. Bom, primeiro a pesca artesanal opera em zonas, que são zonas mais sensíveis do que a pesca industrial. A pesca industrial pesca em alto mar, mesmo a costeira é fora das seis milhas, enquanto a pesca artesanal pode operar, com algumas artes, a partir da meia milha, zonas de maternidade e tal. Agora, a pesca artesanal, como qualquer pesca tem que estar bem regulamentada para que aquilo que captura, e para que o esforço de pesca que realiza, não danifique as zonas que são prioritárias no âmbito da sua

actividade. Naturalmente que a sustentabilidade da pesca artesanal depende dos rendimentos que obtêm, e para obter rendimentos e preciso que haja peixe e que haja recursos marinhos nas suas zonas de incidência de pesca. E são basicamente zonas mais sensíveis sob o ponto de vista biológico, porque são áreas de maternidade, são áreas onde proliferam peixes juvenis, os chamados recrutamentos. O chamado peixe que ainda não entrou no stock explorável, peixe que ainda não tem o tamanho mínimo, normalmente protegem-se em zonas mais próximas da costa, que são áreas preferenciais da actividade da pesca artesanal. Qualquer arte artesanal como qualquer arte de pesca industrial tem que estar é bem regulamentada. Não é boa nem é má em si mesma, ou tem uma boa regulamentação ou… Agora já há mais propostas, por exemplo, de defesos, há mais consciência, há mais responsabilidade, há mais noção que é preciso criar zonas de protecção onde não se pode pescas. As Áreas Marinhas Protegidas tem mais a ver com a Rede NATURA e com a salvaguarda de outros valores ambientais, mas para os recursos também é importante que haja as chamadas boxes onde não se pode pescar durante um determinado período porque ali é uma zona de desova, por exemplo. Há propostas de defeso que provêem das próprias associações que representam os pescadores porque, cá está, colhem a informação dos seus representados e depois propõem-na à administração. A administração tem que fazer aquilo, ou tem que propor regulamentação com base no parecer científico, se não há muita investigação, digamos que, o parecer científico se calhar é frágil, não é consistente. E depois por outro lado há outra componente que é aquela que é transmitida pelos representantes do sector com base na experiência dos próprios pescadores. E é na conciliação destes dois conhecimentos, do conhecimento científico e do conhecimento concreto que depois a administração pode decidir e pode propor legislação que seja adaptada às realidades. Acho que aí temos avançado alguma coisa, temos conseguido algum progresso nessa área.

Para terminar, acha que a pesca artesanal conseguirá sobreviver no actual contexto da actividade das pescas na Europa?

Acho que sim. Acho que até é o sector com mais futuro, porque com esta comissária… Esta comissária é uma pessoa que tem uma visão muito enviesada dos problemas e há a tal ideia de que, neste caso, na pesca como em outras actividades o small is beautiful, como se costuma dizer, mas eu acho que todas as vertentes da pesca, todos os segmentos, têm vantagens e desvantagens. Portanto, como eu dizia há pouco, nenhuma actividade humana é inócua.

Sentes um preconceito da pesca industrial por parte das outras pessoas?

Por parte das outras pessoas, não sei, por parte dos cidadãos em concreto acho que não. Mas a nível de Bruxelas há muito, com esta comissária há muito. Agora, é da complementaridade e da mais valia que cada segmento de pesca, e são múltiplos, podem contribuir para o todo, que se consegue, não digo que a Europa consiga cobrir o défice da sua balança comercial de produtos de pesca porque ela é gravíssima, próximo dos 70% em relação às suas necessidades de consumo, em relação à procura, mas primeiro manter as comunidades piscatórias tradicionais dentro deste meio de vida. Porque no fundo isso não envolve só sustentabilidade sob o ponto de vista económico também tem a ver com valores culturais, tradições, passar o saber de geração em geração. E depois ao mesmo tempo dar resposta à procura e tentando aqui que a pesca seja competitiva. Todos os sectores acho que são importantes, como digo, desde que contribuam para o bem comum, e o bem comum aqui será pescar para oferecer pescado à população de forma sustentável e garantindo às comunidades piscatórias, independentemente do subsector onde se posicionam, rendimentos por que vale a pena investir. E que os filhos

podem incentivar os pais a ir para a pesca porque sentem que é um meio de vida compensador, apesar de todas as suas dificuldades e todo o impacto que causa também na saúde e tudo isso. É um meio agreste, um meio que tem toda essa… A resposta está na diversidade, na complementaridade dos vários tipos de pesca. Há pescas que não se realizam com barcos pequenos, por exemplo, pescas em alto mar. Este sistema falhou ou está em vias de falhar porque houve má regulação, seja da actividade financeira, seja do mundo empresarial e se calhar também da pesca. E também temos que perceber que estamos num mundo global, designadamente no sector de pescas onde um contentor de peixe chega à Europa em quarenta e oito horas. Portanto pode ser pescado no Pacífico e chegar aqui ao fim de quarenta e oito horas, ou quatro ou cinco dias. É um mercado aberto, as próprias recomendações e orientações da Organização Mundial de Comércio não permitem, ou permitem cada vez menos, o proteccionismo e além do mais a Europa não pode ser sequer proteccionista nesta área porque não é auto-suficiente. E portanto tem que garantir o futuro das pescas, nos vários subsegmentos que tem e tem que investir um pouco mais, se os recursos recuperarem, e estão a recuperar, há um ciclo de recuperação global dos recursos nos últimos dez anos, por via de uma maior responsabilidade na forma de pescar, provavelmente da investigação e do conhecimento científico, não digo aqui em Portugal, porque há razões e constrangimentos em termos orçamentais, sem que o IPIMAR tenha tido aceso a equipamentos que permitam fazer essa investigação. Mas do plano global as decisões são, cada vez mais, baseadas no conhecimento científico. Portanto acho que o caminho será esse. A Comissão Europeia… eu acho que no Quadro desta Reforma para dez anos, tem que investir mais na regionalização e dar mais responsabilidade para que esta governança seja uma governança mais concreta e mais visível. Que é aquilo que nós não temos sentido, apesar dos Conselhos Consultivos Regionais e outras estruturas de representação serem passos positivos. Ainda estão numa fase muito incipiente em termos de resultados. É um processo contínuo.

Ok. Vamos desligar?

Ok, está óptimo.

Duração da entrevista: 1:14:29

Pode contar-me brevemente como tem sido o seu percurso profissional e como se tem relacionado com governança?

A minha experiência na pesca e nomeadamente na captura advém das funções que exercia já na altura como responsável do FORMAR, na altura, do FORPESCAS em Viana do Castelo. E a partir daí consegui foi unir os pescadores/armadores numa perspectiva de se associarem para fazer face a um problema que tinham, que era a compra de isco, numa associação que lhes saísse mais barato. Porque o isco estava a sair imensamente caro. E dessa união constitui a Vianapesca, e de ter constituído a Vianapesca conseguimos que fosse reconhecida como OP. Andamos num caminho bastante interessante. Reconstruímos instalações próprias no porto, seguidamente avançámos para a comercialização do pescado, uma área de venda significativa em 1995, e permitiu-nos também uma intervenção significativa, com o objectivo de fazer subir os preços. Contactámos depois várias grandes superfícies e a partir daí conseguimos vender a quase todas de Lisboa e do Norte. Seguidamente demos um segundo passo. Com uma verba disponível no PIDAC, tentei animar aqui a comunidade piscatória a adquirir embarcações por substituição. Trazendo algum desenvolvimento, instalámos um estaleiro de construção naval e aí começamos construir, para esta comunidade piscatória, mas também para todo o lado. Isto foi em 92, 93. A seguir ao isco, uma das iniciativas foi criar uma estrutura capaz de fazer a contabilidade de toda aquela gente. Aparece com a legislação 43/87 a obrigatoriedade de todas as empresas se colectarem que até aí não era obrigatório. Tratei de toda a papelada, a tramitação quer entre as capitanias, quer com a DGP. Interviemos em vários momentos, e que tem grande impacto na Ria de Aveiro, avançámos, eu propus, o regime jurídico para a pesca. Que não havia na altura. Propusemos que o salário mínimo fosse aplicado à pesca, mas esse artigo foi alterado, na altura, já não me lembro em que ano, mas no mandato do Guterres. Alteraram essa cláusula e não obrigou ao pagamento do salário mínimo. Mais tarde também propusemos um fundo de compensação salarial no caso das intempéries. Também acabou por ser criado e na altura não tinha muitas capacidades de gerar muitas receitas face às adversidades que os pescadores atravessavam. Depois ainda por pressão nossa, e porque estávamos a ver que havia muita pesca, dita, desportiva que era tornada profissional, e dava entrada nos restaurantes prejudicando a actividade da pesca, forçou-se o aparecimento das licenças de pesca desportivas. E isso veio reforçar significativamente a capacidade do fundo. O fundo veio também num âmbito mais alargado que foi apoiar os pescadores nas paragens biológicas. E aí tem a questão das toxinas de bivalves, nomeadamente na ria de Aveiro. Todos os anos, deixe-me dizer-lhe, nós fazemos por causa destas toxinas, anualmente à vota de trezentas e tal, quase quatrocentas candidaturas de todos os armadores pescadores da ria de Aveiro a esse fundo.

E em relação ao salário mínimo?

Não conseguimos. Mas tentámos ainda requisitar ao centro de emprego vinte e tal empregados. Nós propúnhamos na altura o salário mínimo, claro que iriam receber mais, mas teriam sempre como base de segurança o salário mínimo. Procurávamos pessoas desempregas com menos de 45 anos e que não estivessem a receber subsidio. Só encontrámos 9. Os outros recusaram. Portanto veja, eles estariam a receber por fora e não lhes compensava. Também tem que se ver isso.

Mas isso foi há quanto tempo?

Foi agora, para aí no início do mês de Abril. E ainda assim volto a dizer é um sector carente. Agora, este barco que se perdeu nos Açores aqui há uns tempos tinha

pescadores clandestinos indonésios a bordo. E estas situações são peculiares a este sector em toda a Europa.

Falando de Europa. A governança na Europa. Sei que tem participado no CCR, o que acha do que se tem estado a desenvolver em termos de governança…

O CCR… o CCR é recente…

Mas como é que entrou… se está contente…?

Sim, sim estou contente, porque há bem pouco tempo conseguimos que fosse feita a discussão pública do plano da pescada. Deste TAC ibérico. Foi um trabalho muito significativo. Meu e do António da ADAPI. Também. Muito significativo. Ele tem dado o maior e o melhor contributo de Portugal. Mas é muito difícil este trabalho de afirmação do CCR, porque é o sector a dizer o que tem de se fazer e a Comissão aceita mais os pareceres científicos. E os pareceres científicos chegaram a um ponto que passaram a ser uma negociata. Mesmo que um recurso recupere, os científicos não podem dar um parecer que o problema está resolvido porque ficam sem trabalho. Portanto, há aqui um loby destes pareceres científicos. Que é caro, custa dinheiro imenso aos contribuintes europeus, e que tem dificultado a actividade da pesca. …Outro caso de sucesso foi o plano de recuperação do biqueirão no Golfo da Biscaia. Houve também resultados, nós fizemos propostas… há um problema que é hoje há mais de 500 … e eles atropelam-se em legislação regulamentos. Eu chamo-lhe uma poluição legislativa. E esta discussão pública é apresentada de uma forma que condicionam as respostas. Não fiz o formulário porque não era possível responder. Fiz eu um documento à parte.

E entre vocês, há diálogo?

É difícil, com os ecologistas. É difícil. Eles têm ideias que alguém lhes incutiu. É que há muitos movimentos que aparecem por interesse económico. Veja os senhores do Norte e o movimento em relação ao eucalipto.

Mas isso é fora das pescas. Entre vocês aqui dialogam sobre pescas?

Ah! Isso sim. Reunimo-nos, mas na Europa. O CCR discute o problema do que a Comissão pretende. Mas esta proximidade que os CCRs conseguem junto das comunidades nem se calhar às vezes os Estados Membros conseguem. O caminho dos CCR é para uma maior competência e maior responsabilidades.

Portanto, governança, apesar de se tentar aproximar a política das necessidades…

A política está muito distante do sector. Aquilo são uma data de tecnocratas que tem que justificar o lugar que ocupa. E na pequena pesca, apesar do nosso esforço, as atenções não são as que o sector merece. Têm-se interessado muito mais pela pesca industrial e prejudicam a nossa pesca artesanal com regulamentação que não serve. Eu, dá-me a entender que a EU nem sequer está interessada em manter a pesca.

A pesca artesanal, ou…?

Não, não toda a pesca. Mas no caso da pesca artesanal, mais ainda. Uma regulamentação que visa que à chegada a embarcação tenha que ficar parada uma hora, visa os navios que estão muito tempo no mar. Não as pequenas embarcações, que vão ver estragarem o seu produto. E o nosso trabalho de reivindicação, a carta que eu escrevi passa por aí. Têm que sair e dizer quantas artes levam, que tipos de artes levam, quantas redes tem, qual a malhagem, onde vão colocar as redes, à vinda para terra têm que dizer onde vão colocar… isto para uma embarcação que está quarenta e oito horas

no mar. Mais, com esta legislação toda a gente tem que ter computador a bordo. Imagine os barcos de boca aberta alguns com mais de 12 metros… bom, isto tem sido a tal poluição legislativa… é inaceitável. É estas propostas aberrantes europeias que nós temos tentado combater. Ou se faz legislação que é possível aplicar, ou não se aplica. Porque o drama é que a legislação é pensada para o Norte. E nós não conseguimos mudar essa legislação absurda. E eles não têm essa noção. Ou que só agora é que começam a ter. Honestamente, eu não sei se aplicamos 10% daquilo. Quando há produção em excesso, nós intervimos e compramos o peixe a determinado preço e escoamos para instituições de caridade, para farinhas, etc., temos essa facilidade. Se essa situação com determinada espécie acontece, então nós temos que recomendar uma determinada captura semanal ou diária, de maneira a que o mercado, e os preços de mercado não caiam. A partir do momento em que o preço baixa, se nós não tomássemos medidas, as pessoas para fazerem o mesmo valor, iam trazer mais, portanto era agredir mais o recurso. Quanto mais trazem, menos vale. Eu tenho proposto algo para a Ria de Aveiro que iria permitir mais e melhor escoamento. Isto é, há dias em que o mercado não absorve determinado tipo de produto, mas implementaram uma medida que é tem que pescar no dia x e degrada o produto. Ora, a Vianapesca fez a proposta de alteração desta regulamentação que afecta vários pontos da Ria de Aveiro, e que iriam em consonância com algumas regulamentações em águas interiores. E não se entende que em águas interiores ela continue. Estas medidas propostas iam para já fazer com que acabasse a pesca ilegal, que é muito significativa, e ia optimizar os preços… e pescando por fora também nunca temos possibilidade de os científicos fazerem um trabalho mais sério.

Como é que o papel que desempenha actualmente pode ajudar a melhorar a política europeia nas pescas?

Documentos para alteração a regulamentação da pesca, e há algumas medidas simples que no meu entender resolviam o problema, toda esta confusão lançada pela política comum. Nós temos proposto, no caso da pesca artesanal, que se permita, ou melhor que houvesse uma regulamentação que dissesse que as malhas para a pescada, o tamanho mínimo é este, se nós neste momento estamos com malhagens abaixo de 80mm. Conseguimos que as malhagens da pescada fossem mais pequenas. E isto tem peso para a pesca artesanal. Acabar com esta rede de 65 mm que supostamente é para a faneca, no Algarve e que na realidade trazem outros recursos e vem afectar os preços do mercado. Isto é que tem que acabar. Temos proposto uma simplificação desta regulamentação de controlo que disse. Mas há muitos lobys nisto. Há muitos interesses económicos. Temos feito muitos trabalhos eu diria fabulosos. Mais essa definição do que é a pesca artesanal e a pesca industrial tem sido um problema enorme na EU. Mesmo entre países as diferenças da malhagem são diferentes. E nós tentámos que os CCRs viessem aproximar mais isto. Também participamos no LV. Reunimo-nos por grupos. Eu faço parte da pesca tradicional. Elaborámos o documento e depois de avaliado foi enviado. Há problemas também nos próprios CCR em que há grupos que não aparecem e depois negam e aquilo prolonga-se. (conflito com o arrasto) Simplificação das licenças, da legislação. Organizar a pesca do arrasto e a pesca desportiva. O arrastão é a coisa mais nefasta que existe na pesca, eu vou lhe dar um exemplo, quanto houve uma greve dos arrastões toda a costa ficou rica em pescada, e quando acabou a greve, acho que durou seis meses, os homens das redes tinham posto redes naqueles sítios, alguém confidenciou que as redes estão a impedir os arrastões de ir para aquelas zonas e as redes estão a recolher a pescada, entretanto a pesca costeira do arrasto houve uma alteração, nomeadamente nesta zona norte, houve alguns arrastões que se

especializaram e passaram a ir para a costa sul para os crustáceos, nomeadamente o lagostim, e o Algarve que era onde estavam todos os barcos da pescada, eles foram para lá e desapareceu a pescada, como saíram daqui, a pesca e o recurso melhorou muito significativamente. Temos que ter em atenção as empresas destes arrastões, mas era necessário que, com esta diminuição dos dias de pesca, que lhes fosse permitido, fora desses dias, pescar marisco com covos, a perspectiva é deixar de arrastar e de destruir o fundo do mar, para começar a ser utilizados covos como alternativa.

Quais os aspectos que gostaria ver melhorar na governança europeia?

Nós temos uma ligação muito directa com a administração. Quando temos situações complicadas, saltamos a DG e falamos directamente ou com o Secretário de estado. Houve muitos problemas na DG, e aí há uma ligação bastante frutuosa. Com o Apolinário ficou melhor. Temos tentado estabelecer ligações com situações que dependem só do estado membro e aí esbarramos com algumas birrices de alguns técnicos. Mas a gente junta-se em termos de associações e normalmente conseguimos. Os problemas são as limitações comunitárias. Nós temos defendido um ajustamento da capacidade de frota aos recursos, e nesta ultima reunião com o secretário de estado, garantiu que isso iria acontecer, porque não estão permitidos os abates, e nós temos até ao final do ano que vem capacidade financeira para o fazer, a partir daí não haverá, e nós vamos entrar numa situação em que temos barcos em determinadas pescarias a mais a ser abatidos, e que há disponibilidade dos armadores se retirarem dessa área e irem para outra, e aí a administração tem sempre recusado, sob o receio daquilo que muitas vezes foi dito, "o Cavaco acabou com a pesca, o Guterres acabou com a pesca, por causa dos abates que permitiram", ora, não se fez mais do que ajustes, em determinada altura abateram-se 5 barcos mas com capacidade de 6 ou 7, não houve de facto um abate da capacidade de pesca, houve certamente um abate do número de embarcações, não quer dizer que a capacidade da pesca fosse reduzida. Em Espanha abateu-se arrastões, modernizaram-se, fez-se arrastões novos que tinham potência de 500cv, e que apareceram com motores de 1500 homologados como 500, essa capacidade, ao fim ao cabo, abatendo o navio, puseram a capacidade de 3, a capacidade de captura aumentou. Mas há uma maior abertura, quer no estado membro quer na comissão. Os problemas é o que vale o que dissemos. E é muitas vezes. Lidamos também muito com o IPIMAR. Temos muitas reuniões, semanais por vezes. Também há problemas, claro. Há agora uma norma comunitária que as análises devem ser químicas e não biológicas. E isto implica muitos dias de paragem e é difícil para a pesca. Veja a Ria. E o IPIMAR demora imenso tempo nestas análises…

Pelas experiências que tem tido, o que pensa sobre os actuais mecanismos estabelecidos?

Temos um papel moderador como OP. Se há um conflito entre associações. Há exemplos. Os arrastões, entre comunidades, também. Mas tem havido uma evolução muito significativa. E também não tem sido fácil. Eu tomei uma iniciativa em 2007 para transformar dois motores a gás. Fiz tudo. Entrego no IPTM. Só este ano é que foi publicada a regulamentação. 43 páginas de regulamentação. Depois de dois anos. Para ter uma garrafa de gás na embarcação. É impossível.

Sente que têm melhorado as condições nos sítios?

Com a possibilidade de fazer contractos… nós aí melhorámos muito a vida dos pescadores. Aí a fuga era constante e ainda é constante. Mas as pessoas estimularam a porem nos contractos. E temos a pesca muito mais declarada. Temos o caso do polvo. Que seja acompanhada através da lota, que tenha acompanhamento higieno-sanitário e

que chegue aos locais em condições… e os rendimentos deles aumentaram. Têm mais conhecimento se podem ou não podem fazer este ou este tipo de pesca. Damos conhecimento comunitário sobre o recurso. Fazemos a ligação. Não têm mais que ir à associação pedir a licença, pedir uma alteração do motor. Fazemos a ligação com as entidades públicas nacionais. Contabilidade. Alteração do código contributivo, que nós conseguimos porque a Vianapesca tem vindo a bater-se. Eles também queixam-se sempre. Conseguimos uma redução na taxa que pagavam na lota, enfim… temos dado passos grandes na legalização de algumas artes de pesca. …Temos a certificação que já vai avançada e temos etiquetagens e definição e indicações de áreas em que temos que trabalhar. Quero etiquetar esta zona daqui como uma costa verde. E isso permite uma melhor relação (dialogo) com os hipermercados. E estou num projecto nesse sentido. Fazemos também um livro. Uma campanha. 'se eu não como peixe quatro vezes por semana a culpa é tua'. E falar da qualidade, das zonas… - Porque a certificação nem sempre é bom ou muito adequada aos portugueses. É importante investigar o porque de uma diminuição do recurso. Além da pesca. Veja a poluição. Era importante haver mecanismos que obrigassem a essa investigação. - Haverá um site com informação sobre isto. Estimulando. Há também um jogo para o Magalhães. Alteração do código contributivo, que nós conseguimos porque a Vianapesca tem vindo a bater-se.

Vocês contactam com a rede de Mulheres.

Eu tentei fazer uma associação de mulheres. Mas eu, o tempo não chega para tudo. Entretanto apareceu lá essa moça que é filha de um pescador e que por algumas razões políticas envolveu-se, e ela é assim um bocado activa, eu diria até mal-educada. Ela tinha atitudes, em reuniões, era quase para o insultuoso, ela achava que sabia mais do que as outras pessoas, também era próprio da idade dela, é muito nova.

E através da APARA?

Nós sempre tivemos dificuldades com a APARA.

Mas agora há um novo presidente, sabe?

Sim eu sei. Até é uma pessoa muito engraçada. O outro é que entrava em muitos conflitos, queria que nós fizéssemos o trabalho e que lhe pagássemos a ele. Depois defendia um interesse, não era uma OP, e defendia o interesse das pessoas que estavam na direcção. Com este já tem havido outro tipo de relação. Nós à partida estamos próximos. Mas há muitas coisas que eles não sabem, sabe. Eles não sabem que fomos nós que conseguimos o fundo de compensação salarial. Que o regime jurídico foi proposto por nós. E os pescadores não sabem, mas pronto. Mas o que é importante é que se invista na Ria. Uma gestão diferente atribuída a uma associação ou a outra, mas a Ria, a administração deveria haver ali uma outra gestão em que se responsabilizasse mais as associações. Mas a administração também é complicada. Aliás o pai da rapariga está na Vianapesca. Mas as alterações tem a vem com a regulamentação. Uma gestão mais directa da OP. E a lei não nos dá instrumentos para isso. Seriam concessões à organização de municípios da Ria de Aveiro. E cheguei a convocar reuniões com membros, quer fossem municipais, quer fossem científicos, mas não podia trazer nem a moça, nem os pescadores, nem outra associação, se aquilo se tornasse publico seria uma catástrofe para a Ria, eu não podia tornar essas coisas publicas. A universidade de Aveiro, o IPIMAR, a ARH, de Lisboa, CM da Murtosa, a Cimeria, e passou-se um problema muito grande ali. E nós fazemos isso mas não pudemos divulgar. Nós temos feito muito trabalho na Ria.

A Ria de Aveiro é um caso único nisso?

Não, temos no rio Tejo, e temos no Mondego. Digamos que, avançamos com determinado tipo de procedimento que os pescadores encontram vantagens, eles encontram vantagens em estar associados na Vianapesca, haverá sempre insatisfeitos, mas isso é em todo o lado, mas regra geral está a funcionar bem, basta olhar para os números de venda na lota de Aveiro desde que a Vianapesca está lá que aquilo quadruplicou.

Acha que se devia dividir a Ria por zonas? Como em Espanha.

Pois, cada Ria é uma zona, não é? Em Espanha? Pois. Mas aqui o que nós tínhamos proposto era que houvesse uma concessão da gestão a várias instituições. Que teriam que ser escolhidas a dedo, claro. Gestão e meios que implica ver todos os que andam na ria, ver toda a pesca ilegal, toda a comercialização… e depois toda a parte cientifica que envolve a parte dos bivalves. Todo esse trabalho teria que ser assumida por uma entidade que tivesse competências e meios para o fazer. Na altura eu pedi até o número de embarcações. Nós tivemos para nos envolver no início no PRESPO, foi um bocado promovido pelo CCR também, mas não estamos com a mesma força, não é possível a gente…, o problema é nós estarmos com dificuldade de acompanhar tanta coisa, nós estamos envolvidos em tantos projectos que é impossível neste momento, eu ontem já tive dois projectos aprovados, um por causa de resolver o problema do gás, para introduzir a Vianapesca na industria conserveira, nós vamos fazer produtos a partir de produtos dos nossos associados. Vamos desenvolver produtos *gourmet*, a partir de produtos dos nossos associados, e os bivalves aqui vão ter um peso expressivo, sempre com o objectivo de retirar do mercado uma subida dos preços, e se nos derem os meios como nos deram no mar, nós aí conseguiremos. Nós estamos aqui com um recurso fantástico de pescada, nós queremos fazer um produto que agrade aos jovens, hambúrguer de pescada. Estive num evento em que o chefe fumava sarda. Sim, há que envolver a essa mudança de hábitos de alimentação. Mas há que começar por baixo, pelos mais pequenos. Têm que ser eles a querer comidas diferentes. O outro projecto em que estou metido é um barco que vai funcionar a gás. Tem preços mais baratos e não é a gasóleo, não é poluente, não é? Economizamos 80% de gasto. E na ria de Aveiro vamos ter um barco vai ter condições para utilizar as garrafas. Mas estamos a trabalhar muito com Aveiro. Eu acho que uma coisa positiva e que teria importância era a Anabela, a Anabela como eu lhe disse, desde aqueles períodos, acho que ela poderia ter ali um papel diferente, o problema maior é que os outros pescadores vêem que houve uma iniciativa por parte dela, acho que tentou ligar à APARA, de arranjar emprego, de se defender a ela, e acho que causou um bocado de inveja aos outros pescadores. Há um grande avanço, na Ria. Não sabe o estado em que a encontrei há dez anos atrás. Nós já fizemos muito trabalho na Ria de Aveiro, nós escutamos, nós falámos, nós conseguimos a questão da comercialização, dos contratos, temos conseguido o fundo de compensação salarial, fazemos as candidaturas. Eu acho que tem que haver uma intervenção de outra área aí, hoje de manhã encontrei um senhor, "cortaram o subsidio à minha mãe, era trezentos e tal euros, e agora não tenho dinheiro, ninguém me paga, preciso de um favor", eu hoje de manhã cheguei ao serviço e a primeira coisa que fiz foi ligar para a TVCABO para cortar a TVCABO, "mas se você não tem dinheiro, você escreva para o Presidente da Republica, uma cartinha para todos os grupos parlamentares, exponha a sua situação, mas olhe há aqui muitas casas, você bate à porta e pergunta se quer que lhe pinte a porta, se quer que lhe pinte as grades", "eu só tenho 24 cêntimos ao final do mês", "e quem é que lhe deu o dinheiro para os cigarros que está a fumar", isto para lhe dizer o quê, eu fiz um trabalho em que num ano a Ria produziu quarenta mil toneladas de bivalves a um euro são oito milhões de contos, quarenta milhões de euros, essa gente

tem gasta, tem gasta. Eu fiz um trabalho aí há um tempo de contabilização de venda na ria e nesse ano houve um lucro muito grande considerável. Há um problema de gestão do dinheiro. E depois uma tem e a outra vai comprar também, nem que se vá endividar, são elas que lutam mais nesse despique mais do que os homens. Tem que haver aí mais uma intervenção, envolverem-se outras pessoas de lá, psicólogos, da área social. Isso tem que ser estudado de outra maneira. Nós temos lá bastantes associados da Murtosa. E é bom a APARA formar-se como OP. Aliás nem entra em conflito. A Vianapesca está reconhecida como OP dos bivalves, não da sardinha, as decisões, os preços, os preços de retirada em Aveiro, são da competência da Vianapesca, não são da APARA, porque a APARA não existia, quando a PROPESCA que era a OP da ADAPI, nós sujeitámo-nos aos preços, no carapau, numa série de espécies, tínhamos como referencia o que praticava a PROPESCA que era da ADAPI, a partir do momento em que ela se extinguiu, ficámos nós e a referencia dos preços todos, se nós tivéssemos também a competência da sardinha, e dissesse-mos os barcos aqui só descarregam X cabazes a apara teria que cumprir aquilo que nós disséssemos, é assim um bocado a regra do jogo. Tanto é que a APARA apareceu ali mais, acho eu, da parte de políticos para combater a Vianapesca Legalmente ela não poderia existir como OP, alguém trabalhou a proposta para Bruxelas, para o reconhecimento, de alguma forma esquisita, que eles nunca reconhecem duas associações no mesmo porto, não é possível ter duas organizações no mesmo porto. Eu acho que devia haver ali uma associação de mulheres, eu falei com uma senhora que era professora de português, uma associação que tentasse de certa forma ver a questão das mulheres da pesca, não de uma perspectiva das associações de pescadores mas de uma perspectiva diferente, eu acho que há, desde a culinária, desde uma série de conhecimentos, mas só de mulheres, eu acho que aí o passo seria com as mulheres, teria que se começar a "criar" alguma admiração por parte dos maridos, homens pescadores, uma atitude ou resultado das iniciativas das mulheres, nós se conseguíssemos…. Dizem que santos da casa não fazem milagres, até fazem, têm é que ter condições para fazer.

Passa por envolver mais grupos responsabilidades?

Acho que sim, acho que sim. A atribuição de competências permite melhorar a governança. Aliás acho que é por aí que temos de ir, se não sei. Hoje tenho reuniões com associações e vejo mestres mais novos, na casa dos 45, e tem que haver renovação. E como é que a gente consegue resolver isto? Havendo atractivamente para a pesca… e como se consegue? Havendo retroactividade. Quando eu digo que é preciso adequar a capacidade da frota aos recursos, é porque assim se melhora o rendimento dos pescadores. É essa atribuição de competências e essa governança que se nos for permitida com gestão directa ou indirecta, que possamos lá chegar. Nos CCRs o poder deveria ser mais vinculativo, isto é, se os pareceres destes concelhos nunca têm peso, têm que passar a ter peso, o que eu acho é que os CCRs devem estar, nem que seja como…, que tenham um lugar na comissão, quer dizer, quando se põe uma comissão para tomar decisões com os técnicos todos, eu acho que a presença do CCR devia ser obrigatória, porque quem lá está não quer pesca. Eu acho que a presença dos representantes do CCR devia ser obrigatória, nem que não tivessem direito a voto, mas a presença devia lá estar, porque alertaria para determinado tipo de situações quando se discutisse uma situação que tem a ver com o sector. É estar presente, mais numa perspectiva de tirar duvidas, do que ter um parecer vinculativo, um observador, devia estar como observador mas que tivesse como observador numa perspectiva de ali os alertar para alguma situação que naquilo que se estava a discutir podia ser penalizante para o sector. Nós devíamos ter obrigatoriamente a possibilidade de ter um observador

no seio da comissão, e em todas as reuniões, sempre que se falar do sector. Quando nós no seio do nosso grupo de trabalho da pesca artesanal chegarmos a um consenso sobre determinado tipo de pesca, ou sobre determinada dimensão de barco ou definição de alguma coisa, nós conseguimos acertar e limar arestas nesse seio para uma resposta comum, consegue-se consensos que nunca se teriam conseguido, eu em sertã altura até pensei para o caso português conseguiria mais facilmente um consenso no seio do CCR, do reunindo fora do seio do CCR. O que é lamentável, é sobretudo do lado português, que contrariamente à França e à Espanha, em todas as reuniões de todos os grupos, não estarem representantes do governo, estava o dos Açores, mas não bate bem da bola, e a certa altura tentou impor ideias sobre projectos que se tinha chegado a consenso, que ele na qualidade de observador levantava-se e tentava obstrui-los, porque não lhe convinha a ele, convinha à generalidade, o homem dos Açores não bate bem da bola. E o estado deveria estar presente como observador. De resto acho que a respeito dos grupos estão lá todos. Consumidores, e tudo. Mesmo como observadores, mas estão lá. Quem mais peso tem lá são os ecologistas, e estamos também a apercebermos que as teses e os princípios que eles julgavam estar a defender para o sector, para a pesca não têm acordado. Eu acho que há coisa que se fossem da parte dos movimentos, eles vão lá com as mãos, e as mãos não chegam, sem informação nenhuma, eu quando lancei a ideia de que as quotas deveriam ser trimestrais e não anuais, permitiria que eu pescava no primeiro trimestre, se acabasse no dia vinte de Março, dia um de Abril podia pescar outra vez, e tinha pesca ao longo de todo o ano, possibilitava muita reprodução ao longo do ano, se me dizem "já pescaram 40% da quota", toda a gente vai pescar, lança no mercado, os preços baixam….

O que gostaria de ver desenvolvido em termos de investigação nas pescas em Aveiro?

Era importante um maior envolvimento da universidade de Aveiro, porque há muitas iniciativas quase pessoais. Há dois ou três projectos aqui e ali, mas não está lai no meu entender bem apostada neste sal da ria que são os bivalves e poderia ter capacidade de reconhecimento com laboratórios ou com o IPIMAR. Ou se acaba com a ARH ou se põe a funcionar, essa é outra coisa. Eles estão a controlar todo o processo da água. Eles não se conhecem entre eles, e têm responsabilidades conjuntas na ria. Por isso digo que a gestão e esta organização é o mais importante.

Acha que a pesca artesanal conseguirá sobreviver no actual contexto da actividade das pescas na Europa? E com o modelo actual…

Acho que sim. Artes selectivas direccionadas aos recursos. Modernização das embarcações. Vai ser rentável e vai sobreviver. Falta controlo absoluto na descarga. E falta dar meios às OP para poderem trabalhar. Agora, envolve mudar um bocadão o modelo. Quem está não quer perder poder. Mas não sabem, quem lá está, que sem nunca ter ouvido falar na Murtosa, tudo o que faz tem consequências na Murtosa. Não se relaciona em nada com a do Norte da Europa.

Boa tarde.

Boa tarde.

Portanto, pode começar por contar-me brevemente como tem sido o seu percurso profissional e como se tem relacionado com governança?

O meu percurso profissional, eu estudei Direito em Coimbra, depois estive alguns anos em que prestei assessoria ao presidente da Câmara da Murtosa, no Gabinete de Apoio do presidente, isto até 1990, depois de 1990 até agora sou solicitador e portanto a minha actividade profissional desenrola-se basicamente na Murtosa e nos concelhos limítrofes, no campo da solicitadoria, registos de propriedade, requisições, etc., e para além disso, não directamente relacionado com a actividade profissional mas talvez mais com a componente social, ao longo destes anos tenho estado muito ligado ao movimento associativo através dos clubes, das associações culturais recreativas e desportivas, neste caso ao Sport Murtuense que é um clube da Murtosa. Também fui um dos fundadores e colaborador e director, fui e sou, da Casa do Benfica da Murtosa que é uma associação de um espírito mais de favor clubista mas também tem uma actividade associativa local, e também em outras associações particularmente, desde há anos vou colaborando com o Centro Social e Paroquial, fundamentalmente, é isto que me ocorre. Estou no Centro Social e Paroquial desde 2004, os Centros Sociais e Paroquiais têm uma componente, como o próprio nome diz, paroquial está muito ligado à igreja, o presidente é o pároco, eu sou o vice-presidente, hierarquicamente sou a segunda figura da instituição. Naturalmente os Centros Paroquiais giram muito à volta do presidente que é o pároco, não quer dizer que os elementos da direcção sejam só figurantes, mas de alguma forma quem dita as regras do jogo, até porque, repare, nos Centros Paroquiais as direcções são nomeadas e empossadas não pelos paroquianos mas pelo bispo, há uma hierarquia. No fundo aqui em termos de gestão o pároco tem uma opinião, tem uma força decisiva, e eu colaboro como vice-presidente, como os outros elementos da direcção, há um tesoureiro que se encarrega da parte da tesouraria, eu no fundo sou uma figura mais de assessor, de colaborador do presidente, é essa a função.

Está bem, está bem. Por favor fale-me um pouco acerca de governança na Europa. 'Na Europa têm sido criados vários modos de governança, dentro e fora das pescas. Nas pescas, esta procura tem sido associada à necessidade de se aproximar as políticas das realidades regionais e locais mediante uma pluralidade de olhares, – isto é em teoria, discorde por favor…

Sim, sim.

…tentando basear a política nos conhecimentos que as pessoas têm em relação às realidades que observam. Portanto, a ideia é aproximar mas diga-me por favor pensando no papel que desempenha como agente, nas pessoas que aqui representa através da Rede Social da Murtosa, diga-me então se acha que governança – a criação de mecanismos em que se criam de as pessoas representantes, como na rede, portanto se acha que esta criação – tem ajudado a aproximar a política europeia das necessidades que observa?

Sinceramente, não tenho essa percepção, parece-me que teoricamente haverá essa aspiração mas não me parece que na prática isso tenha tido um…

Reflexo?

Reflexo. Eu acho que não, acho que, e a perspectiva que eu tenho que pode não der a mais correcta, é que a política europeia leva pouco em consideração as necessidades

locais, é a ideia que eu tenho e a ideia generalizada na opinião pública é que realmente a nível europeu a grande política, as grandes opções em termos económicos e sociais não vão ao encontro das aspirações locais. E por isso é uma constatação, nós em Portugal e Espanha o desemprego tem aumentado de forma considerável, portanto se a política europeia fosse ao encontro das aspirações locais eu julgo que mal seria que a taxa de desemprego não fosse diminuindo, que as pessoas encontrassem ocupações. Eu penso que ao nível das pescas e da agricultura, no que diz respeito às nossas gentes, eu constato uma realidade, por exemplo eu posso… há vinte ou trinta anos trabalhavam na pesca na Murtosa largas centenas, talvez mais de um milhar de pessoas, hoje o número é muito menor, na agricultura é precisamente a mesma coisa. Eu posso lhe dizer que havia, talvez centenas de famílias que viviam da agricultura, hoje se calhar nós vamos contar e não temos uma dezena, porquê? E as pessoas que tinham este tipo de ocupações, o que é que lhes aconteceu hoje? Ou estão no desemprego a viver de subsídios da segurança social, ou emigraram, que foi um fenómeno que tinha estagnado…

As pessoas têm vindo a diminuir…

Ou emigraram porque a Murtosa é uma terra de emigrantes mas a partir da década de sessenta o fenómeno migratório diminuiu, as pessoas passaram a não emigrar tanto, agora nos últimos dez anos as pessoas estão outra vez a emigrar porque não têm ocupações. Ora se a política europeia fosse orientada no sentido de empregar as pessoas, isto não acontecia, alguma coisa aqui não está…

Não está a funcionar bem…

Não está a resultar, portanto, essa é a ideia que eu tenho.

Vamos saltar aqui… diga-me os aspectos que gostaria ver melhorar então na governança europeia.

Quando se fala hoje em dia, quando ouvimos os nossos políticos que temos que regressar à terra, que temos que regressar ao mar, eu acho que sim, mas é preciso que haja condições para isso. Para se ir para o mar, o mar pode ter lá muito peixe mas é preciso barcos para ir, barcos com condições, se andamos há anos a abater a nossa frota, teremos que construir, temos de ter é mais barcos e mais condições para ir pescar. Mas depois há a questão, por exemplo na agricultura, as pessoas até podem regressar à terra, mas neste momento a agricultura em Portugal não é rentável, neste momento as pessoas se regressarem à terra, e na zona da Murtosa se se dedicarem como se dedicavam ao cultivo de milho e de feijão ou à pecuária para produzir leite, eu conheço pessoas que ainda se dedicavam à actividade há dez anos mas tiveram que acabar porque simplesmente o preço a que vendiam o milho ou o feijão, ou comercializavam o leite não dava para os encargos que tinham com a produção. Em termos económicos na pesca, mas principalmente na agricultura, os agricultores portugueses tiveram uma quebra de rendimento abrupta, e muitas vezes há uma ideia generalizada, "ah os agricultores recebem muitos subsídios", não são subsídios, no fundo o que eles recebem são compensações pela quebra dos rendimentos que tiveram, mas que são insuficientes para compensar. Neste momento esse regresso à terra, como se calhar o regresso ao mar, às pescas não tem viabilidade económica, estão a mandar as pessoas regressarem a uma actividade económica que não é sustentável, as pessoas se regressarem à terra não vão tirar do seu trabalho o rendimento indispensável para viver, isso era a mesma coisa que dizermos a um funcionário público ou administrativo que vá trabalhar e que lhe paguem 100€ por mês por exemplo, 100€ por mês não dá para viver. A mesma coisa que mandar uma pessoa para a agricultura ou para a pesca, o rendimento que extrai da

actividade económica não permite sobreviver, portanto eu acho que há aqui uma distorção. Neste caso eu até posso particularizar porque como eu lhe disse sou filho de um agricultor, isto são coisas que as pessoas custam a entender, eu nunca tive nenhuma ligação à agricultura, mas estava lá e acompanhava há vinte ou mais anos, o meu pai produzia gado e os negociantes vinham a casa dos agricultores e compravam o gado, e há vinte anos o meu pai vendia vitelos, na altura pagavam ao meu pai a 800 escudos o quilo da carne, há vinte anos, mas há quatro ou cinco anos o meu pai vendia a 400 ou 500 escudos. Vinte anos depois, vendia a carne a metade do preço, isto é perfeitamente insustentável, há aqui alguma coisa. O meu pai dizia, e com muita razão, se fosse a fazer contas à ração, às horas de trabalho que tinha para alimentar aquela vitela, tinha gasto, por exemplo 1000€ e depois vendia-a por 500€, andava a trabalhar para aquecer, neste caso era mesmo para arrefecer, há aqui uma distorção completa. A actividade económica da agricultura e até mesmo da pesca….

E aqui interligam-se as duas, porque há pessoas que se dedicam às duas ao mesmo tempo?

Em termos económicos isto não funciona. Eu parece-me que as políticas europeias estão completamente, e estou a falar do caso português, completamente desajustadas da realidade das pessoas.

Assiste aqui há alguns anos a algum esforço de mecanismos de representação da sociedade civil? Se consegue ver representada a voz das pessoas, que haja uma voz que consiga efectivamente mudar alguma coisa?

Antes pelo contrário, a concepção que eu faço é que estranhamente as coisas estão precisamente ao contrário. Haver a nível local uma estrutura que congregasse as aspirações das pessoas, que era mais fácil, as pessoas, organizando-se podiam manifestar-se, podiam chegar aos poderes intermédios as suas aspirações, antes pelo contrário. Havia na Murtosa uma Casa dos Pescadores, que era uma estrutura organizada, que acabou, há dez anos acabou, agora não há que eu conheça, agora é cada um por si, não há uma estrutura organizativa. Mais, e eu continuo a associar actividades muito interligadas como disse, a Murtosa vivia muito da pesca e da agricultura, a Murtosa tinha uma Cooperativa Agrícola, tinha e eu digo tinha porque já não tem, até isso. Há trinta ou quarenta anos havia os antigos Grémios da Lavoura e depois os agricultores começaram a ter a necessidade de ter uma estrutura mais forte, e criaram, fundaram uma Cooperativa Agrícola e por estranho que pareça essa cooperativa agonizou e passados dois ou três anos faliu e fechou, entrou num processo de falência, de liquidação.

E associa isso à entrada na União Europeia?

Eu penso que sim, eu penso que contribuiu para isso. Há aqui uma questão que pode ajudar a perceber a agonia e neste caso a falência da cooperativa agrícola da Murtosa, a actividade principal era a comercialização de leite, e o leite era rentável, há um caso aqui na região de Aveiro, no Baixo Vouga havia a maior cooperativa leiteira, era a Cooperativa de Vagos que também fechou há anos. Há pouco quando referi o meu percurso profissional esqueci-me de referir que fui durante algum tempo também fui presidente da cooperativa, e a cooperativa tinha um problema que era exactamente esse, a cooperativa durante até há uma década, década e meia a actividade leiteira dava um lucro muito grande à cooperativa, isso fazia com que a cooperativa tivesse uma dinâmica, outros sectores como a comercialização de rações, etc. não eram tão lucrativos mas o lucro que o leite dava compensava isto tudo. Isso tem alguma coisa a

ver com a tal política europeia porque o que é que aconteceu? Nos últimos anos, há uma organização leiteira, a PROLEITE em Oliveira de Azeméis…

Relaciona-o com a economia europeia… ou seja um mercado livre europeu…

Isso. Que no fundo começou a expandir, ocupou o espaço das cooperativas. A PROLEITE que era uma cooperativa que até há vinte anos concorria com estas cooperativas, da Murtosa, Vagos, Oliveira do Bairro, a certa altura a PROLEITE começou a estender-se, começou a ir buscar os clientes à Murtosa, a Vagos, o que é que aconteceu? Fez com que as cooperativas locais agonizassem, a razão principal. Eu não tenho muito essa ideia, ainda que eu não estava muito tempo na cooperativa, mas o tal espírito cooperativo que devia haver, não havia, os agricultores olhavam para a cooperativa apenas e só como aquela entidade que lhes permitia escoar o leite, depois não tinham o espírito cooperativo, isso é verdade, mas a razão principal da agonia das cooperativas acho que é mais essa, uma estrutura como a PROLEITE que com uma estrutura económica, com outra força e fez com que agonizassem. Mas no caso, na Murtosa por incrível que pareça havia uma cooperativa que no fundo era uma organização dos agricultores que não há, portanto nesse aspecto a Murtosa nem tem casa dos pescadores nem tem cooperativa, é estranho que isto aconteça. Em Estarreja também agonizou, e eram todas cooperativas, por exemplo a cooperativa de Vagos tinha umas instalações que era uma coisa, a cooperativa da Murtosa, e estamos a falar já na década de 90 fez uma delegação na Torreira, nas quintas, um armazém com quase 1000m2, uma construção caríssima, era uma altura das vacas gordas, o leite dava um lucro…. Era frustrante, mas ultimamente a recolha de leite que a cooperativa da Murtosa fazia e depois vendia à indústria, a cooperativa acabava por ter de lucro, não era bem lucro real porque também temos que ver que a cooperativa tinha equipamentos, camiões, etc., mas independentemente disso tudo, aquilo que nós pagávamos aos agricultores e aquilo que íamos pedir à industria dava-nos à volta de 5000€ de lucro, há vinte anos a cooperativa tinha por mês 10000 contos, aquilo dava para tudo, não sabiam o que haviam de fazer ao dinheiro, até fizeram umas instalações, um armazém, como eu lhe disse, para aí com 1000m2 que depois era ocupado para aí em 100m2, e essas cooperativas faliram todas, agora razões? Haverá aqui um conjunto de razões, isso já não é bem investigação histórica, tínhamos que ir bem às causas, sei lá, até sociológicas, não sei, mas fundamentalmente foram causas económicas. O próprio estado não as protegeu, eu até tenho a perspectiva que nos concelhos como a Murtosa deve ter um papel muito relevante, liderando mesmo a autarquia local, e um caso na Murtosa, eu sou um bocado suspeito de falar porque eu sou, e daí a minha passagem pela administração e pela política local, como disse quando vim de Coimbra tive uma ligação à câmara, porquê? Porque na altura o primeiro presidente da câmara eleito na Murtosa em 1976, como em todo o país, foram as primeiras eleições democráticas para o poder local em 1976, era meu familiar, era meu tio, e era um padre, era um padre mas não tinha paróquia, e foi um individuo que tinha essa perspectiva, era um individuo que tinha sido pároco no Alentejo, em São Marcos do Campo que era uma paróquia de Reguengos de Monsaraz, e tinha um bocado este espírito, radicou-se cá, era professor do ensino secundário, depois alguém o sensibilizou para ser candidato à câmara, foi eleito mas depois acabou por falecer, faleceu tragicamente num acidente em 1985, e foi um individuo que tinha essa perspectiva, porquê? Ele próprio achava, mesmo em termos económicos, a câmara tinha que ser o motor. Foi ele que criou, na altura a Murtosa era uma zona com boas condições para a plantação de hortícolas, o clima, etc., só que na altura as pessoas semeavam aqui ervilhas, apanhavam as ervilhas, carregavam nos atrelados dos tractores mas só havia uma fábrica de descasca de ervilhas na Gafanha,

eles iam daqui com os tractores carregados, e na altura não havia esta estrada nacional, iam por Estarreja, pelo centro de Aveiro com os tractores carregados, passavam a ponte da Gafanha e iam levar aquilo à Gafanha, e o que é que o padre António entendeu, "não senhor, eu vou criar uma fábrica cá", e ele próprio numa sociedade por quotas, ele deslocou-se aos Estados Unidos, onde há emigrantes, quase que obrigava, porque tinha algum poder de persuasão, os emigrantes da Murtosa que tinham algum dinheiro, a investirem e criou aqui uma fabrica na Murtosa a GELCAMPO, que ainda hoje existe, só que a actividade hoje é diferente, GELCAMPO que se dedicava à congelação de hortícolas e peixe. Mas foi o próprio presidente da câmara que desenvolveu pessoalmente, não ele em termos económicos para ele, ele não tirava vantagem nenhuma disso, mas foi um fenómeno passageiro, depois ele faleceu e os autarcas que vieram a seguir não comungam deste espírito. A própria GELCAMPO ainda existe porque entretanto autonomizou-se, houve uns investidores do Porto que compraram e agora não tem nada a ver com a Murtosa, surgiu para escoar os produtos hortícolas e de pesca da Murtosa, esse é que era o espírito, era o espírito correcto e hoje não é nada disso, hoje é uma fábrica, dedica-se aos congelados, peixe congelado, é um armazém praticamente, fazem uma transformação e depois vendem mas não tem nada a ver, quer dizer a única vantagem que tem para a Murtosa é que ainda emprega algumas pessoas, mas antes além de empregar, além de ser um factor de criação de mão de obra, era um espaço de produção onde os agricultores, já viu o que era em vez de irem levar as ervilhas para a Gafanha, uma viagem daquelas, mais de uma hora, aqui não, aqui carregavam as ervilhas e iam leva-las ali. A própria cooperativa, se houvesse na altura, quando as cooperativas, para aí há vinte anos, começaram a dar sinais de decadência, se houvesse da parte do poder político local intervenção, por exemplo o presidente histórico da cooperativa da Murtosa, foi presidente da cooperativa durante vinte ou trinta anos era presidente da cooperativa e era vereador da câmara, levado para lá pelo padre António, mas depois abandonou-se isso. Comentava-se, "a cooperativa está com problemas", e a câmara pensava, "isso é um problema da cooperativa, não é um problema nosso". A cooperativa era uma das principais empregadoras do concelho, ainda empregava lá à volta de quarenta pessoas, não é muito mas para a Murtosa é significativo, foram quarenta pessoas que foram para o desemprego, e são agricultores que não têm…. É a velha questão, a cooperativa além de todo o apoio que dava às pessoas, também funcionava, quer dizer, apoiava as pessoas nas candidaturas aos fundos comunitários, etc. E agora chegamos a outra situação, era o que eu lhe dizia à bocado, há agricultores que quando precisam de algum apoio administrativo para candidaturas, o que é que lhes acontece? Têm que ir a Aveiro, têm que ir a Aveiro porque não têm na Murtosa, mas isto radica tudo, eu continuo a achar que não tendo nem capacidade, nem poder para resolver os problemas todos, se houvesse outro tipo de envolvimento por parte da autarquia local, se comungasse destas preocupações, as coisas não tinham, se calhar a cooperativa não tinha fechado de forma trágica, porque a cooperativa faliu, a cooperativa faliu, houve um processo de liquidação e portanto as instalações foram vendidas em hasta pública, com todas as consequências em termos emocionais que isso teve para os agricultores, ver uma coisa que foram eles que, no fundo o resultado do trabalho deles, e de repente foi tudo…, e o poder político local olha para aquilo como se fosse uma coisa "isso não é connosco, é pena mas a gente não pode fazer nada", acho que não é correcto…. Mas se calhar estamos a desviar-nos um bocadinho do nosso…

Está… ou não, mas não faz mal, não faz mal. Fica por curiosidade ou… Por acaso… agora não vou avançar mais por aí porque se não depois… Diga-me. Como é que o papel que desempenha actualmente pode ajudar a melhorar a política europeia nas pescas? Se sente que pode ou não.

O papel que ocupo aqui não…. Não me parece que o meu ou o do Centro Social possa ser, naturalmente podemos dizer que o apoio que nós damos a pessoas carenciadas, uma franja significativa são pessoas que se dedicavam à pesca… digamos a pesca… ou que ainda continua à pesca…., mas não se reflecte a nível europeu.

Sim, mas não se reflecte a nível europeu…? Está longe disso…

Não, não, não.

Bom, diga-me… os mecanismos de pescas em Portugal. Pelas experiências que tem tido, dentro ou fora das pescas, o que pensa sobre os actuais mecanismos estabelecidos? Aqui, peço-lhe, pense em projectos que tenha havido, iniciativas, criação de entidade aqui… se tem convivido, se não tem convivido… a nível nacional.

Confesso que posso não acompanhar directamente, mas a ideia que eu tenho é essa, é que essas formas de participação dos pescadores locais que passaria por compensar uma estrutura organizativa, eu penso que isso não há, e depois até posso… Há uns anos acompanhei de perto um grupo de pessoas da Murtosa, que na altura tiveram um projecto de aquacultura, e na altura eles acabaram por desistir do projecto, eles tinham uma zona ali da ria, zona de juncais, inclusivamente adquiriram alguns, mandaram fazer o projecto porque havia fundos europeus de apoio a esse projecto, e é curioso que acabaram por desistir e uma das razões fundamentais, isto é caricato, a certa altura foram confrontados com o facto de estarem a apresentar o projecto para uma zona que seria em termos ambientais, seria de preservar, e portanto na altura em Aveiro o argumento que usaram foi: se é uma zona a preservar, só há uma forma de ultrapassar isto, é no plano director municipal da Murtosa, esta zona, quer dizer, criar uma zona para a instalação de uma estrutura de aquacultura, e esbarrou aí porque não houve a nível local sensibilidade para isso.

E a outro nível, se assiste de alguma forma à criação de mecanismos que possibilitem como Centro Social e Paroquial, uma melhoria ou uma pioria na assistência à população piscatória? Se numa perspectiva social é mais fácil ajudar como Centro Social e Paroquial hoje do que era há vinte anos atrás, quando foi criado?

É como eu digo, a minha ligação, a minha colaboração com o centro começou em 2004, não é assim há tanto tempo como isso, portanto eu não tenho termo de comparação. Pela experiência que tenho, acho que o Centro Social pode ter aí um papel importante, no fundo até porque normalmente as pessoas procuram o Centro Social para satisfazer necessidades económicas imediatas, até porque o Centro social tem valências, tem uma valência que é a família e a comunidade, nós recebemos da segurança social determinada verba contratualizada para suprir essas necessidades, por exemplo uma pessoa a quem o tecto da casa caiu e é preciso pôr um telhado novo, uma pessoa que teve um acidente e precisa de uma prótese, há uma série de situações, e depois vai se estabelecendo aqui uma relação entre o próprio centro e o utente, a pessoa não vem cá uma vez, até porque para se candidatar a esses apoios tem que vir várias vezes, a técnica vai a casa dele, apercebe-se da realidade e portanto….

E nisso vocês têm necessidade de interagir com outras entidades locais? Ou conseguem ser autónomos nisso, fazer sozinhos sem haver interacção com outras pessoas do local?

Não há muito essa interacção porque depois também há um bocadinho aqui a noção na Murtosa, eu falo na Murtosa mas acredito que não seja só especificamente na Murtosa,

que seja geral, há um bocadinho a noção exactamente que quem tem a obrigação, a tarefa de apoio social é do Centro Social e Paroquial ou é da Santa Casa, portanto a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal: ah isso não é connosco, quando muitas vezes nós pedimos a colaboração não há esse espírito de colaboração, não há, e eu estou à vontade porque fui membro da Junta da Freguesia. A acção social da câmara funciona muito mal, a Murtosa tem uma rede social, e eu falo à vontade porque sou o representante do Centro Social e Paroquial no concelho local de acção social, ainda há dias eu vi escrito numa nota da CNIS, Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade, eles falavam exactamente nisso e a conclusão a que eles chegaram é que na maioria dos casos, e isso assenta que nem uma luva à Murtosa, as redes sociais são órgãos muito politizados, muito, partidarizados. O presidente do CLAS é o presidente da câmara, por inerência, aquilo funciona um bocado…, no caso da Murtosa acaba por ser uma emanação do órgão político, e as coisas acabam por não funcionar, e há poucos recursos, mas podiam ser candidatados mais, por exemplo ainda há dias o jornal Público trazia um estudo em que trazia uma relação, a percentagem que os municípios afectam a funções sociais, a apoios sociais, nós temos trezentos e oito municípios e eles traziam lá até aos cento e cinquenta, depois outro não vinham, os cento e cinquenta que mais, que maior percentagem nos orçamentos municipais dedicavam a funções sociais, mas apesar de tudo mesmo os municípios que mais dedicam, anda à volta de 3% do orçamento, é pouco, mas a maior parte deles, e a Murtosa nem aparece nesses cento e cinquenta, a Murtosa se calhar afecta para aí 1% dos recursos a funções sociais, é insuficiente. Os recursos são limitados, são escassos, mas por amor de Deus. Nós somos confrontados com situações chocantes, imagine por exemplo no CLAS, a rede social tem um núcleo executivo, o CLAS é o plenário que reúne, mas depois há um núcleo executivo que é integrado pela câmara, mais uns técnicos, mas há um representante das instituições de solidariedade, que no caso da Murtosa são: a Santa Casa da Misericórdia, o Centro Social e Paroquial da Murtosa, o Centro Social do Bunheiro e a ASFITA que são as entidades e essas quatro entidades têm um representante no núcleo executivo, a representante era a vice provedora da Santa Casa a Dra. Luciana, por variadíssimas razões toda a gente concordou que devia ser ela a representante. A certa altura a Dra. Luciana entrou em conflito com o provedor da Santa Casa e demitiu-se das funções de vice provedora e entendeu, ela estava lá a representar as instituições mas estava lá como vice provedora da Santa Casa, a partir do momento em que ela abandona as funções de vice provedora não fazia sentido ela continuar lá. Portanto houve uma reunião na Câmara Municipal para entre as quatro entidades, eu era o representante do Centro Social e Paroquial da Murtosa, para elegermos então um novo representante, e na altura parecia-me de certa maneira lógico que, como a Santa Casa da Misericórdia é no fundo a instituição mais representativa, e como era no fundo a Dra. Luciana estava lá em representação da Santa Casa mas eleita por nós, nós pensámos até por uma questão de respeito pela Santa Casa, que cabia à Santa Casa indicar outra pessoa, mas a Santa Casa pura e simplesmente não indicou. Não indicou com o argumento que não tinha ninguém disponível, e à partida tinha um bocado lógica que a pessoa que integre o Núcleo Executivo, ainda que não fosse indispensável, mas era recomendável que fosse uma técnica, por exemplo eu podia ir para o núcleo executivo mas eu não tenho formação na área. Agora até temos duas técnicas, mas nessa altura há dois anos não tínhamos, tínhamos uma única técnica, ela já estava cooptada no núcleo executivo, o Bunheiro só tinha uma técnica, conclusão para desenrascar a situação eu tive que falar com a Dra. Sónia e acabou por ser a Dra. Sónia, porque se não tinha-se criado ali uma situação em que as instituições de solidariedade não tinham um representante no Núcleo Executivo, porque não havia vontade de terem, porquê? Porque a Santa Casa, o Sr. Provedor da

Santa Casa não gosta muito do presidente da Câmara, eu também não gosto mas não confundo as coisas, não vamos confundir relacionamentos pessoais com relacionamentos institucionais, não há este espírito de colaboração, não há. Eu fiquei extremamente desiludido, às vezes é frustrante andarmos nisto. Nós temos além deste edifício que era uma casa particular que foi adaptada, era uma casa particular que foi construída por um brasileiro abastado no principio do século, foi passando de donos e entretanto aqui há vinte anos a paróquia adquiriu, isto é uma casa de habitação, obviamente não tem as condições, mas vai se adaptando, fazendo umas obras, umas divisórias e vai se adaptando, e temos outro edifício aqui a um quilómetro onde funciona a creche e o jardim de infância, mas esse edifício é municipal.

Essa parte também vai passar para a parte integrada?

Não, quer dizer há um projecto agora porque nós temos sido alertados sucessivamente pela Segurança Social, que vai nos avisando, eles fazem inspecções periódicas ao centro e acham que este edifício não tem condições, e realmente não tem, e há um projecto para a construção de um edifício novo, esse sim, agora há problemas financeiros, havia candidaturas a um programa nacional que era o programa PARES, mas que agora estão congelados, é complicado nos próximos anos. Tudo para lhe dizer, nesse edifício onde funciona a escolinha e a creche, tem uma parte descoberta onde tem uma caixa com areia para as crianças brincarem coberta com um toldo e tem uma vedação para aí com um metro de altura. O que é que aconteceu nos últimos tempos? De noite há malta nova que salta a vedação e vai para lá, fuma, deixa lá seringas, inclusivamente dejectos, e o Centro Paroquial aqui há tempos fez uma cartinha à Câmara a explicar isto, que é muito desagradável chegar lá com os miúdos de manhã e encontrar seringas, muito chato e perigoso até. Recomendou se era possível a Câmara, portanto a vedação tem para aí um metro, em vez de ter um metro passar a ter dois ou três que era uma forma de as pessoas não poderem saltar, estamos a falar de uma intervenção que custaria poucos milhares de euros, poucos mesmo, sei lá quanto é que custaria, era uma questão, pôr uma vedação num espaço, aquilo é relativamente pequeno, não sei quanto é que custaria, mas custaria dois mil, três mil euros. Nem imagina a resposta que a câmara deu, uma resposta quase a gozar com a instituição, estamos a falar de um edifício deles, o presidente da câmara começa por dizer isto: que lamenta muito mas no compromisso eleitoral que assumimos, não constava essa obra. Mas que obra? Dá a impressão que o Sr. Presidente da Câmara que quando se candidatou agora à Câmara há dois anos, se no manifesto eleitoral ele o tivesse dito, é claro que ele não o ia dizer, veja o ridículo. É para ver que estamos aqui às vezes, que é frustrante porque não há parceiros, precisamos que a rede social seja uma rede e haja uma parceria entre entidades, isto teoricamente é assim, mas na prática, pelo menos na Murtosa, não funciona, a parceria não funciona. E para não falar depois nas próprias rivalidades doentias que há entre as próprias instituições.

Então não faz muito sentido… se eu lhe perguntar se têm ajudado a resolver conflitos entre grupos com diferentes interesses…

Não, não. Não tem, Não tem.

Ou seja quaisquer actuais mecanismos de diálogo não têm conseguido ajudar a resolver conflitos aproximar ou não se reflectem aqui melhorias…

Não, porque… não têm… Repare. O que é que se entende por governança? Entende-se por governança um melhoramento, aprimorar um bocadinho a governação. Eu não acredito que seja um fenómeno especifico da Murtosa, mas estamos ao contrário, nós estamos a regressar, não é há quarenta anos ou antes do 25 de Abril, estamos a regressar à Idade Média, com mecanismos de racionamento perfeitamente absurdos, não há

respeito pelos interesses, não há sensibilidade pelos interesses das pessoas, falha a parte humana, completamente. Eu posso estar a ser muito, quer dizer, a traçar aqui um cenário muito negro, mas infelizmente a realidade é esta. Agora eu sei que há muitas pessoas, para serem politicamente correctas, têm dificuldade em terem esta abordagem, mas infelizmente a realidade é esta. Uma coisa que eu nunca percebi, e não é coragem mas na altura levantei a questão, isto funciona assim, a Murtosa tem quatro freguesias, normalmente, aqui o poder autárquico é de uma cor, é PSD, já foi PS mas normalmente é PSD, e depois as juntas de freguesia, por exemplo a Murtosa sempre foi do PSD, o Bunheiro é PSD, a Torreira é PS desde sempre e o Monte que é a freguesia mais pequena também é PS desde sempre, é metade, metade mas as freguesias mais populosas são a Murtosa e o Bunheiro que são do PSD, eu sou militante, mas militante desassombrado, não faço parte do rebanho, sou do PSD desde sempre, já era da JSD, apesar de o poder na Murtosa ser do PSD eu tenho esta perspectiva, é uma vergonha. Por acaso até tenho uma relação pessoal muito estreita com o presidente da Junta do Monte que é PS, ele é PS, sempre foi, mas repare, no CLAS, na Rede Social, a Junta de Freguesia do monte não faz parte por opção, e eu na altura disse, "oh Zé, vocês não vão", e ele "não, tudo o que é mandado lá pelo Santos Sousa não", "oh Zé isso até te fica mal". A junta de freguesia do Monte não faz parte da rede social, e eu na altura pus uma questão, não se pode obrigar ninguém a fazer parte da rede, mas acho que no mínimo devíamos oficiar, não está a ver o absurdo que isto é, uma Junta de Freguesia põe-se de parte, de lado. Mas no PS ou no PSD acham que isto não é grave.

Pois mas é a nível nacional, não se sinta… quer dizer… mas se calhar já vem de trás na história nas suas lutas… porque eu não vejo isso… nas gerações mais novas ou mesmo o valor que está a dar não o vejo por exemplo em outras pessoas mais jovens que entrevistei, daí estar eu a relacionar com… mas não sei… se calhar sou eu que estou a pensar nesta pessoas… não é ☺?

Esperamos que sim, esperemos que sim, era um bom sinal. Era um bom sinal… Bem mas vamos voltar aqui à…

Porque uma pessoa da minha geração, amigos meus com quarenta e tal, cinquenta anos, são muito fechados e eu sou muito crítico em relação a esta questão, e as pessoas dizem, " eh pá mas tu tens razão, o não sei quantos é um sacana mas político não temos melhor que ele", ou seja ele vota nele, ele acha que ele é um sacana, mas como político é bom, associam o político ao espertalhão, esperto tipo Alberto João Jardim, o gajo de Gondomar ou o Isaltino, os espertalhões, esses é que são os grandes políticos, e no fundo a pessoa acha que eles não são grandes pessoas moralmente mas políticos como ele não temos nenhum. E são pessoas que chegam à altura de votar, votam neles.

Ou seja as pessoas associam política a uma certa falta de ética… Mas vamos, vamos voltar… Exactamente, agora espero que as gerações mais novas pensem de outra maneira.

Diga-me… Pensa que têm (ou não) conseguido ajudar a melhorar condições nos locais onde vivem e trabalham as pessoas que observa/representa?

Isso penso que sim, o trabalho aqui do Centro é nesse sentido, e temos consciência que sim, que a vida de muitas pessoas seria muito mais difícil se não existisse o Centro, e depois naturalmente o Centro, também depende um bocadinho das pessoas, por exemplo, a Direcção actual do Centro, de que eu faço parte, foi renovada há dois anos, portanto havia uma Direcção e havia um senhor que fazia parte da Direcção e que agora já não faz, e não faz porquê? É uma pessoa extremamente, é uma pessoa com um coração muito grande, é uma pessoa sempre disponível para ajudar, mas com alguns

recursos económicos, mas depois também tem o outro lado, as pessoas também se vão apercebendo disso e põe-se a bater-lhe à porta e abusam da boa vontade do senhor. Ainda anteontem eu estava num sítio público, do outro lado da rua vi uma senhora a olhar à espera dele, e eu pensei, então ontem estive com o senhor e falei-lhe: oh Sr. João ontem estava ali em Pardelhas, estava aquela senhora à sua espera, e ele: o que é que quer, tinha a renda e a luz para pagar, cortaram-lhe um subsídio qualquer, foi lá a minha casa e dei-lhe o cheque. Isto para dizer que o senhor fazia parte, e não faz porquê? Porque era um senhor, há aqui mecanismos no Centro, não pode chegar aqui uma pessoa a bater à porta: olhe preciso de dez euros para ir almoçar, o Centro não lhe pode dar os dez euros, a pessoa vem cá, preenche uma ficha, a técnica vai lá ver se realmente a pessoa precisa de dinheiro para comer, senão isto era…, mesmo assim há muitos aproveitamentos, mas tem que obedecer aqui a algumas regras. Só que esse senhor, o Sr. João Correia, um senhor muito engraçado, um senhor que foi emigrante na América e agora está cá de vez, esse senhor era do género, alguém lhe batia à porta, ele ia a casa da senhora e a senhora dizia: olhe está a ver, não tenho nada para comer, e ele queria que o Centro fosse logo levar as coisas para comer, e a nossa técnica dizia: oh Sr. João, não pode ser assim, quando for assim venha cá, eu vou lá, vou ver o frigorífico da senhora, se a senhora recebe, se tem pensão, se não tem, e ele: então quer dizer, e quando é que lá vão levar o comer. …: Não sei, se isto correr bem e a senhora estiver necessitada, aí uma semana ou quinze dias. …: se a senhora estiver quinze dias à espera, morre de fome. E depois criava aqui problemas, mas o Sr. João nunca entendeu isso, porque o Sr. João acha que o apoio devia ser enviado, a pessoa precisa hoje, tem que ser enviado hoje, mas isto não pode ser assim, até porque o Centro não tem recursos próprios, tem alguns, mas a maior parte dos recursos é a Segurança Social que nos canaliza para cá os apoios, e a Segurança Social só nos apoia se nós fundamentarmos o pedido, não é assim. É impensável dizermos: olhe, precisamos aqui de 500€, não é assim. O Centro tem as contas, e aquilo ao fim do mês anda muito contado, não há nenhum saco azul. Mas este senhor acabou por abandonar a Direcção, porque ele não conseguiu perceber isto, há mecanismos institucionais que ele não consegue respeitar. Este senhor, como eu disse, foi emigrante nos Estados Unidos, reformou-se, está cá mas tem lá os filhos e vai lá no Natal, e aconteceu uma situação engraçada há uns anos, há dois ou três anos, uma senhora precisava de um telhado na casa, mas ele como foi aos Estados Unidos, ele próprio fez lá um peditório e angariou três ou quatro mil euros, quando chegou cá, na primeira reunião, nunca me esqueço, ele angariou lá e dizia às pessoas para que era, que era para a casa da senhora, ele queria chegar cá com esses três ou quatro mil euros: agora vou falar com um senhor da construção, ele dá-me um orçamento e vamos arranjar a obra, mas o Sr. Padre: não, não é assim, dá para cá os teus quatro mil euros, a gente faz a candidatura e depois… e ele dizia: o padre quer os quatro mil euros, ele vai mas é utilizar o dinheiro noutro apoio, e chega a altura de fazer a casa à senhora e ela fica sem casa, não, não eu assim não quero, assim para a próxima vez, peço eu em nome individual, arranjo eu e depois se faltar algum eu dou do meu, ele não conseguia entender este mecanismo. Tudo para dizer, eu tenho consciência que o centro tem ajudado a melhorar a vida das pessoas, e de muita maneira. Há bocado falei-lhe de um exemplo, um moço que era, agora não sei se tem condições para andar à pesca, teve um acidente, ficou sem uma perna, precisava de uma prótese e não tinha dinheiro, não conseguia, e foi através do centro que hoje anda aí, porque o Centro, pelo menos anda a pé normalmente. Eu recordo-me de pessoas assim com esse tipo de problemas, que toda a vida andaram sem próteses, pelo menos a existência do centro já permitiu, conseguiu-se que ele tivesse uma prótese, que de outra forma se calhar não conseguia, porque ia a Aveiro à acção social mas não há dinheiro para isso, e o senhor andava e não conseguia

resolver o problema, portanto tenho realmente ideia que o Centro tem ajudado a melhorar um bocadinho a vida das pessoas.

Se detectarem um problema, também podem dar voz à comunidade?

Por acaso numa reunião aqui da Direcção, exactamente num desses boletins da CNIS, o tema era as dificuldades económicas que estamos a viver, e então dizia: nós – comunidade católica cristã – temos que ser resilientes. E eu na altura pensei: o que é que isto quer dizer? E fui ver ao dicionário e lá diz resiliência: capacidade que os corpos têm à dificuldade, e eu entendo isso, eu estou à vontade, eu faço parte do Centro Social e Paroquial, eu sou católico, sou cristão, mas não sou católico praticante, se eu fosse dizer isto ao Sr. Bispo, o Sr. Bispo achava: tenha paciência mas você não tem condições para ser director. Não vamos por aí. No sentido que ali se usa, resiliência eu entendi como se fosse a submissão, aquele espírito: estamos com problemas, vamos aceitar: A igreja tem um bocadinho a ideia que as pessoas têm que se conformar com o seu destino: coitadinhos. Hoje já não é tanto assim, mas ainda há um bocadinho essa tendência, há uma pessoa que tem um infortúnio: ah, coitado foi a vontade de Deus, e eu não concordo nada com isso. No texto da CNIS era um bocado esse sentido, usava-se a resiliência no sentido de conformismo, submissão, no fundo era como: coitados de nós portugueses, estamos falidos, não temos dinheiro, vem para cá a TROIKA…. Por exemplo, há estes cortes nos vencimentos, há grupos que fazem greve, aqui é precisamente o contrário: não, a greve ainda vai prejudicar mais, estejam caladinhos, aceitem o que Deus vos dá, é pouco, mas é de boa vontade. A Igreja tem muito isto, mas a Igreja, por exemplo, na América do Sul é o contrário. A Igreja foi irreverente, quase revolucionária, e aqui é precisamente o contrário, que de certa forma a Igreja foi conivente com o Estado-Novo, foi conivente. A igreja apelava a que as pessoas se conformassem, não contestassem: não temos liberdade, mas temos pãozinho. Tem é que se dar voz… E a igreja nesse aspecto tem muita responsabilidade, tudo bem eu acho que as pessoas devem ter…, não vamos agora apelar à revolta popular, porque eu não sou de esquerda sequer. A CNIS é uma organização, uma confederação das instituições. Se calhar eu estava a interpretar mal o termo resiliência, e eu como tenho um bocadinho esse preconceito nesse aspecto contra a igreja, porque durante muitos anos alimentou esse espírito de conformismo: calem-se, mais vale uma côdea…, eu falo dos meus pais, infelizmente o minha mãe já faleceu, o meu pai ainda é vivo mas tem oitenta e poucos anos, mas os meus avós, era isso, era aquele respeito por aquelas eminências parvas, aquele medo que as pessoas tinham, aquele respeito por quem não merecia respeito, isso sempre foi uma coisa que a mim sempre me…, e a Igreja, e ainda hoje há muita gente da Igreja, não falo destes padres, normalmente os párocos, mas a maior parte dos padres são pessoas já de certa idade, já com sessenta, setenta anos e continuam com esse espírito, foi isso que tiveram na formação deles e continuam com esse espírito. Os padres mais novos já não têm tanto isso. Agora nem tanto, agora as igrejas modernas já são arejadas, têm janelas, mas antes não, o conceito de igreja, a igreja era quase como os castelos, a igreja era um sítio escuro, a igreja não quer que as pessoas pensem, não tenham horizontes, e ainda hoje há uma facção grande da Igreja que continua a pensar assim, e eu isso não concordo.

Pensa que melhorar a governança passa por dar mais responsabilidade aos actores envolvidos e/ou envolver mais grupos?

Penso que sim, exactamente.

Sente que consegue promover (directa ou indirectamente) um melhoramento das condições de vida na pesca, na Murtosa? Se sim, em que aspectos.

Até pelo simples facto, como lhe digo, o Centro Social e Paroquial tem um jardim de infância e uma escolinha, e grande parte dos miúdos que lá estão são filhos de pescadores, até por aí, pela própria formação moral que se incute a essas crianças, eu penso que isso é fundamental, até por aí, pessoas, não é estarmos a pensar que muitos desses miúdos vão ser futuramente pescadores, se eles saírem dali e se as nossas técnicas de lá, se as nossas educadoras lhes conseguirem incutir valores, se calhar diferentes do que eles têm em casa, se calhar até por aí podemos no futuro ter gente mais capaz e mais apta.

Acha que os mecanismos de diálogo que existem dão voz às pessoas que vivem na Murtosa?

Não, não dão, para já os mecanismos de diálogo são escassos, e os poucos que há as pessoas fazem ouvidos de mercador, fazem orelhas moucas, não ligam, voltamos à velha questão, uma experiência que se passou comigo por exemplo, imagine isto, era um dos poucos espaços em que, quem não está directamente ligado a nenhum lugar da Administração tem alguma dificuldade em manifestar as suas opiniões, pelo menos manifestá-las, e um dos poucos locais onde isso era possível… sabe que há um órgão que se chama Assembleia Municipal, que reúne cinco vezes por ano nas assembleias municipais onde têm assento os chamados deputados municipais, mas o público também está presente, e depois no fim, está previsto na lei, há um espaço em que o público pode colocar questões. Sabe o que é que aconteceu? Eu fui algumas vezes assistir às assembleias municipais, o público era pouco, iam poucas pessoas porque as pessoas não são motivadas, e depois as poucas que iam muito raramente, na altura o presidente da assembleia chegava: agora temos o período aberto ao publico, alguém quer colocar alguma questão?, e ninguém colocava, mas eu cheguei a colocar algumas, aproveitava o espaço, não é fazer intervenções políticas é colocar questões, pura e simplesmente, fiz isso uma ou duas vezes, na segunda vez que fiz - o senhor presidente, a assembleia municipal tem uma mesa e noutra mesa estão a Câmara, - eu punha questões para a câmara responder, da segunda vez que pus a questão, o presidente da assembleia diz assim: o Sr. Morais fez a questão, o Sr. Presidente faça o favor de responder, e ele respondeu: não há nada na lei que me obrigue a responder, a partir desta sessão não respondo mais, quem quiser fazer perguntas que as faça por escrito. O que é que quer que diga a uma coisa destas? E depois a certa altura alguém da oposição diz: isto é uma vergonha, o Sr. devia ter vergonha, não responde às pessoas, e depois diz: e é aqui, que na câmara do Porto, quem quer, tem que cinco dias antes…, é para ver como é que as coisas funcionam. Mas entretanto, os deputados municipais do PSD, que são a maioria, e alguns da minha geração, meus amigos, acham que isto está bem e até batem palmas ao Sr. Presidente: o Sr. Presidente mais uma vez mostrou que é um grande político, o que é que se há-de fazer a este tipo de gente? Isto para dizer que, realmente os mecanismos de diálogo são poucos, e os poucos que há são assim, quer dizer, o Sr. começou por ficar incomodado porque se calhar alguma pergunta que eu lhe colocava lá ele não tinha resposta, ficava um bocadinho embaraçado, então cortou o mal pela raiz, a partir daqui não responde, se quiser tem que ser por escrito, mas depois, eu posso - dizem então numa determinada altura - eu disse ao Sr. Presidente da assembleia: Sr. Presidente, olhe, - eu por acaso levava aquilo alinhavado, por escrito: "então fica aqui", imagine, passados três ou quatro meses, recebo uma carta da Câmara em casa, e até pensei que fosse outra coisa qualquer. Quando abro a carta, vinha então uma resposta do Sr. Presidente da Câmara, mas não era aquilo que eu lhe tinha perguntado, era outra coisa qualquer, quer dizer, isto é um absurdo, o que é que eu podia fazer? Ia lá a outra

Assembleia? Conclusão, eu nunca mais fui às assembleias. Mas isto funciona exactamente assim, não pense que eu estou a inventar.

O que gostaria de ver desenvolvido em termos de investigação nas pescas em Aveiro?

É como eu dizia há bocado, não quero reflectir muito sobre isso, mas se calhar é isto que está a acontecer, na universidade de Aveiro haverá alguma investigação mas, a investigação, julgo que aqui é mais investigação em termos biológicos se calhar, mas quando falo devia ser uma investigação mais abrangente nos aspectos humanos, as condições de instalação dos pescadores, etc., eu não sei se isso se faz, mas tenho a impressão, ou pelo menos se, se faz não é visível, as pessoas não têm conhecimento disso, é a ideia eu tenho. Se perguntar à maior parte, esta questão que me está a colocar aqui, se colocasse, sei lá, aos murtoseiros: eles não querem saber de nós, eles não nos ligam nada, a ideia aqui é se calhar até se faz alguma coisa mas não se sabe, se não se sabe, a ideia que as pessoas têm é que não se faz nada e que ninguém liga às pescas, se perguntar às pessoas: ah isso está ao abandono.

Se calhar eles também não estão a ser ouvidos na investigação?

Ora exactamente, a ideia que eu tenho é um bocado essa.

Este modelo de governança, que pretende dar voz a todos os intervenientes, pode contribuir para a sustentabilidade da pesca artesanal?

Eu acho que sim, mas o problema mais grave radica naquilo que eu dizia há bocado, é que esta ideia, o tal modelo de governança que devia estar a ser implementado, dar voz às pessoas, eu parece-me, pelo menos aqui na Murtosa, eu acho que não está a ser…. Agora, a ser aplicado na prática, acho que sim, acho que era muito importante, acho que sim. Há aqui uma situação que se verifica muito na Murtosa. Na Murtosa e não só, na Torreira, Ílhavo, Gafanha e que as pessoas têm muita dificuldade em entender. Há muito aquelas épocas de interdição de apanha de bivalves, e as pessoas têm muita dificuldade em respeitar isso, estar dois ou três meses sem poder apanhar, sem poderem ir à pesca, não têm outras fontes de rendimento. Estas interdições têm uma justificação, até por razões de saúde pública, há períodos do ano em que os bivalves fazem mal à saúde, outros é para recuperar, portanto se houvesse talvez mais diálogo entre as pessoas, se isto fosse explicado de outra forma às pessoas, as pessoas entendiam, porque o que está aqui em causa é a sustentabilidade da pesca artesanal, porque muitas vezes, se não houvesse regras e períodos de interdição corríamos o risco de daqui a uns anos, pura e simplesmente alguma espécies não haverem. Eles, quando apanham, apanham tanto as grandes como as pequenas, e naquelas épocas se calhar há espécies que estão a criar, a desenvolverem-se, se formos lá e as apanharmos, elas já não se vão criar, mas se as pessoas entendessem isto, se calhar aceitavam como natural, sem contestação, e naturalmente se calhar até organizariam a sua vida de forma a prever estes períodos de interdição. Assim não, a ideia que a maior parte das pessoas têm é que isto é uma afronta, é por prazer: ah eles fecham isto é para os espanhóis depois apanharem. As pessoas não entendem isto, e se o tal modelo de governança tivesse realmente a ser aplicado como deve ser, se desse voz a todos os intervenientes, se os poderes públicos explicassem às pessoas isto, as pessoas entenderiam e entenderiam com naturalidade, por exemplo, no mês de Agosto não se pode apanhar amêijoas, mas as pessoas sabiam: ah não se pode, não se pode mesmo porque se apanhar as pequenas ou as que estão a crescer para o ano já não há, ou então se apanharmos agora, vamos vender isto e isto faz mal às pessoas, faz mal à saúde. As pessoas não têm esta ideia, têm ideia que os períodos de interdição são aleatórios, ou que é feita por prazer das pessoas, algo que

podia ser ultrapassado através do diálogo. É como eu dizia há bocado, nós constatámos que os portugueses a este nível são muito mais, aquele espírito que havia, aquele espírito de revolta, se calhar entro em contradição se referir uma noticia de hoje, em que houve uns tiros de caçadeira contra uns pórticos de uma SCUT por causa das portagens. O que eu quero dizer é isto, havia aqui num arquivo da paroquia, umas notas que o pároco da altura, isto em 1915, ele tinha algumas notas de alguns acontecimentos, coisas que aconteciam aqui, e nessa altura mais do que uma vez, há lá notas que os pescadores no período do defeso da pesca e também do moliço, que na altura havia uma actividade muito importante que era a apanha do moliço, a Murtosa tinha centenas de barcos moliceiros e agora a apanhar moliço não há nenhum. E na altura quando havia a altura de defeso da pesca, e também do moliço, nos meses de Inverno, as pessoas com a revolta e com a fome invadiam a igreja. É curioso que havia aqui um cabo do mar, havia aqui um posto de polícia marítima, e havia um senhor que era o Cabo do Mar, era o chefe, e o Cabo do Mar tinha um filho que era padre, e um dia o filho do cabo do mar estava a rezar a missa e as pessoas associavam: é filho do cabo do mar, e vieram para bater, invadiram a igreja para bater ao filho do cabo do mar, porque o cabo do mar tinha prendido umas pessoas, havia o período de defeso e quando as pessoas eram apanhadas a pescar eram presas, presas mesmo, e então houve uma revolta e houve pessoas que foram mortas, houve pessoas que fugiam e a tiro…. Estamos a falar em mil novecentos e pouco, ainda na monarquia, aqui na Murtosa, mas tudo para chegar aonde? Eu acho que as pessoas agora são submissas, as pessoas não se revoltam, aceitam, por se calhar já entendem de alguma forma até entendem as razões do defeso e da interdição, antes não entendiam. E também há outra questão, apesar de não ser o ideal, os apoios sociais quando uma pessoa está desempregada, não vai à pesca, fome ninguém passa, agora temos o rendimento mínimo, há aqueles apoios, é para comerem, na altura não havia, as pessoas passavam mesmo fome, é que na altura não havia mecanismos de apoio social, se não tivessem as pessoas passavam fome, não tinham pão, então a revolta era muito maior. As pessoas vinham à igreja para bater ao padre que era filho do cabo do mar, até tem ali uma rua que era o padre Luís Carneiro da Silva. Luís Carneiro da Silva foi um cabo do mar, o cabo do mar era na altura uma figura muito importante, era o chefe da policia marítima, o chefe dos marinheiros como lhe chamavam e então tinha um filho, que era padre e estava um dia aqui a rezar a missa, e vieram aqui para lhe bater, tiveram que chamar a GNR, porque quase limpavam o sebo ao padre. Hoje em dia as pessoas protestam, (…) mas em termos de revolta, costuma-se dizer: nós os portugueses, que matámos o D. Carlos e que matámos o Sidónio Pais, agora não há um português que tenha a coragem de limpar o sebo a um destes políticos, se calhar era, estamos a brincar, não acho que é por aí, mas se calhar se matassem um destes agora os outros ganhavam medo, assim ninguém ganha medo, fazem as maiores arbitrariedades e ninguém lhes faz nada, e nessa altura nós portugueses não éramos tão brandos assim, matámos um rei, nessa altura e a seguir matámos o Sidónio Pais que era presidente e agora nunca mais se matou ninguém. E nessa altura o povo também se revoltava muito, e agora as pessoas, por isso é que eu há bocado estava a associar a tal resiliência a conformismo, submissão.

Acha que a pesca artesanal conseguirá sobreviver no actual contexto da actividade das pescas na Europa?

A ideia que eu tenho, e o que a experiência nos vem demonstrando é que não, quer dizer, a pesca artesanal, como a agricultura familiar está a desaparecer, por razões fundamentalmente económicas, porque não é sustentável em termos económicos, ainda que aqui as pescas é um fenómeno um bocadinho ao contrário, porque as pescas, eu sei,

não é do meu tempo como se costuma dizer, mas oiço falar, as pessoas falam, aqui se calhar há cinquenta ou sessenta anos, ainda que houvesse muito mais gente a pescar, havia muito mais peixe, as pessoas queixam-se que há muito pouco peixe, antes havia muito peixe, só que na altura as pessoas, por exemplo um peixe que hoje tem muito valor económico, há pouco, mas que é caríssimo, são as enguias, e há alturas em que um quilo de enguias custa trinta ou quarenta euros, estamos a falar de enguias que depois de amanhadas passa para meio quilo, um quilo de enguias custa trinta ou quarenta euro e não vale nada, quer dizer uma pessoa vai fazer uma refeição só com um quilo de enguias, não pode, é muito caro. Mas a questão era assim, antes as pessoas apanhavam gigos, gigos são uns cestos de vime, que levam para aí vinte ou trinta quilos, gigos de enguias, que agora não há, e depois chegavam aos mercados e aquilo não dava nada, em termos económicos a pesca, o peixe era muito mal pago, as pessoas pescavam muito, mas depois em termos económicos, agora é ao contrário, as pessoas mesmo pescando pouco, é uma coisa que dá dinheiro. Só que o problema aqui se calhar é que há muito pouco peixe, então as enguias, há alturas do ano, há por aí enguias mas são enguias de aquário, de aquacultura, em termos de sabor não tem nada a ver. Eu conheço pessoas, já não há muitas mas ainda há pessoas que andam à pesca da enguia, à cervela, aqui chama-se aceitela, aqui é uma das artes de pesca, mas há alturas do ano em que as pessoas não apanham nada, se apanharem um quilo já não é mau, porque há tanta procura, eles têm encomendas, se eles apanharem um quilo de enguias se for numa altura que esteja a trinta euros já compensa, mas há alturas do ano que eles nem isso apanham, não há enguias, cada vez há menos, deve haver alguma razão biológica para isso, deve haver certamente da ria, não é por haver muitos pescadores, se disséssemos que havia muitos, mas não, há poucos, há é menos recursos, isso é outra questão que já nos ultrapassa muito, e até há quem diga e tem algum sentido, o facto de deixar de apanhar o moliço, aquilo rebentava com os homens, eles podiam fazer isso era mecanicamente, mas o moliço era apanhado manualmente com os ancinho para aí com dois metros, aquilo era um trabalho de super-homens, mas no entanto não havia fertilizantes, o moliço era o fertilizante, entretanto quando foi instalado aqui em Estarreja o amoníaco português que agora é a QUIMIGAL, aí é que foi a agonia, porque depois as pessoas começavam a comprar adubo para fertilizar as terras, e deixavam de comprar o moliço, porque o moliço era para as terras. Há trinta e quarenta anos, ainda me lembro, ainda tenho memória, vinham camiões de outras zonas, Oliveira do Bairro, Águeda, vinham aqui buscar o moliço à Murtosa, vinham carregar, e depois até os próprios barcos iam lá levar o moliço, subiam o Vouga a levar o barco, e isso acabou tudo. E os pescadores mais antigos dizem, e tem uma certa lógica, o facto de não se apanhar o moliço, o moliço é uma alga da ria, não se apanha, apodrece lá, e isso próprio dificulta a criação dos peixes, porque apodrece lá. A apanha do moliço era uma drenagem natural da ria e tinha a vantagem de evitar, a ria agora, se você for ali é uma dor de alma. Era um trabalho duro, mas também podia-se fazer mecanicamente, mecanicamente podia-se fazer, desde que depois houvesse quem o comprasse, não vamos apanhar o moliço para depois ninguém o comprar, é a velha questão. Não deixou de haver moliceiros por ser um trabalho muito duro, deixou de haver moliceiros porque não havia função para o moliço, e as pessoas emigraram porque não havia, eles apanhavam o moliço, o moliço chegava aos cais e amontoavam aqui o moliço, mas a razão era apanhar e no outro dia alguém o vir comprar, aquilo começou-se a amontoar, ninguém o comprava, as pessoas deixaram de ser moliceiros mas não foi por ser muito duro, porque as pessoas, se calhar agora não as pessoas agora, não havia gente que estivesse disposta a isso, mas aqui há quarenta ou cinquenta anos as pessoas deixaram de ser moliceiros e emigraram porque economicamente aquilo deixou de ser rentável.

Agora a constatação e que as pessoas falam que o peixe era uma coisa impressionante, havia muita gente à pesca, mas todos pescavam muito, havia muito peixe, agora não há. Portanto, eu acho que a pesca artesanal é mesmo para acabar, não estou a ver, muito sinceramente, quando falo em pesca também se considera aquela arte xavega que havia, e ainda há, está a acabar mas agora já há mecanicamente, porque antigamente, até há poucos anos havia os bois. Por falar nisso, é curioso, há um autor murtosenho, pouco conhecido, se calhar nunca ouviu falar, António Abreu Pereira, foi professor universitário, foi não, é professor universitário, ele tem uma publicação em que ele fala da arte xávega, em que ele explica, há uma teoria que ele tem que considera, como é que nós aqui na costa atlântica, na Torreira ou Vagueira, como é que foi introduzida a arte xávega, porque é que se começou a ter aquele tipo de pesca, é uma teoria um bocado rebuscada mas que ele acha que isso é uma herança genética, ele foi à Tunísia, ele defende que na Tunísia havia esse tipo de pesca e terão sido pescadores da Tunísia que vieram cá à costa atlântica, e alguns deles depois casaram com gente de cá, com portuguesas, e que depois é genético, isto é muito rebuscado mas até….

Duração da entrevista: 1:44:12

Vamos então começar a entrevista… é sobre governança das pescas… eu começo por perguntar como tem sido o teu percurso profissional, como se tem relacionado com governança?

O meu percurso… Sou Assistente Social. Desde que era estudante que sempre escolhi a pesca como campo de trabalho, fiz dois estágios na pesca, nomeadamente a minha tese e entrei na Mútua dos pescadores em 1987 para tratar… para ser responsável de tudo o que tivesse que ver com a área cultural e social. Sendo a Mútua uma seguradora de tipo associativo, mutualista, actualmente é cooperativa, mas na altura era uma Mútua, ainda sem sentido cooperativo, a questão da governança é fundamental. No fundo isto funciona como uma cooperativa de utentes seguros, ou seja, as pessoas que têm seguros na Mútua, ou que beneficiam desses seguros, eram, na altura em que eu entrei cá, automaticamente associados da Mútua. Esta empresa é gerida por um corpo técnico mas é dirigida por uma equipa de pescadores eleitos de 4 em 4 anos. As questões da governança são fundamentais aqui porque esta é uma empresa pequenina, sem fins lucrativos mas é uma empresa que sobrevive, digamos… a principal arma que tem para sobreviver é o sector segurador, porque é um sector financeiro onde há uma grande concentração do capital e a Mútua sobrevive graças à taxa muito elevada de fidelização e, essa fidelização tem uma origem histórica, em 1942 quando a Mútua foi criada no âmbito da junta central da Casa dos Pescadores. Ela foi criada depois de já existirem três mútuas para as três pescas industriais, para o arrasto, para o bacalhau e para a sardinha, e foi a última mútua a ser constituída para apoiar a pequenina pesca. Portanto nessa altura, nesse tipo de pesca os pescadores estavam obrigatoriamente na Mútua, eram sócios automaticamente. E por outro lado, mesmo depois do 25 de Abril manteve durante bastante tempo, uma regra que era as quatro Mútuas não estavam autorizadas a fazer seguros fora da pesca, e as outras seguradoras não estavam autorizadas a fazer seguros na pesca. Portanto, havia aqui um território que era exclusivo, que era a pesca, desta forma de segurar mutualista, portanto da mutualização de seguros. Há uma tradição de 70 anos deste percurso. No entanto há uma determinada altura que deixa de ser obrigatório que o pescador esteja na Mútua e passa a escolher a seguradora onde quer estar, qualquer seguradora pode fazer seguros na pesca, e as mútuas podem fazer seguros fora da pesca. Portanto isto tem que ver com a questão da liberalização e um conceito diferente de uma organização económica de mercado. Nessa altura nós começamos a ver outras seguradoras a quererem invadir um território que até ali era exclusivo nosso e passámos a ter também outras oportunidades e negócio, podendo sair para fora da pesca, ou seja, abriu-se uma porta e fechou-se uma janela. De qualquer maneira este passado de ligação intrínseca entre os pescadores e a Mútua passou ao longo de gerações aliado à maneira como a Mútua exerce a sua actividade de seguradora, como ela intervém no mercado e, isto é uma estratégia pós 25 de Abril. A Casa dos Pescadores é extinta e as quatro mútuas autonomizam-se e passam a ser empresas enfim, autónomas, independentes geridas pelos meios que muito bem entenderam de e qualquer das quatro de forma associativa. Há uma estratégia de desenvolvimento da Mútua dos pescadores, a tal Mútua que foi feita para a pequenina pesca, no sentido de proximidade, de intima ligação às comunidades piscatórias. Isto tem feito com que ela tenha uma elevadíssima taxa de fidelização. Se calhar, se depois do 25 de Abril quando houve a extinção da Junta Central, não tivesse havido esta estratégia por parte das direcções que sucessivamente foram sendo eleitas, provavelmente nas últimas gerações nós já poderíamos ter perdido este laço quase afectivo que existe entre os pescadores e a Mútua, mas isso não aconteceu devido a uma estratégia de desenvolvimento muito correctamente definida pelas direcções que passaram por esta casa. Traduzido por miúdos, o que é que isto quer dizer? Que quando

os pescadores tomam conta da Mútua e, passa a haver uma direcção eleita, órgãos sociais eleitos, há um período de expansão da empresa, e há um período em que é aprofundado esse contacto com as comunidades piscatórias, porque até aí, no tempo da Junta Central da Casa dos Pescadores isto era uma filiação obrigatória, havia sempre pescadores na direcção da Mútua, mas eram nomeados pelo Almirante Tenreiro, portanto não eram eleitos, havia aqui uma política de cima para baixo. Portanto aquilo que a primeira direcção que é eleita para a Mútua, o que os grupos fizeram foi descentralizar a actividade da Mútua, sai de Lisboa onde existia aqui e que funcionava de forma descentralizada na casa dos pescadores que são extintas com a Junta Central. Portanto o que a Mútua faz é, deixa de haver a Casa dos Pescadores e a Mútua começa a abrir balcões no país todo e começa a alargar os órgãos sociais a uma representatividade cada vez maior. Portanto passa-se de uma altura em que a Mútua era gerida, nos anos 50, 60, 70 por um núcleo muito pequeno, 4, 5 pessoas, para órgãos sociais cada vez mais alargados. Actualmente a Mútua tem 100 dirigentes que são eleitos de 4 em 4 anos, o que permite que todos os portos e portinhos dos diversos segmentos da pesca, as diversas sensibilidades, etc, estejam representados.

E como é que nas comunidades as pessoas podem saber se, se podem candidatar ou não, por exemplo?

A lista é feita de forma muito ampla, nós trabalhamos com as lideranças locais, um processo de liderança natural… O importante para mim… Isto tem muito que ver com governança por isso é que eu estou a tentar explicar este percurso. As primeiras direcções desta Mútua foram importantes, e foi muito importante também o processo que se seguiu à grande crise de 1984. Mas já mesmo antes de 1984 havia muito esta preocupação da governança. Eu lembro-me que antes da crise de 1984, portanto em 1980, 81, logo no principio dos anos 80, eu estava a trabalhar nos Açores e acompanhei por várias vezes o então Presidente da Mútua que era o Carlos Cordeiro de Peniche nas visitas que ele fazia aos Açores, e eu vi como é que ele trabalhava. Portanto, como é que eles já trabalhavam nessa altura? Faziam uma coisa quase intuitiva, eles andavam de porto em porto e bastava vir barcos de pesca, parava-se e ia-se falar com os pescadores e naturalmente iam começando a surgir lideranças naturais, e falava-se com todas as entidades ligadas à pesca quando se ia nessas deslocações ao território, com a Lota, com a Capitania, com a Caixa das pescas, com a Autoridade e Caixa de Previdência, etc, etc. Com a Polícia Marítima, com o Instituto de Socorros a Naufrago… Isto aprofundou os laços de ligação entre a Mútua e as outras Instituições do sector, mas durante este período em que se começou a fazer este trabalhinho de porto em porto, permitiu que se começasse a ver surgir lideranças naturais depois do 25 de Abril nas comunidades. Que era com base nesse líder natural da comunidade que se criou a figura do colaborador, ainda hoje a Mútua tem mais de 200 colaboradores. O colaborador da Mútua, que era onde a Mútua não tinha balcão, porque nós começámos a alargar os balcões mas sobretudo a partir de 84, nós trabalhámos com colaboradores, que podia ser um pescador, podia ser o senhor de um café onde os pescadores iam, o senhor da lota, alguém muito próximo da comunidade piscatória ou um pescador. Que esse pescador era o líder natural da comunidade. E os órgãos sociais foram progressivamente sendo alargados para abranger esta liderança natural, digamos que o processo de desenvolvimento da Mútua, esta estratégia de desenvolvimento, acabou por levar à descoberta de líderes naturais, que ainda hoje muitos deles são líderes das Associações. Foi a Mútua que despoletou este processo, ao fazer estes contactos e ao trazer essas pessoas para cá. Ainda hoje alguns desses colaboradores continuam a ser nossos colaboradores. Portanto é um processo de Governança inclusiva. Há aqui um fenómeno

também importante de dizer porque é que andámos de porto em porto, por uma razão, porque a Mútua dos pescadores foi a última a ser criada das quatro Mútuas em 42, foi constituída para a pequenina pesca, e havia uma diferença fundamental entre esta Mútua e as outras três. As outras três eram Mútuas da Pesca Industrial, eram Mútuas de armadores. Mesmo depois do 25 de Abril, quando a Junta Central foi extinta, quando se autonomizaram, mantiveram-se como armadores, ou seja a Mútua do arrasto era uma Mútua em que os sócios desta eram os armadores do arraste que tinham lá os barcos. Como a nossa Mútua foi criada para a pesca pequenina, para a pesca tipo familiar, um homem, dois homens, três homens, para os barquinhos pequeninos, chamou-se-lhe Mútua dos pescadores, porque aquilo quase não havia a figura do armador e portanto, abrangia todos, a pesca quase individual, familiar etc. Estes barquinhos ao longo dos anos, como tu sabes, foram crescendo, mas como se manteve a divisão da pesca, dos segmentos da pesca legalmente manteve-se até muito tarde, até 87, com bacalhau, arrasto, sardinha e artesanal, nós éramos a Mútua da artesanal. Tudo o que não era nem arrasto, nem sardinha, nem bacalhau, era artesanal, nos termos da Lei. Até que depois em 87 foi criado o conceito de Pesca Local e Costeira. Já não em função do tipo de artes etc. Mas estes barcos foram crescendo, ou seja, começaram a aparecer muitos barcos, cada vez maiores, que não eram nem sardinha, nem arrasto, nem bacalhau, mas continuaram a chamar-se artesanal porque não havia mais nenhuma divisão. Os barcos por exemplo, que andavam em Marrocos, ou que iam para a Mauritânia, etc, se não fossem daqueles 3, eram de artesanato, embora fossem barcos enormes, tão grandes às vezes como a traineira. E portanto a nossa Mútua passou a ter não só barcos pequeninos, não só com 1,2,3 tripulantes, mas cada vez maiores e melhores, mas continuavam a ser nossos porque não eram nem arrasto, nem sardinha, nem bacalhau. Quando há esta abertura, em que deixa de haver um território exclusivo da pesca para as Mútuas e em que cada Mútua tinha também o seu território bem demarcado, a sardinha era para a sardinha, o arrasto era para o arrasto, o bacalhau era para o bacalhau, a chamada "longínqua" e nós ficávamos com o resto, a Mútua começa a alargar a sua representatividade a outras artes de pesca para além da pesca artesanal. Depois há esta divisão entre local, costeira, do largo que acabou por esbater muito estas fronteiras. Não é por acaso que quando se autonomizam as quatro, quem tem de fazer esse trabalhinho de formiguinha, de andar de porto em porto, somos nós, porque o arrasto… imaginemos eram 50, 60, 70 armadores que se conheciam todos, não precisavam nada de andar de porto em porto, já lá estavam todos. O mesmo na sardinha, o mesmo no arrasto. E nós não, nós tínhamos os pequeninos todos que estavam espalhados de Caminha até ao Corvo. A única forma que havia de trabalhar com estas pessoas era, ou fazer uma coisa de cima para baixo e afastávamo-nos, ou então nós íamos trabalhando e construindo a Associação a partir de baixo para cima. E foi esta a estratégia e, esta estratégia resultou e permitiu que nós ainda hoje estejamos vivos. Ainda hoje nós nos chamamos Mútua dos Pescadores, ainda hoje na Mútua dos pescadores estão armadores e pescadores, tem que ver com este crescimento dos barcos e com esta história toda, porque aqui na Mútua ainda hoje, é um homem – um voto, seja o dono do barco, seja o pescador que faz parte da tripulação. Enquanto nas outras 3 Mútuas o direito associativo só era conferido ao armador do barco. Portanto, nós sempre tivemos uma vida associativa muito diferente, muito mais alargada, que vem do passado em que nós éramos só o dono do barco, o primo, o irmão ou o filho. Conforme eles foram crescendo nós nunca deixámos de perder essa tradição, e daí nós termos continuado a chamar Mútua dos Pescadores e abrangendo não só o tomador de seguro como também as pessoas seguras, como também as tripulações. E tu dizes assim: mas isso não tem sentido, porque é que ele há-de votar se é o armador do prémio seguro? Não, como o pagamento do prémio é feito

com o desconto em lota, sai de um monte maior, logo o pescador também paga um bocadinho do seguro. O nosso entendimento foi, se passou a haver uma tripulação para além do armador, mas se eles continuam a descontar-se em lota, tal e qual como o Tenreiro criou, que era uma forma de apoio social, de garantir que as pessoas têm cobertura, se eles continuaram até hoje a descontar em lota, se os pescadores continuam até hoje a pagar um bocadinho do seguro, têm também direito a voto. E então a nossa Mútua cresceu como sendo uma associação em que têm direitos associativos os tomadores de seguros e as pessoas seguras. Ainda hoje quando nós falamos com uma viúva ou com um filho órfão, ou um beneficiário, nós muitas vezes dizemos "a nossa associada ou o nosso associado", porque para nós é uma família, este conceito de associado na Mútua cresceu como uma família. Mesmo que a viúva possa não ter o estatuto de associada, para nós é uma associada. E portanto, há um conceito associativo muito forte.

Daí vocês verem a comunidade numa concepção muito mais alargada?

Muito mais alargada. Isto tem a ver com governança, ou seja, eu posso dizer com muito orgulho, porque eu tenho muito orgulho em trabalhar nesta casa, que a história da Mútua é para mim um estudo de caso, um caso de estudo de governança inclusiva no sector da pesca, devia ser estudado a nível europeu. É um modelo que foi criado na estratégia que foi desenvolvida pelas primeiras direcções da Mútua, mesmo antes da crise de 84, que sempre tiveram esta visão de proximidade às comunidades e, ainda hoje nós trabalhamos com as lideranças naturais desde o Corvo até Caminha. Depois começámos a incluir também os Dirigentes das Associações que iam nascendo, ou seja, como é que a lista se constitui? É muito simples, porque por vezes pegamos nas listas das últimas eleições e vimos que um faleceu, ou outro saiu do sector, ou reformou-se, apareceu um novo quadro: de Caminha já não pode ser o Venâncio porque o Venâncio faleceu… Quem é o novo líder em Caminha? É esse que vem. É um pouco assim que nós funcionamos.

Por conhecimento mútuo?

Exactamente. Por outro lado, a lição da crise de 84 que também tem que ver com governança. Depois do 25 de Abril houve uma grande politização da sociedade portuguesa e houve também uma grande partidarização, que as pessoas não estavam habituadas, e surgiram os partidos políticos e tudo era muito aceso, tudo muito vivido, a conflitualidade diária… era normal. Acontece que, em 1984 esta casa passou pela única crise que ela teve, foi uma crise que teve que ver com o facto de aparecerem pela primeira vez duas listas a candidatarem-se aos órgãos sociais da Mútua, e também foi mais complicada ainda porque o então Presidente apareceu nas duas listas, o que originou muita confusão. Há uma lista que ganha, entretanto é dito ao Presidente que ele tinha de optar, ou fica na A ou fica na B, a lista A fica sem Presidente porque ele optou por ficar na lista B, e a lista A ganha. Nesta altura há uma conflitualidade, a lista B não aceita o resultado das eleições, na altura estava no Governo Mário Soares e o Governo decide intervir administrativamente na Mútua, nomeia uma Comissão Administrativa, anula o Ato Eleitoral e decide que essa Comissão Administrativa tem como objectivo promover eleições verdadeiramente democráticas e livres. A Mútua abria o Telejornal na altura, que era um caso único de intervenção Governamental numa Mútua Independente, não havia memória de uma coisa destas. É obvio que isto tinha que ver com linhas políticas, a linha da Lista B era afecta ao Partido Socialista, a linha da Lista A era afecta ao Partido Comunista, portanto houve ali uma complicação, que era típico desta época em Portugal. Havia alianças mas depois também havia zangas e também havia interesses. Mas a Mútua sempre foi uma empresa sólida, bem vista nas

comunidades e é normal que houvesse aqui uma disputa de poderes, é normal que tenha acontecido no percurso de uma organização. Aconteceu, a Comissão Administrativa interveio nas eleições, houve novas eleições e a Lista A voltou a ganhar, e a partir dessa altura nunca mais houve duas listas, e mais uma vez para mim a estratégia de governança foi correctíssima, por isso é que até hoje não voltou a haver duas listas e, espero que nunca volte a haver duas listas na Mútua, não porque não seja normal numa democracia que haja mais do que uma candidatura, não, é porque isto significa que a estratégia da lista que ganhou foi, não a de se fechar num buraco e partidarizar a Mútua, porque a partir do momento em que deixou de haver uma lista em que havia conciliação deixou de tendências políticas e passou a ser duas, ganhou uma, logo poderia haver uma tendência política que poderia tomar isto e dizer assim: "Aqui ninguém manda, é o nosso ver." E eles não tiveram essa estratégia, tiveram uma estratégia correctíssima e com visão de futuro, quase que é de estranhar como é que ela aconteceu naquele período histórico, porque o normal era agudizar-se a conflitualidade atendendo a que o Governo interviesse. Houve um período de anos em que as pessoas digeriram aquela conflitualidade, portanto ainda havia ali conflitos pessoais entre os líderes de uma facção e de outra, mas a aposta foi: esta Mútua não é para ser partidarizada, e embora tenha ganho esta lista, o que fez foi alargar os órgãos sociais, aumentar o número de representantes das comunidades e passar a fazer uma lista inclusiva. Não digo que não se tenha passado ali um período ainda de ressentimento, de intervenção, etc, é verdade. Mas estas coisas também se dirigem em democracia. E o que se verifica hoje, é que se olha para a Lista da Mútua e é uma Lista perfeitamente inclusiva, é uma Lista que tem de todos os partidos Políticos, todos os segmentos de pesca, grandes armadores, pequenos armadores, pescadores, representantes sindicais, dirigentes de Associações, tem de tudo um pouco. E inclusivamente a relação que há entre as lideranças dos dois Blocos, estas lideranças têm cara e têm nome, hoje trabalha-se de forma perfeitamente pacífica com eles. Eu lembro-me da primeira vez, quando eu entrei em 1987, ainda não tinham passados 3 anos da crise em 84, estava tudo ainda muito quente, eu entrei para ser responsável, eles queriam uma Assistente Social com experiência na pesca e que gostasse de pesca, tinham-me a mim em vista e contactaram-me a mim, não abriram concurso, era a única pessoa Assistente Social, nesta área social que havia neste sector, que toda a gente sabia que eu adorava a pesca e que queria trabalhar em pesca, e quando eu vim para cá fiquei com tudo o que era informação, acção social, cultural, enfim, tudo o que fosse a parte inclusivamente associativa, mas vim sobretudo para o que fosse da área social, nomeadamente e principalmente da segurança, esta era a principal preocupação da Direcção, reforçar a prevenção dos acidentes e trabalhar na salvaguarda da vida no mar, foi a minha principal tarefa. Mas também fiquei com outras além dessa, nomeadamente formação, deram-me também como responsabilidade o Boletim da Mútua que depois se transformou em revista. Eu lembro-me que da primeira vez na revista da Mútua, em que a minha preocupação que é de Assistente Social, foi de que aquela revista era uma revista ao serviço do sector, não era uma revista propagandista. Portanto a revista devia ser feita pelas comunidades e pelas pessoas e portanto nós incluíamos todos os contributos que vinham das zonas, trabalhávamos reportagens, ouvíamos opiniões, havia um problema qualquer e íamos ouvir ambas as partes. E lembro-me que em determinada altura, a propósito de um tema (que já não me recordo qual era) foi preciso ouvir ambas as partes, e eu fui ouvi-las, e uma das partes era a da liderança da Lista B, que estava por trás do movimento de decisão que deu origem à crise de 84. E quando saiu aquele depoimento ainda estava tudo muito quente e ainda houve reacções de fora de pessoas que perguntaram: Como é que é possível a Revista da Mútua trazer um depoimento desse senhor que foi um dos responsáveis pela crise de

84? Mas eu lembro-me que na altura cheguei à minha Direcção e disse: A linha redactorial tem eu ser esta, nós temos que ter uma governança aqui inclusiva, temos que sarar as feridas, as lideranças do sector existem e temos que as reconhecer, e a Mútua tem que ter uma relação institucional com todas as instituições, mesmo aquelas com quem pode ter tido conflitualidade anteriormente, temos que esbater essa conflitualidade. E a minha Direcção disse: Ok, avança. Deu-me cobertura. E quando aquilo saiu eu ouvi muita gente que ralhou comigo, e eu disse: Não, vocês estão a ver mal, temos que construir a cooperação, a cooperação constrói-se não só com os amigos mas também com as pessoas que pensam de maneira diferente de nós, até com os adversários e com os inimigos. Com uns trabalhamos bem mas com outros temos que fazer nem que seja uma ponte de diálogo, e eu penso que estamos a encarar pessoas que não são nossas inimigas, não podemos encará-las como inimigas, elas simplesmente divergiram de opinião numa determinada altura, numa época da história em que a conflitualidade partidária era normal. E a partir do momento em que saiu um depoimento desse Líder, a linha redactorial ficou fortemente marcada, e a minha Direcção apoiou-me. E hoje esse Líder em concreto tem connosco uma relação de grande proximidade, um grande respeito por nós, e nós por ele, trabalhamos muito bem. Estou a dar este exemplo porque foi um caso concreto, ou seja, depois da crise de 84 a Direcção que saiu, que foi eleita podia ter optado por uma estratégia de partidarização da Mútua e recusou-se a fazê-lo e dirigiu a sua estratégia de governança para o entendimento, para a cooperação, para a inclusão. Isso permitiu sarar as feridas e estabelecer pontos, mesmo com as pessoas que estavam do lado de lá na crise de 84. Foi na minha opinião uma estratégia de governança muito correcta e que mostra também ao mesmo tempo que as pessoas que estavam à frente desta casa tinham o interesse do sector acima de qualquer outro interesse, dos seus partidos etc. Eu acompanhei um pouco isto, como já disse eu entrei sobretudo para a área da segurança, mas cada vez mais o meu departamento passou a ter mais responsabilidades na parte associativa e portanto hoje mais ainda do que nessa altura está a ser institucionalizado que o trabalho associativo que é transversal à empresa, que é dirigido pelo meu departamento, nós temos a obrigação de ajudar tudo o que é o envolvimento das associações, dos sindicatos, das comunidades, dentro da Mútua. Não é por acaso que a minha Direção sempre teve esta estratégia que é: Estamos abertos a tudo. Há uma atitude de grande abertura, aos desafios que se nos colocam inclusivamente, a liderar lutas quando é necessário, ou mobilizar o sector quando é necessário, tomar a liderança se é necessário, e a mantermo-nos na retaguarda se não temos nada que ver com o assunto, sem nos envolvermos em conflitualidades polémicas político-partidárias. Até hoje isto tem acontecido.

Eu peço desculpa, devia ter dito no início da entrevista, mas a entrevista é sobre a Rede de Mulheres, como surgiu sendo tu a coordenadora…?

Animadora, eu gosto mais de Animadora, Coordenadora não… A Rede de mulheres é um exemplo de abertura da extraordinária Direcção que tem estado à frente desta casa, e também da equipa técnica que apoia, que faz a assessoria destes dirigentes. A atitude da Mútua é sempre uma atitude de abertura para tudo o que seja para servir o sector. Nós entendemos como uma Instituição de serviço público. Nós temos a nossa vocação económica, portanto a nossa missão económica, vender seguros é uma empresa seguradora, é a nossa actividade económica, mas a nossa intervenção social é feita de uma forma tão empenhada como a nossa actividade económica, nós consideramos que não é possível separar uma da outra.

A Mútua sempre teve Departamento de Acção Social?

Não, só teve a partir de 97 quando eu vim para cá, porque depois da crise, esta Direcção teve esta estratégia de governança.

Mas a origem do Departamento teve a ver com a Crise?

De certa forma teve, porque quando houve aquela crise, a Direcção que foi eleita tinha duas opções, e optou por reforçar esta estratégia de inclusão. Foi depois da crise de 84 que começámos a abrir balcões em todo o lado, porque a estratégia de proximidade às comunidades foi aprofundada. Abrimos Dependência no Norte em Coimbra, em Sesimbra, nos Açores, na Madeira, mais colaboradores com o estatuto oficial de colaborador, alargou-se a rede de colaboradores, alargou-se o trabalho com as Associações, etc. E eles sentiram necessidade de apoio técnico para esse trabalho, porque a empresa tinha sobretudo pessoas da área dos seguros, portanto era preciso alguém que reforçasse esta vertente associativa e que os ajudasse tecnicamente a trabalhar nesta área, foi quando me chamaram a mim.

Que tivesse com objectivo a pessoa?

As pessoas. O aprofundamento desta governança inclusiva. No trabalho de um Assistente Social as Lideranças Naturais são muito importantes, é uma maneira de trabalhar, descobrir Lideranças Naturais, ajudá-las, formá-las no dia a dia. Por outro lado, este Corpo Directivo continuou a política dos anteriores, que foi andava tipo caixeiro-viajante de porto em porto, toda a vida andou assim. Em cada portinho nós tínhamos um colaborador que distribuía a revista, que tratava do sinistro quando alguma coisa corria mal. É de facto uma rede humana absolutamente fantástica que é reconhecida por toda a gente. Aliás eu ontem estive aqui com o Professor Álvaro Garrido que está a escrever a história da Mutua e ele foi eleito para a Direcção do Fórum do Assuntos do Mar, e ele disse: Eu já disse muitas vezes que a forma de ter a pesca no Fórum dos Assuntos do Mar é ter a Mútua, porque a Mútua é que tem rede de ligação profunda às comunidades, ou seja, em todos os portinhos pode haver uma Associação, mas muitas das vezes ou estão muito divididas cada uma a trabalhar para seu lado, até porque muitas vezes na pequenina pesca não têm uma estrutura federativa, não estão organizados de forma federada, e muitas vezes quem anima estas Associações é a própria Mútua. Muitas vezes eles precisam de uma Lei, ou de qualquer coisa e é para nós que ligam. Porque mantivemos até hoje e aprofundámos sempre esta estratégia de inclusão, de governança inclusiva, governança participada, e isto tem sido a palavra de ordem. Eu entrei nesta casa para dar uma ajuda nessa área.

Como governança, a palavra já existia nessa altura?

A palavra governança não existia nessa altura, assim como não se falava em Responsabilidade Social que agora está na moda, e que todas as grandes empresas… No meu tempo era participação, intervenção social, nós tínhamos muitas estratégias de métodos participativos. Eu sempre tive muito ligada ao Serviço Social de Comunidade, e estas dinâmicas e este tipo de metodologias para mim são sempre muito caras, eles dão-lhes muitos nomes empowerment, falam em Responsabilidade Social porque está na moda, eu adoro ouvir as empresas hoje a apregoarem a Responsabilidade Social quando dão uma caridadezinha ou patrocinam qualquer coisa, tudo agora é Responsabilidade Social. Mas Responsabilidade Social é aquilo que nós fazemos, que é, nunca se exerceu nesta casa, desde que os pescadores tomaram a gestão da Mútua a actividade económica seguradora sem o complemento do reforço associativo. É por isso que nós somos a empresa que somos e é por isso que estamos com a porta aberta. A Mútua da sardinha teve que se extinguir porque houve uma determinada altura em que o Governo (que já não me lembro qual foi em 94) extinguiu-se e todas as Mútuas tiveram

de aumentar o Capital Social e eles não tiveram Património para o fazer e optaram (porque tinham à frente um grande mutualista que era o Sr. José Mota) por não se transformar numa empresa privada normal, nem se integrar num grupo segurador, e eles integraram-se na Mútua dos pescadores. A Mútua do bacalhau extinguiu-se, transformou-se numa empresa privada, hoje penso que é Grupo Açoriano, não sei muito bem onde é que eles andam, perderam-se no meio disto. E a última a desaparecer foi a Mútua do arrasto que foi adquirida pelo Grupo Montepio, portanto pela Lusitânia. E é incrível que 70 anos depois do Tenreiro os ter constituído, das 4 Mútuas, em que 3 eram da grande pesca, da pesca industrial, e a outra, a pesca dos pobrezinhos, dos pescadores, que nem sequer se chamada Mútua dos Armadores como as outras, chamava-se Mútua dos Pescadores, foi assim que o Tenreiro lhe chamou exactamente porque não se considerava que aqueles donos dos barquinhos pequenos fossem armadores, eram pescadores, este nome foi o Tenreiro que lhes deu, não fomos nós que nos demos a nós próprios, é a única que continua de porta aberta. Como seria de esperar que nós fossemos a primeira eventualmente a deixar de existir, a deixar de ter digamos, viabilidade económica. E é espantoso como é que nós nos mantemos. Mas nós mantemo-nos porque trabalhamos muito bem, trabalhamos de forma muito humana e trabalhamos na pesca de forma muito adaptada, conhecemos o sector, estamos profundamente ligados aos líderes naturais, aos actores do sector, e temos esta estratégia de governança, porque isto só é possível com esta estratégia de governança. A porta está aberta porque nós temos uma política de governança rigidíssima em termos de ligação ao sector.

O que é que muda então na tua relação com governança profissional no momento em que têm?

Aí há uma nova porta, e este é apenas um exemplo dos milhares de coisas que nos desafiaram. Como nós estamos muito ligados ao exterior, é uma ligação muito forte à realidade, ao terreno, também muitas vezes funcionamos por estímulos vindos de fora, o meu departamento nunca consegue ter um Plano de Actividades com cabeça, tronco e membros, porque nós estabelecemos um Plano de Actividades no principio do ano e tudo pode ser alterado de qualquer coisa que vem de fora, uma alteração, uma Reforma da Política Comum de Pesca, a intenção do Governo privatizar a Docapesca ou a alteração do Código Contributivo da Pesca, ou qualquer outro desafio que nos lancem, que o exterior nos coloca e nós acabamos por responder, e também desde que eu entrei aqui eu criei muito esta abertura, a cooperação com outras instituições. Apoiamos tudo o que é Mestrados, Doutoramentos para o sector, trabalhos de investigação, Instituições de Investigação, Universidades. Nós tivemos sempre esta política de porta aberta. Porque nós consideramos que temos como obrigação, como empresa de economia social, e como a maior Associação do sector marítimo que somos, de ajudar na nossa actividade, melhorar as condições de vida de trabalho das comunidades e a bordo e, portanto se há um trabalho de investigação, ou se há uma iniciativa de terceiros que nos pedem para nós sermos parceiros ou colaborarmos, ou ajudarmos nessa iniciativa, se é para servir o sector a minha Direcção dá-me sempre carta branca para avançar, e eu estou aqui há quase 25 anos e a Direcção nunca chumbou uma proposta, por muito maluca que fosse. E a Rede das Mulheres nasceu de um desses desafios, a Universidade de Brest conhece-nos, no CEDEM mais concretamente, no Centro de Estudos de Direito e Economia do Mar, e há uma determinada altura em que um aluno vem fazer um Doutoramento a Portugal, e também o que acontece nestes casos é que toda a gente manda para a Mútua porque sabe que tem um Departamento Social, porque a Mútua

ajuda. Essa pessoa veio para cá, bateu-nos um dia à porta (como muitos outros, como tu também vieste ter connosco…) e na altura nós perguntámos o que é que ele queria fazer.

Em que ano mais ou menos?

Já não me lembro ao certo, 2001 ou 2002… O trabalho dela, era uma rapariga, pressupunha ela andar pela Costa, e ela estava a dormir na Escola de Pesca na altura e nós dissemos que só Escola de Pesca não ficava a conhecer a realidade, e perguntámos-lhe por onde é que queria começar: Pelo Norte? Então apanhas o comboio e vais para o Norte, e então ela foi adoptada e teve um ano em que foi adoptada por nós, pela Mútua, e andou pelo País todo, com os colegas de zona, dormia na casa deles, de porto em porto a fazer o seu trabalho. E pronto, e ficámos conhecidos no CEDEM.

Entretanto a Universidade de Brest (40min) a Universidade de Tenerife, a da Madeira, e mais… da Noruega, na Finlândia… há um grupo de Sociólogos e Antropólogos da pesca que resolvem fazer um projecto para identificar o trabalho das mulheres na pesca, fazer esse levantamento e aprofundar, criar uma forma de ligação entre as mulheres da pesca e os investigadores, havia um parceiro neste projecto que era a Universidade da Madeira que havia lá uma Antropóloga/ Socióloga que tinha feito um trabalho sobre a Nazaré, mas eles tiveram a noção de que os investigadores quando fosse para fazer o trabalho no terreno, ainda por cima ela estava na Madeira, iriam precisar de uma instituição que permitisse fazer o trabalho de terreno, e aí lembraram-se logo da Mútua, e desafiaram a Mútua e colaborámos com eles neste projecto. Na altura lembro-me de chegar ao pé da minha Direcção e dizer: Temos aqui uma proposta da Universidade de Brest para trabalharmos num projecto com mulheres da pesca. As mulheres da pesca na altura não existiam, eu própria não tinha bem noção… sabia que vendiam o peixe, mas não tinha a noção do peso social e da importância da mulher na comunidades e na família, e até as próprias nas unidades económicas da pesca, fui descobrindo esse manancial com este projecto e aí eles disseram-se: Está bem, avança, se eles precisam da nossa ajuda, ajuda. Depois diz-nos o que é que queres que façamos, se tiver que se andar no terreno, etc.

O que é que isso se relaciona exactamente com a Tese que a rapariga estava a fazer?

Nada. Nós ajudámos a rapariga a fazer a tese, ela veio para cá, e ficaram a conhecer-nos. Na Universidade ficaram a saber que ela só tinha feito o Doutoramento porque tinha sido adoptada pela Mútua durante um ano e portanto o responsável por esse Doutoramento veio inclusivamente a Portugal agradecer à Mútua a ajuda que tínhamos dado à Doutoranda. Depois disso também já cá tivemos um aluno da Universidade (por acaso era de origem portuguesa, os pais eram portugueses) que teve a fazer um trabalho para a Comissão Europeia, que a Comissão Europeia tinha encomendado à Universidade, e também encomendaram a nós, também andou connosco de porto em porto, portanto a Universidade de Brest definiu que em Portugal tem um interlocutor, tem uma instituição que eles reconhecem que coopera com eles e os ajuda. E portanto, disse-lhe: Cátia se queres, em Portugal, tens que falar com a Mútua porque senão tu não vais conseguir fazer nada, até porque a cientista está na Madeira, não está no Continente. Ela ligou para mim e perguntou-me: Posso contar com a Mútua para este trabalho? e eu disse: Pode, a minha Direcção de certeza que não vai dizer que não. Disseram-me: O que for preciso fazer logo dizes. E começámos a trabalhar com as mulheres como temos feito com outras coisas, não só mulheres. Esta foi um desafio, só que foi um desafio que acabou por ter um impacto incrível em termos de Governança, porque durante o trabalho deste projecto FEMME, que era como se chamava o projecto,

nós fizemos reuniões de porto em porto, os nossos colegas das zonas ajudaram imenso neste trabalho, porque era impossível eu e Marta fazermos o trabalho todo, porque isto é uma área transversal à empresa. Eles ajudaram a identificar as mulheres, porque eles conhecem profundamente o território, a dependência do Norte fez um relatório exaustivo de todas as mulheres que trabalhavam na pesca, mulheres de armadores que eram gestoras, e quando nós fomos fazer uma reunião todas tinham sido contactadas e estavam lá todas, não faltou nem uma. Este trabalho local foi feito com os directores que fomos identificando, as comunidades onde as mulheres tinham um papel mais importante, foi o único País de todos os que estavam incluídos no Projecto FEMME, em que o trabalho no terreno foi feito porto a porto. Nos outros países como já havia organizações de mulheres foram essas organizações que colaboraram com o projecto. Aqui não, aqui o trabalho foi feito de raiz. As lideranças foram identificadas nessas reuniões, nós estávamos na reunião e íamos vendo quem eram as lideres positivas, tomando notas, ficámos com os nomes e fomos a pouco e pouco construindo uma rede de lideranças naturais em cada comunidade até porque uma rede não consegue funcionar com toda a gente, é impossível, não há dinheiro para isso, isto não é uma Associação, é uma Rede, vai-se transformar numa Associação, se Deus quiser para o ano. Mas foi assim que foi construída esta Rede

A Rede vai passar a ser Associação?

Sim, vamos formalizar a Rede no Projecto Estrela do Mar, já foi aprovado pela Direcção Geral das Pescas e vamos começar a trabalhar agora em Janeiro. Portanto, neste processo surgem lideranças naturais, é exactamente o mesmo processo que foi feito pelas as Direcções da Mútua depois do 25 de Abril, andando de porto em porto vão-se descobrindo os líderes naturais.

É a metodologia?

É a metodologia da descoberta de lideres naturais e de aprofundamento desta rede de cooperação, e isto teve impacto na liderança da Mútua, nos 100 membros dos Órgãos Sociais só tinha havido uma vez uma mulher de Sines, que depois entretanto tinha saído, e neste momento existem 9. E a tendência vai ser para aumentar, ou seja, aquilo que começou por uma coisa que era o Departamento Social de trabalho, embora toda a empresa colaborasse dentro daquilo que pedíamos, mas era uma coisa ali da área social etc, passou ser de tal maneira reconhecido, não só a nível das instituições mas também a nível nacional, porque a Rede é conhecida por toda a gente, como a nível interno a própria Mútua considerou que este trabalho foi um trabalho muito importante e que essas lideres podiam reforçar os Órgãos Sociais da Mútua e tomaram a atitude de incluir na Lista, na primeira fase penso que foram 3 e agora estão 9. Portanto a tendência vai ser para aumentar porque reconhecem que as mulheres têm um papel interventivo fortíssimo.

No momento em que termina o Projecto FEMME um dos grandes riscos da intervenção social, e mesmo de outros projectos, é o de abrires portas e depois fechares…

Porque se criam expectativas nas pessoas e de repente acabam. Quando se trabalha em Área de Projecto na Área Social ele tem um princípio, um meio e um fim. Um projecto não é para toda a vida, é uma das definições do projecto. O importante não é que o projecto continue o resto da vida, nada pode ser um projecto toda a vida, alguma vez tem que se concretizar em alguma coisa. Agora, como é que nós encaramos o trabalho na Área de Projecto? Tentando que quando o projecto acaba não morra o trabalho que foi construído, e que ele se reproduza. Por vezes os produtos dos projectos são coisas

que podem reproduzir-se noutros projectos, por outras entidades, aliás houve uma iniciativa comunitária e que para mim a mais importante e que mudou tudo o que tinha a ver até com ajudas públicas que foi a iniciativa comunitária "EQUAL" que institucionalizou estas metodologias participativas, foi a iniciativa "EQUAL" que criou esta nova terminologia que agora se usa muito nos projectos do "empowerment" da "reprodução de ideias" da "disseminação" dos "produtos"… É uma linguagem que não existia há 20 anos atrás. Nós em Serviço Social usávamos muito aquela terminologia mas não uma terminologia utilizada de forma massiva. Nós tentamos afazer isto em todos os projectos onde entramos, daí a importância da instituição que leva isto a cabo. Nós quando trabalhamos com a Universidade Brest, éramos um simples parceiro, ainda por cima um parceiro cooptado porque o parceiro era a Universidade da Madeira. Mas como éramos uma instituição que não anda nos projectos a passar tempo, considerou a Direcção que aquilo que foi construído durante aqueles anos em que trabalhámos no Projecto FEMME não podia morrer e portanto o que nós fizemos foi que naturalmente ficámos com o 'menino nos braços', como se costuma dizer e, naturalmente começámos a assumir-nos como entidade de acolhimento da Rede. A Rede não tem dinheiro, a Rede não tem uma estrutura formal, uma Rede por natureza não é uma Associação, uma Associação pode ser formada por 5 pessoas, é uma coisa aberta em que as pessoas entram, saem, estão quando querem, pode haver uma reunião, pode não haver. Uma Rede pode ser uma estrutura social muito informal, não é uma estrutura formal, é informal e até pode ser muito frágil, é informal pode morrer a qualquer momento se não for animada. Mas este tipo de estruturas informais de parceria de redes são escolas de liderança e de cidadania fantásticas. São territórios de aprendizagem fantásticos. Podem ser a origem de estruturas mais formais, mas também de impactos nas próprias comunidades. E foi isto que nós tentámos, temos vindo num processo lento. A forma como normalmente as Associações nascem é de forma simples, criar uma Associação é a coisa mais simples do mundo, vais ali mais 5, comissão constituinte, legalizas a Associação, fazes em isso 24 horas e está a Associação criada. Neste processo todo das mulheres estamos desde 2000, tem sido um processo muito lento precisamente porque tem sido feito segundo uma metodologia participativa, muito calma, a Mútua não tem nenhuma pretensão de criar associações, nasceu naturalmente e eu penso que neste momento tem que se dar o salto positivo para que esta trabalho, esta rede informal se transforme numa associação mais formal, embora na minha opinião deva manter sempre esta metodologia de trabalho.

Qual é o papel da líder?

Ninguém tem um papel definido, não podemos dizer que aquela é secretária e a outra é tesoureira porque não é uma associação formal, é uma estrutura social informal. Uma parceria forma-se normalmente tendo em vista um objectivo, 5 parceiros juntam-se para lutar por qualquer coisa, muitas vezes faz-se um contrato formal ou informal. Num projecto há uma parceria, qualquer projecto tem uma parceria na nossa maneira de trabalhar, porque antigamente os projectos eram desenvolvidos apenas pela instituição e só podia haver um candidato. Este conceito de uma parceria se candidatar a um projecto, ou desenvolver um projecto é uma coisa nova, que foi introduzida pelo "EQUAL", mas nós sempre trabalhamos desta maneira, imagina o "Projecto CCC" o "Projecto Marlanet?, nós já entrámos em imensos projectos.

Em que cada uma delas vai participando nesses projectos?

Nós tentamos muitas vezes fazer o cruzamento entre projectos, uma das maneiras que os projectos têm para se poderem reproduzir e disseminar é por os produtos ao serviço da comunidade, qualquer um pode utilizar aquela metodologia, qualquer um pode pegar

naquela ideia e continuar, o CCC não morreu, acabou o projecto mas neste momento a base de dados continua activa, a Câmara de Viana do Castelo tem estado a trabalhar no Projecto da Procissão utilizando a metodologia do CCC, etc. O importante neste tipo de projectos é reproduzir e disseminar as metodologias do próprio projecto, mas esses projectos são desenvolvidos por uma parceria e quando tens uma parceria para desenvolver um projecto, cada um dos parceiros sabe que está naquele projecto para atingir aqueles objectivos, objectivo A, B, C, D e E. E cada um deles tem o seu papel, ou no seu território porque é uma associação local, como pode ser numa tarefa específica, podes ter uma Universidade que está como parceira no projecto para desenvolver um Doutoramento ou Mestrado sobre o que é um dos produtos do projecto ou que vai ajudar aos objectivos do projecto. Cada parceiro tem um papel definido na parceria, está naquela parceria não é por acaso, é para representar uma zona, ou para representar um segmento, ou para desenvolver uma actividade ou para dar um contributo na sua área de especialidade, ou para dar um outro olhar, mas cada parceiro tem um lugar naquela parceria por alguma razão. Os parceiros sabem que estão juntos para atingir um objectivo, numa Rede não é assim, uma Rede não existe para concretizar um objectivo, uma rede existe para intervir, para actuar.

É transversal, dinâmica?

É dinâmica, a Rede já interveio em várias coisas, vai tendo alguma actividade mais organizada, vai participando em órgãos, porque a pouco e pouco há um processo que no caso das mulheres tem sido, no caso da Governança tem-se desenvolvido de forma tão lenta de propósito por nós que somos entidade de acolhimento, não gostamos de por "A carroça à frente dos bois", o objectivo aqui, quando a Mútua entrou no Projecto não foi constituir Associação nenhuma, foi partilhar, participar como parceira num projecto onde se pretendia identificar o que é que as mulheres da pesca faziam e a quantas havia, porque não havia estatísticas, não havia número, não havia cara.

O que depois se fez é que o processo foi de tal maneira participado e interventivo, que se criou, surgiu naturalmente uma Rede, não fomos nós que a criámos, existiu. E que começou um processo de reconhecimento público, a pouco e pouco, não só a nível de outros países, as organizações de mulheres começaram a ser olhadas, primeiro toda a gente fazia de conta que aquilo não existia, até que depois é impossível não se ver, até porque quando nós íamos ao território falávamos sempre previamente com as associações do sector, toda a gente sabia que nós estávamos lá e o que é que estávamos a fazer, que íamos ter uma reunião com as mulheres, porque essas mulheres muitas vezes eram as mulheres dos sócios dessa Associação. Nós tivemos sempre este cuidado para que as associações do sector não olhassem para a Rede de Mulheres como um concorrente, pelo contrário, como tivemos sempre este trabalho muito transparente e de colaboração com as associações, olhavam-nas sempre com respeito, às vezes até um pouco de forma quase folclórica "são as mulheres…" às vezes brincavam. O anterior Director Geral quando me encontrava costumava-me perguntar "Então como é que vão as suas Mulheres?", ou seja, eu um dia disse-lhe "Dr. Eurico, que raio, trabalho há 20 anos com homens da pesca, nunca ninguém me perguntou como é que vão os meus homens… Porque é que agora que estou a trabalhar só há 2 anos com as mulheres, me perguntam como é que estão as minhas mulheres? São minhas mulheres, são mulheres da pesca, e nós na Mútua trabalhamos com as mulheres, com os filhos, com os professores das escolas e com quem for preciso. A pouco e pouco a Rede, não só em Portugal, mas a mesma Rede Europeia "AKTEIA", porque nós somos um ramo da "AKTEIA Portugal", passou a ser conhecida, e hoje é um interlocutor reconhecido pela Comissão Europeia e no nosso próprio Governo também. Nós hoje somos provocados, e

as outras associações olham-nos com algum respeito. Nós achamos que este movimento já está amadurecido e que deve dar um salto qualitativo porque senão pode correr o risco de se perder.

Mas no momento em que transformas qualquer coisa, o que quer que seja, que poderá trazer riscos, para já o que é que virá a acrescentar o facto de ser uma Associação, porque é que o fazem e que benefícios estão a ver que possam advir daí e que riscos ou que receios é que têm?

Há riscos. A importância de uma organização? Uma organização é sempre importante porque sem organização não se consegue nada. O problema por exemplo da pequena pesca é o seu défice de participação, o seu défice de associativismo. As Associações organizam-se muitas vezes de forma quase local, familiar, de costas viradas uns para os outros, não estão habituados a trabalhar em cooperação, não estão habituadas a trabalhar em parceria, não estão habituadas a trabalhar em Rede, ou seja, não trabalham de forma inclusiva, participativa, não usam estas metodologias. Estão lá no seu mundinho, defendem os seus interesses ali daquele portinho, ou daquele segmento, ou seja, quanto mais forte for uma organização mais eficaz ela é. No dia em que a pesca artesanal der um salto qualitativo na sua organização e se federar, eu não digo desaparecerem as Associações dos portos pequeninos, mas se, se federarem, procurarem aquilo que elas têm em interesse comum. Se as pessoas não se associarem e não lutarem, não conseguem. Neste mundo, sobretudo no sector como a pesca em que as ameaças maiores que acontecem são da concentração económica, a nova Reforma da Politica Comum de Pesca aponta para a obrigatoriedade do Sistema de ITQs e tudo leva a crer que o que a Comissão Europeia quer é a concentração económica da frota e esta é a pesca que é ameaçada. Portanto quanto maior for a organização, menos difícil será lutar contra isso. Aquilo que se passa aqui é passar de uma Organização informal para uma formal. Aqui há uns anos atrás nós fizemos uma Acção de Formação, chamámos as líderes locais. Foi na Escola de Pesca, tivemos 2 dias a trabalhar, a dormir e trabalhar lá, e a ideia era passar-se à legalização da Rede, mas fazê-lo através dessa Acção de Formação, foi uma Acção associativa, de como é que se constrói uma Associação, o que há de comum entre elas, o que é que elas pensavam o que é que eram os objectivos de uma Associação de Mulheres, quais eram os principais problemas que elas identificavam e com que se preocupavam. Eram 15 formandas, trabalhava-se em Plenário e em Trabalho de Grupo, foi escolhido uns slogans, definido um nome, qual a visão, qual a missão, qual a estratégia, etc. e no último dia, o último ponto da formação era de que como é que se legaliza uma Associação, quais os estatutos, etc. E quando começámos a discutir os estatutos dessa Associação houve um momento de pânico, metade das formandas não queriam a formalização, tiveram medo. Elas tinham definido tudo, elas assumiam-se como organização, mas passar do informal ao formal… Elas definiram um slogan – Visão, estratégia, definiram os pontos fortes, os fracos e as ameaças, tudo, fizeram a análise SWOT, fizeram tudo. Quando se chegou à parte de estudar os estatutos parou-se. Vamos retomar o Projecto agora, anos depois. Não se pode avançar com uma organização quando as próprias pessoas têm medos. Porque esse pânico era: E depois ficamos iguais às outras, nós trabalhamos assim como está. Todas juntas, somos todas amigas, não precisamos de Presidente, nem de Secretário nem de Tesoureiro, e depois andamos aqui a discutir cargos dentro e nós não queremos isso, somos todas amigas e não queremos perder essa amizade. Porque elas olham para as outras associações como havendo lutas na liderança e presidencialismo.

Elas não tiveram receio de serem mal vistas pela comunidade, de suscitar invejas?

Este foi o primeiro medo, o segundo medo foi que as associações dos homens as olhassem como associação concorrente e que tivessem que entrar em conflito com as associações existentes. As mulheres portuguesas da pesca não são femininistas, reivindicam o direito a participar nas associações do sector. Na altura fizemos um levantamento, havia 50 ou 60 Associações e Sindicatos, não havia uma única mulher num único órgão social, e portanto a nossa aspiração era ter o direito de estar lá e eles não nos chamavam porque nós somos melhores associativistas do que eles, e estamos em terra e temos mais tempo, e temos cabeça etc. Terceiro receio era de que isto prejudicasse… ou seja, o mais correcto era mantermos a Rede e elas integrarem-se nas organizações locais e regionais, serem respeitadas pelos homens e chamadas por eles. Outro receio é falta de experiência que, como líderes, conseguir estar na mesma sala e usar da palavra com os dirigentes das associações que já têm muita experiência e que já estão habituados a falar em público, elas fizessem figuras de parvas e que as considerassem piores líderes, falta-lhes a auto-confiança ainda. Portanto o processo susteve-se, porque as organizações são os que os seus membros querem, mas o que é interessante neste processo, é que ao fim de tantos anos, enquanto os homens passam a vida a construir associações, porque se zangam e formam uma ao lado, em Cascais há duas Associações para meia dúzia de pescadores, as mulheres não valorizam isso e inclusivamente quando se falou de quem poderia ser o Presidente desta Associação viu-se a unanimidade de todas para escolher a mais velha, porque para elas o cargo de Presidente é um cargo honorífico, de prestígio. E todas disseram: Se tivermos que ter uma Presidente é a Maria Eugénia, que é a nossa mãe, e não: Eu quero ser, aquela quer ser, porque tem o 12º ano etc. Isto porque ao longo dos anos o trabalho em rede permite criar laços de afectividade e amizade. Portanto o meu receio é o facto desta Rede não ser animada por uma pessoa a tempo inteiro, porque eu não estou a tempo inteiro, é animada por uma pessoa que tem 500 tarefas, por outro lado, ligar mulheres que estão dispersas pelo país todo permanentemente implica meios de comunicação e fundos financeiros que nós não dispomos, porque temos uma entidade de acolhimento, mas não temos fundos próprios. Portanto, esta Rede poderia continuar a ser activa sem ser Associação formal se eventualmente pudesse ter uma animação a tempo-inteiro. Há ainda outra questão, é que esta é que esta Rede Portuguesa é nacional, enquanto que em Espanha, França, em todos os outros países, tirando a Holandesa, não são nacionais, são locais, regionais, e portanto é muito fácil quando se tem uma associação de mulheres em Itália, elas tomam café todos os dias, vêm-se todos os dias, é muito fácil uma organização destas ter uma vida própria. Quando se tem pessoas dos Açores até Vila do Conde não é fácil manter esta vida interna activa e participativa. Portanto, o grande risco é que ao passar do informal para o formal se perca esta abertura de que ninguém é obrigado a estar, estão na reunião se querem vai a Bruxelas quem pode, etc. que se possa criar destro desta nova Associação alguns vícios ou algumas formas de presidencialismo, etc, como nas outras associações, que se possa tomar um pouco como modelo, tem que se ter muito cuidado para que todo este trabalho não se destrua, transformando-se numa organização convencional. Mas o grande desafio também é que foram muitos anos de construção de uma relação e talvez isto signifique que a pesca pode ter uma organização diferente das outras, até porque como não vai entrar em concorrência com uma associação de um porto para outro por causa de um pesqueiro. São interesses muito diferentes, muito mais sociais, elas estão preocupadas com a Segurança Social, com a formação dos filhos, com a formação profissional, com a segurança. Também estão muito preocupadas com a política na pesca, porque elas assumem-se antes de mais como actrizes do sector da pesca. A Rede Portuguesa não é uma Rede de mulheres de pescadores como a Francesa, que são associações de

mulheres de pescadores. Em Portugal elas sempre deixaram bem claro que são mulheres da pesca, trabalham na pesca, não são mulheres de pescadores. Portanto elas preocupam-se mais do que qualquer outra Rede, tirando as Galegas, as mariscadoras que são iguaizinhas, que também são trabalhadoras do sector, mas que tirando estes casos elas assumem-se sobretudo como mulheres da pesca. Elas preocupam-se muito com a Política Comum de Pesca e com a Política de Pesca e com a Regulamentação e tudo isso, mas também se preocupam com outras coisas, e eu penso que têm um olhar mais holístico do que as associações dos homens, menos competitivo, menos conflitual. Neste Projecto novo Estrela do Mar vamos tentar retomar a Acção de Formação que fizemos e que se estagnou porque não havia sobre a formalização. E vamos tentar que este seja um processo lento, vai demorar um ano, ano e meio. Neste processo nós previmos a realização de Acções de Formação ao longo da Costa, não poderemos abranger todas as mulheres, mas pelo menos as lideranças e mais algumas da comunidade. Formação comportamental, formação para a Liderança e Cidadania, no fundo é discussão sobre o associativismo e que disto saia a organização mas sustentada já no debate de como é que esta Organização vai ser. Depois de discutido é que vamos para a formalização e os estatutos vão ser construídos ao longo estas acções, que era o que nós pretendíamos na Escola de Pesca e que parámos. Finalmente, no fim do processo prevemos uma Acção em Lisboa com 15 líderes ao longo da Costa, vamos tentar que haja um por Unidade mesmo que se ultrapasse os 15, faremos mais do que uma acção se for preciso e suportaremos os custos. E essa acção já é em informática, vamos tentar adoptar à Rede um instrumento que foi introduzido pelo Projecto EQUAL Mudança de Marés, nos Açores, que criou um produto de comunicação pela internet. O que nós vamos tentar é fazer uma formação sobre esse produto e criar através dos computadores, dos fios, da dependência, dos sindicatos, se elas não tiverem computador, no sentido de podermos comunicar, para ultrapassar o facto de nós não termos dinheiro para pormos mulheres desde os Açores até Vila do Conde ou Viana do Castelo ou Esposende em contacto comigo. Nós temos de ter uma maneira de conversar, de trocar ideias, de discutir os documentos, tomar posições e portanto vamos ter que o fazer à distância, nem que seja por skype, pelo que for. Vamos ter que saber qual é o recurso informático daquela comunidade. No computador de cada Associação devem-se criar um e-mails. A Associação vai ajudar a manter as mulheres em contacto, sem se meter na organização interna mas colaborarem com a Rede. É a nossa estratégia para diminuir o risco, as ameaças, e agarrar as oportunidades.

Alguma vez ao longo destes processos surgiu nalgum caso específico ou local especificamente numa comunidade, a Associação de Moradores tenha tido uma iniciativa, tenha servido como interlocutor?

Sim, por exemplo a Culatra. Nós trabalhamos com as comunidades para além de…

Era uma Associação de Desenvolvimento Local?

Não. Era uma Associação de Moradores. Quando nós trabalhamos em Serviço Social, para além das lideranças naturais, o importante é detectarem-se os líderes positivos, porque há líderes que, às vezes são negativos, os líderes positivos são pessoas muito importantes numa organização, são pró-activos, são pessoas que gerem um consenso. Numa reunião consegue-se ver isso, quando se vê que há um que é porta-voz mas que também põe os outros a falar. Mas para além das lideranças naturais, nestes processos quando se começa a fazer trabalho a nível de Desenvolvimento Local e do Serviço Social Comunitário também é importante identificar as Instituições que são potenciais pontos de apoio, de cooperação, que muitas vezes podem ser intermediários. Por vezes numa comunidade onde há uma instituição em que as pessoas daquela comunidade

confiam, são também intermediários. Por exemplo, dizem-me para ir para uma reunião que marcamos só às 11h00 porque a maré é às 11h30… Na Ilha da Culatra a organização que congrega a população é a Comissão de Moradores, que está ligada à Junta de Freguesia, tem quase um papel de Associação de armadores e pescadores. Quando há reuniões da Pesca eles aparecem como representando a Culatra. E estão filiados na Federação da Pesca do Sul e vêm a reuniões à Direcção Geral das Pescas.

Essa Associação de Moradores tão próxima da Junta de Freguesia é parecida com as Associações de Desenvolvimento Local que no seu seio são formadas por moradores e apoiada por pessoas que pertençam ao Centro Paroquial, ou ao Departamento de Acção Social da Câmara, da Junta de Freguesia, da Santa Casa da Misericórdia…

Mas é normal que isso aconteça porque essas instituições de que estás a falar a Santa Casa da Misericórdia, a Comissão de Luta Contra a Pobreza, que é o caso por exemplo da Instituição da Praia de Esmoriz, é o ponto de apoio ao porto de abrigo da comunidade piscatória, é a antiga Comissão local de Luta Contra a Pobreza, que quando se extinguiu esse projecto a Junta de Freguesia não deixou aquilo morrer e decidiu manter aquilo ali. Aquilo nem é uma Associação de Desenvolvimento Local, é uma coisa ligada à Junta de Freguesia do ponto de vista da questão económica mas que é autónoma que é o porto de abrigo da população. Tem computador, onde as pessoas se podem reunir, funciona como Delegação do Centro de Emprego, da Segurança Social. E porquê estas Instituições? Porque normalmente tudo o que tem que ver com metodologias participativas é lógico que as Entidades que estão mais habituadas a este tipo de trabalho social são essas, as IPSS's, as Misericórdias, os Departamentos de Acção Social, primeiro porque têm técnicos nessa área da especialidade que sabem e dominam as metodologias. Porque tem que se saber como se faz. A participação não se decreta. Por isso normalmente as pessoas que trabalham na intervenção social estão mais motivadas para esta maneira de trabalhar, que entendem melhor o que nós queremos porque estamos todos a trabalhar na mesma área, da mesma maneira. Por outro lado os líderes deste tipo de organizações são normalmente pessoas muito interessadas no desenvolvimento local, muito interessadas na comunidade, com grande sentido de serviço público, com capacidade de liderança, por isso é que muitas vezes são elas que são eleitas para estes cargos. Por exemplo na Culatra há uma pessoa em que têm uma confiança muito grande nela, que é a Sílvia, que é uma excelente Guia Turística, e é uma líder positiva, que envolve as pessoas. A Associação de Moradores tem feito coisas incríveis, a legalização das casas, obras no portinho, limpeza no porto. É uma associação altamente reivindicativa. E as mulheres têm uma grande força naquela associação, normalmente à frente destas organizações estão estas pessoas com muito sentido de serviço cívico e público, ou que muitas vezes trabalham em Departamentos de Acção Social ou em IPSS's. Há neste momento nas comunidades ribeirinhas uma ou outra Associação de Desenvolvimento Local com grandes impactos e a apoiar bastante o sector. Estou-me a lembrar de uma nova que entrou na cena, que foi desafiada por causa dos coletes ali na Costa da Caparica e que está a apoiar imenso a Comunidade Piscatória, descobriram este mundo e têm ajudado imenso. Eles agora têm aquela associação como o porto de abrigo deles. Até porque muitas vezes têm os técnicos da área que as pessoas da pesca não têm porque têm dificuldades económicas para contratar pessoas nesta área.

Há pouco referiste, para além desse apoio institucional que às vezes é individual…

Sim, também pode ser da Igreja, na Anunciada em Setúbal vê-se a força que tem, a ligação que tem à comunidade.

Eu posso não pertencer à Associação de Pescadores, mesmo pela abertura que tenho também em relação à pesca, ou pelos motivos que forem, mas pertenço aos Camponeses da Ria, pertenço ao rancho folclórico tal e no coro tal, sou voluntário da Associação de Bombeiros… Ou seja, existem casos em que o individual se cruza com isso? Tu podes levar um pescador a motivar mais um pescador, não o forçando a ser associado, mas pode interagir, pode ser envolvido.

Quando quer participa e quando não quer ir não vai. Eu acho que sim e onde eu te falava da questão da Rede é isso. A Rede tem essa vantagem, e foi por isso que elas se assustaram com o passo em frente. A Rede é uma coisa muito aberta, faz-se uma reunião e estão lá todas, mas depois é preciso representar alguém a Bruxelas, e às vezes eu ando pelo país a perguntar: podes ir no dia tal? Vamos ver quem é a pessoa indicada, vamos imaginar que é marisqueiro, eu ligo para a Ria Formosa e para a Ria de Aveiro, vejo qual é a que pode ir. Imagina que é do cerco, vamos ver uma redeira, tenta-se ver o tema da reunião, mas na Rede ninguém é obrigado a estar, tu hoje podes ir e amanhã não, ou seja, não sentes que estás presa, não pagas uma quota, etc. É uma coisa que dá sensação de liberdade e permite que não assuste as pessoas. As mulheres quando participam na comunidade, e são altamente participativas, muitas vezes nas associações de pesca, que são masculinas e fechadas, não olham para elas, embora elas tenham um grande peso na pesca e os homens não possam passar sem elas, na própria gestão da unidade económica, mas nunca se lembraram que elas podem ter participação associativa, e a participação associativa a nível das mulheres muitas vezes está exequível, a nível do chamado social, estão na Comissão Paroquial, são voluntárias em tal sítio, estão na Associação de Pais. E muitas vezes elas dizem que já têm uma vida muito ocupada e que já não podem assumir um cargo na associação porque já não têm tempo. E quando tu estás a trabalhar numa Rede Aberta, tu dás o que podes e como não te sentes pressionada porque não tens responsabilidades com as quais te comprometeste a aceitar um cargo, estás à vontade porque já sabes que no dia em que não puderes ir ninguém te vai apontar o dedo. A Rede é uma estrutura social informal muito inclusiva, muito mobilizadora e que favorece muito a participação

E pode dar visibilidade à pesca indo buscar o filho do pescador que tenha 12, 13 anos que esteja no Coro para participar de alguma forma.

Sim, claramente. E por outro lado essas pessoas acabam por trazer também uma visão muito holística, porque elas têm muitos interesses, a preocupação com os filhos, a preocupação religiosa, dos maridos, há uma série de preocupações de ordem social, com a segurança dos maridos no mar, estão muito mais preocupadas com a segurança dos que os homens, porque não querem ficar viúvas nem que os filhos fiquem órfãos. Há a possibilidade de trazeres vários olhares aqui para dentro. Eu penso que a futura Associação de Mulheres vai sempre funcionar como uma rede, ou seja, vamos ter que criar uma organização, para dizer que existe com órgão sociais etc, mas provavelmente vai ser criado um órgão daqueles em que a malta sabe que entra e que sai e que pode estar ou não, e se calhar vamos criar delegações de zona, de porto, grupos de trabalho de redeiras, que permita às pessoas motivarem-se. Eu penso que há possibilidade, é uma questão apenas da metodologia com que se trabalha, temos que identificar sempre em cada momento os riscos que se corre, mas também ao mesmo tempo os pontos fortes, e há aqui alguns que estás a contar com eles à partida dão-te algumas garantias de que o caminho pode ser este.

Vamos falar um poço sobre a Europa… Governança tem ajudado a aproximar a política europeia das necessidades que observa? Se sim, como? Se não, porquê?

Não tem por uma razão muito simples, porque não há governança, é uma treta, não há o conceito de governança participada na União Europeia há uma gestão centralizada, tem a ver com a gestão centralizada das pescas em Bruxelas dominada pelos países do Norte da Europa, sejamos claros, para eles a pequena pesca é uma coisa que não lhes diz nada, o lobby ambientalista é muito forte, a pequena pesca não conta, portanto não há proximidade nenhuma às realidades locais. A única forma para mim para de facto aproximar as políticas de pesca da realidade é uma gestão de proximidade, não estou a dizer que não haja regras a nível europeu para todos, estou profundamente de acordo, mas ninguém mais do que aquela comunidade que depende daquele recurso que é ali ao lado pode estar interessada em defendê-lo, o grande problema é que muitas vezes o olhar de Bruxelas é o olhar da grande frota que pesca noutras águas e que está interessada em vir para os recursos de Portugal ou de Espanha, onde houver peixe e não um olhar comunitário ou um olhar do recurso local. A nossa pesca é quase exclusivamente, local e costeira, portanto o recurso é um recurso local. Quando se defende que nós temos que olhar para o mar, Portugal é um país marítimo, etc, vem sempre à conversa o discurso do passado glorioso. Eu não quero saber do passado glorioso, por uma razão muito simples, nós temos que nos virar para o mar mas é para o nosso mar, o tempo do mar dos outros acabou. Nós já não vamos ao bacalhau à Noruega e ao Canadá e à Gronelândia, acabou, eles neste momento estão a preservar o bacalhau deles, porque é o mar deles. Também já acabou a nossa gesta das Índias, e a nossa gesta de africana, e o Brasil é independente há muitos anos. Portanto nós neste momento temos que olhar para o nosso mar, porque é aqui que está nossa frota a trabalhar, a maioria esmagadora da nossa frota está a trabalhar no nosso mar. E quando nós olhamos para a pesca nos países do sul temos que olhar sempre, para mim, numa escala de microeconomia, de desenvolvimento local, e não de macroeconomia e do peso que a pesca tem no PIB, ou no emprego que não tem nenhum, se eu olhar para aí a pesca não tem interesse nenhum. Se eu olhar para as inúmeras comunidades que já têm no ADN a pesca então eu tenho um olhar aproximado á realidade. Esta é a realidade portuguesa, dos recursos locais e costeiros, da nossa costa e do nosso mar. O passado em que andámos a navegar no mar dos outros acabou. Nós agora temos que olhar para o nosso mar. Muitas vezes com esta coisa do hipercluster do mar pensa-se em tudo menos no nosso recurso pesqueiro que está aqui. Pensa-se no petróleo, nas novas energias e no nosso recurso pesqueiro não, a pesca não tem interesse nenhum, mas de facto a pesca sob o ponto de vista social e da economia comunitária local tem um grande peso. Eu olho sempre para isto como processos de desenvolvimento local, numa escala de microeconomia muito mais do que macro e uma gestão correcta para mim tem que ser uma gestão de proximidade participada, senão está desligada da realidade.

Como é que o papel que desempenhas actualmente pode ajudar a melhorar a política europeia nas pescas?

Bem eu sou uma técnica, faço o caminho inverso, eu pessoalmente não sou uma líder do sector, não sou dirigente associativa, não fui eleita por ninguém, eu sou uma técnica a quem pagam um salário, e a instituição onde eu trabalho, uma instituição essa sim governada segundo as regras da governança participada, incumbe-me de transmitir de uma forma transversal à empresa, a mim e ao meu departamento, mas como a pergunta é para mim vou-te responder eu, por salvaguardar e por estimular esta visão de governança. Como é que eu intervenho? Eu intervenho a título individual, muitas vezes mandatada pela minha direcção nas coisas que têm que ver com a minha especialização técnica. Por outro lado estimulo e ajudo os órgãos sociais da Mútua, nomeadamente na instituição onde trabalho, a poderem fazer uma intervenção sustentada. Por um lado

profissionalmente a minha obrigação é que os dirigentes todos da Mútua e os associados participem, dêem a sua opinião, que a Mútua também tome posição quando é necessário e exerça a pressão que entender, mas depois eu penso que tenho possibilidade de intervir a um nível para fora e não apenas de dentro, que isto é um nível de intervenção de dentro, por um lado porque sou animadora da Rede das Mulheres e nós temos acento em vários órgãos, nomeadamente no Comité Executivo do CCR Sul que é um Órgão Consultivo Regional da Política Comum de Pesca, e também muitas vezes nas áreas da minha especialidade, em que muitas vezes sou chamada nomeadamente na área da segurança, da segurança social das mulheres em que eu posso dar um contributo técnico. Alteraram este ano o código contributivo da Segurança Social para a Pesca e eu fui envolvida neste trabalho porque esta é uma das minhas especialidades e tecnicamente eu posso ajudar o sector a, junto do Governo fazer chegar a sua voz. E eu cumpri esse papel, como técnica fiz um texto de sustentação técnica da reivindicação de alterar o regime e voltar ao anterior. E nessa condição de especialista na matéria eu participei nas reuniões com a Segurança Social do Sector no sentido de contrariar aquele diploma exigir que se retomasse o esquema anterior. Aqui eu posso intervir porque eu estou a ajudar o sector. Eu actuo sempre como apoio ao sector, estimulando o sector. Nós divulgámos o meu texto, foi passado em todas as associações: utilizem-no, é vosso. É assim que eu gosto de trabalhar. Se há alguma coisa que é da especialidade eu gosto de ajudar, eu produzo o meu parecer e depois dou ao sector, não quero saber quem põe a assinatura por baixo, usem o que quiserem. Ou seja, é ajudar o sector tecnicamente para que ele possa ser assertivo e ter mais resultados no trabalho de influência. Dei o exemplo da Segurança Social mas aos vários níveis. Muitas vezes a própria Comissão Europeia quer ouvir este olhar diferente, porque há as associações, mas há o olhar das mulheres, do social, do desenvolvimento local, etc. e o que acontece em Portugal é que há de facto poucas pessoas a trabalhar nesta área. A trabalhar com a pesca na área social eu não sei se existirá mais alguém. Pode haver pessoas que também trabalham com a Pesca, os Centros de Saúde, a Segurança Social etc, mas dizer que é um quadro da pesca, se calhar sou só eu e poucos mais, que há 30 anos que trabalho só para a pesca. Nesse sentido eu acho que o meu papel pode ser importante não só na parte da sustentação técnica do movimento associativo mas também muitas vezes na animação do movimento associativo, na mobilização, dando os instrumentos para que eles possam argumentar, ajudando. Mas eu trabalho sempre de maneira a que esta luta seja das associações, dos dirigentes associativos e não uma luta política, e o nosso papel para mim está na retaguarda, não sou eleita nem quero ser, porque gosto deste papel da retaguarda de estar quase a servir de almofada a o sector e também de poder contribuir para que o sector se organize, seja mais interventivo, coopere mais, uma das grandes dificuldades que há quando há que desenvolver uma luta no sector ou uma reivindicação é o conseguir unir as pessoas e o meu esforço ao longo destes anos tem sido em momentos chave quando há temas quentes em que o sector tem que intervir eu esforço-me para ajudar no que eu puder, no sector a organizar-se e a ir lá unido, nem sempre se consegue, a maior parte das vezes não se consegue…Mas também sem intrometer-me na casa das associações porque as associações têm o seu próprio ritmo, a sua própria estratégia, a sua própria orgânica e eu não trabalho nas associações, trabalho para as associações sem me intrometer na vida interna deles. Está lá quem eles elegem, o meu papel não é o de intrometer na vida deles. O que posso é tentar mobilizar as pessoas para trabalharem em cooperação e isso eu tento porque é uma das minhas funções aqui dentro, não só na Mútua como também lá fora. Porque eu estou também virada para o sector, não só na Mútua.

Quais os aspectos que gostaria ver melhorar na governança europeia?

Já respondi.

Mas a questão é: pode ajudar a melhorar, achas que melhora? A mensagem passa para a Comissão?

Não, é muito difícil. Aliás eu aqui quero referir-me um pouco também à pesca artesanal. Mesmo os órgãos consultivos, o caso do CCR, a Comissão Europeia querer por a participar os CCR's. A participação dos Conselhos Consultivos Regionais faz-se mediante adesão porque é uma associação, uma organização de associações do sector e de outras partes interessadas, há ali também a questão dos stakeholders, os outros interesses que não apenas os da pesca profissional, lotas, conservas, pesca desportiva, ONG's de desenvolvimento, a legislação, mulheres, comerciantes de pescado, é uma organização de toda a fileira da pesca, não de instituições públicas porque os Governos são observadores, podem participar mas são observadores. Aquilo que me tem dado a minha experiência é que a participação do CCR é que a pequena pesca pouco participa nos CCR's, porque aquilo implica pagamento de quota.

Estás lá como sociedade civil?

Estou como sociedade civil, todos eles estão como organizações do sector, aquilo que se verifica é que é necessário pagar uma quota para estar lá e para participar nos grupos de trabalho, e a pequena pesca não só não tem quadros a tempo inteiro que permitem ir para Bruxelas ou para Paris e estar lá 3 dias, muitas vezes s associações das pequeninas comunidades andam ao mar, nem funcionário têm, e também não têm dinheiro para pagar a quota. Como a pequena pesca não se organiza numa instituição de tipo federativo como é o caso do cerco que tem associações ao longo do país mas depois tem uma associação nacional de que são sócias as várias associações do cerco em Órgão Federativo, e quem participa no CCR é o Órgão Federativo em nome de todos. O arrasto e a pesca do arco têm uma associação que é a ADAPI, estão representados. A pesca artesanal, é um bocado caótico, existem algumas associações da artesanal a participar, as que têm mais condições… A Vianapesca, a CAPA, a Corpesca, a Artesanalpesca, a APN, a Apropesca, a Associação de Sines, são associações que estão no CCR. Mas na prática a maioria não participa nas discussões, participam na gestão do Comité Executivo e há uma que representa as outras, é rotativo, por exemplo este ano quem está a representar a pesca artesanal no Comité Executivo é a CAPA de Peniche. Há claramente um défice de participação nestes Conselhos Regionais atendendo a que a estrutura deles pressupõe a auto-organização, o pagamento de quota, e nas associações há um problema de défice associativo na pequena pesca e um défice de organização, eles não estão federados e há organizações que de facto vivem a leste de tudo, destas grandes questões da política, estão mais virados para as questões do dia a dia, do preço do combustível, daquilo que afecta directamente a pequena pesca, que acabam por afectá-los muito, mas que por vezes eles nem têm noção do perigo que estão a correr, eu tenho sérias dúvidas que as associações da pequena pesca saibam exactamente o que é que são as ITQ's e que se prevê no Livro Verde, na proposta da Comissão. A obrigatoriedade de se utilizar as ITQ's como instrumento de gestão de pesca, a maioria deles não sabe que estão com um peso em cima da cabeça que pode esmagá-los. Porque a informação também não circula muito bem nestes meios. Estas pequenas associações são muitas vezes esquecidas. Eu penso que é possível melhorar. Tem que haver uma maior descentralização da gestão. Nos Conselhos Regionais ok, tem que se reforçar o poder deles, não podem mandar recomendações porque a Comissão Europeia não liga nada às recomendações do CCR, só tem aquilo para dizer que ouvidos os CCR's para fazer de conta que houve consulta popular, pública. É para no fundo sancionar a política, dizer que ouviu o sector, mas de facto não ouviu. Mas não bastam os

Conselhos Regionais, é preciso uma descentralização a nível nacional, maior do que tem havido até agora, muitas vezes até a nível comunitário, dependendo do recurso, dependendo da arte. De facto há uma estratégia de gestão de proximidade e de gestão participada, e isto vai continuar a ser o resto da vida uns a fiscalizar e os outros a ver como é que fogem à fiscalização.

Que aspectos da Política Comum de Pescas é que gostarias ver melhorar, que pudessem melhorar a Governança?

Isto que eu te estou a dizer.

Houve uma parte que eu não consegui acompanhar. Há uma parte que dizes regional, descentralizar dentro do país, e depois dentro da comunidade?

Dentro do país. A descentralização tem que ser feita também ao nível dos estados.

Isso na pesca artesanal?

Em toda a pesca. Porque os Conselhos Consultivos Regionais são Conselhos que abrangem mais do que um país e nem sempre os interesses desses países são consonantes, quer dizer, nós estamos no mesmo CCR que a Espanha, ora os interesses dos pescadores portugueses e os interesses dos pescadores espanhóis não são exactamente os mesmos, aqueles onde há menos competição pelo território ainda é a pesca local, porque a pesca pequenina do porto não ameaça o outro do lado. Tudo o que sai para além do porto ameaçam-se uns aos outros porque as águas são comunitárias. Não é por acaso que Espanha defende as ITQ's e Portugal não. Nem sempre a nível dos Conselhos Regionais há possibilidade de consenso, ou os interesses são os mesmos, por vezes são interesses opostos. Às vezes estamos a trabalhar no CCR com o nosso inimigo, com o adversário, com aquele que nos ameaça. É evidente que é importante porque tu tens que aprender a negociar com o adversário. Como dizia muito bem o Arafat, nós não negociamos com os amigos, nós fazemos acordos de paz é com os inimigos. Mas é preciso também uma gestão mais regionalizada a nível nacional, é possível dentro do país teres depois uma estratégia de defesa da tua pesca, dos teus recursos, dos teus pesqueiros e isso poder ser, na minha opinião, cada vez menos conflitual. Tem que haver um diálogo maior entre cientistas e pescadores, é uma das questões básicas. Tem que haver um maior diálogo entre a administração da pesca e os pescadores. E se não é possível que estas associações vão para Bruxelas negociar, podem fazer ouvir a sua voz aqui a nível nacional, há coisas da gestão dos recursos que não têm que ser geridas em Bruxelas. Eu sou absolutamente contra a Constituição Europeia no que diz que a gestão das pescas, dos recursos pesqueiros, eles não põe marinhos, não é o petróleo, nem nada disso, são da exclusiva responsabilidade de Bruxelas, isto para mim é inadmissível. E a minha visão de estratégia de gestão é oposta da Comissão Europeia neste momento. Porque a Comissão Europeia aquilo que pretende é a imposição das ITQ's como instrumento de gestão, e isso vai arruinar a pequena pesca, embora eles tenham deixado as embarcações com menos de 12 metros fora disto, ou seja, é facultativo é treta. A desculpa é como há ameaça da concentração económica é preciso criar alguns instrumentos que amenizem a concentração, treta. É um problema de estratégia. Tu, quando defines uma estratégia de desenvolvimento económico, defines a estratégia A, B ou C. Se tu estás a definir a estratégia C não vale a pena estares a fingir que a tua estratégia é a A. E a estratégia da Comissão Europeia da concentração económica é de acabar com a pequena pesca, a de concentrar em Bruxelas tudo isto para que as frotas mais poderosas venham comer os recursos aos países que ainda têm peixe e na minha opinião os recursos locais devem ser para as comunidades locais. Os recursos de cada estado devem ser para a sua frota local e costeira. Porque

por exemplo os espanhóis não se importam que o teu peixe acabe, não é dele, é teu… Para mim a questão da descentralização da gestão através da regionalização, dos CCR's, muito bem, com mais funções e com mais poder do que têm, mas a descentralização também ao nível dos países e dentro dos países ao nível das frotas e das comunidades, isto é muito importante, o envolvimento das comunidades.

E isso parte da iniciativa do país?

Sim. Deixar para o país a gestão aquilo que tem que ver com as suas águas costeiras, daquilo que está ali na faixa, não nos tirem isso. Eu defendo a preservação das 12 milhas, com o alargamento às 24 com área para as frotas do país, as outras não podem lá entrar, e uma coisa fundamental se queremos outro modelo de gestão e governança é muito importante o diálogo horizontal entre pescadores e os seus representantes e os cientistas. O saber empírico dos pescadores tem que ser tido em linha de conta e os pescadores têm de saber também respeitar o trabalho de investigação dos cientistas, mas este trabalho só será possível quando eles olharem nos olhos e trabalharem em conjunto.

Ou tu envolves os pescadores na definição das políticas, ou se eles continuam a ser apenas um agente executor das leis nunca mais vais conseguir nada, porque as pessoas vão fugir à lei, vão contornar, vão fugir à fiscalização e vão fazer o que quiserem. Porque eles não vão aceitar que alguém que nunca falou com eles lhes imponha seja o que for, muito menos Bruxelas, ainda por cima contra os interesses deles.

Diz-me então, mais direccionado, o pensas sobre os actuais mecanismos estabelecidos em Portugal?

De facto não existem órgãos nacionais ou regionais de gestão em Portugal. Não existe nenhum, há um conceito que a Direcção Geral das Pescas ainda tem uma coisa que se chamava um Conselho Consultivo de qualquer coisa da Pesca, mas eu acho que isto já não existe, nunca mais ouvi falar disso. O que existe é, às vezes a participação não tem de ser só feita, tem ser feita através destes mecanismos, deve havê-los, mas não tem de ser feita só através desses órgãos, não basta tu criares um Conselho Consultivo para chegares à conclusão que tens uma boa governança. Tu podes ter esse Conselho, que existiu durante anos e nunca serviu para nada, só servia para tu sancionares, ratificares e poderes dizer que ouviste do sector. Serve para isso, para ratificar coisas que já estão decididas. Há outros mecanismos de ouvir as pessoas, há outros mecanismos de participação. Eu penso que apesar de tudo em Portugal tem havido por parte do Governo algum cuidado nesse sentido. Eu sei que a Direcção Geral das Pescas reúne regularmente com as associações e sobretudo quando há interlocutores válidos, eu penso que não passa pela cabeça de nenhuma administração da pesca decidir qualquer coisa sobre o cerco sem ouvir as associações do cerco, porque sabe que elas dão um parecer construtivo e que estão envolvidas nisto. Aliás nós temos uma experiência de co-gestão a nível da sardinha que é um exemplo de como é possível teres normas de gestão em que o próprio sector ajuda na sua construção, na sua implementação e na sua execução. Pode haver mecanismos que não sejam órgãos formais, mas tem de haver também órgãos formais, penso eu.

Eu não me refiro a órgãos só formais, uma reunião para mim é um mecanismo, no momento em que a Anabela se reúne contigo é um mecanismo, ela pode ter a iniciativa, ou ela pode ser imposta, aqui tens dois modelos distintos de governança.

Sim… apesar de tudo eles têm ouvido alguma coisa ao sector nos últimos anos, houve um período em que não ouviam nada, mas isso tem vindo a melhorar. O que eu penso é que isto devia ser mais formalizado. Porque uma coisa é tu ouvires de forma informal, é

muito mais difícil, depois tu conseguires ajudar com o lobby. Se for uma coisa formal pode sair um parecer escrito dizendo o órgão, mandares a Bruxelas o órgão tal tem este entendimento, é completamente diferente de quando há uma reunião formal e portanto isto é um daqueles pontos em que para mim a formalização é importante. Quando tu estás a fazer lobby tu tens que ter órgãos formais, senão eles não te vão ligar. Tu até podes por os colaboradores todos a andar para lá um e-mail. É muito mais eficaz, tens muito mais força se fores com uma reivindicação institucionalizada, organizada, sustentada, do que se tu fores apenas falar com a Comissão numa reunião. Eu penso que deveriam ser criados a nível nacional mecanismos formais de gestão que envolvessem obrigatoriamente a presença de cientistas, pescadores e administração. Como é que isto se fazia? Por exemplo tens um órgão para a sardinha, em que estão os cientistas do IPIMAR que estudam a sardinha, a administração e os representantes da pesca da sardinha, e o que sai daquele órgão é qualquer coisa que, apesar de tudo, está sustentado num debate de ideias. Pode haver conflito obviamente, mas eu penso que o sector da pesca tem de aprender a negociar. Às vezes nós não conseguimos atingir os nossos objectivos a 100%, temos que negociar. Há alturas em que não conseguimos negociar porque as posições são inconciliáveis, mas vai haver muitas situações em que consegues negociar, cedem os dois e chega-se a uma conclusão, e vai haver um consenso. Nós temos que nos habituar a este exercício burocrático que é um exercício democrático de ouvir os outros, de reconhecer que não sabemos tudo e de todos assumirmos que isto é importante para todos, para o país e para nós. Como uma vez disse um Director Geral a um cientista do IPIMAR: Cale-se porque se não houver pesca você não tem emprego.

Mas aí também é necessária uma figura mais mediadora se houver um conflito desses aberto...

É sempre preciso animação e mediação, sempre é preciso. Os processos de negociação social são processos que exigem negociador ou um animador ou um árbitro muitas vezes, alguém vai ter que tomar aqui, até pode ser a própria associação que funciona como animador. Mas isto tem muito que ver com a política que se segue, se tens uma política que não é essa não vale a pena. Quando tu crias um órgão destes estás ali para fingir que consultaste o sector e depois impões na mesma. Para mim o mais importante não é criar órgãos, o mais importante é criar uma estratégia de gestão participada e de proximidade. Porque depois se estiveres verdadeiramente interessada nisso tu vais encontrar os mecanismos adequados que poderá ser num lado uma coisa e noutro ser outra, porque na pesca tu tens uma pesca altamente organizada, organizações profissionalizadas, altamente experientes, com experiência de gestão, federativamente organizadas e tu podes até ter bons mecanismos. Na pesca artesanal não tens nada disso, vais ter de utilizar se calhar outro tipo de meios e de mecanismos até um dia teres isso. A própria administração da pesca devia ser a primeira entidade a assumir a responsabilidade da animação desse processo porque para um Estado e para uma Administração é muito importante ter um sector organizado que sabe o que diz, que sabe o que defende, que sabe negociar, que sabe viver em sociedade e defender os seus interesses. Mas a verdade é que esta não tem sido a política das Administrações do nosso país. Há algumas excepções, nomeadamente a gestão do Apolinário a última, para mim foi o melhor Director Geral, teve uma atitude permanente de estimulo à participação, porque escuta, ouve, pensa sobre aquilo e quando a malta tem razão ele pode até politicamente, já houve momentos em que ele politicamente esteve impedido, ele não tem autonomia para definir políticas, isso cabe ao Secretário de Estado e ao Ministro, e houve muitos casos em que sei que ele tomou uma posição política a que estava obrigado. Mas isso não significa que não tenha ouvido e que muitas vezes

procure ver se minimiza os efeitos colaterais, eu estou-me a lembrar do Código Contributivo. Aquilo foi uma negociação política até se conseguir o que se conseguiu agora, voltou tudo à luta, e a partir de 1 de Janeiro vai ficar tal e qual como estava antes de 1 de Janeiro de 2011 mas durante o processo de Governo PS em que: não é possível, a Lei está aprovada, só alterando a Lei… É verdade que foi alterada a Lei, mas havia eleições, estava-se num processo de transição. Mas nós sentimos que a nossa administração esteve a ouvir os problemas que nós colocávamos e tentaram pelo menos minimizar, até se alterar a Lei, os impactos negativos, e ouviram-nos. Os partidos políticos ouviram-nos, porque o sector se organizou, porque senão não tínhamos conseguido nada. O sector tem que perceber que tem que se organizar e a administração tem que ter uma política consequente de valorização da sua própria pesca e dos pescadores, ouvi-los e estimular a sua organização porque uma administração inteligente sabe que tem mais força social em Bruxelas quanto mais o seu sector estiver organizado na retaguarda a dar-lhe força.

Aqui já estás a falar em dar mais responsabilidade mas há aqui uma outra questão, pensas que melhorar a governança passa por dar mais responsabilidade aos grupos?

Sim. Tem que haver responsabilização porque as comunidades piscatórias na fase de execução, se eles não são responsabilizados também a outros níveis é evidente que vai continuar a haver esta conflitualidade entre a Lei que é imposta e aquele que tem que a cumprir e que não a quer cumprir. Têm que aprender a negociar, até porque há momentos políticos em que a situação económica a nível da Europa, a nível do mundo e do país são mais propícios a que eles façam prevalecer os seus interesses e há outros em que às vezes estão a atravessar um túnel em que não vêm luz no seu fundo. Eu penso que esta questão de dar mais responsabilidade aos actores é fundamental. Há outra coisa, a questão dos grupos não estou a fugir a ela, vem aqui. Quando nós trabalhamos em desenvolvimento local ou regional e também a nível nacional, porque o nosso país é tão pequenino, não basta apenas identificar líderes naturais ou interlocutores com quem pensamos que conseguimos falar e negociar, é também uma visão holística. Eu penso que até mesmo a esse nível tem de se aprender a arte da negociação social. A pesca não está isolada, a pesca é uma fileira e além da fileira da pesca ainda há a disputa, cada vez vai sentir-se mais, pelo território com outras actividades marítimas que não a pesca, fora da fileira da pesca, e aí vais buscar o cluster do mar e o hipercluster. E os pescadores neste momento estão a lutar para defender o seu território com outras actividades marítimas, com o turismo em terra que entram pelos seus bairros dentro, pelo seu território dentro, os veleiros e os iates a entrarem pelo mar dentro e a roubarem-lhes espaço. O que era o território deles no litoral e à beira mar passou a ter que ser disputado palmo a palmo com outros. Por outro lado também em termos da sua actividade profissional piscatória eles não estão isolados, há muitas actividades a montante e a jusante que também têm interesse na manutenção da pesca e na defesa da pesca, muitos deles são potenciais aliados, e o sector da pesca tem de aprender a identificar aliados. Para fazer lobby quanto maior for a representatividade e a força dos actores envolvidos mais eficaz é o lobby. O envolver mais grupos dá um olhar mais multifacetado, dá mais força à luta, facilita a capacidade negocial, e quando tu tens que disputar território com outras actividades estás mais forte, já não é só a pesca, é o Estaleiro Naval, é a Fábrica de Conservas é a Lota, há todo um mundo da pesca ali à volta que é fundamental e, o envolvimento da comunidade que até agora quase que era uma coisa exclusiva de quem está na arte, não, isto tem impactos a nível a nível de toda a comunidade, da economia da comunidade, das famílias, dos rendimentos das famílias,

é do interesse de todos. Portanto as experiências do tipo dos CCR's que são órgãos em que todas as partes interessadas podem participar são extremamente interessantes e seria importante que em Portugal se fomentasse este diálogo. Vou dar um exemplo concreto, comerciantes de pescado e pescadores não podem olhar-se como inimigos, têm que aprender-se a encarar-se. A actividade económica de um depende da actividade económica de outro, o pescador precisa de comerciantes que lhe comprem o peixe e o comerciante precisa que o pescador pesque para ele lhe comprar peixe. E muitas vezes encaram-se como inimigos. E o que nós temos que olhar é para este mundo que não é um mundo uniforme, porque há compradores e compradores de pescado. Quando foi a intenção do Governo de privatizar a Docapesca, o Governo mandou fazer um estudo a uma empresa independente, chegou a conclusões absolutamente incríveis, uma das grandes reivindicações dos pescadores por exemplo era a distribuição ao longo da cadeia entre a produção e o consumidor o pescador é claramente prejudicado no valor talhado nessa cadeia de comercialização. E por isso o pescador olha muitas vezes para o comerciante como aquele que lhe paga barato e vai vender caro ao consumidor. Era interessante que todos os pescadores vissem esse estudo da empresa independente, estão lá dados absolutamente incríveis. Por exemplo a concentração económica a nível dos comerciantes de pescado no nosso país é assustadora, do tipo em 10 anos 30% do peixe é comprado, faz de conta, por 10 empresas. Enquanto havia "x" de comerciantes de pescado num ano, quantos comerciantes de pescado há 10 anos depois. E tu vês que há uma concentração económica incrível sobretudo depois do aparecimento na corrida dos grandes hipermercados Grupo Sonae, Jerónimo Martins, etc, que te vão comprar directamente à lota ou têm alguém quem compre directamente à lota e utilizam o peixe nos hipermercados como chamariz. Verdadeiramente a diferença do preço à produção e do preço ao consumidor não é nos grandes hipermercados, é nos pequenos vendedores porque é bom identificarmos que é que pode ser nosso aliado, o peixe começa a deteriorar-se mal sai do mar, não é a mesa coisa do que os ovos e as batatas, que se não me derem agora o preço que eu quero por eles eu guardo as batatas e ainda aguentam um mês, mas o peixe não, porque o peixe cada hora que está fora de água está a degradar-se e a perder valor. Quando eu vendo peixe eu sei que vou ter perdas, eu posso comprar 3 e só vender 1. A margem de lucro muitas vezes tende a minimizar as perdas que tu tens do peixe que não vendes, porque o peixe já se estragou, não tem condições etc. Mas a margem de lucro é maior nesse pequeno comércio, e só por causa disso tu vais defender os hipermercados? O fenómeno da concentração? A nossa economia portuguesa é feita de pequena economia, de economia familiar, de pequenas empresas, microempresas e quando muito médias empresas, esse é o nosso tecido económico.

E verdadeiramente eu penso que é muito mau para os pescadores eles pensarem que quem vai resolver o problema da valorização do preço do peixe para venda são os grandes hipermercados. Porque no dia em que os hipermercados tiverem acabado com a rede dos pequenos comerciantes e a rede das pequenas mercearias… Eles vão tentar fazer na pesca aquilo que fazem com os camponeses, eles pagam ao preço que eles decidem no prazo que eles decidem. E é graças à Docapesca que isso não acontece, porque a Docapesca obriga-os a pagar, eles o peixe não pagam a 180 dias, o pescador recebe imediatamente, o pescador não pode estar à espera 180 dias que o Belmiro de Azevedo lhe pague. No dia em que os hipermercados tiverem o controlo total e absoluto do comércio de pescado os pescadores estão em apuros.

Como é que a participação dos comerciantes nestes mecanismos pode melhorar? Os comerciantes podem ser clientes dos hipermercados? É um risco.

Por isso é que tu tens de olhar para aquela palavra "comerciante de pescado" não são todos iguais.

Então ao mesmo tempo que tu colocas comerciantes podes estar a gerar um monopólio mais forte ainda. Eu não estou a dizer com isto "agora vamos excluir os comerciantes", muito pelo contrário.

Isso é uma coisa que já não depende dos pescadores, depende da estratégia de desenvolvimento. Isto não está nas mãos dos pescadores, isto está nas mãos do Projecto de Desenvolvimento Económico do Governo. Eu se fosse governante o Projecto que eu tinha para Portugal era um Projecto assente em pequenas e médias empresas que é isso que nos faz não passarmos fome, mas eu sei muito bem que não é este o entendimento da maior parte dos nossos governos. É a economia de escala, os grandes grupos, a concentração. Voltamos outra vez ao problema da concentração económica. Na política comum de pesca pretende-se fazer com as ITQ's o mesmo, é concentrar os direitos de pesca na mão e meia dúzia de grupos económicos muito grandes. Tal e qual como nos compradores a tendência tem sido para concentrar o comércio de pescado na mão de meia dúzia de grupos económicos. E todo o tecido da pequena pesca tal e qual como a comércio de peixe está em risco de se reduzir à sua mínima expressão. Isto é do interesse dos pescadores? Este modelo de desenvolvimento económico? Não é. É um grande erro se os pescadores olharem para os pequenos comerciantes de pescado como se fossem inimigos, porque quanto mais comerciantes de pescado houver na lota mais o preço sobe. O pescador tem todo o interesse em que os grandes grupos económicos não esmaguem o pequeno comércio de pescado, isto devia ser uma estratégia defendida pelo sector da pesca. Quanto mais comerciantes na lota melhor. O Belmiro de Azevedo é que é a grande ameaça dos pescadores, e eles olham muitas vezes para estes hipermercados que fazem acordos directos com a OP para escoamento de pescado e que garantem o escoamento como os salvadores da Pátria, eles são-no hoje, porque no ano de 2020 quando eles tiverem acabado com os comerciantes de pescado pequenino já não é o aliado. O aliado natural é o pequeno comerciante. Isto é a minha estratégia de desenvolvimento, e por isso é que eu digo que o envolvimento de outros grupos nas discussões são muito importantes porque permitem ter uma visão de desenvolvimento geral do país, e temos que ver que somos um país muito pequenino à beira-mar plantado, e o nosso modelo de desenvolvimento, na minha opinião deve ser assente nisto, tal e qual como eu defendo a manutenção da pesca artesanal, defendo também para todo o país a manutenção deste tecido económico feito de pequenas e médias empresas, muitas de carácter familiar, mas que de facto no mundo de liberalização em que nós vivemos isto qualquer dia não existe, e o problema é que esses grandes grupos económicos começam a criar desemprego. Ou seja, esta pequena economia não pode desaparecer. Eu olho sempre para a pesca como uma fileira. Claro que o meu sector é pesca/ produção. Temos de olhar para isto com os impactos todos que tem, para as actividades a montante, para as actividades a jusante, para a comunidade. Em última análise são sempre as próprias famílias e a comunidade que a são prejudicados com a crise. E as comunidades são penalizadas ou não, porque se a pesca não der os comerciantes também não vendem. Há toda uma economia local que gira à volta da pesca ao longo da nossa costa, e toda essa gente forma um grupo muito grande, muito maior do que o número de pescadores que existem. Os stakeholders devem ter uma palavra a dizer em muitos aspectos. Há coisas que o comerciante de pescado não está interessado em saber, mas há outras que sim, põe exemplo na Docapesca, não é por acaso que os comerciantes de pescado defenderam a privatização da Docapesca. Mas quem é que está na Associação de Comerciantes de Pescado? Eu gostava de saber, esses

é que lá estão defendidos. Se calhar os pequeninos comerciantes de pescado é que querem a Docapesca, porque senão não têm onde comprar peixe. Porque se for privatizado as regras mudam, podem eles ficar desamparados.

No momento em que tu envolves então mais grupos, mais grupos podem ser uma grande potencialidade no aspecto em que ao teres mais grupos o poder está mais distribuído. Nesse caso, no sentido de ética por parte de actores como a ADAPI, a ANOPCERCO podem ter um peso muito grande nessa reunião ou mecanismo.

Por isso é que eu defendo que a descentralização e a proximidade pode significar mecanismos diferentes para os diferentes segmentos da pesca. Em vez de teres um grande Órgão Consultivo de Gestão, mais vale haver um para o Cerco, um para o Arrasto, ou seja, criar pequenos núcleos de negociação, polarizado, mais próximos em que é possível haver consensos. Porque depois a negociação com grupos se houver conflito já se faz a outro nível, e as pessoas já podem ir para essa mesa sabendo que podem o que podem negociar. É mais fácil a negociação se primeiro forem estabelecidos consensos.

E as ONG's… nesta responsabilidade?

As ONG's para mim são aliados da pequena pesca e notou-se isso agora em 2009 quando o Livro Verde da Política Comum de Pesca esteve em discussão o lobby que defendeu a pequena pesca perante a Comissão Europeia não foram as organizações da pesca sozinhas, foram também as ONG's de Desenvolvimento e as Ambientais. Pela primeira vez na história isso aconteceu. Foram elas que lideraram o processo de discussão que levou depois às tomadas de posição e formação de lobby. A PONG Pesca tem um percurso muito interessante numa aproximação das ONG's à pesca que estavam muito separadas da pesca, praticamente só a GEOTA é que tinha maior ligação às comunidades piscatórias, não muito próxima mas apesar de tudo tinha essa preocupação, era a que estava mais próxima, mas isto depois também depende das lideranças. A criação da PONG Pesca para mim foi muito importante e eu acho que em 2009 foi uma lição muito grande que eu espero que os pescadores tenham aprendido. Há muitos anos, que tal e qual como eu disse isto dos comerciantes de pescado, digo para não olharem para os ambientalistas como seus inimigos. Os ambientalistas são os potenciais aliados na defesa da pequena pesca. As ONG's ambientalistas não defendem pesca do arrasto, não defendem pescas industriais, defendem que a pesca artesanal é uma pesca mais verde e por outro lado é uma pesca muito ligada às comunidades piscatórias e por isso são aliados potenciais, e têm muita força porque são ouvidos. Por isso eu digo que eles deviam ligar-se às ONG's, dialogar com elas sobre como é que vão defender a pesca artesanal, porque eles conseguem chegar a Bruxelas melhor e mais facilmente do que as organizações da pequena pesca que não são ouvidas. Bruxelas não quer saber da pesca artesanal, ainda em 2009 isso aconteceu no seio do CCR Sul com o Grupo das Pescas Tradicionais que é um grupo de trabalho onde nós estamos, aliado à CIAPA que é uma ONG do Desenvolvimento que tem sede na Índia e um escritório em Bruxelas que defende a pesca artesanal como um todo, e com forte visão ambientalista mas também com preocupações muito fortes em termos de Desenvolvimento Local, a Development também, mas a CIAPA teve aqui um papel de animador muito forte porque se juntou com outras ONG's do Ambiente, nomeadamente a WWF, organizara-se vários momentos de debates e encontros em que os próprios ambientalistas suportaram a viagem dos representantes da pequena pesca a Bruxelas e à Corunha e na Galiza (se não me engano) a participar nestas reuniões, e conseguiu-se no seio disto mobilizar muitas organizações da pequena pesca, gerou-se uma discussão muito interessante: O que é a Pesca Artesanal e o seu conceito, foram propostas concretas para

Bruxelas, que eles não ligaram nada, a proposta de que a pesca artesanal não pode ser considerada, barcos com menos de 12 metros deve-se ter em atenção o tipo de artes que utiliza, a exploração se é ou não familiar, a ligação à comunidade, se descarregam o peixe na comunidade, se animam a economia local, se utilizam o recurso local etc, degenerou, que a proposta diz embarcações com menos de 12 metros. Eles simplesmente não leram os papéis, não ouviram a pequena pesca e ainda tiveram a lata de dizer que não criaram, que estava previsto no sistema de gestão adaptado à pesca local e costeira porque não tiveram consenso as associações e as associações não se mostraram interessadas, é mentira. E esta luta de 2009 que produziu documentos muito interessantes, a AKTEIA também fez um documento na mesma linha e participámos em muitas reuniões, este movimento que reuniu ONG's do Ambiente, ONG's do Desenvolvimento e Associações da Pesca Artesanal foi uma experiência de trabalho muito rica. O diálogo foi muito fácil nas reuniões, quase não houve conflituosidade e as organizações descobriram que tinham mais pontos em comum do que aqueles que não tinam em comum. A PONG Pesca participou também nisto e foi muito bom ter-se criado esta Plataforma. Quando tu falas na questão dos Grupos, eu há pouco falei da de dos comerciantes de pescado mas poderia falar das ONG's, e aí tivemos uma experiência concreta em 2009 de como é fácil trabalhar com as ONG's que de facto são nossos aliados naturais da pesca artesanal. E aquilo que saiu de lá foi muito fácil chegar aquele consenso, as propostas da pesca foram aceites pelas ONG's, as ONG's pela pesca, ligou-se uma à outra. O fundamental foi defender a pesca artesanal, impedir que a pesca artesanal desapareça, impedir a concentração económica e a concentração das licenças de pesca e os direitos de pesca na mão de pouca gente, o ataque às ITQ's, aliás se vires o comunicado da PONG Pesca depois de sair a 17 de Julho a proposta, o comunicado deles tu vês que está como uma crítica e que não está a salvaguardar a pesca etc. aquilo comprova e reflecte a discussão que foi feita em 2009 e o lobie que foi feito envolvendo ONG's e as associações da pesca artesanal. Isto prova mais uma vez que a participação de outros grupos como stakeholders no debate é fundamental porque nós vamos descobrir que afinal todos os outros que não são pescadores não são inimigos, há muitos que são aliados, e quanto mais aliados nós tivermos quando vamos para uma luta melhores são os resultados. Penso que a experiência de 2009 se deve manter e espero que tenha sido uma grande lição.

Sente que consegue promover (directa ou indirectamente) um melhoramento das condições de vida na pesca, na Murtosa? Se sim, em que aspectos.[1]

Gostava de falar da Galiza antes de te falar da Ria de Aveiro, porque para mim as duas coisas…, o que me fez apostar um bocadinho com a Organização da Ria de Aveiro e preocupar-me um bocadinho tem muito a ver com a minha experiência na Galiza, eu tive a sorte, de durante o projecto, contactar com a organização das mariscadoras na Galiza, e aquilo que eu soube daquele processo de organização foi absolutamente espantoso, foi um processo que durou cerca de dez anos, o marisqueiro passou de uma situação em que toda a gente apanhava porque era publico, levou a uma situação em que quase não havia amêijoa, o recurso estava completamente esgotado, por exemplo apanhavam a amêijoa e era complemento do rendimento familiar, e qualquer pessoa apanhava amêijoa, e dez anos depois a realidade passou a ser completamente diferente, deixou de se fazer apenas apanha, passou-se a fazer-se (???), portanto todo aquele território passou a estar na mão do agrupamento de mariscadoras, que estava organizado

[1] A partir daqui a gravação foi no telemóvel. Há vários escertos de texto em falat. Não se consegue perceber.

na confraria, das varias confrarias, toda a apanha conseguiu ser controlada, mas para que isso acontecesse houve necessidade de fazer papel pedagógico, fiscalização pedagógica, junto da população comum que ia apanhar, e que aquilo era normal, e as próprias mulheres fiscalizavam, havia uma fiscalização suportada pela administração da pesca, mas as mulheres iam à noite em grupos fazer a fiscalização da apanha furtiva, e hoje elas é que controlam o sistema de produção, elas é que definem as regras, quando se apanha, quem apanha, quanto se apanha, que quantidade, que qualidade, que tamanho, toda a produção é pré definida, é deixada no armazém, há sanções para quem apanhar amêijoa abaixo do tamanho, são elas que colocam na lota, são elas que estipulam o preço mínimo, elas é que definem as regras do jogo, e a partir do momento em que isto aconteceu houve uma alteração completa e aquilo deixou de ser o complemento de rendimento familiar, que estas mulheres são todas mulheres de pescadores, para passar a ser uma profissão. Uma situação semelhante acontece com o berbigão, eu vi a experiência do representante da associação de apanhadores de berbigão da Galiza, numa iniciativa promovida na Ria de Aveiro, eles diziam que por exemplo no rendimento mínimo mensal de mil euros limpos, isto é impensável na Ria de Aveiro, não há uma garantia de um rendimento mínimo, está tudo dependente do preço que os compradores estão dispostos a dar, do investimento que fizerem, etc., e aconteceu um fenómeno, a maneira que às vezes tinham de furar este poder das mariscadoras, que são fundamentalmente mulheres na Galiza, era vir à Ria de Aveiro comprar mais barato, portanto na Ria de Aveiro há uma total desorganização, um total desregulamentação, da actividade marisqueira, falta um mecanismo de organização, há um excesso de regulamentação da actividade marisqueira na Ria, eles poderiam ter maior influência, e mesmo controle no mecanismo de preços, têm o exemplo da Galiza. Aqui há bastantes anos, promovemos mesmo uma reunião com todas as associações e a câmara de Olhão, da Ria Formosa, e a Ria de Aveiro, com a câmara de Ílhavo, com as autarquias para que eles se conhecessem, porque eles trabalhavam mas não sabiam quem eram, as associações não se conheciam, estavam de costas voltadas, são realidades semelhantes. Depois há ali também, que eu sei, muita apanha ilegal, nomeadamente mergulho, que é proibido, portanto aquilo continua ainda numa fase as comunidades piscatórias não estão organizadas e não são elas a regular, a fiscalizar e a assumir a questão do recurso da Ria, a questão da Galiza era um exemplo altamente inspirador. Eu não desisto, na minha cabeça, de algum dia seguir o exemplo da Galiza. A nível do mariscador é mais fácil do que a nível da pesca, porque se não quiserem àquele preço, elas põem-na na depuradora e vendem-na no dia seguinte, elas têm um instrumento poderosíssimo na mão para poder impor um preço ao comprador, uma relação justa de compra e venda, mas isto não se conseguiu. Eu já me envolvi neste esforço, que te estou a contar agora, inspirado na Galiza, na Ria de Aveiro e Ria Formosa. Outra questão, a nível do CCR, houve candidatura para um Projecto chamado Gepeto, que visa a criação de Planos de Gestão de pesca para determinadas espécies piloto, e por sugestão do Grupo de Trabalho das Pescas Tradicionais, dado que a pesca artesanal é uma pesca multidiversificada, não pesca apenas uma espécie, para poder também dar a esta pesca a possibilidade de se poder tratar também da questão de territórios, e nós Portugal propusemos a zona piloto da Ria de Aveiro, portanto se o Gepeto for aprovado, em Portugal vai se tratar o recurso da pescada e o recurso da sardinha, e o território piloto, a zona piloto da Ria de Aveiro, quando nós, a nível da Rede das Mulheres, fizemos esta proposta com o apoio do IPIMAR, foi no sentido de exactamente ver se o Gepeto é o instrumento para darmos o salto qualitativo em termos de gestão. É uma coisa inspirada na Galiza. Nós para fazer uma boa gestão, temos que fazer a análise do recurso, e talvez através do projecto Gepeto a gente consiga sair com

um saldo diferente, gosto muito da Ria Formosa e da Ria de Aveiro, são dois sítios com que eu me identifico muito, é das zonas do país onde eu antes de me reformar, gostaria de sentir que teria contribuído para alguma coisa, portanto penso que, como há muitas mulheres envolvidas também na actividade na Ria, e as mulheres têm de facto uma capacidade de organização, e uma outra visão associativa que os homens não têm, que ali as mulheres podem ter um papel fundamental. Portanto eu penso que talvez o Gepeto possa ser um contributo, nós prevemos o trabalho lá e até relacionado com um projecto que foi desenvolvido pelo PRESPO, eles estudaram a parte da pesca, e nós vamos trabalhar mais na parte do marisqueiro, gostaríamos muito que isto acontecesse. Por outro lado também penso que a APARA a partir do momento em que se transformou em OP, que eles dêem um salto qualitativo em termos de, em que possam intervir desta maneira mais eficaz na parte do marisqueiro, porque de facto o marisqueiro tem aquilo que a pesca de peixe não tem, que é o poder esperar para vender e dizer, "a esse preço não vendo, venha cá amanhã", a organização é importante porque tu não vendes mas o gajo ali do lado vende, tu dizes, "só vendo à APARA ou a quem for organização, na Ria de Aveiro não compras", e ai o gajo tem que dar o preço, isto tem que ser de uma forma organizada.

Isso é mais um incentivo para que mais pescadores se associem à APARA?

Sim, eu penso que sim, se a APARA tiver este papel interventivo, é óbvio a sua representatividade aumentará, é evidente que possam haver pessoas que queiram sair fora do esquema, mas tudo isto também tem a ver com a atitude da administração, porque aquilo que acontece na Galiza, como as confrarias é que fazem a gestão do stock, a gestão na Galiza é dada ao agrupamento de mariscadoras, ninguém pode pescar ali sem autorização delas, este não é o modelo português, e muitas vezes isto cria limitações porque tu para teres envolvência na definição de preços, queres ter alguma força negocial, tens que estar organizado e tem que ser todos, nisto a Galiza tem um projecto fantástico, e valorizando o papel da mulheres. Na Galiza a pessoa que esteve à frente deste processo de organização da pesca, foi uma mulher que veio do desenvolvimento rural, com muita experiência no desenvolvimento local, foi trazida para a pesca para poder trazer para a pesca a experiência das metodologias participativas que eles usavam no desenvolvimento rural, foi ela que liderou este processo, ela hoje está reformada mas ela deixou esta coisa fantástica, foi deixar um recurso que estava completamente esgotado, e uma comunidade inteira que para a qual a amêijoa era para comprar os sapatitos e as despesas extras, para uma profissão com toda a dignidade. Eles não dizem mariscadores, dizem mariscadoras porque a maioria são mulheres. Havia associações, por exemplo, uma associação em concreto que me falaram, em que eram todas mariscadoras, só havia um homem e esse era o presidente, hoje todas associações são presididas por mulheres, e as mariscadoras são na grande maioria mulheres. Portanto, há de facto uma experiência muito, muito interessante do governo autónomo da Galiza, que nós poderíamos na Ria de Aveiro servir como exemplo. Outra coisa também, que poderá ajudar bastante a Ria, e a Murtosa em concreto, a Murtosa em concreto tem uma coisa que é, tem lá uma líder da Rede de Mulheres, que é a Anabela, e logicamente que a Murtosa neste ponto será o coração, digamos, de qualquer processo de transformação, é no futuro o instrumento, a ferramenta que pode constituir os Grupos de Acção Costeira, e há um Grupo de Acção Costeira na Ria de Aveiro, penso que deverá haver no futuro um projecto de Desenvolvimento Local para que possa haver complemento de rendimento às famílias. Pessoalmente, eu vou dizer-te o meu sonho, o meu e o da Anabela, que já conversámos muito sobre isso, era desenvolvermos um projecto de desenvolvimento de turismo

responsável e de turismo local, comunitário, em que os pescadores, as famílias dos pescadores beneficiassem com o turismo. Passa-se a vida a falar do turismo é sempre a salvação como alternativa, deixas a pesca e depois o que é que há no litoral, só há turismo, treta, porque normalmente as comunidades piscatórias não ganham muito com o turismo, tirando o peixe que vendem às paletes e umas casas que alugam aos turistas, os que não forem de calculismo bem forte, é normalmente o turismo familiar, os pescadores ganham muito pouco com o turismo, pelo contrário, são expulsos a pouco e pouco do turismo, são afastados dos seus antigos centros populacionais, etc., por exemplo em Peniche há senhoras à saída dos autocarros a oferecer quartos para alugar, isto só prova que há poucas camas de hotelaria disponíveis para o turismo em Peniche, só faltava que tirassem os quartos e as casas para alugar aos pescadores, que é a única coisa que eles ganham com o turismo, ou das poucas coisas que eles ganham com o turismo, isto não prova coisa nenhuma, até porque o gajo que vai para o hotel é o turista A, o gajo que aluga um quarto é o turista B, não são o mesmo segmento de turismo, a experiência que eu gostaria muito, e que na Ria de Aveiro poderia ser uma experiência piloto, gostaria que fosse a nível nacional, era que o negocio do turismo local, o turismo responsável beneficiasse comunidade piscatória, que teria quartos de aluguer e casas de aluguer certificadas, disponibilizadas através da Internet a turistas de todo o mundo, em que as pessoas ficariam no chamado turismo de habitação, mas podiam aliar a pesca ao turismo, ir ao mar com os pescadores, aprender a cozinhar comida local, etc. Mais uma vez, há uma experiência destas na Galiza, em que as redeiras e as mariscadoras criaram uma associação, elas são guias turísticas, tiveram um curso, cozinham para os turistas, mostram-lhes como é que se apanha a amêijoa, como é que se faz redes, ficam na casa delas, há ali uma gestão do turismo comunitário por parte das pessoas da própria comunidade. Este projecto é outro projecto que poderia aumentar os rendimentos das famílias, sobretudo nas épocas em que há problemas na pesca, na apanha da amêijoa, etc., é outro projecto que eu gostaria muito, antes de me reformar, de me fazer envolver, vamos ver se a gente consegue.

Acha que os mecanismos de diálogo que existem dão voz às pessoas que vivem na Murtosa?

Não, há uma ligação entre a administração e a Ria de Aveiro. A Murtosa é um dos núcleos desta comunidade piscatória da ria, e é de facto fundamental, porque algumas das lideranças locais, o Tó Zé conseguiu criar pontos de ligação, canais de comunicação com essa administração para a resolução desses problemas, nomeadamente com o IPIMAR, portanto havia uma ligação, por exemplo há interdição de apanha, a malta é avisada por telemóvel, um sistema que foi criado na altura foi tudo negociado com malta do IPIMAR, portanto neste momento a Ria de Aveiro, a administração, o IPIMAR e a Direcção Geral das Pescas têm canais de comunicação, não sei como é que eles estão a funcionar depois da morte do Tó Zé, mas foram criados canais de comunicação, portanto eles não estavam completamente isolados, e a sua voz era ouvida porque eles eram altamente interventivos, eles defenderam a questão do fundo de compensação salarial para os mariscadores, a questão do código contributivo que vai sair, este regime abrange os mariscadores, a questão das paragens por questões de saúde publica, etc., portanto havia aqui um preambulo de organização que na altura era em torno do sindicato, poderia ser da APARA, mas era do sindicato. O sindicato, na altura do Tó Zé tinha uma intervenção muito forte nas condições de vida, a APARA e a VIANAPESCA intervêm mais no exercício da actividade piscatória, estas outras coisas do código contributivo, da segurança, o sindicato tinha uma actividade mais interventiva e muito preocupada com isto, esta questão por exemplo com o IPIMAR é tudo via

sindicato. É muito possível que nos próximos anos haja uma inversão de papeis, que, a menos que a pessoa que foi agora para o sindicato tenha a mesma dinâmica que o Tó Zé, é muito possível, isto tem muito a ver com lideranças, como o novo líder da APARA é muito, muito interventivo e como o Tó Zé faleceu, é possível que a APARA vá ter, nos próximos tempos, um papel mais activo do que o sindicato na organização deles, isto tem muito a ver com os lideres.

Se eu fosse pescadora na Murtosa, para ir tratar de qualquer assunto à APARA, eu tenho que ir a Ílhavo, que é exactamente o sítio onde está a Capitania, é onde estão todos os outros serviços por onde vão passar as coisas, e a Murtosa tem dificuldades em transportes para lá, tens a Anabela que serve como interlocutora, agora…

Exactamente por causa disso que estás a dizer, é que a tendência na pequena pesca é de criar (???????), para isso tu tinhas que ter uma associação na Costa Nova, uma associação na Murtosa, uma associação na Torreira, uma associação em Ovar outra em Esmoriz, agora eu vou-te dizer, a Mutua é nacional, mas eu falo com alguém de cada comunidade, se não conhecer pergunto. O que eu te quero dizer com isto, nós não temos uma organização perfeita, eu pessoalmente, não sei em todas as comunidades piscatórias do país, com quem falo, algumas não sei, não conheço ninguém, nunca lá fui, nunca lá fiz trabalhos, são tantas, eu vou-me reformar sem nunca ter ido a todas, agora o importante não é ver até que ponto é que tu conseguiste atingir os teus objectivos, é o principio de organização, no principio de organização, se tens uma organização da Ria de Aveiro, eu penso que ali tem toda a lógica que haja apenas uma associação, o ecossistema é o mesmo, o território é o mesmo, são todos a partilhar os mesmos recursos, vivem na naquele buraco, saem daquele buraco para ir para o mar e voltam para o buraco, aquilo é um território único, não tem sentido varias associações, porque depois vão entrar em luta umas com as outras, o problema é o modelo organizativo, não existe organização ideal, o importante é o modelo organizativo, se a APARA conseguisse funcionar tendo um interlocutor, um intermediário, colaboradores que estão em perfeita ligação entre a sede e a comunidade, não estamos a falar de milhares de pescadores, ou seja uma associação única onde todas as pessoas da Ria negoceiem e cheguem a acordo sobre o acesso ao recurso e a exploração do território, porque todas têm os mesmos interesses, e ao mesmo tempo, em termos práticos, ter em cada porto um interlocutor, alguém que pega no telefone e diga: tenho aqui um problema com o Manuel, e as pessoas sabem todas que quando têm um problema não precisam de ir a Ílhavo falar com ninguém. Nós funcionamos, na rede das mulheres, muito desta maneira, eu conheço poucas mulheres na Carrasqueira, mas está mais ou menos institucionalizado que o interlocutor é a Fátima, às vezes não é fácil encontrar um interlocutor, não é de um dia para o outro, os espanhóis demoraram dez anos a organizar as mariscadoras.

O que gostaria de ver desenvolvido em termos de investigação nas pescas em Aveiro? Relacionas alguma coisa com a Universidade de Aveiro?

Eu não sei se a Universidade de Aveiro tem uma grande ligação à comunidade piscatória, mas sei que a Universidade de Aveiro tem pelo menos uma coisa, lá está a tal coisa que eu te dizia há bocado, é um potencial aliado, estou farta de dizer à malta: peçam uma audiência à universidade de Aveiro e vão lá arranjar aliados, eles podem investigar, eles podem ajudar com investigação nas vossas zonas que vos é útil, podem desafiar um aluno a fazer um mestrado de uma coisa que vocês precisam, logo influenciam a universidade para que a universidade do vosso território também vos sirva em termos de investigação prática, não faça investigação teórica, faça prática, e

que sirva os vossos interesses, convençam-nos a investigar aquilo que vocês precisam, estou farta de dizer isto a eles, a Universidade é um ponto forte, a universidade de Aveiro é conhecida no país todo como a universidade pioneira na ligação ao mundo empresarial, sempre teve desde que foi constituída uma ligação ao mercado de trabalho, à investigação aplicada. Os alunos da universidade de Aveiro, por incrível que pareça, têm muita facilidade de arranjar emprego, estão muito ligados ao mundo da economia, portanto eles têm aqui uma mais-valia, deviam aproveita-la, na minha opinião, devia haver contacto com a universidade, com o departamento, e estabelecer-se um protocolo entre a APARA, ou a VIANAPESCA e a universidade de Aveiro para fazer isto, isto e isto…, isto é o que eu penso. Da parte da universidade, é assim, nós na universidade de Aveiro temos também um contacto de um cientista, quando precisamos de falar com a universidade de Aveiro normalmente é ele o interlocutor, e nós já dissemos que se precisassem nós tentaríamos falar com ele.

Este modelo de governança, que pretende dar voz a todos os intervenientes, pode contribuir para a sustentabilidade da pesca artesanal?

Em 2009 fiquei danada com aquele lobby – entre as ONG's e as associações de pesca artesanal para dar a volta àquela gaita da política comum de pescas, - tinha havido uma alteração estratégica e a Comissão europeia ia passar de uma fase em que a pequena pesca estava excluída, as embarcações com menos de nove metros estavam excluídas das ajudas publicas, passou, no ultimo quadro comunitário para uma situação em que a pequena pesca tem uma ajuda, é beneficiada nas ajudas publicas, porque houve uma alteração na pesca, aquilo que foi divulgado foi um balde de agua fria em todos nós, ninguém esperava uma coisa daquelas, tão grave e tão contrária aquilo que parecia ser a solução natural da política comum de pescas, a pesca artesanal deixou de ter ajudas, isto foi uma ameaça à pesca artesanal, que a maioria, para não dizer a quase totalidade dos dirigentes e dos pescadores não estão a ter a noção da gravidade do momento que estamos a viver, senão não estavam quietos.

Acha que a pesca artesanal conseguirá sobreviver no actual contexto da actividade das pescas na Europa?

A outra questão, há uma séria ameaça à pesca artesanal, como eu já não sou muito positiva, acredito que a pesca artesanal tem futuro, ou melhor, por exemplo eu defendo que o futuro passa pela defesa da pesca artesanal, a pesca artesanal é muito mais, inclusivamente na distribuição de rendimentos, é uma pesca mais justa, é uma pesca que garante sustentabilidade de famílias e comunidades, é uma pesca mais fácil de gerir, ao contrário do que eles dizem, é mais fácil de gerir meia dizia de barcos grandes do que muitos barcos pequenos, eu pessoalmente penso que uma gestão participada envolvendo estas embarcações, é uma pesca mais verde, é uma pesca que pode preservar melhor os recursos, mas eu penso que a pesca no futuro, quem aposta no projecto equitativo da unidade equilibrado, deve apostar na pesca artesanal, não é por acaso que os bancos defendem a pesca artesanal, como modelo de desenvolvimento. O risco e a manutenção do tecido económico do nosso litoral, com a Pescanova a comprar os direitos de pesca dessa gente toda. A pesca artesanal ficou reduzida de mil barcos a trezentos, foi num espaço de um ano, foi uma coisa impressionante, destruição total do tecido económico do litoral. Se ela vai ter futuro, não sei, cada dia é um dia, e espero que o sector se organize para poder lutar, porque aquilo que sinto é que as pessoas não se estão a aperceber do que está ali no papel, acho que ninguém ainda teve bem consciência.

Duração da Entrevista: 2:35:34

Pode contar-me brevemente como tem sido o seu percurso profissional e como se tem relacionado com governança?

Ora bem, eu estou há vinte e cinco anos no ensino, depois de acabar uma licenciatura achei que o ensino poderia ser uma experiência interessante e enveredei por aí, e a partir daí fiquei. Fiz o curso de Teologia inicialmente, depois fui fazer o curso de Humanidades, quer um quer outro, na Universidade Católica, o primeiro no Porto, o segundo em Braga, e a partir daí tenho andado por cá. Fiz o estágio em serviço, o antigo, o chamado tradicional, antes dos estágios integrados e destes novos modelos, nessa altura fui para Santarém, para Rio Maior no distrito de Santarém, foi lá que fiz a profissionalização, entretanto regressei ao distrito de Aveiro. Tive alguma sorte, ou muita sorte, porque não andei com a casa às costas, ao fim ao cabo durante estes vinte e cinco anos eu estive ao todo em três escolas, não estive a cada ano numa escola, portanto consegui ter alguma estabilidade, nesse aspecto tive bastante sorte e fui cuidadoso com aquilo que fazia, era uma fase em que as escolas podiam, de algum modo, fixar os seus professores através de contratos, portanto eu estive toda a vida na José Estêvão, inicialmente contratado, depois como destacado de outras escolas onde eu era quadro, nunca fui quadro da José Estêvão, porque era uma escola muito grande e muito estável sob o ponto de vista de quadros, portanto nunca havia aberturas de quadros nem movimentação de quadros, era só mesmo estagiários. Mas estive lá, estive lá ao todo, à volta de dezasseis anos, entre saídas e entradas de outras escolas, dezasseis anos da minha carreira foram lá, de 1986 a 2001, que foi quando eu saí, estive dois anos em Rio Maior, e foi só, nunca saí de lá. Depois estive na gestão da José Estêvão, primeiro como secretário, depois como vice-presidente, e depois nessa altura, em 2000 numa reunião que tivemos na Direcção Regional de Educação do Centro, eu vivia na Murtosa, ia para Aveiro, nessa reunião da DREC com o director regional da época, estávamos exactamente a falar de escolas, eu sabia que esta escola estava a ser construída e perguntei-lhe qual era a equipa que vinha para cá, por uma questão de curiosidade, mais nada, eu estava bem na José Estêvão e estava a fazer conte de ficar lá mais uns anos valentes, e na altura o director regional disse que não tinha nenhuma equipa, que estava muito preocupado, porque tinha duas escolas para abrir, que era esta e uma irmã gémea desta em São Vicente Pereira, que foram inauguradas exactamente no mesmo dia ali em Ovar, e não tinha equipa nem para uma, nem para outra, e estava muito preocupado exactamente porque as pessoas estavam-lhe a ser apresentadas como possíveis elementos das equipas de cada instalação, que eram pessoas que não lhe ofereciam grande garantia, tinha um bocado receio, e achava que aquilo devia ser entregue, principalmente a da torreira que era um meio complicado, dizia-se complicado, tinha que ser entregue a alguém com garra e que conseguisse dominar esta gente, dizia ele entre gargalhadas. E na altura estava lá com o meu presidente da José Estêvão, o Arsélio Martins, e o Arsélio no gozo disse: aqui o Manuel é que era bom para tomar conta da escola porque ele é de lá, e nós estávamos em fim de mandato da José Estêvão, o Arsélio já tinha dito que não iria continuar, queria sair, queria dar formação, queria dar aulas, mais do que já dava, ele sempre teve turma e eu também. E nessa altura eu disse: pronto, eu vou pensar e depois digo alguma coisa, entretanto na viagem e durante mais alguns dias conversámos sobre o assunto e achei que era chegado o momento também de fazer alguma coisa diferente com a minha vida, e assim foi, aceitei, não estou arrependido. Foi um desafio complicado por que no meio nunca teve escola para alem do primeiro ciclo e do pré-escolar, foi a primeira vez que se fez uma fusão de escolas, porque nós fechámos a escola havia nas Quintas do Norte, fechámos essa escolinha de primeiro ciclo com pré-escolar que estava em más condições, chovia lá dentro, havia problemas lá, os pais não aceitaram isso de bom grado, exactamente por

causa da distancia, porque eles estavam habituados a ir levar as crianças à escola, ficava ali no meu da povoação das Quintas do Norte, estavam habituados a acompanhar mais de perto o trabalho dos filhos e dos professores, esta distancia para eles metia-lhes medo, e houve muita oposição, a grande oposição que nós tivemos, foi dos pais das Quintas. Primeiro porque há a distância, e segundo porque se achavam melhores do que os da Torreira, porque os da Torreira eram pescadores e eles são lavradores, portanto foi sempre assim, desde que há memoria as Quintas dedicou-se à agricultura e à apanha de moliço para a agricultura e a Torreira à pescas, sazonal ou não mas foram sempre marcados pela pesca, ao passo que as Quintas não, as Quintas julgava-se e julga-se ainda mentalmente um bocado mais avançados que os da Torreira, mais civilizados, têm uma Associação Cultural que ao longo dos anos tem feito algum trabalho com jovens, embora agora esteja numa fase de grande declínio, já há uns anos valentes, mas sempre se achou muito complicado, e muito especial, portanto foi que a pré existente Associação de Pais das Quintas tentou junto da Câmara a aquisição de um autocarro para levar os filhos para a escola, para não se misturarem com a ralé, era assim que a presidente da associação de pais falava, e era assistente social, que é um bocado estranho, com a ralé da Torreira. Portanto, achava que a Torreira eram alunos fracos, de meios complicados e não sei quê. Depois no meio desse processo, também tivemos a informação, à medida que íamos instalando a escola e íamos fazendo a contratação de professores, etc., alguns professores que nos iam chegando, já que tinham algum percurso pela Murtosa, tinham o preconceito de que o aluno da Torreira era um péssimo aluno a nível comportamento e de aproveitamento mesmo em relação à Murtosa, eram pessoas que tinham trabalhado na escola que existia na Murtosa desde 1973, a Escola Preparatória da Murtosa foi criada em 1973, que agora é um agrupamento de escolas, na altura não era mas agora já é. E o que aconteceu é que esses professores já traziam esse preconceito, ou seja a ideia que vigorava aqui no meio era que os alunos da Torreira eram muito maus, maus de comportamento, eram destrutivos, eram péssimos a nível de aproveitamento, eram mal criados, eram vândalos, eram aquilo tudo, ou seja, a imagem que se formou foi a pior possível, foi uma imagem horrorosa que foi, que foi exactamente a ideia de que me esperava um desafio louco, um trabalho brutal de educação. O tempo veio mostrar que era tudo ao contrário, os alunos das Quintas foram muito complicados de educar, os da Torreira são terrivelmente dóceis, são alunos muito mais fáceis de trabalhar, ouvem com muito mais atenção os recados que nós queremos dar em termos de melhoramento das suas atitudes, etc.,. Os das Quintas custaram muito a aceitar fosse o que fosse, eles é que sabiam, eles é que eram educados, eles é que sabiam estar numa cantina, eles não sabiam nada, não sabiam rigorosamente nada, é muito complicado e não aceitavam grandes ajudas, os da Torreira aceitavam tudo.

E hoje em dia ainda é assim?

Hoje em dia isso desapareceu, está muito nivelado, essa diferenciação que havia, graças à escola posso dizer que sim, desde o pré-escolar, alunos que são filhos da casa desde o primeiro dia são iguais em tudo, não se nota nenhuma diferença entre eles, não conseguimos distinguir. Na altura distinguíamos absolutamente, na maneira de ser, na maneira de estar, nos problemas, nós sabíamos imediatamente quem eram os alunos das Quintas. A Murtosa continuou com os problemas que tinha, os alunos saíram de lá, dizia-se que os problemas da escola da Murtosa eram os alunos da Torreira, que eles é que estragavam tudo, eram isto, eram aquilo, não sei quê, não sei que mais. Os alunos saíram de lá, vierem todos para cá, todos sem excepção e os problemas persistiram e persistem, e continuam graves problemas na Murtosa, que nós temos conhecimento deles, aqui não, nunca tivemos problemas, nunca tivemos um vidro partido, nunca

tivemos vandalismo, nunca tivemos grafitis, nunca tivemos roubos, nada, nem violência, nada. Os problemas que nós consideramos problemas para a totalidade das escolas, são episódios, episódios que nem sequer são intervencionados, são coisas que passam ao lado das pessoas, que as pessoas não ligam, os outros é que são problemas, nós não temos aqui essa questão. Inicialmente os alunos tiveram, nós sentíamos claramente que havia uma dificuldade de relacionamento com os pais, em termos de prosseguimentos dos estudos, os pais não estavam muito sensibilizados para essa questão, a maioria dos pais achava que as crianças deveriam atingir o nível de escolarização obrigatório para conseguir que era a chamada cédula marítima para poder trabalhar na ria, ou para poder ir para o bacalhau ou para os barcos, em termos de pesca profissional, portanto a preocupação dos pais era conseguir a cédula, ponto final, a escola era um meio de conseguir um papel que dizia à capitania que a criança, o jovem, o adolescente tinha as habilitações literárias indispensáveis para conseguir fazer o resto dos procedimentos que eram necessários. Isso durou para aí três, quatro anos, nós sentimos isso claramente, e víamos que os alunos chegavam ali ao sexto ano, sétimo ano, oitavo ano e desapareciam, iam-se embora, iam trabalhar e nós tínhamos consciência disso, e fomos trabalhando, fomos conversando com os pais, fomos convencendo que de facto a escolarização era necessária, demos cursos nocturnos a alguns pais, aconselhámos pais, na altura em que apareceram os Centro de Novas Oportunidades, a fazer formação em Ovar, aconselhámos e acompanhámos os pais para lá para fazer alguma melhoria das suas habilitações literárias, porque eu tinha a certeza de uma coisa, e tenho, qualquer mãe, porque as mães são as mais fáceis de convencer, os pais são mais renitentes, têm outras ocupações, acham eles. Agora eu tenho a certeza de uma coisa, e a experiência tem-me mostrado que é verdade, uma mãe que tenha determinada habilitação escolar não vai admitir que o filho tenha menos que ela, não aceita, portanto se a mãe tiver a quarta classe, vai pelo menos querer que o filho tenha o sexto ano, se a mãe tiver o sexto ano, o filho tem que ter o nono, e se a mãe tiver o nono o filho tem que ter o décimo segundo, é assim a mãe acha que o filho tem que ter mais do que ela, e foi por isso que nós apostámos um bocado nesse trabalho dos pais, foi forçar as mães, foi dar-lhes todas as hipóteses de elas conseguirem melhorar um bocado a sua vida e tentar dar o salto. O salto que nós queríamos, nunca foi dado, que era melhorar, as próprias mães e pais melhorarem a sua vida, porque é fácil para esta gente, é fácil, eles têm acesso a dinheiro, porque a pesca dá-lhes felizmente bastante dinheiro, quer a sazonal quer a profissional que é a dos bacalhoeiros, etc., eles têm acesso a capital que não gerem correctamente. Estamos, neste momento a fazer, a Câmara está a fazer o realojamento de famílias que viviam aqui nas barracas, para os prédios que foram construídos com o dinheiro do INH, com a comparticipação do INH, e eu tenho a certeza absoluta que a esmagadora maioria das pessoas que estão a ser realojadas não precisavam de ser realojadas, eles têm dinheiro suficiente para comprar um apartamento normal, ou uma casa normal aqui na Torreira, mas não o fazem, não o fazem por muitas razões, primeiro porque não governam correctamente, não gerem esse capital que conseguem arranjar ao longo do ano de forma correcta, e segundo também acham que é um problema que não lhes diz respeito, alguém que resolva, é uma mentalidade que está ali metida e que é difícil de ultrapassar. Nós temos esperança que os alunos, à medida que vão crescendo, e à medida que vão saindo daqui, porque também é uma novidade para esta gente, é ter a esmagadora maioria das crianças a prosseguir estudos para o décimo ano, e terminado o décimo segundo há uma franja bastante satisfatória que vai para o ensino superior, nós só estamos aqui há dez anos, ainda não temos assim um historial de dizermos: pronto, já influenciámos toda a gente.

Quando terminam aqui o nono, vão para o décimo em Aveiro ou na Murtosa?

Vão para Ovar, ou Estarreja, ou poucos para a Murtosa. A Murtosa só tem um curso, que é o curso geral de científico ou humanístico, o curso de ciências assim chamado, é uma coisa estranha, porque eles metem lá, há cursos que têm matemática dentro do científico e há cursos que não têm a matemática dentro do cientifico mas têm a matemática para as humanidades, para as ciências sociais, só tem uma turma, e é uma turma residual, e a maioria vai para Ovar porque têm família lá, têm primos, irmãos, etc., ou Estarreja porque tem os outros cursos que querem e também têm família lá ou os amigos, eles dividem-se, na Murtosa ficam muito poucos. Eles vivem cá, vão para lá porque o amigo está lá, está na escola e acompanham o colega que está lá no décimo primeiro ou no décimo segundo, ou o primo, ou o irmão que está no décimo primeiro ou no décimo segundo e vão para a escola onde essa pessoa estiver, e depois acabam o décimo segundo e têm ido para o Ensino Superior, temos alunos em medicina, dois, temos alunos a acabar Engenharia Civil, temos alunos em Coimbra.

Vocês depois seguem os alunos?

É fácil, porque a família está cá toda, os pais têm cá filhos e nós conversamos com eles, os próprios alunos vêm cá muitas vezes, regressam, vêm ver como é que está a escola, ver os professores, cumprimentar os funcionários, reconhecem que tiveram uma boa relação com eles e com elas e há um clima de grande proximidade com os garotos, funciona bem.

Governança tem ajudado a aproximar a política europeia das necessidades que observa? Se sim, como? Se não, porquê?

A experiência que eu tenho e que tenho visto, e que tenho de alguma forma acompanhado a nível de Projectos subsidiados pela União Europeia, tem sido positivo, tem sido positivo de alguma forma, quer dizer, têm-se realizado aqui ao nível da Freguesia, já não falo em Portugal, nem do Concelho, mas a nível da Freguesia, muito mais localizado, têm-se feito cursos da EU, do Fundo Social Europeu, inicialmente, e depois do CREN mais recentemente, e do POPH actualmente, têm-se feito cursos para tentar formar os pais, e formar os desempregados de longa duração, têm dado algum fruto. É muito delicado falar disto, porque aquilo que nós vemos, pode ser perfeitamente errado, aquilo que agente vê é que as pessoas que se metem nesses cursos, que têm alguma apetência para esse curso, para esse trabalho, são pessoas que vão atrás do subsídio, da bolsa, vão atrás da bolsa, não sei se aprendem, sei que não aplicam, isso sei, isso tenho a certeza absoluta e o sossego suficiente para dizer que não aplicam rigorosamente nada do que aprenderam. Aquilo nem é formação profissional, aquilo é formação pessoal, por exemplo a formação de mães, culinária, pequena costura, cuidar da roupa dos filhos, aquelas coisas que uma mãe de família daqui, um conjunto de competências que as mães precisariam de ter, são lhe dadas essas competências, são ensinadas por profissionais, não é teoria, é trabalho mesmo, e o resultado final é trágico, é trágico porque elas não aprenderam nada nem quiseram saber de nada, aquilo passou-lhes completamente ao lado. Por exemplo culinária, tiveram mestres cozinheiras que lhes ensinaram todas as técnicas de cozinha normal, não é nada gourmet, portanto, como fazer um ovo cozido, tão simples quanto isso, como cozer batatas, como fazer um bife, como amanhar um peixe, essas coisas simplíssimas que uma mãe de família com filhos, que todas elas tinham filhos, esse curso foi feito aqui na escola, três cursos foram feitos aqui na escola, em anos diferentes, em fases diferentes da tipologia de apoio, exactamente porque nós temos as instalações, não fazia sentido nenhum a entidade que estava a fazer o trabalho estar a comprar equipamento que depois iria ficar abandonado, portanto utilizaram a cozinha da escola e os meios que nós temos. Eu acompanhei aquilo a par e passo, e vi que as pessoas estavam perfeitamente alheias àquela treta,

aquilo não era nada com elas, interessava era que no fim do mês estivesse lá o dinheiro, a bolsa era fundamental, o resto…, inclusivamente foi dado um ultimo curso que já era de equivalência ao nono ano, os dois últimos eram de dupla certificação, tivemos cerca de sessenta senhoras que foram habilitadas com o nono ano, com esses dois cursos, foi-lhes ensinada na parte prática a questão da pequena costura, subir uma bainha, coser umas calças, coser um botão, aquelas coisas simples que as mães fazem, eram todas mães, mães jovens, a mais velha que lá andava teria trinta e cinco, trinta e seis anos, o resto era tudo na ordem dos vinte e poucos, e chegaram ao fim, não quiseram saber, não aprenderam rigorosamente nada, as crianças continuaram a andar na mesma, mal, de qualquer modo e feitio, não se preocuparam, inclusivamente o ultimo curso foi o mais desesperante de todos, foi o mais triste de todos, porque eram as melhores de todas, é engraçado, portanto este ultimo curso teve as senhoras com mais competências, que já traziam mais competências de todas as outras, fizeram aquilo com uma facilidade brutal, as outras todas tiveram muita dificuldade a nível da certificação escolar, estas fizeram aquilo brilhantemente, a instituição achou que seria interessante apoiá-las no sentido de auto criação de emprego e foi identificada uma área, depois de as técnicas andarem no terreno a trabalhar, foi identificada uma área que era de passar roupa a ferro, portanto havia espaço comercial na Torreira, havia um nicho na freguesia da Torreira para a criação de uma empresa de passar roupa, uma coisa simplíssima, não havia nada do outro mundo, o que é que havia de difícil? Era o local, tinha que haver um sítio para elas terem a empresa e o equipamento, teriam que ter duas coisas que à primeira vista seria difícil para elas, e a instituição ofereceu-lhes um sítio na Torreira, no centro da Torreira, na Praça da Varina, o melhor centro que há e mais caro que existe na Torreira, ofereceu-lhes um sítio, uma loja e ofereceu-lhes o equipamento se precisassem dele, que iríamos comprar aquilo, as máquinas de passar a ferro, as máquinas de engomar, as máquinas de costura, elas gastavam zero, do dinheiro delas gastavam rigorosamente zero, a única coisa que tinham que dar era o seu trabalho e ir para lá. E o compromisso que havia era que durante os três primeiros anos não pagavam nada, que era exactamente para fazer pé de meia, e ao quarto ano passariam a pagar pelo menos o equipamento, iriam pagando o equipamento em fases, já estava feito o plano de pagamento por uma economista da instituição, aquilo estava tudo preparado, aceitaram: óptimo, vamos embora, já tinham as sócias já estavam a tratar dos papeis, já tinham os papeis todos para constituir uma sociedade entre elas para legalizar tudo a nível contabilístico, etc., nem nisso gastavam dinheiro, tudo isso ia ser pago, ou seja nós oferecíamos o pacote completo de trabalho: olhe, está aqui, só precisamos de três pessoas para fazer isto, quem é que quer?, já havia não sei quantas, mas três eram aquelas que nós já tínhamos identificado, que eram aquelas que iam trabalhar. …Até hoje, nunca mais apareceram, é que nem apareceram sequer para constituir a sociedade, nós já tínhamos orçamentos para aquisição dos bens, fomos falar com elas, os maridos não deixaram. As técnicas saltaram, foram logo ver o que é que tinha acontecido, se se tinham zangado, se era preciso identificar outras, etc.: ah não valia a pena, não precisavam, ia parecer mal-estar ali a passar roupa a ferro, os maridos: nem pensar, Deus me livre. Portanto o problema dinheiro, não é um problema. A questão dos apoios, como lhe digo, dos Programas Comunitários, nitidamente eram bons, foram bons, os sectores é que foram péssimos porque não tinham necessidade deles, ou seja aquilo que depois foi avaliado por nós, internamente e com alguma frieza triste foi que de facto esteve-se a dar formação a quem de facto não a queria, não precisava dela, não a desejava minimamente. Ficaram com o 9º Ano mas poderiam, neste momento estar muito melhor a nível pessoal, muito mais satisfeitas consigo próprias, digo eu, ter capital para poderem ter uma vida melhor, porque aquilo dava, a questão de passar a ferro dava e está provado que dá, porque na

Murtosa logo de seguida houve quem pegasse na ideia, abriu uma empresa e estão felizes, e não andaram na formação e essas sim gostariam de a ter tido, e abriram, e arriscaram, e tiveram que fazer tudo, e comprar tudo, e ter de recorrer a credito bancário, essas coisas todas, e hoje estão florescentes. Aqui de facto, nós chegámos à conclusão que, as pessoas como lhe disse, a mentalidade foi, era bom porque ia dar uma bolsa de 120€ mais ou menos, ou 240€ inicialmente e depois aquilo passou para 120€, reduziu no ultimo curso para 50% do valor das bolsas iniciais, era aquele dinheiro todo certinho ao fim do mês, vinham cá, assistiam às coisas, zangavam-se continuamente, eram zangas continuas, a mentalidade é de facto muito complexa, e depois claro tinham os maridos de premeio, e os namorados, e os amantes, e mais não sei quantos, era muito complicado, e continua a ser, isso não mudou nem uma vírgula obviamente, e isso a UE não tem culpa nenhuma. O resumo disto é que as ofertas da UE foram brutalmente positivas. Poderia ter levado a um melhoramento, mas não levou.

Quais os aspectos que gostaria ver melhorar na governança europeia?

Honestamente, eu acho que se devia esquece-los completamente, para esta geração, estas pessoas que nós formámos, que andámos a dar formação e em quem apostámos…. Numa futura geração e num trabalho completamente diferente, não de formação base, como aquela que foi feita, e que foi oferecida, e foi quase a angariar pessoas para poder ter o curso a funcionar, essa não, isso acabou, isso nunca mais, isso foi um erro. O grande problema foi a criação sem contrapartida do criador, portanto o criador quis dar tudo, a UE quis oferecer de bandeja, ou os intermediários da UE quiseram ter um conjunto de ofertas para dizer: o nosso país teve um produto brutal de formação durante X anos, mas os cidadãos não a queriam, foram para lá porque dava jeito, mas não queriam, não precisavam dela para rigorosamente nada, a prova está que, andaram aqui durante esse cinco ou seis anos, ou sete anos que nós andámos nessa brincadeira e o resultado é zero, completamente zero. A nível de pescas refira-se, com alguma virtude o investimento também das comparticipações europeias na melhoria ali do cais dos pescadores da ria, portanto eles não tinham uma zona para a pesca, havia zona de marina para barcos de recreio, etc., para eles propriamente não havia nada, e foi criado um espaço estruturado e com boas condições para eles terem os barcos de pesca, faltou o resto que foi a Ria estar navegável, mas isso é outra questão técnica bem mais complexa de resolver, e acho que é preciso fortunas colossais para resolver o problema. O POLIS não vai resolver nada aqui tecnicamente, segundo os entendidos é muito mais complicado do que isso, não é só dragar, porque foi dragado, há uns anos atrás foi dragado, gastaram aí um milhão e meio de contos, dragou-se tudo, a Ria ficou toda dragada, ficou um espectáculo, passado três anos ficou tudo igual, não tem nada a ver, ou então é uma dragagem continua, não se faz mais nada a não ser dragar a ria e o ecossistema vai todo ao ar, não é solução, a única solução que há era ter um sistema de travagem da velocidade da água na barra, na vinda para o braço para este lado da ria, como está neste momento, a velocidade da água torna a assorear tudo em pouco tempo, aí não há nada a fazer. Exactamente porque a dragagem, entre aspas, natural e contínua da ria acabou, que era a apanha do moliço, porque os moliceiros andavam dia sim, dia sim, 365 dias no ano a dragar a ria naturalmente, a apanha do moliço, nas épocas da apanha dragava a ria, limpava a ria, neste momento não, neste momento tudo o que é moliço, tudo o que é alga fica lá.

Dragar significa limpar?

Entre aspas, dragar não é tirar as areias, como eles tiraram, tiraram mega toneladas de lamas que as puseram para aqui, para lá e não sei quantos, tiraram mega toneladas de

areia, de lamas, mataram o ecossistema ali numa semana, rebentaram com a ria toda numa semana, ela recompôs-se…, foi uma empresa que aí andou.

Não há hipótese de criar uma empresa que o faça naturalmente? Por exemplo, estou a pensar na pesca, sazonalmente eles não têm trabalho.

Pois, mas eles não fazem mais nada, vivem dos rendimentos.

Podia-se criar um sistema em que durante os meses de defeso se pudesse fazer isso. Já ouvi, por exemplo o senhor da associação falar nisso de durante o tempo em que não há pesca, se poderem dedicar a, e ele usou o termo limpar a ria, o que na altura me chocou um bocadinho, agora é que eu estou a perceber, ele se calhar não se referia a limpar a ria.

Era apanhar as algas e aproveita-las que era o que os moliceiros faziam, fizeram durante décadas, que era limpar, cortavam mesmo, aquilo era um processo muito complicado e doloroso, aquilo não era brincadeira, não era para passar o tempo, é por isso que estes gajos não os querem, fazer o que faziam os moliceiros, nunca mais, isso acabou, eles faziam porque tinham que fazer, era necessidade, era uma forma de matarem a fome e sustentarem, agora os pescadores não, é melhor pensar de outro modo porque eles não vão para aí. Isso é uma questão cultural bem mais complexa, e que não vai com folclore, a Câmara Municipal há uns anos atrás pagava, fez um programa engraçadíssimo, subsidiado também pela EU, que era de pagar a moliceiros para apanhar moliço, portanto havia pessoas, homens que tinham barcos de moliço, que sabiam como é que se fazia aquilo e trabalhavam para a câmara, eram uns cinco ou seis homens que aí andavam e apanhavam marés, uma carga de moliço que a câmara pagava, e eles depois vendiam outra vez a alguém, isso funcionou durante uns anos mas acabou porque à medida que as pessoas foram envelhecendo, terminou, ninguém quis dar continuidade à ideia, portanto foi acabando por si próprio. É um trabalho muito duro, não é assim para passar tempo. Aquilo também tem a ver com a manutenção da pesca, há coisas, eu não percebo nada de pescas, graças a Deus, é aquilo que eu oiço, por exemplo há comunidades piscatórias pela Europa fora que se protegem a si próprias, e protegem aquilo que colhem, semeando, a questão dos bivalves, eles podiam e deviam, os mariscadores, como antigamente, como dizem os velhos, semeavam a amêijoa, punham-nas em sítio correcto, deixavam-nas crescer, e respeitavam-se uns aos outros, não iam lá roubar a amêijoa pequena, respeitavam-se uns aos outros porque sabiam que estavam a ganhar todos, isso acabou, essa mentalidade não existe mais. Você tem a pesca sazonal na ria, já não estou a falar do mar, quando essa pesca não é rentável porque as espécies foram para outro sítio ou não está na altura delas, a grande maioria dedica-se ao mergulho, à apeneia, e vão apanhar o quê, vão apanhar as amêijoas que proliferam no fundo e que poderiam servir para semear e continuar o seu modo de vida, mas isso não lhes passa pela cabeça, passa-lhes pela cabeça é apanhar o mais possível, o mais rapidamente possível e vender o mais caro possível aos espanhóis, e prejudicam-se, eles não são minimamente agregários, não são corporativistas, não são nada disso, se você fizer aí uma tentativa de uma cooperativa ou de um sindicato, isso morre no dia seguinte, se não morrer a tiro é uma sorte, exactamente porque eles não se conseguem unir para nada, só se unem para o Benfica, mais nada, ou para o Tony Carreira ou coisa que o valha, o resto não há programa comunitário que lhes valha porque eles não aceitam, mesmo as proibições, mesmo a fiscalização brutal que tem sido feita ultimamente por causa da pesca ilegal, etc., eles conseguem contornar isso tudo, dão a volta por cima e ficam-se a rir, exactamente porque o produto, o dinheiro que conseguem amealhar é brutal, portanto todo o risco compensa, eles não medem, acabam por alguns morrer, já morreu um há pouco tempo, outros vão parar ao hospital com os

ouvidos a sangrar, outros ficam brutalmente envelhecidos da noite para o dia, pessoas que olha para elas com trinta anos parece que têm cinquenta, sessenta anos, e não é de esforço, é do mergulho ilegal mais nada, e eles sabem disso mas também não se preocupam porque chegam ao fim do dia têm quinhentos euros no bolso, ficam-se a rir e aí não há governança que valha a isto. E a ria, toda a gente diz que a ria está a ser depauperada, está a ser limpa, está a ficar sem nada e é estranho porque cada vez tem mais, eles apanham quantidades colossais de peixes, de enguias, de solhas, de linguados, de chocos, de lampreias, apanham tudo e continua a dar todos os anos, e são cada vez mais os pescadores, eles têm aumentado, não têm diminuído.

Pensa que têm ajudado a resolver conflitos entre grupos com diferentes interesses? Se sim, de forma?

Aquilo às vezes nem é conflito, é maneira de ser, o fazer muito ruído, o gostar da confusão faz parte do ADN de muitos destes garotos e dos pais dos garotos, a criação da escola nivelou as diferenças entre os da Torreira e os das Quintas, não sei se foi para bem ou se foi para mal, mas nivelou, não se nota nenhuma diferença a nível de mentalidades, nem de maneiras de ser, nem maneiras de estar, é igual. Os pais também já vão mudando, porque já são pais mais novos, em dez anos já há uma diferença, já é uma nova geração de pais, é a primeira vez na minha vida que eu tenho filhos de alunos, nunca tive, estou há vinte e cinco anos no ensino, e nunca me aconteceu um aluno trazer um filho, habitualmente é o aluno que regressa como professor, aqui não já foi um aluno que trouxe o filho, um ex aluno estabilizou a vida dele, acho eu, e casou, e teve uma criança que anda aí no pré escolar, portanto já é uma outra geração de pais que estão a aparecer, já têm outra maneira de estar, nem se dedicam tanto à pesca, a pesca é um acidente, é um passatempo com os familiares mais idosos, já procuram empregos a nível do sector empresarial, já vão para as fábricas, já é um trabalho diferente, aquilo que é o pescador puro e duro, isso já está a acabar, são muito poucos os que temos cá nessa circunstância, filhos de pescadores puros e duros, já é muito poucos, temos netos de pescadores puros e duros, temos familiares, muitos, todos eles familiares desses pescadores do antigamente, ainda do hoje, mas filhos já são cada vez menos.

Pensa que têm (ou não) conseguido ajudar a melhorar condições nos locais onde vivem e trabalham as pessoas que observa/representa?

As pessoas que colocam os filhos aqui, são pessoas que vivem a cem por cento na comunidade, ou começam a viver a cem por cento na comunidade, alguns já da classe media alta, alguns já com licenciaturas, pessoas que estão ligadas a empresas fora daqui, ou a entidades empresariais fora daqui, ou entidades governativas fora daqui, e acabam já por ter aqui os filhos, ou seja já tomaram a opção de se inserir cá, ponto final. Porque a maioria ainda está com a opção profissional noutro sítio e isto é apenas o sítio onde se dorme, porque é bonito, é muito agradável viver aqui, ou os pais têm aqui uma casa, tinham uma casa de férias que os filhos adoptaram, portanto tiveram filhos também e assim sucessivamente, esses sim persistem em levar os filhos para onde estão, eles vão trabalhar para Vila Nova de Gaia, para Ovar, para Aveiro, para onde forem, acabam por levar os filhos para esses sítios por uma questão também de comodidade. Sejamos honestos, o sistema oficial de ensino não tem resposta para esses pais que trabalham, em nenhum sítio, em Portugal não existe, é treta, portanto um pai que trabalhe, ou uma mãe, um casal que trabalhe, que saia de casa, se trabalhar em Vila Nova de Gaia ou coisa que o valha, tem que sair de casa muito antes das oito horas, a escola abre às oito aqui, portanto a partir das oito os pais podem deixar cá os filhos, os pais que trabalhem em Vila Nova de Gaia só por sonhos é que deixam os filhos aqui às sete menos um quarto ou às sete horas, hora que saem de casa, não os deixam ali à chuva, portanto

levam-nos. Depois mesmo se pudessem deixa-los cá, eles por volta das dezassete horas, na pior das hipóteses às dezoito horas estão fora da escola, vão para onde, para a rua? Os pais só chegam a casa por volta das dezoito, dezanove, vinte horas quando tudo corre bem, portanto é uma opção bastante legitima que não merece qualquer reparo.

Uma das coisas que nós sentimos é de facto a exigência do estudo continuado, em termos de avaliação contínua, dos trabalhos de casa orientados, da exigência de produção desses conteúdos todos, temos notado uma alteração significativa na maneira de ser dos garotos e dos próprios pais. Neste momento os garotos já têm sítio para estudar, nota-se, não são todos ainda infelizmente, mas já se nota que há um local, há um espaço físico que é identificado como local de estudo, onde eles têm os materiais, onde têm o computador, que é outra novidade que não tinham, diga-se o que se disser das decisões do governo de Sócrates, uma das decisões brilhantes foi exactamente fornecer, a baixo custo ou a preço zero, computadores aos garotos. Se na cidade é supletivo e perfeitamente anedótico para as famílias bem, para estes garotos foi uma bênção do céu, abriu-lhes um mundo completamente novo que eles não tinham, não tinham de modo algum, nem nunca iriam ter, ou iriam ter de uma forma muito mais complicada e mais lenta, digamos que lhes rasgou horizontes que eles não tinham hipótese de ter de outra forma, isso foi, sem sombra de dúvida, foi excepcional. Pode ser criticado sob o ponto de vista do que aconteceu a seguir, que não houve insistência nos conteúdos, no trabalho, mas isso é um defeito nosso já não é um defeito do governo, aí fomos nós que não soubemos, eu da minha parte me confesso pecador, fomos nós que não soubemos pegar nesse projecto brilhante e dar-lhe mais consistência e valor acrescentado, achámos "pronto, está bem, tens um computador, vá guarda lá isso, não me irrites a alma", portanto isso a culpa foi nossa, professores nitidamente, não soubemos pegar nesse momento e criá-lo de forma a ele poder crescer e ter algum fruto. Vai se fazendo, mas é sempre um fazer manco, não houve da parte do ministério a exigência de que se faça, porque estas coisas têm que ser assim, por exemplo o concurso de professores, só um exemplo pequeno, isto é para dizer mal da minha classe, o concurso de professores antigamente era em papel, houve uma fase qualquer em que um brilhante lá do ministério da educação disse: este ano pode ser em papel e via Internet, a esmagadora maioria foi para o papel, a Internet foi só dois ou três, ou quatro ou cinco, ninguém teve para se chatear com aquilo, estou a falar aqui a nível da escola, depois no ano seguinte disseram que quem concorresse por Internet acabaria por ter resposta muito mais rápida do que aqueles por papel, aí começou a haver uma rotação lenta, mas sempre a dizer mal: Isto da Internet é um horror, não sei como é que se faz isto, vou perder o concurso, então deixa-me fazer também no papel, e houve gente que duplicou o concurso, fez na Internet e no papel para ter a certeza daquilo, até que por fim alguém no ministério teve uma ideia boa e disse: pronto, acabou, não há mais papel, é proibido, não é aceite, nem sequer se pensa nisso, a partir de agora é computador, isso foi para aí um alarido, berravam, choravam, sindicatos aos pinotes e não sei quê, no ano seguinte alguém falou nisso? Passou a lei, acabou e neste momento é líquido, aquilo está tudo a funcionar bem, é transparente, não tem problema nenhum. Esse projecto havia de ter sido assim também, dizer: as escolas têm que fazer isto, ponto final, e serão avaliadas por tal.

Como é que na prática, essa organização poderia funcionar?

Era aproveitar uma série de disciplinas, por exemplo a matemática tem toneladas de informação na Internet relativamente ao seu currículo, pode ser utilizado com os alunos, a geometria, toneladas de coisas, a língua inglesa nem se fala, língua francesa, e por aí fora, não é preciso ser muito criativo, basta dizer: Tem que ser feito e vamos fazer, e as

escolas fariam, aí foi um erro do Ministério da Educação, não ter dito: Temos o Programa dos computadores, mas vocês têm que fazer isto, forçosamente, faça-se, e isso far-se-ia com certeza absoluta, nesse aspecto os professores também são muito bons, quer dizer, são muito maus no sentido que estão acomodados, mas se lhes disserem: acabou a cadeira, eles desenrascam-se e fazem as coisas, não têm problema nenhum.

Ou seja, não é só a criação da ferramenta?

Não é só o programa, é preciso depois a insistência na execução desse programa, ter um programa que é muito bonito, e existia o programa dos Magalhães, o programa do E-escolas, e não sei quê, mas estava lá, era uma coisa interessante, mas nunca passou para o outro lado a dizer: Isto existe, mas tem que ser executado já, faça-se, como se faz na língua portuguesa, por exemplo os programas de português foram alterados, ninguém perguntou a ninguém, o ministério não perguntou a ninguém se era uma boa ideia, só disse: faça-se, e está-se a fazer. O acordo ortográfico foi discutido, foi criticado, ainda anda com abaixo assinados e não sei quê, não sei quantos, mas alguém no governo disse: em de ser, e está a ser. Quando se decide que, as coisas acontecem, agora quando se diz: eh pá, se poder ser, vejam lá, não se faz, isso é pacífico, também não se faz. Nós somos assim, é a mesma coisa para os pescadores, tudo isso, ou seja aquilo que a escola sente, que eu vejo e que nós reflectimos aqui anualmente, é que de facto os alunos vão melhorando relativamente à sua postura como alunos, isso notamos, como cidadãos, ainda são muito novos, é uma aprendizagem muito mais lenta e cada vez mais lenta.

Pensa que melhorar a governança passa por dar mais responsabilidade aos actores envolvidos e/ou envolver mais grupos?

Tem que haver alguma exigência, não é só dar, não é só oferecer oportunidades, tem que haver algum controle, um acompanhamento das coisas, mas um acompanhamento muito serrado, não é só fazer avaliações no fim, aí já é tarde, portanto tem que haver um acompanhamento muito par e passo daquilo, as pessoas aceitam responsabilidades, não lhes custa, desde que sintam que aquilo vai ser sério, as pessoas aceitam e fazem, agora quando acham que quem delega a responsabilidade está a delegar de uma forma pouco convencida, também ninguém vai aceitar.

Aí quando refere isso, está a pensar em grupos de população?

Em tudo, tudo o que quiser é aplicável, se lhe disser: olhe há-de fazer isto um dia e tal, e você diz: está bem, quando eu não tiver nada que fazer eu vou fazer isso, agora se lhe disser para a sua tese: forçosamente tem que apresentar este trabalho, você não pensa noutra coisa.

Mas no caso da lavandaria, seria uma responsabilidade que estariam a dar e que não é aceite?

Não sentiam necessidade, é o tal problema, as pessoas só aceitam responsabilidade naquilo que sentem necessidade.

Imagine, no momento em que criam o curso, depois há uma obrigatoriedade de depois continuar…?

Aí era difícil porque não estava nos pressupostos, aceitariam mas não estava nos pressupostos, a obrigatoriedade era pagar-lhes e elas estarem presentes, era a única obrigação que havia, isso elas cumpriram, receberam o dinheiro e estiveram presentes.

Pensando em cada uma das anteriores opções, que riscos se devem ter em conta e de que responsabilidades se devem fazer acompanhar? Por exemplo, aqui no local

as pessoas das redes sociais, também a ONG da na Rede de Luta contra a Pobreza, vocês próprios nos projectos que integram, e na rede a que pertencem, não é?

O risco pode ser muito controlado, neste caso são coisas simples, a questão da educação dos filhos, o acompanhamento dos filhos, estou a falar a nível de escola, essas coisas são simples e os pais cumprem de algum modo. Não é assim muito fácil ter uma ideia clara sobre isso, essas entidades todas que referiu, todas elas têm quotas significativas na formação da população e dessa comunidade e no apoio, na integração, nessas coisas todas, já têm uma quota brutal de responsabilidade, porque todos os anos prestam contas, quer às entidades governamentais, quer às próprias entidades internas de controlo, agora se esse trabalho é o suficiente, se essa responsabilização e o suficiente, se essa delegação governamental, feita através da Segurança Social é capaz de produzir mudanças, eu não sei, é muito lento, e nitidamente há fatias de gerações que não querem, não estão para aí, não precisam, nunca tiveram essa sensibilidade, não sentem aquilo como uma mais valia para si nem para os seus, viveram assim toda a vida e por que é que hão-de mudar? Estão muito bem assim e não querem mudar daquilo, errados estamos nós que queremos impor-lhes uma série de procedimentos novos que lhes são perfeitamente alheios, portanto isso é um trabalho que acaba por ser muito inglório, e aí não há responsabilização possível, não se pode apontar o dedo a uma instituição, ou à escola, ou a uma IPSS, seja o que for a dizer, "vocês falharam", é impossível, porque não se consegue falhar onde as pessoas não querem assumir nada, não se consegue, eu tenho essa experiência infeliz, quer dizer nós queremos produzir mudança, queremos ajudar as pessoas a terem uma série de procedimentos diferentes em que possam melhorar a sua vida e a da família, mas eles não sentem isso como uma necessidade, ninguém na casa sente, e aí é praticamente impossível, daí que não seja muito fácil, ou não seja muito aconselhável, digo eu, tentar mudar essas pessoas. Esta coisa da luta contra a pobreza, esses programas todos, é uma boa ideia, mas é uma boa ideia para o futuro, não para o presente, o presente é esquecer, isto é a minha opinião pessimista, diga-se de passagem.

Ou seja, é um processo lento, educacional?

È um processo que tem que se basear em novo actores, não nos actuais, ou seja pegar nos pais, nas pessoas que têm a sua vida, entre aspas, estabilizada, organizada, definida, e dizer-lhes: vocês agora devem mudar para melhor porque têm estas vantagens, eles não vão aceitar, agora pegar nos filhos e dizer: vocês estão nesta situação, mas se acontecer uma série de pressupostos vocês vão poder chegar ali, aí já vale a pena porque eles estão na fase da construção, porque quem já construiu não vai mudar, não vai mudar tão facilmente, pode mudar de casa, isso é uma grande alegria durante uns dias, depois começam a zangar-se todos porque não têm onde meter o porco, nem o cão, nem as galinhas, nem as redes, nem o motor. Isso é fácil de fazer, depois tem outras consequências, agora mudar a mentalidade é uma coisa que, eu aposto muito no futuro, não no presente, o presente já cheguei à conclusão que é muito inglório, as pessoas estão bem porque é que hão-de mudar? "Toda a minha vida foi assim, a dos meus pais assim foi, a da minha avó, eu lembro-me que era assim, agora vou eu mudar, estou bem, eles não morreram, nenhum deles morreu por causa disso vou eu morrer? Não, o meu filho está ai, que faça, é a resposta que eles nos dão, quando agente lhes exige mesmo uma resposta, de dizer porque é que…? Falhou o nosso investimento: nós investimos X horas, X dinheiro, X actividades, vocês foram em visita de estudo não sei onde, foram ver aquela fábrica, foram ver aquela casa, foram ver aquela instituição onde as mães estão recolhidas da violência doméstica, serviu para quê? ah, foi para passear, não aprenderam nada, continuam a levar tareias dos maridos algumas, e são felizes, porque a

mãe também levava, a avó também, portanto é terrível, isto é horrível de dizer, mas é um facto, é revoltante porque as pessoas estão muito acomodadas, e aí não se consegue fazer nada, agora consegue-se é trabalhar com estes garotos aqui na escola, na esperança que eles de facto, vejam que há outros caminhos, aquele não é o caminho, ou não será o único caminho, há outros, há outros que eles devem procurar o seu caminho mas não aquele, o antigo, a gente só lhes tenta mostrar que aquilo não é futuro para ninguém. É a esperança que eu tenho, desde que vim para aqui e comecei a perceber que, de facto o trabalho com os pais nunca resultaria, nunca resultou, os pais conversamos, fazemos ver uma série de coisas que eles devem insistir com os filhos, dar o exemplo, isso é tudo bom, agora mudar os pais, não vale a pena porque não se consegue, então nestas comunidades, são comunidades muito estratificadas, muito opinativas, e têm certezas absolutas acerca do mundo que anda à volta de determinado sector da vida, não vale a pena, eles não mudam.

Há associações de moradores aqui na Torreira? E associações de pais?

Associações de moradores não. Associações de pais, zangaram-se todos, existe no papel mas não funciona porque eles se zangaram, há um Clube de Futebol que foi irradiado da liga distrital, ou lá o que era aquilo, há não sei quantos anos atrás, exactamente por causa da violência, isso depois é a tal imagem errada, as pessoas ficam com a imagem que isto é uma comunidade constituída por inergumenos e vândalos, é mentira, são pessoas dóceis, vai falar com eles, eles são as pessoas mais correctas desta vida, ajudam-na em tudo o que você precisar, está à vontade, só que quando rebenta a bomba, aquilo rebenta para todo o lado, depois quando regressam a casa: sou eu, não tenho nada a ver com o outro, o outro está mal, vou lá levar um quilo de peixe que apanhei, para ele não morrer à fome e tal, mas é só isso, não venha cá chatear mais. Se ele morrer de fome amanhã, paciência, eu um dia já lhe resolvi o problema, a minha consciência ficou tranquila, é uma maneira de ser muito própria, quando há problemas muito complicados eles fogem, por exemplo o alcoolismo é um problema ainda aqui nesta comunidade, o alcoolismo nas mulheres, é um problema muito significativo, e eles fazem imediatamente uma barricada e fogem, "isso é um problema dela, do marido e da família, não é connosco, ela vai comprar vinho, agente vende-lhe o vinho, porque ela quer", foi lá alguém da saúde dizer à loja, "por favor não venda vinho a fulana tal", da primeira vez não vendem, mas da segunda vez já vendem a alguém que sabem que é para levar para ela, "mas não foi ela que veio cá, foi outra", mas sabem, porque a própria diz, são tão inocentes quanto isso, "olha, eu venho cá porque ela está proibida", "então, e vais levar vinho?", "pois vou, porque ela precisa", "pronto, está bem toma lá". Este é um mundo estranho, muito estranho mesmo, e é o que nós temos, e depois elas morrem muito novas, trinta, quarenta, quarenta e cinco anos, ainda agora há dias morreu uma com quarenta e poucos anos, toda a gente fica muito triste, toda a gente sabe qual é a solução, toda a gente, mas nunca ninguém fez nada, afastam-se para o mais longe possível, é complicado. Demorará muitos anos, e as coisas estão muito melhores do que estiveram alguma vez, não vale a pena também dizer que não, porque eu estou em Portugal desde 1970, e fui para a escola em 1970, apanhei o choque mais horrível da minha vida com a escola portuguesa em 1970, eu julguei que tinha vindo para outra dimensão, tudo diferente, e tudo diferente essencialmente quando olhava para o lado, para as pessoas que estavam sentadas comigo ao meu lado na escola, não tinham nada a ver, era horrível, porque eu vim dos Estados Unidos menino mimado, e vim para Portugal, para a Murtosa, para um meio pobre, portanto os meus colegas eram os alunos lá da Murtosa, da zona pobre, da chamada Gafanha Baixa, pescadores, e aquilo era horroroso, desse grupo de garotos de 1970, o único que passou do equivalente sétimo

ano fui eu, os outros não sei deles, desapareceram, uns já faleceram, outros andam para aí, um anda a apanhar sucata bêbado, perdido de bêbado de manha à noite, que é o único que eu vejo do meu tempo, portanto digamos que hoje isto é uma população de elite, os garotos que hoje nos entram pelo portão dentro, são garotos de elite, vamos ser honestos, em comparação com quarenta anos, em quarenta anos isto houve uma evolução assustadora, para melhor. Não vale a pena escamotear, nem dizer que isto está muito mal, que isto é um horror, que as pessoas estão cada vez pior, é mentira, as pessoa estão cada vez melhor, melhor em todos os aspectos, melhor culturalmente, melhor fisicamente, melhor a nível de saúde, melhor a nível de roupagem, tudo, portanto não há comparação possível. A nível da pesca a mesma coisa, nós tínhamos a certeza absoluta que as pessoas que iam para a pesca eram as piores pessoas possíveis a nível da sociedade, daquele lado, neste lado nunca tive grande convivência com ninguém daqui a não ser depois de 2001, é que eu comecei a me dedicar à Torreira, sabia que existia mas raramente cá vinha, agora dos de lá, todos nós sabíamos que os que iam pescar eram os piores, os mais pobres, os mais azarados da vida, coitados não tinham outra solução para a vida deles, nem sequer eram em condições para ir para uma fábrica trabalhar, eram os que iam para a pesca, hoje não, quem é que vai para a pesca hoje? Para já são poucos, e os que vão são aqueles que querem ir mesmo e têm capacidades que poucos de nós já têm, portanto é tudo muito diferente, e eles hoje têm soluções para a pesca que nunca houve na vida. Eles antigamente iam para a pesca, era a remos, era à vara, era com a vela, hoje sentam-se na beira da bateira ligam o motor e aí vão eles todos contentes para onde quiserem, quem é que tinha um motor há quarenta anos atrás? Só um multimilionário, portanto as coisas evoluíram naturalmente, é evidente que ainda há um gigantesco caminho a percorrer até chegar-mos a uma fase daquilo que eu vi na Irlanda, que me deixou completamente arrasado, positivamente arrasado, invejoso, porque nós tivemos, quando eu estava na José Estêvão, tivemos um trabalho comunitário ligado às pescas, tradições de pesca com a Noruega, Irlanda, Itália, Grécia e nós, cinco parceiros, a Noruega não fazia, e não faz parte da EU, isto foi nos anos noventa, 1997, 1998, e tivemos este projecto e era uma equipa e percorríamos a Europa de lés a lés, portanto a Grécia, a Itália, a Noruega e a Irlanda no nosso caso, e eles também passaram por Portugal. Eu só fui à Irlanda, porque não havia ninguém para ir nessa altura, a única pessoa que estava disponível para ir era eu, portanto aos outros países não fui, só fui à Irlanda, e era uma pequeníssima aldeia piscatória da Irlanda, no noroeste irlandês, mesmo na fronteira com a Republica, entre a Republica e a Irlanda do Norte, as informações que nós tínhamos era uma aldeia pequeníssima, uma gente muito simples, eu comecei a imaginar uma Murtosa, uma Gafanha, uma Ílhavo, quando eu lá cheguei, quando é que Ílhavo vai chegar àquilo? Em tudo, a escola, uma escola miniatura, a escola que lá está, Santa Catarina, aquilo é tudo muito católico, uma escola miniatura, só tem um funcionário, passa a vida, mesmo quando chove copiosamente, a cortar a relva, não faz mais nada, um senhor de idade, era um castiço, a secretária do director, o director e mais sete ou oito professores, aquilo é que é uma comunidade hiper fechada, é só eles, porque depois aquilo fica a uma distancia brutal dos outros centros. E falava-se da pesca e mais não sei quantos, e quando nós chegámos, chegámos de noite, não vimos grande coisa, sabíamos que existia lá um porto, sentíamos o cheiro e o ruído e mais não sei quantos, mas não víamos o que aquilo era, no dia seguinte de manhã lá fomos dar uma volta e eu fiquei…, para já o porto estava deserto, era um porto lindíssimo, muito bem organizado, lá com os armazéns, com aquelas coisas todas, mas completamente deserto, não havia um único barco, e eu imaginei, "bom, deve haver dois ou três barcos, ou coisa que o valha", e perguntei ao director da escola onde é que estavam os barcos, se os tinham vendido, na brincadeira, e ele "não estão a trabalhar

agora, e há lá muitos alunos nossos a trabalhar", e eu "alunos?", o sistema irlandês é engraçadíssimo, os putos fazem até ao nono ano, depois são obrigados a estar um ano sem estudar, a trabalhar, e só no fim de esse ano, e são pagos pelas empresas onde vão trabalhar, são pagos, são avaliados e então depois podem escolher um percurso de secundário, e eles lá só tinham duas hipóteses de trabalho, ou na fábrica do pescado, que transformava o pescado, ou nos barcos, portanto eles dividiam-se, eram também poucos alunos, dividiam-se. Ao fim do dia é que nós começámos a ver a confusão que era aquela aldeia, barcos do tamanho da maior das nossas traineiras, era o barco mais pequeno que eles tinham, a ser pilotado por garotos dos seus dezasseis, dezassete anos, entravam no porto com uma velocidade brutal, eu só imaginava, "eles vão-se esmagar contra os cais, contra os molhes, contra isto tudo", os fulanos manobravam aqueles barcos gigantescos com um à-vontade brutal, acostavam, descarregavam o pescado, descarregavam aquilo de uma forma já muito avançada a nível industrial, já com tudo preparado, os armazéns e a fábrica que ficava lá ligada ao porto tinham sistema já de recolha do pescado, só pescavam uma coisa, não tinham mais nada para pescar, que era cavala, não pescavam rigorosamente mais nada, só aquilo, e iam-se embora felizes e contentes, cada um metia-se no seu carro, os que tinham carro e idade para conduzir, bons carros, iam para casa. Portanto, não tem nada a ver com aquilo que agente pensava de pesca, os italianos então, e nós e os gregos, ficámos a olhar para aquilo, os noruegueses, "ah, ainda estão muito atrasados, não sei quê, não sei quantos", mas nós dizemos, "meu Deus, quando é que agente vai chegar, sequer a qualquer coisa parecida com aquilo". Já para não falar das quintas que eles tinham em alto mar, depois levaram-nos a ver uma, eles criavam salmão e criavam cavala a muitas milhas da costa, em zonas fechadas, que eram alimentadas por helicóptero, portanto o helicóptero ia descarregar a comida todos os dias lá a essas quintas deles, exploradas por eles a nível comunitário, não eram próprias, eu dizia, "é a fábrica que vos para", "não, não a fábrica paga-nos mas é o peixe que agente apanha de lá, isto é nosso, fomos nós que comprámos", "mas vocês quem?", "nós, a associação", eles tinham uma associação entre eles, e eram poucos, eram relativamente poucos, era menos do que estes aqui, a nível de gente, e tinham aquilo tudo a funcionar, portanto eu só sonhava, "quando é que isto vai acontecer em Portugal, quando é que isto vai acontecer na Torreira ou na Murtosa?", nunca na vida, muito dificilmente. É tudo junto, os irlandeses não são muito diferentes de nós, eles passaram por muito mais períodos maus da história deles, do que nós alguma vez passámos, eles tiveram fomes brutais, morreram para lá milhares de pessoas de fome, nós emigrámos por uma questão de comodismo, os irlandeses emigraram para não morrerem à fome. Os portugueses, aqui os da Murtosa e companhia emigraram por uma questão de não quererem trabalhar no moliço, mais nada, e por não querer ir para a tropa a seguir, fugiram, uns para a pesca, para o bacalhau que lhes dava essa benesse, não ir à tropa, principalmente por causa das colónias, ou então emigravam para melhorar a vida, não porque estivessem a fugir à fome, isso é tudo treta, vamos ser honestos, as pessoas saíram daqui, os murtoseiros, os famosos emigrados, saíram porque queriam uma vida melhor, não porque estivessem a morrer à fome como os irlandeses, portanto a mentalidade é completamente diferente. E tem outro fenómeno, os irlandeses emigraram para sempre, nunca mais regressaram, ao passo que o murtoseiro emigrou mas tinha sempre um pé cá, sempre, agora já não porque a mentalidade, os filhos e os netos já estão com por cento integrados nessas comunidades, agora a primeira onda e segunda onda de emigrantes dos anos quarenta, cinquenta o sonho era regressar o mais depressa possível, mostrar que tinham conseguido vencer, ao passo que os irlandeses fugiram definitivamente, acabou, nunca mais regressaram, portanto aí a

história vai muito mais a nosso favor, a nível de uma organização mais sistémica, nunca aconteceu também.

Sente que consegue promover (directa ou indirectamente) um melhoramento das condições de vida na pesca, na Murtosa? Se sim, em que aspectos.

Isso tem melhorado, como eu digo, inicialmente a grande maioria dos alunos não tinha um sítio para estudar, hoje já têm, já identifica, na altura não identificava, "onde é que tu estudas?", neste momento quando se pergunta onde é que estuda, eles dizem, "no meu quarto, na sala, ou no escritório", que alguns já têm um sítio bem definido, isso é uma realidade. Eles sentem isso, não foi uma exigência nossa, nós não exigimos que, eles é que sentem que precisam de, aí é que está o truque, o truque não, aí é que está felicidade da mudança, ou o grande beneficio da mudança, é o próprio aluno que sente que precisa de, é a tal coisa, se nós exigimos que alguma coisa aconteça, porque temos que exigir que a coisa aconteça, ela não acontece, ou dificilmente acontecerá porque há todos os motivos para que não aconteça, e é fácil encontrá-los todos, quando é o próprio que sente que precisa, faz acontecer, é o que se verifica, portanto os pais acabam por não ter um papel decisivo nisso, é o próprio que sente que precisa de um espaço seu, definido claro, para poder chegar e ter as coisas dele ali organizadas, ele sente isso, quer por conversar com os outros, quer por ver na televisão, aquelas séries todas que dão na televisão com os alunos, etc., acaba por marcar esta geração, acaba por lhes mostrar que aquilo é bom, é moda, fica bem, e eles também embarcam nisso, tem essa grande virtude, não é só coisas más. Portanto essas mudanças vão acontecendo naturalmente, por existência da escola, não por insistência da escola, porque existe uma realidade, eles acabam por adaptar-se a essa realidade e não ao contrário, e aí há mudança e é essa mudança que nós gostamos, é essa mudança que nós queremos, que queremos implementar. A nível de projecto educativo, o grande sonho dele é mostrar aos alunos de onde é que vieram para eles perceberem onde é que estão e para onde é que querem ir, isso é fundamental, porque se não eles vão-se perder, é muito perigoso, se por um lado as gerações anteriores tinham uma ideia muito clara sobre quem eram, de onde é que tinham vindo e estavam satisfeitos, interessa que esta geração não perca de vista esse passado, mas que se perceba que é uma insatisfação e que tem que melhorar, quer pelos valores, quer pela continuidade da escolarização, quer depois por eles próprios que à medida que a idade for avançando a nível da juventude, estabelecerem metas atingíveis, que eles vão atingindo, e que consigam atingir, mas perceberem que vieram dali, e perceber já para onde é que vão. Porque os outros vieram dali, estão ali muito satisfeitos e não querem mudar, os pais são assim, os objectivos deles estão atingidos, o resto agora é só melhora-los e desenvolve-los mais, os novos têm os objectivos todos ainda para conseguir sequer definir, quanto mais atingir, portanto o trabalho do projecto educativo é esse, sem dar, é a mesma coisa da educação para os valores, durante estes anos todos, foi mostrar-lhes que há valores que eles precisam deles para poder sobreviver na sociedade, que a sociedade não é esta comunidade, a sociedade é uma outra coisa mais complexa que pode não estar minimamente interessada em aceitá-los, a menos que eles tenham uma série de valores e de competências que a sociedade os identifique como seus iguais, porque senão eles vão ser afastados. Isso é um trabalho que nós temos feito, e aliás eles sentem isso, e depois dizem-nos quando chegam às outras escolas eles dizem, "vocês tinham razão", eles vêm cá, alguns, os mais faladores, digamos, vêm cá e dizem, "vocês tinham razão, ralhar connosco, porque de facto nós não somos ninguém lá, nós temos muito para evoluir", e eles acabam por passar essa mensagem aos outros. Os próprios garotos sentem que têm que modificar, não é modificar à velocidade da luz, há garotos aqui que terminam o nono ano com grande

orgulho na pronúncia murtosera, pronúncia típica desta zona, que nós tentamos combater no sentido de mostrar-lhes que lá fora isso não vai ser muito bem visto nem muito aplaudido por ninguém, para nós é igual ao litro, para os pais é a mesma coisa que nada, agora um adolescente que sai daqui do nono ano e vai para um 10º ano, quer causar boa impressão, quer eles, quer elas, quando lá chega e começa a falar à murtoseiro, é imediatamente apontado, "coitadinho", e eles sentem isso, eles dizem-nos, os garotos quando vêm cá, agora por exemplo no Natal, vão aparecer cá uma série deles na sexta feira, que saíram de cá este ano, que saíram de cá há três meses, que estão noutras escolas, eles vêm cá e nós começamos a ouvi-los falar, e só passaram três meses, e começamos a ouvi-los falar, mas então onde é que ficou a Murtosa? Eu digo-lhes mesmo, "onde é que ficou a Murtosa? Eles olham para mim, "sim a tua Murtosa onde é que ficou? Meteste-la no bolso foi?", eles ficam a olhar para mim, "ah, já percebi, tem que ser porque senão as miúdas não nos ligam nenhuma", a própria pressão da outra comunidade leva-os a modificar, isso é bom, isso é muito bom. Não considero positivo mudar a sua maneira de ser nem a sua raiz, não é isso que eu estou a defender, agora é bom eles perceberem que têm que ter registos para cada sítio onde estão, porque eles acham, enquanto aqui estão só têm um registo e esse registo é universal, e agente diz-lhes que não, não é universal, "é universal aqui, mas quando vocês saírem daqui e atravessarem os portões do tempo para outra realidade, para outra dimensão, isso é tudo mentira, vocês não são nem os queridos, nem os fofos, nem os protegidos, vocês vão ser odiados, vão ser esquecidos, vão ser abandonados por toda a gente, portanto vocês têm que se defender". Aqui andamos com eles ao colo, eles são protegidos pelos funcionários, os funcionários sabem, nós sabemos se eles estão na aula, se estão fora da aula, se almoçaram tudo, se não almoçaram tudo, se estão cá, se estão doentes, se não estão doentes, sabemos tudo, e controlamos aquilo no bom sentido, e chamamos os pais quando as coisas estão complicadas, quando notamos que há garotas a fazer dietas estúpidas, e a não comer, e a chegar aqui com comportamentos causados por essas dietas malucas para ficarem elegantes e não sei quê, nós identificamos isso, chamamos imediatamente uma das equipas de psicólogos para tentar trabalhar com elas, não tem nada a ver com ministério da educação ainda por cima, portanto temos pessoas que trabalham connosco, e que trabalham as garotas, principalmente as garotas nessa área, temos aí duas ou três que têm tido acompanhamento e as coisas não têm evoluído negativamente. Agora, eles quando chegam às outras escolas, eles próprios dizem, "ninguém nos liga", eles aqui queixam-se, "não temos liberdade, não podemos sair quando queremos, não podemos fazer isto, não podemos fazer aquilo, fascistas", dizem eles quando aprendem a palavra, o que ela quer dizer, chamam-nos fascistas e não sei quantos, depois chegam às outras escolas, a Ovar, Estarreja ou Murtosa os poucos, e quando regressam dizem, "ah, ninguém nos liga lá, ás vezes aleijamo-nos e ninguém quer saber, ou estamos com febre ninguém liga, perdemos o autocarro e ninguém se preocupa, ficamos lá à rasca e não sei quantos", " ah pois é, mas é assim, vocês têm que se defender, vocês são defendidos aqui, agora têm que crescer, vocês agora já têm asas, não podem ser bebés eternamente, em todos os aspectos", aí há melhoria, e nota-se que há uma evolução muito rápida, essa evolução é instantânea, eles já levam os pressupostos daqui, isso dá-nos uma satisfação muito grande.

Elas vêm para a escola, por exemplo os mais pequenos, são os pais que os trazem ou vêm sozinhos?

Vêm traze-los, pré escolas, primeiro ano, com onze ou doze anos já vêm sozinhos.

E os que vêm de mais longe, vêm sozinhos também, mesmo que seja de bicicleta por exemplo?

Os que vêm de autocarro sim, de bicicleta são muito poucos, na Murtosa é diferente, sempre foi diferente, eles aqui não ligam muito à bicicleta, não são assim muito apaixonados, aliás quando sair vê as que estão ali, é o recorde absoluto, não há mais, na Murtosa tem centenas, tenta-se marcar aí uma festa qualquer, aparecem todas e mais algumas, é assustador, mas isso sempre foi assim, a Murtosa desde os tempos imemoriais, sempre me dizem, teve muita utilização de bicicletas. Lá sempre foi assim, aqui não, eles vêm de autocarro, têm uma senhora que acompanha, que é da Câmara, acompanha os garotos, foi a tal conquista da Quintas, por que eles vêm todos das Quintas, da Torreira não há transporte.

Tem a ver com o facto de ser escola integrada?

A ideia da escola integrada caiu, portanto, foi uma fase que foi aceite pelo ministério e que foi apoiada pelo ministério da educação durante algum tempo, falhou na maior parte das escolas porque não houve integração, a integração que eu fiz aqui não foi feita na esmagadora maioria das escolas, isso eu sei e tenho a certeza absoluta, porque eu meti cá dentro do edifício todos os alunos de todas as escolas que existiam. As escolas chamadas integradas, isso não acontece, elas são integradas no papel, não são integradas na realidade porque têm apenas no edifício, neste edifício tem apenas o segundo e terceiro ciclo, e o pré e primeiro ciclo estão noutras escolas, noutros edifícios, aí não é integrada. A integrada para mim, foi sempre assim que eu a entendi e que pesquisei, é exactamente meter todos os alunos, de todos os níveis de ensino dentro do mesmo edifício, em coexistência.

Ou seja, no momento em que uma criança sai com uma dificuldade do quarto ano, é mais fácil de haver interacção entre professores?

Aí chamamos articulação vertical, que funciona bem, portanto os educadores passam as crianças para os professores do primeiro ciclo, e os professores do primeiro ciclo interagem, já vão interagindo uns com os outros e sabem perfeitamente quais são as dificuldades que o educador naquele ano está a sentir em determinada criança, já estão de pré sobreaviso, e já sabem que trabalho é que tem que ser feito para continuar esse tipo de evolução do garoto, na altura da passagem para o segundo ciclo, os professores do primeiro ciclo vão às reuniões todas do segundo ciclo, durante o primeiro período, exactamente para poder acompanhar, e aconselhar, e ajudar, depois na passagem do segundo para o terceiro ciclo, ai já não se nota tanto porque já não é necessário, já começa a esbater, do sexto para o sétimo, porque o grande choque, digamos, ou a grande novidade para eles era a passagem do quarto para o quinto, que é do mono docente, ou do único professor para vários professores de várias disciplinas, com horários e não sei quê, em que eles andam de sala em sala às vezes.

Portanto, eles do primeiro ao quarto ano só têm um professor? Isso é algo que existe em todas as escolas?

Um professor e uma sala, em todas as escolas. A nível do segundo ciclo, da passagem do primeiro para o segundo ciclo, aí sim há um….

Qual é a sua opinião acerca disso?

É boa, é bom que eles tenham só um professor, durante os quatro primeiros anos é bom, é bom que seja sempre o mesmo professor também durante os quatro anos, porque há um acompanhamento melhor, porque estar a quebrar do primeiro ano para o segundo ano ser outro professor, ou do terceiro para o quarto ser outro professor introduziria uma série de mecanismos que o aluno teria que resolver muito rapidamente a nível de adaptação da maneira de ser do professor, do estilo, da própria linguagem, etc., havendo

sempre aquela habituação durante quatro anos àquele professor, as aprendizagens são muito mais suaves, acontecem de uma forma mais agradável, há menos complicações. Na passagem do quarto para o quinto ano, há esse dito choque, mas acaba por não ser nenhum malefício por aí além, porque eles acabam por se adaptar muito rapidamente, aquilo é um mês, ao fim de um mês aquilo para eles é o pão nosso de cada dia, mudar de sala, mudar de professor, ter não sei quantos livros, isso é que é negativo, a carga que eles andam às costas, mas isso enfim. Isso já vem de longa data, mas tem que mudar, não pode continuar assim durante muito tempo, vamos ter uma série de marrecos, vamos ter garotos com colunas desfeitas graças a estas invenções dos livreiros, isto é uma porcaria dos livreiros, não tem nada a ver com educação. Isso tem a ver com os livreiros, alguém tem que pegar nisso pelas orelhas e tentar resolver o problema porque não pode persistir durante mais gerações, não faz sentido nenhum, hoje em dia isso, eles multiplicam, cada disciplina tem não sei quantos livros, para quê? Se formos a espremer, tal e qual como nas revistas, se for a tirar toda a publicidade fica com tinta páginas, na melhor das hipóteses, uma revista de noventa fica para aí com trinta. E a nível dos manuais é a mesma coisa, uma unidade didáctica chega a ter trinta páginas, nós começamos a cortar aquilo das imagens, dos feitios e não sei quantos e aquilo não tem nada, não é necessário ter aquele volume brutal só para agradar visualmente, aumenta o valor do livro em si, que é assustador, aumenta o peso, e aumenta o dinheiro do livreiro e diminui o dinheiro dos pais.

Por exemplo, no momento em que o professor vê que há um aluno que tem dificuldades nesta matéria, ou naquela matéria, que vem já do quarto anos e tem essa dificuldade no quinto, ou que depois se esbata mais em relação ao sétimo, mas que quando se coloca a necessidade de explicações, de apoio, existe esse apoio na escola? Se não existe na escola, os pais colocam-nos num explicador?

Eu nem sei se há explicadores na Torreira, honestamente não sei nem estou muito preocupado com isso, é capaz de haver, obviamente, porque isso existe em todo o lado. A nível das dificuldades identificadas pelos professores, em determinados alunos, nós temos sistemas de apoio ao estudo, em que o professor da disciplina pega em determinados alunos, durante algum tempo, chama-se o regime de tutoria, pega nesse alunos e trabalha com eles aquela dificuldade, quando consegue vencer, foram embora, acabou. É esse trabalho, é pegar num aluno, ou três ou quatro alunos de determinado nível, que têm dificuldades identificadas e vão trabalhar essas dificuldades, que é feito pelo professor da disciplina ou por outro professor da disciplina, quando há mais do que um. Há muitas escolas que têm isso, não é uma invenção nossa, não é original nosso. O integrado tem uma grande virtude, que é uma escola sem vícios, vou explicar porquê, fica muito mal ao aluno do nono ano demonstrar um vício ou uma fraqueza perante o irmão, ou o primo, ou o tio, que anda para aí no pré escolar, porque aqui acontece isso, há tios com três ou quatro anos de idade, de putos de doze e de treze, portanto, digamos que os mais novos servem de tampão aos problemas dos mais velhos, os mais velhos não provocam problemas porque têm ali questões de exemplo, e nós insistimos nesse problema do exemplo como valor, e temos insistido ao longo destes anos, e temos esse problema salvaguardado. Não se fuma cá dentro, nem professores nem alunos, e sabemos quando algum aluno fuma, exactamente porque como ninguém fuma, quando ele fuma toda a gente sabe porque cheira, e o mais novo vem gritar, "porque eu vi o fulano ali e tal", eles vêm cá gritar que viram fulano a fumar ali atrás, já tem acontecido, não estamos imunes, não somos uma escola perfeita, e quando acontece nós chamamos o prevaricador e converso com ele, se é uma boa ideia fazer isso cá dentro da escola, ou se é preferível ir para casa e fazer isso em casa, ele diz que em casa não pode, "então na

escola também não podes, olha vai para o mar, quando não tiveres nada para fazer e acabar as aulas, vais embora e fuma tudo até ficares azul, não nos diz respeito, agora dentro da escola, já viste o problema que é para o garoto mais novo, para o teu irmão", "ah, ele vai dizer ao meu pai", "pronto, isso é bem feito, isso é um problema que vais ter que resolver, já não é meu, o meu está resolvido". Portanto os mais novos servem de tampão aos mais velhos, e os problemas desaparecem, esbatem-se logo, para além de eles serem pessoas normais e fáceis de trabalhar, é boa gente.

Acha que os mecanismos de diálogo que existem dão voz às pessoas que vivem na Murtosa?

Eu acho que sim, que os pescadores têm espaço para serem ouvidos, agora eles não estão muito interessados em falar, só falam quando não é preciso falar muito, e quando falam também erram, deve ter-se em atenção. Aquela questão de há uns anos atrás, por causa da interdição da apanha de bivalves, que eles vieram todos dizer que estavam a morrer à fome.

O que gostaria de ver desenvolvido em termos de investigação nas pescas em Aveiro?

Não faço a mínima ideia, há tanta coisa já lá à solta por Aveiro que eu não faço a mínima ideia o que é, nem sei o que é que eles fazem, acho que deviam ter programas essencialmente de aconselhamento, porque eles formação não vão lá, agora de aconselhamento destes pescadores, principalmente estes mais novos que começam agora a encarar a pesca como uma profissão, ter algum tipo de aconselhamento, de métodos, de cuidados pessoais, de cuidados de saúde, essas coisas que eles às vezes ignoram. A questão da linguagem, porque isso ajuda a crescer e a encarar a profissão, levá-los a outros sítios, às vezes gasta-se menos dinheiro em pegar em vinte ou trinta pescadores e levá-los a outro país, e mostrar como é que lá estão a trabalhar, do que andar a fazer investigação sobre quantas escamas tem uma solha, ou quantas guelras tem o robalo, é muito mais interessante pegar nessa gente e mostrar-lhes, tirar-lhes as escamas dos olhos.

É investir mais numa parte mais humana das pescas?

Mostrar-lhes boas práticas, fora daqui, porque eles também não aceitam as daqui, acham que aqui… ah, agora se pegarem neles e levarem-nos a França, à Alemanha, onde apareçam boas práticas de pesca artesanal, já não digo pesca hiper profissional lá como vi na Irlanda, altamente especializada, mas pesca como eles tradicionalmente a fazem cá, levá-los a esses sítios, mostrar-lhes como é que aquilo está a ser feito, eles aprendem, pode não fazer o "clique" naquela hora mas vai fazendo lentamente, principalmente esta malta mais nova, levá-los e mostrar-lhes, "olha, isto aqui é assim que se faz, vocês lá também podem fazer, e estes fulanos dão-se bem com isto e têm bons resultados, e ganham dinheiro, são felizes, têm estas casas, vivem desta maneira", isso rasgava, porque é como eu digo, eles não têm dificuldades económicas, não são pobres, não são miseráveis, não são nada disso, eles não têm é ideias. A ideia deles o que é? É ter um bom carro, então enfia o dinheiro logo num carro em segunda mão, que às vezes vem todo assassinado, mas tem bom aspecto e custa uma fortuna, quando podiam ter comprado um novo, intermédio, muito melhor, muito mais durável por muito menos dinheiro, mas com menos aspecto. Investir o dinheiro em aplicações financeiras, por exemplo, para terem algum retorno ao fim de algum tempo, ter um plano poupança para a velhice, nada disso lhes passa pela cabeça, nada, é os carros, são as motas, são as moto-quatro, é o ouro para as namoradas e também para eles para os dentes, os colares, os brincos com diamantes, à Cristiano Ronaldo, portanto aquilo é o

efémero que é importante. Levá-los a ver essa gente, noutros sítios, eles melhorariam ao longo do tempo, digo eu, espero eu, bem mais do que todas as investigações deste mundo, eu acho que isso que está a ser feito, não vale a pena investir mais que isso, é deixar estar que está bem. Agora tem que se pegar nesta gente e dar-lhes uma injecção de valor para eles perceberem que eles podem ser agentes de uma mudança profunda na sua comunidade, porque eles acham que não são, eles acham que vivem bem, coitados sem muitas dificuldades, "o fulano comprou um carro, também vou ver se arranjo dinheiro para comprar", mas é só isso, eles não pensam que têm valor para além disso, o valor é dos outros. Vem o senhor fulano tal, que se faz eleger presidente da junta, o senhor fulano tal que se faz eleger presidente câmara, o senhor fulano tal que aparece como representante do sindicato não sei de quê, "são os senhores fulanos tais, não sou eu, não me diz respeito, isso é um problema dos outros, portanto a minha imagem está muito degradada, eu próprio a degradei e sem saber, sem ter consciência disso, e a imagem que eu tenho de mim é fraquinha". Eles se levarem uma injecção de novidade estrangeira dizem, "é pá, eles não são mais do que eu, mas estão muito melhores do que eu, porque é que eu não estou? Eles têm as mesmas dificuldades que eu tenho, têm as mesmas realidades que eu tenho, têm a mesma técnica que eu tenho, mas eles estão melhores que eu, porquê? Só porque estão noutro país, às tantas não é só isso".

Este modelo de governança, que pretende dar voz a todos os intervenientes, pode contribuir para a sustentabilidade da pesca artesanal?

Eu acho que sim, se houver exactamente a aposta no ser humano, no cidadão enquanto pescador, enquanto industrial, porque eles também não se sentem industriais, industrial mesmo da pesca, porque não? Não é uma indústria? Não é só uma profissão, é uma indústria para todos os efeitos, eles é que não têm consciência disso, eles acham que apanham o peixe e põem-no ali, tudo o resto é um mecanismo que lhes passa ao lado, que não pode passar, a pesca artesanal acaba na industria, toda ela, eles não a vendem cá, eles não vendem um quilo de peixe cá, você se quiser ir comprar peixe, eu pago-lhe se encontrar um peixe que seja, não compra, não consegue comprar, a menos que meta uma cunha aí a um pescador ou à esposa de um, que lhe vai tirar ali o peixinho sem ninguém ver, porque não consegue comprar um quilo de peixe aqui na Torreira, não compra, jamais. Portanto, eles perdem completamente o controle, porque não têm o controle disso, quando deviam ter, eles tinham que ter o controle disso tudo, independentemente da DOCAPESCA, dessas coisas, mas eles tinham que ter uma palavra naquele processo dos intermediários, eles não têm nenhuma, eles sentem-se ladrões, que é isso que eu sei aqui da escola, das mães que aí vêm, eles sentem-se intimamente ladrões daquilo que pescam, porque não podem levar nada, eles têm que entregar tudo à DOCAPESCA, porquê? Porque é que eles não podem controlar o processo? Porque é que eles não têm uma palavra a dizer na definição de preços? Porque é que eles têm que entregar aquilo tudo? "Pronto, pagam-me a mim a três euro o quilo, mas o fulano se quiser ir comprar já tem que pagar oito euros, então quem é que ganhou o dinheiro? Não fui eu." Porque isso a nível da Europa não é assim. É o que eu digo, eles não se sentem industriais de todo o processo. Nós vemos por aí manifestações de pescadores na Europa, que deitam o peixe o mar, em frente às pessoas e riem-se, eles controlam o processo, estes fulanos não, eles não têm a mínima ideia do que acontece ao pescado, eles só sabem que o pescado desapareceu, mais nada, e têm lá um credito de X, que um dia há-de vir o dinheiro, ou já foi pago, ou há-de ser pago. É por isso que eles andam na pesca ilegal, porque essa eles controlam, é aí que eles ganham o dinheiro, eles são tão tapadinhos quanto isso, quer dizer, eles vão para a pesca cem por cento ilegal e com riscos elevadíssimos, exactamente porque aí eles controlam tudo, desde a

apanha à venda, ao passo que no resto eles só fazem a apanha e a partir daí não fazem mais nada.

Acha que a pesca artesanal conseguirá sobreviver no actual contexto da actividade das pescas na Europa?

Não tenho nenhuma ideia sobre isso, espero bem que sim, para bem deles.

Só mais uma coisa, quando vocês falam em comunidade escolar, isto envolve os pais?

Sim, envolve os pais, cada vez mais.

A respeito de cursos de formação, vocês sentem necessidade de outros cursos de formação? Por exemplo, acha que cursos de formação de pescas poderiam passar pela escola, haver um sistema diferente nisso, tem uma opinião nisso?

Pode passar, agora em que termos não sei dizer, isso já foi pensado cá, já foi discutido, já conversado, já foi analisado, já tivemos uma pré-candidatura quase pronta, mas depois desistimos exactamente porque é muito difícil conseguir arranjar profissionais habilitados, não conseguimos identificar nenhum na área de Aveiro que estivesse na disposição de cá vir dar os cursos, os conteúdos que são exigidos para esses cursos, não há gente disponível, há mas não vem cá, isto é o problema das acessibilidades também, se estivesse em Ílhavo, se estivesse na Gafanha, se estivesse em Aveiro, seria bem mais fácil porque as pessoas tinham mais facilidade de deslocação, os técnicos habilitados do que aqui, aqui não querem vir.

Duração da Entrevista: 1:50:38

Bom dia.

Minha cara, viva!

Pode contar-me brevemente como tem sido o seu percurso profissional e como se tem relacionado com governança?

Ora bem, isto é assim… Eu, basicamente, sou um professor. A minha carreira já começou… já vem desde 84. Já tinha tido uma pequena experiência ao nível do ensino secundário. Naquela altura era fácil concorrer ao mini concurso e ficar. Depois vim para aqui. Tirei economia. Acabei por ficar. Na altura era difícil. Estávamos em 84, na altura do FMI. Era um período de crise, tal com este. Na altura não havia concursos mas depois acabaram por precisar aqui de três pessoas. Eu já estava, na altura, no ensino secundário. Em princípio ia para a tropa a seguir. E pronto, eu acabei por vir para aqui. Vim para aqui e estudei, acabei por fazer o mestrado, terminei em 89. Fui no período assistente estagiário. Depois no final dos anos 90, acabei a tese de doutoramento. E pronto, e agora, no ano passado fiz as provas de avocação… portanto, basicamente é o processo habitual.

Mas e em relação às questões das pescas…?

Para além disso ainda estive algum tempo ligado à formação dos bancários. Trabalhei muito no Instituto de Formação Bancária. E no Espaço Atlântico, que era o antigo… ligado ao BPA. Enfim, fiz algumas coisas. Aqui também estive algum tempo ligado à economia regional. Fazia parte do SIRIUS. Agora é que faço parte do SOCIUS. Estou mais ligado às questões da sociologia. Mas antes fazia parte do SIRIUS, e aliás ainda faço parte da direcção. Mas o SIRIUS perdeu algum gás nos últimos anos. Portanto ainda trabalhei em alguns projectos, com arquitectos, e houve uma fase em que trabalhei com Planos Directores Municipais. Aqui na casa eu tenho sido um indivíduo muito ligado às questões da micro. E depois, a partir do mestrado passei a interessar-me muito por economia dos recursos naturais e do ambiente. Que era uma área nova aqui na casa e… aliás é aí que eu chego às pescas. Eu sou um alentejano do interior. Portanto, à partida eu não teria nada a ver com as pescas. Eu de Serpa, portanto do Alentejo profundo, ali junto à fronteira e não tinha nada a ver com o mar nem nada a ver com as pescas. Mas acontece que o meu contacto com as pescas é uma situação da casa. Eu, na altura, estava para fazer a Tese de Mestrado, e estava aqui a dar uma cadeira a gestão que era uma cadeira de Economia Portuguesa. Estávamos em aí em 86, ou 87. Tínhamos uma parte inicial que era sobre a política económica para explicar aos gestores como é que eles deviam ver o ambiente geral, o FMI, enfim, essas coisas. Aliás o que está agora. E aquilo era uma cadeira anual, e havia uma segunda parte que era sobre as políticas europeias. Aqui ainda não se sabia muita coisa, a gente tinha acabado de entrar… mas a ideia era explicar aos alunos como se tinham desenvolvido. Uma espécie de abordagem histórica. Como é que tínhamos chegado à, então CEE, e depois um pouco sobre as políticas parcelares a politica nacional, a política agrícola. Fazíamos uma abordagem geral. E como naquela altura em que tínhamos acabado de entrar, ainda não se sabia muito, a ideia foi fazermos uns guiões. Uns para os outros. E a mim calhou-me as pescas. Eu, na altura li uma série de coisas. Li o livro do Leal, li o que havia sobre as pescas portuguesas. E eu estudei aquilo para fazer um guião para os outros. Depois, ainda interrompi ali um bocado, ainda houve uma fase no mestrado em que interrompi porque tive de ir para a tropa, mas depois voltei e tive contacto com o professor Ferreira do Amaral, com os modelos com que eu contacto agora. Modelos bio económicos, isto é, a ideia era modelos para planeamento de recursos renováveis. E eram diferentes, porque havia aqueles modelos que eram os tradicionais que a gente

tinha aqui na escola. Modelos de produção, o consumo, os preços, modelos habituais. Só que eram modelos que não estudavam isto com equações biológicas. Como um recurso que tinha a sua capacidade natural de regeneração. Portanto acabei por ter aí um contacto com a economia do ambiente que, na altura, nem existia aqui na escola. Não tinha visibilidade. E o que é que eu pensei? Se calhar isto é uma tese engraçada. Eu pego nestes modelos. Vejo que tipo de indicação prática é que eles me dão sobre como devia ser a gestão de um recurso renovável… e como eu já tinha lido umas coisas sobre a PCP, e sabia que havia ali uma área especifica com os TACs e as quotas e a questão da gestão e conservação do recurso. Pronto e foi por aí. Deixa ver se esta malta já tem alguma percepção de como isto se joga… Acabei por pedir a orientação do professor Ferreira do Amaral. Na altura apareceu-me o Professor Junqueira Lopes que era o decano, era a figura que na altura tinha vindo com uma tese de doutoramento lá de fora. Dos recursos naturais e do ambiente. E de quem eu me tornei um amigo, grande, e que acabou por ser o meu orientador mais tarde. Na tese de doutoramento. E pronto isto veio por aqui. Logo após o mestrado não tive hipótese de tratar de muitas coisas das pescas. Fiquei essencialmente nessa fase, ligado à economia regional. Depois mais tarde… é que comecei a…

Participou no MARHE, por exemplo…

Exactamente. A certa altura, já na segunda metade dos anos noventa, há um projecto em Peniche, em que eles começam a chamar-me… eu também faço parte aqui na casa, ali do CISEP, Centro sobre a economia portuguesa e a certa altura nós fomos chamados para fazer a avaliação dos Planos Operacionais, nós fomos chamados também para ser uma espécie de equipa que apoiava a DGP, portanto, do outro lado… havia uma equipa que tinha sido escolhida para fazer a avaliação intercalar e nós estávamos como se fossemos da DGP, a dar-lhes o apoio. E a partir daí é que começou o meu papel essencialmente, muito ligado à DGP. Portanto, primeiro, o projecto nas pescas mais focalizado, muito preocupado com a questão do emprego… mas não era isso que me interessava. Eu era, e toda a entrevista aqui tem sempre muito… eu… ponho-me sempre do lado do regulador. Como formação, a minha lógica é uma lógica da política económica. E então eu ponho-me sempre no lado da Comissão a olhar cá para baixo. O que eu me atrai nisto, e nesta questão da governança é como é que a gente se organiza para chegar a definir a política e depois como se implementa. E portanto nesse aspecto tem sido muito agradável. O poder estar junto da DGP, fazendo a avaliação global, a avaliação exante que a gente faz é tentar ver qual é a lógica do que a gente está a propor. Inicialmente, portanto, no quadro comunitário de Apoio, e mais tarde no QREN, qual é a lógica global da política e como é que a gente se insere nela, o que a gente está a propor, quais são os factores de risco, onde é que as coisas podem funcionar bem, ou de é que não funcionam, e é aí que eu tenho funcionado, e tem sido muito agradável. E, entretanto… a pouco e pouco, as associações, as ONGs começaram a pedir para ir a estas coisas. Eu isso acho óptimo, ir lá e dar umas opiniões, que obviamente, são aquelas que são possíveis. Além disso eu tenho feito… isto é assim, a carreira não era o que é agora. A carreira, no início, era uma carreira, em 84, era muito centrada nas aulas. No início eu não estava muito preocupado com a perspectiva da investigação. A partir de certa altura tornou-se uma carreira, obviamente muito competitiva, e muito direccionada para a investigação. E houve uma fase, em que… aliás houve uma fase em que a minha participação nas pescas era extra carreira… eu entrava em grupos, era conhecido e entrava em grupos. Não era propriamente com o intuito da carreira. Eu entrava, ganhava mais umas massas, fazia uns trabalhos engraçados. Não era muito… era mais num sentido quase de extensão universitária. Aliás houve uma fase em que,

principalmente nos finais dos anos noventa/ inicio deste milénio, em que foi intenso. E depois houve uma altura em que disse assim: Eh pá, já estou farto. Porque isto é assim, no início dos anos 90 o professor Victor Martins e o Professor Victor Santos criaram aqui as cadeiras de economia do ambiente e dos recursos naturais. E quando chegou ao final da década de noventa… aquilo não funcionou durante muito tempo, houve uma estagnação, e quando se quis voltar a leccionar este tipo de matérias aqui na escola, vieram para mim. E aí, eu tinha um espaço, de intervenção que era diferente. Porque eles deixaram e portanto aquilo passou a ser meu. Aquilo é a cadeira que eu dou nos mestrados de Desenvolvimento Sustentável, é a cadeira que eu dou no MIT, no fundo eu estou sempre ali. A certa altura também me fartava já. Como isto tem muito a ver com a economia pública, e agora vou passar para a economia da cultura. Para o mercado da música pop e essas coisas. Mas depois, quando chegou a altura preparar… porque de alguma forma a gente aqui tem uma espécie de funil. O departamento de economia é um departamento em que as pessoas chegaram a catedráticos muito depressa. Não havia, foram os primeiros a aparecer com o doutoramento, subiram muito rapidamente. E a geração que veio a seguir, portanto a minha geração, tem dificuldades em subir… portanto, a minha alternativa era fazer a agregação. Que geralmente é o passo que a gente não faz antes de ser catedrático, mas eu podia fazer antes, e portanto voltei com toda a ânsia às pescas. Porque é mais fácil para mim fazer o currículo a partir de uma coisa que eu já conheço. A determinada altura tive que orientar um doutoramento, que é aqui do ISEG, mas que está a dar aulas no ISCTE. E foi uma abertura fantástica para mim. Porque aqui o ISEG tem um ambiente mais duro, parece que tudo o que fazemos nunca está bom, e temos uma atitude mais rija. O ISCTE é uma escola mais aliviada. E o contacto com ele, portanto, e o entrar numa equipa que está sempre pronta a fazer coisas, eu acho que fiz durante os últimos quatro anos imensa coisa que era impensável fazer.

Animou-o…

Sim… e depois esse trabalho, junto da DGPA, tem sido, de facto, interessante. E animou-me para estas coisas das pescas. Mais ainda que eu tinha no início. Porque depois também comecei a perceber…

Sentiu-se envolvido…☺

Sim… envolvido, eu senti-me envolvido, e é também esse o sentido da história…☺

Professor, diga-me, acerca da Europa… Teoricamente, e discorde, por favor, mas teoricamente… Governança tem ajudado a aproximar a política europeia das necessidades que observa? Se sim, como? Se não, porquê?

Ora bem. Sim. Eu vi aqui o seu guião. Eu vou meter muita coisa europeia com a portuguesa. De uma forma geral, e se calhar acabo logo por referir, ou referir logo, aqui as 2, 3, 4, tudo em conjunto.

Está bem.

Há, por parte de… ou toda esta estratégia de aproximação a stakeholders, eu acho uma estratégia interessante. Acho inteligente. Embora eu não a veja com esta identidade, quer dizer, eu acho que o que está em causa na PCP, em particular nesta forma de nos aproximarmos das várias realidades e pôr os stakeholders a fazer discurso sobre as coisas. Embora eu ache que possa eventualmente haver um objectivo de uma certa democracia, de criar um sentimento nas pessoas que estão a ser pertença da política, que estão de alguma forma a decidir, acho que pode ser um objectivo razoável. Acho que este sentimento de pertença é uma coisa importante. Acho que não é aí que está o

centro, acho que a Comissão não vê isto nesta perspectiva. A Comissão vê isto, principalmente, numa perspectiva de eficácia e de implementação. Eu acho que o que está em causa não é tanto por as pessoas a dizerem o que é que acham, ainda que também pode também ser muito vantajoso para a Comissão, na medida em que os problemas são muito complexos, a estrutura económica e social das pescas é muito diferente. Estudar todas as questões ao mesmo tempo deve ser muito complicado para o decisor. O verdadeiro decisor que faz a política lá em cima. Tudo isto, as próprias propostas que são feitas pelos agentes ajudam a simplificar os problemas. Mas eu acho que não é isso que a Comissão quer. Basicamente o que a Comissão quer com isto é: pôr os agentes a discutir para, depois, ser mais fácil implementar as coisas. A ideia da Comissão, pela forma como eu olho para isto é: isto tem que ser uma política comum de regulação supra nacional. Nós não podemos obviamente contar com tooodas as diferenças. Os regulamentos têm que ser coisas simples, entendíveis por toda a gente. E acima de tudo nós temos de contar com o facto de que são países diferentes, com histórias culturais diferentes, com máquinas administrativas diferentes, com sistemas judiciais diferentes. Pôr uma política comum a funcionar tem que ser de uma forma simples, com regulamentos que toda a gente perceba. Não pode ter uma fiscalização muito extensiva, por parte de quem está por cima, tem que ter uma espécie de auto regulação por parte dos agentes e é melhor pô-los a discutir previamente este tipo de coisas que isto de alguma forma obriga-os a perceber o que é que está em jogo. Naquela reunião que nós tivemos lá das pescas. Lá no Clube Estefânia. Aquele tipo de intervenção do senhor que vem da ADAPI, e independentemente dos conhecimentos que tem e da sua inteligência, a forma como ele estrutura o discurso é tipicamente o resultado de quem esteve a discutir já aquelas discussões. Só quem discute aquelas questões é que pode ter aquele tipo de discurso. E é isto que a Comunidade quer. O que a Comunidade quer é pôr os agentes, antes de mais perante os regulamentos. Porque isto obriga-os. E ao obrigá-los a apreender as coisas, depois a implementação é mais fácil. Eu acho que a política dá a sensação que o interessante é por as pessoas na decisão. Mas eu acho que o objectivo não é esse. O objectivo é pôr as pessoas na implementação. De facto a decisão está lá em cima. É feita com as regras de sempre. E de facto eu acho que até é melhor. É melhor que haja uma espécie de big brother, do gande irmão que está por cima e que… porque os estabelecimento de uma política destas é complicada, com muitos membros e realidades muito diferentes. É necessário que haja um big brother supranacional, que regula a política que olha à volta, e que tenta estabelecer uma política que seja suficientemente simples para que possa ser facilmente executável por toda a gente. É pôr pessoas a discuti-las previamente… não é retirar democracia ao processo…

Mas não é um fim em si…

Mas não é um fim em si. E se quiser, usando no mesmo sentido, é aí que estão os riscos. Aliás até já escrevi sobre isto, e não fui só eu. Vários autores. Nomeadamente utilizando aquela expressão do Quota opening. Em duas ou três linhas… é assim, há aqui um conflito permanente entre uma politica que é feita, baseada no tal principio da Estabilidade Relativa, a divisão dos países por quotas é uma divisão mais ou menos fixa, que é uma divisão que faz a comissão. Que há ali uma repartição entre os países. Tem em conta o emprego, tem em conta a maior ou menor dependência das comunidades piscatórias em relação ao mar, tem em conta a história da pesca no mar

Os Direitos Históricos…

Exactamente. Os Direitos Históricos. No fundo cria ali uma zona de conforto em que, se as coisas estiverem bem, todos ganham, se as coisas estiverem mal, todos perdem, mas

na mesma proporção. Isto facilita com certeza o diálogo político, é mais simples e acima de tudo cria ali uma sensação que a política é muito territorializada. Dá a sensação que a política é feita pela comissão mas depois cada Estado nacional tem a sua quota e é ele que organiza… portanto, a relação é muito de directa entre as OPs. Agora, esta territorialização na prática é muito interessante, e dá este tal sentido de pertença e tal, mas em certa medida acaba por ser conflitual com a criação do mercado único. Porque o mercado único está assente no princípio do livre estabelecimento. E mais cedo ou mais tarde o que é que impede um empresa espanhola, como aliás tem acontecido, de ir comprar empresas inglesas, estabelecer-se lá como sendo inglesa, usar a quota inglesa, e no final continua a ser espanhola na mesma. E portanto, a sensação que eu tenho é que a criação do mercado único fazendo-se em regras de livre circulação de homens de ideais de capitais, etc… que na prática podem criar uma espécie de poder que está para além do poder democraticamente eleito. Quer dizer pode haver empresas multinacionais que jogam, dentro das regras do mercado único, dentro da própria política, que não alteram nada, mas que na prática conseguem subverter toda esta lógica. E isso é um problema que existe sempre. A gente tem tentado derrogar aqueles princípios do acesso até às doze milhas, todas as reformas vão para aí, mas isto não foge… Esta ideia de territorializar a política é muito engraçada mas, eu acho que é conflitual com a forma como o mercado único se desenvolve. A determinada altura nós podemos ser confrontados com multinacionais que jogam com essas regras e que destroem completamente a territorialização da PCP, como podem destruir a territorialização de qualquer política. Este é um risco. Que até agora não tem tido muito problema. Aí no final dos anos noventa faziam-se muitos estudos sobre essa história do Quota opening e… e por exemplo com o caso da Espanha e da Inglaterra. Espanha com a quota chegou a uma altura em que tinha quase 25% da quota era espanhola. Ou, quer dizer, era inglesa mas na prática estava nas mãos dos espanhóis. Portanto era como se os espanhóis fossem lá pescar 25% da quota inglesa. Portanto a ideia de uma política territorializada estava a desaparecer. Os estudos não mostram que isso tenha trazido grandes problemas à Inglaterra, nem tenha tido um efeito económico muito duro. Aliás a Inglaterra acabou por pôr a Espanha em tribunal. Mas sem muito sucesso, porque de facto o princípio do Livre Estabelecimento existe, e portanto os espanhóis podem vir comprar as empresas portuguesas. Desde que se inscrevam aqui, como sendo uma empresa portuguesa, pescam com a quota portuguesa. Não há nada que os impeça. Mas isto é preocupante. Isto é perigoso. É sempre um jogo difícil entre o supranacional e o nacional. A PCP tem-se orientado pelo sentido de ser uma política mais territorializada. Embora com isto, a nível supra nacional tenta ter uma relação com os espaços. E eu acho que esta lógica de chamar as pessoas, este modelo de governança tem um pouco esse objectivo. Fazer as pessoas sentirem-se quase que nacionalmente ligadas à comunidade. Mas tem ali depois limites.

Nesse caso a possibilidade de uma regionalização, e a regionalização pode vir de formas muito diferentes, ou não vir, não sei, não tenho ideia, mas, pelo que tenho lido… envolve então esses riscos de uma forma muito superior…?

Muito superior. Eu acho que sim…

Refiro-me a essa parte económica. Escapa-me, desculpe…

Sim, mas é assim. De facto, todo o mercado único está perfeitamente baseado no princípio do Livre Estabelecimento. E o principio de Livre Estabelecimento não tem nada a ver com esta ideia de Estabilidade Relativa. Porque o princípio de Livre Estabelecimento é: Cada um vai para onde quer. Tem o direito… O capital é livre na Europa. Portanto a certa altura, o que é que é ser espanhol, ou o que é que é ser holandês

ou o que é que é ser português? Querer manter uma política muito territorializada é uma fantasia. Pronto, mas vai-se mantendo. E é aí também que eu vejo a grande vantagem deste modelo de governança. É que por um lado facilita aquilo que eu digo: quem está por cima está preocupado é com a implementação, com a eficácia. Pôr os agentes a discutir porque depois eles sabem mais facilmente o que é que está em jogo e na prática torna-se muitos mais simples de implementar. E essa comunidade não precisa de ter ali uma mão de ferro a fiscalizar tudo e mais alguma coisa. É uma vantagem. Logo. Grande. Depois também há esta coisa, quer dizer… ao pôr as populações, os stakeholders a discutir cria-se mais este sentimento de uma política territorializada.

Mas ficam mais vulneráveis face ao mercado…?

Ah, eu acho que sim. Eu acho que sim. A vulnerabilidade em relação ao mercado é inevitável. Porque torna-se um espaço de mercado aberto. Portanto isso é o problema maior. Agora esta perspectiva de governança é interessante, é interessante porque dá a ideia de politica territorializada. E dá um sentimento de pertença das populações que é diferente, não é?

E essa perspectiva que o professor refere… da comissão… quando diz esta perspectiva refere-se… não se refere desde, vamos dizer de 92, refere-se a… desde 2002…? A ideia de governança, o envolvimento das pessoas…

Sim, sim, sim. Mas a ideia base… Sim. O envolvimento das pessoas, a conversa do envolvimento das pessoas aparece depois da reforma de 2002. Mas a lógica de cima, já naqueles textos… a gente diz sempre que a PCP começou em 1983, isto da Europa Azul. Mas de facto, há regulamentos, aqueles textos de setenta, que são a discussão base. Nos documentos originais, é isto, é isto que está em jogo. A preocupação filosófica é esta: É criar uma política supranacional, com regras simples que permitam um certo equilíbrio entre as condições sócio-economicas no curto prazo, nas zonas costeiras para não haver grande crise.

É muito focada no núcleo de gestão...

Sim, sim. Com certeza, com certeza. Porque esse é que é o centro. Mas aí, aí eu acho que eles foram espertos. Aí eles trouxeram, exactamente essas coisas novas que a gente trazia da economia das energias renováveis e do ambiente. Que a análise económica não pode ser a análise tradicional que a gente faz. Dos carros. Tem que ser uma análise dos bens económicos também com as ciências naturais. Não é o mesmo que produzir móveis ou carros. Há aqui um recurso que tem a sua própria natureza que tem a sua própria capacidade natural de regeneração e a gente tem que perceber que se explorar muito este ano, no próximo ano não, e acabará por trazer prejuízo no futuro. E incrivelmente, o que se nota nos textos originais da Comissão é a esperteza de saber que isto é um sector em que muitas das vezes o mercado falha. Há muitas externalidades e a tendência do mercado livre, contrariamente à Mão Invisível, é empurrar para a vulnerabilidade. Isto, de facto é um recurso com tragédia dos comuns. E empurra… portanto tem que haver regulação de alguma forma. E a regulação, nada melhor que ser uma regulação por cima, uma regulação transnacional, feita por uma entidade que está acima das suspeitas, e feita com uma série de ???(28:51). Por um lado a gente quer ter menos recursos administrativos, porque esta política é cara. E portanto temos que contar com essa capacidade de os agentes resolverem, autoregularem. E pronto, isso é uma vantagem. Uma política com custos sociais muito grandes que tem que se conter e por isso essa territorialização é uma forma de manter a relação entre o emprego, os Direitos Históricos, ter a coisa mais ou menos estável para não haver grandes tumultos. Toda a lógica da política é de uma política esperta. E isso é anterior. Isso é anterior à Reforma

de 2002. O que esta reforma de 2002 trouxe foi esta noção de que percebeu-se ainda mais facilmente, provavelmente ainda com o tempo em que foi funcionando, e ainda para mais com as novas entradas de novos parceiros, mais do que nunca, a Comunidade não tem a capacidade de fiscalização disto. Portanto o melhor é exactamente regulamentos simples, entendiveis pelas populações, pelos interessados, e que eles próprios discutam e facilmente executem. Aliás, mandaram-me no fim-de-semana pessoal lá de SCIENA e da LPN, juntaram-se naquelas organizações que têm estado a discutir lá com o pessoal da comissão, falaram com aquela senhora, a comissária, e uma das coisas que a certa altura dizem é que acerca da pesca é que uma das coisas que é preciso tem em conta, a pesca artesanal… e a resposta que ela lhes dá é peremptória: é preciso é que as coisas sejam documentos simples. Sim senhor a gente aceita a diversidade sim, mas tem que ser um documento simples. Com regras simples.

Pois porque senão faz mais sobrecarga…

Exactamente. E porque o grande perigo de uma política destas é exactamente tornar-se uma política burocrática, que depois não anda nem desanda. Obviamente que eu percebo que um comissário tem que ter a noção que ele não conhece a pesca da Murtosa e não pode fazer um regulamento único que meta a pesca da Murtosa com a pesca de … uma ilha qualquer lá para os mares da Dinamarca… mas tem que fazer qualquer coisas que seja suficientemente flexível. Simples…

Adaptado…

Adaptável. Adaptável acima de tudo. Que as populações possam mexer. A própria Comissão a certa altura percebeu que nada melhor que por os stakeholders ali. Quanto mais discutir com eles, quanto mais falar com eles, mais facilmente os empurra para a implementação que a Comissão quer.

Pelo menos aqueles que participam.

Exactamente. E é uma forma de ganhar dinheiro. São menos custos administrativos. São menos custos com a fiscalização. E a eficácia sobe. É evidente que se gasta muito dinheiro em negociações, em informação. Mas eu acho que no final o resultado é positivo. Isto é a minha visão…

Ou seja, um sistema mais legítimo passa também por torná-lo mais eficiente. Aí a legitimidade pode ser vista como um meio… eu acho que é…

Exacto. Exacto. É. Mas eu acho que é assim. Eu acho que é assim. Obviamente que existem preocupações com pôr os stakeholders a funcionar. O sentido de participação torna obviamente a coisa mais democrática. Não é esse o objectivo essencial. Não é a legitimação. Aqui o objectivo é a eficiência, é que isto resulte. Que dê menos problemas. Apesar de ter alguns….

Sim eu percebo. À partida se eu me sentir feliz, incluída, melhora o sistema, não é?

Sim, exactamente. É um pouco essa a lógica. Eu acho que é por aí…

O pior é que eu posso não me sentir feliz e incluída se vir que outros não são felizes e incluídos.

Pois, exactamente. Esse, esse é que é o sarilho. É por isso que… o que é que eu gostaria de ver melhorar na governança europeia e nestas coisas da pesca…?

Para já eu acho que isto pode ser dito… não abertamente… acho que é possível… diminuir… jogos de sombras com estas histórias, quer dizer… Eu acho que é possível colocar perante os agentes a necessidade de eficiência. De eficiência e de eficácia.

Portanto, numa política destas, não é só… o pô-los em contacto é dizer: meninos agora vamos aqui estudar. E isto pode ser dito. É uma forma de… os interessados percebem. Também não se vão sentir excluídos por isto. Isto não se pode dizer abertamente, mas dar a indicação. E fundamentalmente eu acho que há uma coisa que não é feita… mas aí acho que é também pelo nosso desconhecimento. Que era compatível dar-se às populações a noção de que isto é uma política. Mas aí eu confesso que não sei se o problema também não é um problema muito, muito português. Dizermos às pessoas abertamente que a política é um jogo.

É uma questão de prioridades.

Exactamente. Há prioridades. Os objectivos não são todos atingíveis ao mesmo tempo. Há objectivos que são inclusivamente conflituais. E um lado implica derrubar outro. E isto pode ser posto de uma maneira mais aberta nas discussões. Inclusivamente, também em termos internos. O que passa também pelos intervenientes. Nomeadamente por parte da própria administração. E era isso que eu dizia lá naquele dia. De uma forma simples porque estas coisas às vezes podem ser mal interpretadas. Muitas vezes a própria administração, ela própria, parece não se aperceber disto. Há que ver o problema de várias faces. E abordá-lo de uma maneira aberta… Nessas sessões em que eu estive, por exemplo, na avaliação intercalar do programa operacional. A certa altura eu notava que pessoas que, por exemplo da área da biologia sentiam-se incomodadas, por eu fazer um comentário em relação ao esforço de pesca. Eles diziam: Mas o esforço de pesca não é isso. Isto é a técnica. Quer dizer a própria definição de um conceito…

A linguagem é diferente…

A linguagem é diferente, mas as pessoas…: não, calma lá. Isto é o meu domínio. Nesse domínio ninguém toca. A política económica não é assim. Não há domínios estanques. E não há aquela… eu acho que há uma tradição em Portugal, como existe em muitos lados. Para já a biologia domina isto tudo. E, muitas das vezes, sabe muito de peixes mas sabe muito pouco de pessoas. Não têm muito a noção das ciências sociais, como é que aqui se metem. E depois, quando metem os economistas, a nossa formação é a formação que a gente tinha nos anos setenta, oitenta. Em que estas coisas da abertura… eu lembro-me que quando entrei aqui no ISEG os recursos eram o trabalho o capital e a terra. Portanto, quando a gente tinha que estudar a gente tinha o trabalho e o capital. Porque a terra também era uma forma de capital. Ou seja, os próprios recursos naturais, mesmo a terra que tradicionalmente se fazia como um recuso à parte, acabava sempre por ser metido no capital. Como sendo mais uma do capital e portanto a analise que a gente faz, tradicionalmente, na economia é….

Vêm a terra como um bem.

Exactamente. Um recurso natural é analisado da mesma forma que são analisadas as mesas ou os carros. O mercado é o mesmo. Sem que a gente se aperceba, de facto aquilo é um sector diferente. É um sector em que a gente tem que abrir o conhecimento às ciências naturais. Porque aquilo é natureza. Têm uma lógica diferente. Eu, aqui, se quiser produzir mais mesas, posso pôr mais máquinas a investir. Ali, posso por mais pessoas, posso por mais barcos e o resultado ser pior ainda, porque explorei aquilo tão desalmadamente que no final o resultado vem para baixo. Portanto a lógica é uma lógica diferente. E o que eu vejo grande parte das vezes na administração é que… e esse é o lado em que eu posso ter alguma vez ajudado, porque é uma visão académica mas é uma visão diferente. Nós para percebermos a politica no seu todo não podemos ver isto só numa lógica biológica de explora agora mais ou explora agora menos. Está em recuperação ou não está em grande recuperação. Isto está mais que ultrapassado. Que se

fosse, todas as regras que eles tinham criado na biologia teriam dado resultado sempre e a gente nunca tinha tido dificuldades de sobre exploração de recursos. Se existe sobreexploração é porque existe aqui alguma dificuldade em… porque os pescadores percebem muito bem o que é a sustentabilidade. E percebem melhor do que eu. Porque eu nunca pesquei na vida. Não tenho a noção palpável do que é a sustentabilidade. Que é matar a mais, e os efeitos que isso vai trazer no futuro. Eles têm. Mas na prática quando chegar a hora, se estiverem dois a lutar pelo mesmo espaço, e não houver um direito de propriedade claro, eu quero é tirar o máximo, sempre que possível, porque senão é outro que tira. Portanto isto há aqui, uma lógica social, de incentivos e… que não pode passar por apenas estudar o peixinho. Portanto, a biologia marinha tem que abrir um espaço na área da política para os interventores na área das ciências sociais. Porque um sociólogo percebe a população. Percebe pessoas. Percebe os anseios, percebe o que é que eles precisam. Mesmo que não saiba muito do bacalhau, mas percebe as pessoas. Agora, eles só percebem o bacalhau, e a tradição é ser feita por eles. E depois quando não aparecem eles, geralmente quando aparecem são os tipos do direito e economistas. A perspectiva também é uma perspectiva muito seca. É a perspectiva da lei ou a perspectiva dos barcos das contas, é uma perspectiva muito contabilística que também perde a noção que aquilo é um bicho que está ali, no meio, não é? E é isso que às vezes falta, mas isso é uma coisa que vai com o tempo. Eu acho que é possível ir lá. A politica, ela também pode abrir um bocadinho este espaço, não é…? Pode dizer estas coisas, pode… porque ninguém é burro. Nestas reuniões a que a gente vai ali, da Estefânia, a gente percebe. Obviamente, todos nós temos formações diferentes. Uns terão formações mais elaboradas, outros menos, mas isto é o tipo de conversa que qualquer pessoa percebe. Às vezes pode não ser claro, mas percebe. Percebe porque a politica é uma politica que não é uma coisa perfeitinha. Às vezes não é coerente. Nem tudo é certinho. É uma escolha. Aliás, a ciência politica é isso. É uma ciência de escolha. Se tudo fosse fácil, tivéssemos todos os recursos disponíveis, não era preciso fazer nada. Isto era o Adão e Eva, e um a pescar a maçã, não é? Isto há aqui qualquer coisa que é uma escolha. E isso é preciso que seja identificado. E acho que às vezes há muito esconderelo também em relação a isso.

Há uma espécie de cultura institucional… é isso…?

É, é isso. E muitas vezes têm uma certa tradição de obscuridade. Aquela coisa de a big catch. Encontra um sítio qualquer que é óptimo onde vai apanhar um cardume fantástico. Alias, isso na caça ainda é pior, quer dizer, é o sítio onde sabe que há os coelhos. É uma coisa que pela sua própria… é quase de nascença, não é? A lógica do segredo existe.

A lógica do segredo existe também em política, não é?

Existe! Pois isso, e por isso aqui e aqui… é um caldinho do melhor. É possível abrir esse caldinho…

Melhorar esse discurso.

Relativamente. Relativamente…

Pois, cada um dos grupos tem os seus objectivos e vão ter sempre conflitos…

Obviamente. E esse é o trabalho que tenho feito, 'em que é que tem ajudado'.

Como é que o papel que desempenha actualmente pode ajudar a melhorar a política europeia nas pescas?

As coisas em que estou é a chamar a atenção para isso. São coisas conflituais por vezes. E a gente tem que olhar para elas de cima. Não há outra alternativa. Mesmo que seja desagradável dizer às pessoas olha, vocês estão a participar, não no sentido da participação mas porque a seguir vão ser bons implementadores e outras coisas. Dizer às pessoas assim: Olha, vocês em vez de serem… dizer às pessoas: vocês vão ser a estrada. E as pessoas querem imediatamente ser aquelas que vão a guiar o carro. Se calhar dar-lhes esta imagem é óptima. Se calhar dizer assim: olha, não é bem assim. Vocês vão dentro do carro, nós vamos a conduzir, a estabelecer o percurso.

Vocês vão no carro, mas quem decide o caminho sou eu.

Pois eu acho que é um bocado isso, é um bocado isso. Porque eu acho que, às vezes, a gente também esquece que as politicas comuns são só a Politica Agrícola e a Politica Comum de Pescas. Não há mais nada que seja, verdadeiramente, politica comum. Todas as outras são conjuntos de indicações. Há um conjunto de indicações. Um conjunto de regras, muito flexíveis, mas não passa daquilo. Aqui não. Isto é uma política comum, supra nacional, com regras iguais para toda a gente. Isto é muito complicado, ainda para mais num sector que já tem por natureza um lado obscuro, e depois, que é muito diverso. Se ele é muito diverso em Portugal imagina naqueles países todos. E fazer uma politica… deve ser uma complicação. E a legislação tem que ser simples entendível. Porque senão ainda esconde mais os tais lados, que não se querem dizer, mas que existem. Que existem e que obviamente há sempre uns que são mais beneficiados, outros que são mais prejudicados. E é esse o sentido que eu tenho em relação a quase tudo isto, quer dizer…

Ora: o que é que eu penso sobre os actuais mecanismos estabelecidos? (Pelas experiências que tem tido, o que pensa sobre os actuais mecanismos estabelecidos?)

Ora… acho que são interessantes neste sentido.

Em Portugal? De diálogo?

Sim, sim. Não, e acho que tem havido de facto nos últimos anos, e especialmente desde a reforma de 2002, tem havido uma preocupação. De diálogo, de por as pessoas a falar. Porque eu acho que a própria comissão percebeu: Isto é vantajoso, isto ganha-se muito. Eu acho que, nesta experiência que tenho tido, que tem havido um ganho sensível… as organizações mostram-se muito mais… Eu lembro-me, nos anos noventa ainda havia algo que vem muito de dentro, reflecte aquilo que são as opiniões, que é importante, mas muitas das vezes é uma coisa muito pouco fundada. Pouco pensada.

Mais reivindicativa…

Muito reivindicativa. Mas muitas das vezes muito frouxa nos fundamentos. Teve períodos em que foi muito reivindicativa. Eu notei, quando estava naquele projecto em Peniche, por causa do emprego. As pessoas estavam muito convencidas, algumas das pessoas que estavam mais colocadas, que tinham na altura, já um maior relacionamento com as instituições comunitárias. Pareciam que achavam que conheciam tudo: E agora vai aparecer o fundo das pescas. Ah, não me venha falar nisso que isso vai já acabar daqui a dois anos. E a gente ficava assim: mas esta gente parece que está muito convencida, não estavam a ver o tal lado embrulhado que a politica tem. Eu acho que a partir desta reforma de 2002 nota-se que os agentes podem estar também um bocadinho… se calhar também perderam algum fôlego. Também é necessário, não é? Também só se consegue alguma coisa com acção e… mas mais… aquilo que dizem, as convicções que têm são mais fundamentadas. Porque o próprio esforço de diálogo os tornou mais estudiosos, mais atentos. E isso é uma vantagem. Isso é uma vantagem. É

uma vantagem na lógica que eu acho que a comissão quer – esta é sempre a minha perspectiva, não é? A tal lógica de implementação. Mas é também uma vantagem para os próprios agentes porque quando dão a sua opinião, dão uma opinião mais fundamentada, não são enganados tão facilmente, sabem o que é que está em jogo, e nisto há um ganho. Há sempre um ganho, porque também não no fundo também havia uma espécie de informação quase assimétrica. A Comissão que sabe tudo e que mexe os cordelinhos, e depois havia o pessoal cá em baixo a gemer e a fazer barulho, mas a não perceber muito bem o que está lá em cima. E eu acho que, hoje, o diálogo … era aquilo que eu estava a dizer. Aquele senhor que falou, independentemente de toda a experiência que ele tenha de todo o trabalho que ele tenha feito, vê-se que é já uma intervenção de quem já está dentro dos mecanismos. Ele pode dar a resposta porque ele já sabe muito bem qual vai ser a pergunta que vem a seguir. E isso é bom. Eu acho que isso também é uma vantagem, porque isso também tira o tal lado escondido também á politica. Eu também acredito que a comissão não quer fazer aqui uma espécie de, há bocado dizia, usei a expressão big brother, mas até me arrepiei, porque também acho que a comissão não quer ser a espécie do papão lá por cima a dominar as pessoas. Eu imagino que o objectivo seja um objectivo mais solto.

Mesmo porque essa politica é cara… ou não sei se é…

É, é cara, é muito cara. Por acaso a das pescas, mesmo assim, eu imagino que não seja um grande perigo para a Comissão, porque no fundo isto é uma politica que, a certa altura até o próprio Fundo das Pescas estava metido com o FEOGA. Isto, comparativamente ao que é a Politica Comum, é uma gotinha de água. Isto parece uma coisa marginal face aos milhões que se gastam com os cereais e com a manteiga e com… e pronto e no fundo eu acho que é cara mas não é muito sensível para o dinheiro que a Comissão gasta. Nesse sentido eu acho que tudo isto foi um ganho. Esta abertura aos agentes e a pô-los mais próximos das coisas. Se calhar persistem as mesmas coisas. De base, que têm a ver com a criação do mercado único e etc… Eu acho que isso persiste e isso não é facilmente introduzivel pelos agentes, e eles são os que são afectados. Porque é que a determinada altura os ingleses meteram os espanhóis em tribunal? Porque começaram a ver que a certa altura, a certa altura começaram a fazer exigências, quer dizer, se não podiam impedir que os espanhóis comprassem as empresas inglesas, queriam pelo menos fazer exigências do sentido de que metade da tripulação tinha que ser inglesa. Porque senão a certa altura, aquilo que chamo os economic link deixavam de existir, não tinham nada a ver com as regiões. E aquela lógica territorial acabava imediatamente. Mas isso… quer dizer, não conseguiu alterar as coisas porque a certa altura depara-se com a lógica mais global, e a lógica é a do Livre Acesso e do Livre Estabelecimento, portanto, não há nada que impeça. A base do tratado de Roma é a livre circulação. E portanto, o territorializar uma coisa que em principio é o mercado único, é uma coisa complicada, não é?

Há coisas que eu consigo perceber melhor na base da PCP se ler a Politica Agrícola Comum?

Sim, sim, os próprios instrumentos… os preços garantidos, tudo, … a lógica é decalcada. Aliás, no início, aquilo era apenas um pontozinho da PAC.

E os mecanismos, os TACs, têm origem na NEAFC, na parte internacional de…

Isto é assim, eles já tinham… A essência dos TACs… já existiam em Organizações Internacionais, desde os anos cinquenta que se praticavam. Era um instrumento muito utilizado, com muita tradição na biologia marinha, que era estabelecer um modelo, em que se encontrava qual era o nível óptimo de captura, e depois indicava-se aos Estados

nacionais. Isso já existia, eu acho que a aplicação por parte da PCP foi um bocado naquela lógica da Estabilidade Relativa. Como é que a gente consegue um sistema que não ande sistematicamente a ter grandes variações? Nada como estabelecer um total autorizado de captura e depois dividir aquele total por quotas, por países. E não deixando que se trocassem nem nada. Portanto criar ali uma chave mais ou menos fixa. Que é aquilo que está em causa agora ao introduzir as QITs. Porque, por exemplo, se introduzirmos as QITs e criarmos um mercado de quotas, este sistema da Estabilidade Relativa muda muito rapidamente. Porque se isto houver um mercado em que quem tem a quota pode ir pô-la lá à venda, porque é que há-de ser um português a ir comprar a quota do mercado dos portugueses? Ainda mais facilmente pode ser um inglês.

Não podem restringir isso?

Mesmo que restrinjam, tudo se torna mais fácil. Porque é assim se os espanhóis já podem ir lá comprar as quotas dos ingleses fingindo que são inglesas, mais facilmente poderão fazer quando aquilo for um mercado aberto… porque agora ainda há uma quota geral para a Inglaterra. Se houverem quotazinhas barco por barco, o mercado torna-se ainda mais fluido, não é? Mais simples. É evidente que os espanhóis podem vir agora aqui a Portugal e comprar uma empresa portuguesa, inscreverem-se aqui como sendo uma empresa portuguesa e usarem a quota portuguesa. Ainda mais fácil é… Mas isto é a quota portuguesa. Suposição: os barcos portugueses que pescam a sardinha não podem ir além das 3000 toneladas. Agora quando chegar a altura em que cada barquinho tem a sua quota. Eu dentro de Portugal dou uma quota ao barco 'não sei quê'. E agora o barco 'não sei quê' pode ir para o mercado e vender a quota. Ora isto é ainda muito mais aberto, muito mais fluido. Qualquer inglês pode vir numa negociação directa e dizer: olhe, eu quero essa quota. Eu inscrevo-me como sendo uma empresa portuguesa, o que é que me custa? Mas compro aquela quota. E o pior é que depois a concorrência é muito fácil, quer dizer, os grandes os que têm muito dinheiro…

Conseguem comprar. Passa a estar na mão do capital…

Conseguem comprar, passa a estar. E esta regulamentação é um perigo, inclusivamente para a pesca artesanal. Que a certa altura a concentração do poder económico é tal… Claro, que a tradição económica diz-nos que quem vai comprar isto são os mais eficientes. São os melhores, são os que têm capacidade de por tecnologias mais adaptáveis, são os que eventualmente, depois tendo uma quota que é deles, são aqueles que podem ter uma perspectiva de utilização intertemporal mais adequada. Podem pensar mais no futuro. Não precisam de explorar intensamente já. Podem pensar numa utilização ao longo do tempo. Enquanto que uma pessoa menos eficiente tem uma necessidade quase míope de explorar para ter resultados já.

Tem receio, insegurança…

Tem receio, exactamente. Isto é evidente, numa perspectiva económica isto parece adequado. Parece é bom, mas é perigoso.

Ou seja uma das exigências disso seria então, por outro lado contrabalançar com um Estado mais interventivo. Conseguir …

Com certeza, com certeza. Tem que haver sempre aqui uma intervenção forte. Porque isto é um sector que tem que ser regulado. Porque esta ideia das QITs é deixar o mercado regular-se a si próprio. É a nossa lógica. Deixa que há-de haver aqui uma Mão Invisível que há-de conduzir isto para o Óptimo.

E pode ser prejudicial para a pesca artesanal…?

Muito, muito. Muito, porque essa pesca é a mais vulnerável. Onde há muitas unidades, se houver um tipo que tenha muito dinheiro, rapidamente pode chegar a uma monopolização. A concentração de poder económico é mais fácil com pequenas empresas. Embora também o mercado seja mais disperso. Isto também é, como tudo. E, de alguma forma, nós estamos também na história da Murtosa, também eu já percebi que a pesca artesanal é um conjunto de realidades tão diversa. É que dentro da pesca artesanal há muita coisa lá dentro. Como dizia o senhor lá da ADAPI, a gente não sabe muito bem o que é a pesca artesanal. Há os tipos dos barquinhos pequeninos que pescam ali ao pé da costa, mas também há tipos que já têm barquinhos maiores e que vão um bocadinho mais longe, e ainda há os tipos do recreio…

Pois já ouvi diversas opiniões que se deviam ver os tamanhos, que se deviam dividir os barcos de X em X, que…mas eu penso se não vem complicar ainda mais…

Pois, exactamente, exactamente. É o que a senhora, a Comissária, diz, quer dizer… ela vê-se que é uma pessoa que está sensível às realidades da pesca artesanal, mas diz os documentos têm que ser simples. Têm que ser entendíveis, não podemos fazer documentos para cada uma das artes. Senão isto torna-se uma burocracia infindável. De alguma forma, já se critica a Política Comum por ser burocrática. Se chegarmos a esse nível isto torna-se absolutamente insuportável, não é? Criar regras comuns para todas as áreas é uma coisa perfeitamente… embora se perca qualquer coisa. Eu, como eu não sou uma pessoa das pescas, não vivo lá, às vezes não me apercebo totalmente disso, mas quando a gente vai a estas sessões a gente percebe, principalmente os agentes, pela forma como eles vivem realidades diferentes, com problemas diferentes. Que se calhar também é abusivo um documento suficientemente generalista que parece que a pesca ali ao lado da Dinamarca é igual à que a gente tem aqui ao pé de Peniche. As coisas são completamente diferentes, as regras deviam ser mais adaptáveis.

A regionalização poderia ajudar…nessa parte da implementação…

Poderia com certeza, com certeza. É um apoio, é um apoio. Porque num sentido geral a coisa vai continuar a ser a mesma, os regulamentos mais ou menos simples, mais ou menos gerais, permitindo depois que haja adaptações de carácter regional. E acho que é a melhor solução. Porque para se manter como uma politica comum também não pode… haver muita descentralização é perigoso. Eu aí acho que é perigoso porque a comunidade tem a percepção de que a própria história administrativa dos países é bem diferente. As tradições administrativas. É tudo diferente. Isto nota-se, não tanto na área da gestão e conservação, mas na área do controle da fiscalização, as reformas, a comissão nunca aposta, por exemplo em medidas duras, multas muito altas, coisas do género. Aposta é, dar dinheiro para que todos os países tenham mais ou mesmo a mesma capacidade de fiscalização, porque depois a capacidade da aplicação judicial vais ser sempre diferente. Por exemplo, criar multas muito altas sabendo que depois os ingleses aplicam mas a gente não aplica. O melhor é criar um regime mais igualitário no sentido dos meios, para que todos tenham a mesma capacidade de fiscalizar e de cumprir e deixar aos países a sua individualidade, às regiões. Eu acho que é a mesma lógica em termos regionais. O melhor é documentos gerais, simples claros permitindo que depois hajam adaptações em termos regionais. Sem perder o tal sentido de politica comum. Porque ou se quer uma Politica Comum ou não se quer.

O aconselhamento científico não pode ajudar nisso? As pessoas da área do direito, por exemplo…

Pode. Pode e acho que tentam. Eu acho que o que existe é que por vezes cada um tem o seu domínio de intervenção. E às vezes é capaz de tornar aquilo mais complicado. Embrulhado na sua ânsia de manter o seu poder de decisão. Eu acho que aí até a Comissão devia…. Eu devia estar calado, mas devia usar o chicote. Os cientistas colaboram nestas regras. A gente quer coisas simples, claramente identificáveis e que sejam fáceis de comunicar. Por exemplo, eu sempre achei que, a gente na economia dos recursos e do ambiente a gente fala muito nos instrumentos de comando e controle, que são aqueles que criam balizas, que criam limites. E depois os instrumentos económicos são aqueles mais complicados que criam incentivos. Como economista eu convém-me sempre defender os económicos porque eles é que mudem o comportamento das pessoas, etc… mas eu às vezes admito que por motivos de simplificação, às vezes os outros são melhores. Quer dizer, estabelecer uma estrutura de postos verdes para a pesca é capaz de ser uma coisa muito complicada porque se há uma alteração climática momentânea, se há uma crise momentânea, para a gente refazer aqueles modelos todos, se calhar, aquilo nunca mais tomam uma decisão. Porque os biólogos, mais típica dos biólogos dizem: olha, agora diminuímos as malhagens das redes, e se calhar, à partida aquilo funciona mais rapidamente. É claro que não vai resolver o problema porque o problema está nos homens e no…

E se calhar 80% não cumpre. Oitenta, não faço a menor ideia, mas…

Claro, claro é uma possibilidade. Eu nessas coisas sou aberto e eu acho que é isso que a comissão por. Deve por os cientistas naquela lógica, a gente quer simplificar isto. Vocês têm que arranjar medidas que sejam entendiveis pelas pessoas. Tem a sua lógica. Não precisam de ser até ao esmiuçar. Porque aquela indicação que aparece dos agentes a por em causa as medidas científicas, eu acho que é o pior que pode acontecer para a PCP. Porque se a certa altura eles põem em causa os estudos dos cientistas é como se nada fosse… quer dizer se chegarem lá as OPs e disserem: este TAC, isto não faz o mínimo sentido. Pá, eu acho que é o pior que pode acontecer. Eu acho que os cientistas ali têm que mostrar com um modelozinho simples que aquele deve ser o resultado. Com dados fiáveis. E a comissão, aí, deve, porque a Comissão também paga, não é? Há muitas instituições que vivem só disso. Aí, a comissão deve usar o chicote sobre os próprios investigadores cientistas: eu quero isto. Podem chegar à conclusão que eu gostava de uma politica neste sentido e vocês a chegarem à conclusão que a politica deva ser noutro. Mas a justificação tem que ser simples, clara. Isso é como quem pede um trabalho a uma pessoa qualquer. Eu acho que os cientistas precisam disso. Precisam de indicações práticas do que é que se quer com a tal noção de que a politica é um jogo de interesses de objectivos, que nem todos são coerentes… ou coerentes têm que ser, mas nem todos têm que ser complementares. São conflituais e a gente tem que escolher este caminho, vou se calhar conflituar com aquele. Mas escolho aqui. E isso é a coisa melhor que pode acontecer para a política das pescas, como para qualquer político. A percepção de que a politica não é um edificiozinho bonito em que esta tudo organizado. Não. Tem coerências e incoerências. Tem coisas que são complementares mas tem coisas que são conflituais. É tudo uma questão de escolha e se esta escolha for feita de maneira simples melhor. Isto não é perder a complexidade das coisas. Não é transformar os fenómenos naquilo que eles não são, não é? Obviamente. Mas… até porque com este tipo de agentes, e se a gente lhes pede também para eles colaborarem e lhes pusermos uma linguagem pesada e difícil, eles mandam-nos à tábua e com toda a razão. Se eu lhe espetar com um modelo muito elaborado com uma estimação…

Claro, se eu lhe espetar com este guião de entrevista que eu fiz.

Não o guião está bem. Se calhar a única coisa é adaptar as perguntas ao tipo de linguagem que eles têm…

Então vá lá fazer isso à associação de folclore…

Oh, minha querida, não mas ainda bem que me diz isso, porque de facto o pessoal das ciências sociais, e vocês então na sociologia têm muito mais a noção de que as coisas tem que ser…

Adaptadas. Está bem professor, eu estou a afastar-me muito. Isto também é por curiosidade minha. Ora bem, pensa que têm ajudado a resolver os tais conflitos…

Têm, têm, têm. Isso é óbvio. Até porque o facto de as pessoas poderem chamar a si a intervenção acaba por dar também às próprias instituições já nacionais indicações mais claras de para onde é que devem enviar os meios. Se não vierem os pescadores da Murtosa, mais os pescadores de Peniche dizer quais são as suas necessidades eu não vejo como é que depois a DGP consegue distribuir o que tem que distribuir, não é? Portanto eu acho que tudo isto faz sentido, acho que as experiências têm tido de facto um papel muito positivo, a resolver os conflitos. Não há nada como por as pessoas a falar umas com as outras… passa obviamente por dar mais responsabilidades aos actores envolvidos, quer dizer, nesta lógica que eu tenho. Quer dizer esta responsabilidade não é tanto o sentido da responsabilidade no sentido da decisão. Eu acho que não é isso que está em causa. Dar-lhes mais responsabilidade no sentido de dizerem o que é que querem, porque eles conhecem a realidade. Que acabe por ser uma forma de simplificar a decisão por cima. E finalmente ajudá-los a perceber o que é que está em causa, para depois poderem implementar facilmente. Acho que isto é uma noção de eficácia que é boa. A decisão acabará sempre por ser uma decisão que está mais para traz na comissão, e isto pode parecer uma coisa um bocado ilegítima, mas de facto depois não é porque depois tudo aquilo é discutido no Conselho de Ministros das pescas, que é o poder…

Que é o poder eleito.

Exactamente. A comissão é uma entidade que está ali um bocado à parte. Não é eleita mas acaba por ter um papel um bocado central nas coisas. Com os pareceres cá de baixo e depois com aquele núcleo que é o representante dos decisores políticos, que têm uma relação com a Comissão mas que também, que são eleitos por quem está aqui em baixo. O próprio modelo de governança, o modelo em si corresponde ao modelo daquilo que é o projecto europeu. A mim não me desagrada…

Professor, aqui nesta parte de melhorar as condições nos locais… Pensa que têm (ou não) conseguido ajudar a melhorar condições nos locais onde vivem e trabalham as pessoas que observa/representa?

Sim, sim, sim. Indo já à parte da Murtosa.

Não, nos locais, de forma abstracta. No local conceptualmente. Mas eu digo, se tem havido uma melhora nisso também…

Sim, estou a perceber onde quer chegar. Sim, diga.

Eu estou a lembrar-me aqui de o professor referir no MARHE, de referir que na parte do núcleo de estruturas, de ser necessário ver a Politica Social. Nestes últimos anos, essa melhora de condições de vida nos locais tem a ver com essa melhoria… passou por essa revisão da politica social?

Não. Não. Infelizmente eu acho que não. Eu percebo… mais uma vez, eu… pareço estar sempre ao lado da Comissão, mas é assim. Eu percebo que a Comissão tenha tido nos últimos tempos algumas preocupações com a desadequação entre a frota e os recursos e isto é… é um problema tão sério e com efeitos tão a médio longo prazo, que é o problema central disto tudo. Eu acho que de facto, desde o início, e isso é também um pouco a imagem da PAC. Na PAC não precisa de haver uma grande Politica Social porque os preços são garantidos, e portanto… Se as pessoas produzem sem grande preocupação com o vender porque têm preços garantidos, que é aquilo que existe na PAC… basicamente…

Não há necessidade de mecanismos de apoio.

Não. O nível de vida na agricultura melhorou bastante… com as vantagens e as desvantagens que isto tem, quer dizer. É evidente que as pessoas criticam muito a dinheira que se gasta com a PAC, que é verdade, que é uma dinheirama. Mas também, nós passámos da fome do Pós-Guerra, para a sociedade da abundância em que vivemos na Europa, agora. Isto é assim, ganha-se e perde-se. Mas é evidente, com uma politica que não está assim tão dependente do mercado, em que quem produz ganha sempre, porque tem sempre preços garantidos… porque no fundo a PAC garante preços aos agricultores, e quem vive da agricultura conseguiu ter um nível de vida adequado. Especialmente aqueles grandes países para os quais a PAC está feita, a França, a Alemanha, etc… se calhar para Portugal a coisa não funciona tanto assim. Mas mesmo assim, eu vejo no Alentejo, a melhoria foi muito clara. Houve muitos subsídios, houve muita coisa, quer dizer… A politica de pescas, como foi feita à imagem, provavelmente também não teve grande preocupação com o lado social. Devia ter tido mais, porque isto é um sector diferente.

Mas eu aqui referia-me mais à parte nacional…

Sim, mas a parte nacional também depende muito dos dinheiros que existem. E aí o que se tem feito é usar a massa que vem da CEE. E como não há muito dinheiro para a política social, ainda agora, neste último Plano Operacional das Pescas a parte dedicada à Politica Social é uma coisa ínfima. Porque é a determinação da EU, foi a mesma que a gente colocou no Plano Operacional. É assim, eu acho que a Politica europeia foi muito determinada por esta desadequação entre os recursos existentes e a frota. Havia de facto um problema de sobrecapacidade na Europa. Não há hipótese de ter sustentabilidade no futuro com uma frota que é extraordinária face às possibilidades existentes, quer dizer. Ainda para mais, com a criação das ZEEs, a Europa perdeu muitos bancos de pesca onde ia tradicionalmente pescar. Como é o caso dos portugueses na pesca longínqua. Os próprios países em vias de desenvolvimento, África, Caraíbas, cada vez restringem mais a entrada dos barcos europeus. Fazem-se acordos, depois cada um quer o que é seu. Os países costeiros começaram a ter outra capacidade e outra vontade de explorar aquilo que a Lei do Mar lhes dá como direito exclusivo. E a Europa tinha de facto uma sobrecapacidade extraordinária. E depois reflecte-se ou numa pressão muito grande, numa espécie de corrida à pesca desenfreada, e depois com uma coisa que eu acredito, eu não me coloco nessa posição, mas um bom liberal, pensa assim. Pensa que isto é um disparate. Nós temos uma frota imensa que pesca toda a quota disponível ali em três ou quatro dias, ou três ou quatro semanas, e depois está inactiva durante um ano inteiro. Isto numa óptica de equilíbrio, quer dizer, se calhar havia outros sectores da economia onde aquilo seria aplicado de forma muitíssimo mais eficiente. Portanto eu acho que a comunidade tem estado muito ali baseada naquilo. É preciso reduzir. E também não faz sentido fazer uma política social também muito favorável, porque pode dar a imagem errada que quer manter muitos pescadores, quando sabe perfeitamente que não vai ter

muitos pescadores porque vai ter que reduzir a frota. Pronto acho que tem feito aquilo que é possível, tem feito aquilo que é possível, tendo em conta que os tempos não lhe são muito favoráveis. Agora podia ter feito mais no sentido, isso aí do apoio directo aos pescadores, no sentido de criar-lhes mais… aqueles mecanismos típicos da segurança social, o subsidio de desemprego, aquelas coisas… porque o sector às vezes ainda é um sector muito desprotegido, vive inseguro. Em todo o caso, eu acho que há ali coisas que melhoraram muito, a segurança nos barcos… a qualidade. Aí houve de facto melhorias significativas.

(telemóvel tocou)

Pensa que melhorar a governança passa por dar mais responsabilidade aos actores envolvidos e/ou envolver mais grupos? Pensando em cada uma das anteriores opções, que riscos se devem ter em conta e de que responsabilidades se devem fazer acompanhar?

É assim, eu acho que o nível de responsabilidades que existem neste momento é suficiente e é o adequado. Muito mais responsabilidade também não é necessária, exactamente porque também, os riscos têm a ver sempre com aquela noção de, se houver muitos actores num processo que já é complexo, torna a coisa mais difícil de gerir. Acho que o nível actual é suficiente. Até porque a certa altura começam a ser muitas vozes díspares, muita necessidade de concertação… e a sensação que eu tenho, do tempo que estive ali na DGP é que não ajuda… porque eles têm ali uma estrutura relativamente bem montada. Mas eu acho, eu acho que eles chegaram a uma fase em que tem um relacionamento muito directo com a DGP. Os campos estão relativamente bem demarcados. O que é que é responsabilidade de um o que é que é responsabilidade de outro. Eu acho que se chegar a haver determinados poderezinhos individuais de grupos, a certa altura deve ser muito complicado depois para a própria administração gerir tanta coisa. Acho que as responsabilidades devem ser medidas. Obviamente tem que se dar a palavra aos stakeholders, mas o nível de decisão não pode ser confrontado com uma excessiva diversidade de pontos de vista e com muitos poderzinhos. Porque depois o processo fica muito encalhado. E eu acho que a DGP tem feito um trabalho interessante, mas se for muito emperrada com muita coisa... Eu até diria mais, eu não sei se os próprios agentes estariam interessados em responsabilidades maiores e mais capacidade de diálogo e de intervenção. Porque a sensação que me ficou daquele dia que estivemos lá no Clube Estefânia é que há coisas que são escondidas sempre. Especialmente tudo o que mexe com dinheiro. A determinada altura esconde-se. Escondem-se os interesses económicos por traz de muita responsabilidade. Por exemplo eu gostei muito da intervenção do senhor da ADAPI, mas a certa altura ficou engasgado com uma intervenção que é muito simples, que é, ele dizia: eu perdi uma parte da minha frota, mas agora gostava de ter mais, ou… e acho que foi a Leonor, ou alguém que lhe disse assim: com subsídios? Ele disse: sim, com subsídios. Ora é evidente que a Comissão não vai nisto. Deram-lhe subsídios para ele abater a frota e agora vão-lhe dar subsídios para ele ter mais frota? Quer dizer, isto é um sector onde tem que haver um… quer dizer, a minha mulher era professora do ensino secundário, a certa altura quis tirar uma pós-graduação, e tirou lá naquelas coisas das ciências documentais porque queria ir para outra carreira. Mas a certa altura aquilo correu mal. E teve que voltar ao ensino secundário. Mas quer dizer ninguém lhe dá dinheiro para ela sair da carreira onde está. Dão-lhe um subsidio de desemprego se ela estiver fora, mas ninguém lhe dá… quer dizer a determinada altura também se usa e abusa de todas as facilidades que o sector dá. E é preciso cuidado com o nível de responsabilidades. Eu agora recebo dinheiro para reduzir a frota mas acho que me enganei e acho que é naturalmente exigível que eu ter

mais dinheiro para fazer nova frota, quer dizer… A sociedade como um todo não pode estar a favorecer este tipo de actividade. Acho que a determinada altura, responsabilidades muito elevadas as pessoas identificam imediatamente com ganhos de dinheiro. E eu acho que a PCP não tem capacidade para ir mais longe. Tenho ali uma série de Relatórios sobre os Sunken Billions. E uma pessoa quando começa a ler dá-lhe a sensação que existem muitos fundos comunitários também perdidos no sector. E é preciso alguma contenção, não é? Principalmente quando também não há, por parte dos agentes, muita facilidade em explicar que apesar de todas as calaluas que eles cantam à sustentabilidade, o sector tem-se tornado mais insustentável. Eu aí, não digo que seja riscos, é mais prudência. Porque a politica não pode ser confrontada com um problema de sobrecapacidade e depois com um problema de sobre capitalização, cada vez mais verbas, cada vez mais subsídios. Não pode ser. Se há sobrecapacidade no sector ela de alguma forma tem que ser controlada. Numa outra ocasião, numa sessão da Sociedade Portuguesa de Geografia, era: a comunidade quer com as QITs acabar com a frota, ou seja diminuir a capacidade, sem dar dinheiro. Se existe sobrecapacidade, porque é que a Comunidade há-de dar dinheiro? Se há gente sem capacidade para estar no sector tem que sair. O que é, é que isto assim visto é muito chato de dizer, é muito neoliberal.

Portanto os mecanismos de protecção, não seriam a partir da PCP, mas partiriam do próprio país. Se a pessoa não tem capacidade para estar no sector accionar-se-iam mecanismos de protecção independentemente das pescas, é o que acha?

Acho, acho, acho. Acho que a PCP não tem que ser vista como uma politica de subsidiação. Porque senão também não é nada. Eu acho que o que faz sentido, e aí eu sou completamente anti liberal neste sentido mais moderno que se dá às coisas. É um sector que tem que ser regulado, onde o mercado falha, e onde o Estado, ou qualquer Agência a ele ligado, tem que haver um regulador. Que cria regras, que assegura que há alguma sustentabilidade dos recursos, que veja se há de facto alguma necessidade de fazer algum ajustamento para os trabalhadores, o que pode estar ser extraordinariamente penoso para os de zonas fortemente dependentes da pesca. Tem que haver um Estado protector desses interesses, criando bons subsídios de desemprego, enfim. Ou criando alternativas, turismo nas zonas costeiras, seja o que for. Aí, o estado deve ter um papel supletivo, não deve estar com fantasias neoliberais, aí, o Estado deve apoiar. Agora, a Politica de Pescas, não pode ser uma politica de subsidiação, porque senão aí perde todo o sentido e é atacável por todos os lados. É que aí, começa-se a pôr em causa a acção do estado, e aí começa-se a por em causa a regulação. E é um perigo. Eu acho que o sector das pescas é um sector que precisa de ser regulado e é um perigo. Seja de uma forma mais estatal, seja de uma forma mais co-management, mas tem que haver uma regulação. Porque se não cai no mercado. Agora com peso e medida. Isto também, é um sector produtivo. Isto não é propriamente a cultura, não é? Também é produtivo, ou então ponham tudo na aquicultura, ou façam um peixe sintético. E perde, a partir do momento em que for um sector só de subsidiação a própria economia passa a ter uma desconfiança natural em relação a isto. Eu acho que, nem aos agentes lhes interessa uma coisa destas. É por isso que eu digo que a responsabilidade mais limitada. Que as responsabilidades acrescidas não se transformem numa lógica de subsidiação.

Está bem professor, percebo. Percebo. Professor, passamos para governança e pesca artesanal na Murtosa.

Sim eu estive a ver umas coisinhas agora ali de manhã…

Da Murtosa?!

Sim, sim. Não, estive. Eu gosto de ser um tipo humilde e não sei… eu tenho de facto estudado algumas coisas, não sobre a Murtosa mas a zona de baixo de Aveiro, que é a zona de Ílhavo. Porque isto para mim, a minha área sempre foi a pesca longínqua. Mesmo na tese de doutoramento eu estava muito voltado para as questões, da pesca do alto mar, da pesca do bacalhau. Portanto tenho estado muito mais centrado na parte sul de Aveiro, que é a parte onde… até havia o Museu de Ílhavo, etc… por aquilo que percebo, a Murtosa é uma zona mais ligada à pesca artesanal, mais ligada…

À Ria, sim. Também há pescadores marítimos mas é mais Ria.

Eu aí… Se eu posso ou não promover algum melhoramento das condições de vida… Isto é o tipo de coisa que só posso de forma muito geral, quer dizer, só posso chamar a atenção como fiz nesses relatórios para a necessidade de uma Politica Social diferente que há aqui estratos diferentes, grupos profissionais diferentes. Este tipo de áreas, são áreas em que a mobilidade profissional não é fácil. Eles sabem imenso da actividade que fazem, mas não têm muita facilidade de passar para a actividade ao lado. Portanto aí eu acho que tem, principalmente numa zona como a da Ria que tem… Para já por aquilo que eu tenho estado a estudar sobre Ílhavo, não sei se na Murtosa se terá passado exactamente assim, mas depois de um período difícil, de adaptação, conseguiu-se uma certa estabilidade. E incrivelmente um concelho que mantém uma cultura marítima interessante. E se na Murtosa a coisa funciona, e parece-me que sim, eu acho que é exactamente o tal lado em que o Estado não pode deixar de estar ali. Tem que fazer uma politica de apoio, para manter pelo menos os modos de vida. Porque isso vai ser um ganho, eventualmente não será um ganho muito grande em termos da pesca, mas vai ganhar nas actividades turísticas que estão ao lado e todas aquelas que estão ligadas com o mar. E acho que aí a PCP tem que olhar exactamente para o tal lado da Política Social num sentido que não é apenas uma pesca: pesca. Mas que é uma pesca como agora se quer ver no sentido de uma politica integrada do mar. Quer dizer se, se conseguir manter determinados estilos de vida das populações aquilo cria um ambiente marinho, ou marítimo que é muito mais favorável às actividades turísticas e às que estão ligadas com o mar, do que se for um sitio morto que perdeu completamente a ligação com o mar. Aliás toda a beleza da zona também funciona um bocado pela imagem do mar. Eu agora fui… àquela coisa dos sociólogos, àquela coisa da Conferência Europeia em Genève, e levei exactamente uma coisa sobre os efeitos culturais em Ílhavo da pesca do bacalhau. Aliás, e eu… eu nunca tinha ido àquelas coisas da Nossa Senhora dos Navegantes. Eh pá, aquilo é extraordinário, aquilo é um valor económico que não se pode perder. Aquilo começa pela cultura, começa pelo estilo de vida e aquilo vale mais do que a pesca propriamente que se faz, quer dizer… E isto, quer dizer, tem que haver uma forma qualquer de a Política de Pescas também apoiar estes estilos de vida, porque estes estilos de vida valem muito. Valem mais do que o próprio valor da produção. Está-se num sitio onde há uma procissão, quer dizer há um senhor com um lugre lá em baixo, quer dizer, é uma coisa… quer dizer até é triste ter que estar a olhar isto num sentido económico, porque isto é muito mais importante até como simbólico do que económico. Mas este, este simbólico, traduz-se depois em valores económicos, como é óbvio. Portanto a PCP tem que ter, tem que ter aí… portanto a minha ajuda pode ser mais no sentido de chamar a atenção para este tipo de coisas nas instituições em que eu estiver, não é?

Mesmo porque essa carga simbólica pode interessar as pessoas a falar, não é?

Com certeza.

E ao mesmo tempo traz diversificação ao nível global…

Com certeza. Tal e qual, tal e qual. E aliás, eu fiquei surpreendido, como aquilo em Ílhavo, foi onde eu estive a dar mais atenção, depois de um período de uma certa depressão, porque é óbvio, passarem de cinquenta e tal para duas ou três daquelas grandes… e depois aquilo era uma zona de grande pesca, de, de… havia toda aquela…

Ostentação?

Ostentação da Largada, virem todos para as largadas… tudo isto, é muito complicado passar-se de… para mais pequeno, mais localizado. Mas conseguindo-se manter todo aquele espírito do sítio… a gastronomia… tudo aquilo acaba por ter um valor que a certa altura não é só simbólico, é… é mesmo também económico e que depois vê-se, como é óbvio… quer dizer. Portanto eu acho que é aí que eu posso ter algo de…

Sim, a cultura dá dinheiro.

Exactamente, é aí que eu quero chegar. A cultura dá dinheiro. A cultura neste momento dá dinheiro, e estes modos de vida do mar, tem um apelo inevitável. Eles já têm o apelo em termos globais, aliás naqueles estudos que eles fazem agora na EU, a imagem de Portugal é ligada sempre com o mar. A melhor imagem de marca do país é o mar. Portanto, para fora já funciona e para dentro não pode deixar de funcionar. É um pouco como o fado, não é? Há aquela ligação intensa com o mar. Perder-se estes modos de vida é perder-se um capital que pode ser investido no futuro e já agora. E portanto, é nesse, olhe um pouco com este tipo de conversa, que às vezes as pessoas podem dizer: olha, isto é conversa da treta. Mas não é. É preciso chamar a atenção para este tipo de coisas, porque de facto isto tem valor. É um valor delegado, é um valor extenso para as próprias populações e para a comunidade que está à volta. E que mais cedo ou mais tarde se traduz em dinheiro. Portanto é nesse sentido. Se eu acho que os mecanismos de diálogo dão voz às… às pessoas que vivem na Murtosa…

Acha que os mecanismos de diálogo que existem dão voz às pessoas que vivem na Murtosa?

Sinceramente aqui não lhe sei dizer, porque o meu conhecimento da região é reduzido. Conheço a zona mais abaixo… imagino que sim, daquilo que eu me apercebi da zona de Ílhavo, das pessoas que vivem em Ílhavo, quer dizer…

Diga-me então mais geral. Se os mecanismos dão voz às pessoas que vivem no local mais rural em Portugal. Não, mas ainda que me possa dizer, claro que é diferente. Pode dar voz num e não dar voz noutro.

Pois, exactamente. Eu, aquilo que vi na zona de Ílhavo, desde já uma boa relação entre muitas comunidades, até muitas associações, que, em principio seriam associações culturais mas que na prática acabam por ser associações quase de associações de pesca, porque a relação é muito directa e há de facto uma capacidade muito grande de diálogo, desde logo com os poderes da Câmara. Aliás eu conheci o nome Ribal Esteves vagamente e fiquei surpreendido com a atitude, com o estilo... e depois, isso é evidente, isso acaba por se reflectir numa capacidade maior ao nível do poder central, na DGP. E se existe na DGP depois também é mais fácil fazer a ligação com a EU. Que nesse aspecto, a comissões tem de facto, está a ter uma linguagem mais directa com as próprias organizações. E portanto, quanto mais organizações houver, e quanto mais importância for dada a esses aspectos culturais etc.. eu acho que obviamente estes mecanismos acabam por dar uma voz mais activa às pessoas. Se isso se tem reflectido na zona da Murtosa, aí sinceramente já não sei. Não sei. Pelo menos na zona em que eu vejo, que fica logo ali por baixo, à volta da Ria tem havido uma capacidade entre as organizações ligadas à pesca, o poder municipal, e depois o poder central, que é

assinalável. Que é interessante. Não sei se é possível dizer muito mais porque, de facto, a Murtosa, em si, não… e aliás isto vem ter exactamente com o que vem a seguir que é… o que eu acho que é de importante na investigação nas pescas em Aveiro.

O que gostaria de ver desenvolvido em termos de investigação nas pescas em Aveiro?

Desde logo é esta questão. …. uma das coisas que eu acho interessantes nesta zona é, e é na sequência do que eu estava a dizer, é como é que uma zona fortemente dependente da pesca, que atravessa um período difícil, consegue… como é que gere a situação para a determinada altura criar um novo patamar, mais ou menos estável e que mantém credibilidade e acção, quer dizer. Por exemplo, uma das coisas que eu achei piada na zona de Ílhavo é, eles obviamente já não têm a capacidade que tinham de ir pescar para a Terra Nova. Porque não têm Direitos de Pesca lá, o bacalhau está na situação em que está. Não há saída. Mas por exemplo eles conseguiram manter boas actividades na área da transformação. Vão pescar o bacalhau à Noruega ou Islândia transformam-no ali e secam-no e aproveitam aquilo que era a tradição, que era o costume que eles conseguiam fazem, e conseguem manter algum emprego significativo na área da pesca, não precisaram de fugir todos para actividades… que depois também não existem, não é? Muitas das vezes. Acho que se isto for possível é um bom caminho e é aí que… um pouco agora naquela linha que vem da senhora Ostrom, se calhar existem algumas capacidades de facto de gestão sustentável dos recursos em termos das comunidades. Estas comunidades têm um número de pareceres limitado. Fixo, que não possa entrar e sair facilmente, que não seja uma economia de livre acesso como as pescas eram tradicionalmente. Se houver um conjunto de agentes envoltos de uma determinada gestão de um determinado recurso, mas só eles como uma espécie de co-gestores pode funcionar muito bem na gestão sustentável dos recursos. E isto pode funcionar muito bem na pesca artesanal. Porque ainda por cima eles têm, por vezes, e era isso que a Senhora Ostrom chamava sempre a atenção, por vezes isso são percursos de séculos de aprendizagem das normas de como se devem gerir os recursos e isso pode ser uma vantagem que a própria PCP não pode trazer porque não consegue… é a tal coisa, tem que estar lá em cima. E isso, merece estudo, este tipo de áreas são áreas perfeitas. Porque são áreas que passaram por crise, e pelos vistos foram áreas que em certa medida forma resilientes, conseguiram dar a volta por cima. Por exemplo aquela conversa que nós tivemos lá noutro dia sobre Peniche… ou, sobre Sesimbra. Que perdeu, mas depois encontrou o peixe-espada. E já voltou a ser. Isso, isso, como é que se dão estas voltas, como é que comunidades restritas, sem ser a comunidade de livre acesso, onde toda a gente pesca, não. Há um grupo limitado de co-gestores, como é que eles funcionam, como é que eles, próprios, se enquadram, e encontram regras de utilização. Eu acho que a zona de Aveiro, para o estudo dos recursos é perfeita. Para além, de que tem a ver com… mas isso aí até ultrapassa a própria questão de Aveiro. Eu acho que uma das áreas interessantes tem a ver com a gestão das pescas do alto mar. E esta é uma zona que tem uma tradição muito grande de mar na pesca longínqua. Que é como é que se vão gerir as áreas que ficam para lá das duzentas milhas. São áreas de livre acesso onde em principio a Tragédia dos Comuns deve acontecer. O que é que pode ser um modelo de governação adequado que em termos internacionais. Isto é um… bom é qualquer coisa que eu acho que é importante. Até porque isto é qualquer coisa que vai implicar alteração nos direitos de propriedade em termos internacionais. Pode trazer alterações no próprio direito marítimo internacional. E Portugal tem um papel tradicional nisto porque simultaneamente é um país costeiro que tem os interesses típicos dos países costeiros, mas ao mesmo tempo é um país com uma tradição de pesca

longínqua que tem que também ver o que vai acontecer para lá do seu próprio espaço. E o jogo de interesses que isto significa, é qualquer coisa que eu acho que é importante… que é muito interessante… aliás existe aqui a chamada Escola de Lisboa… - Pintassilgo… mais umas pessoas da Nova que fazem trabalhos, - há investigação das pescas nesse domínio. Na área da economia das pescas e de formação somos muito modestos, não temos praticamente relevância nenhuma em termos internacionais. Participamos nas coisas da Associação Europeia dos economistas e tal, mas… nunca tivemos, assim, grande… grande visibilidade. Essa é uma área em que passámos a ter realmente nos últimos dez anos. Passámos a ter uma visibilidade em termos daquela investigação mais sofisticada em termos internacionais seria impensável… e eu acho que é obviamente uma das áreas em que a gente deve fazer… porque temos mostrado que somos capazes de fazer…

Desde há dez anos para cá, mais ou menos…

Sim, sim. Isto é assim. Eu faço… eu… ultimamente não tenho ido muito… mas eu faço parte da Associação Europeia da Economia das Pescas e, aquilo, eles têm uma reunião anual todos os anos num dos países europeus. A última que eu fui, acho que foi na Irlanda, e eu acho que em 2002, foi aqui em Portugal. Aliás, a primeira tinha sido em Portugal, tinha sido um sucesso imenso. E depois em 2002, voltou a ser em Portugal. Foi no Algarve. E… um senhor convidado, era o senhor Gordon Huren da investigação na economia das pescas e é o homem que tem batalhado mais sobre esta questão do que deve ser a gestão das pescas do alto mar. E eu achei engraçado… ser ele o convidado. E depois percebi que ele próprio se estava a começar a envolver com alguns portuguesas. E ele próprio, que ele… portanto, todos os artigos que ele lança é sempre a vedeta, obviamente… ou é uma das vedetas da área, a certa altura foi ele próprio que nos criou a designação da Escola de Lisboa. Que nos artigos dele fala-se da Escola de Lisboa como um daqueles domínios onde finalmente há portugueses que são visíveis. E eu acho que isso é talvez uma das áreas essenciais.

E relaciona isso, talvez, um bocadinho com o projecto MARHE ter sido o motor de arranque nisso, qualquer coisa assim…?

Eventualmente… eventualmente…

Porque é o mais visível…

Eventualmente. Eu acho que houve ali um determinado momento em que em várias faculdades se… o ensino foi uma coisa muito universitária… em várias universidades houve um movimento em simultâneo de várias pessoas interessadas nestas questões do alto mar. E isso resultou… resultou porque… aquilo também é uma coisa que mete muito a Teoria dos Jogos… aquilo também é uma coisa às vezes matematicamente elaborada. Mas durante muitos anos o Gordon tinha trabalhado muito com o pessoal de Helsínquia, que é um pessoal, é uma malta da economia matemática, fazia aqueles modelos muito complicados. E a certa altura, o próprio pessoal de Helsínquia começou a dar-se muito bem com os portugueses. Eles fazem a parte da matemática e os portugueses fazem as partes mais teorizáveis das coisas… discutem a governança. E funciona. E os portugueses tornaram-se uma espécie dos novos delfins do estudo neste domínio. Eu acho que é, até pela projecção que tem tido em termos internacionais, eu acho que é uma área importante de manter. E depois juntar estas questões do artesanal e das pequenas comunidades, como é que elas se mantiveram. Ainda para mais a Ria dá-lhe aqui um ar diferente… é um… porque há pesca marítima mas há também… quase… uma pesca de rio. É uma… é uma zona muito especial. Que dá para fazer muitos estudos de… é uma zona que aposta na pesca longínqua mas também tem ali a pesca

costeira. Tem o Museu de Ílhavo e todos aqueles navios que eles têm e pronto há ali um local que… pode ser um local de diversificação muito interessante. Pronto. E depois daquilo que eu percebo, daquilo que o Museu de Ílhavo põe on-line, tem muita informação. Aquilo tem uma história longa, toda aquela zona da Ria de Aveiro tem uma história longa e tem muito material, muita informação que dá para estudar. Quando é que vai lá chegar não sei. Agora… e nestas áreas da sociologia. Porque uma investigação que seja só centrada nos peixes e que seja uma coisa muito das Ciências da natureza… não sei se será o mais engraçado. Os homens… como é que os homens se safaram nesta situação. Que tipos de comunidades são estas… como é que elas se conciliam entre elas. Dar a volta por cima. Eu acho que é um daqueles sítios em que a relação entre as ciências naturais e as ciências humanas pode funcionar melhor. E isto também é assim… isto no sentido da investigação pura porque na investigação aplicada depois tem outros, outros caminhos, não é? A investigação pura, a gente tem que apostar naqueles nichos onde a gente pode fazer alguma coisa de diferente. Há depois outras coisas na área da economia das pescas, na área da biologia, em que a gente… até pelo atraso que levamos, nós estamos ultrapassados. Temos que gemer muito, temos que suar muito…

Comer muita batata…

Exactamente. Temos que comer e por lá muito azeite e o bacalhau e muito… até podemos, até podemos chegar lá. Estas não. São áreas que também só as pode dar quem as tem. E a gente tem. Eu percebo, por exemplo, no Museu de Ílhavo, por exemplo, há muita informação de origem social. Quem eram os pescadores quem não eram. De onde é que vinham. Que é um manancial óptimo para investigar, para estudar para descobrir coisas. Isto num sentido puro, que num sentido aplicado, há sempre aquele lado que: como é que se pode fazer isto numa zona, que não cai, que não morre e que aproveita a sua qualidade tradicional com o mar, como um factor que tanto pode dar para a pesca como pode dar para outra coisas qualquer. Se a pesca não estiver a correr lá muito bem a gente aposta nas outras actividades que estejam ali ao lado, mas não perde a coisa do mar. Que é o centro disto, não é? O mar é uma coisa…

Eles têm uma relação muito especial …

E isso é que, isso é que não se pode perder. Isso é qualquer coisa que não se pode perder. E quer dizer, eu não entendo. Quer dizer, vejo, olho, mas não entendo, quer dizer. Eu vivi no Alentejo. Mas percebo. È uma questão de a gente olhar. A gente vê. Aquilo é deles. E tem que ser valorizado. Mais que não seja naquele sentido simbólico. Que isso vocês sabem melhor que a gente, que, aqui somos… mais secos.

Não, eu, não sei.

Não, vocês sabem melhor.

Não. Sabem, com certeza. Eu, é que não sei se sei.

Não, vocês sabem. Vocês, nessas áreas, a sociologia prepara-vos melhor do que nós. Têm, vocês têm mais a percepção dessas coisas. E isso é importante.

Ok. Ora, este modelo de governança que pretende dar voz a todos os intervenientes… eu aqui refiro-me… Estou a pensar nestes modelos em rede que possibilitem dar voz às pessoas.

Sim. É importante. Isso acho que sim. Principalmente aqui para a pesca artesanal. Embora eu tenha sempre aqui a dúvida do que é a pesca artesanal. Como dizia o outro,

quer dizer, eu acho que esta história da pesca artesanal pode ter estar aqui muita coisa diversificada.

Vamos pensar aqui mais numa pesca artesanal mais fluvial.

Exactamente, acho que aqui é necessário dar voz aos intervenientes. Que era o que a gente dizia. Se calhar o que a gente tem que olhar é um bocado como a Senhora Ostrom. Estas são comunidades… a gente também não pode olhar sempre para a pesca… eu, foi por aí que eu comecei a estudar. A nossa tradição é a ideia da Tragédia dos Comuns. Que é isto é um recurso, que pela sua própria natureza de utilização comum, e por não ter direitos de propriedade especificados, eventualmente empurra o mercado para a tragédia. A gente depois quer-se esgadanhar-se uns aos outros, entramos aqui num dilema do prisioneiro, se eu não apanhar agora apanhas tu e então começamos todos a apanhar ao mesmo tempo e isto não há conservação possível. Esta é a tradição que a gente tem na economia das pescas e que eu acho que é uma metáfora extraordinária. Mas a senhora Ostrom, e esse é um prémio Nobel merecido, chamou-nos a atenção de que nem sempre o que é comum tem que dar origem à tragédia. Se calhar a tragédia não é uma tragédia, é um drama. Às vezes há situações trágicas, mas também há situações que nos fazem rir. E às vezes os homens em pequenas comunidades sabem lutar pelo bem comum. Desde que tenham um conjunto limitado de membros com regras estabelecidas de uma forma democrática entre eles, com um mínimo de leadership, com um mínimo de capacidade de auto regulação e de uma certa fiscalização, estas comunidades conseguem explorar-se de uma forma sustentável os recursos. E não temos que cair, nem na socialização total, ou no estado como dono disto tudo. Ou na privatização completa dos direitos de propriedade. Podemos entrar em formas intermédias de co-gestão que podem ser perfeitas. E este é o estilo perfeito de actividade para isto. E se calhar até é bom porque, provavelmente, muita desta gente tem uma tradição muito individualista, de funcionar, per si, se calhar o pô-los perante a necessidade de gerir aquilo de uma forma sustentável têm que se encontrar e têm que estabelecer elos ente eles, pode ser favorável para eles e é favorável para o modelo de governança que quer por esta gente toda em acção, não é? Portanto, eu aqui acho que sim. Mas isto é o achar que sim na teoria, não sei se funciona ou não. Sei que esta ideia da senhora Ostrom é uma ideia em que a gente deve apostar. Para pequenas comunidades com um conjunto limitado de agentes, com uma tradição grande de gerir recursos, sem muito poder individual cada um deles. O que cria logo ali uma regra mais democrática na decisão. De facto nós entrámos neste momento numa politica comum mais aberta às quotas individuais transferíveis eu acho que este é um dos sectores… é uma lógica de privatização que fosse tão abertamente explorada pela comunidade. Mas ao mesmo tempo, de facto, também mostram uma exploração mais eficiente. Há ganhos económicos nestes sistemas. Passar daqui para a pesca artesanal, acho mais difícil ter-se dado o salto para isto. E há uma… embora se mantenha o sistema dos TACs e das quotas, a coisa parece um bocado mais esbatida, pode ser no sentido ou negativo, consoante a posição ideológica que as pessoas tenham e o que estejam a ver. È uma posição intrépida, por parte da Comissão. Passar daqui para a pesca artesanal, não sei se não é um passozito. E aí é mais complicado. Porque a lógica do livre comércio de quotas favorece muito uma zona…

Mas dar quotas pessoais? Como é que isso será? Uma quota para um pescador com a família e o seu barquinho?

Pois, pois, em termos teóricos até seria assaz giro, quer dizer…. Seria uma aproximação à concorrência perfeita, milhões de consumidores para milhões de produtores. De acordo com a nossa ciência a concorrência perfeita dá sempre o melhor resultado, não

é? Não sei. Se calhar estou a levar a coisa para o exagero. É sempre preocupante, é sempre preocupante, porque quer dizer, isto pode levar muito facilmente a uma monopolização que depois é complicado, não é? Depois é ineficiente e é desagradável, especialmente numa área destas em que as pessoas dependem muito das actividadezinhas. Se forem afastados milhentos produtores, aquilo fica… aí então é que começa a crise social a sério. Mas enfim, é uma coisa… para já não parece ser esse o interesse, mas não sei… e é exactamente aí que passamos à pergunta 14 será que a pesca irá sobreviver…

No actual contexto.

Quer dizer, no actual acho que sobrevive.

Ou tendo em conta o actual contexto, será que…

Sim, eu aqui acho que sim. No actual contexto, se não houver grandes alterações de carácter institucional do próprio regime de gestão, as principais regras dos instrumentos é possível. Até porque no fundo isto são actividades que têm quase uma espécie de nicho de mercado, funciona… isto são produtos, como dizia lá o senhor da ADAPI, apesar de tudo, mesmo que as condições tenham ficado difíceis para as empresas de pesca tem havido uma procura sistematicamente elevada dos produtos da pesca, e um preço relevante. Isto, quer dizer, numa actividade, mas que tenha uma produção significativa com uma procura significativa, com preços agradáveis

E um marketing crescente, também à volta disto.

Exactamente, quer dizer, isto dá para manter a situação. Portanto, para já eu não vejo que… eu parece-me que o sistema até ribomba mais no grande. Aqui se calhar o small é mesmo beautiful. Claro, se calhar não será uma actividade de rentabilidades extraordinárias, mas também no mundo de hoje, na economia moderna, o que é que é de rentabilidade extraordinária? Tirando os bancos, e aquelas… não aquelas actividades têm uma taxa de lucro comum… aí sou quase marxista... Fica ali tudo a uma espécie de taxa comum, e pronto e daí não passa. Tem este nichozinho. É um peixe bom, é um peixe agradável num país que tem também, mesmo em termos alimentares usa muito peixe, acho que esta malta vai-se conseguir manter. Se houver alguma alteração institucional assim muito forte que tenha a ver com estes grandes instrumentos de gestão. Passarmos por exemplo para um sistema absolutamente transversal a todas as actividades, QIT e mais… aí já não sei, aí já é capaz de ser um bocadinho mais complicado. Para já não me parece, não me parece que haja problemas para a pesca artesanal. Tirando também essas coisas de a gente não saber muito bem o que está lá dentro, não é? Eu percebi que há um massacre por parte das OPs, uma tentativa de empurrarem sempre as coisas para os tipos do recreio…

Sim é um conflito na pesca, sim. Ali na Murtosa sim, noutros sítios não sei. Quando fiz a licenciatura em cascais, aí não reparei nada. Mas também não sei se fui eu que não reparei.

Pois mas é que isso é uma zona de risco. É que se isto tudo for identificado como pesca artesanal é que pode ser prejudicial à verdadeira pesca artesanal.

Não, o conflito que eu vejo ali é nas prioridades políticas em que eles acham que se deveria dar mais prioridade ao trabalho e menos ao desporto…

Pois, que eu compreendo, não é?

Mas, por exemplo também já ouvi a versão de um senhor que a própria visão do desporto vem favorecer o trabalho nas pescas nalgumas coisas… eu não sei explicar muito bem, a explicação é dele… ao dar-se licenças para desporto esse dinheiro pode reconverter-se nas pescas.

Ah sim, sim, assim está bem. Sim, está bem, é uma espécie quase de consignação. O dinheiro que vem para uma coisa que já está consignado para outra actividades.

Sim. E o conflito que existe ali está muito relacionado com a questão da pesca ilegal. Nem tem a ver com desporto... Não… e eles sentem-se excluídos em relação lá aos capitães… favorecer a parte da pesca desportiva. Há ali questões de elite e de grupo em que eles se sentem notoriamente desfavorecidos. Isso percebe-se. Agora conseguir explicar isso não sei, agora que se percebe ali, percebe. E também não sei se isso existe sempre em todas as comunidades.

Pois, pois exactamente, exactamente, tal e qual. Tal e qual.

Ainda no outro dia me diziam que era interessante haver um projecto sobre pesca desportiva em Portugal. Perceber o que é que há de corrupção, o que é que há de…

O que é que está dentro dos conformes e o que é que está fora.

Mesmo falando sobre isso… com mais transparência. Um pouco aquilo que o professor diz. Não guardarmos isto para dentro…

Exactamente, neste sector há muita coisa que fica obscura e que a investigação pode abrir o espaço… quer dizer, porque às vezes, se calhar nem há… nem há nada de tão importante assim. É só a gente olhá-lo de frente.

No outro dia, quando o professor falou, e o outro senhor da ADAPI… eu estava a reparar, por exemplo, que o senhor se sentia vulnerável às grandes superfícies. Mas culpava a senhora da DGPA por algumas das medidas tomadas nos velhos tempos… nos velhos tempos e agora mais recentemente. A senhora tentava explicar… e eu, no sitio onde estava, a minha perspectiva era que ambos estavam vulneráveis, cada um às suas coisas. Quer dizer a senhora, estando na DGPA, tem a sua própria grande superfície, ou melhor a Comunidade Europeia. Ela também é pequenino, quer dizer… Só que nós viramo-nos para aquele que está mais visível. E se calhar é isso que se passa em relação aos pescadores. Tal como se passa em com o senhor da ADAPI em relação à administração portuguesa.

Exactamente. Isso é outro passo a dar no sítio...

Professor quer que eu desligue? Já não…

Sim, sim pode desligar. Agora já chegámos ao fim.

Duração da entrevista: 2: 08: 07

Vamos começar então a entrevista sobre governança das pescas em Portugal. Começamos por pedir brevemente como tem sido o seu percurso profissional e como este se tem relacionado com governança?

OK, portanto eu sou geógrafa física, de origem, tirei a licenciatura em Munique, na Alemanha, fiz a tese de diploma em Portugal, e conheci um português simpático e fiquei-me por aqui… Trabalhei primeiro em solos poluídos mas depois vi que não queria fazer isto, porque na altura o construtor pagou o estudo, e não podia ser poluído evidentemente… o solo, e então procurei outras coisas e assim cheguei à mediação, depois fiz um curso de Mediação Ambiental, uma semana, e decidi que isto é mesmo muito interessante. Fiz um Mestrado na Suíça de Mediação Clássica, portanto, mediação familiar, penal, estas coisas todas. Entretanto houve um projecto europeu, FLEXIMODE, chamava-se na altura, que foi dos primeiros projectos de participação pública em Agenda Local 21 na altura e aí o professor João Farinha e a professora Lia Vasconcelos foram coordenadores nacionais e como nós já nos conhecíamos antes, incluíram-me na equipa e a partir daí trabalhei sempre em participação pública. Governança, na altura nem se chamava governança, chamava-se participação pública e entretanto desenvolveu-se para toda uma filosofia. Hoje faço, talvez, dois terços do meu tempo, faço participação pública, governança, este tipo de processos, e outro terço, mediação.

Em projectos de investigação…?

Em projectos de investigação mas também, a pedido de clientes, também já começam a surgir clientes, e também não é só governança, no fundo é estruturar processos em que se põe muita gente a falar, uns com os outros, então podem ser empresas, associações de empresas, desenvolvimento de planos, tudo e mais alguma coisa, em que se quer um diálogo produtivo, colaborativo, multi stakeholders, com, ou sem, conflito.

Portanto será em projectos de investigação ou mais dentro da governança corporativa?

Sim, todo o tipo, quem nos procura, se tivermos tempo fazemos. Tem que se fazer quando há abertura.

Em escolas, por exemplo, ou em comunidades?

Em escolas não fazemos, nesta linha, por enquanto, nada de espacial. Eu pessoalmente faço na Escola Alemã a mediação com os alunos, qualificação dos delegados de turma e assim uns projectos que não têm propriamente a ver com governança.

Acerca de governança na Europa. Portanto em teoria, têm-se encontrado varias formas de aproximar as políticas da sociedade civil, dentro e fora das pescas. Pensando no papel que desempenha, por favor diga… Governança tem ajudado a aproximar a política europeia das necessidades que observa? Sim, não? Como?

Esta questão é um mundo. Eu acho que devia aproximar, muito francamente, também não sei muito sobre os modelos de governança na Europa neste âmbito. Não sei…

Como cidadã e com a experiência que tem, com o percurso profissional que tem tido… diga-me a sua ideia como cidadã.

Isto é muito difícil de responder, estamos muito no início, e ainda não se pode dizer muito, pelo menos em Portugal, não se pode dizer muito que isto é uma procura sistemática ou um desenvolvimento sistemático. Há certas aberturas de vez em quando, e depois pode-se fazer a geração de modelos de governança, mas acho que a filosofia

não entrou. Por enquanto acho que o que entrou sim, a legislação de participação e esta questão da governança vai um bocado atrás.

Essa ideia é em relação a Portugal, quando está a falar consegue estabelecer uma comparação, uma diferença entre a realidade portuguesa…?

Em termos gerais, muito francamente, não sei. Eu sei que em Espanha há alguns modelos de governança na pesca, na Galiza, desenvolvido mesmo por pescadores, por iniciativa dos pescadores, portanto isto seria outro caminho. Aqui em Portugal fazemos sempre muito top down ainda. E também o que é específico, eventualmente, em Portugal é que o associativismo é pouco, as pessoas não intervêm, as pessoas não se juntam e manifestam-se pelas suas necessidades, muito ao contrário da Alemanha, por exemplo, onde há muito a junção de pessoas para lutar pelo que eles percebem como direitos e necessidades deles e supostamente é mais desenvolvido mas mais por pressão. Eu acho que a governança tem ajudado, claro, em termos teóricos, mas em termos práticos ainda não há assim, há muita coisa mas não há nada sistemático.

Como é que o papel que desempenha actualmente pode ajudar a melhorar a política europeia nas pescas?

Podia imaginar várias coisas. Uma coisa é fazer projectos como o MARGOV, porque isto tomou uma grandeza considerável, e pode muito bem ser divulgado, e é divulgado em jornais científicos e em outras coisas, portanto aí pode ter alguma influência, embora pouca e específica. Mas se muitos destes projectos fossem feitos, se calhar mudava a política da Europa, que vissem que há experiências no terreno neste sentido. Outra coisa, talvez muito pessoalmente, eu sou parte desta pasta e tal e os experts em Bruxelas chamaram-me para avaliar projectos no ano passado, que eram projectos deste tipo, não era pesca, mas era governança, e aí foi muito claro que eu estava num grupo vindo da prática com dois teóricos, e se eu não estivesse estado lá talvez o projecto, que acabou de ser financiado, não teria hipótese. Isto é uma coisa de fazer projectos, divulgar os projectos, ficar conhecido e eventualmente ganhar algumas influências, assim, congressos e essas coisas, dando mais visibilidade.

Quais os aspectos que gostaria ver melhorar na governança europeia?

Mais consciência, talvez que o conhecimento dos cidadãos, mesmo outro tipo de conhecimento, que vale muito a pena incluir a sério, isto é uma coisa, e outra coisa é o entendimento que é necessário que os processos de construir governança colaborativa, que é a minha área, sejam realmente conduzidos por profissionais e não pelas instituições propriamente ditas. Isto vemos muito, que há planos, que há modelos de governança, quer dizer, que há decisões, regulamentos que acabam de ser também modelos de governança, mas se olharmos para o regulamento do Parque Marinho, não é propriamente governança colaborativa, mas é uma coisa que destina os destinos ali da região. Utilizar o conhecimento das pessoas, elas sabem como querem viver e o que está mal onde e os técnicos não acreditam nisso, isto é a batalha, fazer os técnicos, os tecnocratas e os burocráticos perceberem que eles têm um grande conhecimento que é muito valioso, mas os cidadão, os pescadores ou qualquer pessoa que utiliza um espaço tem um outro tipo de conhecimento, portanto isto eu queria ver melhorado, que haja mais consciência real disto. É muito dito assim, mas é pouco feito.

E isso faz influenciar a segunda coisa que diz, ou seja o modelo de projecto que é criado? Se for criado por uma instituição não consegue ver o conhecimento?

A própria instituição cria o modelo de governança de um território, eles fazem isto tecnicamente, eventualmente tecnicamente muito bem mas muitas vezes não adequado,

sem inclusão dos conhecimentos e assim sai errado. Isto é a batalha, porque eles dizem que os pescadores não sabem, não têm conhecimento técnico, não podem decidir, não sabem como funciona um plano. É verdade, mas os técnicos não sabem onde o polvo já não é cinzento mas tem riscas amarelas, não sabem onde havia muita dourada e agora já não há, não sabem isto e esta articulação, este conhecimento, isto devia ser a base de qualquer projecto de governança. Assim sem ser de coração aberto, e as instituições não têm propriamente coração aberto para isto. Todos nós sabemos como queremos viver e trabalhar, não tem que se saber ler nem escrever para saber isto, mas isto é complicado comunicar. E depois também no MARGOV, por exemplo, vimos que no início os pescadores, para já, não estavam muito associados, a associação foi muito fraca, porque pescadores são pessoas muito individualistas, cada um vai no seu barco ao mar, e a associação dos pescadores ali em Sesimbra foi no início, agora já está melhor, já perceberam que têm que se juntar para ter mais força. E depois também no início deparámo-nos com frases como: nesta reunião há muitos engravatados não vamos falar ali. Portanto, há medos de tocarem-se mutuamente, que claro se, se quer fazer um modelo de governança colaborativa baseado no diálogo, é claro que isto tem que ser trabalhado, tem que haver um processo adequado a isto, tem que se fazer um empowerment dos pescadores. Hoje em dia, no âmbito do projecto MARGOV, já falam, já está vencido isto. O que eu queria dizer antes era, se a própria instituição faz o processo, o processo está envenenado, quer dizer, pelo menos, a partir da percepção dos utentes, o processo está envenenado porque é a instituição que faz. No MARGOV vimos que nós somos completamente externos.

O MARGOV partiu de que instituições?

O MARGOV é um Galardão Gulbenkian Oceanário, teve um financiamento completamente independente. O foco do projecto é criar diálogo dentro de um regulamento muito rígido e um grande conflito, em parte latente, em parte aberto, criar um diálogo, ver se, se consegue juntar todas as instituições, mais os pescadores, mais outros utilizadores do Parque, se vamos conseguir inclui-los no processo para construir diálogo para, eventualmente, uma proposta de modelo de governança. E das coisas mais difíceis, neste projecto MARGOV, é que as instituições e a comunidade científica perguntam-nos constantemente quais são os resultados e o que vai mudar agora, e nós dizemos sempre que o resultado é o diálogo, dali sai o que vocês fazem disto, nós não fazemos, nós podemos fazer chegar resultados ao Secretário de Estado, mas nós não fazemos os resultados, nós não fazemos as propostas, nós fazemos o processo. Isto é muito complicado de entenderem. Acho que isto é possível porque nós somos de fora do sistema, mesmo assim as pessoas pensam, as instituições e alguns utilizadores pensaram no início que nós temos um interesse factual de mudar o regulamento, ou fazer qualquer coisa, o que eles chamam concreto. Mas isto não é o nosso interesse, o nosso interesse é fazer um processo para todos os interessados, eles próprios conseguirem ver onde conseguem chegar, a que propostas conseguem chegar. A ideia é incluir todos, a ideia é convidar todos, pôr todos à volta da mesa. Nós não somos uma instituição, nós somos uma equipa de facilitadores profissionais, neste sentido, ancorado na universidade através da Lia que é a coordenadora do projecto, mas nós intervimos, nem como comunidade científica, nós intervimos como gestores de processo de diálogo. E assim tentamos incluir a comunidade científica, e as instituições, e os pescadores, lúdicos, de recreio, todos eles. E para nós o resultado é o próprio decorrer dos fóruns e o próprio decorrer do diálogo e de ter uma certa situação e depois pensar o que vamos fazer, o passo seguinte em termos de estrutura do processo. Por exemplo, nós começámos com fóruns em que convidámos todos, o primeiro vieram muitos pescadores e o segundo

menos e o terceiro muito menos pescadores e os outros vieram, percebemos que temos que fazer qualquer coisa especifico para pescadores, pelo menos reuniões de outro formato porque senão este formato, todos juntos logo no início não funciona. É um desafio metodológico, mas o próximo passo foi que eles disseram, muitos interessados disseram: isto com um fórum por mês não dá participação, então tivemos que inventar uma metodologia on-line que permitisse que os preocupados conseguissem fazer-nos chegar perguntas, mas estruturado. Isto é o produto do projecto, o produto do projecto não é o modelo de governança assim ou assado, nem uma mudança do regulamento, nem convencer as instituições, nem convencer os pescadores, é criar diálogo. E se nós tirámos dali um ensinamento científico, é como pode funcionar um processo destes, como se pode construir governança através de um processo destes, quais são os mitos, quais são os medos, quais são os desafios, quais são as restrições, mas nada de conteúdo. Isto é muito complicado, fazer entender os restantes, porque toda a gente pensa que nós temos um interesse científico, ao menos, nisto. Isto é o nosso trabalho, claro que nós nos últimos fóruns tentámos, quer dizer, fizemos alguns fóruns sobre governança propriamente dita mas o que fazemos, por exemplo, um dos últimos, por exemplo foi, que modelo de governança. O que fizemos foi buscar cartolinas com as instituições, uma cartolina por instituição, alguns cartões maiores que dizia vários grupos, grupo de especialistas, gestores do parque e depois pomos as pessoas em grupos a distribuir as cartolinas, construírem eles próprios os modelos de governança que eles achavam interessantes. Em três ou quatro grupos e depois cada grupo apresenta e discute-se. Para nós não é importante como as cartolinas vão ser distribuídas na mesa, para nós é importante como podemos encontrar uma metodologia que faça com que tanto pescadores, como pessoas que têm um barco de recreio, como pessoas do ICNB, como pessoas do IPIMAR, como eventualmente o Presidente da Câmara de Sesimbra podem em conjunto com um pescador, um presidente, uma da instituição na mesa, manobrar isto, discutir e chegar a uma conclusão. Isto é o nosso foco de trabalho. Nisto tudo, só para enquadrar, a Lia e eu trabalhamos há treze anos em coisas destas, de participação pública e governança e a Lia é sempre a mais conceptual, a mais cientista, também é professora, mas ela sabe mais, e por isso se calhar seria mesmo bom fazer-lhe a entrevista. Para mim o maior desafio é como fazer um desenho do processo que seja adequado e depois, pode imaginar que, acontecem muitas coisas à volta, surge uma coisa num jornal, muda o sistema completamente. Tivemos uma situação, por exemplo, em que havia um fórum, em que havia muitas propostas muito consensuais, ponto de viragem, no próximo fórum em que pensávamos trabalhar, isto para consolidar, porque houve mesmo propostas consensuais entre pescadores e náutica de recreio e ICNB, portanto estava espectacular, no próximo fórum que tínhamos planeado foi o *play off* do futebol, isto foi em Junho para a qualificação do Mundial e tivemos que cancelar porque ninguém vinha. Passou-se o verão todo e a dinâmica foi perdida, portanto, isto são os desafios metodológicos nestas coisas. Isto tem que se ter uma perspectiva muito vasta ao que acontece e como é que se pode apanhar. Uma boa equipa que se entenda muito bem, nós somos uns quatro ou cinco, é muito importante ter flexibilidade, porque os participantes tentam rebentar com a equipa, tentam fazer alianças, escrevem e-mail só a uns e não a outros.

Uma das coisas a melhorar seria o que referiu há bocado acerca de haver mais projectos como esse?

Haver mais projectos como este e haver uma consciência que este tipo de processo tem que ser gerido por profissionais que sabem o que fazem e não por uma instituição. Isto é um problema. Haver mais projectos, mais participação, mais entendimento, isto são

processos que têm que ser geridos de maneira diferente dos processos burocráticos como nós conhecemos.

Pelas experiências que tem tido, o que pensa sobre os actuais mecanismos estabelecidos?

Este… já falámos um bocadinho. Em Portugal, eu acho que andamos muito nisto, é muito top down por enquanto, que há muitos regulamentos, da pesca também não sei muito mais do que esta coisa do MARGOV, sei que há em Peniche também uma ideia de fazer uma Área Marinha Natural, acho eu, e estão interessados também no processo, mas não entendo muito disto. Trabalhamos muito com função pública em processos deste tipo e o medo é muito grande. Por exemplo, isto não é propriamente pesca mas, ilustrar um bocadinho do que nós estamos a fazer a participação pública, a vertente da participação pública do plano de gestão da Bacia do Rio Tejo e Ribeiras do Oeste com a ARH, que já não existe, que é a Autoridade dos Recursos Hídricos, governo central portanto, que para ser inovativo, pela primeira vez, a locar um certo fundo de dinheiro para isto. Isto não é propriamente governança, isto é desenvolvimento de um plano mas aí vê-se muito bem que houve uma obrigação de fazer este plano pela União Europeia, vem da Directiva Quadro da Água, portanto Portugal tem que o fazer. Houve uma ideia de ser inovadores, e de vanguarda e a locar um fundo, uma parte do projecto a uma equipa profissional de participação pública, e governança, e este tipo de metodologias, ou seja, a Lia e eu, tudo bem até aí. Mas a partir disto há muito medo, querem saber exactamente o que a gente vai fazer nas sessões, quantos participantes, quantos pontos autocolantes, quantas cartolinas, porque faz muita insegurança, parece pouco controlável, tudo o que acontece ali. E nota-se um medo muito grande por parte da função pública para com o cidadão, porque até agora, obviamente foi assim que, reuniões à volta de planos, de governança, houve um plano apresentado, os utentes gritam muito, toda a gente tenta sobreviver a esta reunião e continua tudo na mesma. Isto para dizer, há aberturas por parte dos serviços, portanto da institucionalização mas, já há muito mais do que havia mas, ainda é um bocado para inglês ver. E assim ainda estamos muito no top down.

Ou seja não é propriamente criar novos mecanismos, mas há uma cultura institucional que impede de os mecanismos funcionarem melhor, os existentes, será por aí?

Há pouca experiência e pouca confiança nisto, uma grande insegurança, que já vai diminuindo, notamos que vai diminuindo porque também já se faz isto há algum tempo, e quem assistiu a fóruns assim já sabe que isto não vai derrapar, não tem hipótese de derrapar. Tem só hipóteses de ser produtivo, comigo ninguém fala mais, se eu digo três minutos não falam mais. Isto precisa de uma gestão do processo, mas como nós somos profissionais, isto garantimos. E nisto estamos, numa: ah, isto é giro, isto é inovador e vamos fazer isto. E depois: Ai, ai, ai o que pode acontecer…, é um bocado isto. Eu acho que a pouco e pouco vamos convencendo pela participação, pela própria participação, alguns também apaixonam-se, e depois querem mais. Não tenho a mínima duvida que as instituições, o pessoal que trabalha nas instituições quer bem, eles não querem fazer planos, ou governança, ou regulamentos que não servem, eles querem fazer bem. Não há nenhuma má vontade nisto, pelo contrário é um grande desejo de ajudar os pescadores, os agricultores, ou quem quer que seja.

Pensa que têm ajudado a resolver conflitos entre grupos com diferentes interesses? Se sim, de forma?

Os nossos sim, quer dizer, se há realmente abertura para novas forma de desenvolver governança, claro que isto ajuda. Embora, eu estou um bocado hesitante na seguinte perspectiva, estes projectos têm um prazo, portanto estes projectos de construir governança. O MARGOV tem um financiamento para um certo prazo mas depois já não há financiamento, mas este desenvolvimento, esta capacitação demora mais tempo e as instituições também demoram mais tempo a digerir este tipo de processos, e isto é muito complicado. Nisto tivemos outro exemplo, a Lia e eu também, quando fizemos no âmbito do projecto Bairros Críticos o Plano de Acção da Cova da Moura, que foi em 2006, aí mesmo uma construção de um Plano de Acção começando do zero, porque a promessa do governo foi tudo o que está planeado desaparece e os parceiros sociais, inclusive as associações de moradores, fazem um plano de acção e o que sai dali vai ser implementado, OK o processo correu muito bem, seis meses ou sete que isso tinha, e depois não havia participação porque o dinheiro para esta parte acabou e entrou outra equipa e perde-se o hábito de participação, e depois começa a ser muito complicado ás vezes. Portanto, devia ser mais continuado, devia haver mais consciência que os sítios de decisão em termos de tempo, as velocidades são muito diferentes. Na Cova da Moura houve um erro logo à partida que os donos dos terrenos não foram incluídos no grupo dos parceiros, isto ainda não está muito claro, como vai ser com os terrenos, porque alguns pertencem aos privados. Agora foi o Plano de Pormenor a Concurso Público, nós também participámos mas não ganhámos, éramos caros demais, ganhou quem já tinha planos antes do processo de participação para Cova da Moura, portanto também não sei. Mas o problema disto é, sem agredir ninguém, o problema é a continuação, diz-se participação pública para um plano de acção, para um modelo de governança, para não sei quê, e depois… É complicado que as pessoas mantenham, quer dizer, é complicado que neste pouco espaço de tempo, no caso da Cova da Moura foi meio ano e no MARGOV é ano e meio, de criar uma espécie de autogestão no grupo dos stakeholders, isto é curto demais. Não se pode dizer: eles depois fazem isto por eles, isto é curto demais, e por isso, nós no MARGOV, por exemplo, decidimos manter contacto de alguma maneira, o financiamento acabou, mas vamos ver se em outros projectos eventualmente podemos incluir uma componente que dê algum dinheiro para continuarmos também em Sesimbra. Imaginemos, se houvesse financiamento de uma outra constituição de um Parque Marinho, por exemplo, podíamos fazer uma referência ao MARGOV como experiências, ou como estudo do caso, para podermos continuar, mas mesmo assim o que se tem que fazer agora, o que vamos fazer agora com dinheiro ou não, é fazer chegar o processo e os resultados aos novos políticos que estão competentes, porque foi tudo reestruturado e depois vamos ver se conseguimos fazer um fórum de dois em dois meses ou de três em três, qualquer coisa para não deixar cair por terra esta dinâmica criada. Nós também não somos uma ONG, portanto nós também temos que ter projectos que nos sustentam, mas a ideia pelo menos vai nesta direcção de procurar financiamentos no âmbito de outras redes, ou com outros países.

Pensa que têm (ou não) conseguido ajudar a melhorar condições nos locais onde vivem e trabalham as pessoas que observa/representa?

Acho que sim, também para os outros utilizadores e eventualmente também para as instituições. Há muitos resultados não palpáveis nisto, há muitos, quer dizer muito provavelmente se falasse com alguns pescadores, eles diriam que nada mudou, mas facto é que a associação que estava mais ou menos morta, já tem dos sessenta e não sei quantos pescadores são quarenta e oito membros, portanto o associativismo ficou muito mais forte. Eles falam muito mais auto conscientes e com muito mais auto estima sobre si próprios. Há certas instituições, como por exemplo o IPIMAR, que entrou muito bem

no processo, e parece-me a mim, que há as relações muito mais facilitadas por este diálogo todo que houve, portanto há alguns mitos, eventualmente trabalhados. Isto tudo não é assim, factos no sentido de… Eles estão a desenvolver um cabaz de pesca, como os cabazes de agricultura biológica, portanto há movimentos, nota-se. Acho que sim.

Pensa que melhorar a governança passa por dar mais responsabilidade aos actores envolvidos e/ou envolver mais grupos?

Claro, isto é a ideia básica, pelo menos, da governança colaborativa, não sei bem se, se entende sempre uma ideia de colaboração na governança. Evidentemente o que eu entendo por governança seria esta governança colaborativa, obviamente co-responsabiliza os actores envolvidos e a ideia é envolver todos os interessados.

Pensando em cada uma das anteriores opções, que riscos se devem ter em conta e de que responsabilidades se devem fazer acompanhar?

O que eu estou a pensar por governança, não iria atribuir mais responsabilidades a alguém, porque isto iria se construir por si próprio para já, claro que, depois certas instituições, eventualmente poderiam transferir responsabilidades para certas coisas a outros utilizadores. Por exemplo, os grupos que fiscalizam ali no parque marinho, poderiam dizer vamos incluir os próprios pescadores na fiscalização, ou qualquer coisa do género, isto seria uma tal atribuição de responsabilidade, mas iria só sempre ser motivado pelo consenso entre os grupos no que toca a nós, nós não iríamos atribuir responsabilidades a ninguém, isto como pano de fundo. Nós poderíamos dizer, seria bom envolver este ou outro grupo, não num modelo de governança, mas no processo de construir esta tal governança. Isto é a perspectiva de onde eu falo sobre governança, os riscos são alguns, que temos sempre financiamento para manter os processos colaborativos a decorrer, mudanças de responsabilidades a nível institucional e político, por exemplo, porque isto também é muito casual. O que nós vemos, por exemplo, nós fizemos este projecto MARGOV durante um ano e meio numa certa estrutura institucional, com um secretário de estado específico e começámos até com um governo que de repente foi outro governo, outra situação, e agora no fim do projecto uma completa reestruturação de todas as estruturas institucionais, o ICNB já não existe, ou existe não se sabe muito bem, isto tudo vai ser um mega Ministério, a pesca vai ter eventualmente mais força, mas o Ambiente vai ser integrado nas Florestas, portanto uma situação em que ninguém sabe quem é quem, e quem vai ser responsável para quê a nível institucional. Muito menos se sabe, pelo menos que eu saiba, também não estou muito dentro disto, mas muito menos se sabe e podemos pensar que há muitas guerras nos bastidores, quem pessoalmente vai ser responsável para quê. E como funcionam os mecanismos de concorrência, isto é um risco. Outro risco, acho eu, é a comunidade científica, e eu digo isto de uma perspectiva de fora porque eu não estou ligada a nenhuma universidade, o que eu vi em outros é que, por um lado há alguns que têm ideias muito fixas, muito à tradicional, que é o cientista que, por exemplo, o cientista que define os indicadores que devem ser utilizados para dizer que um certo ecossistema é bom ou não, e entendem por participação, ou por construção conjunta, que eles definem os indicadores e depois submetem, os outros dizem sim ou sopas, isto é uma coisa. Outra coisa é uma grande concorrência, uma grande concorrência que não tem nada a ver com excelência científica, que tem a ver com marcar terreno, e com não abrir para outros pensamentos para não achar… Nós no MARGOV tínhamos várias equipas de universidade envolvidas, isso é giro, os Mapas Digitais, que gostaram imenso da ideia como fazer este produtivo de processos de participação, como é que se pode pôr isto ao serviço de um processo deste tipo, muito abertos. Outros colegas também, modelagem dinâmica, acho que se diz assim, nada abertos. O próprio cientista parece-

me, aproveita ou não a oportunidade de alargar o espectro, mas parece ser eventualmente complicado debaixo da coordenação de outro colega. É um risco que é complicado porque é muito subtil e é muito fora, não é dentro do processo, não é visível é fora, são correntes que são por fora. Todo o tipo de corrupções que possam surgir dentro destas coisas de co-responsabilidades, pode sempre haver alguém que compra outro.

Sente que consegue promover (directa ou indirectamente) um melhoramento das condições de vida na pesca, na Murtosa? Se sim, em que aspectos.

Se nos contratam, podemos fazer muita coisa. Agora, não sei, talvez muito indirectamente, por influenciar através do projecto MARGOV outra equipa que pega na Murtosa. O MARGOV acho que é uma experiência na pesca artesanal. Eu não conheço nada da Murtosa, em termos de desenvolvimento, um processo participativo sempre faz bem, todas as pessoas falam uns com os outros, aí eventualmente a experiência do MARGOV podia dar alguma inspiração de como é que se pode juntar os agentes de uma região. Outra coisa é que, eventualmente, mas isto já não tem a ver comigo como agente neste processo, se as pessoas do MARGOV, ou de projectos semelhantes, surgem ideias que são implementáveis. Estou a pensar muito concretamente nesta coisa do Cabaz de Peixe, por exemplo, que surgiu na Associação de Pescas, que disseram-nos no outro dia, porque a rapariga da associação fez um curso connosco, e desenvolveu um bocado este projecto ali para ela, que a ideia é como estas faixas biológicas que as pessoas contratam uma vez por semana ou de duas em duas semanas uma caixa e o produtor fornece o que há de momento, com couves, ou cenouras. E a ideia surgiu lá pela associação de fazer uma coisa tipo cabaz de peixe, em que as pessoas compram uma semana ou de duas em duas semanas cinco quilos de peixe e depois é o que é. Coisas, ideias destas concretas podem eventualmente fazer uma diferença na Murtosa, sei lá. Mas isto não tem a ver comigo como agente de governança, tem a ver com eles, porque é um conteúdo. Eu só posso dizer a experiência do processo participativo pode ser interessante, porque é interessante para qualquer localidade e qualquer projecto, é sempre bom fazer as pessoas falarem em conjunto e como isto pode ser metodologicamente começado e eventualmente gerido, podemos nós ser inspiradores. E se nos contratam podemos qualquer tipo de processo.

Nesse projecto que vocês tiveram na Cova da Moura, conseguiram pôr as pessoas todas a interagir? Não percebi muito bem o que fizeram, criaram uma associação?

Nós não criámos associação nenhuma, começa logo por aí. Eu recomendo fazer os nossos cursos, porque aí ensinamos como é que é fazer as pessoas falar em conjunto, técnicas e metodologias de participação.

Acha que os mecanismos de diálogo que existem dão voz às pessoas que vivem na Murtosa?

Não sei quais existem, muito menos na Murtosa. Depende, não sei se dão voz às pessoas que vivem na Murtosa, porque não sei o que lá existe. O que eu sei é que nós nunca temos dificuldades de fazer as pessoas falarem uns com os outros, as pessoas com métodos estruturados falam sempre uns com os outros, às vezes gritam também uns com os outros, mas claro que isto tem que ser feito por fases. Pode-se imaginar mecanismos de diálogo, ou técnicas para fazer as pessoas falar uns com os outros e eventualmente também com a envolvente, claro que existe. É isto que nós fazemos.

O que gostaria de ver desenvolvido em termos de investigação nas pescas em Aveiro?

Não sei, não sei.

Este modelo de governança, que pretende dar voz a todos os intervenientes, pode contribuir para a sustentabilidade da pesca artesanal?

Claro, sim evidentemente.

Acha que a pesca artesanal conseguirá sobreviver no actual contexto da actividade das pescas na Europa?

Não sei muito sobre isto, mas tenho grandes dúvidas, tenho grandes dúvidas porque, para já, quer dizer, para já a imagem é má, ninguém dos mais novos quer ser pescador, muito menos artesanal. Parece-me que isto é um bocado estigmatizado, e não é uma actividade que tenha qualquer prestígio social, que é complicado, pelo menos aqui em Portugal, não sei bem como é em outros países. Eu acho que passa muito pelo prestígio social, pela problemática da poluição também, há cada vez menos peixe. No outro dia disseram que antigamente com quatrocentos covos, isto é para apanhar o polvo, vivia-se o ano inteiro, agora com muitos covos mais, só se sobrevive três meses, porque no resto do tempo não há polvo. Portanto a pesca artesanal vai ter grandes dificuldades a não ser que isto seja bem construído em termos de Parques Marinhos e em termos também dar mais valor aos pescadores artesanais, porque o que nós vimos no MARGOV, que também é uma sensibilidade nossa, não estou muito dentro… A sensação que me dá, não é nada provado é só uma sensação, é que o regulamento do Parque Marinho ali em Sesimbra foi feito pensando que a pesca artesanal vai desaparecer mais cedo ou mais tarde. Todo este regulamento que não se pode dar licença, que não se pode vender o barco com licença, há assim várias coisas que parecem, pelo menos para um leigo que sou, não dar nenhum suporte, ou não dá muito suporte a esta vertente. Parece-me muito mais importante o desenvolvimento do mergulho, por exemplo, assim como a actividade turística em Sesimbra, pelo menos para mim que não entro muito nas pescas, estou sempre à frente das reuniões mas tematicamente não me meto muito para não me envolver assim tanto. E com os pescadores, por exemplo, eu vou às reuniões mas quem fala é a Rita. Agora já se habituaram um bocado a mim, a este sotaque estranho, mas também não convém muito ou passo a ser outra engravatada ali. Eu acho que é difícil porque não há muito sustento institucional. Ninguém diz: Que bom, é óptimo, é um pescador artesanal. Que bom que nós temos isto, temos que preservar isto".

Duração da entrevista: 1:05:52

Boa tarde… Vamos começar então a entrevista sobre governança das pescas em Portugal. Podes contar-me brevemente o teu percurso profissional e como se tem relacionado com governança?

Sim, então o meu percurso profissional começou na área das pescas, pelo estudo do impacto das pescas, nomeadamente, rejeições de pesca de Linguados com rede de tresmalho, depois fui trabalhando novamente em questões de pescas relacionadas com áreas marinhas protegidas e actualmente estou a fazer o doutoramento em áreas marinhas protegidas que também, por um lado estão bastante interligadas com pescas e com gestão de pescas. Em termos de governança sinceramente não, digamos que nunca aprofundei o tema, claro que se cruza nestas questões todas que tenho trabalhado, mas já ouvi conferencias em que se falava de governança nas pescas e nas áreas protegidas marinhas mas não é a minha área de trabalho. Acho que é isso.

O doutoramento, podes falar um bocadinho mais do doutoramento?

Sim, o doutoramento tem mais como objectivo o estudo de metodologias que permitam optimizar as diferentes fases, está dividido em objectivos: a fase de planeamento de uma Área Marinha Protegida, fase de gestão, fase de monitorização. E acabando esses temas a ideia é pegar em casos de estudo e discutir metodologias usadas para cada coisa e as suas vantagens e desvantagens relativamente ao caso português.

Tu não estás a estudar num caso específico, estás a estudar vários…

Não, estou a estudar a temática e a tentar… no fundo a questão é mais metodológica. As zonas que poderei usar como bases de estudo servem como base para as questões metodológicas.

Interessante, muito giro. Diz-me achas que governança tem ajudado a aproximar a política europeia das necessidades que observa?

O conhecimento que eu posso ter para responder a esta pergunta é do senso comum e acho que sim, nos últimos anos se tem cada vez mais falado nestas questões da governança, o que ajuda a que algumas situações vão sendo mais discutidas e, não sei se consigo dar um caso prático em que eu tenha visto uma mudança, mas pelo menos tenho visto vários bocadinhos de mudança, que eu acho que são no fundo um passo positivo para se conseguir os objectivos, nomeadamente na questão das pescas e de Áreas Marinhas Protegidas.

Tens assistido a um crescente interesse pelo tema na área das pescas especificamente?

Sim, que é também aquela por que mais me interesso, e não sei, não tenho opinião relativamente às outras áreas, mas mesmo nesta não digo que esteja alguma coisa resolvida com base na governança. Eu acho é que vai ajudando.

No teu universo de estudante notas que há mais pessoas a interessar-se por temas como áreas marinhas, ou a governança das áreas marinhas?

Sim, sim, isso sim.

Estudantes?

Acho que sim.

Como é que o papel que desempenha actualmente pode ajudar a melhorar a política europeia nas pescas?

Bom, por um lado acho que a construção de conhecimento que é o que se faz normalmente em ciências e em investigação ajuda sempre a melhorar alguma coisa, desde o momento em que se consiga fazer chegar a informação a que toma decisões e quem tem o poder politico, que sim acho que é possível embora ainda seja uma coisa que eu noto difícil muito trabalho que fazemos aqui, eu acho que acaba por não chegar aos agentes que têm o poder de decisão. Depois, relativamente às pescas….

Portanto, isso seria um dos aspectos em que poderia ser melhorada? Estou já a pensar na seguinte. Relacionando com a seguinte.

Sim. Sim, eu ia ainda dizer, relativamente às pescas, eu faço parte da L.P.N. e da Plataforma da PONG Pesca, e nesse sentido se calhar ainda é a forma como eu mais contribuo para a melhoria da gestão das pescarias porque são organizações que mais facilmente fazem chegar as suas opiniões, ou pelo menos fazem chegar ideias de debate ao Parlamento Europeu, por exemplo, onde as coisas acabam por se discutir e por ventura melhorar.

Portanto nesse sentido a criação da Plataforma de pescas portuguesa foi um benefício, uma mais valia.

Sim, sim, acho que sim.

Anteriormente, consegues ter essa noção, antes de ser criada a PONG Pesca como LPN., tu disseste que pertencias à LPN e à PONG Pesca, correcto?

Sim, porque a PONG Pesca é um conjunto de ONGs…

Antes de existir a Pongpesca, como LPN, tu achas que se conseguia fazer chegar?

Não sei, não participava nas coisas nem estava muito dentro do assunto.

Muito bem, diz-me então… Quais os aspectos que gostaria ver melhorar na governança europeia?

Talvez ter um mecanismo mais directo de fazer com que aquela informação que sai aqui em trabalhos científicos ou em discussões de congressos científicos, tivesse um meio mais directo de chegar, neste caso, ao poder politico, que é de onde tem que surgir as verdadeiras medidas de mudança. Mas concretamente não sei como faze-lo não é. Tirando isso, não sei…

Em relação às Áreas Marinhas Protegidas há alguns aspectos que já possas avançar em relação ao doutoramento?

Não, estou mais ou menos no início do trabalho, portanto não… Eu acho que todas estas questões do mar em geral têm-se desenvolvido mais nos últimos anos e a U.E. tem criado directivas e regras que levam à partida a uma melhor gestão e a uma maior sustentabilidade na área das pescas. Agora a implementação de algumas coisas ainda não está avaliada, mesmo a própria Politica Comum de Pescas, se calhar estamos melhor do que estaríamos sem ela, mas não sei se tem sido completamente eficaz.

É precoce dizer isso não é?

Sim.

Pelas experiências que tem tido, o que pensa sobre os actuais mecanismos estabelecidos? Eu aqui, penso nas pessoas com quem, por exemplo, como PONG Pesca, a L.P.N. se pode ter vindo a relacionar, ou então, como estudante da universidade se tu notas alguma ligação com institutos, por exemplo o IPIMAR, de

conjugação de trabalhos, de diálogo, de colaboração nalgum projecto, se tens assistido a alguma coisa?

Sim, tem havido nos últimos anos, em concreto relativamente à Directiva Quadro da Água, que é uma Directiva Europeia que estabelece não sei quantos limites de qualidade ambiental nas Águas Doces e Estuarinas, tem havido projectos em que… um projecto em que têm colaborado todas as universidades do país, foi a forma encontrada, penso que o processo no inicio correu um bocado menos positivamente e entretanto o INAG neste caso encontrou esta forma de conseguir a informação de que precisava para responder à directiva, que foi juntar as várias universidades com trabalhos na área e cada uma delas está a contribuir para os trabalhos de recolha de dados e de exercício de cálculo de índices a nível nacional. Normalmente o que tem acontecido é, as universidades mais do Norte têm mais trabalhos no Douro e estão a contribuir mais nessas áreas, por exemplo nós aqui estamos a contribuir mais na área dos peixes em vários estuários ao longo da costa, o IPIMAR contribuí na zona costeira, e isso é realmente talvez o projecto que eu conheço que tem uma grande interligação entre todas as áreas, entre vários institutos que é o IPIMAR, o INAG e várias universidades. Parece até estar a resultar, a ter resultados.

Dura mais ou menos quanto tempo?

Não sei, já começou há algum tempo, penso que é dois, três anos não tenho a certeza. E este projecto depois tem interligação com a Europa e há reuniões em que cada área, por exemplo o peixe nós temos a coordenação dos peixes, então quando há reuniões fora há um representante daqui da universidade que vai fazer o ponto de situação, discutir os assuntos com os outros países que estão a trabalhar também para a Directiva. E acho que é o melhor exemplo que eu consigo dar.

Isso é muito interessante, é sinal que estão a usar uma reflexão de terreno que depois pode ser transmitida para alguma forma de aconselhamento científico, que embora esteja distante…

Da mesma forma que está a chegar muito próximo do poder de decisão. Depois tenho alguns exemplos de colaborações com a Direcção Geral de Pescas, com o IPIMAR, normalmente a partilha de dados, projectos que nós temos e eles são as instituições que colaborámos.

Como L.P.N…?

Como L.P.N. temos conseguido, eu estou a colaborar com a L.P.N. há um ano, embora já conhecesse um pouco do trabalho que eles fazem. Quando falo da L.P.N, falo da parte do Grupo Oceanos concretamente, e penso que aí não vejo grandes problemas de colaboração com qualquer tipo de entidade, normalmente. Qualquer projecto, objectivo, ideia, alguma coisa que surja como necessária de trabalhar, temos conseguido chegar às várias instituições com quem precisamos de colaborar ou a quem propomos colaboração tem sido bem aceite. Acho que não há muito… Claro que não é um processo muito fácil e muitas vezes precisa-se de alguma coisa de instituições e não é fácil de conseguir ou de conseguir chegar ao diálogo com quem se pretende.

É moroso?

Sim é moroso e burocrático. Burocrático não diria mas é demorado no sentido de a pessoa telefona, tenta combinar, tenta falar e há ali um processo demorado, maior parte das vezes para se chegar à conversa com quem se pretende. Depois há coisas muito

concretas em que se conhece as pessoas que estão a trabalhar em determinada área em que os interesses são comuns portanto fala-se e as coisas vão andando para a frente.

Pensa que têm ajudado a resolver conflitos entre grupos com diferentes interesses? Se sim, de forma?

Não sei, não sei porque também, eu acho que se as pessoas começam a trabalhar mais em conjunto e se as coisas funcionam, se havia conflitos eles ficam um pouco resolvidos, mas também não sei até que ponto é que existiam conflitos verdadeiros, se calhar existia falta de interesse ou falta da ideia de se juntar esforços, não sei.

Pensa que têm (ou não) conseguido ajudar a melhorar condições nos locais onde vivem e trabalham as pessoas que observa/representa?

Não, aqui no caso das pessoas com quem tenho desenvolvido trabalhos…

Aqui estou a pensar nas pescas, nas pessoas das pescas, no sector

Sim, nesse caso, se calhar não sei, não ajudei a melhorar grande coisa em concreto, mas se calhar ajudei a criar dialogo sobre alguns aspectos ou a mudar algumas ideias ou a explicar alguns conceitos, por exemplo a pescadores na questão do trabalho das rejeições, houve coisas com certeza que eles não sabiam ou que não estavam alerta para ouvir mesmo no caso de perceberem que trabalho um biólogo pode fazer e que isso até pode ser útil para o desenvolvimento do trabalho deles, nesses aspectos contribuí com certeza. Nos resultados de trabalhos em concreto não sei, não sei, acho que é sempre conhecimento e que pode sempre contribuir mas directa directamente acho que não muito não é.

Ou seja será um passo em frente?

Acho que o facto de ter trabalhado com as pessoas, por exemplo, ficaram as ligações com as pessoas e por vezes a um problema ou uma questão até com a Área Protegida, continuo a falar com os pescadores.

Com que Áreas Protegidas é que tu tens trabalhado?

Na Arrábida. Nesse aspecto eu tento envolver-me um bocadinho mesmo no projecto dali ou do MARGOV, eu ia lá e acho que claro que o facto de eu ser uma pessoa que eles já respeitavam e já ouviam ajuda um bocadinho a ouvir o que eu tenho a dizer ou a estar atento pelo menos. Porque, ás vezes, à partida as pessoas negam.

Pois era nesse sentido que eu perguntava a anterior, se acha que tem ajudado a resolver conflitos nesse sentido, um pouco entre sector por exemplo ou numa ausência de conhecimento em relação a uma regulação que exista e que nesse processo de diálogo se possam atingir alguns objectivos.

Eu acho que eu contribuo, mas não considero que tenha feito nada de muito relevante. Eu contribui em vários aspectos, se calhar assim mais pequenos mas….

Em casos pontuais, será isso?

Sim.

Quando eu digo resolver conflitos, eu penso em apaziguar uma relação entre duas pessoas ou em relação a uma regulação ou em relação a um preconceito que eu veja nascer ali naquele local em relação a um outro grupo, eu tento pôr água na fogueira.

Isso, já fiz imensas vezes, de uma maneira informal. Nesse aspecto tenho contribuído bastantes vezes. Muitas vezes tenho contribuído para minimizar problemas ou para dar opiniões construtivas. Acho que vão no sentido de apaziguar ali certos preconceitos, como estavas a dizer.

Pensa que melhorar a governança passa por dar mais responsabilidade aos actores envolvidos e/ou envolver mais grupos?

É possível que sim, eu acho que determinado grupo que seja envolvido num processo, só se vai envolver verdadeiramente se achar que serve para alguma coisa. E o dar responsabilidade pode ajudar a que essas pessoas vejam que realmente têm importância no processo, agora claro que tem que haver uma entidade ou um meio de mediar este tipo de soluções. Mas sim acho que tem toda a vantagem envolver vários grupos interessados, deixá-los discutir para depois ver onde estão as principais questões de conflito e ajudar a resolve-las, porque aí vai se conduzindo o processo no sentido em que haja menos probabilidade de não funcionar. Tem todo o interesse ouvir toda a gente, já se sabe que não se consegue, muitas vezes isso não é suficiente para chegar a um consenso unânime, mas para minimizar os pontos de conflito serve com certeza. Na minha opinião.

E em relação a envolver mais grupos…

Pois aqui mais grupos…. Pois, eu não, digamos que a minha resposta não será no sentido que acho que se deve envolver mais grupos, só porque não tenho a certeza de quais é que estão envolvidos ou não tenho assim um grupo que eu dissesse acho que falta. Mas eu acho que falta, em alguns casos, formas mais eficazes de se fazerem ouvir os grupos que já estão representados ou que representam até um número maior de outros grupos mais pequenos. Mas não tenho assim uma resposta muito concreta. Acho que…… Podem existir mais grupos e mais pessoas e isso aumentar demasiado a entropia no processo. Ao estarem mais grupos, se as coisas não forem bem geridas pode não se conseguir passar nenhuma ideia de consenso, não é? Portanto eu acho que é nesse sentido. A forma como se envolvem, sim devia ser melhorada, no número de grupos ou o tipo de grupos não sei.

Pensando em cada uma das anteriores opções, que riscos se devem ter em conta e de que responsabilidades se devem fazer acompanhar?

Esta não sei responder.

Está bem, e sente que consegue promover (directa ou indirectamente) um melhoramento das condições de vida na pesca, na Murtosa? Se sim, em que aspectos.

Era o que eu tinha respondido. Quanto a isto posso dizer o que já tinha dito das perguntas iniciais, que é existir mais conhecimento, existirem mais casos em que as pessoas conversem, conhecem o trabalho dos cientistas que esse trabalho pode contribuir para a melhoria da gestão. Se há mais informação ou se há mais boa informação, isso pode contribuir para a melhoria das pescas em geral. Principalmente, se falamos em comunidades pequenas de pesca artesanal, as coisa em que têm estado envolvidas podem ser transpostas para as outras comunidades, agora posso dizer que nunca tive um trabalho ao nível social ou cultural, portanto nesse aspecto acho que o meu trabalho não contribui mas no outro aspecto, conhecimento das pescarias, conhecimento das espécies, conhecimento das comunidades e como é que as coisa funcionaram noutros sítios pode sempre ser transpostos para uma outra situação semelhante.

Já agora, diz-me só uma coisa por curiosidade, tu disseste que estiveste na Murtosa, dá-me a tua opinião em relação à Murtosa.

Eu não sei porque eu estive na Murtosa no estuário portanto na Ria a fazer amostragens à noite com um pescador portanto eu não conheço o resto.

Acha que os mecanismos de diálogo que existem dão voz às pessoas que vivem na Murtosa?

Calculo que não porque, eu que vou trabalhando nesta área, não é comum ouvir falar da Murtosa em particular ou o que é que as pessoas querem, quais são os problemas portanto se calhar é porque os mecanismos que existem, ou não são muito adequados ou são locais, não passam disso. Digo isto porque vou ouvindo várias conferências sobre as pescas e não costumo ouvir falar da Murtosa em particular. Pelo menos não me estou a recordar. Se calhar é porque não são adequados.

O que gostaria de ver desenvolvido em termos de investigação nas pescas em Aveiro?

Eu acho que em geral nós precisávamos de conhecer melhor os aspectos desta pesca mais de pequena escala, porque temos imensas comunidades, imensas embarcações bastante pequenas que das quais não sabemos praticamente nada. Porque o que temos em geral… Claro que há casos em particular que se sabe mais coisas, mas o que temos em geral são dados da lota, são dados de registos de embarcações, são dados de licenças de pesca que não permitem à partida caracterizar fielmente cada pescaria. E porquê? Porque os registos muitas vezes são embarcações que não estão a trabalhar ou que não trabalham no porto de registo, porque uma embarcação tem quatro, cinco, seis licenças e nós não sabemos com qual delas a pessoa trabalhou para fazer os desembarques. Porque temos o que é desembarcado em lota está longe de ser tudo o que é capturado, para além das confusões com nomes de espécies que se dão no desembarque em lota e que muitas vezes, em muitos casos há indícios que não representam a espécie correcta ou que representam um grupo de espécies bastante distintas em termos de lixo ecológico que ocupam. Depois em termos dos stocks em si, há muita coisa feita, ou melhor há alguma coisa feita, mas se calhar para uma gestão eficiente precisava-se de saber bastante mais, interligar até as diferentes pescarias, porque o que se sabe é de uma espécie em concreto e depois falha porque a maioria das pescarias são muito especificas, capturam na mesma zona um grande número de espécies e às vezes quando se estuda só uma não se está a reflectir o problema da pescaria ou da sustentabilidade. Depois a questão das rejeições é uma das… uma parte da captura não se conhece. As fugas à lota que têm em grande parte, base no problema da comercialização não é que é muito debatido, da diferença de valores entre o que ganha um pescador e o que depois o valor do peixe noutros sítios. Portanto acho que há muito a fazer para que as pescas conseguissem ter uma gestão mais eficiente em todos os aspectos. Também na parte da…. Nós não sabemos nestas embarcações mais pequenas é muito difícil perceber em que áreas é que elas pescam, por exemplo, quais são os conflitos entre si, até dentro de uma mesma comunidade, muitas vezes nós não fazemos ideia, quer dizer, dentro da própria comunidade as pessoas conhecem, mas em termos científicos conhece-se muito pouco dessas relações com a utilização do espaço, por exemplo. Mais, a questão da conservação e dos mecanismos que possam permitir tornar as pescarias em geral mais sustentáveis.

Portanto, nalguns casos sentes que falta alguma fiabilidade nos dados obtidos, noutro falta informação mesmo especificamente, ou seja, a falta de organização na parte da visibilidade das pescas não é que permita obter dados melhores, mais e melhores…

Sim, o que acontece é que muitos dos dados a que temos acesso para a investigação são dados gerados por empresas que não têm qualquer obrigação na parte da investigação. Os dados que vêm da Docapesca não são dados criados para a investigação, são criados para estatística e se calhar em termos gerais conseguem reflectir o que é desembarcado ou pelo menos o que é mais desembarcado mas depois em termos de gestão, e considerando o que eu estava a dizer, no fundo o ecossistema, não temos informação que permita faze-lo. Não temos porque também não há investimento suficiente, que teria que ser bastante grande na parte dirigida à investigação em pescas concretamente. Porque como eu digo que não tenho grande fiabilidade nos dados é porque eles não são criados para a investigação. Servem porque são os que temos mas não são muito bons. Para se ter investigação a sério falta muita coisa. Mesmo ao nível daquilo que não passa em lota, talvez o maior problema.

Tu já estiveste noutros países? Notas diferença entre Portugal e outros países?

Já estive noutros países mas não… Não sei, eu acho que há diferenças, mas não tenho assim uma opinião para dar.

Este modelo de governança, que pretende dar voz a todos os intervenientes, pode contribuir para a sustentabilidade da pesca artesanal?

Sim, eu acho que sim, pode contribuir, até por esta dificuldade que eu estava a referir na exigência que tem a investigação profunda na área das pescas, portanto o facto de se envolver várias pessoas, neste caso, pescadores, pessoas envolvidas no sector, permite ter informação muito boa relativamente àquela que nós conseguimos obter enquanto investigação, enquanto projectos dedicados à investigação em pescas se calhar poderiam eventualmente ter informação mais fidedigna ou mais precisa, mas que não substituem de qualquer forma a participação das pessoas envolvidas, porque são eles que percebem o funcionamento muito particular às vezes de cada comunidade, de cada zona, de cada pescaria, portanto tem grande interesse, acho que é até determinante o incluir as pessoas que trabalham directamente na actividade.

Acha que a pesca artesanal conseguirá sobreviver no actual contexto da actividade das pescas na Europa?

Eu acho que as dificuldades são bastante grandes, e são cada vez maiores, no meu ponto de vista. De qualquer forma há vários grupos atentos ao problema, e nesse sentido eu acho que apesar das dificuldades e de eu achar que em termos gerais o número de pescadores ou as quantidades capturadas vão diminuir, eu acho que há contexto para a sobrevivência deste grupo de pesca, aliás com a falta de sustentabilidade de muitas pescarias de larga escala e industriais até pode abrir-se um maior espaço ao incremento da pesca artesanal que não é tão agressiva para os ecossistemas, consegue-se que seja mais equilibrada, mais sustentável, e a longo prazo se calhar a mais aceitável.

Só para terminar, diz-me algumas dificuldades que tu vejas relacionadas com as áreas marinhas… a conclusão do teu estudo…

Há um grande problema que é o de conflitos entre as várias actividades humanas e económicas com o outro objectivo da conservação da natureza, porque quando falamos neste caso estou a referir-me ao que conheço melhor que são as áreas marinhas costeiras e portanto junto da maior parte da população. Nessas zonas há muita dependência de actividades que exploram o meio marinho e que em muitos casos não serem sustentáveis a longo prazo são actividades que não se conseguem quebrar de um momento para o outro. Mas portanto é a sobreposição de utilizações em várias áreas. E depois também o processo de criação das áreas devia ser melhorado. Pensando na nossa

costa não imagino que houvesse uma área marinha de tamanho suficiente que fosse criada que não criasse problemas de conflito. Mas se o processo de criação for um processo de maior participação, talvez isso possa contribuir para que se tornasse mais eficaz a parte da conservação. Depois também a parte da monitorização para apresentar às pessoas que fizeram aquele sacrifício, que nos temos este e aquele resultado. Também é difícil também não temos incrementados. Passa sempre pelas questões financeiras, e de recursos humanos, as coisas não têm um processo ideal… Pensando na Arrábida, houve esforço, consultaram-se algumas pessoas, mas quando foi criado deveria haver logo possibilidade a que houvesse depois uma monitorização continuada. E as pessoas que não estão na área da conservação parece que vêm uma área que lhes foi imposta, que só não podem lá ir porque os outros não querem, e não vêm um resultado prático disso…

Ou seja que depois continuasse a interacção que vocês continuassem a interagir…

Não digo nós. Assim como se cria a legislação para criar a área deveria existir depois uma comissão multidisciplinar mesmo que fosse só consultiva que acompanhasse a área. Que fosse havendo uma monitorização continuada, um conjunto de indicadores que permitisse mostrar alguns dos resultados dessa área às pessoas fora do contexto científico. Que permitisse continuar a investigação nessa área. Para também perceber se podes ajustar, se podes mudar as proibições, e mostras às pessoas se a área resulta ou não.

Ok. Obrigada. Vou desligar.

Duração da entrevista: 41 minutos e 53 segundos

Bom dia. Vamos começar a entrevista que é sobre governança…Pode contar-me brevemente como tem sido o seu percurso profissional e como se tem relacionado com governança?

Antes de mais pedia-me que me situasse um bocadinho… porque o tema é tão vasto, balizar-me um bocadinho. Para perceber de que forma é que o meu contributo… porque eu trabalho em vários domínios ligados à governança. Interessam-me particularmente as novas governanças ligadas ao tema da cidadania em abstracto. Muito ligados aos temas da cidade… e julgo, portanto que não é este o enfoque que interessa. Mas depois trabalhei directamente num projecto ligado com a Mobilidade Ciclável na Murtosa e com a capacitação dos actores locais para desenvolver uma abordagem à volta do tema da mobilidade sustentável. Portanto como o seu tema está relacionado com a Murtosa, se calhar, parece-me é este segundo domínio que mais lhe interessa… mas não sei… Portanto eu tenho estado como cidadão a exigir que o Estado faça isto. Eu estimulo a que o Estado desempenhe bem as suas funções e que avalie bem o que é que é isso da governança. O que é o conceito, como é que ele está a ser aplicado, quais são os seus resultados, porque no fundo há aqui um risco de que aquilo que esteja a ser feito não vai ao encontro daquilo que é o interesse colectivo. E nós temos que avaliar isso, por isso parecia-me importante essa primeira nota inicial. O Estado não pode deixar de avaliar aquilo que transfere para o público.

Definir não só sectorialmente mas no território que um modelo de governança que se adeqúe aqui, pode não se adaptar ali. Perceber num modelo de governança como se vão definir essas partilhas de responsabilidades entre estado e sociedade civil…

Os Municípios organizam-se através de Organizações de Municípios que, hoje em dia se chamam comunidades intermunicipais da região de… nós temos uma que é SIRA, chamado comunidade intermunicipal da região de Aveiro. O que significa que esta comunidade desempenha um papel e que o estado lhe dá milhões de euros para ela desenvolver projectos através de uma coisa chamada…. Está-me a falhar a palavra. O mecanismo…

Subsidiariedade? Não…?

Não. É uma espécie de subsidiariedade mas tem um nome em que foi negociado um pacote financeiro em que a transferência dos recursos é feito através da comunidade intermunicipal.

Que abrange o distrito de Aveiro…?

Não. Que abrange só oito municípios. O Distrito é 18 ou 19… Portanto o que significa que este é um nível de governança e que tem que ter uma avaliação do que faz, porque não chega dizer: dou-te este dinheiro. Tem que dizer como fazes isto, porque fazes isto, e quais foram os resultados no final do que fizeste. Isto na própria figura do Estado. Mais grave ainda quando estamos a falar de uma figura de uma IPSS… dum jardim escola…. Onde está o meu filho. É uma IPSS que está a desenvolver uma função do estado, o estado dá-lhe dinheiro para que ela exerça essa função. Mas o Estado não pode deixar de avaliar se ela cumpre bem ou mal. Isto é um exemplo trivial daquilo que é a necessidade de avaliarmos a governança. Na escola, ou governança noutro sitio. Portanto isto é a minha preocupação inicial. E eu julgo que no conceito da governança é a questão que parecia importante. Governança tem muito a ver com… há um conceito de governança que tem muito a ver com o original de governo e no conceito de governo é essencial avaliarmos como é que os poderes públicos… as competências para as quais

foram criados. E nesse ponto de vista eu estou envolvido numa Associação cívica em Aveiro, chamado Amigos da Avenida, que tem tido um papel muito critico na forma como, sem ter a ver com as pescas, mas nessa segunda dimensão, com a forma com a necessidade de sermos exigentes com os nossos governos, com aquilo que são as opções da governação, aquilo que são as avaliações dos resultados dessas opções e aquilo que é a avaliação de os resultados à luz dos objectivos para que foram criados. E hoje em dia a forma mais importante de desenvolvermos como cidadão, cidadania é sermos exigentes com o que são os diferentes níveis de governação. Sermos críticos e acima de tudo estarmos atentos, porque os poderes públicos nem sempre actuam no sentido justo. Com aqueles princípios de justiça social, de equidade, da coesão, que nós exigimos à gestão das coisas públicas que não acontece. Portanto essa é uma nota que eu queria acrescentar nesse primeiro ponto.

Em relação à Europa… portanto o que referiu baseia-se na experiência que tem tido… em Portugal, mas pode afirmar o mesmo em relação à Europa, em relação aos poderes na Europa…? Não tem ideia…?

Repare, o que se está a passar hoje na questão dos apoios financeiros ao nosso país, revelam que há um outro nível de governança, que não é eleito, que é governança europeia que, de alguma forma, é para a qual nos estamos a transportar e a convocar aquilo que são no fundo o nível de soberania, de direitos de responsabilidades… porque a nível central não se colocou bem, nós estamos a ser sujeitos a um outro nível de governança não eleita que nos é dada pelas instituições europeias, e depois há ainda um outro nível mais preocupante que é o nível supra-europeu, o nível global que é a lógica internacional e a forma como as decisões de governo e a decisões na soberania de um pais não estão sequer nos níveis, nem nos eleitos, nem nos níveis não eleitos das comunidades politicas da Europa. Estão no nível da economia financeira, portanto há uma espécie de… que são os mercados mundo económico que é ele que dita as regras e isso do ponto de vista da governança é o mais preocupante possível, não é? Portanto significa que nós não temos o controlo sobre aquilo que é o governo das coisas públicas. E nesse ponto de vista se é importante a dimensão europeia das politicas, e como vemos não existe consenso relativamente aos pares aos países que a constituem… eles reúnem-se, não no colectivo, mas um grupo deles a tomar decisões pelo todo… repare como desvirtua… é mais uma questão da responsabilização e diria que nesse nível a Europa não garante que os princípios da boa gestão, que a boa gestão das coisas publicas sejam garantidas. Como vemos.

Governança tem ajudado a aproximar a política europeia das necessidades que observa? Se sim, como? Se não, porquê?

Não, nós vivemos um paradoxo. Que é: há uma Agenda Europeia que não se aproximou de nós porque fomos nós que nos afastamos dela. Vou dizer-lhe porque estou a dizer isto. Repare, neste momento há uma Agenda Europeia da Europa 2020 que determina quais os princípios das políticas publicas para os próximos anos. Esta Agenda não tem tido discussão em Portugal. Se vir o debate político, o publico, não há uma qualquer menção àquilo que é uma agenda que está a ser discutida na Europa, para os quais as regiões se estão a preparar, os países se estão a preparar, sob uma agenda para o crescimento económico sob os temas da inclusão, os temas da estabilidade e os temas do que eles chamam crescimento inteligente. Mas o problema é que a Europa está a tomar decisões sobre estes temas dizendo que são relevantes no futuro. Portugal nem sequer opina sobre isto. Nem em debate interno, nem que se saiba em debate externo, portanto quando diz se os temas se estão a aproximar de nós, eu diria que nós estamos a fugir dos temas da Agenda Europeia. Porque é que isto é dramático. Porque este é o

quadro financeiro que vamos ter no futuro... E, ou nós nos preparamos localmente, organizamos o conhecimento que queremos produzir ou que necessitamos de produzir e os investimentos estão a ser feitos para responder ao pais, para ter aqueles desafios, aqueles objectivos, ou se nós não o fazemos, outros vão fazer e aquele quadro quando estiver concretizado, não só eles se prepararam a organizar esse quadro como se prepararam para ir lá busca o dinheiro e enquanto nós estamos a discutir uma Agenda que tem a ver com cortes, e em que há uma ausência de qualquer tema, para além do mar. Que aparentemente surge mas que não é prioridade politica que é um tema mais mediático do que… e isso liga-se muito com a sua tese, não é? Como é que um tema que deveria ganhar uma preponderância em termos das opções, da investigação, em termos da acção politica das opções politicas e é tão marginal, não é? Portanto significa que nós não temos uma Agenda, não olhamos para a Agenda Europeia, e portanto significa que estamos a cutucar o futuro.

Professor, fora das pescas surge também algum debate sobre regionalização…?

A Agenda para o Crescimento fala sobre o papel das regiões, repare. E das cidades. Fala sobre governança ao nível das regiões e das cidades, destes temas serem objectivados. Isso não significa necessidade de regiões político-administrativas. Significa necessidade de pensamento ao nível regional que é uma coisa diferente. Se vamos ter um poder eleito nas regiões ou não, ou se ele é só um poder de organização e de planeamento, nós temos hoje em dia um poder de planeamento. Só que ele não tem eficácia, não tem e sobretudo as novas decisões do governo remetem para retirar mesmo o pouco poder que ele está a ter. Com esta concentração, nomeadamente ao nível da economia, da educação, etc. o fim das Direcções Regionais da Administração Publica ligadas à economia e à educação mostra que há uma necessidade da centralização da função dos estados. Portanto há aqui um desfasamento em relação à aproximação que referia.

Como é que o papel que desempenha actualmente pode ajudar a melhorar a política europeia nas pescas?

Eu sou planeador. O meu papel tem várias funções. Tenho a função no papel, de encontrar temas de referência, temas mobilizadores. Portanto a primeira questão do planeamento de território, na perspectiva do planeamento estratégico, tem a ver com a necessidade de os territórios encontrarem temas mobilizadores. É fundamental, se nós não temos um tema mobilizador nós temos a dispersão dos… se nós temos um tema mobilizador, nós temos a possibilidade de, pelo menos, articular de alinhar ideias projectos. E portanto, o facto de vermos uma dinâmica com um rumo é fundamental, primeiro aspecto. E isto pode ter a ver com as pescas. Segunda dimensão é que esta ideia de um rumo tem que ser uma dinâmica transversal, tem que ser mobilizadora de vários temas. As pescas não podem construir-se sozinhas. Elas têm que se articular com a terra, tem que se articular com o tema da extracção do recurso, mas com a valorização do recurso, tem que se articular com o vários tipos de pescas existentes, para venda, para consumo… ou para turismo. Mais uma vez temos que falar de temas transversais. A pesca liga-se também com as necessidades de formação, ligando-se com a educação. Uma perspectiva de … do recurso. O que eu quero dizer é que não é possível hoje avalizar qualquer tema numa perspectiva de…

Unidimensional...

Unidimensional. Portanto, a pesca tem que se articular numa lógica de cluster de actividades, porque o tema, por exemplo do cluster do mar ou super cluster do mar, as pescas hão-de estar agregadas dentro deste tema bandeira. Terceira dimensão como planeador é que eu acho que ele tem que ser capacitador dos movimentos locais.

Capacitador das dinâmicas da administração local, o que significa que para ter um rumo, para ter vários temas, vou ter que ter actores e que tem que ser capacitados, porque eles não estão a trabalhar numa lógica de futuro, estão a trabalhar numa lógica de presente. Esta visão tem que ter temas e estes temas tem que ter quadros de referência, sobre o que eu quero ter, não é no presente, mas no futuro. Portanto estes actores têm que ser mobilizados, capacitados para alinhar com a agenda, com os temas da agenda, e sobretudo, isto significa que há um papel de articulação destes vários actores. E o papel das autarquias é fundamental. Eu acrescentaria um segundo domínio que é o papel das universidades. Hoje em dia, a capacitação dos actores e o alinhamento dos actores e a capacitação dos actores públicos locais, das autarquias que podem ter um papel fundamental nisso. Porque elas têm o conhecimento sobre o futuro. Elas não sabem o que é o futuro mas tem conhecimentos fundamentais sobre o futuro e para ajudar a construir o futuro. E o futuro não é algo que se preveja, o futuro é algo que se constrói. E nesse sentido, eu acho que as universidades têm que interagir muito mais. Portanto eu diria que esses são os quatro pilares que hoje são fundamentais: eu diria que a visão; os temas; os actores e o papel das autarquias e o papel do conhecimento das universidades. Na arquitectura deste sistema.

Como reflexão…

Como reflexão e como alimentação… eu acrescento neste domínio porque é que eu acho que é importante? As universidades produzem conhecimento que não é útil. Que fica nas prateleiras, que fica aqui guardado. Não é útil porque o objectivo da produção de conhecimento não é ser útil. O objectivo é criar conhecimento. Hoje em dia fala-se muito da necessidade de criar conhecimento, da necessidade económica de criar conhecimento. A actividade económica tem uma lógica de actor privado. Hoje em dia tem que se falar de uma outra lógica que é a de uma utilidade social do conhecimento. De ele ser útil, não para uma empresa que vai a uma universidade subcontratar conhecimento, mas uma comunidade que aprenda a usar este conhecimento. E isto significa por exemplo, ligado à Murtosa, ou ao que nós fizemos na Murtosa Ciclável que foi: Como é que o conhecimento que a universidade tem sobre a Ria de Aveiro pode ser útil para aquela comunidade? Para a definição da Ria, para o conhecimento que a Ria tem da fauna, da flora, do património, para as formas como esse conhecimento pode ser apreendido através das novas tecnologias, dos IPods, dos IPeds, dos telefones moveis, da Internet, portanto como é que a ciência e a tecnologia pode ajudar aque as comunidades valorizem os seus recursos. E isto não tem a ver com aquela dimensão do conhecimento mais ligado à empresas. Tem a ver com o território e as comunidades. E portanto são duas dimensões diferentes de como o conhecimento pode ser útil. E estas, as universidades, não têm trabalhado muito. Têm trabalhado o outro. Das patentes. A forma como nós podemos ligar o conhecimento cientifico com o conhecimento das tradições dos saber fazer que as comunidades e as regiões produzem e que às vezes não é valorizada, ou é desvalorizada. E porquê? Porque a comunidade científica tende um bocadinho a sobrepor-se e a desvalorizar o outro. E portanto, há aqui um espaço de oportunidade que é ligar estas duas formas de conhecimento.

Consegue imaginá-lo na Europa? Estávamos a falar da Europa e aqui referimo-nos a Portugal.

As teorias de planeamento regional advogam isto que eu estou a dizer. Diria que há teoria produzida na Europa, nas correntes mais… avançadas, mais…

De vanguarda?

De vanguarda. E isto está-se a fazer na Europa, nos países nórdicos, sobretudo nos países anglo-saxónicos. Portanto há aqui experiência de outro lado. E a agenda 2020, está alinhada nisto. Nós é que não estamos. E não estamos, também não é verdade. Nós, a Universidade de Aveiro temos na reitoria, Rosa Pires é o coordenador, tem estado a fazer este trabalho. Que é a ligação entre as comunidades locais, as autarquias, e a universidade. Portanto, fazer com que este triângulo seja feito, e o projecto Murtosa Ciclável e o CicloRia surgem exactamente nesta linha. Portanto eu diria que, se não em Portugal, em Aveiro está a fazer-se este esforço. Claro que os resultados não são imediatos.

Portanto o problema será como fazer chegar esta comunicação à Europa? Em relação aos projectos que referiu.

Sim, um dia quando se fizer o balanço haverá. Mas essa relação que está a colocar é diferente nos projectos e leva a duas questões. O CicloRia é um projecto financiado pela Europa. Agora, em primeiro lugar o projecto MurtosaCiclável não é um projecto que haja muitos em Portugal. Não criou raízes em Portugal. Também, fragilidades dos próprios projectos fizeram com que não criasse raízes na própria região. Na Murtosa criou. Murtosa colocou o tema da mobilidade ciclável de uma forma tremenda nas agendas. Muito mais do que as pescas. Mas estas agendas têm que ser depois articuladas. Mas isto para dizer que em Portugal esta agenda ainda está, mesmo a nível europeu não sinto que a abordagem que nós estamos a fazer esteja a desenvolvida. Agora a teoria e os quadros de referência em Bruxelas apontam nesse sentido. O problema também na Europa é que há uma diferença entre o que são os Quadros de Referência e o que são as praticas. Dito isto, é que nalguns domínios, nós, em Portugal estamos a ser pioneiros em termos europeus. Portanto também convém reforçar isto. Estamos a trabalhar em domínios de complexidade, da incerteza. E isto tem também muito a ver com as questões da governança em Portugal que vamos falar daqui a bocadinho. Porquê? Porque a governança como não é um governo eleito, tem muitas debilidades no seu funcionamento. Portanto, é um projecto intermunicipal como aquele do CicloRia que nós fizemos que está atulhado na sua agilidade porque ele, no fundo, é um conjunto de três projectos municipais juntos. Significa que tem que ter três aprovações, tem que ter… portanto todos os procedimentos em triplicado. E isto é uma fragilidade da governança local. Ou seja, este projecto vindo dos Quadros de Referência europeus, portanto, nós estamos alinhados com a Agenda Europeia no presente. No futuro não estamos. Estamos longe e não estamos alinhados e a fazer esforços como devíamos estar a fazer. O que digo é que encontra fragilidades também na sua própria governança interna. Não sei se estou a ser claro…?

Sim, está professor. É que aqui nas pescas fala-se de haver alguma necessidade de organização em Bruxelas na divisão entre poder politico e administrativo e aqui estava a pensar se, no momento em que vem um projecto, se essa fragilidade ou melhor uma sobrecarga de burocracia que partisse também de Bruxelas. Ou nem é sobrecarga neste caso e é nacional….por isso…

Não, mas é sobrecarga. Eu vou-lhe dar um exemplo, nós para o CicloRia nós terminamos o projecto e ainda não recebemos. Por questões burocráticas.

Quais os aspectos que gostaria ver melhorar na governança europeia?

Não, a questão da melhoria da governança europeia tem a ver com a necessidade de essa governança ser avaliada e legitimada. Porque no fundo estamos a tomar decisões em nome de um colectivo quando nós não participamos nesse colectivos. Por culpa nossa

nalguns casos mas isso não retira a possibilidade de nós podermos dizer algo sobre as opções que estão a ser tomadas, porque tem a ver com o nosso próprio interesse.

Pois essa questão da legitimação democrática da governança e o entendimento de vários interesses tem feito alguns autores a observar a estrutura da EU. Daí estar a perguntar a sua visão fora das pescas. Acho que é uma estrutura diferente de todas as outras em que há dificuldade de se perceber a legitimidade da representação democráticas das decisões.

Mais grave que tudo. Um professor de economia do Porto, o professor Jorge Figueiredo, que dia que a estrutura da EU teve também uma postura bipolar. Repare, vou dar um exemplo. Portugal teve uns apoios há alguns anos. Uns apoios muito grandes. Para se fazerem estradas, auto-estradas, o TGV. Portanto a perspectiva da EU era de que era importante porque isso ia dotar-nos de equipamentos, mas também ia gerar emprego, animava o sector da construção civil. Pouco tempo depois há uma crise económica e o investimento já não deve ser em infra-estruturas públicas mas deve ser contenção máxima. Portanto, na perspectiva seguinte isso gerou défices tremendos e portanto o que é importante é controlar o défice, não controlar o desemprego. Portanto este é um exemplo de perspectivas completamente distintas em poucos meses.

Professor, na pesca tem-se debatido o tema da multidisciplinaridade, na base de conhecimentos que se deve ter em conta e em que o aconselhamento científico pode ajudar. Isto está relacionado e tem problemas que se relacionam com a questão que referiu com a necessidade da governança ser legitimada e as decisões avaliadas, percebidas em ciência e politica. Não sei se me consigo fazer entender…. Mas estava relacionado com o que disse há pouco...

É uma questão muito profunda. A questão é que há investigação pura e há investigação aplicada. Essa podia ser usada para a construção de politicas públicas. Obviamente que os construtores de politicas publicas não estão interessados em fazer isso. E a imparcialidade do conhecimento no peso das opções politicas… quer dizer cada opção politica pode ser apoiada em diferentes formas de conhecimento. Com diferentes tipos de conhecimento. O conhecimento cientifico não sendo uma ideia quase tecnocrata. Ou de que o conhecimento cientifico vá dar a razão, que produza uma única razão. Nós podemos produzir conhecimento científico e ter três ou quatro posturas distintas, não é? Qual é o papel do Estado, o que é que pretendemos que o Estado desenvolva? E só esta diferença dá opções políticas completamente distintas. A questão é: as universidades podem ser usadas, mas da forma como são usadas tem que depender do interesse de quem produz as politicas e tem que haver interesse das universidades. E tem que haver aqui algum equilíbrio. Não é fácil.

E a sociedade civil…

Não, o problema é que não existe sociedade civil nesse sentido. Há vários grupos com interesses diferentes. E como sabe há grupos poderosíssimos na CIP, a Confederação da Industria Portuguesa, que são um conjunto de empresários. E pode haver um indivíduo que faz com que aquela decisão politica seja outra. O que significa que, quando falamos na sociedade civil, não há sociedade civil. Há sociedades civis.

Sim percebo. Está relacionado com poderes e elites, sim…

Com poderes, elites, sim… poderes de influencia, económicos, poder para mudar a Agenda, poder para baralhar a Agenda. São tantos que tenho dificuldade em… Agora vamos lá ver, há uma parte da sociedade civil que a mim me preocupa que esteja calada, tem a ver com as universidades, tem a ver com os intelectuais. A sociedade civil de

gente que reflecte, que tem conhecimento. E esta sociedade civil tem estado muito ausente de tudo. Quer dizer para alem de algumas movimentações mais corporativas, mais pontuais de movimentos dos quais já tem ouvido falar, não é? Mas que aparecem e desaparecem. E quem tem conhecimento deveria ser muito mais crítico no que acontece, ser muito mais exigente nas avaliações e funcionar em conjunto. Eu posso escrever um artigo, isoladamente. E, como sabe os media não são imparciais. Deixam passar este mas não deixam passar aquele. Não interessa pôr em causa o status quo. E isto é mau. Há aqui uma coisa muito importante que é a esfera pública onde a sociedade civil se movimenta está muito condicionada. Os blogues e a Internet e tal ajudam a criar uma esfera pública alternativa aos média. Mas isto significa que prévio às redes de comunicação está a forma de organização das ideias e de como é que elas em conjunto podem gerar mudanças. E é isso é que não acontece. Este caldo de encontro de reflexão e de acção. Reflexão e acção porque o que acontece entre os académicos é que há muita reflexão e não há acção. E do outro lado há muita acção e não há reflexão. Os nossos espaços de governança não estão equilibrados, estes dois. E portanto a sociedade civil não ganha. Porque na sociedade civil ainda há depois os grupos de pressão que não querem que a sociedade civil funcione, não é? Que não questione.

Portanto, em relação a essa ultima questão podia-se afirmar que faltam mecanismos, esta parte da sociedade também precisa de se organizar, mas faltam também mecanismos para que ela se possa organizar. Quem é que os pode criar?

Essa é a questão de um milhão de euros, não é?....

Não, mas não é para ter resposta, é retórica. Deixe estar.

Não eu acho que há resposta eu acho que a resposta é eu defendo três níveis de … primeiro o Estado. O Estado deve ser ele a garantir. Mais vale dizer que tivemos um estado forte que depois engordou, agora queremos ter um Estado magrinho e musculado. Não podemos. Se nós queremos ter um estado ágil e musculado ele tem que ter alguma dimensão. Porque se retiramos tudo e só depois é que dizemos que é feio e que não presta e que devia ser outra coisa, o Estado emagrece, mas é das coisas boas. As coisas boas saem de lá. Depois queremos um Estado magrinho que não ficou com os músculos. Ficou com as coisas más. As coisas boas saem porque não se sentem bem naquele corpo. Sentem-se mal nele. O que significa que o Estado primeiro tem que saber o que quer fazer. E com que capacidade é que quer fazer aquilo que quer fazer. Com que meios. A gente não pode tirar todos os meios e querer que o Estado faça tudo e não sei quê. E que o estado seja supervisione e que seja regulador. Queremos que o Estado que faça menos mas que avalie muito e isso implica ter pessoas com capacidade para avaliar. Significa portanto primeiro ter… portanto a minha resposta é que temos que ter um Estado obviamente mais magro, mas um Estado com competências, capaz. Isto ao nível central. Segundo lugar, temos que ligar à terra as competências. Tem que ser mobilizador, temos que trazer as universidades, tem que olhar para a Agenda Europeia tem que se ver como é que isso funciona. O terceiro nível, as sociedades civis à escala local, à escala micro… não é a sociedade civil – de repente há uma grande Conferência em Lisboa…. Quem é a sociedade civil que vai a Lisboa? A sociedade civil somos nós aqui, que falamos do nosso bairro que conhecemos o bairro, o problema da Anabela, e que… há estas micro escalas… aquilo que vinha a dizer, que a Anabela consegue fazer coisas na Murtosa. E é… nós… precisamos que as Anabelas façam coisas na Murtosa, que se saibam quais são os problemas, que se mobilizem os meios necessários para os fazer e que os façam. Na Murtosa, em Aveiro, no Porto, em Faro, mas nas micro escalas. Naquilo que nos diz mais respeito. Porque, se nós fizermos aí, se calhar um dia vamos conseguir fazer lá em cima. Se não fizermos aí, não vale a pena

pensar… o resto é palha para encher jornais e para… toda a gente fala da cidadania e da participação. O que é uma palhaçada, porque o que é a participação? A participação tem a ver com o concreto, com o concreto. Portanto isto tem a ver com a capacidade de a sociedade civil se organizar à micro-escala. Eu estou envolvido num outro projecto que é a criação de uma rede de movimentos cívicos de cidades a nível mundial. Andei a pegar nas Anabelas que trabalham nas cidades, porque este é sobre cidades, e que comecem a conversar as Anabelas que estão em Aveiro com as Anabelas que estão no Porto, que estão em Águeda, que estão em Ovar, que estão em Estarreja. Partiu de colegas que estão a trabalhar no domínio da participação, movimentos cívicos e das cidades. E chama-se Global City 2.0. Tem um site na Internet e está agora a arrancar. Eu acho que é, de alguma forma, trabalhar um pouco o Estado Central, mas trabalhar os Movimentos Cívicos e de alguma forma capacitar, capacitá-los numa Agenda de não só de critica, de construção, de critica e construção e de mobilização ao nível de….

Critica construtiva.

Exactamente, critica construtiva e participante. Isso não é nada fácil. Porque o nosso poder local não está preparado para isto.

Mas como é que pegam em cada cidade? Volto àquilo que o professor diz. Tem que pegar num grupo específico. Estudos de caso…

Sim, nós estamos a construir uma Agenda Global. Que é um documento que identifica, nós chamamos-lhe projectos low cost, portantanto de baixo custo e alto impacto. Depois estamos a construir exemplos, onde é que isto já foi feito? Sob vários temas, desde a cultura, a alimentação, da energia, da mobilidade, o espaço publico, da cultura das artes, e depois estamos a fazer… dizer: esta é a grelha que vocês podem fazer. O método. E estes são os exemplos. Agora façam. Peguem e façam no seu bairro, no seu,… e estamos a provocar as pessoas para que se organizem à escala dos micro-problemas. Dos micro problemas. Façam um micro problema que seja relevante que tenha impacto… portanto nós na agenda identificamos quais são os problemas e mobilizem o seu grupo de amigos para resolver aquele problema. E depois partilhem essa novidade. E se cada um começar a fazer isto e a partilhar…

Para já incentivam à organização num determinado sítio.

E mostram ao Estado local que não está a trabalhar bem… e aqui é tão fácil fazer. Porque aqui o objectivo é questionar. Lá está. A questão de como o Estado está organizado, que não consegue mexer-se para fazer coisas… Não é os cidadãos passarem a fazer o que o estado faz, não é isso. O local está mal organizado e tem que se organizar melhor para responder às meso e às mega questões.

Vocês vão fazer isso aqui também?

Sim, sim, sim. Uma das coisas que eu faço parte, que já fizemos no passado…

E entram num bairro crítico, por exemplo, o bairro na Torreira? Uma das ideias dos stakeholders, que eles propuseram seria criar um ATL, ali perto de Pardelhas, na Ribeira de Pardelhas. Aproveitar os armazéns… a ideia seria criar um ATL, algo que aproxima-se as pessoas dos bairros das outras pessoas. Porque continuam muito fechados. E… perdi-me… em colaboração. Ou seja, sem ela usar este termo, mas a ideia dela seria um modelo colaborativo. Ou seja pegar na população e construir qualquer coisa.

Sim, sim. E é. Nós tínhamos um projecto aqui de Aveiro, chamávamos-lhe os Projectos Cívicos Itinerantes Colaborativos. Que era a ideia de pegar nos grupos de pessoas, que

tem competências dentro dos vários domínios e que vão trabalhar com comunidades, para os ajudar a resolver problemas, facilitador de processos, interagir com as autarquias… porque muitos dos problemas que nós temos são problemas de falta de diálogo.

Faltam de mediadores…

Sim, mediadores. Ou mediação. E capacitação. O problema da mediação é que ela tem que ser capacitadora. Porque é mediar à luz de um objectivo. E tem que ser de futuro. Não é de passado é de presente. E se nós tivermos um objectivo de futuro, nós estamos a indicar e a estamos a construir um caminho. E a mediação já não se faz entre as quezílias, mas entre uma ideia que tem que ser trabalhada em conjunto com vista a atingir um determinado objectivo. E tem que ser valorizado para ambas as partes, porque se for só para um, e eu acho que ninguém faz isto. Quem é que vai a caminho do próprio bairro, da…? Essa ideia dos movimentos itinerantes colaborativos, eu acho que é das coisas mais… que eu acho que é das coisas que nós devíamos pegar. Nós devíamos pegar como comunidade para ajudar a resolver problemas. E esses problemas… das comunidades… nós temos tantos problemas… claro que quando me fala de comunidades criticas, os problemas são críticos. Portanto não se resolvem rapidamente. São longos. Portanto a questão da itinerância aí tem que ser algo mais permanente. Aí tem que ser, porque a itinerância não resolve problemas críticos. Resolve problemas pontuais… portanto…

Mas como é que governança pode chegar aí, entende? Eu vejo na Anabela esse interesse, essa é a base na minha tese. É ver no olhar da Anabela essa preocupação. Ainda que ela não tenha capacidade para o resolver…

Pois não, não tem, mas o facto de ela o querer fazer é uma coisa notável, porque nós não temos muitas Anabelas no país, não temos…

Pois, é difícil. Ela própria está à procura de mais pessoas. Mas é difícil… Pensa que têm ajudado a resolver conflitos entre grupos com diferentes interesses? Se sim, de forma? Nos projectos em que tem estado…

Eu estive envolvido no Alboi. Não conhece a história do Alboi…

Ainda há bocado vi isso escrito ali. O que é que isso quer dizer?

Eh, pá, é uma história fantástica. É contra o Alboi cortado ao meio. Sabe como é que surgiu isso, essa frase? Surgiu no facebook. Eu digo-lhe porque isso tem a ver com o aspecto da mediação. Eu trabalhei com no movimento cívico com a comunidade do bairro do Alboi. A Câmara queria fazer um projecto que rasgava ao meio um jardim do bairro. Para fazer uma estrada. Uma coisa absolutamente absurda. Então, durante um ano o que é que nós fomos construindo na mediação? Fomos dizendo: não pode ser, vejam estes…. Fomos fazendo uma…

Argumentação?

Argumentação. Apoiar a argumentação dos locais. E dar eco. Dar eco, ampliar aquela mensagem que era uma mensagem micro. Era uma mensagem quase de David contra Golias. Em que a Câmara tinha o poder todo e a localidade era uma localidadezinha. Ninguém ligava. Ligámos à RTP, ligamos à SIC, mas ninguém quis ir lá. Mas continuámos, trabalhamos, trabalhámos, criámos a página no facebook. Surgiu essa ideia por um professor de design que estava… tínhamos 3000 pessoas a apoiar essa causa, portanto a ideia daquele posterzinho, surge nas lojas todas, exactamente por causa do facebook que é uma coisa engraçada. O que é que aconteceu? Para contar

rapidamente a história? A câmara nunca quis mudar. E eu fui falar com o presidente, ele disse que sim, mas… mantinha-se na dele. Até que a Câmara perdeu dois vereadores que simpatizaram com o presidente. Aproveitando isto, o partido da oposição, o PS, fez uma proposta de alteração ao projecto. Como eles tinham a minoria, corriam o risco de perder a votação no executivo. Por causa de uma questão de aritmética. O PS pediu uma reunião com os técnicos, os técnicos deram o aval à ideia que acharam que fazia sentido e a Câmara votou. No dia seguinte um dos vereadores da oposição, que se tinha passado para a oposição demitiu-se. Portanto se a eleição fosse feita no dia seguinte já não era aprovada. Só para dizer que quando fala de mediação, a mediação em que eu participo é de alguma forma demonstrar a argumentação técnica que suporta ou não suporta uma determinada decisão. E no fundo mostrar que os cidadãos sejam mais críticos, mais exigentes nessas razões técnicas. Porque essas razões são ao gosto e à vontade do autarca e com isto se gastam milhões de euros em Portugal. Porque ele acha que é assim. Não tem que dar explicações e portanto nesse sentido eu tenho trabalhado muito, no aspecto da mediação, capacitação. Perceber, insistir no ponto de vista mediático, dos blogs, etc…

Justificação deste argumento, daquele argumento. Está bem.

Diga-me governança passa por envolver ou dar responsabilidade a mais grupos…

A governança passa por ser exigente. Exigente com os níveis de governo tradicionais, e rigorosos com os novos níveis de governança, e a exigência tem que ser de parte a parte. Tem que ser do cidadão para o estado, para o governo, dos cidadãos para os níveis de governança, que não é o Estado, Estado, mas é o estado subcontratado. E do Estado para o estado subcontratado. Do governo para os vários níveis de governança. Portanto com exigência…

Co-responsabilização.

Co-responsabilização, exactamente. Se a co-responsabilização não existir, alguma coisa vai falhar.

Portanto com base nas anteriores… aqui o professor já desenvolveu… Diga-me uma coisa. Os mecanismos de diálogo que existem, acha que dão voz às pessoas que vivem na Murtosa? Aqui especificamente na Murtosa.

Não, eu acho que há mecanismos e tem sido feito um esforço da parte da autarquia para ouvir. Claro que o esforço para ouvir implica que há vontade de falar e que as pessoas são levadas a falar… aliás há uma inglesa que eu recomendo que leia, e que ela fala do diálogo autêntico. Que é Judit Ines. Judite Inês. Ela tem um livro sobre Planeamento Colaborativo em ambientes de complexidade. E ela fala do diálogo autêntico. Há pessoas que percebem o que se está a discutir e não se encontram limitadas naquilo que é o seu direito à expressão. Nesta perspectiva de diálogo autêntico eu acho que, todos os poderes locais não criam estas condições de uma forma autêntica. Eu acho que no caso da Murtosa tem sido feito um esforço nesse sentido. Há muitas apresentações públicas, há muitos debates onde as pessoas podem expressar a sua opinião e há um esforço de capacitação dos agentes. Mas esta é a minha perspectiva ao longe.

Pensando no projecto em que esteve envolvido…vocês contactaram com a Câmara, portanto com as Juntas. Havia dois grupos com que vocês contactaram… que a partir daí seriam eles que… quer dizer vocês criariam o elo… ah, já sei. A Associação dos Amigos da Ria e o Centro ambiental…

Ah, sim, sim. O que se passou com os Amigos da Ria foi… essas associações não são muito activas… o maior problema da Murtosa é que não há muitos actores. Os actores que existem são actores muito dependentes da autarquia, portanto… Portanto, aí, aí, eu diria que em teoria existem esses mecanismos, naquilo que é o meu conhecimento eu diria que eles funcionam, agora não há gente suficiente… e depois há conflitos locais. Eu diria que em Portugal esta ideia do diálogo é uma ideia que implica saber ouvir e saber falar. E portanto não impor as suas ideias e isso é algo que não vemos ali, com muita facilidade.

Este modelo que pretende dar voz a todos os actores pode contribuir para a sustentabilidade da pesca artesanal, professor?

NS/NR

Está bem. E acha que a pesca artesanal conseguirá sobreviver…

Não sei suficientemente sobre pesca…

Está bem. Diga-me só… consegue imaginar a pesca artesanal num futuro…

Eu sou adepto desta perspectiva da alimentação local. De nós valorizarmos os recursos de proximidade. E nesse ponto de vista e nesse sentido eu acho que faz todo o sentido que haja uma valorização do que é local são actividades artesanais que não são reguladas porque são de pequena dimensão. Nesse sentido eu acho que sim que faz sentido, contribui de forma sustentável. Da mesma forma que a agricultura de subsistência também contribui para as economias familiares, sobretudo num momento de crise. Agora, se calhar vão aparecer nichos diferentes. Nichos mais ligados ao lazer… Mas também vai depender muito da forma como se organizem os territórios nesta perspectiva que eu agora… a nossa Ria de Aveiro, por exemplo é uma Ria sub explorada. Do ponto de vista daquilo que é o turismo ela só tem coisas muito básicas como de comidas e … não há coisas que se vêm noutros sítios que é o turismo científico, que se explica a fauna, a flora, e que criam turismos muito especializados, não é…? Sobretudo percebido para clientes diferentes e que querem saber, e que muitas vezes não querem saber mas que se lhes for dito passam a saber e a gostar. Isto tem muito a ver com a questão da educação. Nós temos que ligar o turismo com a educação. Os passeios que nós fazemos, em que aprendemos também, não é? E que fazemos passeios para ir ver o jardim zoológico, mas também para ver a ria, mas não é a ria à distância. É ver a ria e levar qualquer coisa. Isso tudo implica uma forma de organização local que não temos.

Duração da entrevista: 1:20:18

Boa Tarde. Vamos começar a entrevista. Portanto, é sobre governança das pescas. Como já disse o guião é genérico porque estou a entrevistar pessoas de dentro e fora das pescas. Vamos começar por contar brevemente como tem sido o seu percurso profissional e como se tem relacionado com governança?

Bom, eu estudei, o primeiro curso que eu tirei foi arqueologia, em Lisboa precisamente, e acho que a minha relação com a governança foi desde que terminei, ou ainda antes de terminar, o curso, a perceber as dificuldades desta área profissional, não na empregabilidade mas no aspecto da cultura e da ciência em Portugal, e as dificuldades que atravessa. Porque a governança como são coisas que dão frutos a médio e longo prazo e quem está no exercício da governança, mal ou bem, o sistema exige-lhe resultados a curto prazo, não investimos muito nessas áreas que dão perspectivas mais a longo prazo. E comecei a ter dificuldades. Sinto que, há dias pensava e conversava com um amigo da mesma idade e temos o mesmo curso, desde que estamos no mercado de trabalho nunca ouvimos falar, nunca estivemos numa altura que não fosse de crise ao longo destes dez anos, quase. Depois, quando acabei o curso estive a trabalhar nos Açores, em arqueologia subaquática, depois voltei para cá e estive a trabalhar em Lisboa numa empresa de consultoria em ambiente, fazia a parte de património e foi aí que também comecei a fazer estudos de impacto ambiental e a contactar com as populações e a com os meus colegas biólogos e engenheiros do ambiente, geólogos também, a perceber um pouco mais essa realidade transversal da nossa sociologia. Há uma parte do estudo de impacto ambiental que é a caracterização socioeconómica, que é a parte que estuda e que escuta as pessoas que são afectadas pelo projecto em estudo. É uma pena que é uma parte em que se investe menos, e por ventura é a parte mais importante porque os projectos existem para as pessoas. E muitas coisas são aí na área das pescas, de trabalhos do âmbito de arranjos portuários ou melhorias. Fizemos também um trabalho sobre a Ria de Aveiro e que metia também a Murtosa e as pessoas da Murtosa. Depois voltei para Aveiro, comecei a trabalhar por conta própria, pouco tempo depois comecei a dar aulas e depois também meti-me nesta coisa das missões, criámos uma ONG, a ORBIS, que também me levou para outras fronteiras e me abriu muito a cabeça e o olhar, mais fora aqui da nossa arvore e um olhar mais global para a floresta que é o mundo. E hoje em dia, costumo dizer que o meu trabalho é mobilizar pessoas, quer na ORBIS, quer aqui no CUFT que é um centro universitário, a sede da ORBIS também é cá, quer na escola onde dou aulas, é um pouco por aí.

Tu dás aulas no secundário ou na universidade?

No secundário e na universidade. E estou aqui a meio tempo no CUFT, e a ORBIS é um trabalho de voluntariado.

Podes contar-me um pouco da experiência dessa tua viagem a Angola?

Angola foi a primeira missão que fiz, internacional, e se calhar foi a que me abalou mais por também ter sido a primeira. Estive já noutros países de África, também no Brasil, na parte da Amazónia e a globalização é uma história sobre economia, que já acontece aqui nas nossas localidades, só que além fronteiras. É uma questão de forças, é o mais forte por cima do mais fraco. E o desafio da globalização é meter aqui alguma justiça social no meio disto tudo. E alguma, não digo igualdade, porque a igualdade é uma coisa muito desigual, digo uma justiça social, cada um na sua parte, e não alguns, poucos com tanto, e depois a grande maioria sem nada. E não é uma questão de sucesso ou insucesso de trabalho ou de malandrice, é as vezes uma questão de extorquir ou não extorquir, ou oportunismos, porque por exemplo, em Angola o que verificamos hoje é que o país é riquíssimo em recursos naturais, e esses recursos são explorados por uma minoria que

está ligada ao governo e confunde-se o tecido empresarial com o governo. E depois o governo dá monopólio a um pequeno grupo de empresários ou de empresas, algumas até são do estado e outras são da filha do presidente, a grande maioria, e de onde é que veio aquele dinheiro todo para investirem assim? Veio de dinheiros que são públicos. Mas até aqui, muito contra esta questão do monopólio, porque a população que vive na miséria, mesmo que queira trabalhar para sair da miséria, não tem essa oportunidade porque há ali mercados que são monopolizados e que mais ninguém lá pode entrar. Então não há iniciativa, ou melhor não há possibilidade de haver iniciativa. E depois costuma-se dizer que, numa escada que se sobe o difícil é subir o primeiro degrau depois os outros, é só repetir o processo. O trabalho que há a fazer é ajudar as pessoas a subir o primeiro degrau, para depois elas poderem continuar a subir por si. E penso que esse é o desafio de Angola, e aliás de todo o mundo que vive em pobreza.

Tu consegues relacionar de alguma forma a realidade de Angola com a realidade nacional?

Consigo, os problemas sociais têm origens muito variadas mas depois têm uma consequência, ou desembocam num mar que é igual, que é a falta de oportunidade, e a estagnação. Nós estamos um pouco aí nesse ponto, isto já são ideias do âmbito político, do âmbito social e político, estas coisas misturam-se muito. Mas, por exemplo, nós estamos numa altura em que as pessoas têm um saco tão pesado às costas que não se conseguem mexer. Tenho uma opinião muito própria, que é discutível como tudo, mas estamos a sobrecarregar tanto a nossa economia com impostos que estamos a estagná-la, e ao estagnar essa economia não vamos conseguir gerar riqueza para depois pagar o que devemos. Quem nos emprestou dinheiro obriga-nos a uma série de medidas que nos vão estagnar e depois não vamos conseguir pagar esses empréstimos por causa disso. É quase como um ciclo pernicioso que se instala, porque emprestaram-nos dinheiro com as condições X e Y para depois conseguirmos voltar a devolver o dinheiro, mas não vamos conseguir porque essas condições X e Y estão-nos a prender. E era aquela questão que eu dizia, os resultados rápidos, e que não estamos a investir nas pessoas e na economia, e as pessoas vêem-se sem oportunidades. Nas pasças e na agricultura, de certeza que se nota muito isso. É que já não vale a pena lançar a rede ao mar nem cultivar a terra porque não dá para a despesa sequer. A carga fiscal ou as burocracias são tantas que as coisas estagnam. O sistema económico em que nós vivemos gira, à volta daquele símbolo de papel rectangular, que é o dinheiro, isso é o que convencionámos, que é a moeda de troca para as coisas girarem e depois é difícil arrancar. Portanto, subir o primeiro degrau é sempre difícil.

Governança tem ajudado a aproximar a política europeia das necessidades que observa? Se sim, como? Se não, porquê?

Eu noto que as nossas políticas europeias têm sido muito reféns, ou melhor, têm sido muito orientadas por razões económicas, a questão não é sociológica nem acho que tenham sido locais. A opinião como leigo e como não especialista, como cidadão que observa, é que as políticas europeias no geral têm sido muito reféns da economia e não tanto ao serviço das pessoas. Por exemplo, nós quando entrámos para a União Europeia, lembro-me do Primeiro-Ministro de então o Cavaco Silva dar subsídios para as pessoas não cultivarem, lembro-me da questão, aqui nesta região principalmente, produzia muito o leite, tinha muitas ordenhas e era uma fonte de riqueza a produção de leite, e morreu tudo por causa das quotas de produção. Também nas pescas, e isso foi terrível, a região de Aveiro sofreu bastante com a questão das quotas da pesca, a frota pesqueira de Aveiro foi muito afectada porque pagavam subsídios para se mandar os barcos abaixo. E demos cabo de uma economia que surgiu naturalmente, mas que depois por causa das

quotas e essas coisas todas, aparentemente para regular as pescas, deu cabo dessas micro economias que davam sustento aqui a muita gente. E eu penso que isso foi também uma maneira de, não sei se é uma visão pessimista, mas os países mais poderosos da U.E. resolveram de garantir que os seus produtos tinham escoamento, e que tinham venda, nem que seja preciso acabar com os outros produtores, aqui sobre uma fachada de união política ou união monetária. Muitas vezes, a Alemanha anda a cantar muito de galo, passo o termo, e a impor muitas regras mas também o sucesso económico deles deve-se aos consumidores, e nós somos esses consumidores, compramos muita coisa à Alemanha, nós e toda a Europa. A U.E. é um mercado aberto que se abriu à Alemanha, à França, a estes países industrializados mais ricos da U.E. que nós consumimos muito do que eles exportam. É um pouco pernicioso, nós tínhamos aqui riquezas que eram nossas, e que vendíamos para dentro e para fora e agora não temos, e temos uma série de problemas económicos e financeiros que depois também se reflectem na vida das pessoas por causa disso. O problema do défice é um problema de governação e de gestão, mais nada. Não é um problema maior. Uma casa que gasta mais que o que ganha tem problemas, a não ser que esse gasto seja um investimento para depois ter um retorno, e depois num olhar global acaba por ganhar mais do que o que gastou. Não somos nós que vivemos acima das nossas possibilidades, é ali uma governação, e há que separar isso. No específico das pescas eu não tenho um conhecimento aprofundado, mas do que observo e vejo noutras áreas, às vezes é um pouco, eu não quero parecer demasiado pessimista, mas às vezes o envolvimento da sociedade civil é uma coisa bonita de se dizer e de se fazer, mas no campo da decisão continua a ser, os decisores continuam a ser os mesmos. Portanto, a política da proximidade e da decisão a nível regional está mesmo a ser implementada? Estará mesmo a entrar em campo? Não sei, acho se calhar ainda não.

Na criação desta ONG, por exemplo, vocês movimentaram-se ou já houve uma dinâmica social para que se conseguisse?

Nós no nosso trabalho não dependemos de governo, nem de políticas nenhumas, nem de subsídios, nem de nada. Temos alguns trabalhos, parcerias, mas se eles acabassem amanhã a ORBIS continuava igual, deixávamos de prestar aquele serviço apenas.

Eu refiro-me ao que vocês vêem…

É usado naquilo que podemos, que é na advocacia social, é tentar mobilizar as pessoas e convence-las a mexerem-se, a não sermos tão dependentes do ‘pai Estado’ ou do ‘pai governos locais’, e a terem iniciativa própria. Mas é complicado, quer por razões culturais, quer por razões económicas, é muito complicado.

Como é que o papel que desempenha actualmente pode ajudar a melhorar a política europeia nas pescas?

Pôr as pessoas a pensar, a ter ideias e mais importante depois a executa-las.

Quais os aspectos que gostaria ver melhorar na governança europeia?

Era sobretudo isso, assim num campo muito global, deixarmos de ter tão presente aquela obsessão da economia, e dos números, e da especulação, e dos rankings e essas coisas todas, e centrar mais as políticas europeias nas pessoas, dentro dum campo muito libertário. Que a política não fosse doutrinária nem que tentasse impor um modo de vida, mas que fosse muito aberta, que desse voz às religiões, que desse voz às ideologias, que desse voz a tudo o que seja manifestações culturais, pessoais e colectivas das pessoas. E a partir daí criar condições para que as pessoas desenvolvessem comunitariamente ou individualmente o que fosse, isto implica também

abrir mais, lutar mais por condições em que os Direitos Humanos se cumpram, direitos civis, políticos, direitos económicos, direitos sociais e direitos culturais e a partir dessa base deixar as pessoas andarem. E a governação europeia devia ser sobretudo isso, ser um regulador de direitos humanos, neste sentido muito abrangente, porque depois aqui já estamos a colocar regras, direitos humanos em termos económicos. Se tivéssemos políticas de pressão à China, por exemplo, para que houvesse ordenados condignos, ou direitos humanos para os trabalhadores, seria muito mais fácil depois as nossas empresas competirem com as empresas chinesas, porque era a mesma coisa que uma equipa ter quinze jogadores e outra equipa ter só sete, que é como estamos. E se tivéssemos onze de cada lado o jogo seria mais justo. Penso que o papel da U.E. seria muito esse, regular a justiça económica, social, cultural, civil, política, etc…..

Pelas experiências que tem tido, o que pensa sobre os actuais mecanismos estabelecidos?

Na área das pescas nós não somos ouvidos, também porque o nosso trabalho é sobretudo internacional, apesar de fazermos o trabalho seja internacional ou nacional é com pessoas de cá onde estamos baseados, aproveitando essas forças locais e depois projectamos internacionalmente. Fora das pescas, noutras áreas que também trabalhamos cá, principalmente na área da advocacia social, é um pouco a relação que temos com a governação local que é muito específica e pontual, até porque não tem grandes meios, e o que fazem é, quando há alguma coisa em que eles precisam da sociedade civil contactam-nos e nós dizemos presente e colaboramos com o que podemos. Ao contrário isso também acontece com todas as limitações. Os mecanismos estabelecidos são muito de escuta e de envolvimento, mas depois na prática as coisas continuam muito…. As decisões são tomadas…..

Notas pouca capacidade de resposta?

Exacto. Não é por má vontade, é mesmo por limitação e pouca capacidade de resposta.

Pensa que têm ajudado a resolver conflitos entre grupos com diferentes interesses? Se sim, de forma?

Eu penso que sim, isto de resolver os conflitos e os interesses sim. Porque as pessoas sentam-se à mesma mesa e ao estarem, ao comunicarem já vêem que acontece o exercício. Uns têm isto a ganhar, ou têm estes interesses, outros têm outros interesses e temos de arranjar aqui um caminho ou uma solução que vá ao encontro de todos os interesses, um equilíbrio. E eu penso que é assim que se resolve os conflitos de interesses. Nesta mesa igual, e discutem o diálogo de igual para igual, entre as instituições, entre os governos locais, entre tudo. Isso penso que sim, estes mecanismos ajudam.

Pensa que têm (ou não) conseguido ajudar a melhorar condições nos locais onde vivem e trabalham as pessoas que observa/representa?

Ajudar, ajuda sempre alguma coisinha, nem que seja pelo diálogo, pelas parcerias que se fazem. Julgo é que há aqui um potencial enorme que ainda não foi aproveitado. Eu acho que nós somos muito individualistas, muito fechados em termos sociais, ainda não percebemos que aquela lógica do 2+2 às vezes é mais que 4. Quase sempre é mais que quatro. E isto, por exemplo, nos Estados Unidos ou até mesmo em África no trabalho comunitário, é muito fácil mobilizar pessoas em África ou mesmo nos Estados Unidos, as dinâmicas sociais são outras e é muito mais fácil esta organização comunitária. Em Portugal, penso que em toda a Europa, que é mais difícil, ou melhor, há ainda um potencial muito grande do trabalho de grupo, e do juntar forças que ainda há por

explorar, porque as pessoas andam ainda muito centradas nas suas necessidades e nas suas agendas. E isso não é mal nem é bem. É só uma questão de fazer perceber que se trabalharmos todos em conjunto, a minha agenda pode ser cumprida ainda melhor. Mesmo nos Estados Unidos há uma profissão que é o organizador comunitário, que aqui não existe. O Obama foi organizador comunitário muito antes num bairro de Chicago. É uma cultura de cidadania diferente. E há muito Associações de Moradores que depois dão projectos interessantíssimos, e são essas próprias associações que depois se mobilizam e constroem escolas e constroem centros de saúde. Aqui é tudo mais centrado no estado. Também por razões históricas, nós vivemos muitos anos em ditadura, e na ditadura fomos educados a estar paradinhos e quietinhos.

Mas em África há muitos países que também viveram em ditadura…

Mas é diferente. Eu estou em Angola, numa aldeia no meio do nada e é-me indiferente, não noto que estou em ditadura. É muito mais disperso. Por outro lado, agora em Angola com o desenvolvimento, nota-se mais a ditadura nos meios mais pequenos, porque as distâncias encurtaram-se, mas dantes não. Eu fui lá em 2004, não havia telemóveis, havia menos comunicação, e eu estava mais isolado a trabalhar com as pessoas onde estava. Depois voltei lá em 2008, também fui numa altura mesmo antes das eleições, e o ambiente era outro, completamente diferente, porque as distâncias são mais curtas. Também o facto de haver eleições dava ali uma tensão muito centrada naquele dia e naquele fenómeno que ia acontecer, e foi um pouco isso. A comunicação faz crescer tudo, a comunidade, a solidariedade, mas também as coisas más. Porque a comunicação é um canal, e nesse canal passa tudo, o bom e o mau.

Tu referiste há pouco aqui em Portugal nós termos tido uma ditadura e termos saído dela há relativamente pouco tempo, ou seja sermos uma democracia jovem, tu notas que a diferença está aí?

Noto muito isso, porque também nós vivemos muito à sombra da glória da revolução, fizemos uma revolução e agora somos os maiores e batemos no peito a dizermos que somos um espectáculo. Só que a vida não pára e o mundo não pára. E tivemos aqui uma geração que depois esteve na política, e que como deu muito ao país, porque nos libertou, quer receber alguma coisa disso, se calhar até inconscientemente, e por isso é que há coisas na nossa política, remunerações, e prémios, e subvenções vitalícias que são absurdas. Porque é mesmo isso, eu dei muito, e sofri muito para termos liberdade, e agora estou a ser recompensado porque vivemos isso. Acho que esta purga que estamos a ter, também com esta crise, vai-nos limpar desse festejo histórico e vamos passar à outra fase, que é temos que construir um país. E julgo que isso pode ser que nos dê aqui uma motivação, um espírito de trabalho e de construção que já está livre desses heroísmos do passado, que são muitos nobres e importantes, mas temos que construir um país. Eu penso que é mesmo isso.

Pensa que melhorar a governança passa por dar mais responsabilidade aos actores envolvidos e/ou envolver mais grupos?

Completamente. Temos que entender a governança, não como trabalho do governo, mas hoje temos que entender a governança um pouco à medida que o Stoker dizia, governança é uma rede de vários actores, em que o papel do governo é privilegiado porque ele conhece os vários actores e sabe o que é que eles podem dar, e faz a ligação entre esta rede de actores. E os actores são as empresas, são as ONGs, são as escolas, é tudo. Portanto, governança é mesmo isso, conciliar essa rede de actores, e envolve-los, e coloca-los a darem o que podem dar para o projecto global. Penso que é assim que as coisas melhoram. Governança somos nós todos. Acho que ao nível da educação, o que

se faz de promoção local, e o que se faz nesse aspecto é de louvar, só que é quase trabalho de carolice, de voluntariado, os professores nem têm horas para isso, fazem isso porque querem. Quer dizer às vezes podem ter uma ou duas horas no horário que seja destinado a esse tipo de projectos, mas isto leva mais do que duas horas por semana. A nossa educação é muito fotocópia, eu às vezes parece-me que estamos que estamos a criar fotocópias, estudantes todos iguais, porque eles vêem as mesmas coisas na televisão, têm as mesmas tendências estéticas, e de gostos de moda e depois aprendem a mesma coisa, ali estanque, e nós não temos a coragem de dar uma autonomia séria às escolas e às comunidades locais para dizerem como é que querem educar os seus filhos. Impomos um currículo muito estanque, e até difícil de cumprir os programas. Por exemplo, temos aqui a escola da ponte que é na Vila das Aves, que fazem esse caminho, mas também têm uma série de dificuldades que enfrentamos. Por exemplo, no Brasil a Corrente do Aldorf, que é assim muito mais libertária, muito mais aberta da aprendizagem pela experiência e pela riqueza cultural local, e eles desenvolvem muito a cultura, as artes e esse olhar. Nós aqui somos muito estanques, penso que a educação podia ser aqui uma catapulta, um apanhar balanço às crianças e jovens que daqui a alguns anos, menos do que o que agente imagina, porque o futuro é já ali ao virar da esquina, podiam potenciar muito estas dinâmicas regionais seja de pescas ou não pescas, tudo o que seja dinâmica social e geradora de economia, economia no sentido lato dos recursos da nossa casa. Mas não, a gente está muito fotocópia, muito produção em série e depois isso dá em pobreza de diversidade. Dar voz ás pessoas. A gente dá voz mas é só nesta área e naquela área, podes falar à vontade disto e daquilo. Mesmo arriscando deixarmos de ter essa obsessão pelo controlo, arriscarmos, olha façam para aí, sejam criativos. É claro que depois pode dar coisas boas e coisas más. É um risco. Falta-nos essa coragem. E também tem a ver com a história recente da ditadura, de sermos uma democracia muito jovem. Nós temos uma cultura muito….. Sinto isso aqui no meu trabalho, sobretudo aqui no CUFT, que precisamos quando tentamos mobilizar grupos novos, no início temos que ser muito orientadores, temos que dizer às pessoas o que elas têm que fazer, porque se não elas não fazem, não têm aquela iniciativa e a criatividade, é mais difícil. Também são jovens universitários, estão a começar e também tiveram uma educação até agora que foi sempre fazerem o que lhes diziam para fazer. Não basta agora abrir os modelos de governança e incitar à democracia, se calhar tínhamos que encaminhar as pessoas até chegarem ao ponto de poderem ser criativas e terem iniciativa. Não é só dizer: sejam criativos, porque se calhar não chega. Criar políticas para que isso possa acontecer.

Pensando em cada uma das anteriores opções, que riscos se devem ter em conta e de que responsabilidades se devem fazer acompanhar?

O risco é este, é quando nós abrimos o horizonte não sabemos o que é que isto vai dar, esse é o grande risco. Depois é o ser necessário termos coragem de arriscar, termos a coragem de não controlar, isto pode dar certo mas também pode não dar. Portanto, é como quando os investidores em acções têm que investir parte do dinheiro em acções mais seguras e de características mais conservadoras e depois em outras de mais risco, essas de mais risco são as que podem gerar mais dividendos ou então podem também ter um grande descalabro. Enquanto as outras de pequeno risco, a gente sabe gera sempre alguma coisita mas pouca. E é um pouco isto, há um risco que é, temos que abrir as pessoas ao desenvolvimento, a serem dinâmicas e a desenvolverem-se localmente, seja nas pescas, seja em que área for, mas depois também é preciso políticas de apoio a essa iniciativa e que ajudem as pessoas a progressivamente serem mais dinâmicas, mais socialmente responsáveis e socialmente interessadas. Isso é também mostrar-lhes um

pouco alguns resultados. As pessoas motivam-se muito com resultados que vão acontecendo. A grande responsabilidade é a regulação, estabelecer aqui um conjunto de princípios comuns que sejam orientadores de uma boa regulação, económica, cultural, civil, política, os cinco ramos dos direitos humanos. Depois é ter em atenção que é preciso colmatar aqui as falhas de iniciativa ou as quedas, porque sempre as há quando alguma coisa corre mal, haver sempre aqui alternativas e ajudar as forças governamentais, sejam elas locais, nacionais ou os outros actores da sociedade civil a contornar essas dificuldades quando elas acontecem e conseguir continuar a caminhar.

Sente que consegue promover (directa ou indirectamente) um melhoramento das condições de vida na pesca, na Murtosa? Se sim, em que aspectos.

Consigo promover muito pouco, ou melhor, não tanto como desejaria. O facto de fazermos alguns trabalhos de advocacia social e também algum contacto com as populações lá na Murtosa, mais ao nível da igreja, nas paróquias, trabalhar com as pessoas e mostrar-lhes outras realidades que são muito mais desgraçadas do que a nossa conseguimos inculcar nas pessoas um sentido de responsabilidade e de dever, que temos mais possibilidades, portanto, por respeito às pessoas que não têm possibilidades nenhumas temos que fazer alguma coisa por nós. Nessa medida acho que conseguimos. Alertamos as pessoas para outra realidade, que as fazem olhar para a sua própria realidade de uma maneira diferente e mexerem-se por isso. Ainda não fizemos tudo porque ainda há muito que fazer, mas esse é o pouquinho que conseguimos fazer aqui.

Vocês interagem com os bairros de pesca na Murtosa?

Não. Portanto na realidade nós entramos mais é nas paróquias e é nessa medida que trabalhamos com as pessoas que vivem nesses bairros, mas não é directamente e não é um público-alvo específico que nós tenhamos em conta. A paróquia em si, sim já tem em conta esse trabalho com esses bairros até porque a religiosidade da gente do mar é muito específica, é muito própria e é muito bonita. E a gente do mar tem uma consciência da vida que nós que não estamos tão ligados ao mar, (estou muito ligado ao mar mas não é na pesca, coloco às vezes a vida em risco mas não é assim tanto como um pescador que faz daquilo a sua vida), portanto têm a consciência da vida, e do dom da vida que é muito diferente, sabem a sorte que é viver mais um dia. E isso leva-os a encarar de maneira diferente a vida.

Acha que os mecanismos de diálogo que existem dão voz às pessoas que vivem na Murtosa?

Não tenho uma ideia clara sobre isto, mas da realidade que eu conheço que é esta, mais através deste canal que é a Igreja, penso que sim, que os mecanismos que dão voz às pessoas. Se isso depois tem consequências na prática, aí já não sei muito bem.

O que gostaria de ver desenvolvido em termos de investigação nas pescas em Aveiro?

Era acabar com esta regulação das quotas imposta pela U.E., por razões económicas e a existirem quotas elas teriam que ser por razões ambientais exclusivamente. Porque depois o grande recurso de Portugal é o mar, os políticos falam nisso, os agentes económicos falam nisso, e não o estamos a aproveitar. Acho que era muito isso, uma investigação em termos ambientais de como pescar, não é nem mais nem menos, mas pescar melhor. E que esse recurso não se esgote. Há um exemplo, que é aqui na Ria muito característico, que são os apanhadores da amêijoa, que apanham a amêijoa com o escafandro, com garrafa e é proibido apanhar seres vivos com garrafa de mergulho, só é permitida a pesca por apneia, porque por mergulho é carne para canhão. Então a

amêijoa era dinheiro muito fácil e houve muita gente que começou a apanhar a amêijoa ilegalmente com garrafa de mergulho, e facilmente apanhavam dois sacos de amêijoa que vendiam para os restaurantes e por dia, a trabalhar duas horas por dia, dois mergulhos, faziam muito dinheiro. Só que foi uma apanha tão intensiva que acabou com a amêijoa na ria.

Aí notaste ausência de regulação?

Havia regulação, só que as pessoas estavam a fazer uma coisa que era ilegal, e sem se aperceberem… Uma vez perguntei a um senhor: a amêijoa que é mais pequenina porque é que a apanham, porque é que não a deixa ficar para ela crescer? E ele disse-me: se não apanhar eu vem outro atrás e apanha-a ele, não é? E acabaram, eles próprios, com o seu recurso, com a sua fonte de riqueza, por causa disso. Portanto eu acho que devia de haver regulação e legislação para as pescas no geral, exclusivamente por questões ambientais e de sustentabilidade. Aquele caso não é o caso porque aquilo era mesmo proibido, era uma actividade ilegal. Dei o exemplo para se perceber.

Tu notas um grande conflito aqui em torno da apanha da amêijoa com mergulho?

Agora já não existe tanto porque eles têm apanhado mexilhão, sobretudo. Existem alguns viveiros de amêijoa, mas esses são legais, e são concessões que a Administração do Porto de Aveiro faz concessões dos viveiros. Às vezes os mergulhadores vão aos viveiros e tentam apanhar, mas também o dono do viveiro anda sempre mais ou menos atento. Mas não há assim um grande conflito, nem é às claras, porque é uma actividade ilegal.

Mas em aspectos sociais tens uma opinião em relação ao que vês, à realidade aqui em Aveiro, à pesca local, à pesca desportiva, a interacção entre as pessoas, vivendo aqui, como cidadão?

Eu penso que não, não haverá conflito. O único conflito que há é, por exemplo às vezes na pesca desportiva, em que as pessoas são um pouco intolerantes, porque pescam em canais de navegação, depois as pessoas precisam de passar com o barco ou até mesmo às vezes em regatas que há, desportivas, de vela ou qualquer coisa, em que eles têm a linha e são obrigados a tirar a linha porque é um canal de navegação, não é um sitio de pesca. E às vezes é preciso mesmo a Polícia Marítima ir à frente do pelotão. Agora entre pescadores não noto que haja. Há uma grande solidariedade até, isso noto, que as pessoas que andam no mar são muito solidárias entre si, porque hoje precisas tu porque tiveste um azar no teu barco e eu ajudo-te, e amanhã posso ser eu a precisar. Há muito essa solidariedade por questões de sobrevivência. É próprio da gente do mar essa solidariedade, esse tomar conta uns dos outros.

Áreas de investigação aqui em Aveiro, estando na universidade, que tu notasses mais necessidade de investimento para além de arqueologia?

Em arqueologia aqui não há investimento, e a ria é riquíssima em termos de arqueologia. É uma fonte de riqueza, e não é caça ao tesouro, apanhar as coisas para as vender. É o potencial turístico e cultural que temos aqui e não é aproveitado. Isso é gerador de riqueza e até de lucro financeiro através do turismo, etc. mas não é aproveitado. Porque também os agentes políticos como não vêem o potencial que isso tem ou também não têm capacidade financeira para investir na área. Em termos de pescas, aqui na universidade há uma licenciatura que é especializada em oceanografia, a física que tem um ramo de oceanografia, aqui o departamento de ambiente também tem bastantes projectos nessa área das pescas e dos recursos naturais aquáticos. Também não estou assim muito a par do que é que se faz.

Este modelo de governança, que pretende dar voz a todos os intervenientes, pode contribuir para a sustentabilidade da pesca artesanal?

Pode. Poder pode, é preciso implementá-la como deve ser, porque dar voz não basta. É preciso depois haver consequências. É preciso que o que as pessoas dizem, pensam e acham seja implementado e é um pouco, o que nós estamos é que há voz, há ideias, as pessoas são livres de dar opinião mas depois não há implementação. É isso que falta, portanto pode dar com certeza, é preciso é mais.

Acha que a pesca artesanal conseguirá sobreviver no actual contexto da actividade das pescas na Europa?

Eu penso que sim, que tem possibilidades porque, é como disse a bocado, nós estamos a viver um tempo de purga, tudo o que é supérfluo e muito do que é necessário está-se a ir embora. E acredito que depois da tempestade que a coisa estabilize e venha a bonança, e algumas das coisas que foram artificialmente destruídas que vão voltar. Portanto, eu acredito que, lá está nós vivemos numa sociedade de capital, portanto assim que a pesca artesanal encontre um nicho onde possa ser uma mais-valia em termos financeiros, em termos de capital, penso que pode voltar a surgir e a ter força.

Duração da entrevista: 1:00:49

Olá.

Olá.

Vamos começar. Começa por contar-me, de forma breve, o teu percurso profissional, como se tem relacionado com governança… Tudo o que quiseres contar, claro…

Está bem, sim, sim. Portanto, o meu percurso profissional, portanto eu sou bióloga marinha, e depois de ter feito a licenciatura fiz um Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais na Holanda. Quando voltei para Portugal tive a ocasião de trabalhar num projecto de investigação que era sobre a criação de Áreas Marinhas Protegidas em Moçambique, Tanzânia e África do Sul e as componentes em que eu trabalhei eram essencialmente de socioeconomia e da governança, portanto pus a biologia de lado e foquei-me nessas questões, porque tem muito mais a ver com as políticas, e como é que se faz as coisas, e com as dimensões humanas da conservação do meio marinho. Depois disso, pegando nesse trabalho do projecto, comecei a desenvolver a tese de doutoramento, que era exactamente sobre Governança de Áreas Marinhas Protegidas. Agora, governança é uma palavra que dá para muita coisa, diferentes pessoas têm diferentes entendimentos do que é que governança significa. No meu trabalho, o entendimento de governança tem a ver com a forma como são tomadas as decisões relativamente ao uso dos recursos ou à conservação dos mesmos, portanto, e que factores é que são tidos em conta, e que factores é que devem ser tidos em conta. Isto assim numa coisa muito geral. Actualmente, o trabalho que eu desenvolvo profissionalmente e também a nível do voluntariado, que eu tenho para a Liga para a Protecção da Natureza, onde sou coordenadora do Grupo Oceanos, e também com o Gonçalo Carvalho, partilhamos os dois, a coordenação da PONG Pesca. Portanto, profissionalmente, é este trabalho que eu tenho na Comissão Oceanográfica Intersectorial, que tem muito a ver com lidar com diferentes instituições, emitir pareceres, é um trabalho muito mais operacional, não é investigação académica. Mas da parte do voluntariado, há uma série de coisas que nos interessam, não são necessariamente governança mas muito do trabalho que eu já fiz em governança ou sobre gestão e planeamento da conservação do meio marinho é de facto perceber a dimensão humana. Isto porquê? Porque, e a governança tem essencialmente a ver com a dimensão humana, porque na conservação do meio marinho, aquilo que nós estamos preocupados é em proteger a biodiversidade através da gestão dos comportamentos humanos, não é através da biodiversidade. Ninguém vai dizer, agora o peixe vem para este lado e os golfinhos para aquele, ninguém diz isso. O que diz é o que é que as pessoas podem fazer, o que é que as pessoas não podem fazer. E perceber este lado, esta dimensão humana da conservação é muito essencial para o trabalho que eu faço actualmente voluntária do Grupo Oceanos e na PONG Pesca.

Está bem. Diz-me então, achas que governança tem ajudado a aproximar a política europeia das necessidades que observas? Se sim, como? Se não, porquê?

Eu faço aqui a minha interpretação do que é governança. Eu não acho que tenha tido um papel assim muito preponderante, o que eu acho que tem acontecido, é uma série de coisas que eram definidas, como a importância da participação do público, e de integrar outras opiniões agora têm a etiqueta de governança. Portanto, actualmente a governança é usada como uma nova etiqueta para ver as coisas. Neste sentido da política europeia ser aproximada das necessidades que eu entendo que são as necessidades das pessoas, também a nível da conservação do meio ambiente, não posso dizer…. Governança é uma nova forma de etiquetar um conceito. É um bocadinho como o Desenvolvimento

Sustentável, a partir de 1987, com o Relatório Our Common Future da Comissão Brundtland, começou-se a falar de Desenvolvimento Sustentável. Mas aquilo que se entende como desenvolvimento sustentável já estava disperso com outros conceitos que depois foram agregados nessa ideia. Portanto aquilo que a gente fala de governança tem uma série de conceitos implícitos que já existiam, mas depois começou a haver uma etiqueta que é a governança que açambarca aí uma série de coisas que no fundo não são novas.

Como é que o papel que desempenha actualmente pode ajudar a melhorar a política europeia nas pescas?

Bem, eu acho que as ONGs do ambiente têm um papel importantíssimo a desempenhar na política europeia das pescas e também a nível nacional, nas questões nacionais. É obvio que as ONGs têm chamado muito a atenção para o importante que é preservar a base física da actividade económica que são as pescas. E essa base física são os stocks de pesca, mas também todo o ambiente marinho, todos os habitats e todas as outras espécies que não têm interesse, que são essenciais para manter uma cadeia alimentar saudável. E eu acho que nesse âmbito as ONGs de ambiente que normalmente se designa por ONGAS têm desempenhado um papel fundamental em puxar, de facto, muito mais um enfoque ambiental para a política comum de pescas. E de facto, a Comissão Europeia, com a proposta que fez em Julho para a nova Política Comum de Pescas tem uma série de aspectos muito interessantes relacionados com a questão da sustentabilidade das pescas. Alguns, fica a sensação que são simplesmente para agradar aos ambientalistas sem depois se especificar como é que se vai fazer, por exemplo, a questão de acabar com as rejeições, é difícil. Há umas semanas houve uma sessão na Sociedade de Geografia de Lisboa sobre a Política Comum de Pescas, uma das intervenientes era a professora Margarida Castro da universidade do Algarve, ela é bióloga, e eu nunca tinha pensado nisso, mas quando ela falou nisso, de facto fiquei a pensar, porque as rejeições têm diferentes origens. Tu tens rejeições porque o peixe que vem na rede é abaixo do tamanho mínimo, tu tens rejeições porque até se pode pescar aquilo, mas depois chegas a terra e não tem valor comercial suficiente, e não compensa aos pescadores estar a trazer aquilo para terra e gastar combustível e há mais outras duas, pelo menos, que ela tinha mencionado. Há diferentes origens das rejeições e não se resolvem todas dizendo agora todo o peixe se traz para terra. Por exemplo, pode não fazer muito sentido estar a trazer peixe para terra abaixo do tamanho mínimo, se calhar o que fazia sentido era ter artes de pesca que sejam mais selectivas para não trazer abaixo desse tamanho mínimo.

E como ONG consegues chamar a atenção?

Eu acho que, entre aquilo que nós sabemos e a capacidade que nós temos de intervir, vai uma grande distância e ainda vai uma outra distância entre a nossa capacidade de intervenção e reflectir-se de facto em mudanças concretas, mudanças políticas concretas. Eu acho que a constituição da PONG Pesca foi um passo importante, que foi as ONGs de ambiente portuguesas todas se associarem para actuarem conjuntamente nesta questão da nova política comum de pescas. Porque estarmos cada um a trabalhar para seu lado era muito difícil até porque as ONGs em Portugal não têm a dimensão, em número de pessoas a trabalhar, em associados, expressão política também que permita que esteja cada uma a trabalhar por si. Não somos nenhuma WWF ou nenhuma Greenpeace, nem nada disso. Portanto, eu acho que ter-se constituído a PONG Pesca foi, sem dúvida, um passo importante. E de facto foi tão importante que nós recentemente tivemos uma reunião com o Secretário de Estado do Mar, que nos disse que teria muito interesse em sentar-nos à mesma mesa com o sector da pesca, não seria

para já, que eventualmente teria primeiro reuniões separadamente com cada um dos grupos, mas que no futuro gostava de conversar destas coisas das pescas com todos sentados à mesma mesa. Acho que este é um sinal importante, não creio que seja uma expressão da nossa actividade, acho que é uma sensibilidade particular que este secretário de estado tem, não vou dizer: ah foi uma grande conquista nossa porque conseguimos convencê-lo, não, foi ele, por livre iniciativa, que nos disse isso. Mas eu acho que para nós é uma abertura importante que nos permite por o pé na porta, e conseguir ter uma frestazinha para começar a trabalhar.

E em relação à Europa, vocês por exemplo, conseguem interagir com os CCRs? Achas que conseguem expressar a vossa opinião? No Livro Verde surge a figura das ONGs. A questão é: está lá representada a opinião da PONG Pesca?

Da PONG Pesca concretamente não, porque a PONGPESCA não é uma entidade do ponto de vista legal, não tem personalidade jurídica, é simplesmente uma plataforma informal de ONGs. Um bocadinho como a Fileira do Pescado, eles não têm assistência legal, também são como nós, sentaram-se à mesma mesa. Nós tivemos uma reunião com eles no início do ano e foi o que eles nos disseram. Chegamos à conclusão que éramos homólogos.

Entre as cinco ONGs que estão na PONG Pesca interagem bastante?

Sim, claro, vamos ter uma reunião para a semana, vão lá estar todas as ONGs representadas. Sobre o CCR, a LPN tem tido, é membro do CCR, para aí, desde 2007, teve no início uma pessoa que representava a LPN, mas depois não foi possível continuar essa representação, mas agora desde Julho que a LPN é Membro do Comité executivo do CCR Sul. Participámos e agora estamos a reforçar a nossa presença, tentando ter sempre uma pessoa a ir às reuniões, pode não ser sempre a mesma pessoa mas vamos rodando entre nós. Tivemos uma primeira reunião, tal como pertencemos ao EXCOM, que é o Conselho Executivo, também pertencemos ao Grupo de Trabalho das Pescas Artesanais, houve uma reunião adoc desse grupo de trabalho a 31 de Agosto cá em Lisboa, que eu soube na véspera e fui a correr, e há uma reunião para a semana em que também vou representar a LPN. Depois há-de haver uma outra reunião do excom no final de Novembro, talvez vá outra pessoa representar. Nós temos agora um grupo pequeno que vai rodando, porque somos todos voluntários e nem toda a gente tem disponibilidade para estar a meter um dia de férias, que é aquilo que eu vou ter que fazer para a semana, para ir a Paris a uma reunião. Nós estamos agora a tentar reforçar a nossa participação no CCR. Eu só estive naquela reunião, é difícil avaliar, agora vou ver como é que corre esta para tentar perceber melhor como é que correm as coisas.

Quais os aspectos que gostaria ver melhorar na governança europeia?

Gostava que o aconselhamento científico do ICES fosse vinculativo, que não fosse meramente uma indicação técnica que depois é negociada em conselho europeu de ministros das pescas antes do Natal, depois é um regateio, cada um a tentar puxar a brasa à sua sardinha, o que se percebe. Outras coisas que eu gostava de ver melhoradas na governança das pescas, estava a pensar na questão das ITQs. Gostava que fosse dado um papel muito importante às pescas artesanais, de baixo impacto ambiental. Nem toda a pesca artesanal é de baixo impacto ambiental, algumas danificam bastante os fundos marinhos, como os rapas e as ganchorras. Manter as doze milhas para todos os Estados Membros é importantíssimo, então para Portugal é importantíssimo. A maior parte da pesca em Portugal, como a plataforma continental é muito estreita, a maior parte da pesca para nós faz-se a curta distância da costa, portanto é muito importante manter essas doze milhas. Agora eu acho que há uma grande concentração seja nas três milhas,

mas continua tudo a ser mar territorial até às doze milhas. Acho que é daquelas coisas que eu acho que não se vai alterar porque a maior parte… Essa excepção mantém-se há muitos anos na Política Comum de Pescas, da reserva das doze milhas para os Estados Membros, para os estados costeiros. Mas acho que nunca se vai alterar porque nenhum Estado tem interesse em abrir as suas águas aos outros barcos, completamente. Relativamente às Áreas Marinhas Protegidas, ao contrário do que poderia esperar de uma bióloga marinha que fez doutoramento sobre áreas marinhas protegidas, são uma ferramenta importante da biodiversidade, em condições muito concretas, conseguem ser também uma ferramenta de gestão das pescas, mas não são a única e não são necessariamente a melhor. Acho que há uma série de outras ferramentas daquilo que se chama gestão de pescas convencional, que podem perfeitamente diminuir o impacto ambiental das pescas, agora, não acho que as áreas marinhas protegidas sejam uma panaceia para resolver os problemas de gestão das pescas. Para mim as Áreas Marinhas Protegidas… é preciso muita cautela com o tipo de 'advocacy' que se faz das Áreas Marinhas Protegidas e acho que isso tem sido um erro de muitos biólogos bem intencionados que tentam promover as Áreas Marinhas Protegidas. Como sabem que vão encontrar resistência por parte dos pescadores, vendem-nas como presentes em benefício para a pesca, o que não é verdade, não trazem benefícios para a pesca.

Tens noção dos riscos das áreas marinhas? Consegues dizer-me alguns?

Sim, uma coisa que acontece numa Área Marinha Protegida, uma das coisas que é muito comum acontecer, e não é só em Portugal, também por causa do Parque Marinho Luís Saldanha na Arrábida, tendem um bocado a achar: ah isto não está a funcionar bem, vamos acabar com a área marinha protegida. Não está a funcionar bem para as pescas, está a funcionar bem para a biodiversidade, o problema é que o que foi dito no inicio é que isto ia funcionar bem para a biodiversidade e para as pescas, e que ia melhorar os stocks de pescas e o rendimento da pesca, eu acho que até melhorou, mas para aquilo que foi vendido e para a exclusão que provocou, pescadores que sempre pescaram naquela área e agora não podem pescar, ou agora não podem pescar com determinadas artes, ou não podem fazer determinadas coisas, obviamente que as pessoas se sentem prejudicadas. O erro aí foi dizer que isto ia ser muito bom e que isto trás grandes benefícios, não trás. Há que ser honesto e dizer, tem estas vantagens, tem estas desvantagens, isto é criado para protecção da biodiversidade, achamos que pode ter algumas vantagens muito concretas para as pescas, mas não tem mais do que isto. Portanto, não vender ilusões, acho que isto é uma questão fundamental quando se tenta fazer promoção de Áreas Marinhas Protegidas, não vender ilusões. Porque depois corre mal, eu digo isto, corre mal para toda a gente, para quem tem que gerir uma área marinha protegida, para os pescadores, para os próprios profissionais biólogos que estão interessados em fazer promoção da conservação da biodiversidade marinha. Depois dá origem a conflitos como aqueles que se conhecem no Parque Marinho Luís Saldanha. É como qualquer outra ferramenta, tem vantagens e desvantagens e nós temos que saber o que é que uma ferramenta faz e o que é que não faz. Estar a vender uma coisa como fazendo algo que não faz, é levar as pessoas a um engano. Não estou a dizer que as pessoas foram enganadas mas acho que ouve muito boas intenções e que depois a coisa não correu muito bem.

Pelas experiências que tem tido, o que pensa sobre os actuais mecanismos estabelecidos?

Um mecanismo que eu acho que foi um projecto muito interessante de diálogo, e que tem muito a ver com as pescas, não só, foi o projecto MARGOV. Eu não conheço o projecto por inteiro, conheço algumas pessoas que trabalham no projecto, e daquilo que

eu vejo mesmo alguns pescadores que eu conheço, de facto aquilo teve um avanço importante. E isso contribuiu bastante, de pôr diferentes pessoas, e diferentes instituições a falar umas com as outras, mas isso foi uma iniciativa pioneira e veio do meio académico. Não sei que repercussão vai ter a nível político. Aliás eu estive num workshop que eles organizaram em Sesimbra há umas três ou quatro semanas, em que se falou exactamente dessa questão que é: o projecto chegou ao fim e agora o que é que se faz? Porque todas as estruturas da administração pública que eram os pressupostos de todo o projecto desapareceram com esta remodelação governamental, com o governo, houve uma série de alterações, fusão, alterações muito substanciais, que na altura foi isso que se falou, isto pode se ver como um problema mas também é uma oportunidade, porque com a mudança é possível introduzir novas ideias, não sei o que é que virá daí. Sobre mecanismos estabelecidos, nós na LPN não temos um grande historial, e mesmo na PONG Pesca, de conseguir influenciar decisões políticas relativamente às pescas. Aliás um dos problemas que eu acho que há em Portugal é exactamente, por exemplo, isto relativamente às pescas dentro das Áreas Marinhas Protegidas, é a legislação de pescas que é aprovada pelo antigo Ministério da Agricultura e Pescas, era aplicável dentro das Áreas Marinhas Protegidas mas não chegava ao Ministério do Ambiente. Portanto o Ministério do Ambiente não tinha uma palavra a dizer sobre a legislação das pescas que era aplicável dentro das Áreas Marinhas Protegidas, isto é inacreditável, porque há grandes incompatibilidades e grandes dificuldades. Eu não conheço bem quais são os mecanismos estabelecidos para…. Eu acho que mecanismos de consulta têm sido as avaliações de impacto ambiental.

Pensa que têm ajudado a resolver conflitos entre grupos com diferentes interesses? Se sim, de forma?

Nunca fui a reuniões com o sector, a LPN tem tentado desenvolver um projecto com uma associação de armadores da pesca artesanal em Sesimbra, mas que ainda não arrancou, já levamos dez meses a tentar, quer dizer dez meses não porque houve um trabalho de preparação substancial, mas agora a coisa está um bocadinho encalhada e é preciso arrancar. Isso é uma coisa interessante, nunca houve, nós somos ONGA eles são pescadores, mas nunca houve aquela latência de desconfiança mutua e de: estes ambientalistas malucos querem é proteger os passarinhos e os peixinhos, não, nunca houve coisa dessas. Nós tínhamos uma solução muito concreta para um problema deles, e que também tem benefícios ambientais, agora falta eles fazerem alguma coisa. Mas não há propriamente conflitos, agora o que há é, e eu acho que é a outro nível, eu acho que no CCR se calhar é mais visível pelo menos na reunião em que eu estive, aí em que a experiência das pessoas do sector da pesca é maior, já andam nestas lides políticas há mais tempo, e já viram muita coisa passar, aí há uma grande desconfiança em relação às ONGs de ambiente, sem dúvida. E há um grande desconforto, eu acho que há, foi só uma vez que eu lá estive mas já noutros sítios também tinha ouvido falar nisso, não só relativamente a este CCR mas a outros CCRs, de facto não há muita vontade de trabalhar com as ONGs de ambiente. Eu percebo, porque algumas posições que são tomadas são um bocadinho irrealistas e que às vezes demonstram um desconhecimento da realidade, não estou a dizer que eu vou saber muito mais da realidade do que outras ONGs de outros sítios, mas há um esforço pelo menos da parte da LPN que é: não emitir juízos de valor sem conhecer as situações. Exactamente por isso, porque estamos a credibilizar-nos, a nós interessa-nos muito a cooperação, e colaboração, e arranjar pontos de entendimento comuns para construir um trabalho com outros sectores. Não nos interessa estar a criar grandes conflitos, e obviamente que as coisas se fazem discutindo, tem que haver diferenças de opiniões para se construir uma base de

entendimento, mas não estamos numa de antagonizar ninguém. Há uma coisa que eu gostava de dizer sobre a LPN que é, nós temos um entendimento das pescas como sendo uma actividade económica necessária e desejável, mas como todas as actividades económicas tem que ter um enquadramento, e principalmente sendo tão dependente de recursos naturais, tem que ter um enquadramento de sustentabilidade muito diferente do que outras actividades económicas. Há uma coisa que agente costuma dizer que é, os pescadores dizem: ah não há peixe sem pescadores, e agente diz: mas também não há pescadores sem peixe. Acho que nunca tive uma situação como essa, não foi haver conflito e tentar resolver o conflito, quando em Junho a LPN foi a uma reunião em Sesimbra com vários pescadores desta associação, porque para este projecto nós tínhamos o apoio da direcção da associação, mas desta vez ia ser uma reunião com os membros, os sócios da associação. Depois de nós termos feito a nossa exposição e termos mostrado os nossos argumentos, porque era importante eles entrarem no projecto, aquilo que traria, as dificuldades que também haveria, porque é um bocado como as Áreas Marinhas Protegidas, não estamos aqui a vender ilusões. O nosso projecto é um projecto interessante, mas também é preciso trabalho. O que aconteceu foi que houve uma série de resistências dos próprios pescadores, que foram em parte combatidas por aquilo que nós fomos dizendo, mas também combatidas pela própria direcção da associação. Eu acho que foi mais interessante como nós, e não foi uma coisa combinada, articulada, mas como temos diferentes papéis porque nós somos a ONGA e eles é que são direcção da associação, apresentando diferentes argumentos, conseguimos ir rebatendo as várias resistências, às vezes ridículas que havia a este projecto. É difícil que nós sejamos moderadores de conflitos quando muitas vezes os conflitos são entre nós e outros, portanto é difícil ser juiz em causa própria. E há outra questão que é as vezes também há conflitos entre a malta da pesca artesanal e da pesca industrial, bem eu nunca estive numa situação dessas, mas imagino que talvez houvesse um espaço, é possível que haja um espaço para uma ONGA poder de alguma maneira tentar amenizar um conflito entre pesca artesanal e pesca industrial. Talvez, mas isto é especulação.

Em relação agora aos mecanismos, tu imaginas há vinte anos atrás a existência de uma reunião destas?

Vou ser muito pragmática, eu acho que a gente não pode ver a evolução do que é a governança separadamente daquilo que é a sociedade portuguesa, e a sociedade portuguesa aquilo que era há vinte ou trinta anos e aquilo que é hoje é muito diferente. Há uma diferença brutal a nível dos comportamentos das pessoas que se nota simplesmente por uma coisa muito simples, o nível educacional das pessoas, a educação formal. Eu vivi alguns anos fora do país, entre 2003 e 2004 estive fora dois anos, depois nos últimos dois anos e meio, três anos também estive fora, mas de cada vez que eu vinha a Portugal notava diferenças na maneira como as pessoas se comportam e para melhor, notava diferença. Portanto, eu acho que nesse aspecto isso nota-se actualmente nalgum discurso, nalguns dirigentes de associações de pescadores, nota-se que há uma mudança de mentalidade, que há uma óptica de tentar colaborar, não estamos aqui a competir, ou não estamos aqui todos em guerra uns com os outros, não, estamos à procura se soluções comuns. Isso acho que noto, não sei especificamente como é que era a questão da governança das pescas há vinte anos mas eu noto isso na sociedade em geral, imagino que aí também tenha havido alterações. E se há vinte anos, obviamente se calhar seria impensável que houvesse um Secretário de Estado a dizer, eu quero sentar à mesma mesa ONGs de ambiente e a malta das pescas, agora já não é assim tão impensável. A gente pensa OK é uma boa ideia, faz sentido, é uma inovação mas não é

assim tão impensável quanto isso, pelo menos para quem acompanha estes desenvolvimentos e vê aquilo que também já se passa lá fora.

Pensa que têm (ou não) conseguido ajudar a melhorar condições nos locais onde vivem e trabalham as pessoas que observa/representa?

Eu não sei se consigo responder muito bem, mas aquilo que eu acho é que algumas melhorias nas condições nos locais onde as pessoas vivem e trabalham…. Eu acho que tem havido melhorias na forma, isto liga com outras discussões mais gerais e quase metafísicas que é da representatividade da democracia e de como as pessoas se sentem representadas, e até que medida são auscultadas ou não, e em que medida é que as auscultações que são feitas às pessoas depois são reflectidas nas decisões políticas ou não. Eu acho que também tem havido uma melhoria, às vezes nem sempre no sentido que as pessoas desejavam, às vezes também há tomadas de decisão, e nas pescas tem havido algumas queixas que eu já tenho ouvido de a regulamentação que foi feita das pescas, medidas técnicas, ser completamente desligada da realidade. Isso aconteceu, não sei se foi este ano se foi no ano passado, com a Área Marinha Protegida, e a apanha de percebes, acho eu, ali no Parque do Sudoeste Alentejano da Costa Vicentina, e mesmo outras regras, havia outras regras definidas pelo Ministério da Agricultura e Pescas, de desenvolvimento rural que não faziam sentido nenhum. E eu lembro-me de ter visto algumas notícias on-line e os pescadores a queixarem-se: mas isto não faz sentido nenhum porque isto também nunca se fez assim, porque é que estão a dizer que é proibido fazer assim? Eu acho que há, às vezes, uma fixação naquela coisa de que os técnicos é que sabem, e há pouco esforço de tentar fazer uma maior ligação com as comunidades, a figura do extencionista das pescas, por exemplo, ou mesmo de outras áreas. Haver um esforço para tentar falar com as pessoas que também sabem e que são quem utiliza os recursos. Isso não quer dizer que se tenha que fazer tudo à vontade dessas pessoas, mas haver uma abertura para ao menos tentar aprender alguma coisa com elas. Deixa-me voltar atrás a esta parte da governança na Europa para dizer uma coisa que eu acho que é um problema na Política Comum de Pescas que é, parece que é desenhada apenas em países do norte da Europa, e os países do norte da Europa têm umas pescas muito pouco complexas, porquê? Porque no norte da Europa as águas são mais frias e não tens tanta diversidade de peixe, portanto, os barcos apanham maia dúzia de espécies, há barcos inteiramente dedicados a uma só espécie. Tens uma pesca industrial muito mais desenvolvida e com poucas espécies. E Portugal que está muito mais a sul, isto até do ponto de vista da biologia das espécies de peixe é importante que é, Portugal está muito mais a sul e o que é que acontece, Portugal apanha o limite norte de distribuição de espécies de águas tropicais e semi-tropicais, e apanha o limite sul de distribuição de espécies que são mais abundantes mais a norte, ou seja tem ali um "overlap" de espécies dos dois tipos de ambiente, portanto, tem muito mais diversidade. Acontece também, acaba por haver uma maior diversidade de artes de pesca, tanto que a nível da nossa pesca artesanal, tu tens pescadores que têm várias licenças consoante a arte, e que vão utilizando essas licenças de diferentes maneiras ao longo do ano. Há alturas em que usam mais uma licença, noutras em que usam mais outra porque sabem os ciclos. Isto é ao longo da costa toda, sabem que há uma altura do ano em que rende pescar com covos e há outra que é mais com armadilhas, isto vai variando muito. E muitas vezes as regras que são impostas a nível da Comissão Europeia para gestão das pescas, que são aplicadas em Portugal não têm em conta que os países do sul da Europa têm umas pescas absolutamente diferentes das do norte da Europa. Eu acho que isso é um problema grave que é, não haver esta noção da própria Comissão Europeia de como é que as coisas funcionam noutros países sem ser aqueles países ali do centro da

Europa. Porque, se a gente não perceber bem a variabilidade e a variedade da base física da actividade económica da pesca, a gente também não percebe porque é que são adoptadas diferentes estratégias aqui e diferentes estratégias noutros países da Europa. Acho que perceber a dimensão ambiental, como é que esta varia de sítio para sítio, ajuda-nos a perceber como varia a dimensão socioeconómica e as estratégias de pesca. E aí, conhecendo esses dois aspectos, já é possível definir então quais é que são as ferramentas de gestão que se aplicam melhor e em que situações. Não se pode é ter uma ferramenta de gestão que se aplica de igual modo da Suécia a Portugal, porque são ambientes, mesmo do ponto de vista físico e socioeconómico, são completamente diferentes.

Pensa que melhorar a governança passa por dar mais responsabilidade aos actores envolvidos e/ou envolver mais grupos?

Começando pelo número de grupos…. Os consumidores. Eu, isso acho que era importante, porque agora fala-se muito da questão do consumo sustentável de pescado, fala-se também da traceability, saber aonde exactamente é que o peixe que estás a comprar para comer de onde é que ele veio, e eu acho que isso era muito importante. Eu acho que as ONGs da parte ambiental, a parte do consumo, a indústria conserveira, há uma parte que eu não sei se está representada que é a dos retalhistas do comércio de pescado, eu até espero que não estejam, porque acho que um dos problemas da pesca artesanal portuguesa é, de facto, o intermediário que baixa muito o preço ao pescador e vende muito caro ao consumidor. A primeira venda em lota faz sentido como forma de controlo do pescado capturado, ou seja, o peixe é um bem público, pertence ao Estado, pertence a nós todos, e os pescadores mediante uma licença têm autorização para ir apanhar esse bem público que é de nós todos e vendê-lo em lota. A forma de o Estado saber quantas licenças é que podem continuar a emitir, é de saber quanto peixe está a ser tirado, e a melhor forma é a primeira venda em lota. Não vais ter um fiscal dentro de cada barco a contar, a fazer um tracinho por cada peixe que entra a bordo. A melhor forma é ter a primeira venda em lota. O que eu acho que é problemático na primeira venda em lota é o leilão decrescente, há que separar as coisas e às vezes as pessoas dizem: ah, isto a culpa é da DOCAPESCA, não, a DOCAPESCA é uma empresa pública que tem como função a prestação de serviços para que ocorra a primeira venda em lota, a primeira venda em lota ser em leilão decrescente é uma questão separada. Na minha opinião o problema está com o leilão decrescente, o que é que acontece, empurra o preço para baixo. Há uma medida de formação do preço que tenta evitar isso, que é, a base de licitação de um dia é 20% superior ao preço de venda do dia anterior, para tentar… Imagina, se ontem a sardinha foi vendida na lota, na primeira venda a 1 Euro, o preço de venda final, hoje a base de licitação começa em 1 Euro e 20, mas depois pode descer e pode descer mais. O que é que acontece, a descida do preço é superior àquele aumento diário de 20%, agente tem o preço sempre a descer, e de facto, aquilo que tem acontecido nos últimos anos, – há um relatório muito interessante feito exactamente sobre o sistema de primeira venda. Foi um relatório encomendado pela DOCAPESCA que diz isso mesmo –, que o preço médio de venda do pescado em lota, tem diminuído nos últimos cinco ou dez anos, acho que era cinco anos. O que é que acontece, quem ganha é o intermediário, porque compram o peixe mais barato, fazem vinte quilómetros e acrescentam-lhe 2 ou 3 Euros por quilo. Sem haver, de facto, um acrescento de valor a não ser terem andado 20 quilómetros. A gente pode dizer, OK uma viatura com frio e o combustível, mas de facto não há mais nada. E a fuga à lota é uma coisa brutal. Outra coisa que a Margarida Castro mencionou lá na Sociedade de Geografia de Lisboa é que acho que tinha tido um aluno de mestrado a fazer um trabalho só sobre o polvo ali no

Algarve, e que tinha chegado à conclusão, - é obvio que isto varia muito de espécie para espécie, nas espécies muito mais valorizadas a fuga à lota então é brutal porque o pescador quando vende em lota tem que pagar uma percentagem à DOCAPESCA, tem que pagar a segurança social -, e então, tinha chegado à conclusão que a fuga à lota tinha chegado quase aos 90%. Ora se tu tens uma fuga à lota de quase 90%, e se a maior parte da investigação que é feita é com base no peso descarregado em lota, se tu não sabes que há outros 90% todos aqueles dados que tu tens não são fiáveis.

Mas achas que esse seria um motivo para que não estivesse representado esse grupo, por exemplo?

Os intermediários, eu acho que não. Eu acho que é importante envolve-los, agora eu acho que nós temos que ter em conta quais são os objectivos que se quer do sistema. E eu acho que o sistema de primeira venda e o sistema de comercialização de peixe deve privilegiar a melhoria das condições da remuneração dos pescadores, e o fornecimento de pescado fresco, e em boas condições, e a preços justos aos consumidores. Para mim, a minha preocupação a nível de comercialização de pescado seria garantir estes dois objectivos, a satisfação do consumidor e peixe a preço acessível, e o pescador ser pago um preço justo pelo pescado que captura.

Achas que as pessoas estão bem representadas lá, com as responsabilidades que têm? Na tua opinião os mecanismos que existem conseguem fazer representar os nossos grupos aqui em Portugal nas pescas, de forma equitativa?

Não sei. Quando a gente voltar a reunir com o Secretário de Estado e com o sector da pesca, depois eu consigo dizer-te qual foi o resultado, mas até lá… Eu sei que eles são ouvidos pelo sector e foram recebidos, aliás quando nós fomos reunir com o Secretário de Estado, uma série de associações já tinham sido recebidas também. Que mudanças vai trazer não sei. É a primeira vez que eu estou envolvida em ir a reuniões com representantes ou com decisores políticos nestas questões, portanto também não te sei dizer.

Pensando em cada uma das anteriores opções, que riscos se devem ter em conta e de que responsabilidades se devem fazer acompanhar?

Eu acho que a prioridade é aquilo que eu te disse, é privilegiar o pescador e o consumidor, apoiar a produção nacional, então numa época de crise. Eu sei que o país vive muito da pequena distribuição, acho que isto seria uma boa forma se repercutir nas economias locais. Eu acho que há o risco na parte da pesca artesanal. Isto vai parecer um bocadinho paternalista mas é um bocadinho a experiência que eu tenho tido em Sesimbra… de as pessoas não terem a capacidade de iniciativa e de actuação para responder aos desafios que lhes são colocados, não terem a capacidade de actuação e de resposta aos desafios que lhes são colocados. Infelizmente ainda há muito o discurso… mais na pesca artesanal, na pesca industrial não é assim, são homens de negócios, assumidamente homens de negócios, os proprietários, os armadores, mas na pesca artesanal há muito aquela figura do armador pescador, que é dono do barco mas também anda à pesca, há muito o discurso do queixume e do choramingas, de: ah, isto está muito difícil e ganha-se muito mal e não sei quê mais, e não é assim. É obvio que há umas franjas de pescadores dentro da pesca artesanal que de facto ganham muito mal, mas eu acho que são umas franjas mesmo. Eu já tenho ficado um bocadinho incomodada… Vou-te contar uma conversa que eu tive há uns tempos em Sesimbra, fui almoçar com o Presidente dessa Associação e com a contabilista da associação, uma rapariga também da nossa idade super despachada e por ela já tinha implementado este projecto, e na mesa ao lado estava um pescador que também é sócio da associação, e nós estávamos a

conversar e estávamos a falar do projecto. Eu estava-lhe a falar do projecto e de como é que iria funcionar e ele depois começou a dizer: ah, pois que isto ganha-se muito mal. E eu: mas está aqui a almoçar fora, então ganha assim tão mal, e ele: ah, eu desconto o ordenado mínimo. E eu até hesitei em perguntar mas depois pensei, eu já ouvi esta conversa tantas vezes eu vou perguntar, e perguntei: isso é o declarado, então e o não declarado? Ah, isso, ninguém tem nada a ver com isso. Então está-se a queixar que ganha mal, mas está-me a falar só do declarado, então e a parte não declarada, isso também ganha, só não o diz, portanto está-me a aldrabar, disse-lhe eu mesmo e ele começou-se a rir. Esta conversa do ganha-se muito mal, eles acham que estão a ser muito espertos, mas também estão a dar um tiro no pé, porque depois a gente começa a perceber como é que as coisas funcionam, e começa a achar, então eu estou aqui a apoiar um gajo que anda a fugir aos impostos, e a tentar melhorar de alguma maneira as coisas quando esta malta está-se a borrifar. Estão-me a fazer de parva. Eu fiquei assim, estou eu aqui com paninhos quentes a pensar, ainda vou ofender aqui o senhor, a dizer que ele me está a enganar, mas depois o homem estava mesmo a enganar-me com aquela conversa da treta e uma pessoa fica a pensar assim, isto para avançar, e depois são muito resistentes à mudança. O que acontece nesta situação é, queixam-se que isto está mau, há anos que se ouve esta conversa: a pesca está muito mal, muito mal, ganha-se muito mal e não sei quê, mas depois a gente sabe estas coisas, isto é só uma face da moeda. A outra face é, são capazes de ganhar tanto ou mais não declarado, portanto, não está assim tão mau, e depois não conseguem ter um discurso mais positivo e de também tentar fazer força para mudar as coisas. Há um aspecto positivo que se começa a notar agora que é, nestas associações da pesca artesanal, pequenas associações locais dos armadores e dos pescadores da pesca artesanal, começa a haver gente nova a trabalhar nas associações, como funcionários das associações, que são pessoas que já têm formação superior e que é uma mudança na forma de pensar e de encarar: isto é um problema, vamos tentar resolver, o que é que a gente pode fazer. É esta a maneira de trabalhar, a malta mais velha… Eu percebo perfeitamente o contexto de onde as pessoas vêem, mas não deixa de me frustrar. Este projecto que a gente tem, que é uma ideia de negócio fantástica, que é pôr os pescadores a vender o produto directamente ao consumidor, e há forma de fazer isto legalmente não indo ao leilão de primeira venda, já lemos a legislação toda, já falámos com pessoas da área das pescas, temos uma maneira de fazer isto. E está ali tudo, vocês se quiserem pegam nisto, e ninguém se mexe. E isto é frustrante, é muito frustrante. Eu não perco a esperança. Esta coisa da governança na Europa, as Organizações de Produtores, acho que foram criadas pela Política Comum de Pescas de 2002, que está ainda em vigor, e os critérios para a formação das Organizações de Produtores são, portanto, os pescadores num porto que se queiram associar como Organização de Produtores têm que, pelo menos, representar 10 ou 20% das capturas da espécie que essa Organização de Produtores pesca ou das várias espécies que essa organização de produtores possa pescar. O que é que isso reflecte? Reflecte outra vez a perspectiva da Europa do Norte das pescas que é, ser poucas espécies e de ser possível juntar facilmente as pessoas que pesquem só de uma espécie, porque os pescadores são muito mais especializados, e aqui não são tão especializados. É óbvio, esta maneira de criar OPs tem entraves particulares, aqui não são da Europa, aqui é essa questão das espécies, mas é também outro problema que é extensível a outras partes da Europa, que é as pessoas se organizarem, as pessoas não se organizam, não se associam. Uma pesca artesanal é muito individualista, cada barco é uma empresa familiar, uma micro empresa, portanto eles competem muito uns com os outros, associarem-se e colaborarem é uma coisa impensável, não é impensável mas é uma coisa muito complicada, muito difícil. Neste projecto que a gente estava a tentar criar,

essa reunião em Julho que nós tivemos com os pescadores, houve alguns pescadores que estavam a criar tantos entraves, por exemplo, uma das coisas que nós tínhamos estado a fazer, nós na LPN foi, fizemos uns inquéritos aos consumidores para perceber se eles quisessem comprar peixe directamente ao pescador como é que eles gostavam de ter o peixe arranjado. Nós chegámos à conclusão que a maior parte das pessoas queriam o peixe inteiro, escamado e amanhado sem as entranhas e com as ovas e há um pescador que nos diz assim: as ovas então mas porque é que eu hei-de dar as ovas? Então eu vendo-lhe o peixe e fico mas é com as ovas para mim, olha agora!. É este nível. O presidente da associação que a certa altura, de ouvir aquela cambada toda com este tipo de reclamações, disse assim, "olhem então fazemos assim, vocês não se juntam ao projecto, junto-me eu compro-vos o vosso peixe e vou eu vender ao consumidor e fico eu com o dinheiro." O ele ter dito isto, ele que é pescador como eles, dizer que vai ficar com o dinheiro deles, uma coisa é um intermediário ficar com o dinheiro deles todos, outra coisa é ser um igual que lhes fica com o dinheiro. Devias ter visto a cara dos homens, porque ficaram mesmo a sentir, não foi que fizessem alguma coisa, mas aquilo foi, para as pessoas que lá estavam, estavam pessoas da Câmara, estavam pessoas do IPIMAR, da DGPA, aquilo foi um momento de: este é que é o argumento que convence, porque é um igual a ti a dizer que vai fazer dinheiro à tua custa, isto é que move esta gente. Há muita competição individual, portanto, conseguir ultrapassar esta cena da competição individual e fazeres mostrar que se colaborarem e conseguir-mos criar um sistema em que minimizemos a possibilidade de furar o esquema, aí sim conseguimos ter as pessoas a colaborarem juntas. É uma questão de fazer este exercício, OK agente faz esta regra, agora vamos pensar, como é que eu furo esta regra? E pensar como o pescador, olha eu posso fazer isto, eu posso fazer aquilo, então como é que agente cria mecanismos para não ser possível fugir a isto? E a gente precisa de fazer este exercício, sinal que há algum trabalho para fazer, não é só os pescadores dizerem que sim senhor, mas de facto, agora estamos nesta fase em que os pescadores dizem sim senhor que estão interessados em juntar, ou então também não há mais nada. Porque a gente também já fez um trabalho tão grande, tudo voluntariado, vou frisar, tudo voluntariado, já fizemos um trabalho tão grande, que estar a continuar agora a avançar para depois não haver ninguém a juntar-se não vale a pena. Portanto, estamos naquela fase em que isto ou vai ou racha. Isto para dizer da questão das responsabilidades que as pessoas, já está a haver mudanças nas organizações, nas associações em que se nota um certo avanço, e é o caso desta contabilista da associação que eu sempre que preciso, eu actualmente não falo directamente com a direcção da associação eu falo com a Carina, porque eu digo-lhe: olha Carina, eu acho que a gente devia fazer isto, o que é que tu achas disto? E ela diz: olha eu vou falar com eles a ver se os convenço. E funciona assim, também porque é difícil apanhá-los porque eles andam no mar, mas eu sei que ali tenho um canal mais receptivo com novas ideias, do que ás vezes na direcção da associação, e eles foram muito receptivos desde o inicio, o problema está em convencer os outros. Isto sobre a questão das responsabilidades e os riscos que é depois as pessoas não conseguirem fazer o acompanhamento necessário e estarem à altura das situações, de analisar as implicações, e também de se defenderem, e de saberem representar bem os seus interesses.

Sente que consegue promover (directa ou indirectamente) um melhoramento das condições de vida na pesca, na Murtosa? Se sim, em que aspectos.

Eu acho que o facto de a LPN enquanto ONGA, estar a tentar estabelecer uma parceria com uma associação de pescadores da pesca artesanal, pode melhorar muito. Aliás este projecto que nós temos, que queremos avançar com ele, nós não queremos cingirmo-nos

a Sesimbra, queremos fazer isto com outras associações do resto do Continente, portanto eu acho que, indirectamente isto pode funcionar como demonstração de que as ONGA e os pescadores da pesca artesanal em Portugal podem trabalhar conjuntamente com resultados positivos para ambas as partes. Directamente eu acho que pode contribuir, eventualmente com uma parceria também com uma associação da Murtosa, não sei se há lá uma associação de pescadores, que estivessem interessados em colaborar connosco. Nesta parte que tem a ver com pescadores a venderem o peixe directamente ao consumidor, sem intermediários, melhorando a remuneração do seu trabalho.

Acha que os mecanismos de diálogo que existem dão voz às pessoas que vivem na Murtosa?

NS/NR

O que gostaria de ver desenvolvido em termos de investigação nas pescas em Aveiro?

O que eu acho que falta é investigação da economia das pescas, acho que falta investigação sobre o impacto da Política Comum de Pescas em Portugal, – isto aqui sou eu a puxar a brasa à minha sardinha porque eu submeti uma proposta de pós-doc à FCT que era exactamente sobre a governança da pesca de pequena escala em Portugal –. E eu acho que falta perceber como é que, há muita investigação sobre a pesca industrial, porque é de onde vem mais rendimento para o país, mas a pesca artesanal é o principal sector em termos de números, de embarcações, de pessoas empregadas e mesmo das capturas, e era muito importante perceber a dinâmica da pesca artesanal, porque varia muito de local para local, porque as comunidades piscatórias ás vezes são especificas, muito em função da sua situação geográfica, do seu contexto geográfico e ambiental. Falta perceber em que medida, por exemplo, é que as regras introduzidas de gestão das pescas, que efeitos é que produziram, se tiveram o efeito que se queria ou não, se foram efeitos perversos ou não. Falta fazer uma avaliação das medidas de gestão das pescas. Falta perceber muita parte da economia das pescas, que tem muito a ver com a questão da economia do mar, com o desígnio nacional que é o mar, que eu acho que é uma expressão infeliz mas pronto. É quase como o destino, é o destino de Portugal. Que eu saiba há três teses de economia das pescas, a do Manuel Coelho do ISEG, a do Junqueira Lopes da universidade de Évora e há a do José Filipe do ISCTE. A LPN e a SCIAENA, eu e o Gonçalo basicamente, estamos a tentar organizar uma tertúlia sobre a economia das pescas, vai ser durante o mês de Novembro, começa numa Segunda-feira, e o tema é exactamente ciências económicas e pescas, o que é que está feito e o que é que falta fazer. O que eu acho que falta fazer a nível de investigação é mais esta parte das dimensões humanas, eu acho que falta perceber, há uma coisa essencial que é perceber a fuga à lota nas diferentes espécies, nos diferentes *métiers* das pescas. Isso é essencial para perceber em que medida é que o sistema actual de primeira venda funciona e não funciona. Acho que é essencial rever o sistema de primeira venda, crucial mesmo, e acho que quanto mais tempo se adia… Isto é daquelas coisas que ninguém fala a nível dos investigadores que é a fuga à lota e em que medida é que os dados que há dos desembarques são fidedignos ou não, ninguém fala nisto. E se a gente não sabe, de facto, o que é que é capturado, porque entre o que é capturado e o que é desembarcado em lota vai uma grande diferença, porque há muita fuga à lota, então, de facto, nós não sabemos o estado das nossas pescarias. Acho que isso é essencial, a nível de investigação perceber como é que é a fuga à lota, e comparar alternativas de sistemas para saber o que é que melhor se adapta à situação de Portugal. Acho que isto era crucial.

Este modelo de governança, que pretende dar voz a todos os intervenientes, pode contribuir para a sustentabilidade da pesca artesanal?

Já respondi um bocado mas, acho que os modelos são tão bons como as pessoas que funcionam no enquadramento desses modelos, ou seja, a gente pode ter um modelo muito bom mas se as pessoas não o sabem usar, ou se as pessoas não o querem usar, o modelo morre ali, não serve para nada. Portanto, eu acho que sim senhor pretende dar voz a todos os intervenientes, mas depois é a tal coisa, em que medida é que depois essas vozes são incorporadas, ou são tidas em conta. E depois também há que olhar para as relações de poder. Há grupos que sendo muito menos representativos têm muito mais força e conseguem fazer valer as suas opiniões, exactamente porque têm muito mais força e se mexem muito mais, têm mais capacidade, será que é assim tão importante dar-lhes mais voz do que àqueles que não têm tanta força mas, de facto representam a maioria. Eu acho que a sustentabilidade da pesca artesanal vem, não só de um modelo de governança, mas vem também da própria capacidade do sector de aproveitar as oportunidades se saber reinventar. Começam a acontecer coisas interessantes, há um projecto que acho que vai ser apresentado daqui por quinze dias em Bruxelas, que é o quilómetro zero, è um projecto do Centro Empresarial do Vale do Lima, uma coisa assim, lá no Norte, e basicamente a ideia pelo que eu vi descrito numa notícia, tentar juntar pescadores, lota, restaurantes e intermediários, não sei se é para ter a certificação de que o produto é local, mas é tentar que o percurso percorrido do peixe, ou seja não estar a vender no norte, quer dizer os restaurantes poderem ter uma etiqueta e dizer isto é daqui, este peixe é daqui. Basicamente a ideia é assim, produto local, produzido localmente, vendido localmente, consumido localmente. Na óptica de valorização da pesca artesanal. Tem a ver com os agentes saberem reinventar um bocado e aproveitar uma série de oportunidades que estão a aparecer para valorização da pesca artesanal.

Acha que a pesca artesanal conseguirá sobreviver no actual contexto da actividade das pescas na Europa?

Sim, eu acho que sim, por acaso eu estive numa conferência em Amesterdão em Julho, em que eu falava com uma amiga minha que também é bióloga marinha, a Cristina Pita, em que ela disse que isso tinha sido uma das discussões lá do projecto em que ela estava envolvida que era, como é que a pesca de pequena escala, contra todas as previsões, tinha conseguido sobreviver e reinventar-se. O meu companheiro é economista, portanto, eu começo a ter algumas ideias, a gente fala muito destas coisas, e eu começo também a pegar nalgumas ideias. E digo-te sinceramente, há cinco anos eu não teria este raciocínio tão económico, e agora já consigo ter. É perfeitamente natural que a pesca artesanal/pesca de pequena escala se mantenha, porque comparativamente com a pesca industrial, requer muito menos investimento de capital e é sempre um último recurso no caso de tudo correr mal, a malta pega num barquinho e vai para o mar e põe a minhoca de molho, é mesmo assim, isto ridicularizando a coisa. Mas requer pouco investimento de capital, comparando com a pesca industrial, e permite a sobrevivência das pessoas, dá alimento directamente, para além do dinheiro da venda do peixe dá-te o peixe directamente que é alimento. E esta questão do pouco investimento de capital que é necessário para a pesca artesanal, eu acho que permite que a pesca vai sempre sobreviver, em moldes diferentes, e sempre reinventando-se um bocado também em função das variações ecológicas, e socioeconómicas, e de governança até, dos contextos particulares em que existe. Mas que vai sobreviver, vai sobreviver sempre, porque é necessária, porque não consegues pescar tudo só com a pesca industrial. Por exemplo, em Portugal é mais difícil… tu teres a pesca industrial perto da costa, aqui é perto da

costa que estão a maior parte dos recursos, portanto, é a pesca artesanal é que consegue se calhar ficar aí. Logo aí tens essa questão.

Duração da entrevista: 1:35:16

Gostava que me contasses um pouco como tem sido o teu percurso profissional e como se tem relacionado com governança…

Portanto eu licenciei-me em biologia marinha e pescas na universidade do Algarve. Logo durante o curso comecei a interessar-me bastante pela parte das pescas e antes de acabar o curso fui para o projecto de Observação das Pescas nos Açores, portanto, acompanhar a pesca do atum a bordo. E a partir dai… completei o curso, entretanto. Voltei mais duas vezes a bordo… e comecei a saber cada vez mais sobre pescas. E comecei a sentir falta de conhecimentos na área de ciências sociais. Porque a pesca, às vezes… É uma actividade que envolve um elemento natural, o mar, e o próprio meio ditou-me a necessidade de complementar os meus conhecimentos em ciências sociais. E então tirei um mestrado. Portanto comei a tirar em Sociologia o Mestrado de Sociologia Urbana do Território e do Ambiente. Tentava aplicar aquilo que ia aprendendo àquilo que sabia melhor, portanto, as pescas… antes disso tinha procurado mestrados mais específicos, portanto ciências sociais no âmbitos das ciências naturais ou Biologia… não encontrei nada, e então optei por fazer uma coisa mais clássica e eu próprio fazer a transposição para o sector das pescas e para as ciências naturais. Acabei por fazer uma Tese sobre os Media, neste caso sobre as pescas, escrita em publicações do Público e Correio da Manhã. Antes disso participei em projectos sobre investigação pesqueira e não só, participei num projecto sobre pesca lúdica no Algarve e no Alentejo que envolvia entrevistas. E pronto, a seguir a acabar o mestrado fui trabalhar para a Escócia em Aquicultura, essencialmente por necessidades financeiras, mas não só. E depois regressei. Tentei fazer investigação e no imediato não consegui. E então arranjei uma bolsa em ciência e tecnologia na Fundação de Ciência e Tecnologia. Tenho lá estado desde Maio de 2009.

E em relação à PONG Pesca?

Em relação à PONG Pesca e essas coisas todas do associativismo, portanto entre 2005 e 2006, eu e mais um grupo de colegas da Universidade do Algarve, criámos uma ONG chamada SCIAENA. O intuito básico e muito resumido é fazer a ponte entre a sociedade e as instituições científicas. No que toca em particular às ciências marinhas mas não só. Com a SCIAENA, a Universidade do Algarve e não só, também com outras pessoas que estavam associadas, criámos em 2009 a Plataforma de Organizações Não Governamentais portuguesas sobre a pesca. Com o intuito principal de responder ao processo de consulta publica que tinha sido lançado pela Comissão Europeia para Nova Reforma da PCP. Portanto a resposta ao Livro Verde que eles tinham lançado. Mas muito rapidamente começámos a perceber que havia também necessidade de as ONGs se constituírem como um actor de referência na discussão das pescas. Porque antes da PONG Pesca as opiniões sobre pescas em Portugal eram muito esporádicas. Normalmente de corte, não é? Negativas. E nós como éramos pessoas dispersas por várias ONGs que tínhamos formação e experiência em pescas, entretanto pensámos que tínhamos capacidade de fazer um trabalho mais moderador, de diálogo. E então esse também… tornou-se um objectivo da PONG Pesca. E se calhar o essencial da minha experiência com governança e sobre pescas tem sido esse… paralelamente com alguma participação muito, muito básica numa CCR… numa Comissão Consultiva Regional, das águas sudoeste.

Como observador?

Sim. A CSIENA e a LPN foram observadoras no Grupo das Pescas Artesanais. E agora também a LPN está no Comité Executivo e eu, entre outras pessoas, claro estou a

prestar algum apoio a isso. Mas não tenho uma ligação muito efectiva. Portanto este trabalho é voluntário, mas… basicamente é isso.

Governança tem ajudado a aproximar a política europeia das necessidades que observa? Se sim, como? Se não, porquê?

Pouco. Pouco ainda. Ou talvez em relação à realidade de Portugal, em relação à realidade de outros países que é da Europa ou do Mediterrâneo. Portanto, aqui tem que se falar dos CCRs que são de facto um órgão que são interessantes no seu conceito… penso que foram postos em prática com alguma eficácia e com alguma efectividade. Como já disse não tenho tido oportunidades de participar embora siga de perto o que se passa, as conclusões, a documentação… já cometei alguma da documentação que é produzida pelos CCRs. Tenho conhecimento de vários estudos, projectos científicos que foram apresentados em CCR, em propostas. Portanto os CCR são uma ferramenta importante e que tem ajudado muito a governança a chegar-se mais próximo das realidades das pessoas. Inclusivamente eu subscrevo o que algumas pessoas dizem que é o seguinte: os CCRs são possivelmente o resultado melhor da reforma de 2002. Mais positiva. E é uma ferramenta que funciona bastante… varia depois também, obviamente com realidades regionais. Que há regiões que têm uma maior tradição de participação, outras menos. No entanto, depois os próprios decisores acho que vão ainda pouco àquilo que são os CCRs, que conseguem aproximar pouco daquilo que o publico necessita. E também, há algo que… é constatável, que é as politicas são decididas em Bruxelas e os países que têm mais peso que têm capacidade de fazer valer a sua opinião vingar são países do Norte da Europa e tem uma realidade de pescas muito diferente da nossa. E essa tem sido uma barreira muito difícil de transpor. Nas pescas, então… nota-se muito que aquilo que é a PCP e a fiscalização da pesca e…

Legislação?

Fiscalização e legislação… estão muito pensadas para pescarias industriais ou como mono… pouca quantidade de espécies. Mais típica dos países do Norte do que dos nossos. E de Malta, entre outros, que são pescas altamente artesanais, são pescas multi-específicas que variam muito de um ano para o outro. São barcos pequenos que não têm capacidade de implementar certas medidas técnicas que são pedidas pela Comissão, por aí fora. Eu acho que ainda há um bom caminho a percorrer.

Portanto, essa aproximação sendo pouca, é recente, também?

Eu diria que sim, eu diria que sim. Mesmo estes processos de consulta publica na PCP. E a Comissão faz imensos processos de consulta pública. Neste momento está a fazer um processo de consulta pública sobre as quotas. É difícil saber qual o seu verdadeiro resultado. Agora, eu acho que é interessante haver estes processos…

Como princípio… a questão é saber se funcionam…

Como princípio acho bom. Como princípio acho bom, agora não sei. Também não tenho qualquer capacidade de avaliar a efectividade. Por exemplo, nesta reforma que eu acompanhei muito, realmente vê-se ali algumas preocupações expressas pela sociedade civil, pelos pescadores e por aí fora… mas é difícil saber quanto disso é que veio directamente da consulta pública. Além disso há o facto de isso agora ser quase obrigatório nas políticas públicas. Pelo menos nas que tenho assistido. Precisa de qualquer tipo de consulta pública, das partes interessadas, mesmo no local o que é relevante. Há passos positivos, mas há um longo caminho a percorrer.

Como é que o papel que desempenha actualmente pode ajudar a melhorar a política europeia nas pescas?

Sim, sim… Bom as funções que eu cumpro, quer dizer a nível associativista neste momento sou presidente da CSIENA. Embora a CSIENA seja uma organização muito pequena e muito horizontal, participante da LPN e sou também coordenador da PONG Pesca. É assim, a esse nível, penso que o que podemos fazer, e eu falo sempre no plural porque isto é um esforço completamente conjunto. De poucos mas bons. E nestas coisas é preciso ter muita preservação, porque é tudo da carteira directamente e do trabalho e das horas de lazer, enfim… mas temos feito algum trabalho interessante.

Têm reuniões entre vocês, como ONGs?

Temos, temos.

Entre as cinco organizações da PONG?

Sim… cinco, muito brevemente serão seis. Associação Portuguesa para o Estudo e Conservação dos … brancos. Portanto dos tubarões. Já temos falado e vai agora aderir à PONG Pesca. Vamos agora formalizá-lo em breve.

Reúnem-se também com institutos…?

Nós já fomos consultados por várias entidades. Quer dizer, institutos, institutos não. Mas já fomos consultados por, por exemplo, a Associação Portuguesa de Actividades Subaquáticas, de Pesca Submarina e Apneia. Reunimos já duas vezes com eles. Fomos convidados para participar em dois eventos deles. E pela Assembleia da República. Fomos recebidos no princípio de Setembro pelo Secretário de Estado do Mar. Mais…

Não, não precisa de ser exaustivo, mas nota que a vossa opinião, se são procurados… se dão valor à vossa opinião.

Não, não noto que sim. Penso que realmente faltava… havia aqui um actor que não existia… e algumas entidades já reconhecem essa presença. Outras não. E em termos de investigações científicas não há assim muito diálogo.

Estava a pensar assim no Instituto de Conservação da Natureza, no IPIMAR, eu trabalhei no IPIMAR, daí lembrar-me mais…

É relativo, é relativo. Mais com investigadores em particular, não propriamente a nível institucional. Investigação, o contacto ainda está muito… com investigadores sim, sim. Das universidades, várias… e fomos convidados pelo IPL Instituto Politécnico de Leiria, Pólo de Peniche para fazer um balanço do que há lá… enfim, já, já há algumas coisas. Mas de facto já surge, já temos a resposta de volta daquilo que nós achávamos que era: este actor falta? E já nos responderam de certo sentido que sim. Falta.

Sempre em relação às entidades ou à realidade portuguesa… Sente que consegue fazer passar a mensagem à Europa?

Nós respondemos dando um Parecer Cientifico de sessenta páginas de resposta ao Livro Verde. Para além disso, as dinâmicas são complexas. Existe uma coligação chamada Ocean 2012 que é uma coligação criada a nível europeu precisamente para fazer o acompanhamento da Reforma e há áreas das ONGs que pertencem à PONG Pesca, que pertencem a esta Coligação. A CSIENA, a LPN, e a AESS que agora vai entrar. A esse nível temos trazido cá algumas coisas. Neste momento temos uma exposição. Já esteve na Escola de Turismo, na Sociedade de Geografia de Lisboa, também numa ocasião uma palestra sobre PCP. Também estamos no Clube Estefânia, onde até agora fizemos uma Tertúlia, mas faremos mais tertúlias. Portanto, para além de trazermos as

iniciativas da Ocean 2012 para cá, temos ajudado a dar algum do input da realidade portuguesa. Através disso, de certa forma, lá terão chegado algumas das nossas opiniões algumas das nossas particularidades a Bruxelas. Mas é de forma muito indirecta. Também já reunimos com o Secretário de Estado. Algumas das preocupações que manifestámos serão mais tarde ou mais cedo transferidas para representantes europeus. Outro. A CSIENA e a LPN têm também participado no processo de alargamento da Rede Natura ao meio marinho. Participando em seminários, reunindo opiniões de cientistas, pareceres e entregando estaturas que compilam esses dados e depois vão à EU. Mas eu sinto que algum do nosso trabalho chegará lá, sim. Não será especificamente sobre pescas, mas… Se depois é transposto, se é adaptado… isso não sei dizer. Mas penso que há alguma dinâmica de resposta. Mas muito limitadamente… também é recente.

Tenho alguma curiosidade em saber se é geral, se sou eu que só o estou a ver nas pescas. Daí também, tento entrevistar mais grupos que não pertencem às pescas…

A participação pública é um tema que só tem há muito pouco tempo relevância. Até há pouco tempo não se falava. Há também um ponto que gostava de referir que é. A PONG Pesca tem um blogue. Progressivamente foram-se envolvendo mais pessoas e actualmente é actualizado por várias pessoas. Eu sou uma delas e por causa disso leio uma quantidade de notícias enorme sobre pesca. E às vezes aparecem consultas públicas sobre variados temas e é por isso que me dá a ideia… espero que não seja uma moda… mas dá a ideia que a EU acompanha todos os seus processos de decisão com processos de consulta pública. No verdadeiro sentido do termo ou pelo menos a tentar aproximar disso. Mas é um caminho…

O que me leva à quarta questão. O que gostaria de ver melhorar na governança europeia?

Pois… é preciso ir ao contacto da… das inúmeras realidades que estão incluídas neste super organismo que se chama EU. E posso falar, ligado às pescas, que é em que estou directamente, mas penso que não é um grande risco dizer que isto serve para tudo, não é? Entre Polónia, Portugal, Grã Bertanha e Malta… há inúmeras realidades a ter em conta. E é verdade que os princípios e alguma da legislação tem que ser idêntica mas eu penso que também se não forem tidas em conta estas particularidades, algumas particularidades, dificilmente essa legislação será implementada. Falta fazer legislação que seja adaptada à realidade… isto é complexo…

E de que forma seria possível, por que caminhos? Já se fala em vários caminhos, na regionalização, na participação nos CCRs, de deixarem de ser só observadores, de ficarmos pelas pescas ou passarmos para o meio ambiente. Tem alguma opinião formada?

Eu penso que os CCR são muito interessantes e são uma excelente base de trabalho. Será interessante torná-los mais efectivos. E era algo que se falava agora antes de sair a proposta para a PC, era deixar cair precisamente o consultivo. Isto Concelhos Regionais. Torná-los mais efectivos. A Comissão, curiosamente, deixou cair precisamente o Regionais, porque há CC que não revelam uma realidade regional. Sim, é possível. Mas se calhar era mais interessante se a Comissão estivesse a pensar em por estes Concelhos a trazerem algo para a prática. E já há algumas iniciativas, projectos feitos de propostas dos CC, como disse, e discutidas no âmbito dos CC. Poderia ser interessante, estas comissões dos Concelhos poderem fazer adendas, fazer a partir da legislação europeia, que depois teria que ir sempre à administração central. Mas fazer legislação adaptada às realidades regionais… por vezes há mais particularidade. Então,

nas pescas isso é gritante. Por vezes há coisas numa comunidade pesqueira que não se aplica na comunidade ao lado. E isso de facto é muito difícil chegar a essas particularidades todas. Mas no fundo seria importante que a União tivesse os conceitos básicos, e mesmo os objectivos a longo prazo bem definidos em Bruxelas, como princípio da União, mas que depois que fosse dado às partes interessadas, e aos estados membros e também organismos inter estados membros, dentro dos estados membros a algumas organizações mais regionais, para darem inputs e eventualmente algumas decisões sobre a aplicabilidade de algumas medidas. E eu penso que há uma série de opiniões de partes interessadas em processos de participação pública que podiam ser aproveitados… isso era metodologia. Levá-las aos CCR, que é uma estrutura que, como já referi é um sucesso. Falta tentar torná-los mais efectivos, tentar fazer com que a Comissão tivesse um acesso àquilo que é discutido de forma mais prática. Acabaria por levar a que os Estados membros ou organismos infra pudessem tomar certas decisões. Ou pelo menos de fazerem certos pareceres vinculativos.

Torná-los mais eficazes, sem perder de vista a legitimidade. Envolve os seus riscos. Aliás como qualquer caminho que se tome, não é?

Sim, sim. Envolve os seus riscos e há que ter em conta que não formar organismos únicos não podem ficar dispersos. Aliás uma coisa que queria referir é que a pesca artesanal, de certa forma, os presentes, todos nós CSIENA, LPN, todos nós temos presente que para nós a pesca artesanal é aquele que parece mais interessante. Para Portugal é claramente. A frota pode ser considerada artesanal e de facto a nível europeu é sessenta porcento ou até um pouco mais. E a política devia ir a estas particularidades das comunidades piscatórias. O que eu já referi que por vezes o que uma comunidade pesca é muito diferente do que o que está ao lado dela e talvez devido a estas especificidades é muito complexo produzir legislação que consiga abranger estas necessidades todas. E neste momento parece que a proposta da PCP parece que é quase: Eh pá, eles que decidam o que vão fazer…

Ah é?

Sim, eu tenho agora até aqui comigo porque ando a lê-la nos transportes os vários documentos que compõem a proposta. E aquilo que está na mesa agora são as quotas transferíveis comercialmente. É um assunto muito polémico. Mas a Comissão diz que isto é para a pesca industrial. Para a pesca artesanal não vai ser imposta esta metodologia, cabendo aos estados membros a decisão sobre as medidas que vão implementar. Possibilitando aplicar os tais Direitos de Pesca Transferíveis, possibilitando, portanto a aplicação de restrições. Não ser apenas a lógica do mercado. Possibilitado que as quotas sejam transferidas de um tipo de arte para outro. Ou geograficamente, permaneçam sempre naquela área.

Qual é a tua opinião em relação a isso que está a ser desenvolvido?

À partida não me parece que seja totalmente negativo que isto seja aplicado na pesca industrial. O que acho e ainda tenho muita coisa para ler, mas acho que era importante que não fosse o factor económico que ditasse se um individuo x ou y tivesse possibilidade de pescar ou não. Que se dessem prioridade às práticas menos destrutivas e os operadores com melhor história de cumprimento e não propriamente quem chegar ali e tenha mais dinheiro. A verdade é que as ITQs já são aplicadas em alguns países e os resultados parecem ser positivos, a nível dos recursos, a nível… mas não ao nível da dimensão humana. Da pesca artesanal. Absolutamente.

Criou uma elite?

No caso da Holanda, sim.

Ouvi a Mónica Veerbek a dizer isso.

Sim, foi exactamente o que ouvi. E não queríamos que acontecesse de modo algum às pescas portuguesas. Porque a pesca artesanal pode não ter um relevo económico, financeiro por aí além, mas tem muita importância ao nível das comunidades costeiras, ao nível de coesão das mesmas, a nível antropológico, cultural, social. Tem uma importância muito grande. Mas o que eu ia dizer a nível de governança é que representa uma dificuldade tão grande ao nível da gestão central, que eu penso que a EU cada vez mais está a perceber que vai ter que passar isto para as mãos dos Estados Membros. Penso que eventualmente os Estados Membros terão que criar até sub divisões legislativas. Ou pelo menos, como é que eu hei-de dizer? De governança. Porque são realidades locais muito específicas. O ideal seria ter uma cadeia de governança. Certas Directrizes definidas a nível comunitário. Outras a nível de Estado Membro. Outras a nível regional. A nível local. Isso devia ser conseguido de cima para baixo e de baixo para cima. Parte da capacidade de as estruturas europeias se organizarem, mas parte também da capacidade dos pescadores se organizarem localmente. O que há já é bom. Há OPs. Mas é necessário eles auto organizarem-se. E há alguns casos positivos. Já há. E o ideal seria replicá-los um pouco por toda a costa. E espero que venha a ser…. E este é um outro aspecto, que se prende com o meu papel, que agora não estou tanto, mas que sou e pretendo ser investigador, e quero ser nas pescas em concreto. E a esse nível eu penso que há muita, muita coisa para fazer. A EU fala muito sobre isso na proposta legislativa que agora tem. Devia haver recolha de dados a nível local e estes dados deviam ser encaminhados, quer dizer na administração central devia haver disponibilidade e interesse a vários níveis… e isso, eu acho que essa parte está muito deficiente. Que são os dados científicos ficam muito…

Sim, dispersos. Não chegam a ir nunca a haver aconselhamento. No ICES.

Sim. O que é que vai ao ICES, em que formato. O que é que é pedido aos ICES. Isto que eu estava a dizer sobre de cima para baixo. Que dados é que o ICES precisa de saber sobre a pescaria artesanal? Porque também… isto é exequível, ou pelo menos teoricamente seria nas ligações que teria que haver nas várias instituições de investigação. Portanto de ensino superior. E há aqui vários aspectos em que a governança mesmo que quisesse não se poderia apoiar em dados… é uma lacuna que a EU identifica. Aliás identifica já há muitos anos, mas que para mim é muito relevante. E falo disto porque espero dar um contributo meu para isto num estudo que espero que seja relativamente próximo. Voltar a fazer investigação pluridisciplinar. Penso unindo dados biológicos a dados sociológicos, e por aí fora… penso… mas pronto… espero não me estar a afastar do tema…

Não, não. De forma alguma. Muito pelo contrário. … Os mecanismos de governança em Portugal. Os mecanismos de diálogo…

Não conheço assim mecanismos propriamente estabelecidos. Quer dizer do Estado em Autarquias, há autarquias que têm Gabinetes das Pescas…

Os GACs…

Pois, os GACs são algo que poderia vir a ser interessante. Quer dizer eu conheço algumas iniciativas, mas são muito locais e são insuficientes. Por exemplo, Olhão tem um gabinete que faz um trabalho muito interessante. Sesimbra também. Sines penso que tem alguma coisa. Eu penso que aí as autarquias poderiam ter um papel muito importante. Ter Gabinetes de Apoio às Pescas. Que são todas as da costa portuguesa,

penso eu. A nível da Assembleia e do poder central há algumas coisas, mas em termos de consulta pública, está muito…

O que referiu há pouco. As reuniões em que interagem, em que são chamados ao parlamento ou com associações, por exemplo…

Acho que nisso, se a EU está no início, nós estamos ainda um passinho atrás. Lá está, há realidades e realidades. Nos Açores há também alguns casos positivos. Quer dizer se eu pensar há vários casos positivos em que os autarcas estão dispostos a ir ouvir os pescadores, ver as suas necessidades, problemas, realidades. Há também euro deputados com quem também já interagimos… mas eu diria que não existem mecanismos pré estabelecidos. Não sei.

Portanto, a interacção parte da iniciativa, seja do sector, seja do político, seja da ONG…

Sim. Não há mecanismos institucionalizados, isso não há. O que há é mais fruto de iniciativas pessoais, é localizado. Penso que podia haver estabelecimento de medidas, não sei, de planos. De planos de consulta publica. Pelo menos, metodologias de consulta pública que fossem possíveis de estabelecer em alguns… Não sei… É complexo. Os pescadores também… e isso foi uma coisa que a minha tese me permitir ficar com uma ideia melhor. Os pescadores em Portugal têm péssimas práticas de associativismo. Há casos que escapam a esta regra, mas isto é uma realidade. Que é mesmo transportável para outros domínios. Ou seja o associativismo laboral em Portugal é muito limitado quando comparado com outros países. E isso seja muito importante estabelecer. Portanto constituir actores com quem seja possível comunicar. Aí as autarquias e mesmo o poder central podiam constituir algumas vias de contacto…

Elos de comunicação, sim.

Sim. De modo a torná-lo mais eficiente.

Ou seja isso deveria ser visto na legislação.

Talvez. Os GACs são um bom exemplo. Há GACs que têm é… têm trabalhos muito dispares. Há GACs que têm um trabalho muito visível e muito interessante. Que já se vê. E onde os pescadores entram de forma muito positiva. Há GACs que não se ouve falar deles. Não se percebe o que é que fazem. Estão muito invisíveis…

Encontras motivos para isso? Ou não, não consegues ter essa noção? Não interagem o suficiente para encontrares motivos?

Não sei… não sei. Sei que já fui confrontado com esta pergunta algumas vezes. Que era, o Estado é que deveria fazer tudo, que deveria criar protocolos de participação pública, o Estado é que devia legislar, o Estado, o Estado, o Estado… eu penso que o Estado… devia aqui perceber-se o caminho contrário aqui também. E lá está, na Costa portuguesa tem havido iniciativas de baixo para cima em que tem surgido os melhores exemplos e a participação pública, quer dizer, os GACs também, não podem obrigar as pessoas a associarem-se. Que são eles que têm um maior interesse. E aqui também talvez a comunidade científica pudesse ajudar. E aí temos um exemplo fabuloso do projecto MARGov. E tenho esta noção que o MARGov trará frutos a Sesimbra durante muito anos. E há frutos do projecto que eu já vejo. Que nunca se anteciparam e que se calhar não estão ainda a ver. Mas o que é certo é que vão ficar ali um conjunto de actores que vão ficar abertos a participar em projectos de consulta pública. E vão estar formados para o fazer. E se calhar se houvesse MARGovs ou projectos do género espalhados por

essa costa certamente seria positivo. Portanto aí é um bom exemplo do papel que a comunidade científica pode ter.

Ou seja o papel do Estado pode passar por estimular o investimento na investigação, no papel que a investigação pode ter a incentivar à participação dos públicos.

Porque também, eu acho, que é mesmo por aí, porque não há mais que o Estado possa fazer neste momento. Quer dizer, não sei se virá a haver ou não, esta é a minha postura.

Sim, mas independentemente de vir a haver ou não sentes falta de mais MARGovs.

Sim, e não estou associado ao projecto de forma alguma. Mas já fui a um seminário, nestas lides trabalho com a Rita Sá que pertence ao projecto, e tenho acompanhado com interesse o desenvolvimento do projecto…

É um projecto pioneiro.

Completamente. Mas é algo para trabalhar. Por exemplo, já houve situações em que precisámos de dados e só foi possível graças a actores que foram identificados e como é que hei-de dizer formados pelo MARGov. Já houve pescadores com quem pudemos trabalhar noutras coisas precisamente porque o MARGov os identificou. Os pôs a falar com cientistas, com pessoas das associações. Esta questão da participação pública, da interdisciplinaridade, como já disse é muito recente. Era positivo, era encontrar formas de fazer disto, não uma moda, mas algo para ficar. Tenho a noção que vários actores de várias esferas já interiorizaram isso. Aqui no Vale do Tejo vejo uma ausência completa. Não há mecanismos de diálogo, não há governança. Muito pelo contrário o Estado tem feito legislações para acabar com a pesca aqui no Tejo. Enfim, há muitas lacunas, mecanismos por estabelecer do que propriamente estabelecidos. Não há GAC aqui em Lisboa.

O seu papel tem ajudado a resolver conflitos? Tem ajudado a aproximar as pessoas?

Eu acho que sim. Temos feito o nosso trabalho como PONG Pesca. Tem sido mostar que as ONGs não aparecem nas reuniões com uma postura do tipo: Somos contra! Salvem isto ou aquilo! Não pescam porque isso faz mal! Acho que um dos trabalhos da PONG Pesca tem sido mostrar que temos uma opinião acerca da pesca vendo-a como uma actividade que até certo ponto até se deve manter em termos de conservação dos ecossistemas e conservação ambiental. Depois queremos mostrar que a PONG Pesca está inteiramente disponível para falar com toooda a gente. E nesse aspecto temos actores que já nos têm vindo contactar e de certa forma mediámos um conflito concreto. Neste caso entre ONGs e uma associação concreta. E nesse momento acho que conseguimos estar presentes e mediar para que a coisa se remediasse. Mas não passa por mediar conflitos. O nosso papel, apesar de nesse caso se revelar necessário, e aí sim moderamos as coisas, mas penso que estamos ainda mais num papel de nos dar-mos a conhecer. Que queremos um diálogo mais… que nos interessamos por mais coisas, não estamos só a 'defender os peixinhos'. Tentar levar a um caminho em que haja de facto uma sustentabilidade das pescas em Portugal. Portanto, isso a longo prazo, claro. Mas estamos nesse caminho, acredito. Estamos a apresentarmo-nos.

Pensa que tem ou não ajudado a melhorar condições nos locais que observa?

Não. Efectivamente, ainda não. Por vários motivos. Não temos oportunidade de participar em situações concretas. Há temas que nos preocupam como a segurança nos mares…

Não me refiro apenas aos aspectos humanos em particular…

Não. Queremos mas não. Queremos participar em campanhas mais alargadas, por vários actores a conversar. Mas não. Ainda não…

Dizer que ajudam a mudar comportamentos é ir muito longe… Por exemplo, na exposição Que peixe Comer, através de uma divulgação sobre novos hábitos alimentares… é um exemplo, mas… foi o que eu vi há uns dias e em que se tentam

Sim, é. É um caso de uma população concreta. Os mestres de culinária. Lá fora estão mais envolvidos e aqui não… nós temos tido contacto com eles, no âmbito dessa exposição Que peixe Comer. E temos alertado para aspectos em que a culinária pode ser… fazer uma selecção de produtos mais ecológicos… agora a nível dos consumidores nos locais, isso, não chegamos lá.

Não, mas isso que referes em relação aos mestres e a estimular outros modos de… culinária… é exactamente a isso que me refiro quando digo influenciar comportamentos. Nesse caso quando fazem uma conferência ou promovem exposições já estão a fazê-lo, não é? Não sei, eu vejo essas iniciativas… como pequenas grandes iniciativas…

Sim, bem e esta é uma primeira oportunidade, experiência. Esta iniciativa 'Que peixe comer'… e não é fácil organizar, é complexo falar sobre consumo sustentável. É uma coisa muito particular de área para área. Houve ONGs que tentaram fazer campanhas completamente desinformadas, baseadas em linguagens e consumos de outros países. Necessita de acompanhamento de proximidade. Uma espécie pode ser considerada e passados dois meses a espécie não ser boa para consumo. É difícil e o acompanhamento tem que ser gradual…. Outra coisa é não demonizar o sector privado. Afastarmo-nos dessa postura das ONGs. Não demonizar o lucro. Os recursos podem, e talvez, isto já é muito filosófico, mas devem ser explorados. A questão é como. E mais uma vez, este é um actor que se não for chamado também à discussão dificilmente se consegue chegar a um resultado positivo. Temos feito parcerias, temos um projecto a CSIENA que envolve muitos parceiros e tem sido fantástico. E essa era a nossa ideia como ONG fazer uma ponte entre a sociedade civil e o conhecimento. Porque tínhamos ideia que os projectos tinham muitas ideias e muitos resultados mas que muito poucos chegam à sociedade. E assim constituindo-nos como parceiros de diálogo, acho que aí sim… fazer com que haja cada vez mais actores a sentar-se a uma mesma mesa. Mas esta sete, não. Gostaria de dizer que sim mas só posso dizer ainda não.

Pensa que melhorar a governança passa por dar mais responsabilidade aos actores envolvidos e/ou envolver mais grupos?

Sim acho que sim. Sem duvida.

Pensando em cada uma das anteriores opções, que riscos se devem ter em conta e de que responsabilidades se devem fazer acompanhar?

É difícil de responder. São muitos grupos. Bem, termos de responsabilidade ética todos a devem ter. Em termos de responsabilidade efectiva, bom há sempre riscos. Há, para já o risco de não se conseguirem entender. De ser ainda pior do que o antigo sistema de cima para baixo. Mas falando dos pescadores, e fazendo uma generalização absolutamente cruel, uma generalização pode ser cruel como a maioria delas, mas dizendo que são pessoas extraordinariamente pragmáticas. Acho que se fossem dadas mais responsabilidades aos pescadores aceitariam com muito agrado. Há sempre o risco de incumprimento, claro. Mas também aí essa responsabilidade teria efeitos sobre eles

próprios. E há sempre riscos envolvidos, independentemente de haver dinheiro na equação, ou não. Acho que é preferível até haver uma formalização de onde é que vem o investimento. E acho que vale a pena porque possibilitaria um avanço qualitativo e quantitativo no trabalho e no contributo que as ONGs poderiam dar. E nesse aspecto, tendo as ONGs condições para desenvolver trabalho com alguma continuidade, com condições a esse nível, eu acho que não haveria problema em colocá-los como actores efectivos. Quanto às responsabilidades, estou a pensar, não sei. Há muitas responsabilidades a muitos níveis, porque são muitos actores. Acho que qualquer coisa é melhor do que a situação de statusquo. Acho que é um risco que vale a pena correr, o risco de se polarizarem as opiniões, de as responsabilidades e opiniões terem como objectivo uso fruto próprio deste ou daquele actor. Mas aí também deve haver um auto controlo, transparência. Deve haver a assunção clara que as empresas querem fazer dinheiro, que as ONGs da área do ambiente querem preservar os ecossistemas, os pescadores querem pescar e querem ter lucro. Quer dizer, acho que aí a responsabilização deve ser acompanhada de uma obrigatoriedade de diálogo e de vários tipos de contributos à transparência.

Sente que consegue promover (directa ou indirectamente) um melhoramento das condições de vida na pesca, na Murtosa? Se sim, em que aspectos.

Não, melhorar não. O que faço é àquele nível que estava a dizer. Conseguir mudar a opinião de um pescador, e isso acho que já consegui de alguns, não especificamente na Murtosa mas em outras comunidades. Mas, portanto, a opinião acerca dos investigadores, ou dos biólogos. Dos ambientalistas, vá. A alguns deles passei alguns dados ou algumas medidas que eles podem fazer no dia a dia. Penso que essa consciencialização já terei feito, mas pouco, pouco. A actuação é local e deve ser. Como já disse no que toca à pesca artesanal deve trabalhar-se local a local, com um determinado objectivo, com uma determinada metodologia, e depois… partindo do que é obtido nesse local é possível ir para outro. A nível de pesca artesanal acho que é muito importante, imagina, com os resultados obtidos agora dos MARGov eles agora conseguem de certa forma aproveitar algum do trabalho que fizeram ali noutra comunidade piscatória. Com os devidos reparos, reparações, mas que nestas comunidades artesanais acho que o trabalho que se vai conseguir fazer vai ser partir de cada caso e depois tentar reunir vários casos, transpor de uma posição para outra.

Acha que os mecanismos de diálogo que existem dão voz às pessoas que vivem na Murtosa?

Não. Aqui acho que é difícil. Não conheço a realidade mas depende muito de quem os estiver a ouvir. Há comunidades que têm disponível alguém de outro lado. Verdade é, não estão criados mecanismos que possibilitem aos pescadores ser ouvidos. Também porque, volto a dizer, muitas comunidades não estão preparadas para dar o seu contributo de uma forma interessante, construtiva. De certa forma, unificada. Não estão. Portanto aí, também há necessidade de trabalho a nível das OPs… agora, não conheço a Murtosa… (…) Se calhar posso compará-la com a Ria Formosa, que foi onde fiz a minha tese. Trabalhávamos com os pescadores, íamos *n* vezes para a Ria pescar. Havia muitos problemas e havia pouca gente a querer ouvi-los. Havia alguns casos, por exemplo de a Universidade, de trabalhar com pescadores, mariscadores. E, em alguns casos, a trabalhar como técnicos nas universidades.

Sim, queres dizer que são casos pontuais. Na Murtosa fiz duas entrevistas a dois stakeholders na pesca. E há muitos problemas…

Sim, também noto. Há muitos preconceitos e os pescadores foram ganhando anticorpos. É também o resultado de que agora tenhamos deles próprios uma ante crítica a todo o actor que eles identifiquem como responsável. Porque lá está. Vem associado ao Estado. E isso são coisas muito complexas e que vão demorar anos e anos… E aí passa muito por identificar actores que estejam disponíveis. Porque a pesca, ou eles não poderem pescar nesta, ou naquela zona, é apenas um problema entre muitos dos problemas que eles têm.

Também tens o oposto. Tens, penso, por exemplo, no Jornal da escola. O Jornal da Ria. Aí tens a pesca como motivo para movimentar a opinião das pessoas…

Sim, sim. A pesca é tema de incentivo. Que me torna diferente do outro. Que me torna um eventual pólo de desenvolvimento. Que não seja em pesca. Seja também a parte turística. Mostrar como se fazia antigamente. Mas é isso. Ver no local o que podes transpor para outras comunidades. Nem que seja pela negativa. Aqui não vai funcionar porque esta comunidade é pequena e esta actor não está direccionado para… sei lá.

O que gostaria de ver desenvolvido em termos de investigação nas pescas em Aveiro?

Eu vou te dar respostas pensando noutras realidades que conheço. Que sejam próximas ou pensando no geral nas pescas artesanais portuguesas. Eu acho que há uma forte carência de contributo de ciências sociais para as pescas em Portugal. Tenho tido oportunidade de falar sobre isto com várias pessoas, com vários cientistas sociais. Tenho tentado motivá-los. Exactamente porque identifiquei na minha tese que Portugal… o contributo que têm dado às pescas, está longe, longe de dar… tendo em conta que a investigação deve ver o natural, o económico e o social, e neste aspecto acho que se a investigação biológica é muito deficitária, a investigação nas ciências sociais ainda mais atrasada está. Ou seja, parte da investigação que tem de se fazer nestas comunidades piscatórias tem que partir das ciências sociais. Estudos socioeconómicos. Por outro lado também estudos que identifiquem o que é que aquela comunidade faz em termos de pesca, tecnologia pesqueira, o que é que é feito. Mas isso leva-me ao que eu te estava a dizer. Que se fizessem estudos com estas três valências. Biológicos, económica e social. Eu acho que isto era interessante. Tentar desenvolver estudos que envolvessem, uma quantificação biológica, o que é que aquela comunidade pesca, como é que pesca, depois quem são os pescadores e qual é a realidade económica desta comunidade. Gerar estudo com estas valências, eu acho que isso é a maior lacuna que eu identifico. E isso, portanto era o que eu gostaria de ver desenvolvido em termos de investigação, portanto, aplicada àquela comunidade em particular, e que tivesse em conta estas três valências. E obviamente que em investigação quando estiveres a estudar uma comunidade o ideal é teres uma série temporal o maior possível. Obviamente envolvendo certos tipos de metodologias. Há pouca bibliografia sobre pescas em ciências sociais. Por exemplo, sobre pesca desportiva, pelo que tu referiste, e que de facto todos nós ouvimos o discurso do tipo: o tal que conhece o gerente do banco e que pesca, e eu não…. vendo, eh pá faz falta conhecer melhor esta realidade. Um grupinho que estuda a pesca desportiva. Olha, eu num futuro próximo, quero ir para uma comunidade piscatória fazer inquéritos, entrevistas, utilizar dados estatísticos para fazer coisas económicas e sociais mas depois também utilizar uma parte importante para fazer uma parte de biologia pesqueira. Era o que mais adorava. Ir para… a Costa da Caparica fazer um estudo destes. Era giro…

Este modelo de governança, que pretende dar voz a todos os intervenientes, pode contribuir para a sustentabilidade da pesca artesanal?

Eu acho que qualquer modelo que pretenda dar voz a todos os intervenientes pode contribuir. Sim. Tenho dificuldade em dizer-te aqui o que é 'este modelo de governança', não sei… Eu acho que qualquer modelo que perceba, que ouça a pesca artesanal é positivo. E nisso é um bocado a postura das ONGs ambientalistas, porque a pesca artesanal é o tipo de pesca mais sustentável, ainda que os industriais tenham alguma resistência a aceitar isso. Porque têm dificuldade em perceber isso. Mas é muito importante dizer isto: há pesca artesanal e pesca artesanal. Há boas práticas e más práticas. Agora, por definição, é a pesca artesanal aquela que os ambientalistas mais pretenderiam.

Acha que a pesca artesanal conseguirá sobreviver no actual contexto da actividade das pescas na Europa?

Acho que é muito difícil acabar com a pesca artesanal. Acho que aquilo que é uma realidade dos países do Sul da Europa com o tipo de ecossistemas e de biodiversidade que temos, com as realidades sociais que temos… acho que é muito difícil acabar. Ela poderá sofrer mudanças muito grandes e poderá acabar localmente. Mas lá está. É porque aquele modelo de empresa unipessoal, de pescador que vai para o mar, utiliza uma arte que conheça, e que apanha seja sargo num dia ou seja pargo no outro, polvo um dia… dá mais ou menos para sustentar a sua família é algo que dificilmente deixará de funcionar. E depois, lá está, acho que é absolutamente indesejável para Portugal, em primeiro lugar, para a EU ao nível seguinte que a pesca artesanal acabe. A pesca artesanal tem valências que vão muito para além do económico e que são importantíssimas de preservar. Depois há a preservação dos ecossistemas costeiros, do património cultural que as comunidades costeiras têm e que preservam vivas. Para uma organização que pretende ser uma potência a nível mundial é essencial preservar estas realidades, estas comunidades. E que funcionam a nível local. Aliás, aquilo que está na mesa neste momento é precisamente dar responsabilidade da pesca artesanal ao estado português. E o estado português terá, a partir da entrada em vigor, uma grande responsabilidade. E aqui, aqui geram-se questões… eu vejo-o, como optimista que sou, como uma oportunidade fabulosa. Fabulosa. Os poucos contactos que tive com o secretário tiveram resultados muito positivos. Nomeadamente, sendo investigador, que é, está a recolher dados para saber melhor o que pode fazer. E manifesta interesse pela governança, faz questão de ter a opinião de todos os intervenientes. Manifesta o desejo de juntar nos à mesa com pescadores. Parece-me altamente sensibilizado para a questão da participação pública, tornar a governança mais pluralista. Há outra coisa positiva que facilitará a preservação da pesca artesanal na União Europeia. O regime de exclusividade das 12 milhas. A EU considera que tem sido positivo preservar as 12 minhas às embarcações nacionais, que acabam por ser apenas as embarcações de pequenas dimensões e por isso isto vai continuar. E é bom. E já agora, há só mais uma coisa que te vou dizer. Esta questão de a EU parecer querer estar a dar aos membros a preservação da pesca artesanal vem ao encontro do que eu te dizia. Antes da Proposta. Que é voltar ao que era entre propostas de dar ao Estado Membro esta responsabilidade, em vez daquele conceito de PCP macro. Esta decisão de dar a responsabilidade de dar a responsabilidade de pesca artesanal vem confirmar o meu pensamento. Nós vamos mesmo ter muita responsabilidade, e representa uma maior possibilidade de sobrevivência da mesma porque, lá está, os nossos responsáveis, apesar de tudo, estão mais atentos ao que é a realidade portuguesa. Muito mais do que os responsáveis de Bruxelas.

Duração da entrevista: 1:00:24

Bom dia. Vamos começar a entrevista…

Bom dia.

Pode começar por contar-me brevemente o seu percurso profissional? Brevemente…

Tirei o curso de biologia marinha e pescas, no Algarve em 1990 e iniciei a minha tese de final de curso e depois de doutoramento associado à pesca artesanal, nomeadamente à pesca de bivalves. Nessa altura fui convidado, depois de apresentar a minha tese de doutoramento, em 1996, fui convidado para ser responsável pela gestão da pescaria de bivalves a nível nacional. Aceitei com todo o gosto, foi um desafio interessante e portanto toda a minha vida profissional nestes últimos anos tem sido dedicada à pesca artesanal, em particular à pesca de bivalves com ganchorra e há cerca de 5/6 anos fui convidado para coordenar um Grupo de Investigação no IPIMAR. Essa investigação está relacionada com a pesca artesanal e apanha, e aceitei o desafio interessante, a liderar um conjunto de pessoas sobre a apanha a nível nacional. Entretanto apareceram projectos relacionados com a pesca artesanal, pequena pesca e apanha, como é o caso do actual projecto. O projecto PRESPO tem como missão identificar soluções para problemas relacionados com a pesca artesanal, não só em Portugal como ao nível da comunidade europeia. E pronto, o que lhe posso dizer é que estou muito ligado à pesca artesanal, muito ligado à gestão das pescarias e, por conseguinte, à procura de soluções para os problemas que afectam a pesca artesanal…. Obviamente o IPIMAR, como investigadores do IPIMAR podemos apenas dar sugestões à administração, obviamente que podem ser aplicadas ou não, tudo o resto já é um problema político, não é? As nossas sugestões não têm qualquer… nenhum carácter vinculativo.

Claro, mas é nesses termos que se relacionam com governança, portanto...

O IPIMAR e eu em particular temos tido um papel importante em termos de governança, porque temos conseguido sobretudo nesta área da pesca de bivalves, mudar muitas coisas, nomeadamente mudar mentalidades, mudar a forma de gestão. Colocar a gestão no caminho que considero certo, adaptado às características locais e recursos, ser uma gestão muito pró-activa e muito dinâmica. E por ser dinâmica e sobretudo assente em base cientifica, conseguimos obter muita colaboração do sector, sem essa colaboração não seria possível promover algumas das soluções encontradas e com isto temos conseguido manter de forma sustentada uma pescaria que tem um impacto muito grande com uma forte aproximação com a comunidade. Não só no Algarve onde tenho estado a trabalhar mas, ao longo de toda a costa portuguesa. Isto é mais ou menos o que eu tenho feito, depois se quiser mais alguma informação, especificar mais alguma coisa.

Sim iremos especificar mais alguns aspectos ao longo da entrevista. Miguel, fale-me um pouco sobre a governança ao nível da Europa, diga-me qual a sua visão. Se acha que tem ajudado à politica europeia, das necessidades que observamos?

Bom, em relação ao que é que tem sido a política europeia dos últimos anos, eu tenho uma visão pessoal e associada ao projecto onde tenho trabalhado. A Política Europeia tem-se pautado com o objectivo de garantir a sustentabilidade dos recursos e pescarias, adaptando-a à nova realidade e tem sido baseada em novos planos de gestão. Esses planos de gestão são muito associados às quotas de pesca. O que se passa, e olhando aqui para a frota particular europeia e sobretudo de Portugal, de Espanha e de França que são objecto do nosso trabalho, o que nós verificamos é que essas medidas de governança são sobretudo dirigidas às grandes pescarias e embarcações ou seja fica de fora 80 e tal % da frota europeia, cuja maioria tem menos de 12m. Ou seja mais de 80%,

correspondendo a mais de 10.000 embarcações que existem nestes países, é uma frota inferior a 12m, que actua muito junto à costa, o que significa que é relevante. O que tem interesse em termos de gestão é gerir os recursos comuns, usados pelos diferentes sectores. Deixando a gestão da frota artesanal para os próprios países. Qual é a lógica disto? É que isto é muito mais fácil gerir a pesca industrial do que a pequena pesca, pois o número de recursos é muito mais pequeno, o que é explorado é muito mais limitado. É muito mais fácil seguir essas embarcações e perceber o que as pessoas fazem, enquanto que a pequena pesca está enraizada em toda a costa, está implantada em vários portinhos ao longo de toda a costa, e isso faz com que seja muito mais complicado de a gerir. A União Europeia vem dar esta responsabilidade aos respectivos Estados Membros, obviamente faz com que as obrigações dos seus Estados Membros e que atenção dada – e quando falo em atenção falo também das verbas disponíveis – seja dirigida para as grandes pescarias. A pequena pesca e quando falo na pequena pesca falo nas pequenas embarcações que operam, tem sido um pouco, vá lá, digamos assim a ovelha negra da frota piscatória.

Sendo descurada…

A pequena pesca tem sido descurada e, apesar de importante, há muita dificuldade em geri-la, o que deriva em geri-la de forma pouco sustentada. O paradigma desta gestão tem de ser alterado completamente e o que tem sido feito pelo nosso governo, nomeadamente a Direcção geral das Pescas é tentar de alguma forma gerir dentro das possibilidades, o que é gerível, ou seja mais os problemas que vão surgindo e não de uma forma global. Gerindo não com a dinâmica global, e olhando às preocupações da comunidade piscatória, mas gerindo os problemas à medida que vão surgindo. Ou seja imagine que há uma falha de um stock qualquer numa determinada região, e tentam então resolver esse problema em concreto e não de uma forma sustentável. E tem sido assim a gestão das nossas pescas, obviamente que tem melhorado, tem melhorado mas ainda está muito aquém do desejável e uma das coisas que costumo dizer é que na pequena pesca a nível da Europa normalmente olham para o produto interno bruto. Olham para o produto interno bruto e vêem que o produto gerado pela pequena pesca é muito baixo, mas a pequena pesca em termos socioeconómicos e culturais tem uma grande impacto ao longo das comunidades de toda a costa. Além do mais tem um impacto muito positivo noutras actividades como a restauração, o turismo e tem um impacto tão grande que se deixássemos de capturar peixe de grande qualidade nas nossas águas, que também é um chamariz do nosso turismo, a nossa gastronomia rica em produtos do mar, se a deixássemos cair o impacto poderia ser bastante significativo. A comunidade europeia tem de ter uma visão diferente da gestão da pesca tem de se preocupar mais com a gestão da pequena pesca e assumir essa responsabilidade, não é só ir dando aos estados membros essa responsabilidade para gerir a sua frota. Da mesma forma que gere bem os grandes recursos, tem de accionar os mecanismos e os recursos para gerir a frota industrial, também deveria assumir um papel de responsabilidade na gestão da pequena pesca. Como se faz? Mudando o paradigma da gestão no seu global, fornecendo meios financeiros para conhecer bem a pequena pesca. Sem conhecimento técnico, sem conhecimento cultural, não se consegue gerir a pequena pesca. Portanto é nesse sentido que a CE deve seguir, é difícil, não tem essa visão, mas cabe a nós todos mudar essa visão da CE e tentar ajudar de alguma forma a manter a sustentabilidade deste tipo de frota.

O projecto PRESPO é co-financiado pela união europeia?

O PRESPO é co-financiado por uma entidade da UE, Espaço Atlântico. Não interessa muito o toma lá o dinheiro e façam isto. O que seria importante era que as soluções que

encontrámos na pequena pesca viessem a a ser implementadas no futuro. Não cabe aos cientistas e investigadores tomarem decisões, nós sugerimos, nós damos todos os dados para que a Administração e políticos possam escolher, indicamos quais as soluções possíveis, pois o mesmo problema pode ter várias soluções, cada uma com as suas implicações, mas se conseguissem tomar a decisão de avançar com alguma das soluções identificadas, já teria impacto positivo para o sector. Portanto cabe agora aos políticos tomarem decisões, passarmos à prática, porque se todo este trabalho que temos a encontrar soluções ficar na gaveta, todo o investimento feito nesta pesquisa é desperdiçado. Não faz sentido, se nenhuma fôr aplicada, só faz sentido se forem aplicadas, estamos a finalizar propostas que serão enviadas a várias entidades no sentido de algumas destas soluções encontradas serem implementadas.

Quanto às propostas dos observatórios?

As propostas dos observatórios… É algo de ambicioso. É complicado, porque os grandes pescadores estão bem organizados, através das suas associações, o que já não acontece com os pequenos. Se tivermos numa associação de pequenos pescadores eles nem se entendem entre si, se for preciso lutam individualmente pelos seus próprios interesses e raramente pelos da comunidade. Os observatórios parece-me uma boa medida para pressionar fóruns de discussão e encontrar soluções duradouras, sendo este um objectivo a atingir. Os pescadores não querem estar envolvidos neste tipo de discussão, ou não querem ou têm relutância em fazer parte e dar a sua opinião. Muitos pescadores quando estão comigo até dão a sua opinião, mas na presença da Administração, acanham-se e têm medo de falar. Há excepções, mas temos muitas situações em que nem querem implementar as soluções que são para o bem deles. É importante criar esses fóruns de discussão e era uma oportunidade do grande público olhar para a pequena pesca de uma forma diferente. Normalmente a pesca está associada a uma profissão de risco, com pobreza e dá-se o estigma da pobreza como na agricultura, sector este que está já a atrair muitos jovens. A pesca é muito associada à pobreza e essa visão tem de ser mudada, para a pesca subsista no futuro. Como projecto alertamos para essa situação, tem de haver um esforço de todos para mudar essa mentalidade e com isso tentar aumentar a rentabilidade da pesca que é um outros problemas existentes. E além disso atrair jovens para a actividade, senão daqui a 10 ou 15 anos temos 50% da frota envelhecida. Os observatórios são importantes, mas é apenas uma das fases de muitas que têm de ser implementadas. Só por si os observatórios não chegam, só falar não chega, é preciso implementar soluções integradas, olhando para o futuro, isso sim faria todo o sentido. O que considero mesmo interessante é mudar a visão da gestão da pesca, a pesca tem de ser gerida. Temos de dar espaço à pequena pesca, grandes embarcações não podem operar muito perto da costa em determinadas zonas, têm de estar afastadas. Ou seja, tendo em conta as características da própria costa e dos nossos portos. Algumas áreas têm de ser exclusivas para a pequena pesca. Depois integrar toda esta perspectiva numa politica. Não é o petróleo nem o turismo, a pesca é a actividade que ocupa as águas do mar durante todo o ano. Temos de ter o conhecimento, integrar numa politica económica e costeira, cabe-nos a nós alertar depois de obtermos o conhecimento. Se conseguirmos manter em activo as pequenas embarcações e as comunidades, dar-lhes rentabilidade e melhor qualidade de vida, tem de haver de facto vontade em gerir a pesca, caso contrário isso não é possível. Nestes últimos 10 a 15 anos, encontrámos comunidades a desaparecerem, não havendo pesca não há emprego, desmoronando uma actividade com importância estratégica para o país.

Estou a entendê-lo perfeitamente. E em relação aos mecanismos de Portugal?

Até há pouco tempo a gestão era muito top-down, ou seja havia até algumas decisões baseadas em estudo científico, mas raramente o sector era ouvido. Mas na realidade quem decide é a administração, pode haver reuniões com o sector, propostas, mas essas soluções não são obrigatoriamente implementadas. Tem de haver maior participação do sector, as próprias organizações têm de ter mais força, falo nas organizações de pescadores.

Nota então uma melhoria na intervenção, ou seja tem havido mais participação por parte dos pequenos pescadores nos últimos anos nestas reuniões?

Noto que há um esforço da Administração em envolver um pouco mais os pescadores e isso reflecte-se. Estou habitualmente sentado à mesa pelo IPIMAR, com outros intervenientes. Há uma preocupação por parte da Administração em envolver, mas ainda é pouco. Tem de haver maior responsabilidade por parte das organizações. Se queremos uma gestão espacial, que sejam consideradas as especificidades das comunidades e da própria pesca, sabemos que há um conjunto de pequenas embarcações ao longo de toda a costa. De facto era importante uma maior responsabilização por parte das organizações. O sector é renitente em participar na fiscalização, em situações que até entraram em acordo com a administração, esse é um grande entrave. Nós queremos mudar, ok então podem fazer…. As organizações têm de ver que benefícios conseguem tirar se implementarem a gestão. Gerir melhor a frota, área de pesca e recursos. Temos exemplos na União Europeia de pescadores que gerem as suas próprias pescarias, com responsabilidade. Algumas podem até ter biólogos nas suas associações, que baseados nisto dão à administração os dados necessários para tomar decisões, controlando o desenvolvimento das espécies, mas tem de haver uma mudança de mentalidade por parte do pescador, não cabe só à investigação. Estão ou não estão mentalizados. Querem a mudança mas ao mesmo tempo não querem. Dentro das próprias organizações não se entendem. Se falar com organizações ligadas à pequena pesca, eles próprios assumem que não se entendem. Tem de haver uma mudança radical de mentalidade. Nós estamos num ponto que é necessário agarrar e, ou se agarra a oportunidade de agora dar força á pequena pesca e agarrar o desafio com tal forma de gestão ou correm o risco de daqui a uns anos ser tarde demais, ou de outros sectores lhes passarem por cima. Dar mais dinheiro para a investigação e aquisição de conhecimento sobre a pequena pesca, para determos o conhecimento, coisas simples como documentar a arte e utensílios que usam, para termos a uma noção e depois conhecer a melhor forma de a gerir. Se a conhecermos podemos modificá-la. Tem de haver vontade da Comunidade Europeia, dos investigadores, economistas, etc…. a obterem informação para conseguir gerir. Estamos num ponto de viragem, ou se conhece agora e agimos ou a pequena pesca cai com todas as implicações socioeconómicas. Podemos implementar inquéritos a nível nacional e da UE, extensível a países com pesca artesanal, introduzir sistemas de GPS/GPRS, permite controlar, que arte usam, onde e quando vão, etc.

Os pescadores são permissivos quanto ao uso desses equipamentos?

Alguns sim outros não. Mas têm de começar a entender que é o seu futuro que está em jogo, a sua profissão e a sustentabilidade de tudo isso. Daqui a curto prazo serão menos os que se fazem ao mar e talvez daqui a 10 anos se reduzirá tanto que é ignorada ou vamos implementar os sistemas e tentar manter a notoriedade e a existência da pesca pequena.

Pode ser implementado em qualquer embarcação?

Sim, sim, em qualquer embarcação, desde que tenha fonte de energia. O nosso trabalho tem passado também pela instalação destes sistemas.

Com esse sistema consegue fazer a gestão espacial que referiu. Ou seja com GPS sabe-se logo em que zonas estão a pescar, certo?

O custo/benefício deste tipo de sistema é, portanto, é enorme.

Mas sem ser necessário uma fiscalização pesada. Ou seja com GPS nós sabemos onde é que os barcos estão, à partida, não é?

Aplicado a este sistema está um sistema de análise de dados. E o que é que nós conseguimos? Podemos saber, de facto, onde é que as embarcações estão, onde é que actuam, com que artes, e se estão a usar as artes locais, ou seja, apropriadas. Imagine que um barco só pode usar 3000 covos, se conseguirmos estimar de uma ponta a outra a distância, sabemos o número de covos que lá estão. Repare isto é fundamental, mas é para os próprios recursos, para a sustentabilidade da exploração, quer dizer, não podemos estar a por covos np mar, só porque os… Portanto é uma solução que deve ser implementada, a nosso ver. As embarcações grandes têm um sistema de VMS, portanto, eles sabem onde é que estão os barcos. É assim que gerem a pesca das embarcações industriais, mas em termos de custo/beneficio, nada se compara com este beneficio deste sistema que nós. Porque é muito mais barato este tipo de sistema do que o próprio VMS. E além disso, o VMS não dá para aplicar em embarcações pequenas como os da Murtosa, ou o que fosse. Tem custos obviamente, mas é uma boa forma de gerir. Se a intenção é gerir e se a União Europeia querem de facto gerir de uma forma responsável, e se é essa a sua intenção, que é gerir, e não acabar com a pesca, então esta é uma forma de nós conseguirmos melhor a pescaria a nível europeu.

Como fariam para incentivar uma comunidade local ao uso de sistemas de gestão?

Nós já fizemos algumas experiências com pescadores, portanto, fizemos ensaios. Eles aceitaram muito bem, e inclusivamente uma das propostas foi aplicar oficialmente este sistema a bordo das embarcações da pesca da ganchorra. Portanto, esse público envolvido. E até saiu uma legislação nesse sentido. Qual é o problema? Têm custos. Portanto tem que haver uma vontade por parte da Administração, portanto a vontade de assumir, a aquisição destes sistemas e colocar a bordo das embarcações de pesca. Os pescadores não estão contra, agora face ao que eles já ganham, à rentabilidade das embarcações, também assumir mais um custo do aparelho, mais um custo de comunicações, nesta fase é muito complicado. Se houver ajudas para esses sistemas e em custos associados à sua utilização, Esses sistemas comportam custos para os pescadores… e aí as próprias OPs, por exemplo aqui em Setúbal, que é um dos que estão mais empolgados na sua introdução na pesca da ganchorra, eles próprios já disseram que assumiam até os custos com as comunicações, com aquilo que cada associado paga eles podem assumir os custos. Quais são os benefícios para eles? É que se pode gerir a pescaria já de uma forma diferente. Um sistema de gestão espacial permite controle de área, como vigia. Se detectarmos por exemplo a presença abundante de espécies juvenis numa determinada área, nós podemos fechar essa área. Só. Delimitar essa área. O que é que se fazia antigamente? Fechar uma zona muito maior. Para de facto nós sabermos que eles não iam. Agora podem ir de aqui até aqui. Nesta área específica, se entrarem, têm penalizações. Outra das coisas é… no caso de haver um defeso. No caso dos bivalves há um defeso de um mês e meio. Com consequências, que nós reconhecemos, há consequências económicas, porque durante um mês e meio eles não estão a receber. Mas, enfim, estamos também a proteger a sua actividade. Mas o que nós podemos fazer com esses sistemas é implementar sistemas de venda rotativos.

Ou seja primeiro fecha-se uma área e depois fechamos outra área. Mas estamos de facto a controlar.

Imagine que um pescador tem dificuldade em gerir o dinheiro. Que ganha muito numa altura e pouco noutra. E isso é um dos problemas que lá se observa. Conseguem dessa forma se ganhe de forma mais equilibrada ao longo do ano?

Vamos lá ver, o ganhar de forma equilibrada, depende um bocado do que está disponível em termos de recursos para o pescador. Este tipo de pesca é gerido neste caso, nós implementámos aos pescadores um sistema de quotas diárias de pesca, ou seja, eles não podem pescar, imagine, mais do que 200 kg por dia, pode ser mais pode ser menos, não interessa. O que é que isto faz, faz com que, eles não distribuem o rendimento de maneira diferente ao longo do ano, ou seja, na realidade todos os dias só podem pescar 200 kg, eles é que têm que criar mecanismos de rentabilizar, ou do pescado de primeira venda ser superior. Isso acontece muitas vezes é que no Verão, como há mais procura, os preços aumentam e no Inverno os preços diminuem. Bom, isso já é um problema, este tipo de sistemas não permite, como normalmente os recursos não são geridos por quotas, esses recursos da Murtosa, ou da pequena pesca, ou seja, não há quotas de pesca, portanto o que pode haver é a utilização diferente, de artes diferentes ao longo do ano com base nos recursos que há disponíveis. Mas isso, esses sistemas não permitem gerir isso, permite sim, imagine que você tem uma quota de um barco de mil toneladas, não interessa, e portanto você tem mil toneladas para gerir, portanto você pode repartir, ao longo do tempo essa quota, ou pode cingir a quota a dois meses, que é os meses que se vende mais, e portanto o preço está mais alto, e aí sim pode balançar este tipo de coisas. Com este sistema que nós estamos a dizer, não consegue balançar, dizer que ganha mais num mês ou repartir o rendimento ao longo do tempo, porque isso vai depender muito dos recursos que não são geridos por quota, eles metem lá dez redes, podem apanhar muito ou pouco, agora dá é para gerir de uma forma mais racional a exploração dos recursos, isso sim, ou seja, imagine que há determinadas alturas do ano que há uma maior concentração de juvenis no mar, então dizemos, "não vão pescar para esses lados, vão pescar para o outro", e aí estamos a controlar com todos os benefícios que daí advêm, para o pescador e para o recurso também. Portanto, isto sim é um sistema, esse sistema que está a falar é um sistema diferente, que normalmente aplicado à pequena pesca de TAC's, de quotas, é quase impossível, por causa da diversidade de espécies que capturam, a diversidade de artes de pesca, agora são sistemas que permitem gerir melhor, espacialmente a pesca, e trazer alguns benefícios, no caso especifico da ganchorra em que há uma época de defeso, não obrigar a frota a estar parada, mas sim fazer descansar determinadas áreas, mas estando sempre a pescar, e assim não perdem rendimento durante um mês e meio. São pequenos sistemas que permitem implementar outro tipo de medidas de gestão, que se não houverem não se conseguem implementar, ou se se implementarem não há controle nenhum. Essa é uma das mais valias e depois é a parte espacial que podemos depois implementar este tipo de governança que eu acho que para a pequena pesca é benéfica, que é a gestão espacial do espaço.

Isso relaciona-se muito proximamente com o tipo de governança em áreas marinhas protegidas?

As Áreas Marinhas Protegidas são uma ferramenta especifica, são uma ferramenta que pode ser interessante, mas tem que ser muito bem implementada, porque isso também trás risco para a pequena pesca. As áreas marinhas protegidas, como tal, e como estão a ser criadas, são interessantes e importantes para a biodiversidade marinha, não propriamente para os recursos em si. Ou seja, áreas que são muito ricas em termos de

biodiversidade devem ser protegidas, eu particularmente sou a favor, mas não se podem fazer áreas marinhas protegidas só por dizer que temos uma grande, ao longo da costa não sei quantas áreas marinhas protegidas, mas têm que ser feitas de uma forma racional, e encontrando as soluções de como integrar a pequena pesca na implementação dessas áreas marinhas protegidas. Temos conflitos grandes aqui em Sesimbra, em que alguma frota acabou, são zonas importantes para implementar, mas depois há duas coisas que é preciso fazer, que é, primeiro é mostrar aos pescadores porque é que se está a fazer aquela área marinha protegida, faze-los ver a importância de criar, e como é que se encontra soluções para que eles simplesmente não deixem de pescar. É impossível dizer a um pescador da pequena pesca ir pescar a mais de três milhas do seu local de pesca, porque isso tem implicações enormes em termos de custo de produção, portanto, muitas vezes se não se implementar com cuidado as áreas marinhas, ou os parques naturais e as regras que definem os parques naturais, se não se tiver cuidado pode se estar a acabar com a pequena pesca também, não se acaba com a pesca costeira, porque um barco costeiro pode pescar a duas milhas como a três milhas ou quatro, agora um barco pequenino não pode ir para muito longe, tem que operar junto da costa. Portanto tem que se ter em consideração também as particularidades dos locais onde vão ser implementadas essas áreas marinhas protegidas, ter em atenção as comunidades piscatórias que são abrangidas e que alternativas é que existem para essas comunidades, ou se a pesca não é posta em causa, ou se há um sacrifício, porque às vezes tem que haver sacrifícios, mas como é que esse sacrifício pode ser compensado. Porque, quer dizer, implementar uma área marinha e depois dizer que vão 100 pescadores para o desemprego, e que não há alternativas

Numa concessão de gestão espacial, existem inúmeras ferramentas, ou seja, áreas marinhas protegidas, eu usei esta porque foi a que me lembrei, mas podem ser usados diversos sistemas, diversos modelos de gestão, certo?

Tem que ser visto por uma perspectiva, se nós quisermos fazer a gestão costeira, o ordenamento costeiro, onde se inclui uma série de ferramentas entre elas as áreas marinhas protegidas, temos de faze-lo de uma forma integrada, e não podemos dizer, "olha, vamos só fazer, implementar esta área marinha protegida aqui", não temos que olhar para todo o contexto e depois saber como é que podemos implementar. Esse tipo de coisas, a perspectiva de integração e de uma perspectiva holística de gestão é que tem que ser implementado, de modo a que de facto todos saiam beneficiados com isso, por vezes há uns que têm que ser sacrificados, mas que vejam que a sua implementação, também se calhar a longo prazo, ou a médio prazo pode lhes trazer alguns benefícios, e isso é que tem que ser feito de uma forma integrada, não é agora fazer ali um porto de pesca qualquer, num sítio qualquer, um porto de recreio, só porque o turismo é importante, mas depois esquecemos toda a parte piscatória, são retirados daquele local para não darem mau aspecto, tem que ser feito num contexto, duma forma integrada de modo a que seja visto de uma forma racional, e de uma forma integrada, essa gestão espacial, em que todos os sectores têm que ser integrados e ouvidos de forma a que todos saiam beneficiados com determinada coisa, e isso eu acho que não tem sido feito, ou quando é feito é feito direccionando as coisas mais para um lado do que para o outro.

Se quiser então voltar a falar-me do PRESPO…e do seu papel nesta área.

O PRESPO em si não melhora nada, o PRESPO em si procura soluções, vai sugerir à administração a implementação de soluções para a pequena pesca, se forem implementadas, aí sim ajuda. Aliás, nós fizemos um documento, agora para a política comum de pescas, para o Livro Verde, em que sugerimos um conjunto de medidas que deviam ser integradas no Livro Verde, e agora o projecto está a acabar, vamos fazer um

documento mencionando os problemas identificados e soluções que podem ser implementadas para resolver esses problemas, nesse sentido é um contributo do PRESPO, mas se não forem implementadas, quer dizer, não passa disso, não passa de sugestões, e que vão ser esquecidas, se ninguém as agarrar acabam, com o tempo, por ser esquecidas. Eu tenho esperança que não seja assim, tenho esperança que venha, de facto a, se forem implementadas, enfim, a melhorar de uma forma integrada a gestão da pesca. Agora posso dizer, alguns estudos que fizemos no PRESPO tiveram consequências, de facto, nas não de forma integrada, correspondendo a problemas especificos, houve por exemplo, nós fizemos estudos relacionados com a pesca do choco, portanto com os estudos que fizemos melhorámos a legislação actual, houve algum contributo, mas são contributos pontuais, não daquele contributo que eu gostava, e que eu acho que neste tipo de projectos merece dar, que é a gestão integrada da pesca, contribuir de facto para a gestão integrada, podemos resolver problemas pontuais, como eu disse há bocado, de implementar esse sistema na pesca da ganchorra, que enfim, a administração também foi receptiva, os pescadores foram receptivos, mas é só para uma determinada pescaria, já é importante mas o que seria interessante era implementar uma política a nível europeu para a pequena pesca, e uma mentalidade, de facto, europeia para a pequena pesca. Se nós conseguíssemos fazer isso era fantástico.

Mudar a governança passa também, aqui em Portugal ou na Europa, independentemente disso, posso afirmar que passa também por dar mais responsabilidade ao universo da investigação, ou seja, conseguir que essas propostas sejam mais vinculativas? Mas aí também vendo que riscos é que tem, o que é que pode implicar, por exemplo em termos de conhecimento.

O que tem que haver não é bem vincular os investigadores, ou os resultados da investigação, o mais importante de tudo é que a União Europeia veja a pequena pesca como sector estratégico para a União Europeia, se conseguirem ver isso, a pequena pesca como sector estratégico para a União Europeia, de desenvolvimento, de coesão territorial, de coesão social, com impacto positivo para as comunidades, se olharem nessa perspectiva, aí sim, aí temos todos uma responsabilidade grande, não é só os investigadores, é o sector, é a administração, são as ONG's, todos a colaborar-mos para um fim comum. A investigação tem um papel fundamental aí, que é o de angariar conhecimento que permita depois ser incorporada nos modelos de gestão das pescarias, na forma de gerir, tornar a gestão mais dinâmica e assente em conhecimento, não haver conhecimento, seja ele de que tipo for, não há gestão sustentável, podemos inventar coisas, implementar medidas, mas se não são sustentadas não têm pernas para andar, nem nós sabemos depois o que é que estamos a comparar, e nesse sentido aí de facto a investigação tem um papel importante mas não é o único interveniente. É preciso é ter meios para que nós consigamos fazer investigação, neste momento são muito poucos.

Vamos nos direccionar um dos locais que tem observado. Fale-me por exemplo sobre Aveiro ou Murtosa.

Eu penso que o caso de Aveiro ou o caso da Murtosa é muito igual a muitos outros casos ao longo da costa. A Ria de Aveiro, se falarmos sobretudo da Ria de Aveiro tem um papel muito importante em termos sociais, económicos e culturais para a região, agora se me perguntar se tenho grandes conhecimentos do que se pesca, como se pesca, é aquele problema que eu lhe disse, de facto existe muito pouco conhecimento do que é que se faz ao longo da costa, do que é que é essas embarcações, e aqui no caso da Ria de Aveiro também estamos a falar, não só da pesca artesanal, mas da apanha, que também é uma actividade muito importante para a região. O que é que nós temos que ver, temos que ver, se queremos gerir a pequena pesca, seja na Murtosa, seja em Aveiro, temos que

olhar depois para as especificidades dos próprios locais, das próprias comunidades, e com base nessa especificidades, então implementar medidas de gestão que garantam…, nós o que verificámos nos inquéritos que fizemos foi, os problemas verificados no Algarve, que alguns são comuns, mas alguns são locais, não faz sentido resolver um determinado problema a nível nacional, a gestão tem que ser feita respondendo também a esses problemas locais.

Saber o que há nela, em comum, a nível nacional, na pesca artesanal, e o que ela tem de distinto em cada local?

Exactamente. E o que é que é comum na pesca artesanal? Se nós formos perguntar aos pescadores a primeira coisa que eles dizem logo, aliás nos inquéritos isso é visível, é custos de produção a aumentarem devido ao aumento do combustível e o preço da primeira venda do pescado muito baixo, não compensa os custos de produção, portanto estes dois factores, e aí temos um conjunto de propostas também, e depois temos um conjunto de outros factores que contribuem para o baixo preço do pescado, etc., enfim, nós identificámos cerca de 47 problemas associados à pequena pesca, dos quais alguns são muito particulares. Podemos falar, por exemplo, das áreas marinhas protegidas, são particulares aqui da zona de Sesimbra ou da costa sudoeste alentejana, mas já não têm importância para…, são problemas identificados pelos pescadores, que põem em causa, segundo eles a sustentabilidade da frota da pequena pesca naqueles locais, as áreas marinhas protegidas em Sesimbra não têm implicações no Algarve. Por exemplo, o facto de lá no Algarve haver, e no Norte também, eles saírem, muitas comunidades os barcos saem da praia, portanto alguns reivindicam um porto de pesca, para terem melhores condições, para poderem pescar mais dias, nalguns casos existe porto de pesca, isso não é um problema, mas para outras comunidades são problemas, noutros o assoreamento de barras, por exemplo, a pesca ilegal, importantíssimo, muito mais importante nuns locais do que noutros, na Ria de Aveiro isso é um problema, aqui no Rio Tejo é um problema, na Ria Formosa é um problema. A pesca recreativa, que muitas vezes é uma pesca profissional mascarada e que é muito importante, sobretudo nas rias, nos rios mais do que na costa em si, que também existe, também são problemas mais preocupantes nuns locais do que noutros. E depois temos aqueles que são comuns a todos, como é que nós conseguimos adicionar valor ao pescado, por exemplo? Como é que nós conseguimos contrariar a subida do preço do combustível? Se você for ver o preço de primeira venda em lota do pescado nos últimos 10 anos, vai ver que tem estabilizado, o preço para algumas espécies está estabilizado, noutras está mesmo a decrescer, e noutras sobe mas não compensa a subida dos custos de produção, do combustível, e nesse sentido há que encontrar soluções para estes problemas. Quer dizer, ninguém continua a pescar se não tiver lucro, não é? Ou a trabalhar, se nós tivermos uma empresa e essa empresa estiver sempre a dar prejuízo, chega a uma altura em que acabamos com a empresa, isso hoje em dia é a coisa que acontece mais.

São as que se relacionam mais com a economia, mas ainda assim terem consequências muito distintas de local para local, e isso vai depender do peso que a pesca tem na actividade local…

Com o projecto propusemos um conjunto de soluções para esses problemas. Uma das soluções presentes, que é simples, que é Eixo 4 do PROPESCAS incentiva a diversificação socioeconómica, na nossa perspectiva, a diversificação socioeconómica deve ser feita não de uma perspectiva de acabar com a actividade em si, mas de encontrar uma actividade complementar à pesca que permita rentabilizar a embarcação. Ou seja, o que é que muita gente faz, "montamos um restaurante e ele sai da pesca", não é isso que nós achamos que deve ser feito, achamos que deve ser feito é manter o

pescador na pesca e arranjar uma alternativa de rendimento que permita aumentar, rentabilizar a embarcação em si. Por exemplo, a pesca turismo é uma actividade que tem cada vez mais procura a nível europeu, há mercado para a pesca turismo, só que temos um problema grande, é que a legislação actual não permite que isso seja implementado, o que é que é necessário fazer? Alterar a legislação, alterar mentalidades por causa da segurança, enfim, criar condições que permitam que essas actividades de diversificação, sejam elas quais forem, sejam na realidade passíveis de serem introduzidas, implementadas, mas para isso há que mudar muita coisa, não basta dizer é bom. Por exemplo a marinha é muito renitente a esse tipo de pesca, de actividade por causa da segurança dos turistas. Podem ser encontradas soluções específicas, de local para local, na Ria de Aveiro no Verão, eu duvido que haja algum problema de segurança, pode acontecer, acidentes podem acontecer. E se calhar um turista ir ver uma actividade de pesca, um pescador a levantar as redes, etc., e pagando cerca de 50 ou 60€ para acompanhar um dia de pesca, e depois até pode pagar mais 50 ou 60€ para jantar com o pescador, onde ele confeccione o produto pescado, aí rentabiliza muito a embarcação. Há mecanismos que permitem rentabilizar, e isso tem também a vantagem, pode eventualmente diminuir o esforço da educação dos miúdos, não perdendo rendimento, são pequenas coisas que podem, que têm que ser alteradas, se queremos de facto diversificar a actividade, se queremos de facto criar mais valor ao pescado, ao que seja, é necessário mudar de legislação e mudar mentalidades, para que essas acções sejam uma realidade, caso contrário não saem do papel. Há muito essa coisa de fazermos coisas muito bonitas e dizermos que podem ser implementadas, isto e aquilo, mas depois se não for dado o outro passo a seguir, fica tudo em águas de bacalhau, nada é implementado, gasta-se um montão de dinheiro, nada é implementado e o pescador fica na mesma. Há uma série de soluções, outra das coisas presentes das soluções que nós propomos, para o baixo preço do pescado em primeira venda, em lota, nós sabemos que há um lobby dos compradores, e portanto havendo esse lobby, acontece é que o preço é muito baixo, eles combinam, "não vamos comprar o robalo a mais de 3€, portanto quando chegar aos 3€ começamos a comprar", isso baixa muito o preço. Em França, fizeram uma experiência interessante que era o pescador poder vender ou não através da lota, ou seja, tinha que ir à lota pesar o peixe, para se saber o que é que tinha capturado, mas depois ou vende pela lota, ou vende directamente ao consumidor final, ao restaurante. O que é que aconteceu, desde que isso foi implementado o preço em lota subiu imenso, o que é que aconteceu, o pescador vem em dia de faina, está cansado, a ultima coisa que quer é ainda ir de restaurante em restaurante, às portas e saber se querem comprar o peixe, portanto como o preço em lota aumentou significativamente, mais do que 100%, o que é que acontece, acontece que eles começaram a vender na lota. São pequenas estratégias, agora é preciso é que a administração aceite implementar este tipo de medidas. Há exemplos bons, exemplos que podem ser seguidos, que podem ser implementados, já se viu que trouxeram benefícios para o pescador, portanto são pequenas soluções, fáceis até de implementar e que podem trazer um benefício enorme, e eles depois também no IVA e no IRS…. O pescador de facto e nós sabemos isso, e qualquer pessoa sabe isso e se perguntar a qualquer político sabe isso, eu se tivesse um barco de pesca e me pagassem por um robalo 1€, eu tento vende-lo por fora, porque dão-me 10€ pelo menos, pelo peixe que tenho ali. Se nós conseguimos ver quais são os benefícios, a própria administração conseguir ver, para a própria investigação, para a própria gestão dos recursos, para a própria economia, há uma mais valia, implementar alguma das soluções que se propõe para aumentar o preço de venda do pescado, tudo isto pode ser facilmente implementado, quer dizer, haja vontade, as soluções estão aí, estão visíveis, agora é preciso haver vontade de implementar, sobretudo política. Eu

acho que são soluções possíveis. Somos nós que temos que gerir a nossa pesca, a Europa pode é insistir, aí sim pode insistir para que, vamos lá ver, hoje há uma obrigatoriedade de venda através de lota, nós temos de vender através de lota, mas existem particularidades, eu estou a falar este sistema de venda directa só para a pequena pesca, não é para os barcos grandes, porque os barcos grandes vendem bem o seu pescado, portanto é para uma franja da frota, do segmento de frota, mas existem medidas, o que é que acontecia antes de nós entrarmos para a UE? Antes de entrarmos para a UE havia uma taxa máxima de venda, ou seja, o comprador não podia vender mais do que 100% do que comprava em lota, ou seja, se eu comprasse um peixe por 5€, vendia-o por 10€, se eu comprasse por 10 cêntimos, vendia-o por 20 cêntimos, acontece que nessa altura o pescado era mais valorizado porque se eu pagasse mais ao pescador também sabia que ganhava mais, também dentro de certo limite, sabemos que um robalo não o vai vender a 50€, daqui a uns tempos se isto não melhorar, vai ser assim, vai ser um produto gourmet, um produto só para algumas pessoas. Mas com a entrada na UE esse tipo de medidas teve de ser retirada por causa da livre concorrência, etc., mas provavelmente para este tipo de sectores, isso justifica-se, se calhar haver uma regra especial, isso tem que ser algo que é a UE que tem que aceitar, portanto há algumas medidas que podem ser implementadas localmente, mas outras têm que ser a nível europeu, e essa é uma delas, é uma das soluções que têm que ser implementadas pela UE. De qualquer das formas, estava-me a falar da Murtosa, eu não consigo especificar.

Acha que os mecanismos de diálogo que existem dão voz às pessoas que vivem na Murtosa?

Como eu lhe disse há pouco, tem sido feito um esforço por parte da administração, de tentar trazer para discussão, para grupos de discussão, as associações, eu não sei, muito sinceramente se existe uma associação de pescadores da Murtosa, muitas vezes esses pescadores da Murtosa se calhar estão associados a uma associação, é através dessas associações que eles se fazem ouvir. Eles, das duas uma, ou são mais participativos e incorporam-se, fazem-se associados dessa associação, da APARA, ou então têm que formar uma associação deles, se querem de facto entrar, ou serem mais participativos, agora eu duvido muito que se consigam associar, que consigam de facto entender-se para se associar, e também o que interessa muitas vezes, não é ter trinta associações numa região, porque depois ninguém se entende, mais vale ter uma ou duas associações fortes com associados e que sejam de facto representativas. Muitas vezes é difícil encontrar quem queira assumir esse papel, dentro das próprias comunidades.

Estou a pensar se poderia haver, através da criação de uma associação local, que não focando exactamente as pescas, focando a comunidade que servisse de interlocutor entre a Murtosa e Ílhavo?

Sim, nós temos alguns interlocutores, por exemplo, a Culatra, é uma associação de moradores, é tipicamente uma comunidade piscatória, em que praticamente toda a população vive da pesca, portanto é a associação de moradores que é o interlocutor junto da administração nos temas da pesca, não só da pesca, mas é uma comunidade muito grande, estamos a falar de muitas pessoas. De qualquer das formas têm que ser associações fortes, ou seja não vale a pena ter uma associação com cinco pescadores, não vale a pena. Se tivermos duzentas associações que não se entendem, o sector sai fragilizado, em vez de se fortalecer sai fragilizado, então se numa determinada região houver, imagine se à volta de Aveiro houver 10 associações que não se entendem, vão para uma reunião com a administração e não resolvem nada, "ah, eu quero isto, eu quero aquilo", chega ali e a administração diz, "pronto acabou, acabou-se o dialogo, nós

vamos implementar aquilo que achamos…", é preciso é criar associações que de facto tenham força, que se façam ouvir, mas que lutem também por um bem comum, muitas vezes há muita tendência de puxar para mim, não, se queremos que seja gerida num contexto muito particular, as associações têm que entrar em acordo para saber como gerir, para chegar à administração e dar propostas concretas, não é eu dar a proposta A, o outro a proposta B, o outro a C e o outro a D, ninguém se entende e depois a administração pensa, "eu tenho que gerir isto, não se entendem, nós vamos fazer da nossa maneira", muitas vezes também se culpa a administração, é um facto, mas os próprios pescadores não ajudam muito no processo, e se queremos modificar o processo, como disse, do Top Down para o Down Top, em que as associações têm de facto um papel muito interveniente na gestão, há que mudar as mentalidades e a forma de estar dos pescadores, e a forma de ser, e a forma de trabalhar, e a forma de pescar, tem que ser muito, muito alterado, e aí é um esforço que tem que ser feito rapidamente, em conjunto, com o apoio da administração e da investigação, as universidades, e que comecem a entender que tiram benefícios se, se organizarem entre eles, e se entenderem entre eles, aí é complicado mas tem que ser feito se quiserem de facto serem mais participativos e fazerem-se ouvir. No caso específico da Murtosa, eu não conheço, mas se estão em Ílhavo havia toda a vantagem em organizarem-se, não só a Murtosa, se calhar outras localidades ali ao lado para gerirem o seu espaço.

Há muita pesca informal, daí nunca ter sido criada ali a associação, eles próprios se calhar não querem, porque também há muito mergulho.

O mergulho é apanha, pode ser legal ou não dependendo das áreas de pesca, mas na Ria de Aveiro é ilegal.

Esta é uma área difícil de se entrar, grande parte da população associa sempre na terceira pessoa, não é algo que eu veja num questionário, é impossível, não se pode perguntar num questionário, "o Sr. Faz pesca ilegal? O que eu quero dizer, em termos sociológicos eu não sei se é preconceito ou se existe realmente, ou seja, na escola dizem-me que sim, na comunidade X dizem-me que sim, no projecto dizem-me, na acção social dizem-me, mas toda a gente fala numa terceira pessoa, eu não tenho nenhum dado concreto que me indique.

Todos nós sabemos que existe pesca ilegal, seja na Murtosa, seja no caso específico da Ria de Aveiro há pesca por mergulho ilegal, sabemos disso, eles próprios estão a tentar legalizar essa actividade, que é complicada de legalizar, num quadro específico nem sei se faz sentido legaliza-la, muito sinceramente, tendo em atenção as espécies que são capturadas e havendo outras alternativas à sua captura de uma forma mais sustentável, porque a pesca em apneia ainda é tolerável, com garrafas é proibida na nossa legislação, mas as coisas têm que ser vistas caso a caso, e no caso da Ria de Aveiro a pesca à amêijoa que é mergulho, eu acho que não deve ser legalizada, porque há outros métodos de captura e além disso eles vão a bancos de bivalves que podem ser santuários de reprodução. Se temos um recurso que já está muito sob explorado, se vamos permitir que sejam capturados, ou explorados esses bancos que servem de santuários de reprodução, que são a base para repovoar os bancos explorados, se retiramos isso, daqui a uns tempos não temos amêijoa na Ria de Aveiro. Essas coisas têm que ser vistas caso a caso, têm que ser vistas pescaria a pescaria, espécie a espécie, ver o que é que há na região, e daí nós falámos especificamente que as particularidades dos locais têm que ser entendidas na forma de gerir os recursos, mas têm que ser vistas de uma forma, não é só porque pescam ilegalmente e aquilo dá muito dinheiro que, sim senhora, vai para a frente. Nós somos a favor, e protegemos a pequena pesca e a apanha, são actividades importantes, mas têm de ser desenvolvidas de uma forma sustentável, caso contrário

estamos a contribuir para daqui a uns anos não termos recursos na Ria de Aveiro, isso não pode acontecer, têm que ser geridas de uma forma sustentada. E as próprias comunidades, a aí a responsabilidade das próprias associações, não é associarem-se para dizer que aquilo é muito bom, que aquela pesca é muito boa, não, é associarem-se para dizerem que aquela pesca pode ter que ser banida, e que eles próprios fiscalizem para que ela não aconteça na sua área. É esse tipo de mentalidades que têm que ser alteradas, e quando eles assumem, se querem assumir de facto uma governança e que tenham uma intervenção muito grande, este tipo de situações vão surgir, eles têm que saber geri-las e o gerir não é permitir tudo, isso não é gerir, isso é dar cabo dos recursos.

Em termos de investigação das pescas em Aveiro, há assim coisas concretas em que pense que se devia melhorar a investigação?

A investigação em Aveiro, especificamente tem que se, embora a universidade de Aveiro, nos últimos anos tenha feito um esforço grande para conhecer mais a Ria, do que propriamente os recursos, mas em termos de pesca há tudo por fazer, nós não sabemos quanto é que se pesca, quem é que pesca, onde é que pesca, como é que pescam, que quantidades pescam, que espécies pescam, temos uma noção, mas no fundo…, e eu sendo responsável por um grupo de investigação nessa área, duvido que alguém saiba, efectivamente, o que se tira dali, que quantidades é que se tiram, onde se está a pescar, como é que se está a pescar, sem esta informação, que é o tal conhecimento que eu lhe digo, é impossível querermos gerir, podemos obviamente, responder a casos pontuais, como já respondemos a coisas muito particulares do choco, ver onde é que está o choco, como é que se apanha, a franja da estrutura populacional, etc., podemos. Mas estes sistemas, seja a Ria de Aveiro, seja a Ria Formosa têm que ser geridos de uma forma integrada, não podem ser geridos só a olhar para a pesca, temos que ver a poluição, temos que ver as dragagens, temos que ver o assoreamento, temos que ver todo um conjunto de actividades, o turismo, a pressão turística, a pressão urbanística, tudo isso tem que ser feito de uma forma integrada para conseguirmos gerir um sistema que nos é querido a todos e que nos dá uma série de serviços que não é só a pesca, a pesca é um dos serviços que o ecossistema proporciona, mas há outros, o lazer, o turismo, passeios de barco, enfim, há um conjunto de serviços que o ecossistema nos fornece que não passa só pela pesca. Esses tipos muito particulares de sistemas que são importantíssimos em termos ecológicos, têm que ser geridos de uma forma ecológica, de uma forma integrada, de uma forma em que muitas vezes…. Imagine que desaparece um recurso, agora chega ali, e a amêijoa branca num ano desaparece, qual é a primeira tendência que nós temos? É dizer que é a pesca, sobrepesca, mas imagine que houve um foco de poluição, imagine que choveu demasiado e entrou muita água doce e de facto matou as amêijoas. Têm que ser estudados, e monitorizados de uma forma continuada, de uma forma integrada para nós conseguirmos de facto saber o que é que se passa ali, e saber como é que conseguimos gerir esses sistemas. Neste momento não está a ser gerido assim, é gerido de forma pontual, uma pesca aqui, outra pesca ali, constrói-se um campo de golfe e faz-se um estudo de impacto e tal, mas quer dizer, tem que ser visto de uma forma muito integrada. Não vale muito a pena estarmos a olhar só para uma pescaria em si, é importante para aquela pescaria, mas nesse tipo de sistemas como a Ria de Aveiro, tem que ser vista de uma forma integrada

Neste caso a introdução, em 2002, da aproximação ecossistémica como objectivo na PCP, pode vir ajudar a desenvolver no futuro, a pesca artesanal sobreviver no actual contexto da actividade das pescas na Europa, porque possibilita como objectivo essa visão integrada?

A perspectiva ecossistémica é uma perspectiva que é integrada, agora tem, de facto, de ser implementada de forma integrada, porque se olharmos só para a pesca em si…. Imagine que nós estamos a pescar a 50 milhas da costa, aí de facto a pesca é o que tem o maior impacto, pode haver alterações climáticas, mas quer dizer, se formos ver a pesca recreativa, ou se formos ver…, se calhar não há a poluição, ou a pressão urbanística, a 50 milhas da costa não se faz sentir, de uma maneira geral, e aí vamos ver realmente o impacto que a pesca tem no ecossistema em si, não só no recurso, mas em todo o ecossistema, nas cadeias alimentares, etc., e ver de que forma é que podemos gerir de forma a manter o nosso ecossistema o mais saudável possível. Nas zonas mais próximas de costa já têm que entrar além da pesca, um conjunto de outras actividades, que igualmente têm um impacto no ecossistema e nos recursos, se nós construirmos, provavelmente uma barra, por causa de mantermos uma barra aberta e se construirmos um molhe, isso de facto tem implicações a montante e a jusante, e portanto temos que ver como é que, quais são os impactos que teria, e pode ter impactos num determinado recurso. Tem que se ver os custos, benefícios, e daí eu dizer que isto tem que ser feito, a gestão tem que ser feita de uma forma integrada, tendo em atenção todas pressões que existem naquela área, não só a pesca, que é uma das pressões, mas as outras pressões existem.

Uma última pergunta, se em relação ao PRESPO, se queria acrescentar mais algumas coisas?

O projecto PRESPO é um projecto que nos últimos anos, pelo menos a nível nacional, é o primeiro projecto que tem como grande objectivo estudar e conhecer a pequena pesca. Até hoje em Portugal pouco se sabe sobre a pequena pesca, e portanto, mais que não seja, podem não ser implementadas soluções mas a grande vantagem que teve a pequena pesca, foi que a nível nacional, e nós vamos publicar isso recentemente, é um mapa completo das pequenas pescarias que existe ao longo de toda a costa portuguesa, e isso é uma radiografia que não existe, e que vai permitir, se quisermos utilizar, uma ferramenta útil, que está ali para a administração utilizar se quiser começar a implementar alguma dessa gestão espacial. Enfim, e além do mais houve pela primeira vez uma preocupação de ver a pequena pesca de forma integrada. Uma das coisas também que a visão da UE tem em termos de gestão de recursos, fala-se muito da parte ecossistémica, mas ainda é muito feita à base da parte biológica, do recurso em si, o que nós estamos a propor para a pequena pesca é desenvolver modelos, isso assenta no tal conhecimento que é necessário, modelos que incorporam, não só a parte biológica, que é importante, o recurso, mas também a parte social, a parte económica, legislativa e cultural. Ou seja desenvolver modelos dinâmicos onde incorpora uma série de informação, e que nós consigamos dar essa ferramenta ao próprio sector, porque isto é uma ferramenta que nós estamos a desenvolver, que pode ser útil para a tal co-gestão que se quer implementar, portanto é uma ferramenta que eles sabem que se nós pescarmos mais 100 kg, o que é que acontece em termos do recurso em si, não só naquele momento mas a longo prazo, e quais são os reflexos disso a nível social, económico, legislativo, etc. E temos também a parte ambiental que também se vê no próprio momento, ou seja, nós não podemos só olhar para a parte biológica, temos que olhar para um conjunto de áreas para depois nós sabermos como é que havemos de balançar as medidas que vamos implementar para aquele local específico, para aquela pescaria específica, quais são os impactos que uma determinada medida vai ter a longo prazo. Podemos pescar muito agora, mas daqui a dez anos, essa mudança de geração se reflectir numa baixa dramática, imagine, do rendimento da pesca. Portanto, são modelos que nós também estamos a desenvolver, que poderão ajudar para a tal, ou contribuir

para a tal gestão, a co-gestão, dando uma ferramenta fácil para o pescador, que pode ser utilizada pela administração também, e que tem contribuído para conhecermos de facto, no nosso caso e no caso de algumas regiões de Espanha, conhecermos profundamente a pesca, a pequena pesca ao longo de toda a nossa costa, isso é algo que vai ser publicado brevemente.

Isso só seria possível de fazer fisicamente se criassem os observatórios, ou seja, é possível fazer tudo isso…, mas como é que conseguem reunir esses conhecimentos de vários…?

Porque fizemos mil e tal inquéritos ao longo de todos os portos de pesca, isto é pesca costeira, tudo o que é pesca de rios e dentro da ria nós não fizemos inquéritos, só a quem pescava fora, e portanto o que isso nos permitiu foi, com essa informação que nós angariámos com os inquéritos foi, saber com que artes é que estavam a pescar, onde é que pescavam, que espécies é que pescavam e fizemos essa radiografia ao longo de toda a costa, portanto temos essa informação, temos os mapas todos feitos e com isso tudo vamos ter uma informação valiosíssima nas mãos.

O que eu digo é, quando refere que pôr a mexer os vários tipos de conhecimento que referiu, de forma a conseguir pôr em contacto pessoas de co-gestão, de pôr as pessoas da associação Y a falar com este ou com aquele, isso só tendo um espaço físico para o fazer? Daí eu ter relacionado com os observatórios.

Mas isso são informações distintas, o observatório é para resolver problemas a nível local ou regional, e isto aqui, o que nós fizemos com os inquéritos foi perceber o que é que se fazia, porque eu não sabia o que é que se pescava no norte, ou no Algarve, por área a área, e sabendo isso já é informação que nós podemos utilizar para depois, até, imagine, os observatórios podem ser implementados, ou um a nível nacional, ou locais ou regionais, pode fazer mais sentido, ter um observatório no Algarve, porque tem respostas para problemas específicos do Algarve e ter outro no norte, se calhar faz muito mais sentido do que eu estar só com um, porque até é mais fácil reunir as pessoas. Imagine, no Algarve ter associações e ter reuniões de vez em quando do que ter um observatório em Lisboa e deslocar todas as associações para lá, portanto se calhar não faz sentido para problemas específicos numa determinada área. São coisas distintas, uma é para, os observatórios é para darem uma melhor imagem da pequena pesca, e criar fórum que são para resolver problemas locais, ou que se antevejam que venham a ser problemas, podemos antecipar alguns problemas e encontrar soluções imediatas, e outra coisa é os inquéritos que foram feitos para conhecermos o que estava a ser feito. Isso pela primeira vez, no caso da pesca artesanal, da pequena pesca, foi feito no âmbito do projecto PRESPO.

1:44:06

Pode contar-me brevemente como tem sido o seu percurso profissional e como se tem relacionado com governança?

F – Já trabalhei como coordenadora de um projecto, em que lidava com vários grupos, que eram grupos de voluntariado, com jovens, associações também. Neste momento nós aqui, neste caso específico temos um grupo também de voluntários, em que somos as mediadoras, neste caso. O projecto é o mediador com o trabalho que é efectuado na Misericórdia da Murtosa. Também somos um pouco mediadoras com as associações locais, em termos de actividades que temos feito no projecto. Fizemos um encontro de associações, no qual contactámos com as várias colectividades locais, tentámos um pouco juntá-los em torno de um objectivo comum, que seria um convívio entre todos, pretendendo também, não só mostrar o trabalho que era efectuado com eles, o que é que eles fazem, o que fazem diariamente que as pessoas desconhecem, mas conhecerem-se a eles próprios enquanto associações e interagirem, principalmente isto. Não foi um contacto muito fácil inicialmente, foi um bocadinho ligar a eles a marcar reuniões de insistência, mas depois conseguimos, ao longo de dois anos conseguimos um grupo de mais ou menos dez associações que passaram de um ano para o outro, que também foi muito bom. Ou seja as primeiras dez associações participaram no ano seguinte – no segundo encontro de associações, que também foi muito bom. Sou licenciada em psicologia clínica e tenho um mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde. Neste momento sou psicóloga do projecto.

C – Em termos de formação profissional, sou licenciada em Serviço Social, já trabalhei na balança de entendimento e acompanhamento com famílias desfavorecidas, famílias de etnia cigana, no concelho de Águeda. Em termos de governança, talvez a experiência com jovens, não se pode chamar coordenação mas, era mediadora num grupo de jovens, fazia parte da instituição que tinha um grupo de jovens que funcionava duas vezes por semana, quartas e sábados, tínhamos um espaço que tinha computadores, biblioteca, eu acabava por estar só, não é a tomar conta deles entre aspas, mas era o elo de ligação a instituição e o espaço onde eles estavam e fazia diversas actividades com os miúdos, portanto focando sempre alguns pontos importantes até porque eles eram descendentes de famílias desfavorecidas, existiam sempre alguns temas que tínhamos mesmo que abordar. Depois estive também na coordenação de um projecto, num curso de formação de agricultura e horticultura biológica, também era mediadora entre formadores e formandos. Estive também com um grupo de professores das AECS, fazia também a coordenação dos professores que faziam as actividades de enriquecimento curricular na escola. Depois vim então para a Murtosa, sou coordenadora do projecto, do CLDS, e não faço só coordenação, faço também outras actividades. Nós temos um gabinete de atendimento a famílias, temos um gabinete de emprego, portanto aqui é onde fazemos a ponte entre as empresas e os desempregados. É muito complicado aqui na Murtosa porque a maior parte das pessoas não tem transporte para se deslocar, as qualificações são muito baixas. As empresas também não são muito receptivas à população daqui, nós quando estabelecemos contacto com as empresas temos muita dificuldade. Nós temos uma empresa na Murtosa, que será talvez a empresa que mais emprega. Depois a dificuldade que temos é que são trabalhadores temporários, e sempre que fazem o pedido dizem-lhes sempre que não pode ser ninguém que já tenha trabalhado lá, ou seja, torna-se muito complicado. Nós temos cerca de seiscentos inscritos desempregados e posso dizer que 80% das pessoas já trabalhou nessa empresa, o que se torna muito complicado. Depois a questão dos filhos, muitos filhos e a ria, as pescas. Chegamos aí, torna-se complicado manterem um trabalho fixo, porque depois sempre que há marés, sempre que há apanha de amêijoa, berbigão as pessoas desaparecem porque vão para a

Ria ou vão para o mar e abandonam os trabalhos. Depois acabam por ter um bocadinho aquele rótulo de que são trabalhadores que não cumprem. Isto é um dos motivos porque as empresas não os querem empregar, o outro é que eles contratam através de uma empresa de trabalho temporário, são dois anos, ao final de dois anos mandam as pessoas embora, portanto não há efectivos, não há criação de laços e então têm que estar sempre a rodar, é mesmo a política. Eu penso que são muito poucos os que ficam, pelo menos é a percepção que temos e já tivemos reunião com a pessoa dos recursos humanos e são mesmo muito poucos os que ficam.

F – Há outras empresas que alegam mesmo os trabalhadores não cumprem o serviço, não chegam a horas, faltam quando querem.

C – Em termos de gabinete de emprego é se calhar a maior dificuldade, a seguir ao transporte e às baixas qualificações, é mesmo essa questão da Ria. Não assumem um compromisso, lá está, não há pescadores associados, portanto se fizermos uma análise geral não dizemos que existe número suficiente de pescadores, mas eles existem, não estão é associados. São pescadores, e indo ali para a zona da Torreira, é um trabalho paralelo e muito rentável, daí muitas vezes aqui eles também não nos querem dar muita informação, porque muitas vezes nos associam à Segurança Social, mas sabemos que é um negócio. Aqui acho que era uma vantagem e a Murtosa e a comunidade piscatória tinha todo interesse, era a possibilidade de se profissionalizar, quando falamos em cursos de formação profissional, fala-se muitas vezes a jardinagem, a geriatria, a informática, só que são cursos, sim senhor, as pessoas têm bolsa, até andam lá um ano um ano e pouco, mas no fim acabam por não ter empregabilidade, não tem saída, há uma ou outra que fica porque as instituições que promovem esses cursos ou a câmara, e acabam por conseguir ficar ou porque fizeram de facto um bom trabalho e as pessoas até querem que elas fiquem, mas a grande parte fica desempregada, fizeram a formação mas de pouco lhes vale. E se calhar, aqui nesta zona, era de apostar na área das pescas, mesmo nós não tendo grande conhecimento sobre esta área, percebemos que é uma área importante para a Murtosa, e que se existisse mais aposta, os jovens, nós temos miúdos na escola, que faltam à escola, é uma luta constante, para que eles se mantenham, pelo menos para fazer a escolaridade obrigatória, e eles não querem, querem ira para a pesca, e os pais acabam por ser coniventes, "pronto o miúdo não quer, vai para a pesca", ajuda-os, ganha algum, portanto uma série de factores, e os miúdos… é abandono escolar a partir dos catorze, quinze anos ou até antes.

Governança tem ajudado a aproximar a política europeia das necessidades que observa? Se sim, como? Se não, porquê?

C – Eu acho que em termos de investimento, já se investiu mais. Em termos de trabalho acho que se trabalha mais agora com menos investimento, eu acho que há mais participação cívica. E nós falamos mesmo em termos do nosso projecto, em termos financiamento, eu acho que, hoje em dia, ou pelo menos a percepção que tenho e se calhar é aquilo que vou ouvindo diariamente, acho que nesta altura é que era de investir neste tipo de projectos e de formação para as comunidades mais desfavorecidas, se é que lhe podemos chamar desfavorecidas, porque nós temos casos aqui que se nós formos analisar de uma perspectiva de acção social, nós olhamos as casas, pronto são o que são, mas é assim, se nós avaliarmos em termos de rendimentos as famílias o único problema que têm é falta ali um bocadinho gestão, autogestão, a organização da vida familiar, a estrutura familiar, porque em termos de rendimento elas não passam dificuldades. O problema é tudo o que vem já de trás em termos de educação, de formação, os valores, portanto os miúdos não se aposta na educação. Os miúdos são

muito complicados, e nós temos trabalhos na escola, cursos de educação e formação, os chamados CEF's...

E eles vão para esses cursos?

C – Vão porque também não têm grande alternativa, ou chumbam e andam quatro ou cinco anos no quinto ano ou fazem um esforço passam para o sexto para depois irem para um CEF. E os CEF's que existem são Serviço de Mesa, Electricidade e Informática. Mas lá está, nada direccionado para aquilo que eles querem e gostam, e mesmo nestes cursos, pelo menos o contacto que tenho com os professores, tudo o que for prático eles executam e até conseguem, o que é teoria não. Se fosse alguma coisa relacionada com a pesca, com o mar, com a ria a própria teoria tornava-se um bocadinho interessante, digo eu, acho que seria por aí.

F – Muitos dos nossos jovens, também há outra questão, não querem sair daqui da Murtosa, nem da Torreira nem daqui da Murtosa. Estudar para fora está um bocadinho fora de questão.

C – Por exemplo, na Torreira tudo o que seja passar a ponte para cá…

F – Na escola da Torreira só existe até ao 9º ano.

C – Aliás nós muitas vezes ouvimos histórias da escola em que, mesmo passeios, coisa que mesmo quando eu andava na escola, nem que fosse Lisboa ao zoológico era interessante, era sair, e eles aqui não, muitas vezes não vão. Só o facto de terem que sair, e os pais acabam por dizer que sim " pronto não queres ir não vais".

F – Parte um bocadinho dos pais, pensam " eu não estudei e estou bem de vida portanto o meu filho também não precisa".

C – Nós temos miúdos aqui que nos dizem " então mas eu vou trabalhar para quê, o meu pai anda a pescar e ganha muito mais do que eu a trabalhar". Eles têm noção de quanto se tira na pesca, depois há muitos que fazem pesca submarina, miúdos com equipamentos caríssimos, não faço ideia do valor desses equipamentos, mas são caros de certeza, e não lhes falta, lá está.

F – O projecto Gerir e Poupar, são acções de sensibilização que nós temos promovido em colaboração, especificamente essa gerir e poupar, em colaboração com a DECO.

C – Faz mesmo parte do nosso plano de acção, nós temos várias actividades, neste momento, já fizemos alguns grupos, onde trabalhamos algumas competências, gestão doméstica, cidadania e direitos humanos, educação parental, tentamos em colaboração com os colegas que trabalham no terreno, que fazem acção social, a assistente social da câmara, segurança social, portanto a colega que está no serviço local e o Centro social e Paroquial da Murtosa que também tem acção social e atendimento de acompanhamento. Portanto criámos já vários grupos de pessoas, não fazemos grupos muito grandes porque depois é mais complicado trabalhar, fazemos um conjunto de sessões, cinco ou seis sessões consoante a temática, e trabalhamos com essas pessoas essas competências.

E as pessoas participam? Vão?

C – É assim, nós fizemos um grupo de educação parental, que funcionou aqui. Portanto convidámos pais dos meninos aqui do infantário, e foi convite as pessoas vieram e tivemos perto de quinze pais, tivemos uma formadora, as pessoas voluntária mente aderiram muito bem. Os nossos grupos de competências, com as nossas famílias, elas vêm voluntariamente é claro que ninguém obriga ninguém a vir, mas como normalmente são convocadas através das técnicas que lhe dão apoio de acção social,

acabam por ter alguma obrigatoriedade de participar, mas não são obrigadas. Mas penso que funcionou muito bem, correu bem, por acaso, alguma resistência é normal, mas funcionou muito bem. As que fizemos com a DECO, fizemos duas no ano passado, foi o Gestos Simples que estava relacionado com poupança de energia, electricidade, veio um formador da DECO, trouxe umas lâmpadas, havia um brindesinho para as famílias, correu muito bem, fizemos duas sessões, uma na Murtosa e uma na Torreira. Este ano foi o Gerir e Poupar, também veio um formador da DECO, também voltamos a fazer duas sessões, uma na Torreira e uma na Murtosa e também correu muito bem. E estas foram divulgadas, foram abertas à comunidade em geral, não eram só os nossos utentes mas também a comunidade em geral.

Quais os aspectos que gostaria ver melhorar na governança europeia?

F – Nesta área, principalmente se for em termos de projectos, há uma questão que é muito importante que é a manutenção desses mesmos projectos e a sustentabilidade num projecto que começa agora, tem três anos ou quatro e depois termina, a continuidade do projecto, seja ele em que área for. Há muito, pelo menos nos projectos em que tenho passado, há muito prazo limitado, e depois chega àquele ponto que nós temos que fazer nova candidatura, e realmente no terreno nota-se, quer a comunidade quer os próprios técnicos têm muita dificuldade em manter o trabalho que já foi feito. E só quando começa a funcionar bem…

C – É o que nós, pelo menos também sou da mesma opinião da Florbela, e também trabalhei em projectos, e é um bocadinho assim, acho que a preocupação, isto agora falando da UE, pelo menos o nosso projecto é financiado pela UE, e acho que é um bocadinho aquela velha questão, atingir o objectivo e depois não há a preocupação dos destinatários. Já não falo dos trabalhadores, porque são três anos, é um período em que nós estamos empregados, é uma óptima rampa de lançamento para quem não tem experiência para conseguir alguma experiência e também alguma recompensa do trabalho que faz. Mas os destinatários que deveriam ser os principais objectivos do projecto acho que chega ao fim e é esquecido, porque nós aqui, como eu estava a dizer há bocadinho, terminamos a 30 de Março e o que é que nós vamos fazer aos utentes todos que temos aqui? Fechamos a porta. Mantemos uma ou outra actividade, com prata da casa, pessoas que estão envolvidas, mas são actividades pontuais, grupos de voluntárias, trabalhando com os idosos, quer da comunidade da Santa Casa, temos ainda um Banco de Tempo, "troca de serviços" muito giro, dá sempre para alguém continuar, uma loja social que continua a receber a roupa, o que as pessoas quiserem dar, mas por exemplo o Gabinete de Emprego e o Gabinete de Atendimento a Indivíduos e Famílias acaba, termina.

L – E a parte do associativismo?

F – Também termina, porque não temos técnicos suficientes para fazer todo esse trabalho, para manter.

C – Não há forma de ter continuidade.

Pelas experiências que tem tido, o que pensa sobre os actuais mecanismos estabelecidos? Pensa que têm ajudado a resolver conflitos entre grupos com diferentes interesses? Se sim, de forma?

F - Estou-me a recordar do ultimo encontro, nós também fizemos um jogo de futebol, fazia parte do Programa do Encontro de Associações, promovemos um jogo de futebol e tivemos alguma dificuldade em saber que equipas é que iam participar. No início todas queriam participar, todas as associações queriam ter uma equipa a participar,

posteriormente foram reduzindo o número de equipas que queriam participar, e nota-se que há muita dificuldade em que todos participem no mesmo evento, neste caso num pequeno jogo de futebol.

C – Em prol do associativismo e, o que eu notei pelo menos, mesmo nas reuniões que tivemos, há muita resistência a ideias novas, o que quer que seja novo é difícil, e depois entre eles não há coesão, sempre que alguém lança um desafio novo a resposta é logo não.

E em relação ao mergulho, por exemplo? Há conflitos?

C – Nós aqui, com os nossos utentes, o que ouvimos, porque eles deixam escapar, não dizem directamente que fazem, até porque a maior parte deles estão ilegais, e nós percebemos, quando algum utente me fala nisso, não tenho qualquer tipo de informação sobre mergulho, não estou por dentro desses termos, mas parece-me que é uma actividade com algum risco, e que eles estão constantemente a correr esse risco, porque não respeitam as horas de mergulho, o oxigénio, aliás faleceu um há pouco tempo. E depois é a rivalidade entre eles.

F – Aqui também em relação às pescas, muitos maridos andam no mar, isso é uma das realidades que se vê mais. Passam meses no mar, muitas famílias vivem só com a mãe, neste caso os miúdos vivem só com a mãe vários meses… e depois quando voltam com algum dinheiro dão tudo e é logo gasto. Depois têm que preparar-se para ir novamente, mas não há aquela gestão como se falava á pouco. Em termos de rendimentos, ganham bem mas depois perdem logo mal chegam.

Pensa que têm (ou não) conseguido ajudar a melhorar condições nos locais onde vivem e trabalham as pessoas que observa/representa?

C – O CLDS, Contrato Local de Desenvolvimento Social, surge no âmbito da Rede Social, a Segurança Social fez um convite à autarquia, no qual a autarquia denominou a Santa Casa como entidade coordenadora do CLDS. Inicialmente foi elaborado um Plano de Acção, nós não estávamos presentes, nenhum dos elementos da equipa estava presente na elaboração do plano de acção, este foi elaborado pelos elementos da rede, a técnica da Segurança Social, a colega da Câmara Municipal, a Vice Provedora na altura da Santa Casa, que também é assistente social de formação base, mas neste caso era voluntária e a colega do Centro Social e Paroquial da Murtosa. O Projecto 4Ancoras assenta em quatro eixos obrigatórios, o primeiro do emprego e formação, o segundo de intervenção familiar, o terceiro eixo associativismo onde estão as acções relacionadas com as associações da Murtosa e um quarto com as novas tecnologias. Portanto nós temos dezasseis acções ao todo, aquelas mais importantes a que nós damos mais ênfase e que seriam as mais importantes dar continuidade no projecto seria o Gabinete de Emprego, que acho que é fundamental aqui porque é uma resposta que está perto da população, aqui as pessoas que ficaram desempregadas, embora não invalida que estejam inscritas, têm que estar inscritas no Centro de Emprego, é obvio, mas nós aqui acabamos por ser um elo de ligação, podemos responder a algumas questões, algumas dúvidas, aconselhar, ajudar, muitas vezes facilitar o transporte até Aveiro onde é o Centro de Emprego mais perto. E acho que o projecto é importante para a comunidade, até porque, como eu dizia há bocadinho, as pessoas já nos reconhecem, não nos conhecem como CLDS ou projecto Quatro Ancoras mas conhecem-nos como casinha amarela, o espaço, e procuram-nos. Tivemos alguma dificuldade, sentimos algumas dificuldades no início, até porque nenhuma de nós é de cá, à excepção da monitora de informática, mas a colega só tem duas acções, é o computador, é diferente, foi mais fácil, ela fazia acções na escola, acções com idosos, portanto acaba por ter o trabalho

um bocadinho mais facilitado. Nós, ligadas à área social e as restantes acções, sentimos alguma dificuldade, porque notamos que as pessoas são resistentes, os próprios serviços são resistentes a tudo o que é novo, à mudança, muitas vezes nós não queremos introduzir mudança, pelo menos inicialmente, mas até notámos muita resistência em receber, não fomos mal recebidas, mas sentimos que da parte dos serviços não havia abertura suficiente para nós também podermos trabalhar. E acho que é um projecto muito rico, neste momento estamos a trabalhar muito bem, estamos a trabalhar em articulação com as instituições locais e tenho pena que não tenha sido assim logo de início, porque acho que poderia ter…, os resultados do projecto poderiam ser ainda melhores, porque nós temos muitos recursos, o financiamento é elevado e temos muitos recursos, e acho que era importante tê-los utilizado, não de outra maneira, porque acho que foi bem conseguido e foram bem utilizados, pelo menos nós tentámos trabalhar e tínhamos que trabalhar, e conseguimos fazer as coisas, fomos aprendendo a viver e a trabalhar na Murtosa. Mas acho que é muito importante, e acho que foi um Concelho bem escolhido para implementar o CLDS.

Existem mais Concelhos?

C – Em 2009 no distrito de Aveiro foram quatro Concelhos, Murtosa, Estarreja, Arouca e Sever do Vouga, portanto são quatro CLDS's, no distrito de Aveiro que iniciaram em 2009. No ano passado foram assinados mais sete ou oito acordos para projectos.

Aqui há tempos lançaram uma ideia numa das entrevistas, uma Associação de Moradores de Desenvolvimento Local, com os moradores daqui. Acham viável a ideia?

C – É assim, nós temos isso como, não assim directamente e ainda bem porque se não, não teríamos conseguido atingir o objectivo, mas era um dos pontos do terceiro eixo do projecto, apoio à auto organização dos residentes, portanto nós aqui nesta acção acabámos por criar um Grupo de Artesanato, através de algumas solicitações que tivemos, criámos um grupo de artesanato, são senhoras, cada uma sabe uma área, bordar, pintura, e então juntaram-se. Nós temos no nosso espaço da Loja Social, temos uma salinha onde elas, neste momento até estão a fazer uma formação, nós contratámos uma formadora de pintura em tecido e artesanato. Elas neste momento estão duas vezes por semana, às segundas e quintas ali no Monte, portanto agora durante algum tempo com essa formadora, depois e o que já acontecia antes, elas organizavam-se, juntavam-se, estavam ali um bocadinho, muitas vezes davam-lhes apoio na Loja Social porque é no mesmo espaço. Acabámos por, a actividade que estamos a desenvolver direccionámos para a auto organização dos residentes, é um grupo de pessoas, não são todas da mesma freguesia, portanto acabou por ser… conseguirmos isso. Mobilizar os moradores, mesmo, para criação de associação não sei se aqui será muito fácil, ou pelo menos nós como não somos elementos chave da comunidade para conseguir, não digo que é impossível, mas nós enquanto projecto acho que seria um pouco complicado, até porque temos uma visão muito vaga, porque não somos de cá, não conhecemos as raízes, acho que é difícil fazer esse trabalho não sendo daqui. Não é impossível.

F – Há a tentativa, neste momento, ou já há algum tempo, de criar um canil, mas também tem sido um trabalho que as próprias pessoas que fazem parte aqui da comunidade não têm conseguido alcançar esse objectivo.

C – Porque não têm abertura, também se calhar por parte da autarquia, isso já envolve outras questões. Mas lá está, sendo pessoas daqui, acho que sim, acho que conseguiriam. Nós poderíamos estar envolvidas mas tendo alguma retaguarda dos tais elementos chave.

F – Alguém que a comunidade reconheça e que depois desse continuidade a esse trabalho. É essa também a dificuldade que nós temos, de criar ….

C – Nós poderíamos entrar com algum apoio de logística e mesmo financeiro, porque o projecto é muito abrangente a esse nível, mas teria que ser alguém…. Ou criar-se um projecto só para isso. Envolver mesmo a comunidade, mesmo na criação do projecto. Continuando com o nosso projecto, nós no associativismo só temos mesmo duas acções, a realização de duas feiras de associações que nós cumprimos, a auto organização dos residentes, o grupo de artesanato.

F – Participámos também no "Limpar Portugal".

C – Ah sim, na altura também foi auto organização dos residentes.

F – E participámos também numa plataforma de voluntariado, que na altura também era um trabalho de mestrado. A criação da plataforma MIGOS.ORG. é uma plataforma, é um banco de voluntárias em que as pessoas inscrevem-se e podem inscrever-se em actividades que são feitas por um outro grupo, neste caso.

C – Nós chegámos a pedir alguns serviços, o logótipo, tivemos uma voluntária que nos fez o logótipo da loja social. É uma plataforma interessante e também foi para a tese de mestrado.

Pensa que melhorar a governança passa por dar mais responsabilidade aos actores envolvidos e/ou envolver mais grupos?

F – Isso era o que há pouco a minha colega estava a falar, que é dar mais responsabilidade aos elementos-chave aqui da comunidade, que a partir daí consegue-se fazer muito trabalho e bom trabalho com qualidade.

C – Ou pelo menos, trabalhar os existentes para posteriormente criar novos. Porque acho que criar novos sem trabalhar os que estão, acho que é mais do mesmo, porque muitas vezes eles já existem, são bons mas estão apagados, precisam de ser trabalhados. Se calhar atribuir-lhe mais responsabilidade para eles também se sentirem importantes e sentirem-se úteis à comunidade. E então a partir desses, com os alicerces fixos, então criar novos.

Pensando em cada uma das anteriores opções, que riscos se devem ter em conta e de que responsabilidades se devem fazer acompanhar?

F – Por exemplo, pode haver muita atenção para um e os outros acharem que não está a ser dada atenção de forma equitativa.

C – Pode, e acontece, e muitas vezes sem intenção, e nós temos essa experiência dos encontros de associações. Porque temos sempre um ou outro que se destaca mais, ou por ser mais novo, ou por ser mais participativo, mais dinâmico, é difícil, é um bocadinho difícil gerir isso.

F – Corre-se sempre o risco da "mortalidade" da associação, também têm conflitos internos e passá-los para fora compromete todo o trabalho que, supostamente, se pode fazer entre as várias associações.

Digam-me uma coisa, pensando em vocês como comunidade, volto a perguntar melhorar a governança passa por dar mais responsabilidade aos actores envolvidos? Vocês participam? Vocês estão envolvidas? Sentem falta de mais projectos?

F - Neste momento nós já temos as redes criadas. É realmente investir na continuidade.

C – Ajustar algumas das acções que nós temos, é claro que a produtividade há sempre numas acções mais, noutras menos, mas era ajustar, se tivéssemos essa possibilidade, era ajustar algumas acções mas acho que já conseguiríamos fazer um trabalho diferente, melhor.

F – Garantir também que a comunidade tenha este suporte, nós acabamos por ser um suporte.

C – E se calhar direccionar já para alguma coisa que futuramente possa ser sustentável, ou que possa ser assegurada, neste caso, como sendo a Santa Casa coordenadora, algo que possa ser sustentado. E que a Santa Casa possa assegurar futuramente com técnicos que já existem na casa, e não deixar cair o trabalho todo que é feito durante três anos.

Acham que os mecanismos de diálogo que existem dão voz às pessoas que vivem na Murtosa?

C – Não, é a minha opinião.

F – Não.

E o que gostariam de ver desenvolvido em termos de investigação nas pescas em Aveiro?

F – Em termos de investigação, tentar perceber primeiro como é que as pessoas trabalham no terreno, na pesca. Por exemplo, localmente neste caso específico, como é que a Murtosa, como é que os pescadores aqui trabalham, como é que é a realidade das pescas, conhecer um bocadinho a realidade das pescas. Se as pessoas cumprem realmente a legislação, em termos de formação, se têm ou não conhecimento dos equipamentos que se devem usar em termos de socorro, em termos de cuidados que têm que ter de segurança. Perceber um bocadinho qual é a realidade actual nas localidades, quer na Murtosa quer aqui no distrito de Aveiro, o que é que existe em termos de pesca, em termos de trabalhadores, pescadores neste caso, e tentar perceber o que fazer para melhorar a qualidade de vida deles em termos de rendimentos, em termos de segurança. É ver o que é que há para depois, ver o que pode ser feito nesta área, porque há muito trabalho a ser feito.

C – E melhorar mesmo as condições de trabalho dos próprios pescadores, são muito precárias.

F – O conhecimento que eles têm, também.

C – O conhecimento de prática do dia a dia, e dar-lhes mais conhecimento é sempre importante. Ou pelo menos apostar naquilo que eles acham que…

F – Principalmente arranjar formas de, há muita dificuldade em entrar nestas comunidades piscatórias também, há muita dificuldade. Nós fizemos, eu recordo-me, a Campanha de Verão, cuidados que nós devemos ter na pele, na altura com o Centro de Saúde. O centro de saúde ainda propôs nós irmos aos pescadores, às pessoas que estão sempre expostas ao sol, com panfletos, explicar um bocadinho, falar com eles directamente, explicar os cuidados que se deve ter com o sol, mas depois recuámos nessa ideia porque realmente ia ser muito complicado chegar a esta comunidade.

C – Eles são muito fechados, pelo menos aqui.

F – E era arranjar forma de chegar, conhecer realmente, partir do principio, conhecer o que é que existe, começar a conhecer as pessoas para depois tentar ajudá-las nas várias áreas.

C – Porque depois é assim, pelo menos, aqui nos bairros, é uma comunidade fechada, é uma comunidade dentro de outra comunidade, depois eu acho que sempre que eles vêem visitas, neste caso técnicos, eles acabam por nos associar sempre a coisas negativas, nunca a nada positivo. Acho que em altura alguma, um pescador quando vê um técnico, neste caso falo por nós, técnico de serviço social ou psicólogo, não vai pensar que nós vamos tentar perceber como é que correu o dia dele. O que é que ele esteve a fazer ou onde é que esteve a pescar, o que é que pescou. Eles olham para nós e vêm como algo negativo, ou porque vêm ver a casa, ou porque vêm retirar-me a criança.

Associam-vos, por exemplo então à Comissão de Protecção de Menores?

C – Eu neste momento faço parte da Comissão de Protecção de Menores.

Relacionas esta população muito com as pescas?

C – Sim, pelo abandono escolar.

Negligencia?

C – Não, isto já é a minha opinião particular, eu não associo uma coisa à outra, acho que existe negligencia noutro tipo de famílias e não estão ligadas em nada com pescas nem com este tipo de população, eu não associo. Associo mais os casos que poderemos ter, se calhar, ao abandono escolar, ao absentismo, por aí. E lá está, eles não vêem na escola… para já não é importante, depois vêem os pais que trabalham, trazem bons rendimentos, andam no rio, andam em liberdade, coisa que na escola é difícil. E acho que depois os miúdos, lá está, a alternativa que têm é um CEF para alcançar a escolaridade obrigatória, e depois não há nenhum direccionado com a área que eles gostam, que neste caso é as pescas. Portanto, aí sim, era de apostar, e era de formar estes miúdos porque se é o que eles gostam... Acho que é assim, já os meus avós diziam: nem toda a gente serve para doutor nem tem perfil para isso. Eu não digo formar, eu digo mesmo, então aí entrar um bocadinho na investigação e ir à necessidade mesmo, e depois ajustar as necessidades dos miúdos, também depois àquilo que se pode oferecer, mas acho que era muito importante, porque isto é um ciclo, é reprodução de estilos de vida, os pais eram assim, os avós já foram assim, eles vão ser assim e os filhos vão ser assim. Não há mudança, e aqui mudança não quer dizer que eles tenham que mudar de profissão ou mudar o gosto que têm, mas é reprodução. É avós, pais, filhos, netos…

F – E se não for feito nada vai continuar assim.

C – Aliás, nós temos famílias em que, acabam por estar as três gerações na mesma casa, e a história repete-se só os nomes é que modificam.

Aqui volto à pergunta que fazia, em relação à psicologia, qual é o contributo da psicologia numa comunidade piscatória?

F – Pode ser, por exemplo, na gestão também de conflitos que possam haver. Pode ser um bocadinho nessa área, mesmo na questão de conflitos nas próprias famílias, na própria competição que existe entre elas, estudar um bocadinho o que pode ser feito para gerir um pouco o trabalho que é feito já por elas no terreno mas tentar ver quem são os lideres, neste caso especifico, investir nestes lideres mas para fazer um trabalho também mais de coesão grupal mais abrangente, para trabalharem todos no mesmo sentido. Não só para benefício próprio, mas também para benefício da pesca, neste caso… não sei como é que se diz… em termos profissionais.

Outro problema que eu identifiquei lá nos livros que li acerca da Murtosa, é que está associado ao alcoolismo. Vocês associam estas comunidades a um número mais elevado de alcoolismo? O trabalho na pesca pode proporcionar…?

F – Pode proporcionar porque estão muito tempo parados, muitas vezes à espera, e há algumas situações em que há problemas de alcoolismo, mas acho que não é directamente relacionado com…. Problemas de alcoolismo também existem noutras situações. Não é só na pesca.

C – Aí então, se calhar um ou outro caso, poderíamos dizer que se calhar na pesca do bacalhau em que eles vão meses para fora, então se calhar aí falaríamos das esposas e do problema do alcoolismo nas esposas.

F – Aí já há várias situações.

C – Temos algumas situações, temos alguns utentes com este problema.

F – Também há problemas em termos de relações familiares.

C – Os relacionamentos também, relações extra conjugais. Em termos de Comissão aqui no CLDS acabo por não…, não posso misturar sequer, porque senão… tento ficar sempre com processos de famílias que não atendo aqui. Nós recebemos encaminhamentos para apoio psicológico em casos de violência, ou situação de alcoolismo, nós damos apoio, ajudamos a pessoa no tratamento, no transporte, damos algum apoio alimentar se for o caso de uma família desfavorecida. Aqui as pessoas procuram-nos um bocadinho como veículo de informação. Acabamos por ser um faz tudo, como são quatro eixos, quatro áreas diferentes, as pessoas sabem que existe aqui na Murtosa e que é da Santa Casa mas já vêm aqui direitos, já sabem que é aqui.

F – Apoio alimentar, apoio em roupas que é a loja social, apoio na informática também vêm cá, o apoio psicológico...

C – … Acção social, preenchimento de papeis. Nós especificamente damos apoio à freguesia da Torreira em termos de alimentos, apoio alimentar.

Isso não vai fechar quando acabar o projecto? Essa parte?

C – Depende, a questão, nós não temos Banco Alimentar, nós temos o Programa Comunitário de Apoio Alimentar a Carenciados, que é o PCAAC, que também é um programa da Comunidade Europeia, portanto fazem duas entregas por ano, nós temos uma plataforma onde introduzimos as famílias, o número de famílias, o número de utentes por família e são feitas essas duas entregas por ano. Essas entregas normalmente são divididas por três entregas, eu depois divido e entrego durante três meses, uma vez por mês. Neste momento, nós aqui projecto, estamos a dar apoio à freguesia da Torreira. Em termos de Banco Alimentar também já fizemos esse pedido, só que são tantos pedidos, o Banco Alimentar de Aveiro tem inúmeras instituições.

Vocês têm muitos pedidos da população para a alimentação? Isso não bate certo com a falta de gestão… entendem onde eu quero chegar? Se eu tenho dinheiro e tenho dificuldade é em gerir…?

C – Eles ficam sem dinheiro para comer.

E daí eu associar também a casos de alcoolismo, ou de droga.

F – A questão da droga aqui funciona, existe algumas situações, mas isso é… acontece, nós não temos grandes conhecimentos, mas acontece em todas as zonas onde existe Ria, é mais fácil o acesso.

Porque é que é mais fácil onde existe Ria? Ficam mais expostos, mais vulneráveis…

F – Eu estou a lembrar-me por exemplo nos Açores é mais fácil o acesso, o transporte talvez, por vias marítimas.

C – Não, isso é a questão de ser mais fácil fazer a passagem, e isso levar depois a algum consumo, mas não temos muitos casos, pelo menos aqui não temos muitos.

F – Isso é o que se ouve falar, não é visível.

C – Alcoolismo sim, e é uma questão cultural, e na comunidade piscatória é cultural, é normal, é normal nós termos utentes aqui e " ah o meu marido", temos conhecimento que houve uma discussão ou uma coisa, muito um discurso de " ah ele bebeu um copito hoje, isso é quando ele vem do mar", é cultural. É aceite, é complicado tentar trabalhar essa temática, as pessoas depois não assumem, "não há problema, um copo de vez em quando não é um problema para ninguém, tenho alguns comportamentos agressivos mas é só quando bebo de vez em quando, não é problema".

F – Em termos de investigação seria uma área muito complicada, ia ser difícil ter acesso.

C – Mas talvez relacionar uma coisa com a outra, era um tema interessante. A pesca com o alcoolismo. É uma população muito exposta e estas pessoas acabam por não ter credibilidade, são pescadores e são conotados como pescadores, e depois toda uma série de conceitos que estão à volta do ser pescador, principalmente nestas zonas mais, nestes concelhos mais pequenos. Tu quando ouves falar das pessoas, aqui estamos a falar de pescadores e estamos a direccionar porque fala nas pescas e estamos a direccionar para essa população, mas nós que trabalhamos cá sabemos que os pescadores são os moradores dos bairros sociais, a maior parte, portanto aqui também quando falam dos pescadores não falam dos pescadores directamente, dizem "os do bairro", e o bairro nós sabemos que são os pescadores. Aliás, nós falamos isso aqui muitas vezes, que só os bairros que existem lá na Torreira, os três, bairro Barbosa, bairro dos Pescadores e Bairro Social. Na Murtosa também há, o bairro da Arribação que é no Monte, a Gafanha Baixa que é Murtosa, são duas zonas muito críticas aqui no concelho, é conflitos atrás de conflitos, é o mergulho, é a ria, é a resistência a tudo o que é serviço, porquê? Com receio, porque se eu venho aqui perguntar o que fazem e me dizem que andam na Ria, é natural que eu vá verificar, para fazer o meu trabalho, eles associam-nos logo a tudo o que isso possa trazer de negativo para eles. E são comunidades muito fechadas, aliás eu falo por mim, eu vou mais tranquila aos bairros sociais da Torreira do que à Gafanha Baixa ou Arribação, porque lá está, é muita história de violência.

F – É como os miúdos na escola, eles são conhecidos na escola como os que fazem mal, são aqueles que são os mais fortes.

C – São os que quando fazem mal e alguém lhes chama a atenção, aparece o pai e a mãe na escola a fazer barulho.

C – A comunidade piscatória, pelo menos da Torreira, era uma óptima população para se trabalhar, por exemplo, durante dois anos só com aquela população. As mulheres que vão para a ria, mas por exemplo aquelas que ficam lá em casa, ficam em casa o dia inteiro, as que se juntam todas à porta ao sol, acho que aquela população… teríamos trabalho, pano para mangas, mas só aquela população, dedicar de corpo e alma só àquela população. Acho que era um trabalho muito giro, não era fácil entrar porque lá está, somos sempre elementos externos, mas acho que era um óptimo trabalho. Nós em

termos de trabalho cresceríamos imenso e eles também teriam muito a ganhar, porque seria uma intervenção direccionada só para eles, eles não teriam que dividir aquela intervenção com mais ninguém. Eu também estou a falar mas não sei até que ponto é que eles aceitariam, mas dava um óptimo trabalho, e produtivo em temos de conhecimento, de consequências e de valorização daquelas pessoas.

F – Eu estava a pensar que na questão da pobreza, eles têm melhorado nalgumas coisas, antigamente eu ainda me recordo lá para a Torreira eles tinham ainda as vacas a puxar as redes, tinham grandes dificuldades, e agora é com tractores. Agora são os jovens que conduzem os tractores, mesmo com os perigos todos que estão associados, o tractor pode-se virar e são os jovens que utilizam os tractores, eles são muito bem divididos e o trabalho funciona muito bem. Mas o que é que pode ser feito para ajuda-los nesse sentido. Em termos de pobreza eles têm melhorado, realmente assiste-se que eles têm melhorado em alguns níveis, mas em termos de condições não sei até que ponto é que têm as condições melhores para trabalhar, agora à questão quanto tempo não sei, vinte anos se calhar.

Este modelo de governança, que pretende dar voz a todos os intervenientes, pode contribuir para a sustentabilidade da pesca artesanal?

C – Eu penso que sim.

F – Se calhar é a única que pode dar sustentabilidade também, em termos de sobrevivência também, em termos de garantir aquilo que estava a dizer em termos de redes locais que possam garantir o que é necessário para continuar esta actividade.

C – Sim porque só quem está no terreno é que pode transmitir as dificuldades do dia a dia, e neste caso específico de pesca artesanal, acho que é fundamental dar voz a quem está no terreno.

Acham que a pesca artesanal conseguirá sobreviver no actual contexto da actividade das pescas na Europa?

F – É assim, se continuar a ser associada à pobreza, se calhar até é capaz em termos de sobrevivência continuar a existir, talvez mas tem tendência a acabar, penso eu. Tem tendência, se não for nada feito às dificuldades aumentarem e não sei….

C – Eu acho aqui que, tendo um ponto de vista assim um bocadinho mais positivo e avaliando o contexto em que estamos hoje neste momento a Europa, Portugal, acho que talvez possa não acabar e que tenha tendência a melhorar tanto quer a pesca artesanal, como a agricultura, como tudo o que neste momento está associado à pobreza se torne um meio de sobrevivência e as pessoas comecem a valorizar mais este tipo de vida.

F – As pessoas dependem muito da pesca, comem muito peixe por exemplo, é uma coisa que está associada a hábitos alimentares pelo menos na Torreira. Comem peixe, pelo menos é uma coisa que não falta em termos de alimentos.

C – Avaliando um bocadinho de forma negativa, assim se não se trabalhar com esta população ela tem tendência a desaparecer, e lá está a questão da legislação, se não for repensada, se não adequada e ajustada, isto é um bocadinho aquele exemplo da ASAE, quer dizer, começam a ser exigências de tal forma, não é absurdas vá não posso dizer isso, mas são tão rigorosos que as pessoas não têm como, não conseguem, e aqui acho que acontece um bocadinho igual, portanto tem que ser repensado.

F – Estava a pensar também na pesca industrial, pode haver dificuldades em manter por causa da concorrência, não sei até que ponto a pesca industrial possa….

C – Começando logo pela legislação que existe, um simples pescador não tem qualquer hipótese de competir com uma empresa de pescadores, ou uma associação de pescadores, ou um grupo de pescadores, não estão em pé de igualdade e não conseguem fazer face às dificuldades, portanto, aí estão sempre em desvantagem.

Vocês aqui associam a pesca artesanal ao turismo? Vêem associar de alguma forma nestas últimas iniciativas?

C – Em Aveiro sim, aqui não. Houve alguma requalificação em termos de ria, de espaço através da SERRIA, mas não.

F – As pessoas vão ali, vêem os pescadores locais, mas muitos deles vão para ver como é que se procede ali, os procedimentos que são necessários para a pesca. Mas também muitos deles aproveitam-se, pelo menos na altura do Verão, para ir buscar peixe, aqueles peixes que sobram que vêm nas redes, as pessoas vão lá com sacos para ir buscar o peixe.

C – A Torreira é mais turística que a Murtosa. Aqui na Murtosa os únicos turistas que vemos de Verão são os emigrantes, muitos emigrantes americanos. A Torreira sim é mais turística no verão, enche. A Costa Nova, a Barra, agora aqui na Murtosa mesmo não.

Extra:

C – Também fazemos encaminhamento para formação, portanto Novas Oportunidades, RVCC e o que deparamo-nos com uma dificuldade que foi, muitas pessoas têm menos que a quarta classe ou menos de quatro anos de escolaridade. O que é que resultou? Não conseguimos integra-las nas turmas de RVCC, algumas conseguem acompanhar, tiveram algumas bases e conseguem acompanhar e até conseguem tirar o 4º ano ou iniciar logo para tirar o 6º, que é mesmo assim. Outras não, então tentámos fazer uma turma, fomos a Aveiro ao Centro de Emprego, ao centro de formação profissional tentar ver o que é que se poderia fazer, uma candidatura a um curso para estas pessoas, seria formação para a inclusão. Engraçado, que quando chegámos, a técnica do Centro de Emprego quando ouviu Murtosa, quase que disse logo não, para aí não porque as pessoas não vão, faltam, não vão concluir a formação, é investimento perdido. Os próprios serviços já estão a fechar esta comunidade, já não estão a dar oportunidade de formação, ou pelo menos na área, aliás nós quando falámos na formação seria mesmo na área da pesca, alguma coisa relacionada com pesca, quer fosse para mulheres ou homens, não sabíamos ainda o número de pessoas que tínhamos e o sexo, só que os próprios serviços fecham logo, e depois parece que a Murtosa está aqui completamente ao abandono, não se acredita, é a percepção que nós temos.

Duração da entrevista: 01:23:29 + 00:01:47

Pode contar-me brevemente como tem sido o seu percurso profissional e como se tem relacionado com governança?

Eu considero que o meu percurso profissional tem sido normal. Se compararmos aos tempos actuais, então não é normal, porque eu depois de acabar o curso não estive praticamente tempo nenhum desempregada. Entrei na Câmara Municipal de Estarreja para um estágio do Programa AGIR, depois estive algum tempo em voluntariado, depois passei a uma situação de contrato a termo e depois abriram um concurso para ingressar no quadro. Considero que me tenho relacionado bem com a governança, se partirmos do ponto de vista que governança aqui é o executivo de cada uma das Câmaras com quem lidei. Em relação às Redes Sociais, em Estarreja tinha pouco contacto com o Programa Rede Social, representava a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Estarreja na Rede Social, participava naquilo que era as actividades normais da Rede Social, mas não estava directamente ligada ao desenvolvimento da Rede, não era eu que era responsável pelas actividades da Rede. Aqui, depois de chegar à Câmara da Murtosa, fui afecta, como técnica da autarquia ao Programa da Rede Social. Tento coordenar o trabalho técnico dentro do Núcleo Executivo, preparo as reuniões, estabelecemos contacto com as instituições, mas o grau de parceria não é muito elevado, nem sequer é elevado.

Governança tem ajudado a aproximar a política europeia das necessidades que observa? Se sim, como? Se não, porquê?

Não me parece, muito sinceramente não me parece, não tanto por não estar muito dentro da área, mais por aquilo que oiço dizer, mas de um modo geral, ouvem-se muito mais queixas agora, quanto maiores são as regras que estão implicadas na actividade, maiores são as queixas também. Não me parece que quem trabalha na pesca tenha consciência que algumas destas regras também têm a ver com a salvaguarda da própria pesca e com a garantia de futuro da actividade, se calhar também nunca houve muita preocupação em quem de direito explicar isto directamente, e se houve essa preocupação também não me parece que as pessoas tenham a noção que é um recurso que se pode esgotar.

E fora da pesca com a criação deste Programa de Redes Sociais, se nota alguma proximidade, ou tentativa de proximidade na política social europeia?

Eu creio que, em teoria, há essa preocupação, nos princípios até na própria legislação que se tem vindo a criar, acho que há essa preocupação. Aquilo que eu acho enquanto técnica, é que nem sempre aquilo que está previsto no papel reflecte aquilo que são as aspirações, e no fundo, aquilo que são as necessidades reais da população, acho que fica um bocadinho aquém.

Como é que o papel que desempenha actualmente pode ajudar a melhorar a política europeia nas pescas?

Eu actuo em função daquilo que são as regras que estão pré estabelecidas, e por muito que não concorde com elas, não lhes posso fugir. Não creio que possa contribuir muito na medida em que também não há grande esforço em auscultar quem está no terreno, as medidas continuam a ser muito de cima para baixo e raramente se pergunta e se tenta trabalhar com quem está no terreno e perguntar, pelo menos qual é a nossa percepção. Acredito que não possa ser ouvida toda a gente, mas em quinze anos, nunca tive noção de que alguém se preocupasse com aquilo que nós, que estamos no terreno, pensamos.

Quais os aspectos que gostaria ver melhorar na governança europeia?

Vem na sequência da resposta, acho quem está no terreno devia ser muito mais levado em conta, criar-se mecanismos que reflectissem exactamente este princípio, tentar fazer as coisas de baixo para cima, se não todas pelo menos algumas.

Pelas experiências que tem tido, o que pensa sobre os actuais mecanismos estabelecidos?

Em teoria eu creio que a Rede Social, tem mecanismos que permitem esta colaboração, esta forma de participação, porque existe…. Eu creio que ao nível do Programa Rede Social especificamente, acho que estes mecanismos de alguma forma existem, estão no terreno, não sei se são utilizados na sua amplitude máxima. Mas creio que estão no terreno, porque há a Rede Social ao nível municipal, pode eventualmente ao nível da freguesia, há depois ao nível do distrito, ao nível das NUTS, por exemplo das Plataformas Supra Concelhias, em teoria cada uma das redes nestas reuniões que estão acima e onde têm representatividade conseguem fazer-se ouvir e conseguem de certa forma também reflectir aquilo são os objectivos da Rede Municipal onde está integrada e da rede mais alargada o de cada uma das redes municipais esta integrada. Mas depois a abrangência acaba por ser muito limitada, por exemplo, nós ao nível da Plataforma, organizam-se seminários, promovem-se candidaturas mas não se consegue fazer muito mais do que isto. Acabamos por estar muito limitados. Não acredito que estas iniciativas provoquem uma mudança efectiva e provocar essa mudança efectiva será uma coisa muito, muito ligeira. Por isso é que, …é por pequenos passos que as coisas se fazem, mas não se notam grandes impactos.

Melhorar estes actuais mecanismos passa por torná-los se calhar mais efectivos, ou mais eficientes?

Sim, se calhar até mais autónomos, por exemplo na nossa Plataforma Supra Concelhia, que é do Baixo Vouga, cada uma das redes enquanto parceira aprovou a apresentação da candidatura da REAP no âmbito do Ano Europeu Contra a Pobreza e Exclusão Social, e este tipo de actividades só são possíveis com orçamento, daí ter nascido a candidatura. Nós não temos autonomia, a plataforma supra concelhia não dispõe de orçamento próprio, por isso é que eu digo, quando falo de autonomia é tudo muito limitado, nós estamos muito dependentes. Terão autonomia na função em que o município lhes quiser dar, ou seja nós temos mais dinheiro ou menos dinheiro, desenvolvemos mais acções ou menos acções, dependendo do orçamento do município, porque os outros parceiros também não fazem…. O que disponibilizam, estamos a falar de recursos humanos e apoios logísticos, se nós tivermos alguma acção que implique uma verba concreta, não conseguimos executar.

Pensa que têm ajudado a resolver conflitos entre grupos com diferentes interesses? Se sim, de forma?

Tem, nalgumas situações resolve, se calhar noutras situações provoca-as, mas nalgumas situações acho que se sim, que promove a resolução de conflitos. Nesta situação concreta das pescas não tenho essa percepção.

Pensa que têm (ou não) conseguido ajudar a melhorar condições nos locais onde vivem e trabalham as pessoas que observa/representa?

Creio que sim, não de uma forma directa mas de uma forma indirecta creio que sim. Por exemplo, neste momento a Câmara está a atribuir fogos de habitação social, estes primeiro fogos que nós temos, nós temos noventa e uma casas prontas, já entregámos catorze e estamos a fazer a entrega faseada dos outros, estão na maioria a ser ocupadas por famílias que pelo menos um dos seus elementos é pescador. As cinquenta e uma

casas que nós temos neste momento estão todas situadas na Freguesia da Torreira e a população residente é maioritariamente pescadora, se não pescadora de alto mar, pescadora de ria, quase todos se dedicam à pesca. E nesse sentido, embora as casas que não são obra minha naturalmente, mas todo o acompanhamento social que se faz a cada uma das famílias no âmbito desta entrega de alguma forma o que nós tentamos é melhorar, não só as condições de vida deles, mas também as condições psicológicas por aquilo que está ao nosso alcance.

Há mais áreas aqui no Concelho, por exemplo na Educação, na Protecção de Menores em que queira desenvolver um bocadinho?

Também desenvolvemos Acção Social Escolar, quase todas as crianças destes agregados são beneficiários da Acção Social Escolar do Escalão 1, o escalão máximo. Aqui também há uma forte componente de fuga aos impostos, naturalmente, não é declarado de todo, tudo aquilo que se ganha, e neste sentido, como a Acção Social Escolar é atribuída em função do escalão de abono, e como o escalão de abono é atribuído em função da declaração de IRS, eles acabam por ser abrangidos pelo escalão máximo da Acção Social Escolar. Ao nível da Comissão há algumas situações de crianças destas famílias, não tantas quantas seriam de esperar possivelmente, porque associamos comunidade piscatória a problemas de relacionamento, à violência doméstica, ao alcoolismo, coisas que normalmente estão associadas à comunidade piscatória. É natural que se calhar haja uma forte incidência de casos de alcoolismo nestas famílias porque são muitas as famílias que vivem da pesca, são também normalmente estas famílias que reportam menos rendimentos, não será necessariamente as que menos ganham, mas são aquelas que reportam menos rendimentos, acabam por ter a visibilidade que têm, como são muitas, acabam por ter também muita visibilidade nas outras áreas. Mas em termos de Comissão, por acaso, não se nota assim tanto esta incidência.

Associa o tipo de postura na pesca, ou seja o facto de estarem na pesca artesanal, com alguns problemas que possam ter? Ou seja, eles surgem pelo facto de estar na pesca e da sazonalidade que esta actividade está sujeita?

Em termos dos rendimentos não, da precariedade sim, porque primeiro, nem todas estas, embora a nossa percepção seja que a maioria das pessoas na pesca ganham bem mais do que aquilo que declaram, também é certo que há quem ganhe muito e não tenha capacidade de gestão, ou seja quando se tem dinheiro gasta-se, quando não se tem dinheiro pede-se emprestado ou vem-se bater à porta dos Serviços. Mas isto não é assim para toda a gente, há um hábito de pedir constantemente aos serviços, porque: olhe para mim, sou pobrezinho, sou pescador, há esse hábito, é cultural, está enraizado, porque a percepção que se tem é: coitadinho é-se pescador não se tem rendimentos, e já não é assim, felizmente. Mas há de facto famílias que fazem má gestão dos rendimentos que têm e isto é ponto assente, há outras que não. Para quem não tem capacidade de gestão, quando a Ria está fechada, ou quando está mau tempo e não se pode ir à pesca a coisa fica complicada. A questão do alcoolismo, acho que tem muito mais a ver com a cultura do que propriamente com a profissão, ou seja, acho que era um hábito aqui há uns anos, e agora, por outros factores, ainda é mais hábito os garotos começarem a trabalhar, é assim começando-se a trabalhar reconhece-se que é adulto, se é adulto já pode fazer uma série de coisas que os adultos fazem nomeadamente fumar, beber, portanto não é assim tão mal visto como isso este tipo de comportamentos, de atitudes. E acho que o alcoolismo não está assim tão directamente relacionado com a pesca, acho que está mesmo relacionado com questões culturais, se calhar com o nível de formação e de habilitação académica, que por vezes não se tem noção das consequências de um

consumo abusivo, ainda que não seja todos os dias, não deixa de ser abusivo, de álcool a partir de uma idade muito precoce. Acho que não há esta consciência, mas não acho que esteja ligado à pesca.

Há alguma resposta da acção social, por exemplo através desses seminários, há algum incentivo para essa questão da falta de capacidade de gestão?

O que nós tivemos, e em Março deixámos de ter, é o Contrato Local de Desenvolvimento Social, e este contrato previa, de facto, em termos de Formação de Pais, um dos objectivos era a questão da gestão doméstica, da gestão do orçamento familiar em função daquilo que é preciso e daquilo que se tem. E fizeram-se algumas acções nesse sentido, só que são coisas muito limitadas, infelizmente, porque nós acabamos por os envolver nestas situações das famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção, e sentem-se na obrigação de ir porque se não têm medo de perder a prestação, depois vem tudo dentro do acordo do programa de inserção. Porque contrariamente àquilo que se possa pensar, as declarações de rendimento são baixas mas normalmente eles não pedem Rendimento Social de Inserção, não tem muitos pescadores a beneficiar do RSI, e não tem a ver só com a questão dos rendimentos, não querem nada com os Serviços, não querem que as assistentes sociais lá vão a casa. A maior parte das pessoas estão disponíveis para receber, depois não estão disponíveis é para, de alguma forma, corresponder àquilo que é esperado delas, é a escolha entre pouca saúde e nenhuma, e eles normalmente escolhem nenhuma. Nós, por exemplo no inter concelho, quatro freguesias, uma população de dez mil habitantes, temos quarenta e cinco famílias a beneficiarem de RSI, não é nada. As minhas colegas de uma das freguesias do concelho de Estarreja, – Pardilhó – que já teve uma comunidade piscatória forte, só aquela freguesia tem setenta processos.

Na sua perspectiva pessoal como habitante aqui da Murtosa, pela experiência que tem tido ao longo da vida, essa má gestão de recursos pode estar relacionada com o quê? Falta de expectativas, de objectivos na vida?

Também, se nós pensarmos, aqui há uns anos, se nós falarmos há cerca de vinte anos atrás, a questão do alcoolismo influenciava muito esta parte da má gestão, gastava-se e gastava-se mal, gastava-se nas tabernas. A acrescentar a isto, as famílias dos pescadores foram sempre famílias muito numerosas. Agora nota-se menos mas antes eram famílias numerosas, quatro, cinco filhos, portanto, quantos mais filhos havia, maior era a dificuldade em gerir o dinheiro. Por exemplo, quem andava embarcado, – agora as coisas já podem ser feitas de maneira diferente, – mas normalmente as famílias recebiam um montante fixo mensal muito baixo, mesmo já depois de termos mudado para o Euro, estamos a falar de setenta Euros por mês. Agora quem anda embarcado pode eventualmente pedir para se pagar mais, para que este montante fixo mensal seja mais elevado. No fim da viagem são feitas as contas e daquilo que eles tinham a receber, daquilo que é considerado ser salário base mais a percentagem de pescado, porque eles têm sempre uma percentagem do pescado, e é aí que eles ganham muito dinheiro, se a viagem correr bem a percentagem é boa, fazem as contas e acertam entre aquilo que já está pago e aquilo que ainda têm para pagar. Aqui há uns anos era difícil lidar com isto, não havia RSI, não havia Rendimento Mínimo Garantido, abono só tinha quem fazia descontos, quem não fazia descontos não tinha abono, portanto a gestão tornava-se muito necessária e quem não a tinha passava grandes dificuldades. Havia famílias que a tinham. Com estas medidas sociais, estas políticas do RSI, da mudança das regras de atribuição de abono de família, a maior parte das famílias também se habituaram a ter sempre dinheiro garantido e isso mudou um bocado a maneira como essas famílias lidam com o dinheiro, daí esta má gestão, porque acham que se não

tiverem há sempre alguém que pode ajudar. Em termos financeiros tornaram-se muito dependentes.

Há outra das coisas que vejo referida e já reparei em dois ou três casos, penso eu, há muita gravidez na adolescência?

Neste momento há muito absentismo, muito abandono escolar, a tendência será para crescer nos próximos anos com o alargamento da escolaridade obrigatória até aos dezoito anos, que se estamos, vá garotos com doze anos que nós já não conseguimos segurar na escola porque vão para a ria trabalhar com os país, quando a idade for até aos dezoito a coisa vai ficar muito mais complicada, a nível de abandonos e de absentismo acho que vai aumentar. Há gravidez na adolescência, há constituição de famílias, embora já não seja pelo casamento, seja mais pela União de Facto numa idade muito, muito jovem. Dá-me a sensação que vêm umas coisas atrás das outras, porque é assim: eu deixo a escola vou trabalhar, se vou trabalhar tenho rendimento, se tenho rendimento já sou dona da minha vida, se sou dona da minha vida posso constituir família, embora a questão da gravidez não seja sempre, a maior parte das vezes não é planeada. Mas há situações de jovens que se juntam muito novos, precisamente porque há esta questão da autonomia financeira, que é sempre relativa, mas existe.

Nota muitos casos de toxicodependência nestes bairros?

Começa-se a notar nos jovens, na escola falam muito de consumos, não de drogas duras exactamente, mas de drogas leves. Não acho que seja significativo, acho que neste momento alarma-nos muito mais a questão do alcoolismo, mesmo entre os jovens, mas existe como existe em qualquer camada social onde não haja perspectivas, onde não se valoriza a escola, onde não se tem planos de futuro. Acho que existe de igual modo nas comunidades piscatórias mas que têm os mesmos problemas sociais associados.

A criação, por exemplo, agora desta Escola Integrada da Torreira… pode haver iniciativas a partir deste plano educativo e destas construções, que a partir disto se possa vir a aprofundar estes seminários, no sentido de levar mais as pessoas a haver uma modificação de comportamentos? Se pode haver interacção entre Acção Social local e a parte educativa de forma a conseguirem conjugar esforços, iniciar projectos nesse sentido?

Tem-se tentado, por exemplo em relação à Escola Básica Integrada que há na Torreira – e que é relativamente recente, porque antes as crianças da Torreira a partir do quarto ano vinham estudar para cá, – tudo aquilo que a escola solicita, a Câmara naquilo que é as suas possibilidades tem correspondido. Não há exactamente um plano conjunto definido de promoção das escolas junto desta comunidade que é a Torreira, a maioria dos meninos da Torreira fazem a escolaridade obrigatória e saem da escola, enquanto a escolaridade obrigatória era a 4ª classe faziam a 4ª classe, quando passou a ser o 6º ano faziam o 6º ano, quando passou a ser o 9º ano faziam o 9º ano, agora com o 12º vai ser um bocadinho mais complicado. O normal é isto, depois há casos de abandono mas…. Não há um plano conjunto em que autarquia e escolas trabalhem a par nestas situações, as escolas pedem, a autarquia disponibiliza. Ter-se assim um esforço conjunto: isto é o nosso plano, é isto que nós queremos, não, isso não há.

Pensa que melhorar a governança passa por dar mais responsabilidade aos actores envolvidos e/ou envolver mais grupos?

Eu penso que sim, é assim, se calhar é formação de formação, eu acredito que para nós conseguirmos algumas mudanças a própria população que nós esperamos que mude tem que estar envolvida e tem que ter o mesmo desejo de mudar, se nós queremos que uma

comunidade evolua num determinado sentido temos que envolver as pessoas dessa comunidade nesse próprio processo. Não faz sentido nós chegarmos lá e dizer: isto é melhor para vós, nós vamos fazer isto para que vocês mudem. Faz sentido é nós chegarmos lá e tentarmos conversar e perceber em conjunto o que é que é melhor para a comunidade e a partir dessa percepção definir estratégias para em conjunto obter esses resultados, acho que para melhorar as coisas a comunidade, as populações terão de ser necessariamente envolvidas e naturalmente responsabilizadas. A partir do momento em que são envolvidas, são responsáveis por determinadas acções e, como tal, têm que as desenvolver eles próprios, não podem ficar à espera que alguém venha por fora e as desenvolva.

Pensando em cada uma das anteriores opções, que riscos se devem ter em conta e de que responsabilidades se devem fazer acompanhar?

Os riscos que isto pode trazer, nestas coisas de Acção Comunitária, de Desenvolvimento Local, eu acho que o risco maior que há é não garantir condições de que as obras que se criam, independentemente do tipo de obra que seja, possam ter continuidade, há sempre que pensar na parte da sustentabilidade, na parte económica, e acho que essa é a maior das limitações, que muitas vezes pensam-se os projectos, desenvolvem-se os projectos, há orçamento para os projectos e a partir do momento em que o projecto acaba as coisas acabam por cair porque depois ninguém quer suportar, quer a responsabilidade de continuar a desenvolver a acção em questão, ninguém quer os custos. Ás vezes não é só o não querer, é o não ter como. E acho que esse é o maior risco que está associado ao envolvimento das populações no seu próprio processo de mudança.

Eu vou fazer aqui uma pergunta muito específica. Se imaginar que existe aqui um projecto. Há pouco tempo houve um projecto nas pescas, que foi desenvolvido em Sesimbra, em que através de mediadores que identificaram localmente, aí identificaram localmente pessoas das pescas, pescadores, mulheres de pescadores e a partir dessas reuniões começaram a atraí-los mais para a associação, depois iria em bola de neve, cada um deles… a questão que se coloca é que no final, as reuniões acabam, deixa de haver um pólo incentivador. Se for a pesca artesanal se calhar as pessoas que eu vejo a ficar antes e depois do projecto, são as pessoas da escola, da Acção Social, do Centro Social e Paroquial, da Santa Casa, portanto quem dinamiza a comunidade, quem dará continuidade. E daí eu vinha fazer esta pergunta muito específica, se neste caso acha que faz sentido este meu pensamento? Se na prática ele fará sentido, se na existência de um projecto destes, se acha que é possível dar continuidade a uma coisa destas, ou dar mais continuidade, criando elos locais também com vocês em que se estabelece interacção com a população piscatória?

É assim, na prática é possível, e na teoria se calhar também. É mais possível se calhar na teoria do que na prática, isto porquê? Porque estes processos de intervenção causam sempre algum cansaço, e ao fim de algum tempo é normal que os técnicos precisem de sair e que as pessoas, os próprios interessados assumam as rédeas destes processos. É isso que se pretende, normalmente não é isso que acontece, tem que ter sempre alguém por trás. Noutros sítios quem fica sempre por trás nestas acções são as Associações de Desenvolvimento Local, por exemplo, no interior nota-se imenso a actividade das Associações de Desenvolvimento Local, porque houve sempre a questão da desertificação, de aproveitar os recursos próprios. Aqui não há tanto essa percepção. Primeiro não estamos em situação de desertificação, nem pouco mais ou menos, não estamos em situação de isolamento. A questão é que temos muita pobreza, nós no

Município da Murtosa, se, se reparar, o que nós chamamos o Mapa da Pobreza, é o mapa do país em que os municípios estão representados por cores, e as cores representam uma escala, e representam o grau de desenvolvimento, índices de pobreza. A Murtosa tem exactamente a mesma cor que tem os municípios do interior, ou seja estamos exactamente na mesma situação de pobreza, de desenvolvimento social.

Acha que faria sentido haver aqui uma Associação de Desenvolvimento Local?

Eu acho que sim, faria todo o sentido. Não existe e não me parece que alguma vez vá existir…

Portanto, o papel de uma Associação de Desenvolvimento Local seria…?

Aquilo que eu vejo nos municípios do interior, e porque é lá que elas existem, aquilo que eu vejo, é que o facto de existir uma Associação de Desenvolvimento Local aproxima a população da autarquia, neste sentido, porque é suposto esta Associação dar voz àquilo que são as necessidades da população, o que está em causa é o desenvolvimento local da comunidade, acaba por aproximar porque o que esta associação, à partida, faz é tentar chamar para a sua causa aquilo que são as instituições que existem no terreno, e que a única preocupação desta associação é o desenvolvimento local. Enquanto nós sabemos que o desenvolvimento da comunidade é também uma preocupação das IPSS, é também uma preocupação da autarquia, não é uma preocupação exclusiva. No caso das Associações é uma preocupação exclusiva, é o desenvolvimento que está em causa.

Neste caso eles não poderiam ter um papel de fazer esta interligação entre a acção social e a educação, por exemplo?

Eventualmente, embora eu não fale de situações tão específicas mas acho que uma Associação de Desenvolvimento Local mobiliza recursos, mobiliza apoios que não precisam de ser financeiros, mesmo apoios morais.

Mas essa associação é formada por…?

É formada por pessoas da comunidade, é uma associação normalíssima como qualquer Associação de Moradores, com as pessoas se associam normalmente para outro tipo de coisas. Qualquer grupo de pessoas pode criar uma associação de desenvolvimento local.

Vocês aqui, se, se reunissem e fizessem um projecto que incentivasse à criação de uma Associação de Desenvolvimento Local? Será que isso é possível?

É assim, as coisas nunca foram postas de forma tão concreta, falo da Associação de Desenvolvimento Local é uma percepção minha, enquanto pessoa, enquanto técnica.

Mas pela experiência que tem, acha que teria continuidade? Facilitaria um trabalho colaborativo entre autarquia e população?

Eu creio que sim. Acho que faria todo o sentido, não sei se garantiria a continuidade, mas parto do princípio que a associação também se conseguiria renovar normalmente e cada vez que se renova uma associação também se renovam as pessoas que estão ligadas ao trabalho.

Sente que consegue promover (directa ou indirectamente) um melhoramento das condições de vida na pesca, na Murtosa? Se sim, em que aspectos.

Indirectamente, creio, tenho esperanças que sim, mais do que acreditar é ter esperanças, porque muitos dos jovens que nós temos na escola têm como projecto de vida trabalharem na ria, trabalharem no mar, e fazer-lhes perceber que é um esforço diário,

naqueles que nos chegam às mãos, que são os que dão problemas, os outros não chegam. Fazer-lhes perceber que não é por terem o 9º ano que não podem trabalhar na Ria ou que não podem eventualmente aliar a área de estudos àquilo que são os projectos de vida deles, que as coisas não se concretizem. Acho que no sentido em que o meu trabalho, um dos objectivos é promover a continuidade dos jovens na escola, e que muitos destes jovens acabaram por trabalhar na Ria, creio que indirectamente podemos contribuir para que as coisas ao nível da pesca também se alterem, no fundo quanto mais formação eles tiverem, melhor se conseguirão relacionar com estruturas que os rodeiam, melhor poderão percepcionar a renovação da própria fauna e da flora da ria. Quanto mais souberem, mais facilmente poderão aplicar esses conhecimentos naquilo que é a actividade que pretendem desenvolver, por isso indirectamente acredito que sim, faço, espero fazer alguma diferença.

Acha que os mecanismos de diálogo que existem dão voz às pessoas que vivem na Murtosa?

Eu, acima de tudo, acho que as pessoas da Murtosa fazem-se ouvir bem, às vezes não se fazem ouvir da melhor maneira, mas fazem-se ouvir bem, não necessariamente em diálogo, também é verdade, mas fazem-se ouvir. Eu acho que o que falha não é a capacidade de se fazerem ouvir, é a capacidade de se mobilizarem em grupo, de se organizarem. É muito mais fácil vir aqui um ou dois fazer-se ouvir do que propriamente conversarem entre eles e chegarem aqui e dizerem: não sou só eu. Sou eu, e mais vinte que estão atrás de mim. Acho que falha a capacidade de mobilização e a capacidade de associação.

Tem alguma perspectiva sobre a pesca industrial, vivendo aqui?

Pesca industrial nesta zona não se faz, por exemplo eu comparo muito a comunidade piscatória da Torreira com a comunidade piscatória de Caxinas, em Matosinhos, mas os tipos de pesca são bastante distintos, enquanto nós vamos às Caxinas e encontramos as traineiras e nota-se um tipo de pesca mais desenvolvido, mais mecanizado, aqui não a pesca ainda é muito artesanal, já não vão a remo é certo, já vão a motor mas ainda é muito artesanal, digamos que não é em grande escala. Considero que em Caxinas é feita em maior escala do que a que é feita aqui. No entanto há outros tipos de situações que ocorrem que não ocorrem nas Caxinas, portanto nós estamos na foz de um rio, e o que muita gente faz e tem dado muito dinheiro é por exemplo o mergulho, ou seja apanham-se bivalves através do recurso à técnica de mergulho. E é este tipo de pesca que é sobretudo predatória, que não respeita os bancos de reprodução, que não respeita os tempos de reprodução, que a maior parte das vezes é feita numa situação de ilegalidade, com risco para terceiros e com risco para os próprios, porque depois não há conhecimento das técnicas de mergulho, não se faz descompressão. Temos um número de assinalar de pessoas com problemas de surdez por causa da ausência de descompressão. Aquilo é só chegar, vestir os fatos, meter as garrafas, e depois às vezes acontecem umas coisas menos boas. Em relação aos conflitos, aquilo que eu me apercebo é que há algumas rixas entre colegas de profissão, e às vezes acontece um dizer: olhe vá ali que fulano está ali à pesca, e as autoridades vão e depois são apanhados, são apreendidas redes, são apreendidos motores, são aplicadas multas, esse tipo de coisas já ouvi falar, não tenho conhecimento de nenhuma em concreto, mas já ouvi falar que isso acontece, que há quem faça queixa e denúncias, mas situação de conflito propriamente dito entre quem faz da pesca um meio de vida e quem faz da pesca, por exemplo um hobby, não. Até porque são técnicas de pesca diferentes, porque quem faz da pesca um hobby normalmente pesca à cana, ainda que pesque na ria

embarcado, que não seja na margem pesca à cana, e os pescadores de profissão não pescam à cana.

Os dois pescadores profissionais que entrevistei acham-se prejudicados em relação às facilidades que dão na pesca desportiva, que não precisam de tantas licenças, que não há tanta fiscalização. Também associado à apanha de casulos - será por aí, também, acho, estragam a ria - que é para a pesca desportiva e gera-se um certo conflito por causa disso…

Em relação ao facilitismo que é dado à pesca desportiva, aí é provável que tenham razão, mas também temos que ver que a pesca desportiva em termos de impacto na preservação das espécies não é tão significativa como a outra. A gente, à cana apanha um peixe de cada, vez se apanhar, é preciso que eles mordam, enquanto que a apanhar à rede é diferente.

O que gostaria de ver desenvolvido em termos de investigação nas pescas em Aveiro?

Eu acho que faria sentido apostar-se ao nível da preservação das espécies da ria, ao nível do habitat, faria algum sentido fazer investigação nessa área e envolver os pescadores nos conhecimentos aí obtidos, faria todo o sentido tentar consciencializar os pescadores que não é um recurso que não acaba, que têm que preocupar-se muito mais do que com o dia a dia, têm que se preocupar com o futuro porque a Ria que eles deixarem é a Ria que os filhos vão ter e os netos. E acho que faria sentido, de facto, aliar-se a investigação, não só em termos de investigação natural e biológica mas também haver uma dimensão humana, acho que faz sentido perceber até que ponto é que é possível desenvolver a actividade na Ria enquanto fonte de recurso para pescadores, enquanto fonte de recurso para a autarquia e para o comércio na área do turismo, acho que faz todo o sentido e acho que temos um recurso muito bom que está a ser esquecido, digamos assim.

Este modelo de governança, que pretende dar voz a todos os intervenientes, pode contribuir para a sustentabilidade da pesca artesanal?

Eu creio que sim, que faz algum sentido porque, se no que diz respeito à Ria, ainda não se nota muitas pessoas a abandonarem a actividade, por exemplo, nós temos uma arte no mar que cada vez se vê menos, que é a arte xávega e não se faz porque não é…. Neste momento não sei como é que está a questão das licenças, não sei como é que estão, mas sei que quem tinha as companhas, que era um barco e as pessoas a trabalharem para eles, portanto tinham o dono do barco e depois tinham as pessoas que trabalhavam, acham que não é rentável. Terá necessariamente a ver com a diminuição de espécies disponíveis ao nível da costa, mas acham que cada vez é menos rentável. Também é um trabalho muito sazonal, extremamente sazonal, faz-se muito mais no verão do que no Inverno e sempre condicionado ao estado do mar, não é fácil entrar no mar se ele estiver mais rebelde e é um trabalho muito árduo, nem todas as pessoas estão dispostas a colaborar. Eu acredito que essa arte, mais dia menos dia, se perca, se quando eu era criança havia cinco ou seis companhas a trabalhar, nós íamos à praia e quase tínhamos medo de ir à praia, porque a recolha das redes era feita com bois, neste momento de certeza, certeza há uma a funcionar, às vezes duas, mas uma há, o mais natural é esta arte perder-se. O trabalho na Ria apesar de tudo oferece mais condições de segurança, oferece mais rentabilidade, a questão do mergulho, que anda ao mergulho ganha muito dinheiro, ganha mesmo muito dinheiro. Eu quando penso aqui na sustentabilidade não penso só na parte da sustentabilidade financeira, eu estou também a pensar na sustentabilidade e na continuidade da actividade.

Ou seja, que podemos estar a dar mais voz a uns intervenientes, mais capacidade do que a outros, dentro da pesca artesanal, será por aí?

Não, aquilo que eu acho é que o que temos vindo a fazer pode de alguma forma contribuir para esta sustentabilidade, no sentido em que se nós de facto dermos mais ferramentas, mais capacidades, dar as ferramentas às pessoas que estão envolvidas, possivelmente elas vão continuar a desenvolver a actividade.

Acha que a pesca artesanal conseguirá sobreviver no actual contexto da actividade das pescas na Europa?

Do pouco que sei, possivelmente a pesca artesanal se não desaparecer é porque será promovida no âmbito do turismo, do associativismo, da ocupação de tempos livres, nesta base, não como trabalho. Como trabalho, como modo de vida profissional, acho que a tendência será desaparecer.

Extra: Conversa informal (não direccionada)

Em relação ao ano anti pobreza, eu gostei muito, acho que foi muito importante pôr lá as pessoas directamente interessadas a falar, ter voz própria, de viva voz dar o seu contributo. Acho contudo que, é sempre a história, quem devia ouvir não está presente, porque normalmente quem vai a estes fóruns são os técnicos, são as pessoas que estão directamente envolvidas, mas quem de facto pode fazer a diferença, de quem depende a decisão, normalmente não está. O normal é delegar esta participação, esta representação nos técnicos, e os técnicos podem sempre transmitir aquilo que ouviram, mas nunca é a mesma coisa que ser alguém a ouvir e sentir-se sensibilizado, eu chegar e dizer: eu gostei muito do testemunho daquela senhora, quem não ouviu não vai perceber porque é que eu gostei porque é que deixei de gostar. Portanto, acho que é uma boa iniciativa, acho faz sentido, agora acho que os resultados práticos infelizmente nunca são aqueles que nós pretendemos, ou não são todos aqueles que nós pretendemos, ficam sempre muito aquém daquilo que nós enquanto estamos na fase de planificação perspectivamos. Mas gostei da actividade, gostei de participar, foi uma experiência, para mim foi nova, fazer uma coisa assim a nível tão alargado, não fiz muito mas contribui naquilo que pude.

Estas redes também se desenvolveram a nível concelhio, ou não? Esta teve a mesma divisão que obedece às redes locais?

Não, começou por uma iniciativa de desenvolver… primeiro fizeram-se… os municípios que aderiram à ideia fizeram os mini fóruns, rodaram os temas, ou seja num ano…. Os temas eram três, terceira idade, os jovens e os desempregados e aquilo que se fez inicialmente foi nos municípios que aderiram iam rodando os temas, este ano fez-se a terceira idade aqui, noutro município fez-se sobre as crianças e jovens e noutro sobre o desemprego, no ano a seguir mudaram-se, e no fundo estes três fóruns foram a síntese, a partir da síntese de cada um dos mini fóruns trabalhou-se para se criar estes fóruns. Os temas foram os mesmos por causa disso, porque já tínhamos trabalho feito dos mini fóruns, portanto para apresentarmos a candidatura já tínhamos alguns elementos base, e no fundo acabou por ser a súmula do trabalho desenvolvido em cada um dos municípios em cada uma das áreas.

E houve intervenientes a falar aqui da Murtosa?

Houve. Da terceira idade não. É assim, nós levámos participantes a ouvirem, a falarem não, isto porquê? Porque uma das acções era também a realização do filme e os jovens

que nós tínhamos, aliás as pessoas que nós tínhamos perspectivado para ir nos dias da filmagem não puderam ir, então acabaram por ficar de fora, e depois nos fóruns deu-se prioridade às pessoas que tinham participado em tudo, naturalmente. Mas levámos pessoas nossas a assistir.

Já houve outras experiências assim do género ou foi assim uma experiência única?

Os mini fóruns foram no âmbito da Plataforma Supra Concelhia, os fóruns foram também no âmbito da Plataforma supra concelhia mas já com a possibilidade da candidatura, portanto já com um orçamento próprio, enquanto que os outros foram sempre com a prata da casa, um município dava uma coisa os outros davam outra, e este não já tinha orçamento próprio, já tinha orçamento para pagar o filme, já tinha orçamento para pagar aos oradores.

Normalmente as pessoas que vão buscar, vão buscar através da vossa visibilidade, ou seja por exemplo, um velhote que viva muito sozinho, é ele que vai falar, com o seu conhecimento da realidade local é que vai eleger esta ou aquela pessoa?

É a partir dos utentes que nós temos, com quem trabalhamos e também tendo sempre como premissa a vontade deles de querer ou não, e disporem-se, porque é sempre uma exposição, e partilhar a sua experiência, mas são sempre utentes nossos, são sempre pessoas que nós já conhecemos.

Há muitos velhotes aqui a viverem sozinhos?

Há, isto é uma zona muito marcada pela emigração, e há muitos idosos sozinhos, porque os filhos se foram embora e eles ficaram. Às vezes eles próprios também se foram embora mas levaram os filhos, os filhos ficaram no estrangeiro e eles regressaram já numa fase mais adiantada da vida.

A pobreza na terceira idade também tem uma expressão muito forte aqui…?

Não, é mais a solidão. É lógico que a maior parte das pessoas tem pensões muito baixas, mas de acordo com aquilo que está definido, não estão abaixo do limiar de pobreza, ainda que sejam baixas, são acima do limiar de pobreza, não são pensões abaixo da pensão mínima. Não estamos a falar de valores abaixo da pensão mínima, são todas acima.

Podem ter o apoio do RSI?

É muito difícil ter. Alguns pedem mas é muito difícil ter. Isto porquê? Porque o RSI, neste momento, atribui a cada adulto cerca de 190€, está indexado à pensão social mínima, e a partir do momento em que as pensões por muito baixas que sejam, para já são atribuídas a catorze meses, esses catorze meses são contabilizados e divididos pelos doze. Ou seja, mesmo que eles recebam uma pensão igual à prestação do Rendimento Social de Inserção, na prática que é a pensão mínima, como é pago a catorze meses, subsídio de natal e subsídio de férias, e para efeitos de calculo divide-se tudo por doze meses reais, eles acabam por receber mais mensalmente do que o valor do RSI. As pessoas recebem de facto os catorze meses, são-lhes pagos os catorze meses, agora eles não dispõem deste dinheiro efectivamente…. É muito difícil os idosos terem aceso ao RSI, o que normalmente têm, a partir dos sessenta e cinco anos, é o Complemento Solidário para Idosos. O que a lei prevê é que, por exemplo cada idoso deveria ter 400€ de rendimentos, 419€ acho eu, se eles só recebem 200€ o Complemento Solidário dá-lhes os 219€ até perfazer os 419€, é assim que as coisas funcionam. É lógico que depois aqui pesa o rendimento dos filhos, e se o rendimento dos filhos for muito elevado pode, eventualmente reduzir ou não se atribuir.

Isso é complicado porque os filhos podem não ajudar os pais…

Podem não ajudar, mas têm essa obrigação. Isto é tudo muito bonito, em teoria. As políticas, em si, têm que ser mudadas. As políticas em si existem, a dotação financeira para concretizar essas políticas é que é muito limitada.

Se tiver uma situação concreta em que tem que agir desta forma A, B, C e D, mas depois detectar no caso que teria de agir de forma diferente, há aqui uma parte legal, um mecanismo que está muito fechado, que teria que ser mais flexível, é isso?

É exactamente isso, as coisas são de tal forma seccionadas, digamos assim, que não dá para nós fugirmos àquilo que está estabelecido. Imagine que tem uma família, pais e crianças, em que o pai é agressor, mas as crianças estão bem na escola, estão integradas em equipamentos, estão bem integradas na comunidade, tirando a violência doméstica. E a mãe até trabalha, tem trabalho certo, está integrada, só há aqui esta questão da violência doméstica, o que nós fazemos não é tirar o agressor de casa, não temos essa possibilidade. O que as nossas políticas nos permitem fazer, é pegar na mãe e nos filhos desenraíza-los, faze-la perder o emprego e pô-la numa instituição de acolhimento a mulheres vitimas de violência, quando aquilo que a senhora quer é que aquele senhor deixe de interferir, quer que aquele senhor saia de casa. E nós em vez de mexermos na vida de uma pessoa, mexemos na vida de quatro ou cinco, e que normalmente não têm culpa de nada, porque são vitimas e são eles que no fundo são castigados e entendem a intervenção como um castigo: quer dizer, eu não fiz nada e sou eu que tenho que perder tudo o que tenho. Isto é uma situação específica, mas é isto que acontece. O ideal seria que, das duas, uma, ou nós pudéssemos tirar aquela pessoa de casa, ou que nós pudéssemos criar condições para as pessoas viverem noutra casa mas na mesma área onde vivem, e não temos como. Mesmo que a gente recorra a todas as verbas de apoio que há para as famílias nunca conseguimos garantir que se pague uma verba durante um ano, por exemplo para pagamento da renda porque também se ganhar 400€ não tem como ir pagar uma renda de 200€, não sendo uma renda cara ela não consegue pagar, e nós também não temos como atribuir um apoio mensal, durante um ano por exemplo, de 200€ para ela pagar a renda, mas o que conseguimos? Pô-la durante um ano numa instituição de acolhimento, perdendo tudo, os filhos perdem a escola….

É a forma de os proteger que têm, pois. Sente falta de algo por parte da Justiça não? Ou seja, há falta interacção entre dois sistemas, o de Acção Social e o de Justiça, talvez, não?

A parte da queixa é sempre com a Justiça e é sempre efectuada, ela sai de casa e normalmente apresenta queixa. Há aquelas que só querem sair de casa, acabar com o problema e não querem apresentar queixa, a questão aqui é que nunca é decidido a favor das vítimas, o sistema não está criado de forma a proteger as vítimas.

Mas há tantos mecanismos agora quase de marketing, de linhas de apoio, de seminários….

Pois há isso tudo… mas a resposta que se tem para esta situação é retirar a vítima de casa, não é retirar o agressor.

No caso de uma criança por exemplo, que seja mal tratada?

Não, aí é uma situação muito específica, aí têm mesmo que retirá-la de casa. Numa situação em que ela não vá à escola por negligência, aí a acção é junto dos pais.

Claro, o máximo que podem fazer é incentivar a que a criança vá à escola. Não podem fazer mais que isso…

A acção junto dos pais… pode eventualmente ser judicial. A Comissão só intervém enquanto eles derem consentimento, a partir do momento em que eles digam: não quero que vocês façam mais nada, nós não podemos intervir mais. Temos que comunicar ao Ministério Público que os pais retiraram o consentimento, os pais ou a criança, porque a partir dos doze anos a criança também diz se quer ou se não quer. Isto leva a haver a possibilidade de um processo de absentismo ou abandono escolar chegar a tribunal, e chega com regularidade. E o próprio tribunal não consegue obrigar a criança a ir à escola. Se estivermos a falar com um garoto de quinze anos, não se consegue obrigar, o máximo que se podia fazer era obrigar a GNR a ir todos os dias buscá-lo a casa para levar à escola, se ele estava lá no primeiro dia, no segundo dia de certeza já não está lá à espera que a GNR o vá buscar. São estas as coisas que nós não conseguimos efectivar a resposta, numa situação extrema, um caso de absentismo escolar pode ficar sem resposta.

Aí não é tanto por falha de mecanismos, há outras situações?

É também por falha de mecanismos, se é obrigatório que eles estejam na escola, deviam existir mecanismos que garantissem que eles estão na escola de facto. Se calhar também havia que equacionar que há coisas em que a escola tem que mudar, e tornar-se mais atractiva para este tipo de população, porque não sai da escola só porque se apetece, sai da escola porque não se está motivado para estar na escola. É lógico que o trabalho que tem que se fazer é muito mais a montante, perceber porque é que estes garotos não querem estar na escola, e em que altura do percurso deles é que começou a haver esta aversão à escola. Mas de facto pode-se chegar a pontos em que, apesar daquilo que está previsto, não se conseguir efectivar uma resposta de ajuda, esse é só um dos casos.

Eu tenho que estudar para perceber melhor, mais aprofundadamente mecanismos de acção social e a Política Social, em si.

Sim. Se calhar mecanismos de exclusão e de auto exclusão.

Esse caso de maus tratos, esse é um exemplo, mas há outras situações, outros exemplos sem ser de maus tratos, de casos de necessidade de intervenção que depois não conseguem agir porque dependam de dois sistemas em que notam que não há interacção entre um e o outro?

É muito difícil a interacção de um sistema para o outro, e depois aqui voltamos sempre à velha historia que é as verbas disponíveis. Em termos de Acção Social acabamos por ir ter sempre ao mesmo sítio, são as verbas disponíveis. Podemos eventualmente ir ter a outro sítio que é o número de vagas no interior de determinado serviço, porque não temos vagas que cheguem para todos os idosos, não temos vagas de creche que cheguem para todas as crianças, este tipo de coisas também acontece. Neste momento já não temos vagas na instituição de acolhimento para crianças que cheguem para todos. Apesar do esforço que tem sido feito, e de todas as tentativas, por exemplo ao nível da intervenção com crianças e jovens, e tento tanto quanto possível manter as crianças na sua família, na sua casa, neste momento são muitos os casos em que a solução que se aponta, se calhar por inexistência de outras mais adequadas, é acolhimento em instituição. E mesmo nestas falha a resposta, ou seja estão esgotadas, não há vagas.

Numa situação dessas, a criança continua a sofrer maus-tratos?

Eventualmente isso pode acontecer. É assim, se for uma situação de perigo eminente de vida, não há como ela ficar em casa, mas podemos correr o risco de ficar com a criança nos braços durante pelo menos umas horas sem ter resposta.

Ou pelo menos podem encontrar resposta num familiar, ou em alguém da comunidade?

Por exemplo, não há uma vaga em instituição, nós temos a criança, precisamos de uma vaga para pôr aquela criança, ela não pode ficar em casa de maneira nenhuma, pode eventualmente ficar numa situação de resposta temporária, que não é a resposta adequada mas é aquela que há de momento. Por exemplo, em vez de ir para uma instituição de acolhimento, ser posta numa família de acolhimento. Cada família de acolhimento tem três crianças, eventualmente esta criança pode ficar em supra numerário, ou seja ser a quarta criança, ou a quinta também acontece, até haver vaga. Mas até se chegar a esta conclusão, pode ficar em supra numerário, às vezes é uma luta, mas normalmente com as crianças tenta-se dar resposta imediata, normalmente. Mas começa a haver falta de resposta, as vagas estão todas cheias.

A comunidade fala nesse sentido? Ou seja, nota medo na comunidade, quando existe um caso desses como é que vocês o conseguem detectar?

Há situações em que a instituição, a própria instituição onde está integrada a criança não denuncia, precisamente para não sofrer retaliações. Não estamos a falar de todas as situações, mas na maioria das situações vai acontecendo, esta situação de se querer uma resposta e não se ter. Em relação à comunidade denunciar, não é muito costume, ainda é muito a percepção de que cada um trata da sua vida. Quando é que eles denunciam? Por acaso denunciam de uma maneira muito engraçada e sempre de uma forma que não é uma denúncia, que é eventualmente eles terem aqui uma situação dos filhos deles, ou porque faltou à escola, por situações menos graves e a defesa imediata que eles fazem é: mas o meu vizinho bate no filho e ninguém vai lá fazer nada. Nestas situações eles chamam sempre a atenção para o vizinho, mas depois a gente diz: então olhe, diga aí o nome do seu vizinho, e eles não dizem. Não se querem imiscuir, têm medo de retaliações também, embora possam fazer denúncias anónimas, não estão para se chatear.

A concepção de mau trato, pode haver uma situação que me choque a mim e não seja considerada mau trato….

Depois há isso, quem dá o pão dá a criação, portanto ver alguém a dar umas palmadas num garoto não é exactamente considerado um mau trato, eu acho que se for uma sova daquelas, como se diz, de criar bicho, aí já consideram mas mesmo assim às vezes não reagem.

E mesmo de marido para mulher não reagem?

Não, mas isto não é só aqui, não é só nesta comunidade, por exemplo, Estarreja não tem uma componente piscatória tão grande, aliás tem uma componente piscatória mínima, é um município muito mais urbano, e também não fazem denúncias. Em relação às crianças, fazem mais do que aqui, mas por exemplo violência doméstica, marido e mulher, não se fazem denúncias, quando muito quem apanha é que vai fazer. Ou a própria denuncia, ou quem está ao lado não denuncia, e os próprios a maior parte das vezes também têm medo de denunciar.

Quando falo aqui do estudo de caso, falar um pouco destes problemas que se relacionam com a pesca artesanal, eu começo mais ou menos dizendo que, baseio muito na vossa bibliografia, no diagnóstico social, etc…. No pré diagnostico também, porque há coisas que vocês têm diferente entre o pré diagnóstico que depois não passaram para o diagnóstico, por exemplo as associações, em que nos

oito bairros que existem, no meu entender existiam dois, pelos vistos existem uma data de bairros que eu não sabia.

Não existem bairros, bairros propriamente ditos, vistos como bairros, existem três na Torreira, as outras que aparecem mencionadas, são zonas, são quase localidades digamos. O Bairro Barbosa é um bairro.

Na Murtosa, freguesia não há nenhum bairro?

Não, há um complexo que chamam Património dos Pobres, que é um conjunto de casas, terá para aí umas oito casas, foram construídas pela fábrica da igreja da Murtosa, mas não é identificado como bairro. Bairro é o Bairro Social, é o Bairro dos Pescadores e é o Bairro Barbosa, são os três na Torreira.

E a Cortina de Ferro?

A Cortina de Ferro, chamavam Cortina de Ferro, agora já não se aplica tanto. Havia a igreja da Murtosa, e aqui é mesmo Murtosa, e da igreja para lá é a Gafanha Baixa, é uma zona que se chama Gafanha Baixa, e normalmente o que acontecia aqui há uns anos, há muitos anos atrás….

Mas são considerados bairros sociais ou não…?

Não, não são bairros sociais, era população caracterizadamente pobre, mas não era bairro social. Era uma comunidade, era ali que viviam se calhar as famílias mais pobres da freguesia da Murtosa, estavam ali muito concentradas, porquê? Porque havia meia dúzia de famílias, tinham dez ou doze filhos e os filhos fixaram-se na mesma área, tiveram mais não sei quantos filhos, e estão todos lá fixados, por isso é que tinha tanta expressão. Chamavam-lhe Cortina de Ferro porque quem passava para lá não passava para cá sem apanhar. Por isso é que lhe puseram o nome, ainda na sequência do que se chamava na altura da Guerra-Fria a Cortina de Ferro e ficou a Cortina de Ferro por causa disso.

Eu comecei por ir aos cafés e perguntava onde era a Gafanha Baixa e as pessoas respondiam: não vá para lá fazer perguntas sobre pesca que eles não gostam.

Não gostam porque eventualmente poderão achar que é uma acção de fiscalização e não quererem declarar o rendimento por causa da pesca ilegal. Mas é um dos lugares onde vivem os pescadores da freguesia da Murtosa.

Fazem mergulho?

Sim, fazem mergulho, vão à ria, apanham o casulo.

Não há nenhuma bibliografia em que se explique a Gafanha Baixa, propriamente, na parte da historia do concelho.

Não, Gafanha Baixa não, é uma Gafanha como as outras todas, em termos geográficos, baixa porque suponho que fosse uma zona de terras mais baixas, se reparar nós quando vamos para lá vamos a descer, não é muito mas vamos. E como nós somos uma zona muito plana, qualquer situação geográfica que seja diferente nota-se. Por exemplo nós temos uma freguesia, que é a freguesia do Monte, não é que tenha lá um monte, mas porque se sobe ligeiramente, uma pequena elevação, não notamos tanto de carro, mas de bicicleta notamos que estamos a subir ou a descer. Portanto é Gafanha Baixa suponho que seja por isso. Mas é uma zona como são outras, como é a Cambeia portanto, são zonas que em termos geográficos para as populações, sobretudo para as populações mais antigas, são perfeitamente identificadas. A Gafanha Baixa assim como a Arribação, que é outra área do concelho que se caracteriza por uma forte pobreza,

porque é lá que se fixam as pessoas mais pobres. Uma família é pobre e eles têm tendência a juntarem-se todos e ficam próximos daqueles que conhecem e depois não têm capacidade económica para estarem isolados noutro sítio. Mas não é um bairro assim como a Arribação, bairros existem o Bairro dos Pescadores, o Bairro Social e o Bairro Barbosa, tudo na Torreira. (limitações da tese?)

Dentro destes projectos agora de inserção de pessoas e de novos bairros, têm vindo algumas destas pessoas destes sítios…?

Sim, por exemplo as casas que estamos agora a entregar, estas cinquenta e uma casas foram preferencialmente para pessoas do Bairro Social, é aquele bairro em frente à escola, tem dum lado a escola amarela e do outro um bairro de lata, que inicialmente não era um bairro de lata mas de casas pré fabricadas construídas no âmbito do fundo de fomento para os retornados, na altura da descolonização. Estas cinquenta e uma casas vão ser entregues, tendencialmente e preferencialmente, a pessoas desse bairro, porque a câmara precisa daquele terreno para fazer o resto das casas que estão previstas. Portanto não dá hipótese de integrar outras pessoas do Bairro Barbosa e do Bairro dos Pescadores, que estão assinalados, porque se for entregar a esses aquelas casas não saem de lá e não conseguimos construir. Mas as pessoas do Bairro Barbosa estão identificadas, as famílias, e do Bairro dos Pescadores também, depois mais núcleos populares que aparecem na torreira também estão identificados. Está também prevista a construção para a Murtosa, precisamente, para a população dessa zona, da Gafanha Baixa, não em massa como é na Torreira, mas meia dúzia de famílias que lá estão digamos assim, enquanto que na Torreira é em massa, porque mesmo no Bairro Barbosa as casas já têm alguma idade, estamos a falar de casas com cerca de quarenta anos, que em termos de conforto e de habitabilidade, naquilo que são os moldes de agora, levantam algumas questões, daí estar previsto o realojamento dessas pessoas. O saneamento, o isolamento da casa, a maior parte das casas não tinham casa de banho, agora já têm porque as pessoas construíram, mas não tinham, este tipo de coisas, o tamanho das divisões que são exíguas, e assim eles conseguem viver lá porque entretanto construíram quatro ou cinco anexos lá para trás, não se vê da rua. E também está previsto para a Arribação, a construção de habitação social. A câmara tem acordo com o IRU para cento e noventa e uma casas e só para a Torreira, para a freguesia da Torreira são cento e sessenta e uma, portanto o resto do município só tem trinta, é um contraste muito grande. Mas há mais famílias a precisar de casa, na Torreira e fora da Torreira, estas cento e noventa casas não vão dar resposta, também é certo que na Torreira criou-se muito a ideia que a câmara é que tem que dar resposta, a câmara é que tem que resolver o problema de habitação deles, e com certeza que há muitos deles que conseguiam comprar casa mais facilmente que eu, muitos e no entanto estão a viver num barraco à espera que a câmara dê uma casa. E estão há vinte anos a viver sem condições, apesar de terem dinheiro, porque estão à espera, porque acham que a Câmara é que tem obrigação de lhe dar uma casa, e esta ideia foi sendo alimentada, estamos assim neste ponto. Nalgumas famílias não é má gestão, a câmara promoveu já por duas vezes a auto construção, ou seja a câmara cede os terrenos, cede os projectos e eles constroem, posso dizer que houve pessoas que construíram casas T4 sem recurso a empréstimo, não é para qualquer um.

Porque fazem poupança, não gastam em educação, saúde mas fazem poupança, será?

Não, não é por aí, não gastam em educação o mesmo que nós gastamos porque como têm as declarações de rendimentos baixas, não declaram tudo, têm direito a acção social, na saúde possivelmente também não pagam taxas moderadoras, mas posso lhe

dizer que por exemplo, têm um carro Audi. A questão é que eles têm dinheiro que chegue para isso, é que aqueles que ganham muito dinheiro e o gastam todo, até consigo perceber que há má gestão e que precisam de ajuda, agora há outros casos, e não são tão poucos como isso, em que ganham muito, têm capacidade de gestão, estabelecem prioridades, mas em relação à casa têm consciência e a percepção que é a câmara que tem que lhes dar uma casa e que não são obrigados a gastar dinheiro numa casa.

É uma questão de princípio. E porquê? Já alguma vez confrontaram?

Porque lhes foram incutidas, se calhar começou mal, a Torreira era uma comunidade muito pobre, eram pescadores muito pobres, viviam naquilo a que eles chamam palheiros, portanto construções de madeira abarracadas, no meio do areal, na altura era tudo areal, agora já tem estradas, e entretanto houve um benemérito que chegou e achou: eles precisam de casas, e fizeram-se, é o Bairro Barbosa, fizeram-se setenta e duas casas, na altura deu resposta às famílias que estavam ali pelo menos, mais à vista, setenta e duas casas. E isto começou a criar naquelas pessoas o sentido de: eu sou muito pobrezinho, portanto eu necessito de ajuda, e alguém vai ter de me ajudar.

E eles assumem isso?

Este discurso? Assumem, mesmo que tenham um Audi à porta: Eu sou pescador, sou pobre.

…e dizem: alguém tem a obrigação de me dar a casa… Pode ser também porque: o meu vizinho teve, portanto eu também tenho, será?

Depois há essa coisa: o fulano teve, eu também tenho direito. São muito poucos, aqueles que se distanciam disso. Há muitos pescadores que compraram casa, mas comparativamente são poucos, aqueles que pegam no dinheiro que ganham e vão comprar a casa. Compram todas as coisas mas: casas não se compra. Também há outro senão, é que eles querem comprar casa na Torreira, e se querem comprar casa na Torreira têm que pagar casa na Torreira, e a Torreira é uma zona de veraneio e as casas na Torreira são caríssimas porque a maior parte das casas que lá se vêem, os apartamentos estão fechados, são segunda habitação e são caríssimas, não é para qualquer carteira. Como eles fazem declarações de IRS baixas, não conseguem facilmente aceder ao crédito, porque não têm como provar que têm rendimentos, aí não tem como provar. Mas os que fizeram a auto construção, muitos deles não pediram empréstimo bancário, tinham dinheiro disponível suficiente para fazer uma casa, portanto não é assim tão pouco o que eles conseguem pôr de lado. É uma pobreza diferente. É uma questão de escolhas, passa muito por uma questão de escolhas, tem que se perceber os casos.

Há situações de mães solteiras por exemplo, que acredito que passem necessidades, de terceira idade, como referiu...

Há várias pessoas que passam dificuldades especificamente financeiras, não tenho dúvidas. Curiosamente essas pessoas são aquelas que não conseguimos ajudar, porque os pensionistas têm pensões, e não há como nós conseguirmos dar mais alguma coisa para fazer face, por exemplo às despesas com medicamentos. E nós sabemos que há pensionistas que têm despesas de medicamentos que levam mais de metade das pensões, e não temos como lhes atribuir um subsídio extra nem como aumentar a pensão. Temos situações de mães solteiras que trabalham e ganham o salário mínimo nacional, não conseguimos ajudar, no entanto tem uma renda de 150€ ou 200€, mas essas nós não conseguimos ajudar, porque o que conta para a atribuição de qualquer tipo de apoio é acima de tudo, o que se ganha e não o que se gasta. Portanto eu até posso dizer: ah mas

esta pensionista gasta 200€ em medicamentos, que não é considerado, e é isso que eu acho mal. Porque depois é assim, nós temos que perceber quem é pensionista, sobretudo quem tem uma reforma, uma pensão de sobrevivência, foram pessoas que trabalharam uma vida inteira, foram pessoas que já contribuíram para a sociedade, uma mãe solteira que trabalha, ainda que só ganhe o salário mínimo nacional, é uma pessoa que contribuiu e contribui para a sociedade. E dá-se muito menos a estas pessoas que contribuem para a sociedade do que àquelas que nunca contribuíram nada, porque aquelas que nunca contribuíram nada, ou têm uma pensão social, ou têm rendimento social de inserção, têm todo o tipo de apoios. Há coisas que não fazem sentido, e que são atentados. Aquelas que de facto se esforçam, ficam desamparadas, não há mecanismos que as amparem. E ver isto no dia a dia… Por exemplo, numa situação de uma mãe solteira, se eventualmente cair numa situação de desemprego, se o subsídio de desemprego é só de um ano ou é só de seis meses, é muito difícil, tudo bem acaba o subsídio de desemprego pode pedir o rendimento social de inserção, mas enquanto subsídio de desemprego estamos a falar de 400€ por mês, o rendimento social de inserção se for um adulto e um menor estamos a falar de cerca de 260€ por mês, é mínimo mesmo não se consegue sobreviver com isso, se tiver uma renda de 200€.

E uma mãe solteira normalmente tem mais do que um filho, nestas bandas?

Depois também há essas coisas, não aprendem só com um, têm que ter dois ou três. Se falarmos de uma pensão de alimentos de uma criança, de 75€, não é sustento para uma criança 75€, ninguém gasta por mês só 75€, ou pensando que cabe o mesmo a cada um dos pais, ninguém gasta por mês só 150€ com uma criança, a não ser que ela esteja a passar muito mal. O pai mesmo estando desempregado pode recorrer ao fundo de garantia, só que as coisas têm que estar todas definidas antes, tem que haver regulação, tem que haver a pensão de alimentos determinada para depois accionar o fundo de garantia.

Duração da entrevista: 02:00:16 + 00:38:03

Pode contar-me brevemente como tem sido o seu percurso profissional e como se tem relacionado com governança?

O meu percurso profissional tem sido um bocadinho variado, tenho formação base em Biologia Marinha e Pescas, em que fiz especialização em pescas, uma parte mesmo técnica de pescas, em artes de pescas, como é que funcionam, etc., depois comecei a estudar mais os Sistemas de Informação Geográfica, e depois como também tinha a vertente da biologia pesqueira que era uma área que me interessava, enquanto estava a estudar a questão dos sistemas de informação geográfica, comecei a trabalhar em biologia pesqueira, que era a análise de conteúdos estomacais, digestivos, etc. Aproveitando esse trabalho fiz um Mestrado em Ecologia, foi mesmo estudar o ecossistema do Guadiana antes da construção do Alqueva, através dos conteúdos estomacais, não tem nada a ver com governança, e depois fui trabalhar com Sistemas de Informação Geográfica a nível da poluição marinha, portanto não tem nada a ver com governança. Sempre me tinha preocupado muito a questão do conhecimento dos pescadores, como é que esse conhecimento era desprezado, porque é que não era usado, porque é que não entrava na questão mais, não entrava no sistema, porque é que não pensavam nos pescadores como uma peça fundamental na gestão das pescarias, etc., e aí surgiu a ideia do doutoramento.

Porque é que sempre tinhas pensado, por causa dos teus trabalhos anteriores, tinhas contactado com eles?

Sim, quando trabalhei com pescadores e quando estudei pescas fizemos muito trabalho directamente com pescadores, porque na altura éramos só cinco na especialização, então fizemos trabalhos muito ligados com as pessoas e foi muito interessante, aprendemos imenso mesmo. E foram trabalhos que às vezes eram quase teses, foi muito, muito giro. Na altura acabei o curso, não comecei logo a trabalhar, e trabalhei num restaurante de pescadores em Faro, e lidei com muitos pescadores dali da zona também, e eles contavam-me histórias e eu pensava: mas como é que…, isto vai desaparecer, como é que este conhecimento vai desaparecer? Para já ninguém o está a registar, porque há algum conhecimento que está a ser registado mas havia outros que nitidamente não estava a ser, e era algo que também me preocupava mas o que eu achava que era mais interessante ainda era questões de gestão, porque é que os pescadores não poderiam entrar numa parte mais activa nessa gestão, e foi aí que surgiu a ideia para o doutoramento. O doutoramento chama-se Visões do Futuro dos Pescadores Sobre os Recursos, e a ideia é mesmo estudar o conhecimento dos pescadores, de forma a tentar perceber como é que lhes podemos dar capacitação na questão da Área Marinha Protegida do Parque Marinho Luís Saldanha na Arrábida, e o que eu tento sempre explicar é, o que eu quero perceber é, imaginando uma sala com as pessoas todas que têm peso na gestão do parque, é tentar perceber quantas cadeiras é que pode ser dos pescadores, qual o peso das suas cadeiras, em que altura é que podem entrar, isto de uma forma quase visual, é tentar perceber o que é que eles podem fazer, como é que podem fazer, as coisas em que não vale a pena eles entrarem ou que não podem mesmo entrar, portanto tentar perceber isto tudo tentando estudar a sua identidade, a sua ligação à natureza, que eu acho que são coisas super importantes, e dar-lhes a capacitação. Não é uma coisa que também se lhes vá impor: agora vocês sempre que entrar na co-gestão, não é isto, é trabalhar com eles para eles terem essa vontade de entrar na co-gestão.

Ou seja, estás a criar a tua própria imagem futura de participação de um pescador na pesca?

O que eu quero tentar perceber é, eu tenho esta ideia, a sala até pode estar vazia de pescadores, eu quero perceber é se nessa sala há lugar para pescadores, quantos, quais, como, qual a sua intervenção, como é que pode ser, como é que deve ser trabalhada, acompanhada, etc. Portanto, é mais tentar perceber, e isso entra muito o projecto MARGOV, governança colaborativa em Áreas Marinhas Protegidas, em que o caso de estudo também foi o Parque Marinho Luís Saldanha, em que se fez muito esse trabalho de capacitação e participação pública. Por acaso o projecto surgiu depois de eu já ter começado o doutoramento, eu estava de licença de maternidade, e estava a acabar a licença de maternidade quando vi que o projecto ganhou um galardão, e fui ver a descrição do projecto e pensei: meu Deus isto é o meu projecto de doutoramento, e foi aí que fui falar com a professora, e depois estivemos a conversar e realmente havia muitas coisas semelhantes, elas não tinham ninguém que trabalhasse com a parte dos pescadores e então resolvemos unir esforços, foi muito importante porque eu tenho a parte da capacitação, da participação pública muito reforçada por ter trabalhado com esta equipa, e também lhes pude dar o meu now how de trabalhar com os pescadores, e também muito a minha ligação afectiva e emocional que tenho a Sesimbra, porque sempre lá vivi e cresci lá, e também foi fácil lá entrar e conhecer as pessoas e chegar às pessoas, também foi um now how que consegui dar ao projecto. E a governança parece que começa a aparecer, não directamente no doutoramento, talvez porque como é evidente eu sou bióloga, tinha muitas lacunas de formação, a minha ideia inicial era ir para fora fazer varias formações, porque tenho um orientador canadiano que é antropólogo, tínhamos combinado, mas dado que a família começou a crescer, achámos que tinha mais lógica fazer pequenas formações cá, em que fui fazendo cadeiras de mestrado, licenciatura, achei que eram interessantes e que tinham a ver com o doutoramento, e aprendi muito, muito nessas formações. E a governança foi sempre algo que eu nunca tinha pensado, mas evidentemente que estava presente no doutoramento, ao ter o contacto, ao aprender estas coisas, foi aí que começou a aparecer, que começou a surgir, portanto foi assim que apareceu a governança no meu percurso profissional.

Governança tem ajudado a aproximar a política europeia das necessidades que observa? Se sim, como? Se não, porquê?

Acho que sim, logo à partida como conceito, em termos teóricos acho que sim, agora na prática acho que é algo que ainda está em construção, acho que é algo que está um bocado na berra, fala-se muito, está muito na moda, mas acho que não é algo que ainda….

Mas fala-se muito?

Sim se calhar não nos cidadãos em geral, se calhar há muita gente que já ouviu falar da palavra nos telejornais, nos jornais, mas se calhar ainda não pararam para pensar no que é, mas em termos de políticas, nas arenas mais políticas não sei se estará já com uma implementação mesmo efectiva, acho que é quase um compromisso, e estou a falar em todas as áreas, no geral.

Como é que o papel que desempenha actualmente pode ajudar a melhorar a política europeia nas pescas?

O meu papel, também já estive mais activa nesse aspecto, espero poder voltar daqui a uns tempos, até teve mais a ver com a intervenção com a formação da PONG Pesca. No desenvolvimento do doutoramento senti necessidade de fazer alguma coisa fora do doutoramento e surgiu a hipótese de começar a colaborar com a LPN, com o Grupo Oceanos, e contactei o Grupo Oceanos para começar a colaborar e fui ter com um dos

elementos, exactamente numa reunião do Seas At Risk, que é uma associação de outras ONG's e estavam outras ONG's portuguesas, e como estava-se a falar muito da Política Comum de Pescas, o que é que vinha aí, o que é que era necessário fazer, e surgiu a ideia, foi no próprio dia que eu ia começar a colaborar com a LPN que surgiu a ideia de fazermos a PONG Pesca, foi muito giro porque foi logo um começo em grande, e a PONG Pesca tem sido um sucesso, tem sido mesmo espectacular, começou de uma reuniãozinha: é pá o que é que acham de…) 'bora lá! a uma coisa que já nos solicitam a toda a hora, opinião, intervenções. Acho que às vezes peca por ser uma coisa completamente voluntária, às vezes é difícil dar-mos o acompanhamento e o aprofundamento que gostaríamos, mas isso é…, qualquer reunião que a gente vá lá fora somos sempre os únicos voluntários, os outros países são sempre todos profissionais.

E é através dessas reuniões que tu dizes que podes melhorar?

Sim. Surgiu a Política Comum de Pesca, foi nessa reunião, porque achámos que realmente Portugal tinha interesses e tinha necessidades em relação à Política Comum de Pesca e tinha que os reivindicar, porque temos características especiais em relação ao resto da Europa e tínhamos que fazer alguma coisa para lutar por esses direitos, e foi aí que resolvemos entrar por dentro do assunto, estudar o assunto, fazer logo uma resposta ao livro verde da política comum de pesca, e estar muito em cima do assunto. No outro dia veio cá a Comissária das Pescas e houve um grupo da PONG Pesca que esteve com ela, portanto tem estado a ser tudo muito seguido, e é na sua origem o objectivo da PONG Pesca, portanto acho que tem sido aí que tenho mais…, depois outras coisas pontuais, por exemplo em Sesimbra numa reunião dos pescadores tentámos fazer uma resposta dos pescadores ao Livro Verde, com pontos que achámos, não fomos aos pontos todos, tentámos pegar nos pontos que seriam mais interessantes para eles no imediato, e tentámos trabalhar com eles, eles também têm lá uma contribuição deles, fizemos coisas também que seriam importantes, não ser só das ONG'S, eu estou a falar a nível pessoal, há coisas que também podem ser feitas em conjunto.

E de resto a tua própria participação no MARGOV também ajuda a melhorar de alguma forma?

Sim, não tão directamente porque não é para a Política Comum de Pescas concretamente, mas obviamente tudo o que seja na gestão do oceanos, do mar, obviamente que tem sempre uma relação indirecta.

Quais os aspectos que gostaria ver melhorar na governança europeia?

A minha questão tem mais a ver com…, aquilo que eu acho e que às vezes me frustra um bocado, é ver órgãos que estão quase só ali a fazer figuração, por exemplo os GAC's que são órgãos que poderiam ser importantes, poderiam ter um papel até de intervenção, de opinião, etc., e no fundo não têm uma intervenção assim tão…, o que eles fazem no fundo são sugestões, acho que deviam ter mais importância, porque é a representação dos pescadores, é a única representação que os pescadores têm mais perto dos órgãos decisórios, do parlamento europeu, da comissão europeia. E acho que, sem dúvida, que tem que se arranjar maneira, isso foi uma das propostas que nós mandámos logo para o Livro Verde, tem que se arranjar maneira de se fazer com que os pescadores consigam ter uma intervenção mais directa, através por exemplo, as Organizações de Produtores, podiam criar mecanismos de apoiar as Organizações de Produtores para se organizarem para conseguirem, não só aquele representante que tem dinheiro para ir, porque no fundo acaba por ser isso, acabam por ser só os grandes e os que têm poder é que conseguem ir lá, e os outros acabam por nunca estar representados. Portanto tem que se

arranjar uma maneira de se chegar também aos outros, é algo que me preocupa e que devia estar mais explorado.

A PONG Pesca está representada nos CCR's…?

Sim, não está a PONG Pesca, está a LPN com a SCIAENA, é uma ligação, é um consórcio das duas. Mostraram interesse em estar representadas, então fizemos um protocolo e estão representadas.

E nesse papel que desempenham lá, também gostariam de ver alguma melhoria?

Claro, também a esse nível, não serem só sugestões para ficar na gaveta, terem mais poder.

Pelas experiências que tem tido, o que pensa sobre os actuais mecanismos estabelecidos?

Por exemplo, tens aquele que sai assim logo, que é a discussão pública, discussão pública num Plano de Ordenamento por exemplo, eu acho que é ridículo, basicamente é: a minha expressão, lá está, as pessoas, ou que têm capacidade para perceber como é que aquilo funciona e dar uma resposta, e nunca está ajustado às outras pessoas, às pessoas que se calhar não percebem como é que funciona, e que se calhar têm dificuldade em perceber como é que funciona, se calhar podem ter dificuldade em ler e escrever mas se calhar até têm opiniões, e tem opiniões validas, portanto acho que a maneira como está concebido não é a melhor maneira de ter uma discussão pública, uma opinião pública das coisas. E acho que no fundo aquilo é para cumprir, para dizer que houve uma discussão pública, recebeu-se X coisas, e depois no fundo, alguns planos de ordenamento que há, mas nem todos há uma avaliação dessa participação, que também devia haver: então, houve, não sei quantas, sugestões, porque é que não foram ouvidas as sugestões? claro que pode haver sugestões ridículas mas porque não perceber o que é que se passa? Nós sabemos de antemão que os técnicos muitas vezes partem para as discussões públicas já com o plano feito, portanto nem estão com grande margem de ajustes, os planos não têm essa margem. Acho que esses mecanismos de participação pública, pego neste porque acho que é o mais evidente e acho que sem dúvida é daqueles que funciona pior. Podemos ir às eleições, os votos, também há algumas coisas se calhar que deviam ser pensadas, porque é que o voto em branco ou o voto nulo não valem? O Cavaco Silva foi eleito com 30% dos votos, como é que é possível? Se 70% não vota nele como é que alguém pode ser eleito só com 30%? Os próprios governantes deviam pensar: passa-se alguma coisa. É vergonhoso, eu tenho uma grande dificuldade em me identificar com os governantes actuais, e eu a maior parte das vezes voto em branco e sei que o meu voto não vale nada, então mas quer dizer eu levanto-me de manhã, vou lá e vou votar, porque acho que é o meu direito e é meu dever, devo ir lá votar, mas eu não vou votar só por votar, se acho que não devo votar em ninguém voto em branco, mas o meu voto não vale para nada, e acho que isso não tem lógica, em termos democráticos não devia funcionar assim. Em Portugal as pessoas não se identificam com quem governa, e o próprio sistema não é verdadeiramente democrático, devia haver o quórum mínimo de votos, tem que haver pelo menos, sei lá, 50% de votos, qualquer coisa, se menos de 50% da população é que vota, não consigo perceber sequer como é que funciona o país. É como aquele livro do Saramago, há eleições e ganha o voto em branco.

Pensa que têm ajudado a resolver conflitos entre grupos com diferentes interesses? Se sim, de forma?

Acho que sim, mas acho que isso normalmente tem que partir sempre da parte interessada, acho que devia ser uma coisa quase do sistema, o sistema devia fomentar que as várias partes interessadas se reunissem, discutissem. E neste caso, põe por exemplo a PONG Pesca, faz estas reuniões, por exemplo, a Comissária devia vir a Portugal e ela é que devia marcar as reuniões, porque não? Se ela vem a um país, ela é que devia tentar falar com os pescadores, ela teoricamente é a nossa representante máxima a nível das pescas, porque não ela vir a Portugal, tentar marcar uma reunião com a PONG Pesca, com as associações de pescadores? Mais ninguém se reuniu com ela, só nós porque fomos os únicos que pedimos. Mas achas que as associações não têm interesse em reunir com ela? Se calhar tinham, lá está, são sempre as pessoas que se mexem melhor no sistema, não estou a dizer que a PONG Pesca se mexa muito bem, mas se calhar como já tem algum conhecimento consegue lá chegar, e eu acho que isso não está certo. Não estou a dizer que o Estado diga: agora vocês têm que se reunir com este, não é isso, mas se calhar o próprio sistema devia estar concebido de maneira a ser uma coisa natural tipo, a Comissária das Pescas quando vai a cada país, se é a primeira vez que vai a um país, devia ela própria fomentar esses interesses, mas eu acho que isto depois também parte muito do próprio comissário, imagina, se eu fosse comissária se calhar podia eu fomentar esse tipo de coisas, mas acho que devia ser o próprio sistema. Infelizmente o que nós percebemos, pelo menos eu sinto que o estado cada vez vai ficar mais fraco, e menos interventivo, e menos incentivador, tem tendência a uma…, agora o que eu também sinto é que de alguma forma a sociedade civil também se está a organizar, também se está a mexer porque de alguma forma está a perder essa rede do estado, para de alguma forma tornar-se mais interventiva. O que me preocupa sempre, é sempre as pessoas mais fracas, entre aspas, as pessoas que se calhar têm menos, e os pescadores nesse sentido preocupam-me muito, quando falo de pescadores falo da pesca artesanal, na pesca industrial estão super organizados e não me preocupo nada com eles. Mas a questão que me preocupa mais é a intervenção do pescador, a participação do pescador, quando digo pescador é de uma forma geral, o pescador é uma pessoa que se levanta de madrugada para ir trabalhar, volta de manhã, à tarde, depois tem que tratar das coisas, tem que levar o peixe à lota, tem que tratar das artes de pesca, tem a sua vida e a verdade é que eles têm dificuldade em se organizar, até em termos culturais são um grupo de cidadãos extremamente competitivos no seu lado profissional, porque no mar eles são extremamente competitivos, eles estão a competir ao segundo com o outro porque têm que pescar mais, porque o peixe que ele não apanha o outro pode apanhar, portanto é uma coisa extremamente competitiva, e depois têm dificuldade, obviamente de chegar a terra e serem todos amigos. Isso nota-se muito nas conversas, é um grupo profissional bastante conflituoso entre eles, e depois quando tu falas com eles: ah, vocês têm que tratar da comercialização, vocês têm que se associar, e eles: então mas vocês querem que a gente faça tudo, quer dizer eu levanto-me às quatro da manhã, eu é que ainda vou tratar do peixe, eu é que vou vender e vou-me associar, vou tratar da associação? E é verdade, quantas pessoas é que tu conheces na tua profissão, se calhar os biólogos não porque é um caso à parte, é um grupo profissional muito voluntário, tenho muitos biólogos que fazem parte de ONG's ou associações, etc., constituem as suas associações e tudo, portanto acho que é um grupo bastante activo e dinâmicos, mas quantas pessoas nos grupos profissionais que estão à nossa volta é que ainda são voluntários, quer dizer uma pessoa vai trabalhar para uma associação de pescadores como voluntária, vai tratar da comercialização dos peixes da sua associação, pode ter um ganho próprio mas é o seu quinhão, não é o total, não e a sua empresa, portanto é difícil a gente exigir isto tudo aos pescadores, e a verdade é que eles, eu também não concordo que sejamos paternalistas, acho que depois há aqui o limiar entre o apoio e o

paternalismo, mas a verdade é que são uma classe fragilizada, até pelo seu estilo de vida e pelo tipo de trabalho, até em termos de relações familiares, os filhos de pescadores normalmente são filhos que crescem longe dos pais. Quando os filhos estão a chegar a casa do trabalho, muitas vezes está o pai a deitar-se, ou da escola, está o pai a deitar-se porque tem que se levantar cedo, são filhos que não têm uma ligação…, mesmo as mulheres. A gente não pode estar a exigir estas coisas todas, mas a verdade é que ninguém os apoia, e ninguém os apoiando estamos sempre a tirar-lhes o tapete debaixo dos pés, isto é algo que me preocupa, acho que é algo que temos que repensar o modelo.

Em Sesimbra as mulheres têm algum papel activo?

Não, é uma das poucas comunidades piscatórias….

E jovens?

Em Sesimbra há a coisa do turismo, portanto os jovens vão pela coisa mais fácil, ou vão para o turismo, todas as actividades ligadas ao turismo, cafés, bares, discotecas, a construção civil, tem muita construção civil, agora esta a decair obviamente, e agora começa-se a ver muita gente a vir da construção civil para a pesca, mas há muito poucos jovens na pesca, os jovens que há na pesca não é na pesca mais artesanal, é já na pesca mais nas traineiras, no peixe espada, não tanto nos barcos pequeninos. Mas as mulheres, contrariamente à maior parte das comunidades piscatórias, a mulher não faz nada, a mulher não trabalha para a pesca, a mulher está em casa, trata dos filhos, trata da casa, e é engraçado se uma pessoa atravessar a vila de manhã, à tarde, à hora de almoço, os cafés estão cheios de mulheres, é engraçado perceber isso. Eu acho que tem muito a ver com, Sesimbra nos anos…. Depois Sesimbra tem muito aquela coisa da coscuvilhice, elas são calhandreiras até à última casa, mas eu acho que esta coisa das mulheres não trabalharem é uma coisa recente, era uma coisa que também queria aprofundar, porque é uma coisa recente, é um passado recente, anos oitenta, a partir dos anos setenta foi quando começou o turismo assim mais forte em Sesimbra, portanto começou a haver mais dinheiro na vila, depois nos anos oitenta era uma vila rica, com dinheiro porque havia muito peixe espada, havia o acordo de Marrocos, eu vivia em Sesimbra e conhecia muitos pescadores e notava-se que havia dinheiro, os pescadores chegavam e pagavam copos a toda a gente, e depois quando acabou o acordo em Marrocos em 1999 foi um decair muito grande, mas ficou essa coisa das mulheres não trabalharem. Os pescadores, falas com eles: mulher minha, nunca trabalhará, eu prefiro… não sei o quê, do que a minha mulher trabalhar, é o orgulho do próprio pescador, eles sentem-se diminuídos se a mulher vai trabalhar. As jovens já têm uma ideia diferente, já há muita gente que se está a ir embora da vila, com os preços do imobiliário os jovens não conseguem viver na vila, têm que ir viver para o campo, portanto depois também perdes essa ligação com o mar, os netos ou bisnetos já não vêem o mar das janelas.

Pensa que têm (ou não) conseguido ajudar a melhorar condições nos locais onde vivem e trabalham as pessoas que observa/representa?

O MARGov, acho que teve uma intervenção muito importante de fortalecimento da Associação de Pescadores Locais, esteve quase para a terminar, e não quer dizer que tenha sido só pelo trabalho que o MARGov fez, obviamente, houve outras dinâmicas que surgem sempre, mas acho que teve um papel importante, a associação está muito mais forte e muito mais interventiva. Em relação à PONG Pesca, o trabalho é muito mais feito na cúpula, não é tão feito localmente. Eu acho que a PONG Pesca tem feito muito de uma forma que também acho que é importante que é tem trabalhado muito na divulgação, na chamada de atenção para algumas coisas, pela primeira vez tem aproximado as pescas da sociedade civil. Eu acho que os cidadãos passaram a ouvir

falar mais da pesca se calhar de outra perspectiva, não só dos pescadores a defender a pescas, normalmente eram só os pescadores que falavam da pesca, não havia muito mais gente de outras áreas a falar, e começam a aparecer os ambientalistas a defender a pesca, ao ambientalistas a falar de uma pesca sustentável e como que isso pode ser feito, acho que é mais chamar essa atenção, não é tanto localmente, mas é mais numa esfera mais nacional. Às vezes até noutros cientistas, noutras pessoas preocupadas com o mar, se calhar não só o cidadão comum mas outras pessoas que têm ligação ao mar começaram a perceber que havia um grupo de pessoas que estavam, interessadas e preocupadas com essas questões. Esses temas mais facilmente chegam a essas pessoas, acho que é mais por aí.

Pensa que melhorar a governança passa por dar mais responsabilidade aos actores envolvidos e/ou envolver mais grupos?

Obviamente, responsabilidade, representatividade, capacitação.

Como é que pões uma criança a participar?

Há coisas muito giras, há Orçamentos Participativos feitos só para escolas que é muito engraçado. Há uma câmara qualquer no Algarve, não sei se é Algarve se é sul do Alentejo, que fazem mesmo isso com escolas, têm que identificar coisas que querem melhorar na sua zona, e são pequenas coisas como um buraco na estrada, têm que fazer um trabalho sobre isso, e depois há um orçamento da Câmara para tratar dessas coisas, como o orçamento participativo de Lisboa, por acaso eu esqueci-me de falar, mas é outro mecanismo que eu acho que é muito interessante, acho que é muito difícil chegar a toda a gente. E no segundo ano do Orçamento Participativo de Lisboa, eles fizeram um curso, convidaram quem quisesse, e eu fui fazer esse curso com eles, tinha muita curiosidade em perceber, e então o que eles queriam fazer era, para já, explicar o que era feito, deram muitas bases do que era o orçamento participativo, quem estava à frente era a EMOP, que é a associação que tem estado a trabalhar mais nisto a nível nacional, e depois era tentar perceber como é pedir ajuda para cobrir as lacunas do orçamento participativo. E a questão é como é que se chega a toda a gente? Porque no primeiro ano foi só no computador, mas como é que as pessoas que não têm acesso ao computador conseguem participar? Há pessoas que têm acesso ao computador mas se calhar não sabem fazer isso, portanto surgiu a ideia das carrinhas, já há carrinhas, já há assembleias municipais, já há uma série de mecanismos paralelos e mesmo assim não se consegue chegar a toda a gente, mesmo assim as pessoas sabem e não querem saber ou há muita gente que se calhar ainda nem sabe, e no entanto não é um mecanismo assim tão difícil. A parte de educação ambiental do MARGOV foi uma parte muito interessante, e eu acho que teve resultados, não são assim muito visíveis, mas eu acho que são, até a mim me preocupam, eu vou para Sesimbra desde os meus oito anos e os meus pais têm casa no campo, não é mesmo na vila, e os meus amigos do campo tinham uma ligação muito forte com o mar mesmo assim, depois comecei a crescer e os meus amigos eram mais da vila e tinham uma ligação super forte com o mar e com a pesca, eram quase todos filhos de pescadores, ou netos e tu agora vais a uma escola e perguntas: então digam-me lá uma espécie, um animal do mar, eles dizem: o peixe palhaço, que não existe ali: o tubarão não sei quê, a baleia não sei quê, ou seja aquelas crianças estão completamente desfasadas do local onde vivem, eu acho que isso é super preocupante. Isso é uma das coisas que nós sentimos mais no MARGOV, nós fazíamos fóruns abertos a toda a gente e aí tinhas linguagens muito diferentes presentes, portanto tem que haver uma plataforma de diálogo, tem que haver ali uma tradução, tens que pôr todas ao mesmo nível para as pessoas ouvirem e responderem, porque se não eu posso estar a falar alhos e tu respondes bugalhos e isto só vai criar conflitos e mal entendidos e não vai dar a

lado nenhum, isso é um trabalho muito importante neste tipo de trabalho, e muitas vezes tens que trabalhar, é um grupo à parte para conseguires perceber a linguagem, para conseguir também ajustá-la, isso foi também um trabalho que foi feito. O MARGOV como caso de estudo a esse nível também é super interessante, perceberes essa dinâmica, e sem dúvida que os cientistas precisam, na maior parte das vezes precisam de alguém que os ajude a falar com as pessoas, porque se falam naquela linguagem tão hermética, os cientistas de uma forma geral acham, não sei, falam de uma maneira que ninguém os entende, falam para si, não falam para os outros, isso é muito complicado, por isso é que muitas vezes a sociedade não entende nem acolhe os cientistas, porque é como se fosse um grupo à parte e não deveriam ser, os cientistas fazem parte da sociedade. Às vezes estás tão dentro da linguagem conceptual que depois tens dificuldade de sair dela, e temos que estar a por muitas vezes no lugar das pessoas: então mas eu estou a dizer isto, mas se alguém me dissesse isto será que eu percebia?, temos que estar sempre a fazer este jogo de cabeça, às vezes também não é fácil, é muito mais fácil conseguires fazer esta ligação quase um a um, fazer a tradução quase um a um, ou tentar perceber quais são as sensibilidades das pessoas, era muito este trabalho que agente fazia no MARGOV, após reunião havia um trabalho muito grande a tentar perceber: então o que é que achou, falávamos, falávamos, para perceber como fazer o acerto para as outras pessoas perceberem.

Pensando em cada uma das anteriores opções, que riscos se devem ter em conta e de que responsabilidades se devem fazer acompanhar?

Riscos, lá está, mal entendidos criados por maneiras diferentes de falar e de pensar, acho que é uma coisa que acontece muitas vezes e que é muito perigoso, porque tu estás a tentar fazer redução de conflitos e se crias mais conflitos é um drama, é o insucesso total, tens que te conseguir manter neutro, muito transparente: o que nós fazemos está aqui à vossa vista, isto é para vocês, isto é vosso não é nosso, isto tem que estar muito, as pessoas têm que estar muito cientes disto, por exemplo em Sesimbra sentes muito isto que é, o parque é dos biólogos e os biólogos fizeram este parque para ganhar dinheiro. Qualquer pessoa que trabalhe com biólogos, eu sou bióloga, mas não é tanto nessa área que eu agora trabalho, mas uma pessoa sabe que os biólogos coitados são uns pobretanas, ninguém vai fazer Áreas Marinhas Protegidas para encher os bolsos com certeza, portanto como é que passa esta ideia? Porque é que passa esta ideia? Portanto temos que ter algum cuidado com este tipo… é um preconceito, mas não se pode criar preconceitos, não se pode alimentar estes preconceitos, tem que se ter muito cuidado com isto. Por exemplo, nós no MARGOV tínhamos a questão de toda a gente, nós dizíamos o Parque Marinho… (respondiam): o parque marinho não serve para nada porque a poluição vem toda do Sado, íamos falar com pessoas: então mas há poluição no Sado? …: Aparentemente não, é poluição que não vem para o parque marinho. Andámos a falar com vários especialistas: Aparentemente não porque as correntes… não sei quê, então vamos levar estes especialistas e vamos mostrar às pessoas, e sempre que falávamos com as pessoas isto era uma preocupação de toda a gente, tipo: ah, aquilo está tudo poluído, os peixes estão todos mortos, as redes vêm todas sujas. Fazíamos um fórum sobre poluição, não aparecia ninguém. Era um tema que não… Tu dizias assim: então mas isto não era o tema mais importante? E nunca conseguias resolver esta questão, que era um preconceito que as pessoas tinham criado, uma lacuna de conhecimento, que realmente não estava esclarecido, nem os próprios cientistas não eram bem concordantes, e não conseguias nunca chegar lá, era uma lacuna que nós sentíamos.

E não conseguiram?

Não foi uma coisa que ficasse bem esclarecida, nunca ficou bem esclarecido porque as pessoas ao mesmo tempo parecia que não tinham interesse. O primeiro curso que nós fizemos, nós fizemos dois sobre poluição, o primeiro houve um rapaz que foi falar sobre os poluentes não sei quê, os poluentes não sei que mais, coisas super técnicas apesar de a gente pedir, ele para explicar tinha que ir até…, era muito difícil ele falar sem ser com essa especificidade e depois: ah estão a dizer que não há poluentes no Sado, nós sabemos que há poluentes, foram mal entendidos que se criaram, é muito difícil realmente esta, às vezes também trabalhar esta coisa do conhecimento, mas sem dúvida que tem que ser, para combater esses tais preconceitos é com conhecimento, é dar-lhes ferramentas, e nunca desistir, e sem dúvida que ali é incansável.

Sente que consegue promover (directa ou indirectamente) um melhoramento das condições de vida na pesca, na Murtosa? Se sim, em que aspectos.

Eu espero que sim, em várias questões, a questão da PONG Pesca na cúpula mais governamental, como na questão do MARGov que espero que abra um precedente, a ideia é ser um modelo de governança para as Áreas Marinhas Protegidas, mas sem dúvida que era bom que fosse aplicado não só em Áreas Marinhas Protegidas, mas em outras questões marinhas. E depois também ao nível da tese, que espero que seja um veiculo de quase publicidade ao conhecimento dos pescadores, de alguma forma a valorização do seu conhecimento e como é que esse conhecimento é tão bom, tão bom entre aspas, que pode ser útil para a gestão, é assim que eu imagino.

Já há outro trabalhos assim, realizados em Portugal?

Em Portugal, não muitos, há algumas coisas ao nível do conhecimento ecológico local, algumas coisas na botânica, também é da faculdade de ciências sociais e humanas, tem a ver com as plantas medicinais, etc., há alguns projectos mais para o norte, para o Gerês, Trás-os-Montes, há alguns projectos muito interessantes.

Mas esse conhecimento a que tu te referes na tese, é a linguagem que eles usam em relação à pesca, às espécies, portanto é um conhecimento acerca do meio marinho especificamente?

Do meio marinho e das artes, para utilizar as artes de pesca precisam de conhecer o meio marinho, mas também ao nível das artes de pesca. É chamado o conhecimento ecológico local ou o conhecimento tradicional local que é mais utilizado em populações indígenas, que estão, vá lá, fechadas, é aquele conhecimento que passou de geração em geração, normalmente oral, na nossa sociedade ocidental europeia isso já não existe dessa forma, normalmente está sempre contaminado, nem que seja com a rádio, com a televisão, com os jornais, esta contaminado sempre com o conhecimento de fora, a Internet hoje em dia, a maior parte dos pescadores em Sesimbra vão à Internet ver como é que vai estar o tempo, não estão a olhar para as nuvens, não vale a pena estar a pensar nisso, mas é esse o conhecimento, porque é que eles vão para ali e não vão para acolá, porque é que eles estão a sair do porto e vão para a esquerda ou vão para a direita, porque é que eles sabem que aquela espécie há mais naquela altura do ano e não há na outra. Eles têm todos truques, porque é que há uns que lavam muito bem os covos.

Acha que os mecanismos de diálogo que existem dão voz às pessoas que vivem na Murtosa?

É o que eu já te disse anteriormente, acho que de uma forma geral os locais não têm grande apoio, e às vezes não têm capacidade, pelas inerências próprias da vida profissional e pessoal, não têm capacidade de se organizar. Os mecanismos actuais não favorecem as pessoas menos organizadas, menos dinâmicas, e se calhar com menos

capacidade pelas inerências normais da vida, têm menos tempo porque têm horários diferentes das outras pessoas, portanto acho que os mecanismos de diálogo não favorecem o local conceptual.

O que gostaria de ver desenvolvido em termos de investigação nas pescas em Aveiro?

Tantas coisas, o Museu de Ílhavo é um museu muito interessante, tem tido um trabalho assim bastante…, a Elsa Peralta fez uma apresentação engraçada na parte do doutoramento sobre a memória em Ílhavo, e como a memória no fundo está um bocado branqueada, se calhar era interessante perceber o que é que está a ficar de fora. O que ela falava era, o museu põe a pesca do bacalhau como uma coisa muito epopeica, e ninguém fala das condições precárias e horríveis com que as pessoas vivem, era interessante perceber isso. Eu não sei muito bem em termos de investigação na pesca artesanal, o que é que tem sido feito, não estou assim muito por dentro, mas sem dúvida que acho que a questão da capacitação, etc., é sempre importante, e porque também é uma zona com um historial muito grande de pesca industrial, obviamente que a pesca artesanal deve ser esmagada, os interesses da pesca artesanal devem ser esmagados ali na…. O estado em relação às pescas sempre foi super paternalista, isso é histórico, agora elas não querem sair do bairro social porque estão a exigir ao estado essa casa, não querem sair do bairro social porque há uma cultura de bairro que faz parte da sua vida também. Eu acho que os bairros sociais não funcionam apenas como um depósito de pessoas, acho que tem uma dinâmica cultural, sei lá, se calhar o pescador vai para o mar, a mulher vai fazer não sei o quê e os filhos ficam com a vizinha do lado. Acho que há sempre um risco, e eu estou a falar porque sou um bocado assim, há sempre um risco de agente embelezar demasiado a coisa.

Este modelo de governança, que pretende dar voz a todos os intervenientes, pode contribuir para a sustentabilidade da pesca artesanal?

Eu acho que vai ser a única maneira, a pesca artesanal não me parece que tenha uma sustentabilidade económica, a curto prazo, evidente e hoje em dia é o que interessa, tem uma sustentabilidade muito forte em termos sociais, pelas razões evidentes e pelas razões ambientais, e pelas razões económicas acaba por ter a longo prazo porque a pesca industrial irá arrasar com as outras, tanto as razões ambientais como as razões sociais. Portanto, a pesca industrial a arrasar com o lado ambiental como com o lado social, a gente sabe que a pesca industrial só dá mais valias económicas a meia dúzia de pessoas, acaba também por deixar de ter uma sustentabilidade a longo prazo, parece-me a mim, eu acho que a artesanal vai ser o caminho, e até numa lógica de regresso à terra, se calhar eu imagino que muitos pescadores industriais, provavelmente para se manterem na pesca vão-se dedicar à pesca artesanal, portanto imagino uma lógica de manutenção da pesca e o tal regresso à terra, acho que é a única maneira. E lá está, esse dar voz, é a tal questão down top, também tem que surgir, o top down da maneira como existe hoje em dia, não está feito de maneira a dar voz a toda a gente, acho que este modelo não valoriza a pesca artesanal, também por isso, porque se os cala, não lhes dá espaço para intervirem, e ao haver um modelo mais botom up eles conseguem falar, conseguem intervir, conseguem ter capacitação….

Acha que a pesca artesanal conseguirá sobreviver no actual contexto da actividade das pescas na Europa?

Sim, acho que sim, acho que a única maneira vai ter que ser alguma diferenciação entre os países, eu também falo muito pelo caso específico de Portugal, porque Portugal não tem muito a ver com os outros países, isso foi uma das coisas que esteva na raiz da

PONG Pesca, a pesca artesanal é preponderante para Portugal, não para os outros países da Europa, os outros países da Europa não têm uma percentagem tão elevada. Portanto, sem dúvida que a pesca artesanal tem que se manter, a pesca industrial, por exemplo o arrasto, não acredito que o arrasto se irá manter por muito mais tempo, pelas pressões ambientais, e não acredito que o arrasto se consiga manter muito mais tempo, pelas razões óbvias, a forma como está a arrasar com os ecossistemas marinhos.

Tu aí referes-te ao arrasto costeiro ou mesmo o arrasto industrial, longínquo?

O industrial, mas o costeiro também é bastante….

Qual é que achas que é mais prejudicial?

Depende um bocado do tipo de arrasto que é, porque por exemplo o arrasto para marisco é terrível, tem umas portas pesadíssimas, para apanhar lagostim imagina, porque é que o lagostim está quase em vias de extinção? Eles vivem no lodo, em cavernas, então para apanhar o lagostim têm que ter umas portas pesadíssimas que afundam no lodo para conseguir apanhar o lagostim que está nas cavernas, não são cavernas muito profundas, como o lodo é mole eles conseguem com a rede arrastar e destroem o fundo todo, isto tem consequências muito graves.

Diz-me uma coisa, no mergulho, no momento em que tens mergulho, uma pessoa a mergulhar e que vai tirar uma amêijoa, há quem diga que sim há quem diga que não que é selectiva, o mergulho é destrutivo ou não é destrutivo?

Depende, e quem é que diz que a pessoa que lá vai buscar é selectiva? Tira só as maiores?

O que eu digo é como arte, tu proíbes, ou tu permites com preocupação com isto, preocupação com aquilo? Há pessoas que dizem: isto tem que ser proibido mesmo.

O mergulho tem uma questão, limpa tudo, a arte de pesca pode ir para um sítio mas pode não apanhar nada, no mergulho eles andam à procura, vêem e apanham tudo. Mas eu acho que também tem uma questão de competição profissional com…, como é que eu hei-de explicar isto, a pesca é uma actividade profissional, e o mergulho não, uns vivem da pesca, outros teoricamente não vivem do mergulho, portanto há aqui uma competição. Eu, a ideia que tenho é que eles apanham tudo, eles vão a um sítio e limpam tudo, não quer dizer que a ganchorra, a ganchorra são aquelas coisas com uns dentes, com uma rede que vão nos barcos que vão assim muito devagarinho junto às praias, isso também é muito mau. Os espanhóis, por exemplo usam as chupadoras que também são terríveis, chupa a areia, também não é nada bom. Uma coisa versus a outra acho que serão as duas, acho que não é directo.

Tu consegues imaginar a vida de um pescador, a figura de um pescador daqui a duzentos anos? Que pesca artesanal é que tu imaginas… daqui a duzentos anos?

Duzentos anos se calhar não, se calhar pensava daqui a cinquenta. Eu acho que a democratização do ensino, de algum tipo de conhecimentos, a globalização, etc., acho que vai trazer alguma uniformização aos pescadores e a todas as pessoas. Se calhar consigo imaginar que vai haver muitos pescadores com o 12º ano ou até com a universidade. Há uma coisa que me está a interessar e que eu tenho estado atenta, e que eu sinto que tem havido uma grande movimentação, e vai haver mais movimentação de regresso à terra, acho que as pessoas estão a ficar interessadas nisto, estão a sentir que isto vai ter que mudar, este paradigma, a maneira como nós vivemos, tem que haver uma alteração, a maneira como as cidades estão construídas, a basearem-se na questão económica, tem que haver aqui uma alteração. E este regresso à terra passa muito por

voltarmos à produção, à agricultura, à pesca, ao artesanato, ao fazer com as mãos, aos conhecimentos mais ancestrais e se calhar não são assim tão ancestrais, vais à Internet ver como é que se faz pão, através da Internet, hoje em dia consegues fazer tudo com as mãos, consegues aprender a fazer tudo com as mãos. Não sabes fazer tricô, como é que fazes uma camisola, e tens não sei quantos vídeos no *You Tube* de como é que fazes uma camisola em tricô. Acho que tu notas que as ferramentas mais na vanguarda estão a servir também de apoio para tu, ao mesmo tempo, fazeres uma ligação às coisas mais antigas, e acho que se calhar os próximos pescadores vão ser esse tipo de pessoas, provavelmente. Há pessoas que tiveram uma ou duas gerações anteriores que foram pescadores, se calhar os pais já não foram mas os netos sentiram esse apelo, acho que vai ser por aí, mas posso estar enganada, se calhar é isso que eu quero ver.

Pode contar-me brevemente como tem sido o seu percurso profissional e como se tem relacionado com governança?

Pois portanto, vamos ver, como generalidades só para me apresentar e ver o perfil de desempenho que eu, na administração publica, que eu percorri nos últimos trinta e tal anos, quarenta anos quase… em Aveiro. Pois em Aveiro… mas mais concretamente desde setenta e três, setenta e quatro… trabalhei na Segurança Social, trabalhei na Saúde… nos serviços Médico-Sociais em todo o distrito de Aveiro, com sede em Aveiro, e finalmente tive uma experiência de 15 anos como director do Centro de Emprego em Aveiro, que abrangia a Murtosa, não é? Também fui professor do ensino técnico profissional depois da minha licenciatura… sou licenciado em Ciências Sociais e Política, portanto do ISCSP em Lisboa. Encontrei emprego por mero acidente aqui em Aveiro e cá fiquei. Portanto, neste momento estou aposentado da Administração Pública, do Instituto do Emprego e Formação Profissional. Estou a desempenhar funções, aqui, como voluntário, voluntariado social na EAPN, desde 2005, aposentei-me em 2003. E tenho sido nesta função o coordenador do Núcleo Distrital de Aveiro da REAPN. Portanto a Rede Europeia Anti-pobreza. E portanto a minha experiência de vida profissional, a nível da governança, quer dizer… eu fui sempre da administração pública, estive sempre nessa perspectiva de serviço publico. Envolvi-me muito na governança local, nessas questões criadas a nível da Segurança Social, da Saúde e do Emprego… e da formação profissional. Os últimos anos da minha vida foram muito intensos no domínio do Emprego e da Formação Profissional… e portanto, também a análise social… micro… micro, não é?... Portanto, a nível dos Concelhos que eram abrangidos pelo distrito de Aveiro, que eram seis Concelhos: Três do Baixo Vouga, portanto começando em Ovar, Murtosa, Estarreja. Aveiro, Ílhavo e Vagos. Portanto, eram os Concelhos da Ria, não é? Portanto que têm esta bacia do Vouga, esta Ave-delta a que se chama Ria de Aveiro, não é? E que ainda progride mais a sul, ainda apanhando a zona do Baixo Mondego que é Mira, portanto, que é um Concelho de Coimbra, já. Mas portanto, esta minha experiência foi, como se compreenderá, muito rica, muito interveniente, muito presente ao longo destes anos. Nos últimos trinta anos, digamos. E, digamos, tenho uma perspectiva muito transversal do desenvolvimento socioeconómico da região. Assisti a muitas coisas importantes, do ponto de vista da transformação da configuração do panorama socioeconómico, social e económico, mas também ao nível das potencialidades… do chamado potencial endógeno… houve altos e baixos… as conjunturas foram sempre muito influenciadoras do desenvolvimento, teve muito a ver, sobre tudo neste último período da minha vida… teve muito a ver com a adesão à Comunidade Económica Europeia, portanto em oitenta e… portanto influenciaram muito e eu na Formação Profissional, assisti como actor, interveniente, portanto dinâmico e activo ao lançamento de todas essas politicas sociais que de alguma forma mudaram contextos, mudaram alguns contextos, mas que também de alguma forma, hoje, fazemos um balanço menos positivo, quer dizer, porque de facto, digamos que não houve, não houve um planeamento consequente dos fundos mobilizados para a área da formação profissional. Para o desenvolvimento económico local, quer dizer… não houve… uma racionalização desses recursos mobilizados para o desenvolvimento local, e digamos que o potencial endógeno da região… apesar de ser grande, porque há muita, muita iniciativa, muita iniciativa privada, não alterou significativamente os contrastes entre o litoral e os concelhos de interior, mais de interior, porque no fundo estamos a falar sempre aqui da Bacia do Vouga, do Baixo Vouga, estamos a falar do litoral. Mas também há concelhos mais interiores. Portanto já confinando um pouco, já com o início da serra, portanto, já Albergaria-a-Velha… Águeda, Anadia… já são Concelhos já fazem a transição para um interior, já com uma caracterização socioeconómica um

bocado diferente. Aliás, há contrastes… apesar de haver uma certa idiossincrasia aglutinadora, digamos, nesses Concelhos da beira-rio, apesar de tudo há muito contraste a nível do seu desenvolvimento, não é? Começando até pelos indicadores demográficos. Portanto, os concelhos no baixo Vouga polarizam mais a demografia, em Aveiro e Ovar, e depois os outros concelhos são concelhos medianos, Estarreja, Ílhavo são da mesma dimensão, digamos. E depois temos a Murtosa Vagos, ou Vagos e Murtosa, por esta ordem também com uma importância demográfica decrescente. Digamos, a demografia não se alterou muito, quer dizer, não houve dinamismos de fixação de populações nesses pequenos concelhos. Sobretudo na Murtosa.

A Murtosa sofreu algumas alterações, há mais conforto, a população vive em condições mais dignas, mas ainda está na estrada, digamos, estão em projecto, muitos dos desígnios da alteração da vida daquela população. Porque há uma coisa que não cresceu, por razões que têm a ver com atracões de investimentos que é haver um tecido empresarial diversificado, estou a falar da Murtosa, digamos há meia dúzia a uma dúzia de empresas, portanto, pequenas e médias empresas, não há grandes empresas, digamos a grande empresa é a Câmara Municipal, a Autarquia que é a que gera mais emprego, depois há a Misericórdia Social, há um conjunto de instituições umas já com mais história, outras nascentes, que são um bocado resultados das politicas sociais activas e portanto do aparecimento de programas que incentivaram as lideranças e dinamismos locais que serviram para criar entidades que, de alguma forma, pudessem fazer o enquadramento desses programas sociais, não é?... de Política Social. Mas digamos, que foi, apesar de tudo, a gente vai e parece um Concelho miniatura. Há coisas que realmente evoluíram muito, são a nível de programas e projectos a nível dos recursos comunitários dinamizados para a parte ambiental da preservação da natureza, não é?... e há, realmente, também, hoje, uma maior consciência publica da, digamos, da necessidade de preservar o território. E realmente tem havido algum progresso aí, mas sempre influenciado por atracção dos recursos públicos e comunitários, não é? Porque investimento, privado não tem havido muito. Mesmo o desenvolvimento urbano, que também tem a ver com a sazonalidade do nosso litoral, temos às vezes a ideia que Portugal é um pais muito rico de recursos do turismo e isso todo. Simplesmente também temos que relativizar bastante. Quando falamos do Algarve… pois o Algarve mais ou menos pode-se aplicar essa ideia. Mas mesmo assim, há um factor que é comum ao nosso litoral que é a sazonalidade. Portanto, nós temos 3 a 4 meses de intensidade do turismo. As correntes migratórias que procuram o mar, no turismo são realmente limitadas a 4 meses, três meses e meio. Meados de Junho… Julho, Agosto, Setembro… e depois de Setembro… e depois acaba tudo, não é?... é o deserto...

Pois a população depende muito dependentes do turismo nestas zonas…

Pois, porque o turismo, o turismo cria emprego… que é também precário e sazonal. E realmente… a comunidade… falar da comunidade piscatória vou ter muita dificuldade porque a actividade está em vias de extinção, não é?... As actividades que existem ali a nível da arte xávega e que começam ali um bocadinho mais a norte… poderia dizer que começavam ali por Sibalde, Cortegaças, Mouriz, depois São Jacinto, Torreira, e depois ainda vai São Jacinto, Costa Nova, Mira. Mas são artes que estão realmente em vias de extinção. Porque com as gerações que hoje ainda fazem arte xávega, corre-se o risco de extinção… porque para alem de haver algumas medidas muito restritivas em relação àquilo que era a tradição dessa actividade, que é ao nível da preservação de espécies. Portanto isto falando da petinga e dos jaquinzinhos. Portanto há hoje condicionalismos de natureza legal, que são imposições comunitárias que restringem muito a actividade. E não há muito incentivo, quer dizer o incentivo que existe, tem vindo a diminuir por

causa da repressão da actividade. E portanto, digamos que as pessoas que se dedicavam a essas actividades e que procuram mais a actividade… coincidem com os períodos de fluxos turísticos… isto tem a ver com a deslocação de pessoas que têm casa de segunda habitação… São Jacinto não se desenvolveu porque a foz do Vouga é um pouco limitadora. Se houvesse uma ponte, um túnel que facilitasse o contacto da margem esquerda para a, digamos, para a restinga que é a península de São jacinto, se fosse assim, dava um salto qualitativo. Agora o que houve desde da década de sessenta, setenta para cá foi uma certa desgovernação em termos de rumos de urbanização. Portanto, aqui nas zonas da Vagueira, da… ou seja a ocupação de solos aqui foi um bocado anárquica. Há pessoas que têm casas e que tem património imobiliário que não é totalmente legalizada, não é? O que imperou foi uma desorganização, uma falta de controlo do desenvolvimento urbano. Não foi organizada.

Há zonas em que a população só vive uma parte do ano é isso?

Algumas, a Costa Nova e a Barra funcionam como dormitórios. Portanto há muita gente que já reside permanentemente. Mas hoje são dormitórios. E há muitas que têm a habitação alugada. Nessas duas zonas, Praia da Vagueira e Costa Nova tem uma população que é, portanto, de gente que trabalha aqui (cidade de Aveiro). Ou no concelho de Ílhavo, incluindo a Gafanha da Nazaré. Que é uma freguesia que é cidade, se tem desenvolvido bastante. Ao nível de mobilidades, portanto há mais comunicabilidade, e isso ajudou bastante a fixar as populações. Digamos que quem vive na barra ou na costa nova, em 10 minutos está em Aveiro. Aveiro continua a ser um pólo de atracão para muita gente a nível de serviços públicos, para a actividade económica privada. E polarizam as pessoas para aqui…

E ao longo do tempo afastaram as pessoas dos meios mais rurais ou mais distantes… é isso que diz…?

Pois isso é que eu, aí eu acho que esses meios não se desenvolveram. Antes pelo contrario. Quer dizer eu estou a falar como conhecimento comum, nas pescas, mas parece-me que, incluindo aí as pescas e vivem nessas zonas, em geral recuaram. Com a extinção do estaleiro de construção naval que era a maior do país, com condicionantes do mercado, como é obvio, mas sobretudo por decisões estratégicas do pais adaptou na década de 80 e que extinguiu estrategicamente muitas empresas de pesca. E atingiu muito o emprego. Hoje muitas das pessoas que trabalhavam em empresas extintas e que trabalham ainda hoje nas pescas, trabalham na Galiza e em França. Emigraram. Portanto há muitos pescadores que se querem ganhar o pão continuam a ir lá para fora.

Nestes contactos que tem com a população, diz isso… agora…

Eu, como tenho andado envolvido aqui no voluntariado, nas redes sociais daqui da população, portanto são dinamismos que a gente vai encontrando aqui como parceiros. Que o partenariado continua a ser uma estratégia de intervenção social, portanto, o partenariado nos concelhos. E nós, como pertencemos a um território de âmbito distrital … porque o distrito de Aveiro é um distrito original e um retrato social actualmente… eu acho que há um recuo nas politicas sociais em termos de direitos e de protecção social que estão, neste momentos em vias de desagregação, por causa da crise. Face à situação financeira, a situação politica que nos estão a impor, eu acho que nalgumas coisas, no rural vivem melhor. As pessoas estão mais protegidas do que quem optou por um modelo de vida urbana. Porque aí as pessoas não têm uma economia de subsistência. Enquanto nos concelhos mais rurais há alguma produção fundiária, de animais domésticos, para a produção. Digamos que há uma economia doméstica alternativa que compensa o salário que se tem da fábrica ou do escritório. E as pessoas

gerem o seu tempo livre de uma forma pragmática, que dizer, não deixando o pousio. E hoje, ainda, portanto a geração dos meus pais, e a minha… eu, eu já tenho 54 anos. Nessa altura os pais trabalhavam na fábrica, nisto ou aquilo, na metalomecânica, na indústria ou no campo. Mas depois, o dia era de sol a sol, e havia uma parte na horta, e cultivava-se de tudo. E havia as alturas das colheitas, era o azeite, era o vinho, era a batata… e isto era uma segurança. Quer dizer a economia local, mais localizada era um suporte que as outras pessoas não tinham, nas comunidades urbanas em crescimento. As pessoas inclusive abandonaram a terra. A minha geração abandonou um bocado isso. Mas quando me casei, vejo pelo meu caso, que ainda cresci a ajudar a essas tarefas, a produção dos pais ainda dava para dividir pelos filhos. E isso hoje está-se a perder. Fala-se agora do voltar à terra, mas em termos da produção, o papel da vizinhança está-se a perder. Essas inter-ajudas são mais presentes nas comunidades rurais do que nas zonas urbanas. Em Aveiro eu não vejo os meus vizinhos semanas a fio. Temos horários diferentes. Só nas reuniões de condomínio e não vão lá todos. Quer dizer passam-se meses, já aconteceu morrer uma pessoa e eu só soube passado meses. E estas coisas, que são comezinhas, dão também uma noção de alteração de paradigma de vida que é….

Uma alteração nas formas de solidariedade…

Exactamente. São formas de solidariedades tradicionais que existiam, que deixaram de existir. Em meios mais pequenos, como a Murtosa, continua a ser um meio ruralizado, mesmo as actividades que continuam na ria, da apanha de algum peixe, sei lá estou a falar do berbigão, estou a falar da amêijoa, das enguias, tudo isso são actividades que não estão licenciadas. As pessoas fazem aquilo porque os avós já faziam e eles continuaram a afazer. Mas são, hoje, feitas exigências às famílias que dificultam. E isso quer dizer que as pessoas vivem a precariedade do seu trabalho. Não digo emprego, porque não é emprego. As pessoas trabalham, têm uma bateira, que é o investimento principal, e depois vão para a ria à sorte, não é? É que depois havia formas associativas informais que eram formas de inter-ajuda. Eu hoje ajudo de manhã por causa das marés, não é?

Fora das pescas, ou nas pescas tem notado mais associativismo, nesta zona?

Fora das pescas?

Não, independentemente de ser fora ou dentro…se tem notado…

Não, não. O movimento cooperativo nunca foi muito… nem o desenvolvimento local… nunca tiveram muito… apesar de ter havido noutras regiões do país, aqui nunca foi um alvor de aparecimento de associações desse tipo, de tipo cooperativo. Uma ou outra cooperativa agrícola, daquelas de criação de gado, e produção de leite. Mas na pesca são muito individualistas. Vão à sorte na pesca, e se, se safa safa-se, se não se safa… porque a pesca é toda uma cultura empírica que diz as horas, conhece os viveiros, as artes boas e eles sabem porque aprenderam que se não soubessem ficavam mais dependentes da sorte.

E a formação nas pescas, como esteve a trabalhar na área da formação profissional…

Sim, sim ajudou. Houve medidas que se empregaram na formação, associado ao Forpescas nos anos 80, que continua a ser ali em Ílhavo mas penso que está mais desactivada. Porque as pessoas iam para a formação mas depois tinham que se virar como pudessem, com as empresas a fechar não tinham o que fazer com a formação, por causa daquilo que lhe disse. Portanto aqui o que aconteceu foi esse desastre, foi por um lado um esforço inglório de dar formação a jovens, candidatos a primeiro emprego

saídos da escola, e por outro lado essa medidas restritivas da CEE em que se pagou para destruir frota, não é? E isso começou pela industria naval e depois continuou e que…

Desculpe-me, mas diga-me. Relaciona portanto, 'isto que está aqui' esta estigmatização a que se referem aqui [no relatório] em relação aos cursos profissionais e que penso que pode ver-se nas pescas, em que as pessoas que ficam mais vulneráveis a essas medidas baixa formação escolar e que são essas pessoas que vão para os cursos…

Pois, aí isso que se refere aí é uma questão estrutural. Sabe que nesta zona há muito insucesso e abandono escolar. E sobretudo na Murtosa. Ainda hoje é uma preocupação muito legítima considerar as taxas de abandono e insucesso escolar e relacionado com factores de pobreza e exclusão social…

Estas entrevistas, partem de duas que fiz na Murtosa. Algumas das coisas que observei até agora e também foram referidas, estão relacionadas com o absentismo. Aliás vi na Torreira, percebe-se que…

Sim, sim, sim. Mas já é muito diferente hoje. Mudou muita coisa no equipamento, o equipamento que existe lá hoje que é uma escola integrada…

Uma escola integrada…

Sim, sim, sim. Desde o ensino básico até… não tem o secundário, mas tem até ao nono ano, portanto a escolaridade obrigatória. A escola ali, tem uma função socializante das crianças que andavam na rua e de mudança de atitude das famílias… porque as famílias nisso também… cruzando isso com as medidas das politicas activas da década de noventa, as famílias que não deixassem as crianças irem para a escola eram penalizadas. Portanto era absolutamente necessário que as famílias deixassem as crianças frequentar a escola. Que com a escola também tinham mais uma refeição, ou duas refeições, uma ligeira e um almoço, e digamos que a escola desempenhou um pouco ali… estou a falar da Torreira, não é? E na Murtosa também há um pouco isso. Mas aquilo em termos da integração no mercado de trabalho… não se pode falar verdadeiramente da integração no mercado de trabalho, não é? Porque ali não havia… há muita gente a trabalhar em Estarreja, não é? Onde havia trabalho mais permanente as pessoas deslocavam-se. Mas naquelas actividades mais tradicionais, nunca foram pessoas muito empreendedoras, sempre se limitaram à sobrevivência, à subsistência. A Murtosa sempre foi um concelho pobre de recursos, de população. Dez mil habitantes licenciados. Para já era um concelho que sofria a sangria das correntes migratórias, para a Venezuela, para o Canadá. Nos anos cinquenta sessenta houve muita gente que saiu dali. Os murtoseiros emigrantes nos EU são muito conhecidos, não é? Vem cá de dois em dois ou de três em três anos, hoje se calhar já vem todos os anos, mas ficar cá…definitivamente…foram em busca de condições diferentes de vida porque aqui tinham uma limitação enorme de oportunidades. Uma escassez de oportunidades de as pessoas fazerem vingar os seus projectos de vida, não é? Houve períodos em que a emigração era a moda, foi para a Alemanha para França para a Europa, para ajudar a construir a Europa destruída de II Guerra Mundial. A gente às vezes também uma visão, assim, curta da Europa, de grande parte da Europa central destruída na Segunda Guerra Mundial, não é? Da próprias Espanha que foi destruída em guerras e que fomos nós que fomos em grande parte ajudar a reconstruir a França e a Alemanha para a construção civil a viver em condições miseráveis de acolhimento. Dos bidonville de Paris e das grandes urbes, não é? E na Alemanha foi a mesma coisa. E as pessoas iam a salto. Também tinham outras limitações e outras necessidades… da fuga à guerra colonial, da minha geração e da anterior à minha que preferiam emigrar do que ir para a guerra, não é? Mas hoje, há um

risco de extinção destas actividades, mesmo no recurso ao simbolismo folclórico, etnológico, etnográfico, de haver ainda maia dúzia de pessoas que ainda vão fazendo aquilo, mas que comparado com os níveis de actividade que havia, há nitidamente um declínio. Porque as pessoas não sobrevivem só a viver daquilo. Portanto, a precariedade de resultados, o esforço das famílias é de tal maneira grande, que as pessoas têm que optar. E se tiverem um emprego das oito às cinco preferem. Ligam e desliga. É o *on* e o *off*.

Ao procurar-vos tenho, como disse estas duas entrevistas de base e procuro que através de vocês eu consiga dar uma resposta aos problemas que apresentaram. Daí eu procurar pessoas de fora da pesca. Há problemas que naturalmente escapam, que a representante da rede de mulheres na pesca não consegue resolver e …

Pois é assim. As soluções passam por políticas de desenvolvimento local. As pessoas tem conhecimento dos problemas mas as soluções passam por iniciativas de desenvolvimento local e de actividades, e na pesca há um nó que está dado e que é um nó cego…. Porque na pesca as pessoas vivem situações por causa das políticas vindas da União Europeia que…

E como é que o papel que hoje desempenha aqui pode ajudar a reverter de alguma forma algumas situações de vida?

Nós somos um núcleo distrital de uma ONG que se preocupa muito mais com os valores com as ideias com os princípios, com o factor educativo da demonstração às pessoas, junto das pessoas, nas comunidades e por isso é que a nossa intervenção se desenvolve nas chamadas redes sociais…

Sim, sim, sim.

Tem sido sobre tudo para fazer luz nas cabeças dos actores locais, dos parceiros, da importância que as pessoas têm que dar ao conhecimento efectivo do microcosmos, que é a vida de cada pessoa na comunidade, quer dizer, dos seus problemas, do diagnóstico das suas necessidades, de ter consciência colectiva, pró-activa digamos, daquilo que é o RX de cada comunidade do dia a dia, em cada município. E isso está feito. Eu acho que isso é um papel estratégico que nós… quer dizer, nós não damos arroz, não damos… uma corrente como a nossa tem o mérito de mexer mais nas corrente de opinião, na educação, na mudança de mentalidades, na abertura da reflexão para as mudanças necessárias. Porque a emergência social precisa de um outro conjunto de instituições que podem ser ONGs também, que arranjam alimentos, percebe. Por isso é que eu digo há espaço para todos. O nosso esforço não é facilmente mensurável, entende? O nosso esforço, o nosso envolvimento pessoal ou institucional como parceiro que tem esta filosofia de existência e de vida, estes valores, não é? Lutando contra a pobreza contra a exclusão social. Contra o nível de desigualdade, denunciando os problemas, analisando os problemas, tendo uma atitude estratégica pró-activa para recomendar a resistência a algumas medidas. Quer dizer, no fundo, também é algum papel subversivo, quer dizer subversivo procurando recuperar valores que são importantes para a nossa existência colectiva, como povo, como país. E repare, nós até somos uma organização que não se pode queixar em excesso porque sobrevivemos com acordos de cooperação com o governo, com o poder politico, não é? Somos uma organização que tem dezoito núcleos distritais, um em cada sede de distrito no Porto. E temos equipas que vivem com recursos muito limitados que é um técnico em cada núcleo, que é um técnico com formação na área das ciências sociais, que é o caso da Cristina, e cujo vencimento, cujo salário é pago pela segurança social. A própria segurança social é que paga. Temos um

acordo de cooperação. E depois vive das colaborações voluntárias de líricos idealistas utópicos como eu que dedico parte do meu tempo a vender o meu peixe, quando vou às reuniões e enquanto estou numa de ainda acreditar. Hoje o pior é a gente começar a perder essa réstia de acreditar que ainda é possível fazer alguma coisa. Portanto quando me pediu a entrevista eu fiquei na dúvida porque nós temos muita dificuldade em demonstrar o nosso trabalho.

Não, mas está a demonstrar.

Mas portanto aqui há uma coincidência que tem a ver com a minha história profissional, não é? Porque noutros distritos possivelmente não tem uma pessoa que tenha este discurso. Portanto a vida proporcionou-me esta perspectiva dos problemas. Ter uma visão muito integrada. Porque eu fui director do centro de emprego. E fiz opções porque a certa altura eram opções estratégicas. Eu também me sinto co-responsável, entende? Hoje se calhar não faria. Uma coisa que eu sempre disse, foi o país nunca ter descoberto a possibilidade de reconverter profissionais em profissões em vias de extinção. Quer dizer, pessoas com 40 anos que estiveram a trabalhar numa linha de uma multinacional e levaram com um despedimento. Saem com 40 anos e depois não têm horizonte de vida para mais 20 ou 25. Quando acaba o subsídio de desemprego e os japoneses foram embora o que é que eles vão fazer? Têm escolaridade baixa, trabalharam a apor fiozinhos para as cablagens eléctricas da empresa automóvel, e depois a industria deu à sola e eles não podem fazer nada. E não acabaram a escolaridade porque saíram da escola sem acabar a escolaridade. E eu estimulei isso. Porque… desculpe dar este exemplo, porque é um exemplo muito interessante. Quando a empresa japonesa, que é a empresa chamada Yazaky Sultano que estava ali em Ovar em e …de Gaia, vieram com as cablagens eléctricas porque a mão-de-obra era muito barata, não é? Eles vieram e fizeram ali… a Câmara de Ovar arranjou-lhes lá uma extensão de areal que aquilo era dunas ainda. E eles arranjaram areal a dez tostões, a um escudo o m2. Vinte mil metros que foram vinte contos. Agora veja como é que é. Vinte contos, uma área imensa para eles fazerem o primeiro pavilhão. E não tinham mão-de-obra. Iam criar lá quatrocentistas ou quinhentos postos de trabalho. Muita gente para fazer aquele trabalho, que é mão-de-obra intensiva. E começaram a pedir ao centro de emprego pessoas com o 9º ano de escolaridade. Eu não tinha pessoas desempregadas, não é? Era uma altura de vacas gordas, quase não havia desemprego. Não tinha, disse: Olhe, eu não tenho. Os meus chefes disseram: Olha, mas tens que arranjar. Eu: Não posso inventar. As pessoas não estão inscritas no centro de emprego, eu não tenho. Então vamos descer a escolaridade. E desceram para o sexto ano de escolaridade. Foi quando o ensino obrigatório já era o 9º. O que é que aconteceu? Quando nós abrimos a torneira a recrutar pessoas com o 6º ano, publicitando nos jornais o recrutamento, elas abandonaram a escola. E eles foram com essa escolaridade. Que nunca mais recuperaram a escolaridade. Só agora aí com as Novas Oportunidades é que têm andado por aí uns quantos. Agora, são pessoas que têm 40 anos. 40, 42, 43, 45 anos agora.

Como acha que nasce o preconceito em relação às segundas oportunidades? Vocês referem-no aqui…

Não, eu aí não refiro muito, quer dizer. O modelo em si tem fragilidades, não é? Porque é um ensino acelerado, em que… avalia-se a formação de competências profissionais que as pessoas adquiram ao longo da vida, não é? Mas há uma vertente sociocultural que está um bocadinho subvalorizada. E há depois… é um modelo que compete com o modelo oficial, quer dizer… quando uma pessoa faz um exame, lhe dão um certificado de equivalência, ou habilitações ao 9º Ano de escolaridade… tudo bem, porque se fez uma avaliação do percurso de competências profissionais. Mas fazem isso em seis

meses num curso intensivo, ou nove meses, ou o ano lectivo, não interessa. Mas fazem isso, e é formação de adultos, não é? Também temos que ver que é formação de adultos. Agora, o problema está em quando, quando se põe em competição dois sistemas, que é o educacional normal estatal, com esse. Porque um é feito contra-relógio e o outro é feito em três anos lectivos. Os jovens que estão no secundário, e os pais dos jovens na mesma, questionam se vale a pena andar ali três anos no liceu, na escola secundária, não é? A fazer, a fazer o complementar, o 10º, 11º e 12º ano, quando qualquer adulto que vá para as Novas Oportunidades faz isso em seis meses…. e depois, o problema é o reconhecimento das empresas… porque não há uma competição entre o ensino e as novas oportunidades, mas porque não há crescimento da economia e criação de emprego, há retenção para todos. Mas digamos que o problema está em não se ter feito, digamos, uma engenharia profissional, para poder fazer-se a reconversão profissional. Sobre tudo em profissões que se forem desprestigiando, não é? A metalomecânica, muitas industrias que foram desaparecendo… era importante, o próprio IFP, que se fosse desenvolvendo um esforço junto das empresas para poder reconverter pessoas que ficassem em situações de desemprego resultante da extinção de postos de trabalho ou de actividades económicas que nunca mais iriam ser reactivados. O que está em causa, não são excepções como agora com a Sicazal… o que está em causa é a destruição económica da estrutura de certos sectores de actividade, porque deixou de ser rentável, porque depois vêm aquelas questões que a gente sempre fala, da globalização, da nossa fragilidade económica a nível da concorrência com, com outros mercados onde a mão-de-obra é ao preço da chuva, a troca de uma malga de arroz, não é? E portanto, enquanto continuarmos agora a dizer: é preciso baixar salários, é preciso empobrecer, empobrecer… quer dizer, isto é destruir um modelo de Estado Social, não é?... Quer dizer, isto é outro tipo de desabafo, mas um pouco na, na… eu às vezes desabafo um pouco com a Cristina. Digo: Não vale a pena a gente andar aqui a vender o nosso peixe às pessoas, a dizer que é preciso estar atento, ser vigilante, ser crítico. Não aceitar as coisas de uma forma acomodada. Temos que ser inconvenientes, temos que estar incomodados com o que se está a passar à nossa volta e temos que ser, um pouco o semáforo com a luz amarela… e nalgumas coisas com a luz vermelha. Se estivesse tudo com a luz verde era óptimo, mas… e nós temos realmente essa função de semáforo social. Temos que ser muito críticos em relação às medidas, às políticas que vão surgindo. Contribuindo e propondo coisas para aperfeiçoar essas medidas. Porque temos que o fazer, somos um actor social…

E não é essa a riqueza que está a promover ao promover as vozes das pessoas?

Sim… é também isso, não é? Mas quando me perguntam o que é que eu ando aqui a fazer, aqui nesta organização, eu tenho alguma dificuldade. Eu preciso de algum tempo para demonstrar às pessoas que vale a pena haver organizações como esta. Porque dizem: Ah, isso é conversa fiada. As pessoas precisam é de pão e de arroz. E de leite para as crianças. E precisam de iogurte. Pois, mas há quem faça isso muito bem. Agora até parece que já nem está a fazer muito bem porque os donativos estão a e as empresas que davam para essas organizações solidárias, agora também já estão a produzir abaixo do excesso de produção, para reduzir custos também. O que quer dizer que depois se quebra também a corrente solidária dos bancos alimentares já não terem excesso de leite, arroz… As empresas estão-se a redimensionar. Portanto está a haver aqui também uma restrição que está a por a cabeça em água dos responsáveis da Caritas, do Banco alimentar, que está a ver cada vez mais famílias necessitadas agora. E de apoio essencial, apoio alimentar. Não sei se estou a contribuir, se não estiver a ser útil…

Não. Está, está a contribuir. Digam-me uma coisa, então aquilo a que está assistir é a um retrocesso, ou seja, enquanto está a promover mais vozes, a promover conhecimento, a procura da população é em termos mais absolutos de pobreza… ou seja em vez de dar um salto em frente, estamos a recuar por causa destes problemas económicos. Isso é grave, se é assim. É nas mesmas pessoas?

Não, repare nós não temos aqui nenhuma solução miraculosa. Porque, para já, os nossos recursos são precaríssimos. Há para já uma afirmação de princípio que é preciso ter a humildade de reconhecer a precariedade dos nossos recursos. O nosso número de voluntários é muito pouco, também não é fácil por um engenheiro civil a falar destas coisas. A vocação dele é para falar de outras coisas. Um médico, ou um técnico de serviço social pode ser útil numa organização como estas, mas enfim, é preciso depois envolver-se nas deslocações e nas reuniões à noite. É… e isso é uma coisa que em esquemas de voluntariados não se exige às pessoas, não é? É preciso ter um grande espírito de cooperação para se envolver a esse nível. Agora o que me parece é que nós existimos como ONG e aliás, a Cristina tem ali documentos… (isto é seu, não?)

Sim, isto é meu. Estas iniciativas foram criadas…

Estas iniciativas vieram no âmbito do ano europeu de combate à pobreza e à exclusão social. E nós identificámos três grandes grupos: Os idosos, as crianças e jovens, e os activos, os empregados. E isto vem com o objectivo de ter um chapéu, não é? Um *Umbrella* da pobreza e da exclusão social. E ter, ter a capacidade de mobilizar localmente as redes sociais para participar no diagnóstico e fazer propostas concretas. Tudo isto foi para Lisboa, para o Instituto de Segurança Social. As câmaras têm noção do que é a realidade, do que são os pontos fortes e os pontos fracos da situação social, portanto este é um contributo riquíssimo, que não é da nossa organização, nós só fomos líder. Fomos o tal semáforo… foi uma oportunidade de ouro para desenvolvermos um conjunto de seminários, em que se chamaram pessoas – que nós chamámos fóruns temáticos – para depois poder no final, de alguma forma elencar um conjunto de conclusões e propostas para ajudar a mudar a situação. E já em tempo de crise… isto parece que foi também meia bruxaria, esta coisa de se estar a comemorar o ano internacional de luta contra a pobreza, quando a Europa, a Europa e o mundo, mas a Europa está nesta crise terrível, não é?

Estas pessoas que se deram a si próprias como exemplo, vocês continuam em contacto? Ou seja há uma continuidade…

Algumas. Há aqui três planos. Os idosos têm as instituições a nível local, e a nível periférico as redes sociais enquadram, não é? Há um tecido social, que é a economia solidária local, os lares de terceira idade, os centros de dia, todas essas instituições que os envolvem. Medidas que têm respostas sociais dirigidas aos idosos, que pronto… Essa é que é, digamos, a rede importante para que as pessoas se sintam apoiadas, não? E aí nós não temos grandes ilusões, quer dizer, podemos conjunturalmente, de dois em dois anos ou sempre que há uma oportunidade, chegar ás pessoas e ver que avanços é que houve, quer dizer fazer uma avaliação do progresso ou do que se regrediu. Porque há coisas em que se está a regredir, acho que nitidamente. Estamos, desde há dois anos a iniciar um processo irreversível de regressão social. Isso vê-se a falar com as pessoas, a falar com os responsáveis. E falar com eles é tomar o pulso. Nós somos barómetro, somos aparelho de medida. Com muito empirismo, mas esta sensibilidade social só se afina no contacto social com os responsáveis com os actores principais. Os actores principais são os cidadãos, não é? E aqui houve um conjunto de cidadãos que deram a cara, que foram mobilizados localmente pela rede. Não fomos nós que andámos a

identificar a Senhora Francisca e o Senhor António. Não, não. Foram as instituições que identificaram nos lares, nos centros de dia, pessoas que quiseram participar destes projectos. Aqui, este amigo (olhando para a fotografia na capa), era um desempregado de longa duração. Esteve está sempre disponível para dar opinião, mas quando arranja um empregozinho precário, já não está disponível para andar connosco. Os jovens que deram a cara, a falar dos problemas da educação, da juventude, das tentações da droga, e tudo, do insucesso e abandono escolar, quer dizer nós não sabemos o que é que estes três jovens estão a fazer neste momento. Mas o importante foi identificar problemas, questões que valia a pena equacionar. E dar-lhes voz, sobre tudo dar-lhes voz, quer dizer, eles terem interiorizado, terem feito uma reflexão sobre aquilo que são as suas vidas, as oportunidades de vida que têm ou que não têm, para poderem ter objectivos de vida mais auspiciosos mais realizados, não é? E portanto, isto foi uma oportunidade, de facto nós de uma forma selectiva, artificial, claro que tem a ver com a análise social que a gente vinha fazendo em trabalho local, em fóruns temáticos em que púnhamos toda a gente a partir pedra, a debater ideias, a capturar espontaneamente das pessoas um conjunto de ideias, sugestões, de propostas de criticas, quer dizer, porque esse é o nosso papel. É sistematizar a informação, metodologicamente dar-lhe uma apresentação formal, que foi o que aí fizemos, com o encerramento desses fóruns, e que depois materializamos no documento de conclusões. E filmes com testemunhos. Há testemunhos pela positiva e pela negativa. Então, nos idosos, há testemunhos de um optimismo fantástico. Olhe, esta senhora que está a aqui é uma lição de vida fantástica. Enquanto o Rui… o Rui que era desempregado, tem um testemunho depressivo. Porque é um desempregado de longa duração sem horizonte de vida. Tem empregos de duas semanas que não volta a ter esperança de arranjar emprego. Uma pessoa que tem o 12º Ano das Novas oportunidades. Quer dizer, porque realmente o contexto, a conjuntura que se desenvolveu e em que nós estamos afogados não são nada facilitadores em termos deste tipo de intervenção. Porque nós estamos no buraco. E fizemos este trabalho a entrar no buraco. E leva-nos sempre a uma conclusão que é de insatisfação pessoal. De desilusão, de frustração. De quase apelo à desistência. Mas eu continuo a acreditar que é bom… às vezes estar num seminário e fazer uma pergunta incómoda lá de um canto. Estar a assistir a uma conversa muito teórica, muito bonita e de vez em quando enxofrar ali o auditório com uma pergunta inconveniente. Não é que seja muito o meu feitio, que até sou uma pessoa que tem tentado ser sempre muito cordata em tudo o que fiz ao longo da vida, mas acho, como cidadão, acho que às vezes enveredamos por correntes muito filosóficas e desvalorizamos aquilo que é essencial na vida das pessoas, no quotidiano das pessoas. E por isso é preciso às vezes chamar as pessoas à terra. Eu penso que a escola e as universidades aí têm o seu caminho a percorrer e têm uma função insubstituível. Mas também há que fazer intervir a chamada sociedade civil, que dizer as pessoas que por experiência de vida, por vocação, por opção, por interesse, pessoal ou por interesses, não é? Mas é que o digo ser inconvenientes chamando a atenção que há coisas que estão a acontecer, que poderiam não estar a acontecer se as pessoas fossem mais solidárias, se houvesse menos egoísmo, mais consciência colectiva. Se não se perdessem valores como o da proximidade, da vizinhança. Apesar de tudo é preciso agitar essas bandeiras para que não se perca tudo, não é? Porque o pior que pode acontecer é perder essa esperança de que alguma coisa se pode mudar. Temos que nos ajudar uns ao outros, que é assim que se pode superar, não a crise, mas crises individuais. Situações que pela emergência social e que por essa mudança de mentalidade se pode… essa é a receita. É a receita material, por oportunidades de trabalho, de emprego. Que pelas habilitações pudessem viabilizar a sua vida pessoal e familiar. Ou que quando não é assim, que pelo menos a sociedade se organize de forma

a ter algumas soluções de maneira a que supere as condições de carência que muitos cidadãos vivem.

Houve dois conceitos que vocês usaram que me chamaram muito a atenção. Um deles foi a escola comunitária. Que combina a escola inclusiva com a noção de comunidades preventivas.

Pois. Há muitos pais que nunca puseram os pés numa escola. E isso, isso é a falta de cidadania. Quer dizer, o cidadão tem que ele próprio gerir bem as suas oportunidades de participação. E o que há é um grande deficit de participação cívica na… que é a ocidental. Quer dizer, o Tibete é uma sociedade com valores comunitários. Aqui isto é uma miscelânea de redes complexas, já é difícil avaliar o que é genuíno na sociedade portuguesa. Nós para o ano vamos fazer o ano do envelhecimento activo. De uma forma pró activa. Isto numa altura em que se destrói as esperanças das pessoas, pessoas que tinham as suas vidas e que de repetente o Estados lhes começa a tirar as regalias que tinham porque houve pessoas a roubar e a… quer dizer, isto é… de um momento para o outro desmorona-se o puzzle por ali abaixo, quer dizer. Ora, haver um ano para o envelhecimento activo, pois os velhotes têm que se mexer que se… como? Empobrecendo, não é? Temos que continuar a empobrecer porque a solução do nosso destino passa por empobrecer. Ouvir um politico dizer que durante algum tempo temos que empobrecer porque essa é a nossa salvação. E esta, em? Isto é realmente uma angústia muito grande. Para quem está a fazer este tipo de intervenção cívica, é muito frustrante. É muito desencorajador, porque a gente tem uma filosofia de valores, daquilo que idealisticamente pensava que deveria ser o destino do meu país e está tudo a desmoronar-se. É um desencanto total. E pessoalmente não me queixo, ã? Cuidado. È o que vejo acontecer. É à minha volta. É uma sociedade que deveria ser mais justa e revela-se num modelo de destruição, do modelo social, quer dizer… isto é terrível.

Sim, eu partilho essa opinião. Mas se lhe perguntar entre a entrada na PCP, nos anos oitenta e… o início de dois mil. Nota melhorias nessa fase?

Sim, houve coisas que melhoraram, mas vamos lá ver. Houve opções estratégicas que revelam uma submissão a interesses privados. Veja a segunda auto-estrada. Olhe o meu filho acabou a universidade e está a trabalhar no Porto, numa multinacional. Disseram-lhe agora que ia fechar. Se ele quiser tem que ir para a Bélgica. O que é que ele faz? Tem que ser cidadão do mundo.

Duração da Entrevista: 02:00:16

Anexo V

Transcrição das respostas ao Questionário M

Idade: 55	Profissão: Engenheiro Civil
Associação a que pertence: Bombeiros Voluntários da Murtosa	Freguesia em que reside: Bunheiro

Quais as principais necessidades que observa na Murtosa?

- Rede de saneamento básico (em cerca de metade do concelho da Murtosa).

- Ampliação da zona industrial para criação de riqueza e postos de trabalho.

- Resolução dos problemas que afligem a agricultura (legalização das explorações agro-pecuárias, protegendo os terrenos do avanço da água salgada)

- Apoio à pesca artesanal, dotando os cais de melhores condições (segurança), dragando os canais da ria, controlando as marés.

- Aposta no turismo de ambiente dando continuidade ao projecto "Murtosa Ciclavel".

- Melhores ligações ao exterior (mais rápidas).

Como acha que a sua participação ajuda a melhorar a situação da pesca artesanal na Murtosa?

Na função que indiquei (folha de rosto), não vejo por onde possa ajudar. Todavia, quer como presidente da Junta de Freguesia do Bunheiro, quer como técnico da Câmara Municipal da Murtosa, sinto que posso e tenho feito alguma coisa para que o futuro seja bem melhor que o presente. De facto, tenho acompanhado de perto os projectos da Câmara Municipal, quer do programa POLIS, os quais se destinam ao reforço das motas de protecção, reabilitação dos cais e drenagem de canais da ria. Essas obras já começaram no Chegado, já vão no Bico e serão prolongadas para poente, até à Ribeira de Pardelhas e Ameirinhos, e para nascente, até à Ribeira Nova. Seguir-se-ão outros troços, em termos de protecção de motas. Estão previstas obras em portos de abrigo para pescadores.

Como, ou através de quem, é que a pesca artesanal está presente na sua vida pessoal e/ou profissional?

Em termos pessoais, não tenho qualquer ligação familiar, apenas através de amigos. Em termos das funções que ocupo na Junta de Freguesia e na Câmara Municipal, essa ligação é feita pelos fregueses (no 1º caso) e pelos munícipes (no 2º caso). No primeiro caso, sou um eleito local e no segundo sou funcionário com ligações ao executivo em termos de comissão de serviço.

O que gostaria de ver alterado na situação da pesca artesanal na Murtosa?

- A regulação, em termos de amplitude das marés (na baixa-mar a ria fica seca e na preia-mar a água transborda e cobre os juncais); - A drenagem da ria, pelo menos abrindo canais que permitam a navegação; - Ligado com a regulação de caudais, como a velocidade das águas baixa, obtém-se melhores condições para a criação de algas, o que favorece o aumento do peixe; - As condições de atracação das embarcações, oferecendo maiores facilidades de acesso e segurança, sobretudo em dias de temporal; - Simplificação dos licenciamentos das embarcações e taxas devidas à actividade.

Idade: 60	Profissão: Marítimo
Associação a que pertence: VIANA-PESCA e APARA	Freguesia em que reside: Murtosa

Quais as principais necessidades que observa na Murtosa?

Tendo em atenção que a Ria é a maior fábrica do concelho da Murtosa tudo passa, como é óbvio pela Ria…. Se as leis e Ria estiverem "doentes", todo o povo murtoseiro está doente.

É necessário e urgente que se mude o rumo das coisas, caso contrário está posto em causa, aquilo que foi no antigamente o ex-líbris da Murtosa, a sua ria.

Como acha que a sua participação ajuda a melhorar a situação da pesca artesanal na Murtosa?

Juntando e sentando numa "mesa" quem de direito e os pescadores que conhecem verdadeiramente os problemas da ria. Entendo que é difícil, porque se foram ganhando maus hábitos ao longo dos anos, mas é possível para bem dos próprios pescadores e da sua sobrevivência. Caso nada seja feito, estou convicto que está em causa a sobrevivência dos pescadores na Ria de Aveiro.

Como, ou através de quem, é que a pesca artesanal está presente na sua vida pessoal e/ou profissional?

A pesca do antigamente, era passada de pais para filhos, mesmo para tirar uma cédula marítima, dava-se preferência aos filhos de pais pescadores. No meu caso foi assim e depois de começar, com 14 anos, nunca mais parei, adoptei-a como profissão. Na Ria de Aveiro e na pesca longínqua, mais propriamente "bacalhau", conto com 47 anos de actividade, o que muito me orgulho.

O que gostaria de ver alterado na situação da pesca artesanal na Murtosa?

Capturas – Capturas em excesso, sem regras, levando à destruição total dos recursos. A Ria e os próprios pescadores estão a pagar as consequências da lei do "deixa andar"cometidas de há 15/20 anos atrás. A autoridade é "pequena" para fazer cumprir a lei.

Vendagem - Construir uma lota de raiz, e ser obrigatório todo o pescado, depois de capturado passar pela lota, ganhava o pescador e ganhava o estado. Hoje passa pela lota um terço do que é capturado pelos pescadores da Murtosa, existem apenas dois compradores que fazem, a seu belo prazer, preços e pesos.

Idade: 28	Profissão: Técnica superior de serviço social
Associação a que pertence: Bombeiros Voluntários da Murtosa	Freguesia em que reside: Bunheiro

Quais as principais necessidades que observa na Murtosa?

As principais necessidades prendem-se, na minha opinião, com questões sociais, económicas e desenvolvimento.

Como acha que a sua participação ajuda a melhorar a situação da pesca artesanal na Murtosa?

A nível da situação da pesca artesanal, considero não ter grande participação. No entanto, considero participar na qualidade de vida de algumas famílias que vivem da pesca artesanal, com que trabalho. Trabalhos com vista a que todas as famílias sejam mais fortes e as suas crianças possam crescer fortes e saudáveis.

Como, ou através de quem, é que a pesca artesanal está presente na sua vida pessoal e/ou profissional?

(Já respondido na questão anterior)

O que gostaria de ver alterado na situação da pesca artesanal na Murtosa?

Penso que as pessoas deveriam ter mais e melhores condições de trabalho. Deveriam apostar na segurança no trabalho. Por último, considero que esta arte/cultura deveria ser mais valorizada por toda a população do concelho.

Idade: 43	Profissão: serralheiro
Associação a que pertence: R. F. "Os Camponeses Beira-Ria"	Freguesia em que reside: Bunheiro

Quais as principais necessidades que observa na Murtosa?

A pesca artesanal é uma das principais actividades económicas do concelho da Murtosa, como tal e no meu ponto de vista, devia ser criado um seguro de defeso do pescador artesanal, isto porque o pescador artesanal não pratica a actividade da pesca durante todo o ano. O maior ou menor sucesso da actividade depende do menor tempo de defeso, do estado das condições climatéricas, entre outros. É nessas alturas em que o pescador exerce a sua profissão quase exclusivamente para a sua própria subsistência e da sua família. Neste contexto é quando devia de entrar o seguro de defeso do pescador.

Como acha que a sua participação ajuda a melhorar a situação da pesca artesanal na Murtosa?

Se for aproveitado, as ideias principais (uma ou duas) do tema para debate, aqui acho que sim, que contribui, caso contrário, limitei-me a preencher mais um inquérito.

Como, ou através de quem, é que a pesca artesanal está presente na sua vida pessoal e/ou profissional?

Deste 1976 fui criado numa família maravilhosa em que a pesca artesanal era o pão-nosso de cada dia. Por tal facto, cresci no meio das redes. O padrinho Carlos Bacanês era o arrais, acompanhado pelos camaradas Felisberto e companhia. A "companha" saía de casa aos domingos, regressava no sábado ao almoço. Durante a semana, ficam as longas viagens a pé desde a Ponte da Varela até ao mercado (praça) de peixe de Pardelhas com caixas de tainhas a transbordar ao varal. Aprendi a fazer albitanas e a "consertar avarias". Vi a relação de amizade que havia entre eles.

Hoje vejo saudade!

O que gostaria de ver alterado na situação da pesca artesanal na Murtosa?

- A segurança dos próprios intervenientes, mas isto só depende do cumprimento de algumas promessas e do respeito pela dignidade dos pescadores.

- Criação de faixas, para a criação de enguias (em vias de extinção).

Idade: 53	Profissão: bancária
Associação a que pertence: Rotary Club da Murtosa	Freguesia em que reside: Bunheiro

Quais as principais necessidades que observa na Murtosa?

A Murtosa apresenta algumas carências, todavia focalizando-nos na pesca, penso que o maior problema é de carácter social. As pessoas não têm noção de poupança, isto é, de amealhar quando a Ria assim o permite, acautelando o período do Inverno ou por vezes de proibição de recolha, nomeadamente de bivalves, por exemplo. Como a pesca na Ria tem uma base familiar estas carências ainda são mais acentuadas. A Ria como permite de alguma forma dinheiro fácil às camadas mais jovens, potencia o abandono escolar sendo pouca a percentagem de jovens pescadores que concluem o ensino secundário.

Como acha que a sua participação ajuda a melhorar a situação da pesca artesanal na Murtosa?

Não me parece que possa ajudar muito, todavia acho que é importante ter-se uma consciência cívica relativamente aos problemas referidos na primeira.

Como, ou através de quem, é que a pesca artesanal está presente na sua vida pessoal e/ou profissional?

Está presente na minha vida pessoal, na medida em que consumo frequentemente peixe pescado na ria.

O que gostaria de ver alterado na situação da pesca artesanal na Murtosa?

Essencialmente a elevação do nível cultural das pessoas, que por arrastamento traria também a melhoria das condições de vida.

Anexo V

Guiões das Entrevista e do Questionário

(**Guião A)**

Tópico 1 – Caracterização do entrevistado

Itens

- Percurso pessoal (como foi crescer em Aveiro)
- Percurso profissional (incidindo na relação com as pescas e com a entrada na associação).

Tópico 2 – A Associação de Pescas em Aveiro

Itens

- Breve história da associação
- Relação da Associação com outras entidades (Câmara Municipal de Ílhavo, da Murtosa ou de Aveiro, Formar, IPIMAR, Concelhos Consultivos Regionais, etc)
- Necessidades da Associação
- Quem são os associados (jovens, mulheres, pescadores de mar ou de ria)
- Que tipo de apoios lhes dá a associação
- Ideias e iniciativas que gostaria de desenvolver para a pesca

Tópico 3 – Política e pescas em Aveiro

Itens

- Problemas e necessidades com que se debate a pesca actualmente.
- Aspectos a melhorar na gestão da pesca artesanal.
- Iniciativas locais para a pesca e outras actividades relacionadas com o desenvolvimento de Aveiro, focando mais o concelho onde vive.
- Por último, em que pensa quando pensa no futuro dos jovens em Aveiro?

(Guião B)

Tópico 1 – Caracterização do entrevistado

Itens

- Percurso pessoal (como foi crescer em Aveiro)
- Percurso profissional (incidindo na relação com as pescas e com a entrada na Rede de Mulheres na Pesca).

Tópico 2 – As Mulheres da Ria em Aveiro

Itens

- Necessidades que sentem na Rede de Mulheres (como melhorar a rede de mulheres)
- Apoio que se pode dar aos pescadores como associada da AKTEIA
- Relação que estabelece com entidades como Associações, Câmaras ou Juntas, Formar, IPIMAR, Concelhos Consultivos Regionais, etc)
- Ideias e iniciativas que gostaria de desenvolver para a pesca
- Ideias e iniciativas que gostaria de ajudar a desenvolver Aveiro (incidindo na Murtosa)

Tópico 3 – Política e pescas em Aveiro

Itens

- Problemas e necessidades com que se debate a pesca actualmente.
- Aspectos a melhorar na gestão da pesca artesanal.
- Iniciativas locais para a pesca e outras actividades relacionadas com o desenvolvimento de Aveiro, focando mais o concelho onde vive. (novos empreendimentos, projectos, etc…)
- Por último, em que pensa quando pensa no futuro dos jovens em Aveiro? (falando um pouco de como é criar hoje a Cátia em Aveiro e das aspirações que tens para o futuro dela)

(**Guião C)**

Tema: A governança das pescas em Portugal

Nome: Helena Isabel Pessoa de Abreu

Telefone: 963620595

E-mail: abreu_lena@hotmail.com

Organização: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Esta entrevista é para a tese Governança das Pescas em Portugal Continental e a Interacção entre os Grupos de Intervenientes: o caso de estudo da pesca artesanal na Murtosa, desenvolvida no mestrado em Sociologia – Território, Cidade e Ambiente.

Introdução

1. Pode contar-me brevemente como tem sido o seu percurso profissional e como se tem relacionado com governança?

I. Governança na Europa

Na Europa têm sido criados vários modos de governança, dentro e fora das pescas. Nas pescas, esta procura tem sido associada à necessidade de se aproximar as políticas das realidades regionais e locais mediante uma pluralidade de olhares, tentando basear a política nos conhecimentos que as pessoas têm em relação às realidades que observam.

Pensando no papel que desempenha como agente de governança, dentro ou fora das pescas, e nas pessoas que aqui representa, por favor diga-me…

2. Governança tem ajudado a aproximar a política europeia das necessidades que observa? Se sim, como? Se não, porquê?
3. Como é que o papel que desempenha actualmente pode ajudar a melhorar a política europeia nas pescas?
4. Quais os aspectos que gostaria ver melhorar na governança europeia?

II. Os mecanismos de governança das pescas em Portugal

Com base nos mecanismos de diálogo, seja de consulta, de colaboração ou outras formas de participação que conheça, dentro ou fora das pescas, por favor, diga-me…

5. Pelas experiências que tem tido, o que pensa sobre os actuais mecanismos estabelecidos?
6. Pensa que têm ajudado a resolver conflitos entre grupos com diferentes interesses? Se sim, de forma?
7. Pensa que têm (ou não) conseguido ajudar a melhorar condições nos locais onde vivem e trabalham as pessoas que observa/representa?
8. Pensa que melhorar a governança passa por dar mais responsabilidade aos actores envolvidos e/ou envolver mais grupos?

9. Pensando em cada uma das anteriores opções, que riscos se devem ter em conta e de que responsabilidades se devem fazer acompanhar?

III. Governança e pesca artesanal na Murtosa

Como refiro em cima, o caso de estudo que estou a desenvolver na tese é na Murtosa, um concelho na zona de Aveiro. Começo assim por lhe perguntar, como agente de governança…

10. Sente que consegue promover (directa ou indirectamente) um melhoramento das condições de vida na pesca, na Murtosa? Se sim, em que aspectos.
11. Acha que os mecanismos de diálogo que existem dão voz às pessoas que vivem na Murtosa?
12. O que gostaria de ver desenvolvido em termos de investigação nas pescas em Aveiro?
13. Este modelo de governança, que pretende dar voz a todos os intervenientes, pode contribuir para a sustentabilidade da pesca artesanal?
14. Acha que a pesca artesanal conseguirá sobreviver no actual contexto da actividade das pescas na Europa?

Anexo VI

Transcrição das respostas ao Questionário M

(**Questionário M)**

As questões que se seguem destinam-se às pessoas residentes na Murtosa inscritos em qualquer associação deste concelho ou de pesca. Estas questões colocam-se para a tese Governança das Pescas em Portugal Continental e a Interacção entre os Grupos de Intervenientes: o caso de estudo da pesca artesanal na Murtosa, desenvolvida no Mestrado de Sociologia, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Depois de preenchido, este documento poderá ser entregue, sempre em mãos, em envelope fechado, estando para tal, à sua disposição: Anabela Valente da Rede de Mulheres na Pesca em Aveiro. Antes de entregar, por favor indique os seus dados pessoais pedidos no final desta primeira página.

Em caso de dúvida pode contactar com Helena Abreu através do telemóvel: 963620595

Idade:	Profissão:
Associação a que pertence:	Freguesia em que reside:

1. Quais as principais necessidades que observa na Murtosa?

1. **Como acha que a sua participação ajuda a melhorar a situação da pesca artesanal na Murtosa?**

2. **Como, ou através de quem, é que a pesca artesanal está presente na sua vida pessoal e/ou profissional?**

3. **O que gostaria de ver alterado na situação da pesca artesanal na Murtosa?**